

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG)

EVANDRO ARRUDA DE MARTINI

**A MODERNIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DO
ESPÍRITO SANTO:
Do processo de “civilização dos índios” ao reconhecimento das
populações tradicionais; da mobilização à crise do trabalho**

VITÓRIA

2023

EVANDRO ARRUDA DE MARTINI

**A MODERNIZAÇÃO DO LITORAL NORTE DO
ESPÍRITO SANTO:**

**Do processo de “civilização dos índios” ao reconhecimento das
populações tradicionais; da mobilização à crise do trabalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFES (PPGG-UFES), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na linha de pesquisa “Estudos Urbanos e Regionais”.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M386 Martini, Evandro Arruda de, 1990-
m A modernização do litoral norte do Espírito Santo: do processo de “civilização dos índios” ao reconhecimento das populações tradicionais; da mobilização à crise do trabalho / Evandro Arruda de Martini. - 2023.
486 f. : il.

Orientador: Cássio Arruda Boechat.
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Modernização. 2. Mobilização do trabalho. 3. Pescadores. 4. Portos. 5. Aracruz. 6. Linhares. I. Boechat, Cássio Arruda. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91



Programa de Pós-Graduação em Geografia
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 193 - 06/03/2023

Aos seis dias do mês de março de dois mil e vinte e três, em sessão pública, às 14h, por webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, reuniu-se a Comissão Examinadora de Defesa de dissertação de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat - UFES (Orientador e Presidente da Sessão), Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite - UFES (Examinadora Interna), Prof. Dr. Luiz Antônio Evangelista de Andrade – UFES (Examinador Externo) e Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo - USP (Examinador Externo), para a apresentação da defesa da dissertação do discente **Evandro Arruda de Martini**, intitulado **"A modernização do litoral norte do Espírito Santo: do processo de "civilização dos índios" ao reconhecimento das populações tradicionais; da mobilização à crise do trabalho"**. Finalizada a apresentação, o Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição do candidato. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida dissertação nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e alertou que o aprovado somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação, em meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Prof. Dr. Cássio Arruda Boechat (UFES)

Orientador e Presidente da Sessão

Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite (UFES)

Examinadora Interna

Prof. Dr. Luiz Antônio Evangelista de Andrade (UFES)

Examinador Externo

Prof. Dr. Carlos de Almeida Toledo (USP)

Examinador Externo





Ata aprovação Evandro Arruda de Martini - PPGG/UFES

Data e Hora de Criação: 08/03/2023 às 12:20:42

Documentos que originaram esse envelope:

- Ata aprovação EAM (2).pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 9cfb8fc8b34baad99305cebae3047aef79c748be02496fb4c57e151700c25c88

[SHA512]: 3be73697a18a3f65933b48129a1b1f1b4f13b1c66b53551b196eec2703c595a8005907a2cb4c09bdd52a5de67d91bf5ebee66eb4c40d40532b7cf07fed3c85

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Carlos de Almeida Toledo (carlosdealmeidatoledo@gmail.com)

Data/Hora: 08/03/2023 - 17:07:52, IP: 201.92.178.161, Geolocalização: [-23.571610, -46.731951]

[SHA256]: 061c1d9387cc4b3ef5e391499e59c63e9aced2f37066b5f2ad563cf4b88a9bb9



ASSINADO - Ana Carolina Gonçalves Leite (carolinavecchia@gmail.com)

Data/Hora: 08/03/2023 - 12:34:11, IP: 45.4.61.168, Geolocalização: [-8.0555251, -34.956574]

[SHA256]: de92a1e60fd71200b9369eed90cc496c9f1e31610bd3c5658a56824a750e4312



ASSINADO - Cássio Arruda Boechat (cassio.boechat@ufes.br)

Data/Hora: 08/03/2023 - 12:41:47, IP: 109.222.16.85

[SHA256]: 2396e19e25743b8a90b168a5c8f3dde6ece2382b85d4dbf7bb8175eb4b2ad1b5



ASSINADO - Luiz Antônio Evangelista de Andrade (luizantoniogeografo@gmail.com)

Data/Hora: 08/03/2023 - 13:44:32, IP: 177.27.4.58

[SHA256]: f268825db76a13e59d5a54620d7a3f53cd022766d6cd9d222822a6bfdffd3a67

Luiz Antonio Evangelista de Andrade

Histórico de eventos registrados neste envelope

08/03/2023 17:07:52 - Envelope finalizado por carlosdealmeidatoledo@gmail.com, IP 201.92.178.161
08/03/2023 17:07:52 - Assinatura realizada por carlosdealmeidatoledo@gmail.com, IP 201.92.178.161
08/03/2023 17:07:48 - Envelope visualizado por carlosdealmeidatoledo@gmail.com, IP 201.92.178.161
08/03/2023 13:44:32 - Assinatura realizada por luizantoniogeografo@gmail.com, IP 177.27.4.58
08/03/2023 13:44:22 - Envelope visualizado por luizantoniogeografo@gmail.com, IP 177.27.4.58
08/03/2023 12:41:47 - Assinatura realizada por cassio.boechat@ufes.br, IP 109.222.16.85
08/03/2023 12:34:11 - Assinatura realizada por carolinavecchia@gmail.com, IP 45.4.61.168
08/03/2023 12:34:01 - Envelope visualizado por carolinavecchia@gmail.com, IP 45.4.61.168
08/03/2023 12:29:20 - Envelope registrado na Blockchain por ariel.sessa@ufes.br, IP 200.137.65.104
08/03/2023 12:29:19 - Envelope encaminhado para assinaturas por ariel.sessa@ufes.br, IP 200.137.65.104
08/03/2023 12:20:43 - Envelope criado por ariel.sessa@ufes.br, IP 200.137.65.104

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e avós, pela importância dada aos estudos e pelo amor incondicional.

Ao Willian pelos anos de carinho e sobrevivência durante a pandemia.

Aos amigos e amigas que quase não me viram nesse período de isolamento social e estudos e pesquisa e escrita e cansaço.

Ao Professor e Orientador Cássio Boechat por ensinar a ler muita coisa que eu não leria e questionar muita coisa que eu não questionaria. E pelas leituras atentas.

Aos Professores Luiz Andrade e Carol Leite pela paciência para o diálogo.

Ao pessoal do grupo de sexta (USP) pela dedicação à crítica, mantendo a produtividade e agregando mão de obra durante a pandemia

Aos Professores Luiz Carlos Tosta dos Reis e Paulo Cesar Scarim pelos caminhos abertos.

Às populações tradicionais de Regência, Degredo e Barra do Riacho pela perseverança nas lutas. E pelos conhecimentos compartilhados.

Aos colegas do Laterra pelas discussões e campos realizados e outros por vir, porque a escrita chega ao fim mas o aprendizado não.

Aos colegas do ICMBio pelos ensinamentos sobre a região da foz do rio Doce, pela perseverança e pela autonomia, mesmo que com limites.

Resumo

Ao contrário dos estudos sobre uma região, território ou população considerada relativamente isolada, esta pesquisa busca evidenciar as mediações entre um processo geral de modernização do mundo e as particularidades da modernização do Brasil e do litoral norte do Espírito Santo inseridas na reprodução ampliada das relações capitalistas. Conceitos e categorias como “sertão”, “terra virgem”, “fronteira”, “pioneiro”, “trabalho” e “mercadoria” são investigados em conjunto com o período em que são utilizados: os conceitos mudam conforme os processos se desdobram. As mediações das populações tradicionais do litoral norte do Espírito Santo com a sociedade externa a elas são estudadas desde o século XIX: observa-se um processo que teve como objetivo lógico sua integração à “massa da população civilizada” enquanto força de trabalho, ao mesmo tempo que ocorria a expropriação de seus territórios, conforme a terra se autonomizava como mercadoria. Essa integração não ocorreu exatamente como previsto, mas os projetos moveram processos na realidade. No século XX, são muitos os projetos e ações modernizadoras voltados para esse litoral norte capixaba que, por muito tempo, foi considerado uma região “decadente” com relações sociais “obsoletas”. O planejamento se consolida por meio de universidades e outras instituições desenvolvimentistas. Buscamos explicitar e criticar os fundamentos da geografia e de outras ciências que planejaram essa modernização em termos racionais no século XX. Nas décadas de 1970 e 1980, alguns territórios do litoral norte passam por uma modernização mais acelerada com o complexo exportador de eucalipto e outros empreendimentos de “desenvolvimento regional”. Ao mesmo tempo, em certos contextos as ameaças externas intensificam as lutas de populações tradicionais. Mais recentemente, a mudança de paradigma dos processos de colonização de “terras virgens” e de “civilização dos índios” para o reconhecimento dos direitos de indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais resume as mudanças entre o longo processo de modernização conduzida por um Estado planejador – este também em processo de formação – e um período mais recente caracterizado por um Estado gestor de conflitos e de crises. Neste momento mais recente, analisamos os conflitos e controvérsias em torno de grandes empreendimentos portuários projetados e/ou implementados no litoral norte, tendo em vista a suposta vocação portuária e exportadora do Espírito Santo. Os grandes portos se justificam socialmente gerando expectativas de geração de empregos, mas na realidade esses portos mobilizam cada vez menos as populações locais como trabalhadores.

Palavras-chaves: Modernização. Mobilização do trabalho. Pescadores. Portos. Aracruz. Linhares.

Abstract

Unlike studies that consider a region, territory or population as isolated, this research seeks to highlight the mediations between a general process of global modernization and the particularities of the modernization of Brazil and the northern coast of Espírito Santo state, inserted in the expanded reproduction of capitalist relations. Concepts and categories such as “sertão”, “virgin land”, “frontier”, “pioneer”, “work” and “commodity” are investigated in relation with the period in which they are used: the concepts change as the processes take place. The mediations of traditional populations in the northern coast of Espírito Santo with the external society are studied since the 19th century: we observe a process that had as its logical goal their integration into the “mass of the civilized population” as workforce, at the same time when their territories were expropriated, as land became autonomous as a commodity. This integration did not happen exactly as planned, but the projects did move processes in reality. In the twentieth century, there are many modernizing projects and actions concerning this northern coast of Espírito Santo, which, for a long time, was considered a “decadent” region with “obsolete” social relations. Planning is consolidated through universities and other developmental institutions. We seek to explain and criticize the theoretical foundations of geography and other sciences that planned this modernization in rational terms in the 20th century. In the 1970s and 1980s, some territories on the north coast underwent a more accelerated modernization with the eucalyptus export complex and other “regional development” enterprises. At the same time, in certain contexts, external threats intensify the struggles of traditional populations. More recently, the paradigm shift from the processes of colonization of “virgin lands” and “civilizing the indigenous” to the recognition of the rights of indigenous peoples, quilombolas and other traditional populations summarizes the changes between the long process of modernization led by a planning State – the latter also in the process of formation – and a more recent period characterized by a crisis-managing State. In this more recent moment, we analyze the conflicts and controversies about large port projects designed and/or implemented on the north coast, given the supposed vocation of Espírito Santo for ports and exportation. Large ports justify themselves socially by generating expectations of job creation, but actually these ports mobilize increasingly fewer local people as workers.

Keywords: Modernization. Labor mobilization. Fishermen. Ports. Aracruz. Linhares.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: O litoral norte capixaba	18
Figura 2: Sesmaria indígena de 1760 sobreposta às atuais Terras Indígenas.....	62
Figura 3: Planta da medição de um terreno do Estado, Linhares/ES, 1892	83
Figura 4: “Terrenos Alagados” em Planta de Posse legítima, Linhares/ES, 1876	84
Figura 5: Principais núcleos populacionais e diversas lagoas (1878)	92
Figura 6: Vitória e o norte do Espírito Santo (Deffontaines, 1938)	217
Figura 7: Áreas sob domínio dos colonizadores por volta de 1872.....	231
Figura 8: Cassaca, ou casaca ou reco-reco de cabeça.....	268
Figura 9: Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida.....	273
Figura 10: Rio Piraquê-Açu, aldeia de Caieiras Velhas e a Terra Indígena demarcada	287
Figura 11: Pintura de Debret (1835): produção de cal na Baía de Guanabara.....	290
Figura 12: Foto recente de jazida de calcário	290
Figura 13: Antigo farol de Regência	303
Figura 14: Localidades onde Deoclecio Vieira dos Passos Costa é citado de 1855 a 1931.....	306
Figura 15: Igreja de Santa Cruz (1860)	340
Figura 16: Comunidades tradicionais da foz do rio Doce.....	377
Figura 17: Sede e membros da ASPERQD - Degredo.....	380
Figura 18: “Os índios de Caieira Velha festejaram também São Benedito” (1910)	394
Figura 19: Fornecimento de água mineral em Degredo pela Fundação Renova	409
Figura 20: Situação do Portocel em 2022	439
Figura 21: Em amarelo as estruturas do Portocel II sobrepostas à imagem de satélite	439
Figura 22: Mineroduto e Porto Norte Capixaba, projetado pela Manabi	446
Figura 23: Reportagem sobre Porto Norte Capixaba / Manabi	449
Figura 24: Banda de Congo de Vila do Riacho. Na camisa, Fibria e Instituto Votorantim.....	459
Figura 25: Reportagem sobre Porto Nutripetro	460
Figura 26: Reportagem sobre Petrocity	461
Figura 27: Reportagem sobre Porto da Imetame	461

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População escravizada em 1878.....	165
Tabela 2 - Dados sobre pesca em Degredo antes do desastre da Samarco.....	406
Tabela 3 - Principais projetos de portos voltados para exportação no litoral norte capixaba....	425
Tabela 4 - Total de trabalhadores no Portocel e Portocel II.	437

Sumário:

Introdução	11
Prólogo	19
Capítulo 1. Sentidos da Modernização	30
Capítulo II. Antes “sesmaria dos índios”, depois “terras devolutas”: expropriação de terras....	61
Capítulo 2. Antes “índios civilizados”, depois “caboclos”, “madeireiros” e “pescadores”: disciplinamento do trabalho	93
Capítulo 3. O “povoamento” das “terras virgens” do norte do Espírito Santo e o litoral como o seu “outro” (1850-1950)	171
Capítulo 4. Dos “alheios à civilização” às “populações tradicionais”: quando a modernização não encontra “terras virgens”	323
Capítulo 5. Os Portos no litoral norte: do Estado planejador ao Estado gestor de conflitos	411
Referências Bibliográficas	463
Anexo I - Lista de entrevistados	478
Anexo II - “Código de Posturas” de Santa Cruz (1896)	484

Introdução

Nos três anos de mestrado que se encerram com esta dissertação, a pesquisa se manteve voltada para processos de modernização no litoral norte do Espírito Santo, com efeitos sobre os moradores locais e os territórios onde estes vivem. Por outro lado, o olhar do pesquisador foi mudando aos poucos ao longo da caminhada de estudos, aulas, debates e entrevistas. Se inicialmente havia uma intenção de, junto com os colegas de universidade, *devassar esse mar de territórios, para conferir o que existe*¹ para além das estatísticas e dos relatórios, em poucos meses tudo mudou com a pandemia de covid-19 e a suspensão das atividades de campo, retomadas apenas em 2022. Para além das mudanças exigidas por motivo de força maior, houve também as mudanças que as leituras – especialmente no período de maior isolamento social – trouxeram para o entendimento da própria relação entre o sujeito-pesquisador e o objeto. Objeto este que já era amplo, pois incluía relações das pessoas entre si e com praias, mangues, mar, pequenos barcos de pesca e imensos navios que atracam em portos. O objeto seguiu sendo amplo, o que mudou talvez tenha sido a forma de investigá-lo. A pesquisa foi buscar os sucessivos processos modernizadores em alguns dos territórios de colonização mais antiga do Espírito Santo, próximas a outras áreas que autores célebres descreveram como “virgens” ou “vazios demográficos”. Buscando as contradições entre as formulações escritas – por políticos, planejadores ou geógrafos – e as falas e memórias populares (ainda que estas mediadas por textos, por câmeras ou telas), a pesquisa avançou sobre o passado mais do que era a intenção original, por uma série de motivos já sugeridos. Em resumo, ao invés de uma fotografia de pessoas e lugares exóticos (ou miseráveis), ao invés de uma fotografia de portos que geram empregos (e poluição), buscou-se uma visão de processos ocorrendo no médio e no longo prazo. De forma mais específica, podemos afirmar que no início da pesquisa a temática a ser estudada era um conjunto de “grandes projetos”² portuários e suas relações com as populações locais: que desenvolvimento esses projetos prometiam e que desenvolvimento eles efetivamente traziam? Vivendo no Espírito Santo desde 2014 e tendo tido contato com alguns desses projetos portuários que prometiam investimentos milionários e geração de milhares de empregos; tendo ao mesmo tempo algum contato com populações tradicionais do litoral norte do estado, eu percebi ali um

¹ As palavras em itálico são extraídas de Guimarães Rosa ([1967] 2015, p.33) e, na mesma página, ele adverte: “o senhor vem, veio tarde”. Esse possível atraso do observador ou, aqui, do pesquisador, não invalida a relevância da pesquisa, ainda que tardia.

² Expressão comumente utilizada no Espírito Santo, sobretudo para empreendimentos a partir dos anos 1960. Conferir a respeito a tese de Rafael C. do Nascimento (2016) e o artigo de Luiz E. de Andrade (2020).

conjunto de temas a serem estudados, temas aliás que permanecem com questões por responder, que poderão ser desdobradas em nossas próximas pesquisas.³

Ao longo do percurso de estudos, muitas premissas foram sendo questionadas, e o processo de modernização foi se impondo como a temática principal. Algumas das seguintes perguntas poderiam ter sido evitadas se as premissas iniciais tivessem sido rigidamente mantidas, contudo, com o aval do orientador, tornou-se interessante ampliar o rol de questões, incluindo as seguintes:

Se, em um período passado, os “grandes projetos” chegavam em “terras virgens” e “vazios demográficos”, o que têm significado os projetos modernizadores em uma região onde há grupos reconhecidos formalmente como *populações tradicionais*? Na pergunta anterior, tanto os “vazios demográficos” como as “populações tradicionais” foram/são assim definidos ou ratificados por uma tecnocracia que inclui geógrafos e outros pesquisadores. A partir desta constatação, quais têm sido o papéis da Geografia e das ciências humanas em geral nesse longo processo de modernização do litoral norte capixaba? Outro conjunto de questões se refere às diferenças e semelhanças entre processos de modernização e de colonização em períodos diferentes. Podemos falar em modernização nos últimos anos? Nos dias atuais, o que é modernização afinal? E o que era a modernização “região escravista” do Império e na “região coronelista” da chamada “República Velha”⁴? Quais semelhanças e diferenças existem entre o Antigo Sistema Colonial, a colonização sistemática do fim do século XIX e a Marcha para o Oeste? O que a modernização significou em períodos anteriores e o que parece significar hoje?

Em diálogo com esse conjunto de perguntas, é importante ressaltar um entendimento já consolidada desde o início da pesquisa: as populações do litoral norte capixaba há muitos séculos não se encontram isoladas do resto do Brasil e do mundo. Embora em muitos contextos as conexões fossem lentas, dados os meios de transporte

³ Com a exceção desta última frase onde foi feita referência explícita ao mestrando e utilizado o pronome “eu”, nesta dissertação será utilizada a 1ª pessoa do plural: a pesquisa é coletiva, não apenas no sentido em que todas são, mas também pela amplitude dos temas abordados: “grandes projetos” ligados a setores como eucalipto/celulose, mineração e outros; populações tradicionais; papel do Estado e do “mercado” na modernização... Muitos colegas do LATERRA e dos Grupos de pesquisa “Geografia da crise” e “Reestruturação do setor de florestas plantadas no Brasil” fizeram parte dessa pesquisa, não apenas o orientador, que também coordenou os dois grupos.

⁴ O Império e a “República Velha” – a começar pelo nome dado a esta última – seriam associados. posteriormente, ao atraso e à falta de desenvolvimento. Mas a “República Velha”, em sua época, era nova. E o “Imperador Constitucional” se apresentava como um monarca esclarecido.

disponíveis, ao mesmo tempo as relações existiam, seja a partir de migrações de pessoas, de comércio de mercadorias, entre outros fenômenos que serão abordados.

Ao longo da dissertação, uma série de formulações da geografia e das ciências sociais serão confrontadas com essa constatação do parágrafo anterior. Ao contrário dos estudos que supõem uma região isolada ou quase isolada, em nossa pesquisa, a partir da crítica categorial das relações sociais, buscou-se as mediações entre o particular e a totalidade. Nesse sentido, a presente pesquisa não é um estudo de caso: ao invés de buscarmos estudar um fenômeno, população ou território particular e relativamente isolado como referência para a compreensão de outros casos similares, pretendemos aqui evidenciar as diversas mediações entre um processo geral de modernização do mundo e as particularidades da modernização do Brasil e do litoral norte do Espírito Santo enquanto parte de um processo de reprodução ampliada das relações capitalistas.

A partir desse conjunto de questões, buscamos observar em uma série de documentos sobre o litoral norte capixaba – alguns remontando ao século XVIII – a formação da categoria *trabalho abstrato*, a penetração da *forma-mercadoria* na vida social, incluindo a autonomização da terra como mercadoria, e o aparecimento historicamente situado de conceitos como *sertão*, *fronteira* e *população tradicional*. Essas categorias e conceitos são aqui entendidos como não ontológicos: os nomes, classificações e abstrações reais mudam conforme os processos se desdobram.

O texto da dissertação se compõe de cinco capítulos propriamente ditos, além desta introdução, de um prólogo que buscará situar o leitor mais livremente em relação a algumas das temáticas.

O Capítulo 1, *Sentidos da modernização*, é composto por uma série de discussões teóricas sobre a modernização, processo que precisou ser cuidadosamente conceituado. Em diálogo com o pensamento crítico, são observados alguns aspectos da modernização: colonização, dominação da natureza, esclarecimento. Enquanto esses conceitos e processos listados podem ser entendidos como objetivos de projetos e do planejamento, a modernização também pode ser entendida como autonomização das relações capitalistas, processo este que não necessariamente precisa ser projetado e consciente, a partir do momento histórico em que se sujeitam as relações sociais às regras da forma-mercadoria, por exemplo com a mobilização dos corpos humanos como sujeitos produtores de mercadorias. Nesse sentido o capítulo, eminentemente teórico, serve de ponto de partida para as discussões sobre os dados empíricos, uma vez que tanto o Espírito

Santo e os capixabas como o Brasil e os brasileiros não existem desde sempre: eles surgem com esse nome como sociedades já inseridas em processos de colonização e modernização.

Os capítulos seguintes, em uma quebra de protocolo, são numerados II e 2, pois abordam duas faces de um processo mais amplo: a autonomização da terra e do trabalho como mercadorias. Para fins de exposição foi necessária a divisão, mas a escolha dos números e nomes simétricos teve o propósito de explicitar a relação mútua entre os dois processos, em aparência, diferentes.

No Capítulo II, *Antes “sesmaria dos índios”, depois “terras devolutas”*: *expropriação de terras*, apresentamos o processo em que as terras do antigo aldeamento jesuíta no litoral norte do Espírito Santo, concedidas aos “índios civilizados” e consideradas ocupadas por certo tempo por aquelas pessoas, consideradas “súditos da Coroa” e “observadores da verdadeira religião”, vão depois ser consideradas “terras devolutas” sobretudo após a Lei de Terras de 1850. O processo de expropriação no norte do Espírito Santo, porém, não foi uniforme nem completo: incluiu expropriações bastante violentas, outras menos violentas e casos de ocupação contínua de terras por indígenas. Formulamos algumas hipóteses para explicar esses diferentes contextos, incluindo a existência de terras consideradas “inaproveitáveis” para a produção de mercadorias.

No Capítulo 2, *Antes “índios civilizados”, depois “caboclos”, “madeireiros” e “pescadores”*: *disciplinamento do trabalho*, é realizada uma cuidadosa conceituação da categoria *trabalho* e uma leitura de fontes sobre os habitantes do litoral norte capixaba, com foco no século XIX. O capítulo inclui também uma discussão sobre as mudanças na classificação social de *índigenas*, que o Estado brasileiro passa a denominar *caboclos* sobretudo na segunda metade do século XIX, em um processo que tinha como objetivo lógico sua integração à “massa da população civilizada” enquanto força de trabalho, ao mesmo tempo que ocorria a expropriação de suas terras. Porém, o disciplinamento de corpos e mentes no litoral norte capixaba para agirem como sujeitos trabalhadores, como “braços” cada vez mais mobilizáveis, foi um processo cheio de contradições e limites: a “falta de braços” é uma das reclamações mais constantes nos textos daquele século. O capítulo se encerra com uma delimitação mais precisa em termos conceituais dessa *região* que estamos estudando, a partir de elementos de sua formação econômica.

O Capítulo 3, *O “povoamento” das “terras virgens” do norte do Espírito Santo e o litoral como o seu “outro” (1850-1950)*, aborda o período de formação de um Estado

nacional que buscou, por meio do planejamento racional, mover fronteiras e acelerar a modernização. O capítulo se inicia com uma abordagem das formulações do geógrafo Pierre Deffontaines sobre o litoral norte capixaba (que ele conheceu na década de 1930) como uma região “atingida por letargia” e com populações de vida “parasitária”. São apresentados em detalhes os conceitos, categorias e pressupostos da Geografia Regional Francesa que levaram esse autor a tais conclusões. Em seguida, três conceitos importantes para o pensamento geográfico no Brasil de meados do século XX, os de *sertão*, *fronteira* e *pioneiro*, são historicizados e abordados criticamente – isto é, buscamos entender em que contexto eles ganharam importância no debate teórico e compreender tanto o que eles contêm de falso e mistificador como o que eles revelam sobre os processos concretos que geógrafos e planejadores buscavam expressar com aqueles conceitos. Processos, aliás, dos quais os geógrafos e planejadores faziam parte, não atuando como meros observadores externos. Essa imbricação entre geografia e planejamento – mesmo no caso de autores supostamente anteriores ao desenvolvimentismo, como Deffontaines – é uma das hipóteses de nossa pesquisa. Paralelamente, abordamos o processo de autonomização das ciências e a criação de instituições voltadas para o planejamento, com o objetivo de operacionalizar a modernização.

Após essa análise crítica de formulações de Deffontaines e de outros geógrafos, seguem outras críticas ao que entendemos como historiografia hegemônica sobre o norte do Espírito Santo, apontando, ao mesmo tempo, os aspectos que consideramos pertinentes naquelas obras. Por fim, apresentamos nossas formulações sobre o processo de avanço da fronteira no norte do Espírito Santo, com o litoral, “região antiga”, como um “outro” da fronteira. Sobretudo no período em que, com a construção da *Estrada de Ferra Vitória a Minas* a partir de 1903, os *pioneiros* se moveram rapidamente para o interior, o litoral tornava-se, segundo a descrição de Deffontaines (1938), *decadente* e em *ruínas*. Porém, populações locais se referem àquele período como de *fartura*, em uma interessante contradição que será desdobrada também no capítulo seguinte. Outras formulações sobre coronelismo e fortalecimento do Estado nacional serão tensionadas com as anteriores, de modo a evidenciarmos algumas particularidades da contraditória formação territorial em questão, sempre em mediação com o todo, ou seja, a região inserida em um sistema mundial produtor de mercadorias. Trata-se do mais extenso capítulo desta dissertação, no qual buscamos criticar diversas formulações sobre a particularidade do litoral norte do Espírito Santo, algumas das quais vão se repetir em outros contextos brasileiros, como a ideia de que a colonização se dá sobre “terras virgens”.

No Capítulo 4, *Dos “alheios à civilização” às “populações tradicionais”*: quando a modernização não encontra “*terras virgens*”, voltamos o olhar para as populações que, como propõe o capítulo anterior, ficaram relativamente esquecidas por muitas décadas. Populações que atualmente se definem como pescadores, e/ou caboclos, e/ou indígenas, e/ou quilombolas e que podem parecer isoladas à primeira vista, embora os capítulos anteriores já tenham começado a mostrar as ligações destas com o conjunto da sociedade brasileira, ligações que este capítulo seguirá tentando encontrar. Sem a pretensão de realizarmos uma aprofundada pesquisa etnográfica ou cartográfica descrevendo o *modo de vida* dessas *populações tradicionais* e seus territórios, trata-se mais de um panorama de projetos e ações modernizadoras voltadas para essas populações que, por muito tempo, foram consideradas representantes do “atraso” a ser “civilizado”. Abordamos também a considerável mudança de paradigma na geografia – mas também nas outras ciências humanas e no conjunto da sociedade – quando, no fim do século XX, as populações “atrasadas” se tornaram “tradicionais”, não sem muita luta desses indivíduos em questão.

Apresentamos projetos e ações do Estado especialmente em relação à pesca: tanto na República Velha como após 1930 e desde então, foram muitas as tentativas de regulamentação e modernização dessa atividade que ocorre há séculos no litoral dos atuais municípios de Aracruz e Linhares. Em um período mais recente, as *populações tradicionais* passam a lutar por reconhecimento e conseguem conquistar uma série de direitos: buscaremos problematizar essa mudança de paradigma em que, antes, havia “atrasados” a serem civilizados e integrados, enquanto mais recentemente a legislação brasileira vai proteger o seu *modo de vida*. Nesse período mais recente, porém, outros processos modernizadores também tiveram reflexos na vida cotidiana dessas populações tradicionais. Finalmente, a chegada da “lama da Samarco”, embora não planejada, apresentou aspectos modernizadores ao significar uma monetarização acelerada da reprodução social em diversas comunidades que deixaram de ter acesso direto a água, peixe e outros meios de subsistência. Neste capítulo, preocupados com a possibilidade de apresentarmos apenas o “monólogo” de planejadores, tivemos a preocupação de ouvir a voz de alguns dos habitantes locais, suas memórias, suas relações com o território e suas estratégias para sobreviver a uma série de crises que aparecem em seu cotidiano. Isso foi feito por meio de trabalho de campo – limitado pela pandemia de covid-19 – e pela leitura de entrevistas realizadas em pesquisas anteriores. Ao mesmo tempo, estamos cientes de que essas vozes aparecem sempre mediadas pelas escolhas dos pesquisadores e pelas formalidades da universidade.

O Capítulo 5, *Os Portos no litoral norte: do Estado planejador ao Estado gestor de conflitos*, tem como foco uma modalidade específica de processo modernizador, que em alguns contextos territoriais, como o de Barra do Riacho, é a predominante: a ocupação do litoral por grandes empreendimentos portuários e industriais, tendo em vista a suposta *vocação* portuária e exportadora do Espírito Santo. São abordados três grandes projetos portuários no litoral norte capixaba: Portocel e Nutripetro, em Aracruz, e Porto Norte Capixaba/Manabi, em Linhares. Esses empreendimentos foram planejados em momentos diferentes, o que nos permitirá refletir sobre os papéis do Estado, da “esfera pública” ou sociedade civil, e da iniciativa privada ou “mercado” nas decisões, negociações, conflitos e controvérsias que envolveram o planejamento (no sentido mais amplo da palavra) desses portos. O Portocel, terminal portuário especializado em celulose, foi construído no fim dos anos 1970 e faz parte do complexo exportador de celulose implementado no estado no contexto do 2º PND – Plano Nacional de Desenvolvimento. Posteriormente, em 1996, o Portocel foi duplicado e em 2019 foi expandido, passando a contar com um pátio para rochas ornamentais (granito). O Terminal Nutripetro, planejado por volta de 2010, pretendia se instalar em área próxima ao Portocel, e tinha como principais mercadorias-alvo as rochas ornamentais produzidas no estado, bem como o chamado *supply* (equipamentos de apoio a plataformas de petróleo). O Porto Norte Capixaba, da empresa Manabi, localizado próximo à comunidade de Degredo, poucos quilômetros ao norte da foz do Rio Doce, teria como mercadoria principal o minério de ferro extraído em Minas Gerais. Tanto o porto da Nutripetro como o da Manabi tiveram suas licenças ambientais indeferidas, respectivamente em 2015 e 2016, em processos complexos que tiveram participação de populações tradicionais, órgãos ambientais, Ministério Público, etc. A partir de ampla documentação que inclui Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-Rima), documentos de instituições estatais e notícias de jornal, buscamos entender em que sentido o *Estado planejador* – que gerava uma aparência de unanimidade sobre os “interesses nacionais”, mesmo que para isso recorresse à repressão e censura – parece ir aos poucos dando lugar para um *Estado gestor* de conflitos, de controvérsias e de crises.

Os Capítulos de número 2 a 5 contêm uma estrutura na qual cada um deles possui introdução, revisão bibliográfica, análises de dados e documentos e conclusão ou considerações finais. Para evitar a repetição de conclusões já feitas, a dissertação não conta com um capítulo de considerações finais. Dois anexos são apresentados: o primeiro é um resumo das principais entrevistas realizadas em campo – utilizadas sobretudo nos

capítulos 4 e 5, que abordam processos mais recentes – e o segundo é um Decreto Municipal de Santa Cruz (1896) que se encontra no Arquivo Público do Espírito Santo.

De modo a familiarizar o leitor com a área que aqui chamamos “litoral norte capixaba” e mostrar que alguns dos principais núcleos populacionais desse litoral já existiam com o mesmo nome no início do século XIX, apresentamos na Figura 1 as localidades visitadas em 1812 pelo Bispo do Rio de Janeiro – em roxo – sobrepostas aos atuais limites municipais e a três outros núcleos populacionais – em preto – que surgem, aparentemente, já no século XX. Na figura aparecem também o Rio Doce e algumas de suas ilhas mencionadas pelo Bispo, ilhas onde não residiam pessoas, mas praticava-se agricultura, além da cidade de Linhares, sede do município, mais distante do litoral.



Figura 1: O litoral norte capixaba, na definição que utilizaremos nesta dissertação, se situa entre Nova Almeida e as comunidades próximas da foz do Rio Doce. Em roxo: localidades e nomes registrados pelo Bispo Coutinho ([1812] 2002). Elaborado por Evandro de Martini, 2021.

Cabe ainda observar, em relação ao mapa simplificado acima, que o Portocel e o porto da Nutripetro se localizam a menos de um quilômetro de distância da comunidade de Barra do Riacho (constando no mapa como “Riacho”), e que o porto da Manabi, caso construído, se localizaria ao norte da foz do Rio Doce, poucos quilômetros ao sul da comunidade quilombola do Degredo.

Prólogo

Após a introdução que apresentou os temas e questões motivadores da pesquisa, faremos aqui, ainda em caráter introdutório, uma primeira abordagem desse litoral norte capixaba, de forma mais descritiva e com menos aprofundamento teórico do que nos capítulos propriamente ditos desta dissertação. O interesse aqui é contrapor duas formulações de meados do século XX sobre o litoral do Espírito Santo: a abordagem científica do geógrafo francês Pierre Deffontaines nos anos 1930, e o ponto de vista mais literário e despreocupado do cronista Rubem Braga nos anos 1940-50. Além de uma série de descrições que situarão o leitor sobre esse trecho do litoral brasileiro não tão conhecido pelo público em geral, a partir desses dois autores – Deffontaines e Braga – será possível uma primeira aproximação de temas como a modernização e o dualismo “modernidade x atraso”. Este prólogo, portanto, dá ensejo a uma discussão inicial sobre esses temas, que serão aprofundados nos capítulos seguintes, tanto do ponto de vista teórico como em termos de análises de documentação e dados empíricos. A própria história da Geografia já começa a aparecer neste prólogo: ao abordarmos um representante da Geografia Regional Francesa, será necessário um mínimo de contextualização, embora esse pesquisador e o modo como põe em prática o “método regional” sejam apresentados com o devido cuidado depois, no capítulo 3.

i) As ruínas e a “gente miserável” do litoral segundo Pierre Deffontaines

A importância da obra de Pierre Deffontaines na formação da ciência geográfica brasileira é um dos motivos para a atenção aqui dedicada a seus textos abordando o Espírito Santo; o outro motivo é que, longe de serem exceções, eles se inserem em uma vasta produção de historiadores, geógrafos, planejadores e burocratas, entre outros, que abordaram este estado a partir de um consenso modernizador, em que a ciência e o planejamento teriam o papel de contribuir para a superação do atraso.

Ambos os textos de Deffontaines aqui abordados – uma monografia regional com foco no estado do Espírito Santo e um artigo mais abrangente voltado para a formação da “rede de cidades no Brasil” – foram publicados originalmente em 1938, após sua passagem pelo Brasil na década de 1930. Passagem de poucos anos, mas na qual ele teve um papel crucial ao articular a formação dos primeiros cursos superiores em Geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro.

No artigo em que busca responder à questão “Como se constituiu no Brasil a rede de cidades”, Deffontaines ([1938] 1944) se preocupa em explicar por que algumas cidades “progrediram” e outras não. Ao abordar as cidades que se originaram a partir do aldeamento de indígenas por jesuítas, ele descreve o litoral do Espírito Santo com palavras bastante negativas:

No Espírito Santo e na Bahia, por exemplo, muitos pequenos portos que bordam o litoral nas desembocaduras dos cursos de água, são antigos postos missionários onde os jesuítas tinham vindo agrupar os indígenas: Santa Cruz, São Mateus, Piúma, Benavente.

Mas estas aglomerações estão em geral em decadência, as igrejas caem em ruínas, as casas leprosas de taipa (terra batida) abrigam menos uma população de cultivadores do que gente miserável, [...] levando uma vida mais ou menos parasitária.

Assim, esta tentativa de povoamento aglomerado pelas reduções abortou em quase toda parte [...] (DEFFONTAINES, 1944, p.142).

Nos próximos capítulos iremos refletir com mais atenção sobre a caracterização que o geógrafo faz sobre as “aglomerações em decadência”, habitadas por “gente miserável” e “parasitária”. Tratam-se de adjetivos bastante fortes, ainda que com uma escrita que podia ser entendida à época como objetiva e seguindo uma metodologia científica. As formulações de Deffontaines sobre esses pescadores e outras pessoas “parasitárias” do litoral serão desdobradas no capítulo 3. Também será abordada a classificação regional feita pelo francês, em que o litoral capixaba aparece como uma região “atingida por letargia”, “decadente” ou “dormindo”, em oposição a regiões “acordadas e em desenvolvimento” (DEFFONTAINES, 1938, p.178).

Nesta introdução, porém, é relevante observar a conclusão de Deffontaines no trecho citado mais acima: a “tentativa de povoamento aglomerado pelas reduções [jesuítas] abortou em quase toda parte”. Trata-se de uma formulação teleológica que julga séculos de ações e projetos colonizadores pelo resultado final observado pelo geógrafo. A presença jesuíta no Espírito Santo se iniciou em 1549: na década de 1550 foram fundados vários aldeamentos jesuítas que, como reconhece a historiografia capixaba, cumpriram um relevante papel na colonização ao contribuírem para “tornar menos bravios e ferozes os silvícolas⁵ inconquistáveis” (TEIXEIRA DE OLIVEIRA, [1951] 2008, p.82). Para Deffontaines, contudo, todo esse complexo e longo processo de atuação dos jesuítas no litoral “abortou” porque grande parte das vilas e cidades por eles fundadas

⁵ Habitantes da selva, ou seja, os indígenas, que ofereceram bastante resistência aos portugueses nos primeiros séculos de colonização.

estava em “decadência”, com igrejas em ruínas. Isso do ponto de vista do geógrafo, pois nos capítulos da dissertação veremos uma série de entrevistas com populações locais que apontam o período aproximado da visita de Deffontaines como época de fartura. É relevante a mudança de perspectiva quando as pessoas comuns são ouvidas.

A escuta da experiência dos sujeitos não aparece uma única vez na descrição de Pierre Deffontaines sobre o litoral capixaba, pelo contrário: as poucas observações que explicitam a experiência de campo do geógrafo são de olhar distanciado, com menções a paisagens vistas de avião. Em todo o texto, não fica explícito quanto tempo Deffontaines passou em cada local, se fez entrevistas ou medições em campo, todos esses aspectos metodológicos foram silenciados em uma monografia regional na qual as diversas descrições sobre a geografia física e humana são apresentadas sem sabermos se as medições e constatações foram feitas pelo autor ou consultadas em outras obras. Não ficamos sabendo nada sobre a passagem do geógrafo pelo Espírito Santo, se durou alguns dias ou muitos meses.

Não se deve, porém, concluir que a descrição de um ponto de vista distanciado, apressado, seja uma característica típica do “método regional” francês. Pelo contrário, outros geógrafos representantes dessa escola se caracterizaram por suas observações detalhadas sobre populações e seu “gênero de vida, como veremos no capítulo 3. No fundo, o questionamento que faremos sobre a geografia regional francesa naquele capítulo é se para Deffontaines aquelas populações de pescadores e caboclos em “letargia” constituíam um gênero de vida e uma região de menor importância ou se nem poderiam ser considerados um gênero de vida, no sentido em que este, na formulação de Vidal de La Blache (apud GOMES, 1996, p.202), seria caracterizado pela “hegemonia do homem sobre a natureza”. Esses conceitos da geografia regional francesa serão devidamente discutidos no capítulo 3 desta dissertação, porém, como provocação, já destacamos neste prólogo dois trechos da obra de Deffontaines em que “o povo” parece ter certas características e “o caboclo” outras opostas:

No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta com uma velocidade vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos. (DEFFONTAINES, 1944, p. 147-148).

O caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira. Muitos, entretanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos rincões que o avanço colonizador deixou intactos ou nos que a exploração europeia abandonou após a degradação do solo e a decadência das fazendas. Isto significa que são numerosos na zona do litoral, a de colonização mais antiga, e hoje em via de abandono (DEFFONTAINES, 1947, p.144).

Seria o “caboclo”, então, diferente do “povo”? E quem seria esse “povo”? Em que medida o “homem”, formulado por aqueles geógrafos franceses, coloca-se como sinônimo da forma social do sujeito, em princípio masculina e oposta a um não-sujeito natural (SCHOLZ, 1992; KURZ, 2002)? Seria esse “homem” pensado à imagem e semelhança dos próprios sujeitos geógrafos? A partir desse conjunto de questionamentos, abordaremos mais à frente o contexto no qual geógrafos franceses chegaram no Brasil na década de 1930 e elaboraram uma série de descrições e análises que influenciaram o pensamento de geógrafos e planejadores brasileiros por muitos anos.⁶ Essas perguntas ficam formuladas desde já, pois é em parte com o objetivo de ajudar a respondê-las que serão aprofundadas algumas das discussões sobre a modernização no capítulo 1 e sobre a mobilização do trabalho dos indígenas, caboclos e pescadores no capítulo 2.

Buscando um documento daquele mesmo período com um outro ponto de vista sobre o litoral capixaba, encontramos em nossa revisão bibliográfica as crônicas de Rubem Braga. É curioso que o cronista, nas décadas de 1940 e 50, tivesse uma abordagem muito diferente ao se preocupar em ouvir os indivíduos locais, talvez por estar escrevendo crônicas em jornais, sem se preocupar com objetividade científica.

ii) O “outro Brasil” de Rubem Braga e a história-geografia dos heróis

O escritor Rubem Braga, conhecido por suas crônicas publicadas em jornais e depois reunidas em livros, escreveu uma série de textos sobre o Espírito Santo ao longo de sua vida. Nascido em Cachoeiro de Itapemirim/ES em 1912, ele visitou seu estado natal diversas vezes após se mudar para o Rio de Janeiro. Em suas crônicas, Rubem Braga apresenta certos aspectos do litoral do Espírito Santo de meados do século XX que, como ele mesmo diz, não constam nas estatísticas e nos relatórios:

Houve um tempo em que sonhei coisas — não foi ser eleito senador federal nem nada, eram coisas humildes e vagabundas que entretanto não fiz, nem com certeza farei. Era, por exemplo, arrumar um barco [...] e sair tocando devagar por toda a costa do Brasil, parando para pescar, vendendo banana ou comprando fumo de rolo, não sei, me demorando em todo portinho simpático — Barra de São João [RJ], Piúma, Regência, Conceição da Barra [três localidades do litoral do ES], Serinhaém [BA], [...] — ir indo ao léu, vendo as coisas, conversando com as pessoas — e fazer um livro tão simples, tão bom, que até talvez fosse melhor não fazer livro nenhum, apenas ir vivendo devagar

⁶ Não obstante as mudanças e “viradas” na geografia brasileira nas décadas seguintes, com críticas à geografia regional francesa e novas formulações, entendemos que por muitas décadas certas características do pensamento de Deffontaines se repuseram em novos termos.

a vida lenta dos mares do Brasil, tomando a cachacinha de cada lugar, sem pressa e com respeito. Isso devia ser bom, talvez eu me tornasse conhecido como um homem direito, cedendo anzóis pelo custo e comprando esteiras das mulheres dos pescadores, aprendendo a fazer as coisas singelas que vivem fora das estatísticas e dos relatórios – quantos monjolos há no Brasil, quantos puçás e paris⁷? [...]

Já tomei muito avião para fazer reportagem, mas o certo não é assim, é fazer como Saint-Hilaire ou o Príncipe Maximiliano, ir tocando por essas roças de Deus a cavalo [...]. Só de repente a gente se lembra de que esse Brasil ainda existe, o Brasil ainda funciona a lenha e lombo de burro, as noites do Brasil são pretas com assombração, dizem que ainda tem até luar no sertão, até capivara e suçuarana — não, eu não sou contra o progresso (“o progresso é natural”) mas uma garrafinha de refrigerante americano não é capaz de ser como um refresco de maracujá feito de fruta mesmo – o Brasil ainda tem safras e estações, vazantes e piracemas com manjuba frita, e a lua nova continua sendo o tempo de cortar iba de bambu para pescar piau. (O Outro Brasil - Crônica de Julho de 1953, in: BRAGA, 1984, p. 11-12)

Optou-se aqui por manter em um longo bloco o trecho da crônica de Rubem Braga com o intuito de se preservar o estilo de escrita do autor, tão diferente da escrita acadêmica. Vários aspectos dessa crônica são praticamente opostos ao texto de Pierre Deffontaines sobre o Espírito Santo. Para Rubem Braga, é importante conversar com as pessoas, sem pressa, aprendendo com a vida cotidiana e com os aspectos desta que não aparecem nas estatísticas. Ele entende que, se o avião possibilita viagens mais rápidas, “o certo não é assim, é fazer como Saint-Hilaire ou o Príncipe Maximiliano”. Esses autores do início do século XIX normalmente são considerados cronistas, viajantes ou naturalistas, e predecessores da ciência geográfica naquele período anterior ao processo de institucionalização e autonomização da geografia como disciplina universitária. Rubem Braga, portanto, está apontando como positivos alguns aspectos das chamadas “crônicas de viagem”, em oposição às estatísticas e relatórios do seu tempo. O interesse de Rubem Braga em “sair tocando devagar”, conversar e perguntar sobre a vida de pessoas simples é algo que não aparece nos textos de Deffontaines sobre o Espírito Santo.

Na presente dissertação, inserida em um programa de pós-graduação em Geografia, seria absurdo, além de anacrônico, defender o “método Saint-Hilaire” como o fez Rubem Braga. Não é essa nossa intenção, o interesse aqui é questionar alguns dos pressupostos da geografia acadêmica de Pierre Deffontaines que talvez aparecessem para esse autor como necessidades da ciência moderna. Por outro lado, Rubem Braga não explicita a relação entre o tipo de narrativa de viagem realizado, por exemplo, por Saint

⁷ Monjolo: pequeno engenho movido a água, usado para pilar milho e descascar café; puçá: peneira de malhas para apanhar peixe miúdo, camarões, siris, etc.; pari: armadilha de madeira, com que se apanha peixe nos rios (Dicionário Aurélio Ferreira, 1999)

Hilaire, e o contexto em que viviam aqueles autores. Como relata o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2018, p. 278), o “paradigma”⁸ das explorações, com dados sobre paisagens e regiões, tudo embalado em belas descrições, tinha utilidade “notadamente para empreendimentos de desbravamento, classificação e organização do território, no além-mar colonial e também nos espaços internos aos países imperialistas e potências (neo)colonizadoras”. Não obstante, o elogio que Rubem Braga faz às “narrativas de viagem” é interessante por expressar uma certa desconfiança sobre as viagens apressadas de jornalistas e, em um sentido mais amplo, uma certa dúvida sobre o método científico que, cheio de certezas, apontava os caminhos para a modernização do Brasil naquele período. Era a época do segundo governo de Getúlio Vargas, presidente que promovia uma “cruzada rumo ao oeste” visando a ocupação de “espaços vazios” para que “as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas” (VARGAS, 1941).

Muito diferente da metáfora bélica e religiosa da cruzada é o mundo que evoca Rubem Braga. Seu sonho é “ir indo ao léu, vendo as coisas, conversando com as pessoas”, em um barco, “sem pressa e com respeito.” O interesse pelas histórias e opiniões relatadas pelas pessoas comuns aparece também nas duas crônicas de Rubem Braga sobre o caboclo Bernardo, raro exemplo de pessoa das classes populares a ter um lugar entre os chamados heróis do Espírito Santo. O caboclo Bernardo será abordado novamente nos capítulos 2, 3 e 4, com destaque para o papel social não autonomizado desse sujeito que, no mesmo ano de 1887, era citado ora como remador de catraia da barra do Rio Doce (função pública), ora como pescador (profissão privada); ora como caboclo, ora como “índio Bernardo”. O trecho abaixo, um excerto da segunda crônica de Rubem Braga sobre o caboclo Bernardo, traz questionamentos relevantes ao apresentar aspectos positivos nas experiências de vida de pessoas simples e humildes, enquanto Pierre Deffontaines parecia só ver ali miséria, pouca agricultura, ausência de comércio, falta de desenvolvimento.

Contei em outra crônica o duro e teimoso heroísmo, com que o caboclo Bernardo conseguiu levar a salvação aos náufragos do cruzador Imperial Marinheiro, junto à barra do rio Doce, em 7 de setembro de 1887. O livro escrito a respeito pelo Sr. Norbertino Bahiense, do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, vem, com uma grande cópia de documentação, fazer justiça a esse herói esquecido de minha terra. [...] O caboclo Bernardo foi trazido ao Rio [de Janeiro] e aqui recebeu, juntamente com o mestre João Roque da Silva e o cabo Manuel Ferreira da Silva, os dois homens da tripulação que mais energia e coragem mostraram em salvar os outros, a Medalha Humanitária de 1ª Classe. [...]

⁸ O autor se refere sobretudo às descrições de geógrafos do início do século XX, mas sua formulação pode ser “desviada” para os viajantes do período de formação dessa ciência geográfica. Em todo caso, Lopes de Souza (2018) afirma que tal “paradigma” prevaleceu durante muito tempo.

Contou-me um velho habitante do rio Doce que na Corte perguntaram ao caboclo o que ele queria mais para si. O caboclo Bernardo disse que para si não queria nada, mas pediu a nomeação de seu velho pai, o caboclo Manduca, para o posto vago de prático da barra do rio Doce; e depois de todas as honras que recebeu no Rio e em Vitória, voltou para o remo da catraia onde ajudava o seu velho. Rejeitou um bom posto na Capitania dos Portos, em Vitória, pois não queria sair de Regência.

Alguém o viu ali aos 47 anos de idade “descalço, andrajoso e esquecido”. A bela medalha de ouro mandada cunhar especialmente para celebrar seu feito, ele, com toda certeza, a vendeu.

Não creio – nem o velho Meireles, que o conheceu bem – que o caboclo Bernardo fosse infeliz por andar “descalço, andrajoso, e esquecido”. Era casado, e vivia a sua vida, “muito respeitado aqui, pois era um sujeito mesmo muito bom e muito direito”.

(Rubem Braga: O Caboclo Bernardo – Parte II. Fevereiro de 1949, in: BRAGA, 1984, p.124-126)

O adjetivo “andrajoso”, segundo o dicionário de Aurélio Ferreira (1999), significa “esfarrapado”, ou seja, na descrição de Rubem Braga a partir de relatos de antigos moradores de Regência, o caboclo Bernardo, merecedor de medalha de honra entregue pela Princesa Isabel e elogiado em toda a imprensa do Rio de Janeiro (CALMON JR., 1975), no fim de sua vida andava descalço e se vestia com roupas velhas, o que não impedia, para o cronista, que ele fosse um sujeito respeitado.

Outro elemento relevante mencionado por Rubem Braga: após a história do caboclo Bernardo passar alguns anos relativamente esquecida, esse “herói” foi salvo do esquecimento por um membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHG-ES). Faz-se necessária aqui uma digressão a respeito dessa instituição e da “História dos Heróis”. O IHG-ES foi fundado no dia 12 de junho de 1916, exatamente 99 anos após o fuzilamento do capixaba Domingos José Martins durante a Revolução de 1817, tentativa mal-sucedida de ruptura que precedeu a independência do Brasil em 1822. Segundo as atas do Instituto, no momento de sua criação havia dois objetivos: “promover a fundação de um grêmio que se destinasse ao estudo de geografia e história do Brasil e especialmente do Espírito Santo”, e em segundo lugar preparar a comemoração do centenário da “gloriosa data republicana [que foi] a revolução de 1817 e o papel que nela tivera Domingos Martins” (IHG-ES, 1917, p.8).

A história dos heróis e a geografia dos heróis que realizava o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo tinha como objetivo declarado cultivar as tradições espirito-santenses e reviver feitos patrióticos. A descrição do território aparecia normalmente ligada aos atos dos “grandes homens”: a foz do Rio Doce era associada aos atos heroicos do caboclo Bernardo, a fundação da cidade de São Mateus era atribuída ao Padre

Anchieta, a cidade de Anchieta (local da antiga aldeia jesuíta de Reritiba) era celebrada como o local onde o mesmo padre passou seus últimos anos e faleceu. Esse culto aos heróis, que parece ter se intensificado no Espírito Santo no começo do século XX, não ficou restrito a discussões e publicações eruditas. Com a Lei Estadual 1.307, de 1921, o município de Santa Isabel passou a denominar-se Domingos Martins e o de Benevente (antes Reritiba) ganhou definitivamente o nome de Anchieta.

Essa história e geografia dos heróis nacionais pode ser associada ao que o filósofo alemão Walter Benjamin aponta como identificação dos historiadores com os vencedores. É difícil separar a importância dada ao Padre Anchieta (1534-1597), nome de relevância na “pacificação do gentio”, da importância, nos primeiros séculos de colonização, da formação de “estreitos laços de aliança” (ALMEIDA, 2017) com alguns grupos indígenas, contra grupos rivais que representaram contínua ameaça aos colonizadores. E por mais que Domingos Martins tenha feito parte de uma revolução mal-sucedida em 1817, a Independência em 1822 torna-o *a posteriori* um defensor da causa vencedora.

Ora, os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. [...] Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje por cima dos que, hoje, jazem por terra. (BENJAMIN, [1940] 2005, p.70)

O legado histórico que permaneceu ao longo de séculos, e que foi transmitido até nossa época, em grande parte foi selecionado pelos “vencedores de turno”. Para Benjamin, todos os chamados “bens culturais” das civilizações, sem exceção, têm uma proveniência dialeticamente ligada à barbárie, celebrando a guerra e a violência, pois o “esforço dos grandes gênios” está acompanhado do sofrimento anônimo de seus contemporâneos (ibid.).

O caso do Padre Anchieta é revelador a esse respeito: membro da Ordem Jesuíta, ele foi considerado um padre carismático e responsável pela catequização de inúmeros indígenas. Também foi o autor da primeira gramática tupi-guarani da América Portuguesa e a ele foram atribuídas diversas curas de enfermidades. Anchieta escreveu ainda o poema em latim “*De Gestis Mendi de Saa*” (circa 1560), resumido por Darcy Ribeiro como dois mil versos de louvação a Mem de Sá, administrador colonial responsável por subjugar as populações indígenas, com elogios como:

Quem poderá contar os gestos heroicos do Chefe
à frente dos soldados, na imensa mata:
Cento e sessenta as aldeias incendiadas

Mil casas arruinadas pela chama devoradora
(ANCHIETA, apud RIBEIRO, 1995, p.50).

Os incêndios de habitações de indígenas, longe de serem acontecimentos restritos ao século XVI, fizeram parte da história capixaba ainda no século XX, como veremos no capítulo 3 desta dissertação. Com essa observação sobre a violência colonizadora que, apesar de tantas mudanças históricas, seguiu fazendo parte da vida das populações – seja a violência efetivada, seja sua ameaça – podemos encerrar esses parênteses sobre a “História e a Geografia dos Heróis” e retornar para as observações do cronista Rubem Braga nas décadas de 1940 e 50.

É importante notar que Braga “não crê” que o caboclo Bernardo fosse infeliz por andar descalço e com roupas velhas. Esse “não crê” é bastante diferente das certezas de Pierre Deffontaines sobre as populações do litoral capixaba. Para o geógrafo francês não parece haver qualquer dúvida de que as igrejas estavam em ruínas, de que as casas de terra batida eram “leprosas” (adjetivo dos mais estigmatizantes) e habitadas por “gente miserável”. Houve uma tentativa de povoamento – como o geógrafo constatava ao ver as igrejas, portos, casas, etc. – mas essa tentativa “abortou”. No texto de Rubem Braga, a dúvida parece mais presente: se, segundo ele, há tantas coisas “singelas que vivem fora das estatísticas e dos relatórios” (BRAGA, [1953] 1984), com base em que critérios poderia alguém afirmar que esta ou aquela aglomeração urbana “abortou”? São essas críticas ao *consenso modernizador* que buscaremos desdobrar nessa dissertação.

iii) “Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” – eles ou nós?

Entre as certezas compartilhadas pelos cientistas que, nos tempos de Deffontaines, se deparavam com populações de caboclos ou de indígenas no Brasil, uma das mais comuns era a ideia de que aquelas populações representavam resquícios do passado, destinadas a desaparecer em um futuro próximo, seja pela morte de seus últimos representantes, seja “confundidos na massa da população civilizada”⁹ (BRASIL, 1850b), conforme já haviam formulado autores influentes como Euclides da Cunha: segundo este último, as “sub-raças sertanejas do Brasil” estariam “destinadas a próximo

⁹ A expressão consta em uma Decisão do Império um mês após a Lei de Terras de 1850, decisão sobre o que fazer com as terras que, mediante sesmarias ou outros documentos legais, pertenciam a indígenas, terras que, porém, não estariam ocupadas, uma vez que os descendentes daqueles estariam “confundidos na massa da população civilizada”. Se a expressão citada tem aparência de mera descrição de um processo ocorrido anteriormente, veremos no capítulo 2 que se tratava também de um projeto.

desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização [...]. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo” (CUNHA, 1946 [1901], Nota Preliminar).

Em um período posterior, Pierre Deffontaines iria reafirmar parte dessas conclusões, inclusive citando Euclides da Cunha em suas análises. Para Deffontaines (1938, p.168), o litoral do Espírito Santo, marcado por letargia, era “um canto do Brasil que se despoeva e morre.” Uma das preocupações centrais de Deffontaines em seus estudos sobre o Brasil era entender por que motivos algumas regiões se *povoavam* enquanto outras se *despovoavam*, formulação que, se refere não somente a migrações mas também a uma certa “marcha” do progresso e da civilização em que certas populações iriam ficar para trás, ou poderiam ainda ser profundamente transformadas e “revigoradas” pela chegada de colonos europeus (DEFFONTAINES, 1944). Ou seja, segundo esse raciocínio teórico e epistemológico, o futuro destinado aos caboclos e outros povos “retardatários” (CUNHA, 1946) seria ou a morte ou a assimilação à civilização. Nesse sentido, como têm estudado antropólogos mais recentes, as populações tradicionais foram sendo descritas como “objetos exóticos, resíduos de um passado distante” (PACHECO DE OLIVEIRA & ALMEIDA, 2016).

Em resumo, boa parte das formulações sobre *populações tradicionais*¹⁰ – indígenas, pescadores, quilombolas, etc. – no Brasil e no mundo foram realizadas a partir de uma perspectiva dualista que pressupunha “um sistema centrado na tradição” em oposição a um outro sistema “definido por aquilo que não é tradicional, ou seja, o sistema do novo” (GOMES, 1996). Sob tal perspectiva, como argumenta o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2021, p.6), havia uma ideia comumente presente de que aquelas coletividades tradicionais estariam “inexoravelmente fadada[s] a desaparecer, o que a[s] tornaria lógica e tragicamente distinta[s] daquela do pesquisador e da sociedade em que ele vivia.”¹¹ O que tais estudos deixaram de fora do seu foco, segundo Pacheco de Oliveira (2016), foram as formas concretas pelas quais aquelas coletividades conseguiram de alguma maneira resistir e continuar a atualizar sua cultura na contemporaneidade, inclusive formulando projetos de futuro.

¹⁰ Essa denominação torna-se predominante no fim do século XX, como veremos no capítulo 4.

¹¹ Ailton Krenak, em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, argumenta que desde os tempos coloniais se estabeleceu uma “relação muito equivocada entre o Estado e essas comunidades [indígenas]”, relação que segue cheia de dilemas “no século XXI, quando a maior parte das previsões apostava que as populações indígenas não sobreviveriam à ocupação do território, pelo menos não mantendo formas próprias de organização, capazes de gerir suas vidas” (KRENAK, 2019, p.38-39). Essas previsões mencionadas por ele se baseavam em certas premissas sobre a modernização e o progresso, que abordaremos no capítulo 1.

A constatação de que as populações do litoral norte capixaba fazem projetos relacionados ao seu território esteve entre as motivações iniciais desta pesquisa. Inicialmente pensamos em comparar os “planejamentos locais” com o planejamento estatal, aquele que normalmente se associa ao significado dessa palavra. Ao longo da pesquisa, para evitarmos uma confusão conceitual, o conceito *planejamento* acabou restrito aos planos modernizadores, quase sempre elaborados com pouca ou nenhuma participação local. O que não significa que os projetos de futuro das pessoas comuns não mereçam a atenção de pesquisas futuras sobre temas correlatos àqueles aqui estudados.

Finalmente, em debate com o olhar dos pesquisadores que viam aquelas populações como fadadas a desaparecer e por isso distintas daquela “sociedade brasileira” mais geral, distintas do povo que vivia no “país do futuro”¹², afinal o “povo” parecia ter características diferentes do “caboclo” (DEFFONTAINES, 1944; 1947), é possível afirmar que, nos tempos atuais de crise climática, crises econômicas, crises de refugiados e outras formas de manifestação de uma crise mais geral, uma outra perspectiva se apresenta. Isto é, o olhar que propomos aqui não é exatamente otimista em relação às comunidades tradicionais que, como veremos, viveram e vivem em meio a inúmeros projetos modernizadores, entre os quais se encontram os projetos portuários dos últimos anos, ponto de chegada desta dissertação. Não temos certeza sobre a existência futura daquelas comunidades em meio ao *colapso da modernização* (KURZ, 1992), porém também não temos certeza sobre a existência futura da *nossa* sociedade, por exemplo aquela onde circulam os pesquisadores atuantes no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES. Essas incertezas talvez nos aproximem a todos e todas, aproximação negativa pela falta de confiança em um cenário de *business as usual*¹³ para a sociedade moderna, aproximação pelo colapso, mas que talvez tenha como ponto positivo o abandono do olhar cheio de certezas que tantos pesquisadores do passado lançaram sobre as sociedades ditas “primitivas”.

¹² Expressão do austríaco Stefan Zweig ([1941] 2006), que elogiava no Brasil o que ele entendia como convivência harmoniosa entre classes e etnias, inserindo-se em um “consenso miscigenador” que se somava ao “consenso modernizador”, conforme observação da Profa. Ana Carolina Leite.

¹³ Expressão em inglês para “negócios como sempre”, ou seja, tudo funcionando como esperado.

Capítulo 1. Sentidos da Modernização

1.1 Geografia e Modernidade: a ciência racional e a oposição entre o moderno e o tradicional

Ao contrário do prólogo – que buscou apresentar alguns aspectos empíricos do litoral norte capixaba e introduzir elementos que serão retomados em detalhes mais à frente –, nos capítulos de discussão mais propriamente teórica desta dissertação serão revistos com mais cuidado alguns dos conceitos e categorias que nortearão as discussões. Entendemos que a modernização, por aparecer já no título da dissertação e, de uma forma ou de outra, ser de suma importância em todos os capítulos, pode nos guiar nessa discussão inicial de fundamentos teóricos: uma série de aproximações e definições sobre modernidade e modernização permitirão também a abordagem inicial de temáticas como *populações tradicionais*, *colonização*, *esclarecimento* e, finalmente, as categorias das relações capitalistas – e a historicidade da formação dessas categorias e sua autonomização –, com destaque em nossa análise para a categorias *mercadoria* e *trabalho* atuando como mediação entre populações que, em um olhar inicial, poderiam parecer isoladas.

A primeira aproximação aqui, com questionamentos sobre *Geografia e Modernidade* a partir do livro de mesmo nome, de Paulo Cesar da Costa Gomes, corresponde a um momento inicial de nossa pesquisa¹⁴ e apresenta algumas formulações gerais sobre a geografia, a serem complementadas ou tensionadas com as seções seguintes deste capítulo. Em seu livro, Gomes aborda várias correntes da Geografia ou ainda, como ele o define, vários momentos do pensamento geográfico moderno. Não obstante as várias diferenças entre propostas de como se pensar e se fazer a geografia, o autor destaca que cada corrente do pensamento geográfico se apresentou utilizando a

mesma estrutura de argumentação, invocando a força do novo e do revolucionário, e fazendo tabula rasa dos antigos antagonismos. [...] Assim, sem negar o caráter inovador de certas questões [...] percebemos que as “revoluções” na geografia partiram sempre do anúncio de uma ruptura definitiva ou do rompimento deste ciclo. Entretanto, ao recorrerem à mesma dinâmica, estas correntes reforçaram ainda mais esta estrutura fundamental, que procuravam ultrapassar (GOMES, 1996, p.340-341).

¹⁴ Tivemos contato com a obra de Gomes durante a disciplina Teoria e Método, ministrada pelo professor Luis Carlos Tosta dos Reis. A partir do livro de Gomes, o professor discutiu o surgimento e desdobramentos da Geografia como conhecimento científico situado na modernidade, buscando ainda fazer a Teoria Geral da Geografia dialogar com o projeto de pesquisa de cada aluno(a) do PPGG, tarefa nada simples.

A “estrutura fundamental” do pensamento moderno, para este autor, inclui entre seus principais elementos a “refutação da tradição ou do antigo”, presente também nos diferentes movimentos do pensamento geográfico moderno, assim como “uma mesma certeza de alcançar uma verdade científica superior” (ibid.). Para sustentar seu ponto de vista e chamar atenção para o caráter moderno de diferentes correntes geográficas, Gomes precisou explicitar o que entende como modernidade:

Primeiramente considera-se que este período [moderno] começa, a despeito de todas as controvérsias em torno das questões relativas às suas origens, no momento em que um novo código de valorização intervém em diversas esferas da vida social [...] Trata-se de uma mudança sutil e gradual [...] ainda que uma época moderna seja facilmente identificada.

[...] um dos traços mais marcantes dessa época foi o novo lugar conferido à ciência. [...] enquanto descrição e imagem de mundo, o discurso geográfico procura, na modernidade, ser um discurso científico e moderno. Ele reproduz, assim, as características fundamentais da época (ibid., p.28)

Nessa linha argumentativa, Gomes formula a uma “época moderna” a partir de mudanças na história das ideias, a partir da “mudança de valores que caracteriza esse período”. Voltando sua atenção para essa “mudança de valores” marcada por uma predominância da ciência, inclusive no “discurso geográfico”, ele entende ainda que na base deste pensamento moderno há um duplo fundamento formado pelo par *novo/tradicional*. Estas duas noções, lembra ele, existem há muito tempo, mas somente a partir da modernidade elas se constituíram em uma verdadeira oposição que estrutura o pensamento:

Para que se possa falar de um sistema centrado na tradição, é preciso que ao mesmo tempo exista um outro sistema que marque em relação a ele sua oposição, definido por aquilo que não é tradicional, ou seja, o sistema do novo; são, pois, dois sistemas que se opõem, mas que estruturam uma mesma ordem. (GOMES, 1996, p.29)

Ao contrário de outros autores que abordaremos neste capítulo, Gomes não vai buscar explicitar as relações entre mudanças na “história das ideias” e mudanças que ocorriam na realidade no mesmo período, como a colonização das Américas, o desenvolvimento da economia capitalista, etc. Os “dois sistemas que se opõem” – um sistema centrado na tradição e outro na inovação – e que estruturam o pensamento moderno são, eles mesmos, sistemas de pensamento: o autor não os relaciona a sistemas políticos ou econômicos. No livro de Gomes, as ciências – incluindo a geográfica – parecem ocupar um lugar autônomo, pouco importante seus desdobramentos diretamente relacionados ao colonialismo, às disputas comerciais e bélicas entre países que

estimularam as inovações. Em nossa pesquisa, pelo contrário, ao estudarmos sobre um longo e multifacetado processo de modernização, buscamos entender o quanto a autonomização da ciência fez parte dessa mesma modernização em processo, por meio da institucionalização da universidade, da possibilidade de sujeitos cientistas viverem de ciência com uma relativa autonomia, ou aparência de autonomia e de neutralidade, ao contrário de um período anterior em que o “discurso científico e moderno” – adotando aqui as palavras de Gomes – foi exercido por fazendeiros, por comerciantes e outros sujeitos diretamente envolvidos na concorrência econômica.

Apesar dessa limitação a uma história das ideias geográficas como se estas fossem autônomas, consideramos importante a associação que Gomes faz entre *geografia* e *modernidade*, inclusive por apresentar continuidades entre as diferentes correntes que ele aborda: para ele, falar em história da ciência geográfica equivale a falar da produção de uma descrição e imagem do mundo produzida na modernidade, portanto um “discurso geográfico [que] procura, na modernidade, ser um discurso científico e moderno” (Ibid., p.28).

Na particularidade territorial que nos interessa, o litoral norte do Espírito Santo, veremos que em certas formulações nas últimas décadas – sejam elas de políticos, tecnocratas e planejadores, seja de pesquisadores acadêmicos – sobre as pessoas que vivem distantes dos grandes centros urbanos, por exemplo os chamados *pescadores artesanais*, é comum a afirmação de que *modos de vida* tradicionais existiam de forma isolada até um passado recente, até o momento em que a modernidade chegou – de uma vez por todas – naquele contexto territorial.¹⁵ É esse tipo de formulação que queremos evitar nesta dissertação. Consideramos que essa tradição pura foi inventada por mentes modernas que pensam a partir dessa “ordem moderna” estruturada, segundo Gomes (1996), pelo par *novo/tradicional*.

Para aprofundarmos essa discussão sobre o *novo* que precisa de um *tradicional* – e vice-versa – em sua “dinâmica de justificação” (Ibid.), a seguir mencionaremos

¹⁵ Por exemplo as seguintes formulações, que serão abordadas respectivamente nos capítulos 4 e 5: “A ruptura dos modos tradicionais de vida [na planície costeira do Rio Doce] ocorreu na década de 1980.” (PORTUGUEZ, 2019, p.14); e “‘Não havia [até os anos 1970] qualquer atividade econômica na região’, diz Leopoldo Brandão. Segundo ele, o máximo que se encontrava no lugar era culturas como a de mandioca, mas extremamente rudimentares, apenas de subsistência.” (IN: A Gazeta, 31/10/1978, p.14). Importante notar ainda que a primeira citação desta nota vê a “tradição” como positiva, a segunda descreve desfavoravelmente a agricultura “rudimentar, apenas de subsistência”, mas ambas supõem uma comunidade tradicional até recentemente isolada e autóctone, com tradições que tenderiam a ser superadas com a chegada da modernidade. O próprio conceito *modo de vida* também será abordado no capítulo 4.

brevemente dois autores cujas provocações nos levam a questionar alguns pressupostos quase naturalizados em nosso pensamento tributário da ciência moderna. Um deles, o historiador Eric Hobsbawm, ao organizar um livro nomeado *A invenção das tradições*, vai elaborar um capítulo cujo nome, como o do livro, já traz a contradição para o centro da análise: *A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914*. Ele se refere a uma época de acelerada industrialização e urbanização na Europa, na qual também as tradições dos Estados-Nações teriam sido aceleradamente produzidas, como por exemplo os vestuários típicos nacionais e os esportes com regras unificadas em escala nacional ou mesmo internacional. Assim, para Hobsbawm (2008, p.271-272), tradições surgiram naquele período com “frequência excepcional”, com “novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais” surgindo naquele período em que a Europa passava por “profundas e rápidas transformações sociais”.¹⁶ Afinal, “grupos sociais, ambiente e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados” exigiam, em suma, novas tradições que estruturassem as relações sociais.

Também de maneira provocativa, o romancista Guimarães Rosa ([1967] 2015, p.33) vai afirmar, na boca do personagem Riobaldo, em diálogo com uma pessoa que chega de fora para conhecer o sertão: “o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada.” Poderíamos perguntar, após essas provocações: em algum momento existiu esse tradicional legítimo? Esse tradicional legítimo não teria qualquer mediação com o processo de modernização que ocorria em outras partes do mundo e mesmo ali no sertão? Ou seja, o tradicional “legítimo” parece ser sobretudo uma construção teórica que depende do moderno para existir, afinal quem confere legitimidade, no sentido estrito de uma legitimidade socialmente construída e pacificada, são os historiadores, os antropólogos, os Estados e suas instituições.

No pensamento econômico brasileiro, a temática do subdesenvolvimento foi muito debatida em meados do século XX a partir de uma polarização rígida entre modernidade e atraso. Um grupo de pensadores ligados à Cepal¹⁷, com destaque para Celso Furtado, buscou a superação do subdesenvolvimento a partir da formulação de políticas públicas que modernizassem os setores “atrasados” da economia nacional. Para

¹⁶ Entre as “novidades” que foram importantes para a invenção de tradições na Europa daquele período, Hobsbawm (2008, p.279) chama atenção para a educação primária, “um equivalente secular da igreja” por ser voltada para o conjunto da população e não para uma minoria.

¹⁷ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, criada em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas – ONU.

o pensamento cepalino, a indústria representava o que havia de mais moderno em termos de forças produtivas: a modernização tinha, então, um programa específico a ser adotado, o da substituição de importações de produtos manufaturados por meio da internalização da indústria no Brasil. Ao mesmo tempo, dentro das fronteiras nacionais, também havia a preocupação com a integração nacional e a redução dos desequilíbrios regionais: portanto, dentro do território nacional, o objetivo geral era que todas as regiões¹⁸ alcançassem “formas superiores de organização da produção” (FURTADO, [1959] 1987).

Francisco de Oliveira ([1975] 2003), em sua *Crítica à razão dualista*, vai reconhecer o “modelo Cepal” como um importante interlocutor para o pensamento crítico, mas ao mesmo tempo vai conceituar entre os fundamentos desse modelo teórico o pensamento dualista que tem como pressuposto uma rígida separação entre um setor *moderno* e os setores *arcaicos*¹⁹ da sociedade brasileira.

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, [1975] 2003, p.32).²⁰

A perspectiva crítica de Oliveira quanto ao planejamento regional, bem como os pressupostos *etapistas* do “modelo Cepal” de superação do subdesenvolvimento, serão desdobrados nos próximos capítulos em diálogo com o contexto territorial de nossa pesquisa. Neste momento, o importante é reter o quanto a crítica ao dualismo feita por Oliveira se assemelha à formulação de Gomes (1996), abordada acima, sobre o par

¹⁸ Trata-se, neste parágrafo, da região conforme conceituada por Furtado. Logo em seguida, trazemos a crítica de Oliveira a essa conceituação dualista de regiões atrasadas e modernas. Ao invés de propormos desde já um conceito “correto” de *região*, esse debate ocorrerá ao longo dos capítulos da dissertação.

¹⁹ “O processo de integração econômica dos próximos decênios [...] exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões” (FURTADO, [1959] 1987).

²⁰ Para um debate sobre os fundamentos desse pensamento sobre o subdesenvolvimento que pressupõe um sentido dado da evolução histórica e/ou econômica, bastando acelerar a modernização para alcançar os objetivos supostamente desejáveis, conferir: a formulação de “modernização retardatária” ou “atrasada” por Robert Kurz (1992); o artigo de Marildo Menegat no livro organizado por Cássio Boechat (2022); e, no nosso capítulo 1, o debate realizado por Paulo Cesar Gomes (1996) sobre o par novo/tradicional como fundamento do pensamento moderno e sobre como isso se observa nas várias correntes do pensamento geográfico.

“moderno/tradicional” como uma das bases do pensamento moderno, embora esses dois autores tenham pressupostos teóricos diferentes.

Na nossa pesquisa, temos buscado investigar esse par entre moderno e tradicional inserido em um sistema de pensamento marcado por um consenso modernizador, com teorias e abstrações que, após passarem por debates, livros, artigos em jornais e em periódicos científicos, influenciam as práticas cotidianas, por exemplo, por meio de políticas públicas. Ao mesmo tempo, em uma via de mão dupla entre prática e pensamento, também as condições de existência concretas, em termos de relações de produção, de reprodução social e de relações com a assim chamada natureza, criam as condições para que certas reflexões possam ocorrer. Veremos, por exemplo, que o debate teórico sobre *terras devolutas* ou *terras virgens* no Espírito Santo foi influenciado por inúmeros fatores não explicitamente ligados à terra, a exemplo do suposto “excesso” de pescadores simultaneamente à “falta de braços” para outras atividades como a agricultura, formulações frequentes em textos do século XIX sobre o contexto territorial que examinaremos.

A partir dessa discussão acima, entendemos que fazer uma oposição estrita entre modernos e tradicionais, seja com uma cerca separando uns e outros, seja com uma periodização histórica estrita entre uns e outros ou com qualquer outro artifício prático ou teórico, poderia nos levar por caminhos pouco frutíferos. Assim, buscaremos a seguir conceituar não a *modernidade* – para Gomes um período histórico, uma “época moderna” – mas uma série de processos de *modernização*.

1.2 Modernização e colonização, processos que caminham juntos

A modernização não é um processo que ocorre em um espaço fixo e delimitado e sem mediações externas: é mesmo um lugar comum dizer que ela move fronteiras²¹, ou que a modernização, como também o capitalismo, dependem de uma permanente expansão. Para nos aprofundarmos um pouco sobre a questão, abordaremos as formulações do geógrafo David Harvey sobre ajuste espacial, seguidas de críticas a aspectos dessas mesmas formulações.

²¹ O conceito de fronteira, muito importante para a geografia, será abordado sobretudo no 3º capítulo, quando abordaremos inclusive a historicidade deste conceito e de seu aparecimento na geografia brasileira.

Para Harvey (2005, p.126), o capitalismo “constitui uma força em revolução permanente, varrendo todas formas de vida mais antigas, desatrelando recursos imensos”. Harvey reflete sobre a expansão territorial capitalista na qual os territórios não capitalistas deveriam ser forçados não só a abrir-se ao comércio e ao consumo de mercadorias, mas também a permitir que o capital invista em empreendimentos lucrativos usando força de trabalho e matérias-primas baratas, terra de baixo custo e assim por diante. O ímpeto geral de toda a lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos, formulação lógica que pode servir de eufemismo para guerras coloniais e outros processos violentos. Para Harvey (2005, p.117), nesta *produção do espaço*, são investidos os excedentes de capital e de trabalho, como dinâmica central, resolvendo crises a partir do chamado “ajuste espacial”. O geógrafo Erick Kluck (2016, p.341-349) critica tal formulação de Harvey no sentido em que, para este último, haveria ainda hoje um “externo” às relações de capital, disponível para ser colonizado. Kluck, pelo contrário, busca formular no contexto brasileiro esses territórios aparentemente externos às relações de capital, que em tese estariam disponíveis para sua expansão, como formas particulares concretas que se formaram ao longo da colonização do Brasil que, como veremos, teve um sentido geral ligado à produção de mercadorias e a acumulação capitalista então em curso na Europa.

Kluck (2016, p.346) argumenta que “as relações concretamente particulares (por exemplo, os camponeses) [não são] algo externo à relação social que é o capital”. Trata-se, para ele, da não simultaneidade entre diversas formas particulares de territorialização do capital. Ou seja, as formas aparentemente não capitalistas de produção, como aquelas baseadas em relações de agregação, de trabalho familiar ou mesmo o escravismo, não são fundamentalmente “externas” à modernidade, pelo contrário, foram constituídas por violentos processos ocorridos – nas particularidades brasileiras – desde o início da colonização em 1500.²²

Para repensar essa formulação teórica – apresentada aqui apenas superficialmente – sobre como os limites internos da acumulação em um sistema fechado seriam resolvidos pela expansão ou “ajuste espacial” (HARVEY, 2006, p.119), cabe observar que, em termos históricos, a acumulação de capital na Europa foi um processo indissociável das

²² A esse tema se relaciona a discussão sobre a autonomização das categorias (conferir seção 1.4 abaixo), por exemplo a autonomização da terra como mercadoria a ser comprada e vendida. Nos contextos territoriais e nas relações sociais consideradas “atrasadas” pelos planejadores, as mercadorias terra e trabalho, assim como a mobilidade do trabalho, a separação entre o tempo abstrato do trabalho e o tempo do lazer, todas essas formas modernas não estão necessariamente naturalizadas por todos os sujeitos.

colonizações em diversas partes do mundo, com destaque para as Américas. Como argumenta o historiador Fernando Novais (1995, p.70), “a colonização do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva da época do capitalismo mercantil.” Assim, ao invés da formulação lógica de um “ajuste espacial” apenas como necessidade de um capital já formado e sobreacumulado, ao estudarmos a colonização das Américas observamos na realidade uma modernidade que sempre teve na colonização um de seus pressupostos.

A partir dessa constatação, podemos comparar o “ajuste espacial” formulado por Harvey e o “Antigo Sistema Colonial” formulado por Novais (1995) com a proposta sintética dos geógrafos Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006, p.149) sobre modernização e colonização como processos simultâneos²³: “Quase sempre modernizar é sinônimo de colonizar”. Em termos cronológicos, eles autores parecem discordar dos autores abordados mais acima: para Harvey, o capital já formado se expandiria por meio do “ajuste espacial”; Novais, por outro lado, buscou pensar a “colonização [das Américas] como sistema” inserido na acumulação primitiva europeia: assim, entendemos que para esse historiador a colonização precede a modernização propriamente dita, mesmo porque o objetivo de Novais não foi conceituar uma *modernização* em geral, mas o “Antigo Sistema Colonial” que, para ele, entrou em crise no fim do século XVIII e chegou ao fim no início do século XIX, junto com o Antigo Regime.

Vejamus uma formulação desse historiador que, no nosso entendimento, se alinha com o seu pensamento sobre a colonização como um processo anterior à modernização, com a primeira se expandindo sobretudo espacialmente e a segunda aumentando a produtividade por meio de investimentos tecnológicos: “a economia colonial é [era] de baixa produtividade”, afirma Novais, entre outros motivos, porque a estrutura escravista não era “favorável ao progresso técnico” (1995, p.108-109). Em decorrência disso, o crescimento econômico, “como o notou Celso Furtado,” ocorria extensivamente, agregando novas unidades. O caráter não moderno dessa economia colonial se daria,

²³ Simultâneos, aqui, significa que ambos ocorrem ao mesmo tempo. Porém, formularemos sobretudo que colonização e modernização “caminham juntos”, o que ajuda a pensar ambos como processos em movimento. Essa escolha se dá sobretudo para evitarmos confusão conceitual com a formulação de Kurz (1992) sobre *não-simultaneidade*, importante em nossa pesquisa para compreendermos que o aparente “atraso” seria caracterizado não pela falta de modernização, mas como uma “forma particular concreta da própria modernização” (KLUCK, 2016, p.186), ou seja, não simultânea (mas contemporânea) às “relações propriamente capitalistas” que se dão nas “regiões modernas”.

nessa formulação, sobretudo porque ela “não reinveste em escala crescente, mas apenas repõe e agrega – dilapida a natureza. A economia colonial, escravista-mercantil, é uma economia predatória.” O “modo colonial de produção”, portanto, depredava e dilapidava os recursos e a “paisagem natural”. Não faremos aqui uma cuidadosa contextualização de todos esses complexos conceitos e pressupostos²⁴ mobilizados nessa sintética formulação de Novais com base em Furtado. Mas nos parece possível afirmar, mesmo sem entrarmos em todos os fundamentos, que o argumento opera por meio de um dualismo artificial entre, de um lado, uma economia colonial que não investe em tecnologia e depreda a natureza e, do outro lado, uma economia moderna – ou, com o termo que estamos preferindo, em processo de modernização – caracterizada por produtividade crescente graças a investimento em inovação tecnológica, e que, assim, não precisando dilapidar a natureza, não seria predatória. No entanto, os desdobramentos do modelo agroexportador no Brasil nos últimos anos – investimento em tecnologia aliado à destruição da Amazônia e genocídio indígena, num resumo apertado – se somam a inúmeros outros exemplos globais de processos produtivos que, com as tecnologias mais avançadas dos dias de hoje, seguem sendo predatórios, poluindo e desregulando o clima do planeta. Essa imbricação das tecnologias mais avançadas com as repetidas expansões ou ajustes espaciais sobre contextos territoriais ou “recursos naturais” que o capitalismo segue entendendo como seus “externos”, tudo isso nos leva a considerar que, também nos termos do exemplo dado por Novais, a colonização cronologicamente e logicamente anterior à modernização seria um dualismo artificial e, no fundo, um elogio à produção e ao “reinvestimento” modernos.

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), pelo contrário, é possível falar em um sistema-mundo moderno-colonial, pois ambos os processos caminharam juntos “desde sempre” segundo esses autores ou, em uma definição mais precisa, desde a introdução nas Américas da monocultura em larga escala com trabalho compulsório. Adentrando no argumento desses autores, encontramos temas que aparecerão mais à frente nesta dissertação: trabalho compulsório, monocultura, devastação de povos e de ecossistemas.

Se alguma dúvida resta a respeito dessa imbricação entre as novas técnicas e as novas relações sociais e de poder que se engendravam na conformação do sistema-mundo moderno-colonial, basta observarmos as regiões onde os conquistadores, não encontrando pronto o que havia de ser des-locado, tiveram que organizar, eles mesmos, o espaço conquistado. Assim, as primeiras monoculturas em grande escala foram introduzidas na América ainda no século XVI. Fazer monocultura, ao contrário do que a ideologia tecnocêntrica quer

²⁴ A exemplo do conceito de investimento em escala crescente, ou ainda da ideia de que a produção escravista se opunha ao progresso técnico: são temas importantes do debate sobre o desenvolvimento (ou falta deste) realizado por autores como Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e outros.

nos fazer crer, está longe de ser simplesmente uma técnica mais aperfeiçoada para aumentar a produção, olvidando-se que quem produz para si mesmo jamais faz monocultura, como nos ensina toda a história da agricultura. Exatamente por isso sua introdução na América se fez junto com a escravidão. Modernização é, desde sempre, colonização. A devastação de povos e de seus recursos naturais – ecocídio, etnocídio e genocídio – caminhou junto por todo lado na constituição do sistema-mundo moderno-colonial (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p.108).

Em contraposição a uma “ideologia tecnocêntrica” que entende a monocultura como “uma técnica mais aperfeiçoada para aumentar a produção”²⁵, os autores entendem que essa técnica não é neutra, não é apenas uma escolha voltada para uma maior produção em termos quantitativos, mas também é, e foi desde sua introdução em grande escala nas Américas, uma técnica que pressupunha certas “relações sociais e de poder”.

Entendemos, assim, que Haesbaert e Porto-Gonçalves não estejam negando que a monocultura possa, em certos contextos, “aumentar a produção”. O que eles ressaltam – e que de fato pode passar despercebido em uma sociedade que pressupõe e naturaliza o aumento da produção como objetivo de qualquer atividade humana – é que essa forma de se produzir em monoculturas de grande escala, além de não ser realizada por “quem produz para si mesmo”²⁶, foi intrinsecamente ligada ao tráfico negreiro e ao trabalho compulsório de africanos escravizados e de indígenas no contexto dos séculos XVI a XIX e, desde então, continuou ligada a violências contra humanos e contra a assim chamada natureza, com extinções de espécies, poluição de rios (FERREIRA, 2009), drenagens de lagoas para criar novas terras “aproveitáveis” (LOPES, 2022), etc. Tudo isso aparecerá, nos próximos capítulos, na particularidade do litoral norte do Espírito Santo.

Assim, considerando a continuidade de alguns processos – sem perdermos de vista as consideráveis diferenças, por exemplo, entre o latifúndio de cana de açúcar do século XVIII e o de eucalipto nos dias de hoje –, e tendo em mente também a continuidade das colonizações e “povoamentos” de “terras virgens” após a independência do Brasil²⁷, não

²⁵ Veremos, no capítulo 4, um “Plano de Desenvolvimento Regional” de 1983 cujos autores correspondem a essa “ideologia tecnocêntrica” abordada por Haesbaert e Porto-Gonçalves ao afirmarem que a agricultura no litoral de Aracruz e Linhares era “rudimentar”, “sem espaçamento rígido” entre culturas, com “grau de tecnificação quase nulo”, sem combate a pragas, tudo isso devido à “falta de financiamento”: os burocratas não cogitaram outra causa para o “atraso”, muito menos perguntaram a opinião dos agricultores sobre agrotóxicos ou sobre as culturas com “espaçamento rígido”.

²⁶ Se tomarmos ao pé da letra essa definição dos geógrafos sobre “quem produz para si mesmo”, corremos o risco de juntar no mesmo grupo inúmeras modalidades de agricultura ao longo de séculos. Ainda assim, em geral, trata-se de uma importante provocação sobre o sentido da monocultura ser a produção de mercadorias, e não a satisfação das necessidades de quem planta.

²⁷ Os seguintes exemplos serão brevemente abordados nesta dissertação: as políticas de colonização sistemática com colonos europeus na segunda metade do século XIX, da “Marcha para o Oeste” dos anos

como processos espontâneos, mas como projetos pensados e institucionalizados, adotaremos aqui a definição da colonização como processo que caminha junto com a modernização, ainda que as diversas colonizações e modernizações precisem ser situadas e diferenciadas.

Dada a imbricação entre modernização e colonização, parece importante observarmos algumas outras formulações recentes sobre a temática da colonialidade, definida assim por aqueles mesmos geógrafos:

Trata-se da contraface não assumida da modernidade e implica um conjunto de práticas e saberes que aceita a matriz cultural e política de uma província do mundo - a Europa - como única referência que se quer universal” (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p.147).

A partir dessa ideia de que são colonizadas não só as terras mas também as consciências,²⁸ observaremos nesta dissertação alguns processos em que a colonização incluiu o apagamento ou invisibilização de aspectos culturais de certos grupos, que vão desde a imposição do português como única língua na colônia no período do Marquês de Pombal (século XVIII) até processos mais recentes como o suposto desaparecimento dos povos indígenas do Rio Doce que, de forma impressionante, teriam sumido sem deixar quase nenhum vestígio ou influência sobre a população local, ao menos na formulação do jornal A Gazeta (1985):

O rápido desenvolvimento [...] apress[ou] a absorção, quando não a extinção dos indígenas da região e poucos vestígios deixaram eles de sua anterior presença, notando-se apenas alguns restos de sua cultura material - utensílios abandonados nos lugares onde se demoravam nas suas andanças e correrias, e talvez nada mais.

Essa ideia da colonização como assimilação completa dos sujeitos à civilização tem sido reavaliada por diversos pesquisadores mais recentes, como veremos também para as particularidades do Espírito Santo. Aqui abordaremos brevemente formulações mais gerais sobre essa colonização das mentes que, em muitos casos, é um processo incompleto, que não chega aos resultados pretendidos, como aliás outros aspectos da modernização também chegarão a resultados distantes daquilo que a teoria havia previsto.

1940 e 50 e da criação do *Instituto Nacional de Imigração e Colonização*, autarquia criada em 1953, que em 1970 seria incorporado ao *INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*.

²⁸ O escritor uruguaio Eduardo Galeano (1978, p.179) relaciona os processos coloniais e a memória ou seu apagamento intencional: “Para colonizar as consciências, suprimi-las; para suprimi-las, esvaziá-las de passado. Aniquilar toda prova de que na comarca houve algo mais que silêncio, cadeias e tumbas. Está proibido lembrar.”

O historiador Robert Slenes (2011, p.256) destaca que a experiência das pessoas escravizadas no Brasil, “vista ‘por dentro’ [...], não pode ser reduzida a uma história de submissão, cooptação e aculturação.” Em seu livro *Na senzala, uma flor*, ele busca investigar “a (re)criação de *esperanças e recordações* das pessoas” (ibid., p.27, itálico no original), isto é, a existência de projetos para o futuro e de memórias individuais e coletivas. O que não significa relativizar a violência terrível da escravidão:

É importante frisar que os novos estudos não amenizam nossa visão dos horrores da escravidão nem procuram fazer isso. Apenas devolvem ao escravismo sua “historicidade” como sistema construído por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos. Ajudam a esclarecer as fontes comunitárias da resistência de cativos (SLENES, 2011, p.54).

Apontando aspectos semelhantes, mas preferindo conceituar “culturas de fresta” em detrimento da “resistência” tematizada por Slenes, os historiadores Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino (2018, p.11) afirmam que a agenda colonial produziu a morte, “seja ela física, através do extermínio, ou simbólica”. Assim como Slenes, Simas e Rufino entendem que, do ponto de vista da produção de mercadorias, o corpo escravizado era um fator de produção, cujos custos de reprodução deveriam ser minimizados, porém esses autores buscaram mostrar um outro ponto de vista sobre essa experiência colonial: eles argumentam que a formação do Brasil e das Américas é atravessada pelo colonialismo, de maneira que até hoje as invasões europeias carregam até hoje o status de descobrimento (Ibid., p.97). Porém, na história do colonialismo, além de “genocídios, estupros, assaltos, subalternizações e precariedades”, também “existem muitas frestas” (Ibid., p.97-98). Esses autores chamam a atenção, portanto, para as “frestas”, isto é, “espaços deixados”, onde ocorrem “outras formas de aprendizagens articuladas a diferentes possibilidades de circulação das experiências” (Ibid., p.46).

Mais do que estudar resistências²⁹, portanto, esses autores buscam compreender aspectos da cultura popular que não simplesmente resistem, mas “inventam alternativas de mundo, [chegando] onde aqueles que o combatem não vão chegar, porque não entendem do que se trata” (SIMAS, 2021). Entendemos que Simas e Rufino não estão, aqui, formulando um dualismo entre a cultura popular e a cultura dominante como duas

²⁹ “Resistir é de antemão admitir que você é pautado pelo outro. Lá vem o outro com uma porrada de pautas dele e você fica ali, resistindo. Claro que existem resistências fundamentais, mas eu acho que essas culturas estão um passo além da resistência, porque elas não simplesmente resistem, elas inventam alternativas de mundo. Gosto de trabalhar com a ideia das ‘culturas de fresta’ exatamente por causa disso. Você imagina que o Brasil oficial é um projeto de muro, de desencanto, de concreto, de dureza, mas esse muro tem rachaduras onde você vai praticando a vida, não só como resistência, mas também como invenção constante de mundo” (SIMAS, 2021).

totalidades à parte: embora essa seja uma leitura possível e problemática, a contribuição desses autores é chamar atenção para a invenção e reinvenção constante, nas “frestas”, pelos sujeitos que não aceitam completamente sua sujeição. Ao contrário da formulação sobre resistências – que, ao enfatizar a agência dos sujeitos, pode perder de vista o processo de “coisificação das almas” (ADORNO & HORKHEIMER, [1947] 1985) que veremos na próxima seção –, ao tematizarem o que ocorre nas “frestas”, Simas e Rufino deixam implícito que, para eles, melhor seria a derrubada do “projeto de muro” (SIMAS, 2021), embora essa derrubada esteja, hoje, bem distante do horizonte.

Outra preocupação teórica de Simas e Rufino é a de propor e fundamentar uma “ciência encantada”, em oposição às noções de “ciências humanas” e “humanidade” (SIMAS & RUFINO, 2018, p.30). Por um lado estamos de acordo sobre a importância da problematização do conceito de humanidade, que permeia as discussões trazidas neste capítulo; por outro lado, não pretendemos nesta dissertação propor um outro tipo melhor de ciência, um outro desenvolvimento ou ainda, como o fez Milton Santos, uma outra globalização. A crítica dos processos modernizadores que realizamos aqui é sobretudo um passo anterior às propostas sobre o que deve ser feito após várias camadas de modernização já terem ocorrido, com resultados bem diferentes daqueles que previa a ciência dos planejadores. Retomamos dos historiadores Robert Slenes, Luiz Simas e Luiz Rufino, portanto, a constatação de que os processos, mesmo os mais brutais como a escravidão, não precisam ser reduzidos a uma história de submissão, cooptação e aculturação: como Slenes (2011, p.240) ressalta, a grande maioria das fontes escritas do período da escravidão não considerava que os escravizados ou ex-escravizados no Brasil “poderiam ter uma lógica própria”. Assim, estendendo a ideia de Slenes para outros grupos sociais, entendemos que diversas práticas e ideias de *populações tradicionais* (usando a terminologia mais atual) não foram compreendidas por planejadores, geógrafos, historiadores e outros autores que podem ter enxergado miséria em realidades que as populações locais enxergariam como fartura. Esse tipo de contradição aparecerá nas realidades empíricas estudadas nos próximos capítulos. Por outro lado, se é importante observar essas “culturas de fresta” e a não compreensão entre grupos sociais, corre-se também o risco em repor um dualismo de duas culturas separadas, duas totalidades à parte. Buscaremos, portanto, compreender as “línguas de contato” entre as diferentes populações, frequentemente mediadas pela forma da mercadoria.

Veremos nos próximos capítulos a pesca artesanal, praticada há séculos no litoral capixaba, sendo descrita por planejadores como “incipiente” (palavra que, no sentido literal, significa: que está iniciando) e os pescadores como “homens inteiramente alheios às conquistas da civilização” (VILLAR, 1945 apud CYRINO, 2019), necessitando urgentemente de educação e modernização de suas práticas e costumes. Ao mesmo tempo que produz a mercadoria peixe³⁰, a pesca artesanal pode ter aspectos também de cultura de fresta nos termos de Simas e Rufino, com práticas cotidianas frequentemente mal compreendidas pelos planejadores. A própria contagem do número de pescadores em determinada localidade ou município – que pressupõe em tese uma rígida divisão entre indivíduos especializados na pesca e indivíduos que não pescam – era um problema bastante difícil no início do século XX e continua difícil até hoje, como veremos.

Para concluirmos essa abordagem da modernização caminhando junto com a colonização – acompanhadas daquilo que no século XVI era uma inovação tecnológica, a monocultura, baseada na escravização e outras formas particulares de trabalho compulsório que nos parecem o próprio atraso mas eram naquele contexto a vanguarda da produção de mercadorias – é importante ressaltar portanto que, por um lado, esses projetos coloniais atuam de forma violenta – ecocídio, etnocídio e genocídio, como resumem Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) – e com aspectos predatórios e destrutivos que não necessariamente foram planejados, podendo ter se dado como desdobramentos não intencionais do processo posto em movimento. Por outro lado, existem também, nas “frestas”, esperanças, recordações e práticas que, muitas vezes, os planejadores e especialistas vão ignorar ou compreender como “atraso”, “miséria”, ou ainda entender que uma atividade é “incipiente” porque ela não segue os padrões de produtividade mais elevados de outras práticas em outros contextos. Como propõe Slenes (2011, p.183), “as práticas e os planos das pessoas não precisam ajustar-se aos sonhos da classe média de hoje para receberem o nome de ‘projeto’.”

Essa discussão sobre a colonização como processo que caminha junto com a modernização nos parece, portanto, bastante importante como uma primeira aproximação do problema, porém insuficiente. Após constatar que os processos de modernização têm

³⁰ Nem todo peixe se torna mercadoria automaticamente, ontologicamente, assim que é pescado. Conferir a fala de um pescador na nota de rodapé nº 42. E até meados do século XX, quando não havia gelo para a conservação dos peixes, não passava pela cabeça de autores como o geógrafo Pierre Deffontaines ou o viajante Saint-Hilaire explicar ou questionar por que o peixe não era “exportado” para cidades distantes como outras mercadorias mais duráveis como madeira, cal, café, farinha de mandioca. Qualquer leitor saberia que o peixe era perecível.

sido processos de colonização, ainda falta muito para compreendermos seus fundamentos em termos conceituais. Antes de iniciarmos a próxima seção, sobre a modernização que apresenta a si própria como expansão do esclarecimento, da racionalidade, da ciência, da luz sobre a escuridão da ignorância, podemos observar como o líder indígena Ailton Krenak une esses aspectos – colonização e esclarecimento – com uma linguagem simples mas nem um pouco ingênua:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p.11).

1.3 Modernização e Esclarecimento

Como já foi discutido acima, uma das características da modernidade/modernização é o papel privilegiado conferido à ciência e à racionalidade. Com o objetivo de investigar melhor essa temática, nossa pesquisa incluiu a leitura de *Dialética do Esclarecimento*, obra publicada pelos filósofos alemães Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em 1947.

Adorno e Horkheimer usam no título do livro o termo alemão *Aufklärung*, palavra comum na filosofia alemã desde as obras de Kant no século XVIII. A tradução dessa palavra não por *iluminismo*, mas por *esclarecimento*, fornece algumas pistas sobre uma problemática similar à do par modernidade/modernização. O tradutor da edição brasileira (Guido Antonio de Almeida, in: ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p.7-8) explica sua escolha em uma nota preliminar: o esclarecimento de que falam Adorno e Horkheimer não é, como se costuma dizer do iluminismo, um grupo de pensadores ou uma época histórica determinada, mas um processo. E como estamos buscando aqui a compreensão geográfica desse processo, devemos ressaltar que ele não ocorre de uma vez por todas: pelo contrário, assim como os processos de modernização, também os processos de esclarecimento ao redor do planeta ocorrem com não-simultaneidade, isto é, de formas diferentes por exemplo na metrópole e nas colônias; e nestas últimas, com temporalidades diferentes nas áreas “civilizadas” e nos “sertões desconhecidos”, como veremos no capítulo 3 desta dissertação. Ainda que todos esses processos particulares e assíncronos

de modernização e de esclarecimento estejam interligados enquanto manifestações de uma totalidade concreta. Ou, nas palavras do historiador Fernando Novais:

a colonização europeia na época moderna oferece toda uma gama de situações, [...] variando no tempo e no espaço, complicando inexoravelmente a realidade. Seria, contudo, desconhecer os mecanismos profundos de processo, e ficar na superfície dos eventos, ignorar aquele projeto básico (NOVAIS, 1995, p.60).

Fernando Novais se refere sobretudo a um projeto básico das nações europeias durante o período em que estas tinham colônias propriamente ditas.³¹ Entretanto, podemos estender o argumento de Novais a uma série de projetos modernizadores dos séculos XVIII e XIX que importam até mais do que os atores que, ao porem em prática esses projetos, colocam em movimento processos de modernização. Mas sem adiantar a discussão, voltemos às formulações de Adorno e Horkheimer. Para eles, “o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. [...] O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo. Sua meta era dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.” (ADORNO & HORKHEIMER, [1947] 1985, p.19). O esclarecimento também se caracterizava, já desde Francis Bacon (1561-1626), pelo desprezo à tradição: na obra desse autor “pai da filosofia experimental”, a tradição era associada à credulidade, à “aversão à dúvida” e à “preguiça nas investigações” (ibid.).

Como ressaltam Adorno e Horkheimer, os escritos de Bacon refletem bem a ciência que se faria depois dele. O projeto que este último tem em mente “é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada.” (Ibid., p.20). Essa perspectiva em que o homem (palavra usada, por esses autores, como sinônimo de ser humano, mas frequentemente com atributos marcadamente masculinos) domina a natureza (com atributos “femininos” que devem ser domesticados) aparecerá, nesta dissertação, sobretudo quando for abordada a formulação de geógrafos como Pierre Deffontaines sobre os pioneiros da civilização e sua conquista de “terras virgens”.

Adorno e Horkheimer mencionam essa característica patriarcal do esclarecimento, mas não se aprofundam sobre o tema. Roswitha Scholz tem desdobrado esse tipo de crítica ao patriarcado em seus textos nas últimas décadas, formulando a teoria crítica da dissociação-valor: esta última seria uma relação dialética constitutiva do sujeito moderno.

³¹ Se de fato havia um projeto que organizou a relação entre metrópole e colônias por séculos, por outro lado é importante notar que, embora o projeto visasse ao enriquecimento das metrópoles no contexto do mercantilismo, metalismo e escravismo, suas resultantes, pelas costas das elites dominantes portuguesas e espanholas, acabaram contribuindo para a acumulação primitiva inglesa.

Tudo que não pode assumir as formas de trabalho, valor e mercadoria seria dissociado para fora do sujeito masculino. Para ela, não há precedência entre um e outro: “a relação de valor em si é simultaneamente uma relação de dissociação, ou seja, trata-se do próprio princípio constitutivo em si fragmentário da própria socialização do valor” (SCHOLZ, 2010). Trata-se de importante elaboração teórica em curso por ela e outras autoras/es, que não será tão aprofundada nesta dissertação, ainda que informe boa parte das formulações que faremos sobre dominação da natureza, sobre racismo e patriarcado. Em diversos textos sobre o Espírito Santo ficará evidente que a certas populações foram atribuídas certas características – são “parasitas”, não têm “amor ao trabalho”, “vegetam numa vida inútil” (WAIBEL, 1955) etc. – que entendemos como aspectos particulares de um “outro” do sujeito trabalhador em meio a processos de modernização. Assim, voltando à Dialética do Esclarecimento, o homem que impera sobre a natureza desencantada também é o homem que domina mulheres domesticadas e o homem branco que domina negros e indígenas colonizados.

Para Adorno e Horkheimer ([1947] 1985, p.27-28), o instrumento principal do esclarecimento, necessário para os processos de desencantamento do mundo e de dominação da natureza, é a abstração. E a distância do sujeito com relação ao objeto é pressuposto da abstração: trata-se de um sujeito que investiga o objeto e determina quais são suas características principais que deverão ser consideradas, enquanto outras características, em resumo tudo aquilo “que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade” (ibid., p.21), torna-se de menor relevância, podendo no máximo ser remetido para os domínios das artes ou da religião. Essa temática da relação sujeito-objeto é de grande importância para esses autores e não será examinada a fundo neste momento de nossa discussão. Importa reter a proposta desses autores de que, “[p]ensando, os homens distanciam-se da natureza a fim de torná-la presente de modo a ser dominada.” (Ibid., p.49). Assim, esse processo de dominação incluiria um distanciamento da experiência do mundo sensível, em prol da abstração, da racionalidade mediando as relações. O “intelecto [...] se separa da experiência sensível para submetê-la” (ibid., p.47).

Para Adorno e Horkheimer, esse processo de esclarecimento não deve ser celebrado³², mas ser estudado criticamente de forma a se evitar o potencial destrutivo da racionalidade esclarecida. Na década em que os autores escreviam esse potencial

³² Ao contrário de vários geógrafos que atuaram no Espírito Santo em meados do século XX e, como veremos, celebraram explicitamente, com “interesse e simpatia”, os processos de colonização e de avanço do “pioneiro” sobre as “terras virgens”.

destrutivo se expressou durante a Segunda Guerra Mundial, ao passo que em 2023 temáticas como o desemprego estrutural, as mudanças climáticas, a poluição da água potável e do ar, as extinções de espécies, entre outras tantas manifestações de colapso, mostram a atualidade do debate sobre a dialética do esclarecimento. A dominação da natureza, abordada por esses autores, não nos legou um mundo pacífico e próspero, mas o avanço tecnológico segue sendo apontado como solução para as consequências ruins da modernização, tornando atual o seguinte trecho:

A ‘confiança inabalável na possibilidade de dominar o mundo’³³, que Freud anacronicamente atribui à magia, só vem corresponder a uma dominação realista do mundo graças a uma ciência mais astuciosa que a magia (ibid, p.25).

Essa confiança inabalável em uma dominação virtuosa da natureza pela racionalidade, gerando um melhoramento do mundo, é outra característica importante dos projetos e discursos ligados ao esclarecimento e à modernização. Em termos lógicos, poderíamos esperar que as formas de manifestação de um colapso da modernização (KURZ, 1992) levariam a um fim dessa confiança inabalável, porém os processos em questão muitas vezes agem pelas costas dos sujeitos, levando-os a seguir com as confianças e expectativas anteriores, como veremos mais adiante na particularidade do Espírito Santo. Ou seja, enquanto Freud, na citação acima, atribui certas crenças àqueles que creem na magia, Adorno e Horkheimer consideram que, no mundo moderno, há uma crença no esclarecimento, com consequências nefastas:

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo. Ele se reduz a um ponto nodal das reações e funções convencionais que se esperam dele como algo objetivo. O animismo havia dotado a coisa de uma alma, o industrialismo coisifica as almas (ADORNO & HORKHEIMER, [1947] 1985, p.40).

No mesmo sentido, Robert Kurz (1992, p.239) vai afirmar que

a razão não suprimiu a religião, senão apenas a secularizou, o que se revela claramente na “Deusa Razão”, idolatrada durante a Revolução Francesa, na forma simbólica de uma estátua. O caráter fetichista ou totemista dessa crença na razão foi provado pelo fato de quem em seu nome foi desencadeado o processo cego da socialização mundial capitalista [...]

Aqui chegamos, finalmente, à ideia de um processo cego, no qual as relações entre pessoas são mediadas por coisas, mas para entendê-lo (ou começarmos a entendê-lo, pois não pretendemos esgotar esse debate), será importante iniciarmos outra seção. Após a

³³ A citação interna, entre aspas simples, é de Sigmund Freud: *Totem e Tabu*, livro de 1913.

abordagem da modernização em seu aspecto de esclarecimento e de difusão do esclarecimento pelo mundo, faremos uma última aproximação sobre a modernização enquanto processo de formação das categorias da sociabilidade moderna. Ou ainda, como processo de autonomização, isto é, processo em que as categorias capitalistas adquirem aparência de autonomia.

1.4 Modernização como processo de formação e autonomização das categorias da sociabilidade moderna

Vimos nas seções anteriores que faz sentido pensar a modernização como processo que se desdobra junto com a colonização: dois processos que caminham juntos e vão espalhando monoculturas pelo planeta (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006), incluindo aí também *monoculturas da mente*³⁴, com a colonização das consciências (GALEANO, 1978). Vimos também como a modernização se justifica a partir de uma racionalidade moderna, de expansão do esclarecimento e dominação progressiva da natureza pela ciência. Nesta seção, buscaremos entender a modernização em termos categoriais. Passando assim dos conceitos, como os de ciência e racionalidade, para as categorias mais gerais que fundamentam o modo de vida social moderno.

Outra distinção importante: esses aspectos dos processos modernizadores listados anteriormente – colonização, dominação da natureza, expansão da racionalidade e do esclarecimento – podem ser entendidos como projetos³⁵, e de fato nesta dissertação serão abordados diversos projetos que tiveram como objetivo geral a modernização do Espírito Santo, alguns mais explicitamente coloniais a começar pelas *colônias* de imigrantes europeus no século XIX e início do XX, outros menos explícitos, mas sempre planejados. A investigação do movimento de formação e imposição das categorias da socialização capitalista, por outro lado, não pressupõe necessariamente um projeto consciente por trás do conjunto desse desenvolvimento histórico, pois os resultados dos processos podem passar pelas costas dos sujeitos.³⁶

³⁴ Expressão utilizada pela pensadora indiana Vandana Shiva.

³⁵ Ainda que os projetos, como aliás é próprio do método científico, possam ir se adaptando e se tornando mais robustos ao longo do processo. Veremos mais adiante o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2000) argumentar, a partir de exemplos concretos, que houve na relação entre Portugal e colônias um “aprendizado da colonização”.

³⁶ Não entendemos que, com isso, não existam mais projetos modernizadores (ou que simulem modernização) e nem que estes não suscitem conflitos e controvérsias. O que parece existir apenas como simulação é um planejamento inteiramente consciente por parte de sujeitos esclarecidos. Os “especialistas” não veem tudo que lhes passa pelas costas: como veremos abaixo na formulação de Debord, eles também

As categorias são entendidas aqui não como definições do pensamento sem historicidade – como alguns geógrafos buscaram definir *homem, natureza, etc.* – mas como categorias reais ou abstrações reais de uma determinada época histórica, isto é: expressam relações reais entre pessoas. Quando as relações sociais são mediadas por trabalho ou por compra e venda de mercadorias com dinheiro, independentemente das pessoas envolvidas formularem teoricamente as categorias, estas estão presentes. Ao mesmo tempo, a crítica categorial passa também pela crítica às formas de pensamento e de consciência ligadas a essas categorias e que voltam a emergir na teoria, por exemplo, na economia política (KURZ, 2000).

Entre as categorias, o destaque aqui será para a categoria *mercadoria*: para superarmos o significado trivial dessa palavra no senso comum, faremos um breve mergulho na abordagem de Guy Debord, que sintetiza uma série de formulações anteriores sobre essa categoria, trazendo como inovação a sua própria formulação de *espetáculo*. Este último tem sido utilizado de forma não categorial em debates sobre os meios de comunicação modernos, mas Debord deixa claro que quando fala em espetáculo, está falando sobre a vida social mediada por mercadorias.

Após iniciar o livro com a afirmação de que “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”³⁷ (DEBORD, [1967] 2019, § 1³⁸), Debord afirma que o espetáculo é “o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório” (Ibid., § 24) e, de forma a evitar confusões, afirma ainda que o “espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (Ibid., § 4.).

No segundo capítulo, “*A mercadoria como espetáculo*” (parágrafos 35 a 53), Debord prossegue em seu diálogo com a crítica da economia política, ao apresentar finalmente a mercadoria, que à primeira vista parece “trivial e fácil de compreender, mesmo sendo tão complexa e cheia de sutilezas metafísicas” (ibid., § 35).³⁹ A explicação

são “possuídos pelas coisas”. O movimento de valorização, “sujeito automático” dos processos (KURZ, 2002, tese 4), apresenta-se como o fim-em-si da atividade humana.

³⁷ Comparar com a primeira frase de *O Capital, livro I*.

³⁸ O livro *A Sociedade do Espetáculo* é composto de parágrafos numerados. Serão citados aqui os parágrafos (§), de forma a facilitar a consulta em diferentes edições.

³⁹ Aqui também, Debord cita ou “desvia” frases de Marx. Para uma discussão mais clássica e formal da categoria *mercadoria*, conferir o 1º capítulo de *O Capital*.

de Debord para essa complexidade da mercadoria alterna entre a abordagem lógica e a histórica⁴⁰. O aspecto histórico é a progressiva ocupação da vida social pela mercadoria:

Com a revolução industrial, a divisão fabril do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece como uma força que vem *ocupar* a vida social. É então que se constitui a economia política, como ciência dominante e como ciência da dominação. O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo (DEBORD, [1967] 2019, § 41-42, itálico no original).

Em sua abordagem lógica, por outro lado, Debord observa que, embora se apresentem como produtos voltados a satisfazer as necessidades das pessoas, as mercadorias tornaram-se muito mais do que isso. “O consumidor real torna-se consumidor de ilusões. A mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral” (Ibid., § 47). A ilusão real, tornada palpável nas mercadorias trocadas no mercado, bem como no dinheiro que podemos colocar no bolso, é a expressão das categorias reais ou abstrações reais, mas ao mesmo tempo abstratas.

Debord privilegia em sua obra a crítica do espetáculo, ao invés da crítica, por exemplo, às classes dominantes: para ele, o “princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por ‘coisas suprassensíveis embora sensíveis’, se realiza completamente no espetáculo” (Ibid., § 36), de forma universal: “A classe dominante [é] feita de especialistas da posse das coisas – que, por isso, são eles mesmos possuídos pelas coisas” (Ibid., § 143). Isso não significa que as carências materiais ou o sofrimento sejam uniformemente distribuídos, mas que as relações permeadas pela forma-mercadoria estão mediando as ações dos indivíduos em todas as classes sociais.

Nesse sentido, torna-se necessária a penetração da forma-mercadoria tanto nas relações tipicamente capitalistas como as de trabalho assalariado em que há claramente um patrão e um empregado, como também em fenômenos bem mais diversos como os de posses de terras – que se tornaram mercadoria em um processo historicamente delimitado, pois está claro que no Brasil de 1500 elas não o eram – ou de trocas de mercadorias entre comunidades de pescadores, caboclos ou quilombolas, como será o caso de algumas das particularidades observadas mais adiante nesta dissertação. Diferentemente de outras análises marxistas que buscaram compreender um campesinato que realiza “circulação simples de mercadorias”, ou seja, em resumo, venda de

⁴⁰ Consideramos relevante explicitar a diferença entre essas duas abordagens, mas isso será feito já nos desdobramentos sobre a particularidade da formação do trabalho no Espírito Santo, no próximo capítulo.

mercadorias produzidas pelo camponês e compra de mercadorias que ele não produz,⁴¹ em nossa pesquisa – além de ressaltarmos as diferenças consideráveis entre a pesca e a agricultura⁴² – observaremos sobretudo o processo de formação e generalização das categorias como *mercadoria*, *dinheiro* e *trabalho abstrato*, considerando que elas também não existiam no Brasil de 1500.

Após esse breve parêntese no qual buscamos esclarecer um pouco sobre a forma-mercadoria, podemos voltar ao fio lógico deste nosso capítulo. Nos processos de colonização já abordados, é a produção de mercadorias que lhes dará sentido; ao mesmo tempo, como já vimos, para Adorno e Horkheimer (1985), conforme o projeto do esclarecimento vai se consolidando, as relações entre as pessoas e mesmo das pessoas consigo mesmas vão se submetendo à coisificação, à calculabilidade e, em suma, vão se assemelhando às relações de mercado.

Uma abordagem desse fenômeno de ocupação da vida social pela mercadoria (DEBORD, 2019), mais diretamente ligada à Geografia, será aquela adotada por uma série de pesquisadores brasileiros que têm investigado a modernização como processo de autonomização das categorias capitalistas. Essa forma de se buscar entender a modernização tem norteado pesquisas recentes na Geografia Humana, voltadas para vários contextos locais brasileiros que apresentam uma não-simultaneidade em relação à formação das relações de produção e reprodução na Europa. Como formulado por Cássio Boechat (2022, p.22) em prefácio de livro que reúne os resultados de algumas dessas pesquisas, trata-se de estudar:

a formação crítica das condições de reprodução social do capitalismo na história do Brasil e em suas particularidades internas, com diferentes contextos territoriais a mover processos diferenciados de formação das categorias fetichistas do capital.

Boechat (2022, p.24) expõe seu argumento sobretudo em relação à categoria trabalho: no coronelismo, assim como em outros contextos territoriais particulares, as

⁴¹ Essa temática e seus fundamentos teóricos serão desdobrados no capítulo 3, no qual argumentaremos que tal “troca (aparentemente) simples”, na particularidade territorial que estudamos, teve pressupostos nada simples como a colonização para produção de mercadorias para mercados internacionais, os aldeamentos jesuítas e outras formas de “civilização dos índios”, o subsídio estatal à navegação e à ferrovia, tudo isso dependendo de um Estado-Nação, primeiro Portugal, depois o Brasil.

⁴² A aquaponia, criação de peixes em espaços fechados, estaria mais próxima da agropecuária. A pesca lida com incertezas da ordem do imprevisível, sendo difícil estabelecer uma relação entre o tempo dispendido e a produção. Conforme fala em nosso trabalho de campo em Barra do Riacho, que discutiremos no capítulo 4: “o que eu vejo na pesca acontecer, eu nunca vi em lugar nenhum, nenhum criador de gado, nenhum aviário, nenhum criador de suíno, nunca vi, que o pescador dá peixe demais... Ele não dá quando não tem. Mas quando tem fartura, todo pescador dá peixe na beira do rio, todo pescador” (A., 2022).

relações de trabalho são diferentes do que normalmente se entende por assalariamento: o tempo de vida e a força de trabalho dos trabalhadores não eram mediados exclusivamente por um salário em dinheiro. E ao contrário de outras correntes interpretativas que formulam essas relações de trabalho como “feudais, pré-capitalistas ou atrasadas”, sob a perspectiva da crítica categorial, nem essas formas de trabalho nem o trabalho assalariado tido como moderno são tratados como positivos: ao invés de elogiar um suposto modo de vida pré-capitalista ou elogiar a modernização, o objetivo é buscar as mediações entre essas formas supostamente exteriores ao capitalismo e a modernização do Brasil, esta última interpretada como parte de um processo mais amplo de acumulação global. A partir dessa perspectiva crítica, como veremos logo abaixo, a colonização do Brasil é entendida como, desde o início, voltada para a produção de mercadorias, ou seja, a forma-mercadoria mediou relações supostamente atrasadas mas que na verdade estavam na vanguarda dos processos de acumulação, a partir do trabalho mobilizado de forma violenta e da monocultura “violentando” as terras, monocultura para exportação que não é uma forma de produção evidente ou trans-histórica: pelo contrário, tem seu início justamente com a colonização das Américas, como já abordado acima.

Na formulação do geógrafo Carlos Toledo (2020, p.3), é importante pensar “a relação entre formação categorial e autonomização, no sentido de uma autonomização real” das categorias como terra, trabalho e capital, que vão cada vez mais aparecendo para as pessoas como mercadoria. Ao mesmo tempo, essa autonomização real “se desdobra em posições sociais reificadas, partes do que formará uma divisão do trabalho a ser personificado por sujeitos proprietários.” (ibid.) A compreensão desse processo, continua Toledo, passa também pela compreensão do Estado como mobilizador de sujeitos que passam a ocupar posições autonomizadas de reprodução cotidiana, de forma cada vez mais legislada e juridificada.

Ou seja, o sujeito trabalhador que tem como única opção vender sua força de trabalho no mercado não é uma abstração da formulação lógica surgida na cabeça do pesquisador: a abstração tem origem em categorias vividas na realidade e, ao mesmo tempo, planejadores, legisladores e burocratas vão influenciar no movimento dessas categorias na realidade empírica e cotidiana. Como buscaremos mostrar, também nas particularidades históricas do Espírito Santo, não se trata de categorias comuns a todos os grupos de seres humanos desde sempre, mas de categorias cuja formação se deu ao longo

de um período determinado, com relevante influência do Estado sobre essas relações entre pessoas mediadas por coisas, em um contexto fetichista.

Sobre fetichismo, em suas obras *Dinheiro sem valor* e *Colapso da Modernização* Robert Kurz esclarece sobre a origem e as mudanças de significado dessa palavra:

[O] conceito de fetiche que, como é sabido, provém da colonização portuguesa da África ocidental e designava, originalmente, os “objetos de feitiço” dos nativos, como estes se apresentavam à percepção dos colonizadores, isto é, como animação “primitiva” de objetos mortos. [...]

A aplicação, não isenta de sarcasmo, do conceito de fetiche ao próprio fundamento da racionalidade iluminista – mais precisamente, ao desenvolvimento sequencial do fetiche da mercadoria, do dinheiro e do capital – ficou reservada para Marx. [...] foi uma forma feliz de referir a situação em poucas palavras. De fato, só na Modernidade – contrariamente às estruturas pré-capitalistas imediatamente personificadas – uma coisa morta animada, isto é, o dinheiro, se transforma na manifestação física da metafísica real e no *nexus rerum* [mediação universal] visível [...] (KURZ, 2014 p.73).

[...] no fundo, Marx não quer ressaltar o fato de que a objetos em geral podem ser atribuídas forças sobrenaturais que nada têm a ver com sua existência natural, mas sim caracterizar um estado social em que a sociedade não tem consciência de si mesma, não penetra nem organiza diretamente na prática sua própria forma de socialização, mas sim tem que “representá-la” simbolicamente em um objeto externo (KURZ, 1992, p.235).

Assim como a citação de Freud mais acima, sobre a confiança inabalável da magia na possibilidade de dominar o mundo, foi *desviada*⁴³ por Adorno & Horkheimer para referir-se à ciência moderna e ao esclarecimento, também o conceito de fetiche, originalmente usado por europeus civilizados para se referir a povos considerados bárbaros, foi ressignificado pela crítica da economia política para referir-se aos civilizados.

Tal compreensão da formação das categorias da sociabilidade moderna como uma formação teórica e real de relações fetichistas, relações entre pessoas mediadas por mercadorias, significa também que essa modernização deve ser apreendida de forma crítica, se quisermos nos distanciar do “discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório” (DEBORD, 2019 [1967], § 24). A investigação crítica da modernização não significa imediatamente propormos uma outra modernização, uma modernização melhor e menos destrutiva. Antes de qualquer

⁴³ O desvio, conforme formulado por Guy Debord e a Internacional Situacionista, é o reemprego de conceitos ou citações em um contexto diferente do original, levando à “perda de importância - indo até o desperdício de seu primeiro sentido - de cada elemento autônomo desviado; e, ao mesmo tempo, a organização de um outro conjunto significante, que confere a cada elemento seu novo alcance [...] O desvio se revela assim primeiro como a negação do valor da organização anterior da expressão” (*Internationale Situationniste*, 1959, apud DAMIANI, 2008, p.372).

proposta, parece necessário compreender a modernização realmente existente, a partir dos pressupostos que acabamos de mencionar, e que serão a seguir desdobrados para a particularidade da modernização do Brasil, antes de enfim chegarmos até a modernização do litoral norte do Espírito Santo como particularidade da modernização do mundo.

1.5 Modernização e o *sentido* da colonização do Brasil

A partir dessa abordagem das categorias da sociabilidade moderna como categorias que não existiram desde sempre, mas foram formadas em um determinado processo histórico, abrem-se caminhos de interpretação das particularidades em mediação com a totalidade, mas não necessariamente repetindo de forma fixa as categorias pensadas em outro lugar e contexto. Nesse sentido, é interessante a observação do geógrafo e professor aposentado da FFLCH/USP Heinz Dieter Heidemann, em conversa em grupo durante o período de nossa pesquisa:

Se a gente chega à conclusão de que as categorias estão em movimento, o trabalho de campo tem esta função: repensar as categorias. Sem o trabalho de campo, não há avanço teórico. O sentido do trabalho de campo é pensar: como essas categorias pensadas em outros lugares se aplicam aqui? O que está mudando? Como está mudando? (HEIDEMANN, 22/3/2021, comunicação pessoal em transcrição livre).

Nesse sentido, em nossa pesquisa buscou-se questionar sempre o que a mercadoria, a terra, o trabalho, o dinheiro significavam para as pessoas envolvidas nos diferentes processos. Por motivos de força maior, o trabalho de campo pôde ser realizado apenas nos últimos meses da pesquisa, de forma que parte dos questionamentos ficarão para pesquisas futuras – entendidas sempre como coletivas. Em todo caso, apesar das dificuldades do período de pandemia, buscou-se acompanhar como as categorias da sociabilidade moderna e capitalista se encontram no planejamento que as impõe como mediadoras de relações sociais, e ao mesmo tempo acompanhar as *categorias em movimento* na experiência dos sujeitos sujeitados por esses processos de modernização. Nesse sentido, a autonomização das categorias modernas pode ser observada em processos⁴⁴ que se iniciam com a abstração do planejamento, tornada abstração real quando posta em prática, e chegando finalmente até a vida cotidiana de sujeitos que vão

⁴⁴ Processos não lineares, não “de uma vez por todas”, mas com idas e vindas. Embora essas idas e vindas possam resultar em uma aparência de que alguns lugares e relações ainda não foram modernizados, é relevante a constatação de que o planejamento, quando posto em prática, traz as abstrações para a realidade como *abstrações reais*, que irão mudar as vidas das pessoas, ainda que elas nem sempre se tornem trabalhadores assalariados produtores de mercadorias conforme o previsto.

sendo sujeitados pelas novas necessidades criadas. Quando o planejamento chega à prática, via de regra é de formas bastante diferentes do que estava previsto no papel, ao mesmo tempo que a leitura dos planejamentos é de suma importância para compreendermos processos que não se iniciaram de forma improvisada, mas de forma *planejada racionalmente*, ou ao menos assim se apresentam, assim é sua aparência. A aparência é de *racionalidade* ao menos do ponto de vista exposto nos planos ou nas notícias de jornal, pois no relato de pessoas que viveram ou vivem alguns desses processos modernizadores no cotidiano – pessoas que vivem na região em questão – o processo não raramente é descrito como desastroso, com aspectos muito visíveis como a poluição das águas, o desaparecimento de espécies anteriormente utilizadas como alimento e a expropriação de seus antigos vizinhos. Buscamos conhecer um pouco da vida dessas pessoas por meio de entrevistas realizadas por nós, e também a partir de entrevistas publicadas em pesquisas anteriores de terceiros.

No mesmo sentido da fala acima do professor Dieter – “como essas categorias pensadas em outros lugares se aplicam aqui?” –, mas voltada para a investigação das relações de poder entre os centros decisórios (metrópoles) e as realidades locais das pessoas governadas nas colônias, a historiadora Laura de Mello e Souza trouxe importantes contribuições teóricas em seu livro *O Sol e a sombra*, no qual buscou compreender as complexas e contraditórias relações no Império Português, onde “distâncias oceânicas distorciam práticas, tradições e ordens” (SOUZA, 2006, p.21).

Em sua revisão sobre diferentes autores que abordaram a colonização do Brasil, Laura de Mello e Souza dialoga com diferentes correntes historiográficas: se, na obra de autores como Caio Prado Jr., Fernando Novais e Raymundo Faoro, “o papel do Estado foi, em certos aspectos, hipertrofiado”, nos anos 1990, segundo a autora, se delinea “tendência oposta”, com historiadores interessados em estudar o “poder local”, “a capacidade de habitantes da colônia comunicarem-se diretamente com a metrópole”, “os estratagemas dos escravos e sua capacidade de negociação”, assim como os “interstícios que possibilitam a negação do poder enfeixado a partir da metrópole, enfim, [...] autoridades negociadas” (SOUZA, 2006, p.62-63).

Ela reconhece méritos em ambas as linhas argumentativas acima resumidas. Se esses autores que enfatizam os “nichos de poder” têm razão ao argumentar que o “Império não era centrado, dirigido e drenado unilateralmente pela metrópole” (Ibid., p.51) e que, como propôs o historiador francês François Furet, a desobediência às regras e leis é um

“dilema bem conhecido” dos historiadores que estudam o Antigo Regime: “no alto, a minúcia extraordinária na regulamentação de tudo; em baixo, desobediência crônica” (Furet, apud SOUZA, 2006, p.56). Por outro lado, tal corrente historiográfica – que, segundo a autora, entra em voga no Brasil na década de 1990 – desconsideraria “que, ao fim e ao cabo, tudo se fazia em nome do rei de Portugal. [Havia um] processo de construção da imagem real na ausência do rei”, responsável por preservar a integridade territorial da América portuguesa (Ibid., p.51). Conforme argumenta Souza, se a anatomia do poder era, então, distinta da de hoje, nem por isso havia “ausência do Estado”, mas um Estado baseado em princípios diferentes dos atuais e onde “o público não se distinguia claramente do privado” (Ibid., p.36). Nem por isso o Estado centralizado pode ser considerado irrelevante em comparação com os “nichos de poder” pois, sem aquele, não teria havido colonização da forma como conhecemos:

O Estado esteve indiscutivelmente presente na colonização e na administração das possessões ultramarinas: o que se deve perscrutar é a expressão e a lógica dessa presença, pois podem, constantemente, nos iludir (SOUZA, 2006, p.51).⁴⁵

Preocupada, portanto, em compreender a lógica de uma relação entre metrópole e colônia, ela extrai, de documentos do século XVIII, discussões sobre

situações e personagens que obedeciam a normas e determinações emanadas do centro do poder, mas que as recriavam na prática cotidiana, tornando às vezes o ponto de chegada tão distinto do ponto de partida que, não raro, ocultava-se ou mesmo se perdia a ideia e o *sentido* originais – se é que cabe falar de um sentido, por mais cara que me pareça a ideia, conforme expressada por Caio Prado Jr. com relação aos nexos colonizadores lusos na América. (SOUZA, 2006, p.14, grifo no original).

Laura de Mello e Souza busca combinar a ideia de que a colonização teve um sentido (PRADO JR., 1961) com “as evidências surgidas mais recentemente, [...] de que muitas vezes não houve univocidade, havendo, no limite, quase que sentidos múltiplos” (Ibid., p.459). Nesse sentido, a abordagem da autora de certa forma se aproxima de discussões geográficas por exemplo sobre centro e periferia, ao considerar sempre em suas análises a distância, já mencionada, entre o centro do poder e as colônias:

persegui as variações de sentido acarretadas pela distância, apostando que a metrópole e a colônia, o centro e a periferia, o reino e a conquista - nunca vistos como binômios, mas como elementos de uma relação contraditória - têm muito

⁴⁵ Ana Carolina Gonçalves Leite (2014, p.87) ao dialogar com outros autores da historiografia brasileira, entende que a “existência do espaço público teve, ela mesma, processo de formação”, distanciando-se portanto de autores que “partem da oposição entre público e privado sem criticá-la como aparência de autonomia lentamente constituída no processo de modernização.”

em comum, mas são fundamentalmente distintos entre si, acarretando transformações no olhar e no entendimento em função do ponto no qual se situa o observador (SOUZA, 2006, p.459).

A historiadora faz referência à formulação de Caio Prado Jr. sobre o sentido da colonização. Para este autor, o historiador que desbastar o “cipoal de incidentes secundários” e buscar o sentido da evolução do povo brasileiro verificará que o “sentido” – direção e significado – da colonização brasileira foi o fornecimento de mercadorias tropicais para o comércio europeu:

É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. (PRADO JR., [1942] 1961, p.26).

As mudanças de sentido relacionadas às grandes distâncias entre os centros decisórios e as colônias, conforme mencionado por Laura de Mello e Souza, serão abordadas sobretudo no capítulo 3 desta dissertação, onde as relações entre a *civilização* e os *sertões* serão parte da problemática de interesse. No próximo capítulo, partindo de formulações de Caio Prado Jr. e de outros autores que pensaram a colonização brasileira, observaremos a realidade empírica da modernização do Brasil e do Espírito Santo em um período histórico em que a categoria *trabalho*, entendida não como sinônimo de atividade humana em geral, mas no seu sentido específico de trabalho para a produção de mercadorias, foi uma categoria e uma relação social imposta às pessoas como abstração real, em um processo longo e violento. Mas antes, são necessárias algumas palavras sobre como, na particularidade da modernização do Espírito Santo, buscaremos observar algumas das temáticas conceituais abordadas acima, como aquelas relacionadas ao dualismo entre *modernidade e atraso*.

1.6 A modernização do litoral norte do Espírito Santo como particularidade da formação do moderno sistema produtor de mercadorias

Voltando nosso olhar para o Espírito Santo, é importante destacar inicialmente a existência de uma longa tradição de intelectuais e planejadores que vão buscar entender os motivos do “atraso” desta capitania, depois província e finalmente estado do Espírito Santo. Entre os motivos elencados, tem sido dado destaque aos obstáculos que a Coroa Portuguesa colocou sobre a navegação do rio Doce e criação de estradas para o acesso às Minas Gerais no período de intensa exploração de ouro e diamantes no século XVIII.

Porém tal proibição, com o objetivo de evitar o contrabando e controlar, pela capitania do Rio de Janeiro, a ligação entre o litoral e as minas, durou apenas até o fim daquele século, pois como relata a historiadora Vania Moreira (2017, p.115-116), a administração de Antônio Pires da Silva Pontes (1800-1804) recebeu ordem expressa da Coroa de abrir o rio Doce à navegação e ao “povoamento”.

Desde esse período (virada do século XVIII para o XIX), constam documentos, normalmente ligados ao Estado português ou à administração colonial – e em seguida ao Estado brasileiro – que deixam clara a existência de projetos visando ao desenvolvimento econômico e à produção de mercadorias no interior do Espírito Santo, ou na linguagem da época, um “plano de conquista e povoação do imenso sertão entre o Espírito Santo e Minas Gerais” (MOREIRA, 2017, p.116). Essa colonização de terras tidas como sem gente e sem lei, para nós, será entendida como parte do processo de modernização capitaneada pelo Estado, motivo pelo qual nos capítulos 2 e 3 desta dissertação voltaremos o olhar para um período que em muitas obras é tido como “pré-modernização”.

Não nos parece razoável, portanto, a formulação sobre a modernização que chega no Espírito Santo apenas poucas décadas atrás. Também não nos parece razoável, tendo em vista todos esses projetos de conquista, povoamento, colonização e modernização, a argumentação de um Espírito Santo ainda não propriamente capitalista que aparece, por exemplo, na formulação da historiadora Nara Saletto ao estudar o período entre 1888 e 1930: “no Espírito Santo do período investigado, o desenvolvimento do capitalismo iniciava-se apenas e a imensa maioria dos que trabalhavam não era assalariada” (SALETTI, 1996, p.91).⁴⁶

A hipótese adotada nos próximos capítulos é a de que, ao contrário do que afirma Saletto, desde o início a colonização do Espírito Santo ocorreu com um sentido capitalista de produção de mercadorias. Evidentemente tratava-se de um capitalismo em formação, sobretudo no período anterior à Revolução Industrial e à generalização da formamercadoria na reprodução social. Em termos mais propriamente ligados a uma explicação

⁴⁶ A autora não explica em detalhes o motivo pelo qual no Espírito Santo o desenvolvimento do capitalismo estaria no início, tampouco estima quantos anos ou séculos durou este início. Em todo caso, como o tema do seu livro é a formação de um mercado de trabalho livre no Espírito Santo entre 1888 e 1930, sem dúvida ela se refere às relações de trabalho na citação. Para uma discussão mais aprofundada sobre relações diferentes do assalariamento como modo de ser da modernização capitalista em contextos coloniais e pós-coloniais, conferir: Boechat (2009); Kluck (2016); Leite (2014) e, nesta dissertação, o capítulo 2.

econômica, para Gabriel Bittencourt e outros autores que pensaram a história do Espírito Santo como uma história de “superação do atraso”⁴⁷, o atraso estaria ligado à

presença, seja de uma “produção autossuficiente” nas pequenas propriedades, seja de atividades “primitivas” e “rudimentares”, aliadas à precariedade das infraestruturas de transporte e comunicação mesmo nas áreas litorâneas (ocupadas primeiro), [o que] seria também a *ausência* do trabalho abstrato e da forma mercadoria enquanto categorias socioeconômicas estruturantes (ANDRADE, 2020, p.14, grifos no original).

Nesse sentido, a historiografia que entendia a “superação do atraso” como objetivo em si, supostamente evidente e unânime, em termos categoriais estaria identificando como atraso a predominância de relações sociais não mediadas pela produção e consumo de mercadorias comercializadas em mercados. Entre essas mercadorias, é importante incluir o trabalho, que para esses autores – por exemplo Nara Saletto ao estudar o período 1888-1930 – frequentemente aparece em modalidades diferentes da mercadoria “força de trabalho” autonomizada, a ser vendida no mercado por um salário que permita ao trabalhador comprar outras mercadorias para sua subsistência. Em várias situações particulares da história do Espírito Santo não é assim que o trabalho aparece: além das muitas formas de trabalho forçado que abordaremos, do ponto de vista do consumo, em muitos contextos territoriais os sujeitos tiveram a possibilidade de produzir diretamente grande parte das suas necessidades de subsistência como é o caso da pesca, das pequenas roças e da coleta de ervas medicinais e produtos florestais.

O disciplinamento de corpos e mentes no litoral norte capixaba para agirem como sujeitos trabalhadores, como braços cada vez mais mobilizáveis para a produção e comercialização de mercadorias é o tema do próximo capítulo. Esse processo se desdobrou concomitantemente à expropriação de terras e a transformação destas em mercadoria. Ou seja, a autonomização da terra e do trabalho como mercadorias são processos com uma considerável sincronia entre si, embora nos casos particulares um ou outro possa ser mais aparente. Veremos que se trata de processos bastante longos, cheio

⁴⁷ A tese de doutorado de Rafael Nascimento fez extensa discussão sobre a historiografia capixaba que teve como pressuposto a necessidade de “superação do atraso”: “a perspectiva da superação do atraso definiu um lugar para períodos, acontecimentos e personagens históricos que tiveram seu valor para o passado local definidos em função de sua contribuição ou oposição para o desenvolvimento do Estado.” (NASCIMENTO, 2016, p.8). Dito isso, e concordando com este autor sobre a importância de se estudar a perspectiva da superação do atraso, cabe observar que do nosso ponto de vista não se trata apenas de uma narrativa equivocada, que novos estudos irão refutar. Nos interessa sobretudo estudar tal equívoco como revelador dos processos – muito reais – de modernização: como propõe Guy Debord ([1967] 2019, § 47), “a mercadoria é essa ilusão efetivamente real, e o espetáculo é sua manifestação geral.” Em suma, os projetos de “superação do atraso” no Espírito Santo serão por nós tratados em termos conceituais como o fez Andrade (2020): como forma de manifestação de uma consciência fetichista.

de contradições e particularidades ainda pouco desdobradas por aqueles que têm estudado a formação econômica do Espírito Santo

Capítulo II. Antes “sesmaria dos índios”, depois “terras devolutas”: expropriação de terras

II.1 Introdução

Este capítulo numerado II em numeração romana e o próximo, numerado 2 em algarismo arábico, abordam duas faces de um processo mais amplo: a autonomização da terra e do trabalho como mercadorias. Para fins de exposição foi necessária a divisão, mas a escolha dos números e nomes simétricos teve o propósito de explicitar a relação entre os dois processos – expropriação de terras e disciplinamento do trabalho. Ao mesmo tempo os dois processos são, em aparência, diferentes: nos casos particulares, frequentemente os documentos que abordaremos tratam mais de terra ou mais de trabalho.⁴⁸ Assim, a apresentação desse processo amplo se dividirá aqui em dois capítulos simétricos que buscarão explicitar o quanto os dois processos particulares se relacionam mutuamente.

A partir da revisão teórica em nossa pesquisa, as seguintes questões se colocaram: como as terras da antiga sesmaria concedida aos “índios aldeados” foram sendo *usurpadas*⁴⁹? Ao mesmo tempo, por que motivos, dos dois aldeamentos jesuítas, Reritiba⁵⁰ no litoral sul do Espírito Santo e Nova Almeida no litoral norte, as terras do sul parecem ter sido totalmente expropriadas e os descendentes daqueles indivíduos integrados como não indígenas, enquanto no litoral norte a situação é mais complexa, com a presença inegável de *populações indígenas*⁵¹ e ainda de outras populações que se identificam coloquialmente como *caboclos*? Essa “sesmaria dos índios” (Figura 2), concedida em 1610, confirmada e demarcada em 1760 em seguida à expulsão dos jesuítas, representa um importante elemento sobre a territorialização dos “índios aldeados” no litoral norte do Espírito Santo: no contexto seguinte à expulsão dos jesuítas, os “índios civilizados” ali permaneceram. A expropriação de parte daquelas terras, ao mesmo tempo que parte continuou sendo ocupada pelos indígenas, em situações ora de maior autonomia, ora de utilização dos seus “braços” em diversas modalidades de trabalho

⁴⁸ Os temas se inter-relacionam nos documentos históricos. Os documentos que tratam de terras, como a “sesmaria dos índios” dos séculos XVII e XVIII e as medições de terras em Linhares no fim do século XIX, mencionam o cultivo ou o fato de que eram “aproveitadas”, “devolutas” ou “inaproveitáveis”. Já nos documentos sobre a “falta de braços” no século XIX, que veremos no capítulo 2, as acusações morais aos “vadios” do litoral são seguidas da afirmação de que aqueles “braços” faziam falta na agricultura.

⁴⁹ A palavra é utilizada pela historiadora Vania Moreira (2002a) em seu artigo: *Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX*.

⁵⁰ O nome Reritiba, em tupi, significa “lugar de muitas ostras” (Prefeitura Municipal de Anchieta: <<https://www.anchieta.es.gov.br/portalturismo/pagina/ler/1000/historia>>)

⁵¹ As terras indígenas atualmente tituladas se restringem ao município de Aracruz mas, como veremos, a antiga “sesmaria dos índios” abrangia o que é hoje o litoral de quatro municípios.

forçado, são as temáticas centrais desses capítulos II e 2. Nas próximas seções, abordaremos brevemente a colonização portuguesa até o início do século XIX: por um lado em seu sentido voltado para a produção de mercadorias – e, por isso, já moderno, com um papel de relevância na formação do capitalismo – mas por outro lado como catequização e “civilização dos índios”, com este último aspecto indissociável da colonização portuguesa, mesmo porque a própria ideia de um Estado laico e autonomizado da religião estava muito distante da realidade daquele período.

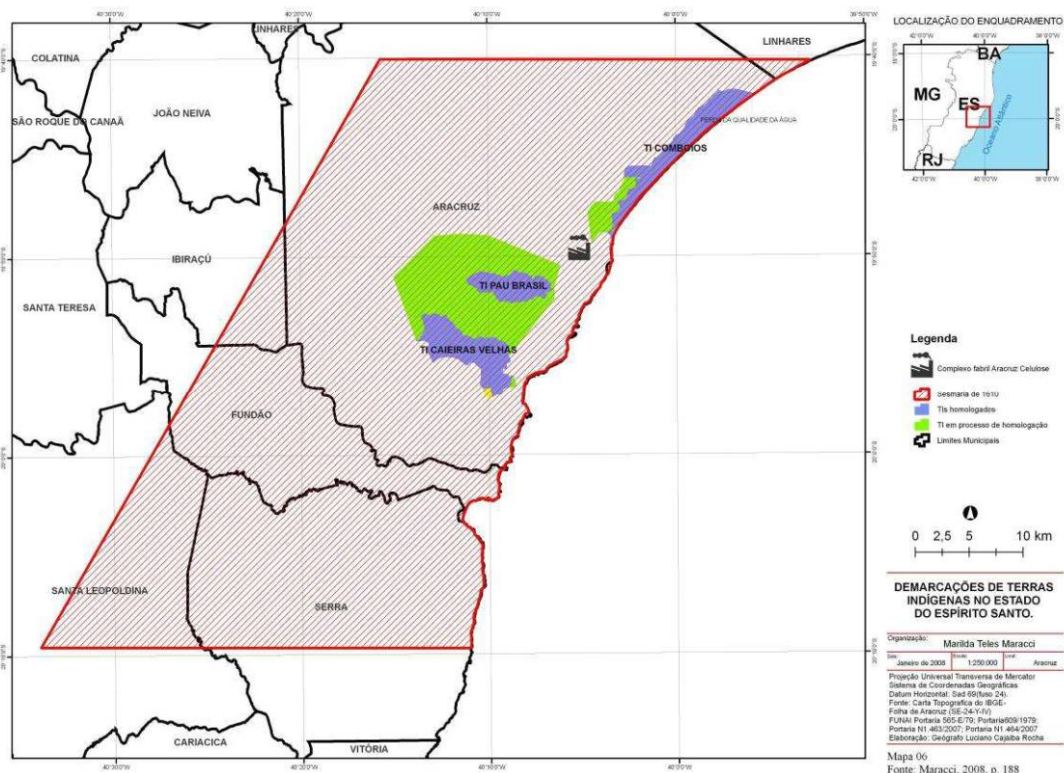


Figura 2: Sesmária indígena de 1760 sobreposta às atuais Terras Indígenas (em azul: homologadas até 2008; em verde: em processo de homologação em 2008, hoje já homologadas) e aos atuais limites de municípios. Fonte: Barcellos (2008, p.282).

II.2 Aldeamentos jesuítas e o contexto após 1759

Os aldeamentos jesuítas tiveram influência decisiva na territorialização das populações – hoje consideradas – tradicionais no litoral norte do Espírito Santo, e por isso esta seção se dedica a esses processos anteriores ao período que mais nos interessa. O debate sobre o disciplinamento do trabalho e a expropriação de terras nas “vilas de índios” e na antiga “sesmária indígena” ficaria incompleto sem uma breve retomada do que foi a territorialização dos aldeamentos jesuítas e do que ocorreu após a expulsão daquela ordem religiosa do Brasil em 1759.

A partir da década de 1550 foram fundados diversos aldeamentos jesuítas no Espírito Santo. Além da presença jesuíta na capital Vitória, havia dois outros centros principais com considerável população de “índios aldeados”, já mencionados: Reritiba (atual cidade de Anchieta), no sul, e Nova Almeida, no norte da capitania.

Vimos no capítulo 1 que a colonização brasileira teve como sentido geral o fornecimento de mercadorias tropicais para o comércio europeu. Porém, se é verdade que “[n]o seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial” (PRADO JR., 1961, p.25), não devemos perder de vista que não se tratava de uma empresa nos moldes atuais: na conquista das Américas, os aspectos econômicos, militares e religiosos não estavam autonomizados, pelo contrário, caminhavam juntos na conquista dos “sertões”. A sujeição dos indivíduos ao rei e a Deus costumava ocorrer em conjunto, como fica claro nos documentos do contexto pós-jesuíta abordados mais abaixo – carta à rainha D. Maria em 1795 e carta de D. João ordenando a “guerra aos bárbaros” em 1808. Se em um período mais recente as “leis da economia” costumam servir de justificativa para as ações dos sujeitos, naquele período frequentemente as justificativas eram divinas, expressadas por religiosos e ratificadas pelo Papa, a exemplo do Tratado de Tordesilhas de 1494.⁵²

Ainda em relação ao “sentido da colonização”, seria por demais simplificador entendermos que a colonização da América tropical, e do Brasil em particular, seguiu desde o início e durante séculos um mesmo plano geral elaborado na metrópole portuguesa. Como propõe o historiador Luiz Felipe de Alencastro (2000), houve um “aprendizado da colonização”: em relação à invenção da *plantation*, esse “aprendizado” se deu sobretudo nas ilhas atlânticas onde o cultivo da cana já fora praticado antes de sua introdução nas Américas. Já em relação à evangelização, a ordem jesuíta enviou missionários para o Japão, Angola, Congo e outras terras distantes ao longo do século

⁵² Em sua obra *Dinheiro sem valor*, Robert Kurz investiga não só a historicidade das categorias no capitalismo como também as relações sociais anteriores. Criticando a “abordagem moderna, que projeta suas próprias categorias sobre situações completamente diferentes”, ele entende que só na Modernidade a religião foi convertida em uma “questão de fé” subjetiva, sem papel essencial “na reprodução e na constituição da práxis social e material.” Ele formula um corte entre a religião antes e depois da “modernidade”, mas nos interessa pensar também isso em processo: na modernização, a religião aos poucos vai deixando de ser “uma ordem universal hierárquica objetivada que também se impunha ao ‘processo de metabolismo com a natureza’ e às relações sociais humanas - de modo análogo à ‘economia’ do moderno fetiche do capital, mas com formas de autonomização completamente diferentes (KURZ, 2014, p.65-67).

XVI, retirando-se após poucos anos na maioria dos casos.⁵³ A relação entre a evangelização e a colonização é profunda: a primeira justificava a segunda:

o clero professa no Brasil a doutrina difundida pela bula [papal] *Romanus pontifex* (1455). Tolerava-se a escravidão na medida em que ela facilitava a catequese. Arrancados das brenhas do paganismo, os negros teriam suas almas salvas no ambiente cristão da Metrópole e dos enclaves ultramarinos. [...] o cativo só se legitimava se fosse acompanhado de catequese (ALENCASTRO, 2000, p.159-161).

A opinião dos raros padres que se opunham à escravização de negros e de indígenas foram consideradas “mui opostas ao comum de todos, perigosas e escandalosas” (Ibid., p.163-164). Assim como justificava-se que “as almas dos negros” só seriam ser salvas se estes fossem retirados dos “sertões africanos”⁵⁴ e enviados para a América, também no caso dos indígenas os descimentos dos sertões para as aldeias jesuítas se justificavam sobretudo por torná-los “permeáveis à catequese”. Em uma peça teatral escrita na língua-geral tupi por José de Anchieta e encenada por volta de 1580 pelos nativos do Espírito Santo, um indígena relata que sua “gente, antigamente, seguia usos primitivos”, mas os “padres, depois, procuraram-na, anunciando-lhe Deus”. O “descimento” para a aldeia jesuíta, na peça de teatral de Anchieta, ocorre de modo espontâneo pelo indígena, mas sabemos que em muitos casos os deslocamentos foram forçados mediante violência e mesmo o assassinato daqueles que não se sujeitassem. “Tal é também o motivo que tornou o trato negreiro aceitável aos olhos da igreja. Efetivamente, o que é o tráfico de africanos senão outra grande travessia, um longo descimento marítimo, transatlântico?” (Ibid., p.181).

Essa era, portanto, a justificativa em termos legais e morais para a escravidão negra e o para o “descimento” de indígenas – isto é, o seu aldeamento em territórios controlados pelos jesuítas, muitas vezes juntando indígenas de etnias e tribos diferentes. Além dessa justificativa, o “descimento” de indígenas para as aldeias jesuítas auxiliava o “sentido” da colonização em três aspectos elencados por Alencastro (2000, p.181):

Tratava-se, em primeiro lugar, de criar aldeamentos de índios ditos “mansos”, destinados a proteger os moradores dos índios “bravos”. Em segundo lugar, os aldeamentos circunscreviam as áreas coloniais, impedindo a fuga para a floresta tropical dos escravos negros das fazendas e dos engenhos. Enfim, as

⁵³ Após o fiasco das missões no Congo, o superior da missão jesuíta, como relata Alencastro, entende que a conquista militar era necessária para a evangelização em Angola: as sujeições a Deus e ao Rei, portanto, caminhavam juntas: “Sem sujeição, nem esta nem outra gente bárbara, por mais bem inclinada que seja, se poderá bem conservar na fé, como se vê claramente no Congo, pois tão mal ali se logrou a cristandade.” (Apontamentos das cousas de Angola (1563), apud ALENCASTRO, 2000, p.159).

⁵⁴ A ação evangelizadora nos “sertões africanos”, como Alencastro demonstra, também foi tentada, mas em poucos anos verificou-se pouco frutífera em comparação com aquela realizada nas colônias na América.

autoridades e os moradores estimulavam os descimentos de indígenas a fim de manter contingentes de mão-de-obra compulsória nas proximidades das vilas e dos portos.

Assim, além de seu objetivo central de “resgate das almas” (Ibid., p.181), os aldeamentos tinham um triplo objetivo político-econômico: o primeiro, de grande importância nos contextos territoriais onde havia povos indígenas “bravos” ou “ferozes” do ponto de vista dos portugueses, era a formação de alianças com outros grupos “mansos” para garantir a defesa do território. No norte do Espírito Santo este foi um tema fundamental até o século XIX, pois os indígenas chamados “botocudos” representaram uma ameaça a muitas das cidades e vilas. Historiadores mais recentes têm enfatizado essas alianças dos colonizadores com alguns grupos de indígenas contra outros grupos. Sobretudo quando o número de portugueses era pequeno, essas alianças eram da maior importância: Maria Regina C. de Almeida (2017, p.23) afirma que, enquanto em muitas Capitânicas os “ataques indígenas” representaram sério problema para os colonizadores nos primeiros séculos, “as duas que mais prosperaram – São Vicente e Pernambuco – foram aquelas cujos donatários puderam contar com o inestimável apoio de chefes nativos, com os quais estabeleceram estreitos laços de aliança.”

O segundo objetivo listado por Alencastro, com os aldeamentos indígenas dificultando as fugas dos negros escravizados, parece ter tido menor importância no Espírito Santo. É verdade que, como relatado por Alencastro, os “aldeamentos circunscreviam as áreas coloniais”, servindo de vanguarda do povoamento dos “sertões” e de “domesticação” dos “índios bravos”; por outro lado, ao menos no período e contexto territorial de nosso maior interesse os “índios civilizados” não se situavam próximos aos quilombos.⁵⁵ O terceiro objetivo listado por Alencastro, o de “manter contingentes de mão-de-obra compulsória nas proximidades das vilas e dos portos”, será observado em diversos documentos no capítulo 2: embora datem de um período pós-expulsão dos jesuítas, eles deixam claro que, em contextos de “falta de braços”, os “índios civilizados” frequentemente tiveram seus “braços” mobilizados em atividades como a extração de madeiras, o comércio marítimo e a abertura de estradas.

É importante ressaltar que a partir do século XVII a escravização de indígenas foi proibida, embora outras modalidades compulsórias de trabalho indígena permanecessem.

⁵⁵ Simone Ferreira (2009, p.72-75) apresenta uma lista de quilombos formados no Espírito Santo no século XIX. Em sua lista, a maior parte dos quilombos estavam próximos das “regiões escravistas” de São Mateus, no extremo norte do estado, e de Itapemirim, no sul do estado.

Como relata Alencastro (2000, p.88), o preceito da “liberdade natural” dos indígenas, jamais reconhecido aos africanos, permaneceria presente na doutrina espanhola e portuguesa a partir de 1609. Desde então,

Nenhum documento régio concebe os índios como energia humana em estado bruto, fator de produção ou mercadoria pronta para ser vendida, marcada a ferro, comprada, embarcada, herdada e – sobretudo – tributada pela Coroa, donde irrecusavelmente legalizada no seu estatuto reificado. Contrastando os decretos expedidos às feitorias africanas, nos quais termos fiscais e mercantis peças e escravos aparecem amiúde, os índios constam nos editos reais como ‘cativos’ (Ibid.).

Ao descrever os aldeamentos jesuítas, Darcy Ribeiro (1995, p.93) chama atenção para a imposição dos horários marcados no relógio e no sino da igreja:

[Nas reduções jesuítas,] toda a vida indígena é regulada para grupos por sexo ou por idade, que tinham tarefas prescritas a cumprir, desde a madrugada até o anoitecer, em horários assinalados por sinos: hora de trabalhar na roça, na caça, na pesca, na fiação, na tecelagem etc. Hora de ler, hora de rezar [...]

Esse disciplinamento, porém, não significaria uma internalização “para sempre” do tempo abstrato do trabalho por aqueles indivíduos. No próximo capítulo, veremos que inúmeros documentos no século XIX acusavam de “vadios” os pescadores do litoral norte do Espírito Santo, “ordinariamente índios civilizados ou seus descendentes” (MARQUES, 1878, p.4). Esse complexo processo disciplinar e mobilizador revela muito, em suas particularidades, sobre a categoria *trabalho* em geral.

II.3. A utilidade das “vilas de índios” após 1759 e a expropriação de suas terras no sul do Espírito Santo

Abordaremos a seguir documentos sobre o Espírito Santo que datam da década de 1790, antes do período principal de nossas análises nesta dissertação. Eles corroboram as formulações de Alencastro (2000) sobre as utilidades dos aldeamentos, mesmo depois da expulsão dos jesuítas,⁵⁶ ao mostram a importância dos “índios civilizados” no combate aos “índios selvagens” inimigos, ao mesmo tempo em que os “vassalos” deviam ser súditos úteis da Coroa portuguesa plantando e serrando madeira. Porém, apesar da sua utilidade para a Coroa, no fim do século XVIII parece ter se iniciado um processo de

⁵⁶ No mesmo sentido de Alencastro, mas se referindo à população de pessoas livres em geral (da qual os “índios civilizados” faziam parte), a historiadora Laura de Mello Souza (2015, p.94-95) aponta que os súditos livres do rei eram considerados um elemento necessário para o povoamento e cultivo das colônias, “devendo-se lhes em grande parte a segurança da parte civilizada contra os índios ferozes”.

expropriação das terras do antigo aldeamento do litoral sul, expropriação mais intensa do que no litoral norte.

Esses documentos – uma “memória”, espécie de compilado de sugestões de reformas, de cerca de 1792; e uma carta enviada pelos “Índios e mais moradores da Vila Nova de Benavente” à rainha Maria de Portugal – mostram que a situação dos territórios dos antigos aldeamentos do litoral do Espírito Santo no contexto pós-expulsão dos jesuítas era “nebulosa e controvertida”, como afirma Vania Moreira (2002a), pois as terras ocupadas pelos “índios civilizados” apareciam ora como pertencentes àquelas populações por meio de documentos reconhecidos pela administração, ora como “segurança da parte civilizada contra os índios ferozes” (SOUZA, 2015), ora como terras a serem expropriadas para a produção de mercadorias.

Em um documento da década de 1790, intitulado “Memória sobre o Governo da Província⁵⁷ do Espírito Santo”, de autor desconhecido e arquivado no Arquivo Histórico da Marinha, em Lisboa, é feita uma série de sugestões de reformas que, segundo o autor, poriam fim à “triste situação” presente e resultariam no desenvolvimento da Capitania do Espírito Santo, a começar pela mudança do nome, abandonando a palavra capitania, “que cheira ao direito feudal dos donatários”, e adotando o de província (Ibid., p. 58).

Entendemos que o texto em questão é típico do reformismo ilustrado do fim do século XVIII⁵⁸, tanto por suas estratégias de argumentação em desfavor do “direito feudal” como por seu projeto de reformas do início ao fim, incluindo mesmo, no seu “plano do estabelecimento na barra do rio Doce”, cálculos das despesas com “100 trabalhadores, sendo 50 destes escravos, e 50 livres” (Ibid., p. 61-62). Nesses cálculos, feitos para um número redondo de homens em geral, o autor já pressupõe o “trabalho em geral” (MARX, 2008, p. 262-263), fazendo ainda o cálculo da despesa de “um jornaleiro”, isto é, um homem trabalhando por um jornal (um dia), abstração que estava longe de ser internalizada no cotidiano de todas as pessoas livres no Espírito Santo naquele período.

Trata-se, assim, de um autor ligado às estratégias de Portugal visando a maximização da exploração econômica da colônia, a partir de uma racionalização das

⁵⁷ Como apontam os editores em 2015, a palavra província “pode induzir o leitor a conjecturar sua produção no século XIX. É verdade que esse tipo de divisão administrativa ocorreu no Brasil somente após a Independência, mas a 'província' mencionada no texto consiste apenas em uma expectativa futura.” (CAMPOS E RODRIGUES, 2015, p. 51).

⁵⁸ Entre as características do esclarecimento/iluminismo que abordamos no capítulo 1, destaca-se no documento da década de 1790, além da temática geral da “dominação da natureza”, também a racionalidade e a calculabilidade que se expressam em projetos baseados em cálculos matemáticos.

atividades. Esses reformistas⁵⁹ buscavam se apresentar como modernos, o que fica explicitado na oposição que o autor faz entre “Capitania, que cheira ao direito feudal dos donatários”, e “Província”, palavra aliás já usada à época em Portugal e na França. O texto tem um caráter geral de lamento em relação à vergonhosa situação de “atraso”:

É vergonha, que não tendo a Ilha de S. Domingos [Haiti] mais do que 140 léguas de extensão, haja demandar todos os anos 200 Navios [...] e que no ano de 1789 embarcassem 150.000 Barricas de 34 a 42 arrobas de Açúcar; e que havendo nesta Provincia uma extensão de 3000 léguas de terra não haja de falar ao Porto e Lisboa com uma navegação imediata, por oito, ou dez Embarcações (Anônimo, década de 1790, apud CAMPOS E RODRIGUES, 2015, p.60)

Para justificar as reformas propostas no documento, são usadas estratégias de argumentação que aparecem também nos documentos do século XIX, como a necessidade de cultivo dos “matos devolutos”, e as acusações contra os pescadores, ali chamados “povos de beira-mar”:

Estes povos de beira-mar, ou por acostumados ao sustento do marisco e peixe, ou pelo costume de ganharem a vida embarcados; pois todos são marujos, têm ideias desfavoráveis a habitações do interior. [...] Para quem, e para que, se guardam tantas terras de matos devolutos? (Anônimo, década de 1790, apud CAMPOS E RODRIGUES, 2015, p.58)

É importante notarmos aqui que os “matos devolutos”, nesse texto da década de 1790, eram os “do interior”, e não os da antiga “sesmaria dos índios” no litoral. Veremos mais adiante que no século XIX também parte das terras da sesmaria seriam consideradas devolutas. No trecho acima, o autor argumenta contra a navegação exclusivamente de cabotagem, que levava “os seus gêneros [do Espírito Santo] ao mercado dos dois Portos grandes Bahia, e Rio de Janeiro” (Ibid.), pois na sua visão mais vantajoso seria vender as mesmas mercadorias (“gêneros”) diretamente em Portugal. As principais mercadorias da navegação de cabotagem são divididas pelo autor desconhecido em dois grupos: “gêneros que a Natureza produz espontaneamente, e outros, que resultam da sua limitada cultura” (Ibid., p. 56). No primeiro grupo, aparecem “madeira de todas as castas” e outros produtos florestais: óleo de copaíba, gomas, resinas. No segundo grupo, de gêneros resultantes da limitada cultura que havia no Espírito Santo, o autor lista:

⁵⁹ Fernando Novais ([1979] 1995, p. 10-11) comenta sobre esse tipo de reformismo ilustrado, que se fortalece em Portugal no período do Marquês de Pombal: “O consulado pombalino, cremos, pode ser encarado como o mais sério esforço levado a efeito pela metrópole portuguesa para pôr em funcionamento a exploração econômica do ultramar e o concomitante desenvolvimento da economia metropolitana, em moldes mercantilistas clássicos. [...] Do pleno funcionamento à ruptura inicial do sistema, tentam-se as soluções intermediárias inspiradas pelo reformismo ilustrado do fim do absolutismo. [...] É todo um difuso programa de reforma que se preconiza, [...] sem contudo atingir as suas estruturas fundamentais”.

Estes nada mais são do que alguma aguardente de Cana, açúcar, doces, e muito algodão, em rama, fios, e tecidos grossos, que só servem para sacas, panos de casa, e vestuários de escravos” (Ibid., p.56).

Com exceção do açúcar, os outros gêneros citados pelo autor provavelmente eram consumidos nos núcleos urbanos como sobretudo Rio de Janeiro e Bahia, mas além destes dois portos, também havia raramente cabotagem “ao Norte até à Parayba” (Ibid., p.56). A produção de farinha de mandioca, segundo o autor, não era suficiente para o consumo interno: “esta comarca [...] se provê de farinhas de pão, dos Portos de Caravellas, de S. Mathêos⁶⁰; do Campinho [Maraú]” (Ibid., p.56). Aqui é importante recordarmos a distinção que faz Caio Prado Jr. (1961, p.151-154) entre a grande lavoura que produzia para a exportação e a agricultura de subsistência. Esta última, destinando-se ao consumo da própria colônia, é um setor, na definição de Prado Jr., subsidiário da economia colonial. Segundo este autor, no período colonial,

os pontos da costa que não são suficientemente favorecidos para que neles se instalasse a grande lavoura, mas aceitáveis para uma atividade de segunda ordem, se tornarão áreas de concentração da agricultura de subsistência. [No] litoral que se estende do Recôncavo baiano até o Rio de Janeiro, [...] formam-se em sucessão contínua todos estes lugarejos estreitamente ligados às necessidades alimentares dos grandes centros da colônia, e que constituem a comarca de Ilhéus e as capitânicas de Porto Seguro e Espírito Santo. (PRADO JR., 1961, p.155).

São lógicas e razoáveis as formulações de Prado Jr. sobre essas regiões voltadas para a produção de mercadorias que serviam para a subsistência da colônia. Ao mesmo tempo, o fato de que na antiga Capitania do Espírito Santo – que não incluía São Mateus até 1823 – não era tão expressiva a venda de farinha de mandioca para os “grandes centros”: predominava o cultivo da mandioca em pequenas roças de subsistência. Assim, o Espírito Santo do período colonial contradiz essa formulação acima sobre a ligação estreita entre “todos estes lugarejos” e a alimentação dos “grandes centros da colônia” (Ibid.) A “falta de braços”, amplamente mencionada nos relatos sobre o Espírito Santo no século XIX e abordada no capítulo seguinte como sobretudo uma falta relativa de *braços apropriados*, ajudará a entender esse fenômeno.

Outro adendo à linha argumentativa de Caio Prado Jr.: concomitantemente ao processo de ocupação do território para a produção de mercadorias, havia também a ocupação militar do território com quartéis nos limites dos sertões, ocupação esta que era

⁶⁰ A cidade de São Mateus era um importante porto de comércio de farinha produzida com mão-de-obra negra escravizada. Era então pertencente à Capitania de Porto Seguro, só passando a fazer parte da Província do Espírito Santo em 1823.

justificada mais por uma expectativa de produção futura do que pela produção imediata de mercadorias. Para além da importância das mercadorias produzidas, o texto dos anos 1790 apontava a importância das duas grandes “vilas de índios” do Espírito Santo em dois aspectos: o comércio da mercadoria madeira e a defesa contra os indígenas “bravos”. O primeiro aspecto aparece quando o autor descreve as duas vilas de índios: Nova Almeida, no norte da Capitania, e Benevente (hoje Anchieta), no sul.

Nova Almeida: Situa-se 5 ou 6 Léguas ao Norte da freguesia da Serra, sobre o mar, e na embocadura do Rio Sassanha. Terá 2 para 3 mil Índios, destríssimos em preparar madeiras, que compram os mercadores da Victoria e as exportam nos seus barcos para os portos que as pedem. [...]

Benevente. [...] É povoação numerosa de Índios, fundada pelos Jesuítas, a que na sua expulsão se deu o nome, e foral de Vila. Tem um porto, que dá fundo a Embarcações grandes. São, como os de nova Almeida, excelentes madeireiros; e sempre têm um grande provimento delas para o seu negócio (Anônimo, década de 1790, apud CAMPOS E RODRIGUES, 2015, p.60, p.54).

A segunda utilidade das “Vilas de Índios” situadas nos dois extremos da capitania, uma próxima dos sertões do norte e a outra próxima dos sertões do sul, estava ligada à “domesticação” dos indígenas ainda “bravos”. O autor propunha a fundação de duas novas povoações, no interior do estado e a montante dos rios nos quais se localizavam as “vilas de índios” já existentes:

as povoações do interior correspondentes aos dois Rios Reretiba, e Sassanha, em cujas embocaduras se acham as Vilas de Indios [...], deverão ser formadas pelos habitantes destas; para que possamos ter, em dois pontos distantes ao Norte, e ao Sul, dois viveiros de naturais do Brazil, e junto aos quais se possam acomodar os prosélitos bravos, ou novos Indios que se houverem de domesticar (Ibid.).

Nesse texto anônimo da década de 1790, interessam vários aspectos. Em primeiro lugar, ainda que grande parte dos planos imaginados pelo autor estivessem muito além das capacidades do Estado na forma como se configurava à época – o Estado central português e sobretudo o governo da Capitania –, mesmo assim nota-se a presença ou ao menos a expectativa de um Estado fazendo planos racionais de expansão sobre os sertões, subsidiados por instrumentos modernos como mapas, censos populacionais e cálculos de despesas com mão de obra. Além disso, trata-se de um planejamento voltado para as expectativas futuras, e não necessariamente para a satisfação de necessidades diárias. Com a expectativa de crescimentos de população e da produção – típica do sistema capitalista em formação – em tese todos os planos se sustentariam pelas próprias pernas após algum tempo, mas no primeiro momento a iniciativa deveria ser do Estado:

Julgo que será necessário estabelecer-se uma Caixa pecuniária para acudir a algumas despesas inevitáveis como são indagações [mapeamentos iniciais] dos

Lugares que devem ser povoados, aberturas de picadas, ou primeiros caminhos, Canoas que devem subir pelos Rios, Instrumentos, ou ferramentas de cortar paus, mantimentos. Igualmente se precisarão dar ajudas de Custo aos primeiros povoadores; pagar na Câmara Eclesiástica os papéis dos que se houverem de casar [...] (Ibid., p.60)

Como último ponto a ressaltar do documento de 1790, é essencial lembrar que, se por um lado as “vilas de Índios” eram ambas povoadas por “excelentes madeireiros”, por outro lado a utilidade daquelas vilas ia muito além das mercadorias que produziam a cada ano, pois estava ligada também à expectativa de colonizações no interior para produções futuras. Em muitos momentos, a presença dos “índios civilizados” aparece como garantia de defesa da fronteira, ou seja, para que a capitania/província não perdesse territórios arduamente conquistados. É o que aparece no diário do Bispo Dom José Coutinho em sua visita ao Espírito Santo em 1812:

Esta freguesia [Almeida] tem certamente três mil índios, fora outros brancos ou pretos. [...] este sítio das vizinhanças do Riacho e da lagoa chamada dos Índios é bastantemente povoado, e por isso se tem sempre defendido muito bem dos botocudos, que os cercam por todos os lados, com o socorro do quartel e destacamento de Aguiar, que dista quatro léguas para o sul de Linhares [...] (COUTINHO, [1812] 2002, p. 89)

Também as vilas de Regência e de Linhares, que não existiam naquela década de 1790, tiveram origem poucos anos depois, como destacamentos militares situados na entrada dos sertões, para defesa do território da província e conquista do rio Doce. Tanto a viagem do Bispo em 1812 como a de Saint-Hilaire em 1818 tiveram um itinerário bastante limitado ao litoral do Espírito Santo e aos caminhos considerados razoavelmente seguros para a passagem daqueles viajantes.

O outro documento do século XVIII que analisaremos é a carta de 1795 que os suplicantes indígenas de Benavente (em outros documentos Benevente e atualmente Anchieta) assinam de próprio punho e enviam à Rainha de Portugal, na qual

recorrem a Vossa Majestade que se digne condoer-se da opressão que fazem dos suplicantes, e ordenar que não sejam expulsos de suas terras porque presentemente já não são gentios, mas sim observadores da verdadeira religião desta Câmara; [...]

Soberana Senhora, aos Reais pés de Vossa Majestade se portam os Índios e mais moradores da Vila Nova de Benavente da Comarca do Espírito Santo (MATTOS, 2017, p.35)

É na condição de súditos da Coroa e “observadores da verdadeira religião” que os indígenas requisitaram seus direitos à rainha, por meio de documento enviado a Lisboa. Os suplicantes se diferenciavam assim dos “gentios”, pedindo que a rainha pusesse “os

seus reais olhos nestes seus pobres vassallos”, que eram “moradores próximos da mesma Vila de Benavente, dentro dos marcos da mesma Vila”, no “lugar chamado Maymba”. Segundo os suplicantes, aquelas terras eram “cheias de sítios em que moram mais de 400 pessoas”, exercendo “agricultura, plantações, de legumes, serrarias e de que pagam de tudo o direito a Vossa Real Majestade”.

Os suplicantes de 1795 informam ainda que, naquelas terras,

estão de posse os mesmos moradores, pacificamente, há mais de 40 anos⁶¹ por ali e sem ante possuidores, sem serem estorvados nem impedidos de portugueses alguns porque naquele tempo se não consentia por ali aforarem as terras dos Índios conforme os Decretos das Majestades [...]

Após esse período de 40 anos em que, no relato dos “índios e mais moradores”, viveram pacificamente em posse daquelas terras, “sem serem estorvados” por portugueses, naquele momento a situação havia mudado: “têm os mesmos Portugueses tomado posse à terra dos mesmos Índios [...] com medições feitas com dolo e malícia,” e “estabelecendo sítios para erigir fazendas e engenhos de fábricas de açúcar”.⁶² Na carta, portanto reclamava-se que a rainha pusesse fim à perturbação sofrida pelos

Índios que há tantos anos estavam na sua tranquilidade e sossego; como também estamos expostos para tudo quanto é do serviço de Sua Real Majestade, já serrando madeiras pelos sertões para carretas daquelas da guarnição e dos serviços das suas Fortalezas, prontos para os destacamentos de entrar nos sertões chamados Icoanha e Santa Maria, expostos a morrerem nas mãos do Gentio Bárbaro e outros mais serviços que a cada instante estão removendo os ditos índios para largarem suas casas, mulheres e filhos para tudo cumprirem exatamente (“Índios e mais moradores”, 1795, in: MATTOS, 2017, p.36).

Na carta em que buscavam convencer a rainha, logo após afirmarem que estavam ocupando suas terras em “tranquilidade e sossego”, os suplicantes relatam que aquele sossego incluía diversos “serviços” a “Sua Real Majestade”: serravam madeiras pelos sertões, entravam nos sertões e se arriscavam junto ao “Gentio Bárbaro”, além de outros serviços que obrigavam os indígenas a migrarem, largando “suas casas, mulheres e filhos”. Mostravam-se, portanto, bastante úteis: talvez convencida por todos esses serviços prestados – ou por outros motivos – a rainha deu ganho de causa aos “índios e mais moradores”, decisão que teve efeito naquele momento, mas não impediu a

⁶¹ Isto é, desde antes da expulsão dos jesuítas.

⁶² Mattos (2017, p.34) aponta que as terras ocupadas pelos indígenas de Benevente eram “excelentes solos agricultáveis”.

expropriação de suas terras décadas depois, conforme discutido em mais detalhes pela autora ao citar Saint-Hilaire, pouco mais de 20 anos após a decisão da Rainha D. Maria:

Quando expulsou os jesuítas, o governo destinou aos índios civilizados de Benevente uma área inalienável de seis léguas por outras tantas, mas sendo fértil o lugar, os governadores logo deram aos seus amigos, partes dessas terras, sem considerar os direitos dos indígenas que reclamaram inutilmente. [...] Outros indígenas ao deixar a região não fizeram venda alguma e portugueses tomaram pura e simplesmente posse de suas terras.

As mencionadas terras têm passado quase todas pelas mãos dos luso-brasileiros e os índios se comprazem em cultivar campos que deveriam semear para si mesmos. Quando um índio pede justiça contra o português, como poderá obtê-la? (Saint-Hilaire, apud MATTOS, 2017, p.40)

Ao contrário do ocorrido no sul do Espírito Santo, o processo de usurpação de terras na “sesmaria dos índios” no litoral norte foi mais lento, desdobrando-se ao longo do século XIX e não significando a usurpação de todas as terras dos indígenas, como já comentado acima. Investigaremos nas próximas seções os possíveis motivos para essa expropriação no litoral norte ter sido mais lenta e incompleta: em resumo, as causas mais prováveis são a grande quantidade de “índios Botocudos” próximos ao rio Doce e a quantidade considerável de terras “inaproveitáveis” para a produção de mercadorias.

II.4. A Guerra ofensiva contra os “Botocudos”⁶³

A Carta Régia de 1808 que “manda fazer guerra aos índios Botocudos” listava os seguintes motivos para uma “guerra ofensiva”: os “índios Botocudos, antropófagos”, estavam diariamente invadindo e devastando as fazendas “sobre as margens do Rio Doce e rios que no mesmo desaguam” – a referência é sobretudo a Minas Gerais, aliás o destinatário da Carta Régia é o “Capitão General da Capitania de Minas Geraes”, com o Espírito Santo sendo mencionado apenas secundariamente. Além das “invasões” e “devastação” de fazendas, forçando muitos proprietários a abandoná-las, a outra justificativa na carta é que aqueles indígenas supostamente praticavam “as mais horríveis

⁶³ A designação “botocudos”, devido aos botoques que utilizavam nos lábios, foi atribuída pelos colonizadores: entre os povos indígenas do norte capixaba, relata André Vargas, 2021, p.217; p.221), “destacam-se os Tupinikim, tradicionalmente territorializados próximos à linha da costa e os chamados Botocudos (Borum), com territorialidade mais interiorana. [...] as alcunhas de Botocudos, Aimorés, Tapuias e bugres eram todas produzidas por agentes externos aos grupos, como os colonizadores portugueses e outras nações indígenas como os Tupi”. Ou seja, não se trata de um nome autoatribuído. O principal grupo indígena descendente dos “botocudos” em Minas Gerais utiliza atualmente os nomes *Krenak* e *Borum* “Nak é terra; até hoje no dialeto borum (índio na língua dos Krenak). Kren é cabeça. Então, somos os cabeças da terra. Esse grupo nosso é remanescente dos cabeças da terra. Mas há também os outros, uns refugiados que foram sobrando no meio de nossas famílias. São, por exemplo, chamados de Nakrehé, e tem os outros Pojixá e os Gutkrak” (Ailton Krenak, apud VARGAS, 2021, p.242).

e atrozes cenas da mais bárbara antropofagia”, “assassinando os Portugueses e os Índios mansos” (BRASIL, 1808).

Nessa descrição da antropofagia, que devemos tomar com reservas pois interessava à Coroa exagerar a selvageria daqueles “Botocudos”, nos interessa a menção muito clara às vítimas destes: “os Portugueses e os Índios mansos”. A divisão entre “índios civilizados” e “índios selvagens” era comum em toda a colônia portuguesa e posteriormente no Brasil do início do século XIX, aparecendo em inúmeros documentos: os “índios civilizados” tinham direitos que não eram garantidos aos “selvagens”, ao menos durante o tempo em que supostamente “dura[sse] [a] ferocidade” dos selvagens (BRASIL, 1808).

O terceiro e último dos motivos que em tese tornavam a guerra “justa” era a

inutilidade de todos os meios humanos, pelos quais tenho mandado que se tente a sua civilização e o reduzi-los a aldear-se e a gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce, debaixo das justas e humanas Leis que regem os meus povos [...] (BRASIL, 1808).

É importante constatar que, ao contrário de outros contextos onde, ao menos segundo alguns relatos, “a ordem era degolá-los a todos com exceção das mulheres e dos meninos os quais se cativará”⁶⁴, em 1808 no rio Doce, mesmo na “guerra ofensiva” declarada contra os “botocudos”, as ações violentas tinham como objetivo preferencial “a redução e civilização dos Índios Botocudos, se possível for” (BRASIL, 1808).

Assim, nesse documento de um dos períodos mais violentos do extermínio de indígenas no norte do Espírito Santo, “se possível for”, o melhor destino para aqueles indígenas seria, na opinião do Príncipe, a “redução” – referência às reduções ou aldeamentos jesuítas, embora no contexto posterior à expulsão daquela ordem – e sua “civilização”. Sem dúvida muitos indígenas, em quantidades incontáveis, foram assassinados nessa “guerra ofensiva”, mas não é um mero detalhe que a prioridade fosse, segundo o Príncipe,

vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade das minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as imensas variedades de Índios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social (BRASIL, 1808).

⁶⁴ Referência à “pacificação do gentio” no Alto Sertão da Bahia (TOLEDO, 2008, p. 46).

Na justificativa da Coroa, portanto, o “justo terror” das armas era justificado como parte do que mais tarde seria chamado processo civilizatório: a introdução daqueles “selvagens” na vida “em sociedade”, gozando de maior “felicidade” ao tornarem-se súditos e vassallos⁶⁵ do rei de Portugal. Uma ausência na argumentação da Carta Régia é a religião: ao contrário desses aldeamentos mencionados por Dom João VI, os aldeamentos jesuítas anteriores se justificavam em função da necessidade de salvação das almas dos “gentios” pagãos. Como vimos, o trabalho forçado, seja o dos negros escravizados ou o dos indígenas considerados “órfãos” ou em processo de “civilização”, “só se legitimava se fosse acompanhado de catequese” (ALENCASTRO, 2000, p.161), mesmo depois de 1759. No início século XIX, portanto, a catequese dos indígenas, embora ainda presente, perde força no argumento, substituída nas argumentações pelo objetivo de “civilização dos Índios”, de transformá-los em “vassallos úteis”, à vida “em sociedade”, “sujeitando-se [às] leis” (BRASIL, 1808).

Como seguiremos observando ao analisarmos documentos do século XIX, a “civilização dos índios” sempre ocorreu paralelamente à utilização do trabalho daqueles indivíduos, até 1759 ocorrendo sobretudo nos aldeamentos jesuítas, e no século XIX em variados contextos que incluíam outros aldeamentos pós-jesuítas⁶⁶ mas também a adoção, por particulares, de crianças indígenas como “órfãos”, na verdade uma modalidade disfarçada de imposição de trabalho compulsório aos indígenas desde a infância. Veremos esses indígenas – sob a justificativa de estarem em processo de civilização enquanto durasse “sua ferocidade” – serem mencionados pelo viajante francês Auguste Biard ([1862] 2004) como “servidores” ou como “domésticos” de um italiano que vivia no Espírito Santo, atuando no comércio de madeiras em Santa Cruz (BIARD, [1862] 2004).

II.5. “Arvoredo que os índios não cortam, nem fazem grandes plantações” (1812)

⁶⁵ Essa classificação como vassallos, embora remeta a uma ordem social medieval, ainda fazia parte das “formas coloniais de classificação social e governança” (MOREIRA, 2017), sendo típica de uma “ordem classificadora” do Antigo Regime, conforme propõe Laura de Mello e Souza (2015, p. 24), e que ainda estava vigente no início do século XIX. A longa mudança dessa “ordem classificadora” para uma outra mais alinhada às ideias liberais e modernas, de igualação dos sujeitos enquanto trabalhadores livres, é um dos processos centrais estudados em nossa pesquisa.

⁶⁶ O príncipe, como vimos acima, relata ter mandado, sem sucesso, “que se tente a sua civilização e o reduzi-los a aldear-se [...]” (BRASIL, 1808). Aldeamentos forçados de indígenas ocorreriam ainda nos séculos XIX e XX no médio rio Doce (Espírito Santo e Minas). Não no litoral, foco da nossa pesquisa.

Observemos em primeiro lugar que, ao contrário de outras avaliações sobre o fracasso da capitania/província em termos econômicos,⁶⁷ do ponto de vista da evangelização colonial, a província do Espírito Santo tinha tido sucesso: em 1849, o presidente da província afirma que o “missionário Frei Ubaldo, que estava com provisão de vigário no rio Doce”, ausentou-se de lá e não podia voltar por motivos de saúde. Assim, relata o presidente da província, “não podendo o dito missionário ser empregado em parte alguma da província, com proveito da catequese dos índios à exceção de Linhares, ordenei-lhe, que se retirasse para o Rio de Janeiro” (ESPÍRITO SANTO, 1849, p.16). Esse relato corrobora nossa interpretação de que, em relação ao avanço da catequese nos contextos coloniais, a capitania e depois província do Espírito Santo foi uma das de maior sucesso, tendo em vista que, à exceção do rio Doce, as outras populações indígenas, ao menos aquelas das quais o governo da província tinha notícias, não tinham necessidade de um missionário pois já estavam catequisadas. O mesmo relatório exemplifica essa condição de “índios cristãos” – e ao mesmo tempo a falta de autonomia entre o governo da província e o catolicismo, que era religião de Estado – ao recomendar que em Piúma, localidade no litoral sul próxima a Benevente, o próximo presidente da província mandasse “edificar uma capela, [...] e para esse fim requisitei da câmara municipal de Benevente o necessário orçamento.” Existia em Piúma “uma imagem, que os Índios muito veneram, mas está colocada em uma indecente casa de palha” (Ibid.).

Se em certos períodos a situação dos territórios dos antigos aldeamentos do litoral do Espírito Santo foi “nebulosa e controvertida”, como afirma Vania Moreira (2002a), por outro lado, no início do século XIX, a antiga “sesmaria dos índios” no norte da província parecia ter dado origem, em Nova Almeida, a “uma das mais populosas e longevas vilas de índios do Brasil”, como relata a historiadora Vania Moreira (2017, p.26). Veremos a seguir, em documento do Bispo Dom José Coutinho, que o fato de os indígenas não desmatarem as florestas “nem faze[re]m grandes plantações” era citado com normalidade, sem representar um indício de que as terras não estavam tendo “cultivo e morada habitual”⁶⁸. A interpretação de que os indígenas e “caboclos” do litoral norte não lavravam as terras parece ter surgido apenas em meados daquele século.

⁶⁷ Conferir, a respeito: *A narrativa histórica da superação do atraso*, de Rafael Nascimento (2016) e *Esboço de uma crítica à compreensão fetichista da formação do Espírito Santo como “formação econômica”*, de Luiz Andrade (2020).

⁶⁸ Essa expressão é da Lei de Terras de 1850, que será abordada a seguir.

No diário das visitas do Bispo D. José Coutinho ao Espírito Santo em 1812 e 1819⁶⁹, encontramos descrições de como parte daquela sesmária era utilizada pelos “índios civilizados”: não há qualquer menção a “terras devolutas”, ou acusação de que aquelas pessoas não utilizavam as terras da melhor maneira, embora o bispo aponte a existência de muitas matas e plantações pequenas.

Sua chegada a Nova Almeida é relatada como festiva: “Cheguei às onze horas à Vila Nova, aonde me esperavam os bons índios com foguetes⁷⁰, arcos triunfais, e arquiteturas de ramagens, e outras demonstrações de alegria e devoção.” (COUTINHO, [1812] 2002, p.87). Ele descreve a disposição da vila: uma grande praça com a igreja construídas pelos Jesuítas (expulsos em 1759). O complexo da igreja e convento servia de residência aos vigários e de casa de câmara e cadeia. Da praça, localizada no ponto mais alto, próxima à foz de um rio⁷¹, podia-se ver um vasto terreno plano,

coberto de frondoso arvoredo, que os índios não cortam, nem fazem grandes plantações; é muito distante que se veem os diversos ramos e direções da cordilheira das serras; o ar é muito ventilado; as águas são de fonte corrente muito boas; muito e bom peixe; etc. mas pão e vinho é só o que vai da Vitória, e este quase sempre mau, o que já me tem sido e será mui sensível. (COUTINHO, [1812] 2002, p.88).

Pode-se concluir, a partir do relato do bispo, que os roçados eram pequenos, a floresta era vasta, que o ar, as águas e o peixe eram de boa qualidade, ao contrário dos produtos necessários para a missa: pão e vinho. Sobretudo, pode-se concluir que, ao afirmar que “os índios não cortam [as árvores], nem fazem grandes plantações”, o bispo não condena, ao menos não explicitamente, essas práticas como ruins.

Também Auguste de Saint-Hilaire (2020, p. 122), viajante francês que esteve no Espírito Santo em 1818, relatava que, quando vinte “índios de PiriQUIAÇU” foram convocados para um mês de trabalho compulsório, “os infelizes requisitados iam deixar mulher e filhos sem recursos e perdiam o momento oportuno para fazer suas plantações”. Em nenhum momento ele dá a entender que houvesse qualquer controvérsia sobre se aqueles “índios civilizados” plantavam ou não plantavam.

⁶⁹ Bispo do Rio de Janeiro de 1806 a 1833.

⁷⁰ Aqui deve-se chamar atenção para os “foguetes” terem se incorporado à *tradição* local, usados em festas religiosas e celebrações – que, em nossa pesquisa de campo, constatamos ainda hoje. Trata-se de um dos vários elementos tradicionais que não existiam na América de 1500.

⁷¹ Hoje chamado rio Reis Magos, mesmo nome da antiga igreja jesuíta, esse rio teve outros nomes como “Sassanha”, que aparece na citação acima, do documento anônimo de cerca 1792.

Nos próximos capítulos, pelo contrário, veremos que inúmeros documentos criticaram as populações do litoral norte capixaba como “vagabundos”, “vadios”, de “natureza ociosa, e inativa”, etc. Nesses documentos, que parecem se multiplicar por volta de 1850, aparecem dois propósitos gerais dos seus autores,⁷² que pertenciam à minoria social que lia e escrevia: mobilizar aqueles “braços” para o trabalho e apropriar-se das terras que, devido à “natureza ociosa” daqueles indivíduos, não estaria sendo aproveitadas da melhor maneira. Nesse processo, que em termos categoriais pode ser entendido como a lenta, complexa e contraditória autonomização das categorias *trabalho* e *terra* como mercadorias abstratas a serem compradas e vendidas, a Lei de Terras de 1850 aparece como um marco temporal importante, e por isso será abordada nas próximas seções, bem como seus desdobramentos na particularidade do norte do Espírito Santo. Já o disciplinamento e a mobilização dos sujeitos como trabalhadores serão os temas principais do próximo capítulo, no qual veremos ainda um outro processo também ocorrido a partir de cerca de 1850: o “desaparecimento” dos indígenas, cuja classificação como “caboclos” e “pardos” também fez parte do processo de expropriação das terras indígenas em todo o Brasil, inclusive na “sesmaria dos índios” do Espírito Santo. Em resumo, portanto, a “criação” de terras devolutas onde antes havia uma sesmaria passou por dois processos principais e concomitantes. Por um lado, em alguns contextos onde era impossível negar que havia indígenas, afirmava-se que estes não estavam mais nas terras da antiga sesmaria, “retirando-se” e voltando “só para incomodar” (MOREIRA, 2002a), ou quando as ocupavam, não praticavam o “cultivo habitual” exigido na lei (BRASIL, 1850a); por outro lado, justificava-se frequentemente que os “índios civilizados” haviam desaparecido, “dispersos e confundidos” na massa da população (BRASIL, 1850b).

II.6. A Lei de Terras de 1850 e a necessidade de “cultivo e morada”

A Lei de Terras de 1850 e suas posteriores regulamentações são documentos de grande importância para buscarmos compreender a questão fundiária no Brasil do século XIX. Como resume Cassio Boechat (2022, p.84), essa lei de 1850

estabelecia a compra e venda de terras como forma primordial de acesso à base fundiária. As posses deveriam ser registradas nas paróquias locais até 1854 e o que restasse seria considerado “terra devoluta”, pertencente ao Estado, que

⁷² Assim como o documento de 1790 já citado, muitos outros do século XIX são anônimos em jornais sem identificação do autor, assim, só o que se pode dizer sobre os autores é o fato que que pertenciam à minoria de homens alfabetizados

as revenderia e formaria um fundo para fomentar uma política de imigração de colonos europeus. A exigência de um registro paroquial indicava que o Estado não dispunha de um aparato burocrático instalado para proceder à formalização das posses. Nessas condições, a Igreja Católica assumia uma função que deveria ser, do ponto de vista lógico, do Estado.

Tratou-se, portanto, de um projeto modernizador com o objetivo de transformar todas as terras do país em propriedade fundiária,⁷³ projeto que não seria levado à prática exatamente da maneira prevista: enquanto a legislação previa que as posses prévias seriam regularizadas em poucos anos, e que a partir de tal momento a possibilidade de posse de terras passaria necessariamente pela compra e venda, na realidade as posses seriam posteriormente perdoadas, ou em muitos casos griladas (BOECHAT, 2022, p.85). Mas mesmo admitindo essa dificuldade de impor o fim das posses, a Lei de Terras pode ser interpretada, ao acabar com a legalidade das “posses livres”, como um “projeto modernizador, que buscava operar uma transição, ancorado na teoria da colonização sistemática” (Ibid.).

A colonização sistemática, inspirada na obra do economista E. Wakefield, baseava-se na ideia de que, onde o acesso à terra fosse livre e gratuito, as pessoas não trabalhariam para as outras, sendo necessário limitar o acesso à terra. No capítulo final do primeiro volume de *O Capital*, Marx ([1867] 1996) argumenta que Wakefield, ao formular a colonização sistemática, revela a verdade sobre as relações de trabalho na metrópole:

Wakefield descobriu nas colônias que a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz de uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas (MARX, ([1867] 1996, cap. 25, p.384).

Wakefield relata o caso do sr. Peel, que levou para a Austrália um total de 50 mil libras em “meios de subsistência e meios de produção”, além de “3 mil pessoas da classe trabalhadora”. Uma vez alcançado o lugar de destino, “o sr. Peel ficou sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar-lhe água do rio.” Assim, concluía Wakefield (apud Marx, 1996, p.388), aqueles trabalhadores logo transformavam-se em camponeses independentes.

⁷³ “[...] a Lei de Terras teve um papel relevante de forçar o processo de formação do trabalho nas condições ideais do capital – e foi, por isso, um dos meios para se criar um mercado de trabalho” (MENEGAT, in BOECHAT (org.), 2022, p.11-12).

A colonização sistemática, portanto, consistia em trazer trabalhadores europeus para o Brasil e, ao mesmo tempo, “o governo fixar para a terra virgem⁷⁴ um preço artificial, independente da lei da oferta e procura, que force o imigrante a trabalhar por tempo mais longo como assalariado”, até poder ganhar dinheiro suficiente para comprar terras. (MARX, 1996, p.390).⁷⁵

A importação de imigrantes como trabalhadores livres já era prevista na Lei de Terras de 1850, que previa também o fim da legalidade das posses de terras, com o registro das posses até então realizadas e a revalidação das sesmarias concedidas no regime de terras anterior.

Como descrito por Boechat (2022), o registro das posses, em tese, deveria ser feito logo após a publicação do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (Regulamento para execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850), embora muitos anos depois a posse de terras continuasse sendo validada pelo Estado. No contexto territorial para o qual se volta a nossa pesquisa, mais relevante do que a abundância de terras ainda existente no interior é a situação da antiga “sesmaria dos índios”. Assim, voltemos nossa atenção para ela e para os requisitos previstos em lei para o registro das posses e sesmarias: esses requisitos, e a maneira como efetivamente foram aplicados, revelam muito sobre os usos da terra naquele período, não só por latifundiários mas também pelos “índios civilizados”.

II.7 A “sesmaria dos índios” e a necessidade de “cultivo e morada”

Veremos nesta seção que, ao longo do tempo, as terras que eram consideradas “ocupadas” e utilizadas” pelos indígenas foram sendo consideradas devolutas segundo o novo regime de terras após 1850. A primeira concessão de sesmaria aos “índios da Vila Nova de Almeida”, como vimos acima, ocorreu em 1610, conforme consta no livro de tomo de Nova Almeida:

SESMARIA DOS ÍNDIOS

Saibam - quantos este instrumento [...] de Dada de Sesmaria virem, que no Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e dez [...], nesta Villa da Victoria, Capitania do Espirito Santo partes do Brazil de que é

⁷⁴ Em sua obra, embora em certos momentos tematize a violência e extermínios nas colônias, Marx também aborda por vezes a “terra virgem” naturalizando este conceito bastante problemático, que criticaremos adiante nas formulações de Pierre Deffontaines.

⁷⁵ A aplicação da colonização sistemática no Brasil teve aspectos diferentes dessa explicação lógica: o trabalho normalmente não foi assalariado, as apropriações de terras por posses, proibidas desde 1850, seguiram acontecendo, etc. Para mais detalhes, conferir Boechat (2022). No Espírito Santo, o problema da “falta de braços” parece ter deixado de fazer parte do debate público no mesmo período em que imigraram milhares de europeus para este estado, com a maior chegada de europeus ocorrendo na década de 1890.

Capitão-Mor e Governador o Senhor Francisco de Aguiar Coutinho na Casa de Santiago⁷⁶ e dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus, pelo Reverendo Padre João Martins foi dada uma petição [...] com um despacho ao pé dela do Senhor Governador, em que se continha o seguinte; que, os índios de Reis Magos não tinham terras em que lavrar [...]. Dizendo mais o dito Governador que por quanto mais serviço de Deus e de Sua Majestade era estarem as terras aproveitadas que não devolutas, lhes dava, como de facto logo deu aos ditos índios de Reis Magos as seis léguas de terras [contidas] em sua Petição, para eles seus filhos e sucessores [...], sem que delas pagassem foro, tributo algum [...] (Livro Tombo da Vila de Nova Almeida - APEES, 1945, p.46-47)

A sesmaria, portanto, foi concedida “aos ditos índios de Reis Magos”, seus filhos e sucessores, e não a um indivíduo ou família específica. Consta ainda no livro de tombo da vila de Nova Almeida que, também em 1760, a sesmaria indígena foi delimitada até o chamado “Caminho do Comboy”, ficando registrado também que, a partir dali para o norte, as terras “seguiram incultas e inabitadas”:

o Doutor Corregedor Francisco de Sailes Ribeiro mandou o Porteiro Pedro Dionysio que apregoasse que naquele lugar vulgarmente chamado o Caminho do Comboy onde se haviam acabado de medir [as] terras dos índios moradores da Villa Nova de Almeida, se punha um marco para divisa e limites daquelas terras e se havia alguma pessoa ou pessoas que tivesse alguma dúvida ou razão de Embargos viessem com ela para lhe deferir conforme fosse Justiça, o que logo foi satisfeito pelo dito Porteiro, e por este dar sua fé não aparecer pessoa alguma e com efeito serem as terras que dali em diante se seguiam incultas e inabitadas, mandou o dito Ministro que se pusesse o referido Marco” (Livro Tombo da Vila de Nova Almeida (1760) apud APEES, 1945, p.38)

Nesses documentos, fica clara a distinção entre os “índios moradores”, que “aproveitavam” as terras “a serviço de Deus e de Sua Majestade”, e os eventuais habitantes do sertão, que eram desconhecidos: as terras ao norte de Comboios ou além de “seis léguas para o Sertão” (conferir Figura 2 acima) eram consideradas “devolutas” em 1760. Se essa classificação dos “sertões do Rio Doce” como sem gente perdurou, em certos contextos, até o início do século XX, a classificação das terras da sesmaria indígena como “aproveitadas” não duraria tanto tempo.

Nas medições e memoriais de terras realizadas após a Lei de Terras de 1850, além de outros requisitos excludentes e onerosos – obrigação do proprietário ou posseiro pagar pela medição, exigência de atestado das autoridades judiciais e/ou policiais (BERNARDO NETO, 2012) –, havia também um requisito que poderia parecer óbvio à

⁷⁶ Atual Palácio Anchieta, sede do governo do estado. O velho palácio, antigo Colégio dos Jesuítas, além de residência oficial do governador e sede do governo, abrigava ainda a Igreja de Santiago, que foi demolida em 1920. Informações em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/a-igreja-de-santiago-governo-jeronimo-monteiro.html>>. Acesso em 12/12/2022.

primeira vista, mas de fato está intimamente ligado à usurpação de terras de usos comuns e tradicionais. Trata-se dos artigos 4º, 5º e 6º, que estabelecem a necessidade de cultivo, ou princípio de cultura, e morada habitual

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionária, ou do quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas.

Art. 5º Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente, guardadas as regras seguintes: [...]

Art. 6º Não se haverá por princípio de cultura para a revalidação das sesmarias ou outras concessões do Governo, nem para a legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derribadas ou queimas de matos ou campos, levantamentos de ranchos e outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados da cultura efetiva e morada habitual exigidas no artigo antecedente. (BRASIL, 1850a).

De acordo com a Lei de 1850 e sua regulamentação de 1854, todas essas terras correspondentes a antigas sesmarias deveriam ser medidas e legitimadas novamente. Como relata Vania Moreira (2002a, p.7), prevaleceu em todo o Brasil a ideia de que “as ‘terras de índios’, isto é, sesmarias e terras de aldeias, que não estivessem efetivamente ocupadas deveriam ser consideradas devolutas, retornando ao domínio público”. É importante ressaltar ainda a Decisão nº 92, de 21 de outubro de 1850, publicada apenas um mês depois da Lei de Terras, que “mandou incorporar aos próprios nacionais as terras de descendentes de índios que estivessem ‘confundidos na massa da população civilizada’” (ALMEIDA, 2002a, p.8), com a condição de que as terras não estivessem ocupadas:

Sua Majestade o Imperador [...] manda declarar [...] que, tendo merecido a Sua Imperial Aprovação o procedimento [deve-se] prosseguir nas providências adotadas para a incorporação aos Próprios Nacionais de todas as referidas terras que não estiverem ocupadas, as quais se devem considerar como devolutas, e como tais aproveitadas na forma da Lei nº 601 de 18 do mês findo (BRASIL, 1850b)

Embora a Resolução Imperial citada acima só se referisse aos casos em que aquelas duas condições estivessem dadas – os índios “confundidos na massa da população civilizada” e as terras “não ocupadas” – na prática as duas condições se confirmariam sobretudo após a Lei e a Resolução de 1850 (e não antes, como previa a Resolução). Muito convenientemente do ponto de vista de quem queria expropriar aquelas terras, a segunda metade do século XIX foi marcada pela constatação do “desaparecimento” dos

“índios” nas formas de classificação imperial e também pelas medições de terras em que o agrimensor constatava, a partir de seus próprios critérios, quais terras estariam ocupadas ou desocupadas ou, em palavras também usadas na época, quais eram “aproveitáveis” e quais eram “inaproveitáveis”.

II.8. As terras “inaproveitáveis”

Outra expressão de época encontrada nos documentos levantados em nossa pesquisa, e que podemos acrescentar às temáticas da “vadiagem” dos indígenas que “não lavra[va]m a terra”, é a divisão das terras entre “aproveitáveis” e “inaproveitáveis”. Não é irrelevante a constatação de que grande parte das terras do município de Linhares eram “inaproveitáveis”, ao menos segundo o ponto de vista das pessoas alfabetizadas que escreveram os documentos de que trataremos a seguir. A própria definição de terras “aproveitáveis”, que seriam aquelas próprias para a agricultura, é uma definição bastante restrita às modalidades de agricultura que produziam mercadorias e, portanto, cumpriam o *sentido da colonização* (PRADO JR., 1961). Isto é, falar em terras aproveitáveis e inaproveitáveis só faz sentido a partir de definições implícitas – e bastante limitadas – de aproveitamento.

Nos arquivos de medições de terra no Espírito Santo posteriores à Lei de Terras de 1850, lagoas e brejos (ou “nativos”⁷⁷ na linguagem local) eram descontados da área aproveitável, reduzindo o cálculo do montante que o proprietário deveria pagar para regularização das terras. Em um documento de 1892, memorial e planta elaborados pela comissão distrital de Linhares atestam a medição e demarcação de um terreno ocupado e requerido por um posseiro: o documento se inicia com a constatação do cultivo e morada habitual, em conformidade com o que prevê a legitimação das posses “que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente” (BRASIL, 1850a, Art. 5º).⁷⁸

⁷⁷ “O nativo “não tinha vocação para farinha”, conforme relata morador local a Simone Ferreira” (2009, p.59).; “O ‘nativo’ é nome dado à vegetação sem floresta que cobria os tabuleiros ao redor das muçunungas [áreas úmidas e planas], utilizado como ‘solta’ de ‘animal vacum’. Esta denominação o coloca como um ambiente que remonta às origens dos moradores, um ambiente sempre por eles utilizado (Ibid., p.163) É importante notar nesta última citação que, segundo Simone Ferreira, o “nativo” era utilizado pelos moradores locais, ao contrário do que entendiam os agrimensores do século XIX. Comparar ainda com os “brejos” descritos por Erick Kluck (2016).

⁷⁸ Na verdade, se o procedimento se deu conforme a Lei de Terras, cronologicamente essa medição ocorria muito depois do previsto naquela lei e em seu regulamento (BRASIL, 1854). Mas, como explica a historiadora Nara Saletto (1996, p.236), em comparação com outros estados, a legislação estadual do Espírito Santo sempre reconheceu o direito de posse “e a política estadual de terras foi francamente favorável à expansão da pequena propriedade”, inclusive, segundo ela, os “representantes do estado na

Assim, “[d]epois de ter verificado a cultura efetiva e morada habitual procedeu-se a medição [...] tendo se descontado 20 hectares de um nativo inaproveitável.” (Arquivo Público – APEES. Fundo Agricultura, Série Memoriais de Terras. Caixa 20). Podemos nos perguntar se o nativo inaproveitável, que aparece na planta abaixo, não teria utilizações como a pesca, a caça ou a extração de ervas medicinais, mas claramente tais questões não eram feitas pelos agrimensores da época. (Figura 3).

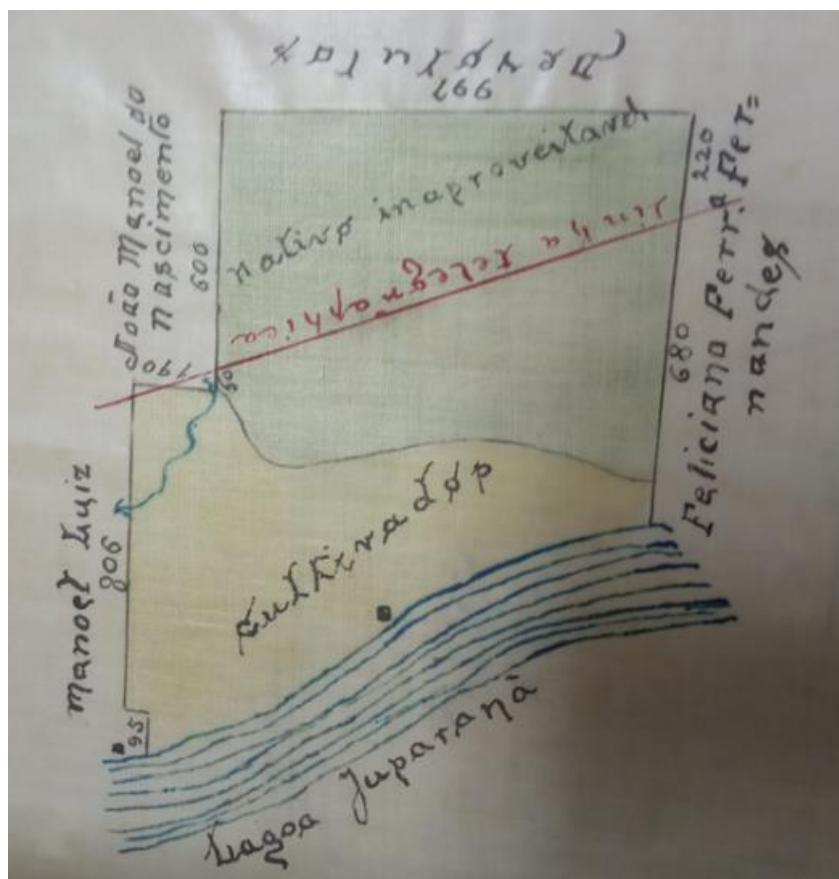


Figura 3: Planta da medição de um terreno do Estado à margem da Lagoa de Juparanã [Linhares/ES] ocupado por José Joaquim Durão 1892. Fonte: Arquivo Público – APEES. Fundo Agricultura, Série Memoriais de Terras. Caixa 20. Foto por Evandro de Martini.

No mesmo Arquivo Público consta outra medição (Figura 4) em Linhares, realizada em 1876, após “despacho no qual foi requerido por Paulino Ferreira Fernandes a legitimação de sua posse denominada Três Pontas na margem Norte da Lagoa Juparanã.” O documento elaborado pelo agrimensor se iniciou pela constatação do cultivo e, em seguida, foram medidas as terras alagadas e com “matas altas”, ou seja, florestas: “contendo a área total 11:170800 m² de terrenos alagados, brejos e Lagoas [...], ficando

Assembleia Constituinte [de 1891] lutaram pelo reconhecimento do valor jurídico da posse, apresentando, junto com os deputados do Paraná, uma emenda neste sentido”, emenda que não foi aprovada.

para o posseiro 8:073600 m² de terreno aproveitável, tendo 4:036800 m² cultivado e igual porção em matas altas.” (APEES. Fundo Agricultura, Série Memoriais de Terras. Caixa 20.) As matas altas, portanto, faziam parte do terreno aproveitável, provavelmente devido à importância da madeira entre as principais mercadorias comercializadas na região. Já os terrenos alagáveis, brejos e lagoas, são descontados da área aproveitável. Em suma, é importante fazer a pergunta: “inaproveitável” e “aproveitável” por quem? Sabemos que o ponto de vista privilegiado nessas demarcações era o da minoria de proprietários que podiam pagar pela medição e regularização. Ou, pensando em termos categoriais e menos em termos de classes, era o ponto de vista da mercadoria: a terra como uma mercadoria que tem como função a produção de outras mercadorias, por meio do trabalho.

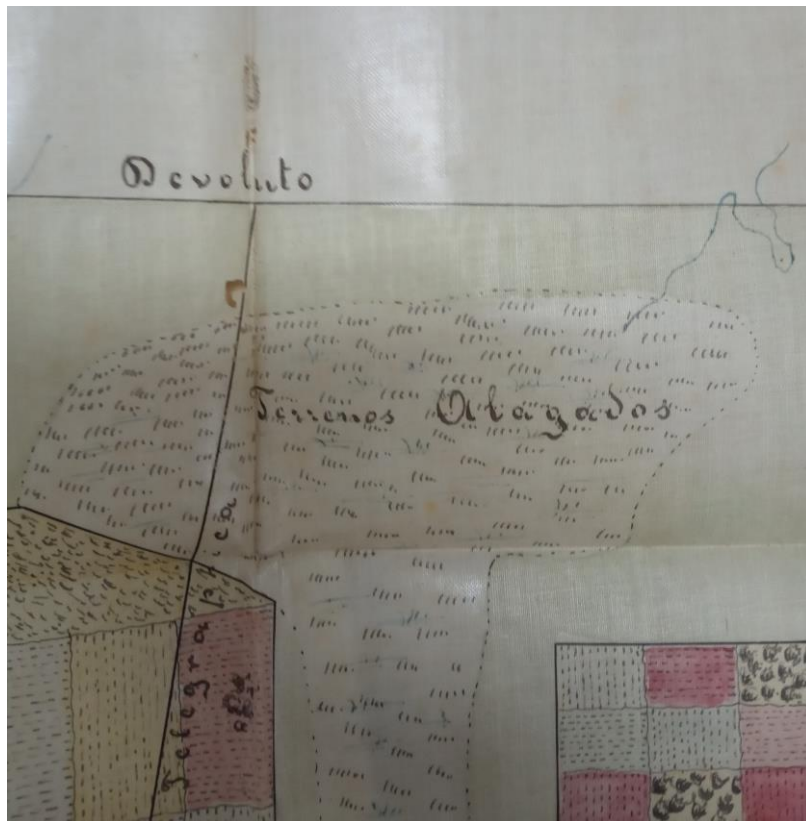


Figura 4: Os “Terrenos Alagados” na *Planta da Posse legítima a requerimento de P.F. Fernandes* [Linhares/ES, 1876]. Fonte: Arquivo Público – APEES. Fundo Agricultura, Série Memoriais de Terras. Caixa 20. Foto por Evandro de Martini.

Com relação a esses terrenos “inaproveitáveis” para a moderna produção de mercadorias, hoje a ciência atesta sua importância para a recarga de aquíferos e para o ciclo de vida de inúmeras espécies. Para a maior parte da população rural da região, descendentes predominantemente de indígenas em Aracruz e Linhares e de quilombolas em São Mateus, não se trata de novidade: os brejos, lagoas, nativos, restingas e mangues

têm sido, há muito tempo, *aproveitados* por moradores locais para alimentação, medicina, lazer e outros aspectos da vida humana.

Por exemplo a restinga, vegetação próxima às praias onde a maior parte dos cultivos é inviável devido à salinidade e fortes ventos. Mas para os moradores do litoral, com conhecimentos acumulados através de gerações, a restinga é importante para diversos aspectos da vida. Marilena C. F. Jesus (2012) fez um levantamento das espécies de restinga conhecidas e utilizadas pelas comunidades de Pontal do Ipiranga e Degredo, no litoral de Linhares/ES. Foram levantadas no total 85 espécies com diversas categorias de usos: alimentícia, lenha, medicinal, melífera, ornamental, ritualística, artesanato e tecnologia (confeção de utensílios). O manguezal é outro exemplo de território em que o cultivo e a criação de animais são quase sempre inviáveis, mas ainda assim são considerados áreas de fartura para muitas populações. Essas comunidades há gerações praticam a pesca, sem que ela constituísse um importante “elemento de comércio”, como constataria o geógrafo Pierre Deffontaines (1938).⁷⁹

Assim, por um lado importa insistir que as terras “inaproveitáveis” eram aproveitadas de inúmeras maneiras como território de populações locais. Por outro lado, do sentido da produção de mercadorias, era precisa a constatação: a mercadoria, assim, era tudo que aqueles agrimensores enxergavam. Do ponto de vista dos agrimensores e outros representantes da burocracia estatal, “não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela” (DEBORD, [1967] 2019, § 42).

Grande parte das terras do litoral norte capixaba e, sobretudo, da planície costeira do Rio Doce, se compõe de áreas alagadas ou alagáveis, denominadas brejos ou nativos pelos moradores locais. Nos termos da Lei de Terras de 1850, as terras comuns como brejos, nativos, mangues, restingas, entre outras, eram terras sem “cultivo e morada habitual”. Mas eram, e em certos casos ainda são, territórios essenciais para a reprodução social das populações locais: para alimentação (caça, pesca), saúde e rituais (plantas medicinais). E a importância desses territórios é silenciada quando se tenta enquadrar essas populações como camponeses que vivem só do que produzem nas “suas” terras, dentro das suas cercas.

⁷⁹ Sobre esse fenômeno particular em que o peixe não era um elemento de comércio, é importante notar que apenas com a difusão dos frigoríficos, ao longo do século XX, foi possível transportar peixe a longas distâncias. Antes disso, os casos de comércio de peixe salgado como o bacalhau são exceções: a regra era o consumo a poucos quilômetros de onde foi pescado. Diferentemente do gado que era transportado vivo, ou da farinha de mandioca que era transportada a longas distâncias, inclusive para a África e Portugal.

Nos arquivos de medições de terra que se encontram no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, diversos documentos e mapas apresentam uma realidade em que terras cultiváveis e, no máximo, florestas adjacentes aos cultivos, são consideradas as únicas legítimas para a posse prevista em lei. Após 1850, portanto, diversos territórios foram considerados “inaproveitáveis” para a geração de mercadorias: hoje sabemos que esses brejos, lagoas, nativos, restingas e mangues têm sido, há muito tempo, *aproveitados* por moradores locais para alimentação, medicina, lazer e outros aspectos da vida humana. É curioso, contudo, notarmos que em 1760 toda a sesmaria indígena (Figura 2 acima) era considerada habitada pelos “índios de Nova Almeida”, o que mostra que entre 1760 e 1850 o que mudou, em última análise foram as relações sociais: se em 1760 as alianças e relações com os “índios civilizados” ainda eram vistos pelos “brancos” como essenciais para a paz e a prosperidade da então capitania do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX as terras da antiga sesmaria já eram muito mais cobiçadas, em processo que se dava mais apressadamente no sul do estado e também em outras províncias:

No Rio de Janeiro [...], observa-se desde meados do século XVIII, mas principalmente no decorrer do XIX, o acirramento das disputas pelas terras das aldeias, em áreas de colonização antiga. Observa-se também, na documentação sobre esses conflitos, instigantes contradições sobre as classificações étnicas dos aldeados que podiam aparecer ora como índios, ora como mestiços. [...]

Apresentados como civilizados e extintos, inúmeros índios, ainda aldeados, acabaram perdendo suas terras e aldeias; e muitos, com certeza, assumiram a identidade de caboclos e mestiços na desfavorável conjuntura do século XIX (ALMEIDA, 2015, p.29-30).

Concomitantemente com essa mudança nas classificações de indígenas e caboclos, ocorreu o “processo de expulsão dos índios [civilizados] das terras [...], sobretudo daquelas mais próximas à vila de Nova Almeida” (MOREIRA, 2002, p.6). Para ilustrar o processo, recordemos que na descrição do Bispo Coutinho ([1812] 2002, p.88) a vila de Nova Almeida era cercada por um vasto terreno plano, “coberto de frondoso arvoredor, que os índios não cortam, nem fazem grandes plantações”, isto é, a floresta fazia parte do território dos “índios cristãos” que festejaram a visita do bispo. Já no fim do século XIX a floresta é descrita como fonte de epidemias e de “índios selvagens”, formulação retomada diversas vezes, mesmo décadas depois pela geógrafa Bertha Becker (1973, p.70), que descreveria o rio Doce no século XIX com suas “margens insalubres e infestadas de índios”.

II.9. Considerações finais

Após a Lei de Terras e seus regulamentos, para legitimar a “sesmaria dos índios” à luz da nova legislação, seria necessário, em primeiro lugar, provar que os descendentes daqueles que receberam a sesmaria não estavam “dispersos e confundidos na massa da população civilizada” (BRASIL, 1850b); em segundo lugar, provar que as terras tinham “cultivo, ou princípio de cultura”, e morada habitual (BRASIL, 1850a) – cultivo este que seria interpretado à luz do entendimento das elites econômicas, que frequentemente considerariam modalidades de uso da terra por indígenas, caboclos, pescadores e quilombolas como ausência de cultivo. Assim, as acusações no século XIX contra a “natureza ociosa e inativa” (VASCONCELLOS, 1858) dos habitantes do litoral, que “não julgam necessário lavrar a terra, e apenas plantam para consumo café, milho, feijão, mandioca e cana de açúcar” (MARQUES, 1878, p. 177) parecem muito convenientes para impedir o acesso dos indígenas do litoral norte às terras às quais tinham direito por lei. Nessa última citação, fica evidente a contradição em que, logo após dizer que aquelas pessoas dedicavam tempo demais “à caçada e à pescaria”, por serem ambas abundantes, e que não lavravam a terra, o autor afirma que aquelas mesmas pessoas plantavam café, milho, feijão, mandioca e cana.

No litoral sul do Espírito Santo, por uma série de características históricas e geográficas que incluem a maior proximidade com a província do Rio de Janeiro – de onde vinham pessoas e capitais –, a maior distância dos “índios selvagens”, a fertilidade das terras e a menor presença de “nativos inaproveitáveis”, entendemos que a monocultura do açúcar, desde a virada do século XVIII para o XIX, e a monocultura do café, em meados do século XIX, se impuseram de modo rápido e avassalador.

Vejam os brevemente o que significava essa forma de produção – monocultura – que não pode ser naturalizada como apenas uma entre outras modalidades de agricultura.⁸⁰ Nas palavras do padre jesuíta Bastião Gomes, residente na capitania do Espírito Santo, em 1596:

as contínuas guerras dos brancos, e desejos de a todos os gentios [indígenas] fazerem escravos⁸¹, têm *consumido e gastado todo o gentio*, que havia ao

⁸⁰ A agricultura, nesta dissertação, é entendida como o conjunto de técnicas e conhecimentos sobre as plantas e a terra, sendo portanto muito anterior à modernidade. O *trabalho* agrícola, este sim, seria uma categoria moderna, como veremos a seguir ao discutir a formação do trabalho abstrato. Essa definição transversal da agricultura importa para questionarmos as formulações sobre terras virgens: também nas florestas tropicais em todos os continentes, o manejo de espécies pelos humanos ocorre há séculos, sendo *errada* a afirmação de que o Brasil era habitado por populações de caçadores-coletores, mas *correto* (como *ilusão real*) afirmar que essas populações não “fecundavam” a terra com seu *trabalho*.

⁸¹ O texto é do século XVI: a escravização de indígenas só seria proibida no século XVII.

longo destas trezentas e tantas léguas de costa do Brasil [...] (Gomes, 1596, apud CUNHA, 2015, p.227, grifo nosso).

A expressão “consumido e gastado todo o gentio”⁸², usada por aquele padre e por outros de sua época, mostra o quanto, naquela colonização do século XVI, a mão de obra era um fator de produção, substituível se necessário, assim como se consome água ou outro insumo, o que corrobora autores como Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) quando estes afirmam que a colonização das Américas, ao introduzir as primeiras monoculturas em grande escala produzindo para mercados mundiais com base em trabalho compulsório, dão origem à modernidade capitalista, de modo que a colonização seria a “contraface não assumida” da modernização. Continuando o que já foi apresentado no capítulo 1 sobre a monocultura em grande escala não como uma “técnica mais aperfeiçoada”⁸³ de agricultura e sim como uma invenção ocorrida simultaneamente com a colonização das Américas, com a escravização de povos e a devastação de espécies para a introdução de um único gênero agrícola de alto rendimento (ibid.), vejamos como as antropólogas Anna Tsing e Donna Haraway entendem os significados da palavra *plantation*:

O sistema de *plantation* [...] simplifica radicalmente o número de atores [humanos e não humanos] e possibilita a vasta proliferação de alguns e a remoção de outros. [...] É um sistema que depende do trabalho forçado de algum tipo pois se o trabalho puder escapar, ele vai escapar da *plantation*. [...]

O termo *plantation* [evoca] o que aconteceu após a invasão europeia do Novo Mundo, particularmente envolvendo a captura de africanos como trabalhadores escravizados e a simplificação das culturas agrícolas de modo a permitir que trabalhadores escravizados atuassem como trabalhadores agrícolas. Em inúmeras situações de lavouras pequenas e independentes, são cultivadas dezenas de safras que precisam ser cuidadas por fazendeiros que dedicam atenção a cada uma delas. Quando foram projetados sistemas para trabalho forçado, as simplificações ecológicas entraram na agricultura. A *plantation* foi precisamente a conjuntura entre simplificações ecológicas, a disciplina das plantas em particular e a disciplina dos humanos para trabalhar com elas. Esse legado, que acho que está muito presente conosco até hoje, é tão naturalizado que muitas pessoas acreditam ser esse o significado do termo agricultura; esquecemos que existem outras maneiras de cultivar. (HARAWAY e TSING, 2019, tradução nossa).⁸⁴

⁸² Darcy Ribeiro (1995, p.51) também cita e comenta uma carta de Anchieta sobre a “gente [...] gastada”.

⁸³ Do ponto de vista do aumento da produção de mercadorias no curto prazo, a monocultura provavelmente é, sim, mais aperfeiçoada. Mas entendemos que Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) querem chamar atenção para o fato de que esse aumento da produção não se deu apenas por meio de um “avanço técnico” entendido como neutro em termos políticos, sociais ou ecológicos: pelo contrário, afirmam eles que se tratou da “devastação de povos” e da natureza: ecocídio, etnocídio e genocídio.

⁸⁴ O contexto da citação é um debate entre Haraway e Tsing sobre o “Plantationoceno”, outro nome para o “Antropoceno” – era em que os processos antrópicos tiveram efeitos planetários –, mas um nome que dê menos ênfase ao *anthropos*, ou humano em geral, e mais ênfase à “transformação devastadora oriunda de diversos tipos de fazendas [...] em plantações extrativas e fechadas, baseadas em trabalho escravo”, conferir o artigo de Haraway (2016).

A monocultura escravista, portanto, simplifica territórios, tanto em termos ecológicos com a seleção de uma única planta de alto rendimento, como em termos de relações sociais, com a relação senhor-escravo formando o nexos social.⁸⁵ Essa simplificação parece ter ocorrido no litoral sul do Espírito Santo no início do século XIX, onde o processo de desaparecimento dos antigos “índios civilizados” foi mais completo, com a ocupação daquelas terras pela cana, depois café, e com a integração daquelas pessoas como “pardos”, a categoria censitária que abordaremos em mais detalhes no capítulo 2.⁸⁶

Em termos de categorias do capital em processo, a “transformação” dos “índios civilizados” em “caboclos” ou “pardos” significava a sua igualação como trabalhadores iguais aos outros, assim como a “transformação” de uma “sesmaria indígena” – em certos contextos “inalienável” (MATTOS, 2017) – em “terra devoluta” significava a entrada das terras no mercado como mercadoria. Entendemos que esse processo – a ser analisado para a categoria *trabalho* no próximo capítulo – se relaciona com o que a historiadora Vania Moreira (2017) entende como formas de classificação, governança e gestão do trabalho que predominaram do período colonial até meados do século XIX. Nessa “ordem classificadora” típica do Antigo Regime (SOUZA, 2015, p. 24), os súditos do rei podiam ter direitos diferentes – como é o caso de “índios civilizados”, de “índios ferozes” em processo de civilização, de negros escravizados e de portugueses – desde que fossem todos vassallos do rei. Da mesma maneira, as terras e recursos podiam ter estatutos diferentes – como é o caso da “sesmaria indígena” onde, antes de 1790, não se permitia que portugueses se instalassem, ou ainda o caso das madeiras de lei reservadas para a construção naval da esquadra do rei (e do imperador após 1822).⁸⁷ Se, no Antigo Regime, esses estatutos legais diferentes de pessoas e de terras cumpriram o “sentido da colonização”, ao longo do século XIX a modernização das relações vai significar um processo de igualação de todos os cidadãos enquanto trabalhadores e de todas as terras

⁸⁵ Essa formulação sobre o nexos social na colônia é de Prado Jr. (1961).

⁸⁶ Para Sonia Missagia de Mattos (2017), porém, esse processo no litoral sul também não foi completo, como ela relata: “De forma surpreendente, [...] soube que um grupo de indígenas em Anchieta estava organizando-se político e socialmente e autorreconhecendo-se como ‘Comunidade Tupiniquim da Chapada do Á.’” Em todo caso, esse processo é muito mais recente e menos consolidado do que o autorreconhecimento dos povos indígenas em Aracruz, no litoral norte capixaba. Um homem idoso entrevistado por Mattos a complexidade desse autorreconhecimento: “Mamãe sempre contava (...) isso aqui é um lugar de índio muito e muito antigo (...) Ela num dizia que ela era, mas era, porque a mãe dela era.”

⁸⁷ Veremos no capítulo 2 a correspondência do presidente da província solicitando o corte de madeiras para construção naval a pedido do Ministério da Marinha em 1837, “visto que tais madeiras são sempre reservadas nas sesmarias que se concede.” (BR ESAPEES.GOV.751.171.p_0113).

enquanto mercadorias. Processo lento e com contradições, como a permanência do escravismo até 1888 e as relações pessoais e de violência direta do coronelismo.

Esse processo de igualação será retomado no próximo capítulo com foco na autonomização do trabalho. E quanto às terras, nos capítulos 3 e 4, que tratam de um período mais recente, abordaremos os diversos casos particulares que ocorreriam no litoral norte capixaba, incluindo expropriações bastante violentas, outras menos violentas e casos de ocupação contínua de terras por indígenas até o século XXI, como em Caieiras Velhas. A conclusão deste capítulo, portanto, não pretende explicar um a um desses casos fundiários particulares na antiga “sesmaria dos índios” de Nova Almeida. A comparação com o aldeamento indígena do sul do estado é o que parece ter explicação mais simples, comparação entre uma região que se especializou na monocultura de cana (décadas depois, café) e outra onde as monoculturas tiveram um papel mais restrito.

Ao contrário do antigo aldeamento de Reritiba, que mudou de nome para Benevente e depois para Anchieta, entendemos que a expropriação de terras no litoral norte do estado – que incluem as da “sesmaria dos índios” e outras mais ao norte, até alguns quilômetros ao norte da foz do rio Doce – não ocorreu em um processo tão rápido, uniforme e avassalador. Uniformidade e violência, aliás são características da monocultura da cana de açúcar e do café.⁸⁸ Pelo contrário, essa usurpação – ou seu contrário, a continuidade de posses por indígenas, caboclos e pescadores – ocorreu no litoral norte capixaba em contextos variados, alguns deles mediados pela produção de mercadorias como a madeira, a farinha de mandioca e a “cal marinha”, como seguiremos observando no próximo capítulo, outros contextos em que, nos “nativos inaproveitáveis”, brejos e lagoas, bem como no mangue, nos rios Doce e Piraquê-açu e no mar, as populações locais conseguiram manter um certo grau de autonomia, em parte justamente porque a introdução da monocultura da cana ou do café era possível apenas em uma pequena parte daquele território litorâneo cheio de lagoas (Figura 5) e próximo dos “índios selvagens”. A partir da década de 1960, porém, chegaria ali a monocultura do eucalipto, processo que aparecerá só nos capítulos 4 e 5.⁸⁹

⁸⁸ Nos referimos a um sentido amplo da palavra violência, não só voltada para humanos, também *ecocídio*.

⁸⁹ Como evidência de que a monocultura não era dominante no litoral norte capixaba no século XX, vejamos desde já um documento que aparecerá no capítulo 4. No *Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da região de Linhares* (1983), os especialistas do Instituto Jones dos Santos Neves descreviam, no litoral de Aracruz e Linhares, as explorações de diversas culturas de subsistência conjugadas à pesca artesanal. A agricultura, para eles, era “rudimentar, com a maior parte das culturas plantadas em mesmo terreno sem espaçamento rígido”, com “grau de tecnificação quase nulo” e a falta de financiamento “lhes impede de combater pragas e/ou adubar suas plantações, sendo responsável pela baixíssima produtividade”. Para esses

Tanto a “marcha do café”, que se iniciou no sul da província muitas décadas antes do norte, quanto a proximidade dos temidos “botocudos” ajudam a explicar a diferença entre a expropriação mais rápida e mais completa das terras indígenas do sul do estado e a expropriação mais lenta e parcial no norte do estado, que será analisada em seus diferentes contextos (litoral dos atuais municípios de Serra, Aracruz e Linhares) apenas no capítulo 3 que se volta para essa movimentação da fronteira econômica sobre os assim chamados “sertões do rio Doce”.



Figura 5: Principais núcleos populacionais entre Vitória e o Rio Doce no século XIX: de sul para norte, Nova Almeida, Santa Cruz e Regência. O mapa mostra também as diversas lagoas então existentes. Fonte: Adaptado de mapa de Cintra & Rivierre, 1878.

burocratas que naturalizavam a monocultura e os agrotóxicos, apenas a “falta de financiamento” podia explicar o “atraso” daquelas pessoas.

Capítulo 2. Antes “índios civilizados”, depois “caboclos”, “madeireiros” e “pescadores”: disciplinamento do trabalho

“Há suma falta de braços, e roçadores para derrubar os espessíssimos matos vizinhos” (COUTINHO, [1812] 2002, p.70).

Os braços que se ocupam na pesca fazem sensível falta à lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal. (ESPÍRITO SANTO, 1849, p.10-11).

De preferência, recrutem os vadios que enchem as praias sob o título de pescadores” (D’Azambuja, 1852, apud MOREIRA, 2005, p.108).

Aqui mais do que em todos outros pontos do Brasil faltam braços para aproveitamento dos dons com que a natureza brindou a terra americana. [...] Há na província uma indústria que prejudica à lavoura, distraindo dela numerosos braços — é a pesca. (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 67; p. 88).

Quando veremos os denominados madeireiros, essa enchente inútil de industriais destruidores abandonarem esse ramo de negócio, que os atrasa sempre, e entregarem-se à agricultura, de que tanto carecemos e que é a nossa verdadeira fonte de riqueza? (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1882, ed. 69, p. 3).

As casas leprosas de taipa (terra batida) abrigam menos uma população de cultivadores do que gente miserável, [...] levando uma vida mais ou menos parasitária (DEFFONTAINES, 1944, p.2).

2.1. Por que estudar o disciplinamento do trabalho no litoral norte do Espírito Santo?

As florestas do norte do Espírito Santo estiveram entre as últimas fronteiras da territorialização do capital no sudeste do Brasil. Ao mesmo tempo, alguns núcleos populacionais no litoral norte capixaba forneceram trabalho forçado e mercadorias para as cidades de Vitória e Rio de Janeiro por muito tempo, com abundância de fontes documentais ao menos desde o início do século XIX. Será abordada neste capítulo essa aparente contradição entre isolamento e integração, a partir da análise de documentos históricos que revelam algum grau de integração do litoral norte do Espírito Santo em um mercado capitalista em formação, como fornecedor de mercadorias e de “braços”⁹⁰ – em

⁹⁰ Utilizaremos este termo, tão fetichista quanto “mão-de-obra”, por ser muito mais utilizado nos documentos consultados. Ele aparece em três das seis epígrafes do capítulo.

formas de trabalho muitas vezes compulsórias e quase sempre diferentes do assalariamento –, no século XIX, normalmente considerado como um período anterior à modernização dessa região considerada atrasada ou tradicional. Outra relação contraditória abordada neste capítulo é aquela entre a forma da exposição lógica do capital e a gênese histórica das relações de capital mediadas por mercadorias.

Entre os objetivos dessa dissertação, está a identificação da tensão entre os projetos hegemônicos⁹¹ e científicos que visaram à modernização do litoral norte capixaba e a forma como as populações locais vivem, pensam e dialogam com essa modernização do território. Iniciando neste capítulo as discussões sobre essa temática, abordaremos diversas formulações, desde o início do século XIX, sobre essas populações que ali viviam, descritas ao longo do tempo como “índios civilizados”, “caboclos”, “pescadores”, “gente miserável levando uma vida parasitária”: várias dessas formulações já constam inclusive nas epígrafes deste capítulo, para dar uma ideia prévia dos projetos disciplinadores que encontraremos. As classificações mudam, mas a necessidade de disciplinar aquelas pessoas é uma constante até meados do século XX em textos de políticos, religiosos, geógrafos, planejadores estatais, economistas, entre outros tipos de especialistas⁹² na superação do atraso. Se ao longo do século XX a temática do disciplinamento dos “vadios” foi deixando de ser comum – ao menos em nossa revisão bibliográfica sobre o Espírito Santo –, duas hipóteses podem explicar essa mudança: a internalização, pelos sujeitos, da “disciplina do trabalho”, com a necessidade de trabalhar para os outros já naturalizada e não precisando mais ser violentamente imposta; ou uma redução do problema da “falta de braços” devido à imigração de milhares de europeus no processo conhecido como colonização sistemática. Essas duas hipóteses não podem ser testadas com um método científico rigoroso, mas serão retomadas adiante como hipóteses explicativas que não se eliminam: as duas podem estar corretas ao mesmo tempo.

⁹¹ Esses projetos, abordados desde o capítulo anterior a partir de documentos que remontam ao reformismo esclarecido do século XVIII, eram hegemônicos entre as pessoas que sabiam ler e escrever e que ocupavam posições de elite. Não significa que os projetos sempre alcançassem hegemonia de fato: pelo contrário, muitos projetos se depararam com contextos territoriais e relações sociais que dificultaram sua implementação. Isso ajuda a entender por que o incômodo, ao longo de décadas, com os “vadios que enchem as praias sob o título de pescadores”, expressado pelo presidente da província e por outras pessoas poderosas, jamais levou ao fim da atividade de pesca no litoral norte do Espírito Santo.

⁹² A própria divisão do trabalho intelectual entre essas posições autonomizadas é um processo apenas iniciado no período aqui estudado. A mesma pessoa podia, ao longo da vida, ser religioso e político; ou ser fazendeiro, jornalista e burocrata no governo da província. O processo de modernização correspondeu também à autonomização entre as “posições sociais”. Ainda que a mistura entre algumas delas (por exemplo: religioso e político) não seja rara ainda hoje.

Pretendemos refletir sobre a relação entre os discursos – em jornais, relatórios, etc. – e as práticas, entendidas aqui como tentativas de disciplinamento e de mobilização do trabalho no litoral norte capixaba. Essa *região*⁹³ será tematizada neste capítulo a partir de um *elemento empiricamente significativo*⁹⁴: a “falta de braços” apontada em diversos textos, fenômeno que entendemos como ligado a uma quantidade e/ou proporção pequena de indivíduos expropriados trabalhando para outros indivíduos, seja em troca de dinheiro, seja em relações de agregação, seja por meio de trabalho compulsório. Se por um lado essas relações são mencionadas – trabalho pago por jornais (por dia), patrões e agregados, escravização e outras modalidades de trabalho compulsório – e por meio delas algumas mercadorias eram produzidas, como a madeira, o mais comum na documentação do século XIX sobre o litoral norte do Espírito Santo é a reclamação sobre os indivíduos “vadios”, sem “amor ao trabalho”. As pessoas – e sobretudo os indígenas e seus descendentes – eram assim chamados, seja porque conseguiam garantir sua subsistência com pouca necessidade de comprar mercadorias, em um contexto em que não havia escassez de terra e de recursos naturais como peixe, água e florestas, seja porque aqueles indivíduos estavam mobilizados em outras relações sociais – a exemplo do corte de madeira –, não estando assim disponíveis para outras atuar, por exemplo, na colheita de café em regiões vizinhas. Veremos em muitos textos da época a acusação de aquelas pessoas não estavam contribuindo para o “desenvolvimento social”, sendo este normalmente relacionado às monoculturas que produziam mercadorias para exportação.

Além disso, veremos que no século XIX a “falta de braços” também esteve relacionada a uma menor quantidade de trabalhadores escravizados em comparação com

⁹³ A conceituação mais detalhada de região ocorrerá mais para o fim do capítulo, após a apresentação dos documentos históricos. Adiantemos desde já que se trata de uma *região econômica e política*, que se constituiu em mediação com a colonização brasileira e o comércio internacional de mercadorias. Para Francisco de Oliveira (1977, p.30), as regiões teriam se constituído como “espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais”, homogeneizando a “região” pela sua predominância e constituindo “classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital [...]”. Os elementos significantes que definem a região, nessa proposição, seriam as relações sociais que se constituíram naquele espaço. Porém, como veremos, as *personas* do capital, na região de nosso interesse, tiveram seu poder sempre limitado em um contexto que incluía terras “inaproveitáveis” e relativo acesso dos “índios civilizados” às terras e à pesca no mar e nos rios.

⁹⁴ Carlos Toledo (2008, p.10-11), em sua tese de doutorado, trava um diálogo com a obra de Richard Hartshorne. Este último autor afirma que a “Geografia é a ciência da diferenciação de áreas, o que implica revelar o caráter da área estudada. Trata-se, portanto, de buscar os elementos empiricamente comuns que caracterizariam uma área.” Toledo discute criticamente a própria ideia de caráter e caracterização, e chama atenção para o fato de que “a separação de áreas é dada pela definição, pelo pesquisador, dos elementos empiricamente significantes. O que significa também que os elementos empiricamente insignificantes, do ponto de vista do pesquisador, são abstraídos da separação e caracterização da área.” Assim, interessa para Toledo, bem como para nós, mostrar a abstração dos elementos empiricamente significativos como parte de um processo social mediado pela objetividade social da mercadoria.

o extremo norte do Espírito Santo (atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra). Na seção 2.10, esboçaremos uma regionalização do litoral diferenciando um *extremo norte*, região especializada na monocultura de mandioca com “braços” de negros escravizados⁹⁵, e um *litoral norte* que corresponde aos territórios da antiga sesmária indígena abordada no capítulo II e à planície costeira da foz do rio Doce.⁹⁶ Nessa “região da falta de braços”, com população predominantemente livre e composta de “índios civilizados”, “pardos” e “caboclos”, a pesca e as pequenas roças parecem ter ocupado a maior parte da população por muito tempo, o que exigiu a utilização de formas de trabalho compulsório quando havia necessidade de se mobilizar “braços”. Finalmente, também a expropriação de terras – abordada no capítulo precedente – foi um processo concomitante ao disciplinamento dos corpos para o trabalho.

Para além de suas implicações sobre as populações locais, em termos de discussão teórica conceitual esse processo de disciplinamento evidencia o quanto o trabalho⁹⁷, antes de ser internalizado pelos sujeitos, precisou ser imposto mediante violência direta. Diversas fontes históricas sobre o litoral norte capixaba serão analisadas a partir das proposições de Jean-Paul de Gaudemar (1977) e de Carlos Vainer (1984): ao invés de naturalizar o trabalho e sua mobilidade enquanto mercadoria disponível para compra e venda, esses autores entendem que é a mercantilização de determinadas faculdades do ser humano que leva à emergência de uma nova relação social mediada pela mercadoria força de trabalho. No caso aqui estudado, o disciplinamento dessa força de trabalho mostra-se um processo longo e complexo. É também um processo que deixou documentos escritos, revelando como as práticas foram influenciadas por diversos tipos de projetos e planos, ainda que diferentes daquilo que se entenderá por planejamento em tempos mais recentes. Mas antes de abordarmos os documentos sobre o Espírito Santo, é importante uma recuperação de textos clássicas sobre o trabalho na formação do que se tornaria o Brasil.

2.2. O trabalho no Brasil – revisão bibliográfica

Em vários momentos de sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Jr. se refere a uma “escola de trabalho”, ou “educação pelo trabalho” que seria

⁹⁵ Temos como hipótese que onde havia grande número de “braços” escravizados, as menções a “falta de braços” eram menos frequentes. A não ser, é claro, onde a produção estivesse em crescimento acelerado, demandando mais e mais “braços”, como foi o caso da lavoura cafeeira em certo período.

⁹⁶ Esse *litoral norte capixaba* do século XIX corresponde, na divisão administrativa atual, ao litoral dos atuais municípios de Linhares, Aracruz, Fundão e o distrito de Nova Almeida, hoje no município da Serra.

⁹⁷ Aqui nos referimos ao trabalho inserido em uma sociedade produtora de mercadorias, e não a um trabalho ontológico, sinônimo de qualquer atividade humana em qualquer época, como ficará claro mais adiante.

extremamente deficiente na colônia portuguesa. Resumindo muito o argumento do autor, ele afirma que, assim como a formação econômica brasileira foi voltada para um objetivo exterior mais do que para um desenvolvimento interno – o “sentido da colonização” já abordado no capítulo 1 –, também o *trabalho escravo*, base das relações produtivas, não deixou um legado de educação dos indivíduos para o trabalho livre. Ao menos é assim que entendemos sua formulação sobre o “esforço constrangido” que não educa o indivíduo nem o prepara para um “plano de vida humana mais elevado”⁹⁸:

O trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado. Não lhes acrescentará elementos morais; e pelo contrário, degradá-lo-á, eliminando mesmo nele o conteúdo cultural que porventura tivesse trazido do seu estado primitivo (PRADO JR., 1961, p.341).

É relevante notar que, abordando o “sentido” da colonização como a produção de mercadorias – portanto um sentido abstrato voltado para a acumulação de capital já desde o século XVI – Prado Jr. (1961, p.343) afirma que a “escravidão e as relações que dela derivam” constituem a base do único setor organizado naquela sociedade, ou seja, que no restante da colônia, “que se mantém à margem da escravidão, a situação se apresenta, em certo sentido, pior. A inorganização é aí a regra.” Para ele, a relação senhor-escravo – apesar da crítica anterior – conservava o nexos social da colônia, enquanto as relações sociais entre as pessoas livres e pobres se caracterizavam por:

instabilidade e incoerência [...], tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira, e que notei em outro capítulo: a vadiagem e a caboclicização (Ibid.)

Prado Jr. não atribui essa “caboclicização” a fatores genéticos, ao contrário das teorias racistas e de darwinismo cultural vigentes no começo do século XX. Para ele, tratava-se sobretudo de uma má adaptação ao sistema escravista e colonial:

A indolência do índio brasileiro tornou-se proverbial, e de certo modo a observação é exata. Onde se erra é atribuindo-a a não se sabe que “caracteres inatos” do selvagem. Na sua vida nativa, mesmo na civilizada quando se empenha em tarefas que conhece, e sobretudo cujo alcance compreende, o selvagem brasileiro é tão ativo como os indivíduos de qualquer outra raça. Será indolente, e só aí o colono interessado o enxergava e julgava, quando metido num meio estranho, fundamentalmente diverso do seu, onde é forçado a uma atividade metódica, sedentária e organizada segundo padrões que não compreende. (PRADO JR., 1961, p.347)

⁹⁸ Desde essa primeira citação, Prado Jr. aparece como um marxista que associa o trabalho a “elementos morais” e uma elevação da vida cultural. O problema da “escola de trabalho” colonial, para ele, eram o trabalho “constrangido” do indivíduo escravizado e, como veremos, o fato do indígena ser “metido em um meio estranho” para trabalhar segundo padrões e métodos forçados.

Notamos na citação acima que ele busca uma explicação com base em fatores históricos e econômicos, e não em “caracteres inatos”. A culpa, assim, não seria dos indígenas, mas do sistema econômico da colônia organizado segundo aquele *sentido da colonização*. Ele conclui que “não seria um tal ambiente propício a estimular as energias e atividades dos indivíduos, uma escola muito favorável de trabalho.” (Ibid., p.348). Essa abordagem genérica de “escola” para o trabalho civilizado mostra o quanto há de elogio do trabalho na obra de Prado Jr, e o quanto o tema é importante para esse autor. Assim, ao comparar um trabalhador ideal abstrato com os brasileiros reais do período colonial, o historiador retoma citações de membros da elite colonial – sem problematizá-las a partir dos seus emissores ou dos projetos que representam – e utiliza palavras fortes também de sua própria autoria para se referir à “inércia” da população da colônia portuguesa:

O governador do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, escrevia desalentado à metrópole [em 1797]: “O poderoso inimigo destes habitantes e a mais poderosa causa entre muitas outras de seu atraso é a preguiça deles”. [...] De tudo isto resultará para a colônia, em conjunto, um tom geral de inércia. Paira na atmosfera em que a população colonial se move, ou antes “descansa”, um vírus generalizado de preguiça, de moleza que a todos, com raras exceções, atinge. (PRADO JR., 1961, p.348-349).

Embora algumas formulações como o “sentido da colonização” sejam até hoje relevantes, parte dos aspectos da obra de Prado Jr. abordados até aqui precisam ser criticados com atenção, não com o objetivo de crítica moral ao autor, mas para a superação de formulações correntes em sua época e, em alguns casos, influentes até hoje. Dando bastante destaque à temática do trabalho (que, afinal, é indispensável para a produção de mercadorias que daria sentido à colonização), bem como à temática da ausência de trabalho que, nas palavras dos homens letrados do período colonial, expressava-se como preguiça ou indolência, Prado Jr. não busca, porém, entender a temática do trabalho forçado como uma forma de se obter uma força de trabalho que não estava disponível em um mercado de trabalho ainda inexistente, nem busca entender a suposta “preguiça” e a “vadiagem” como uma acusação voltada para pessoas livres que não estavam interessadas em trabalhar para outras pessoas. Embora Prado Jr., como vimos, critique os colonizadores por terem “metido” o indígena num “ambiente estranho” sem educá-lo, ele silencia sobre os contextos territoriais e sociais que permitiram, em alguns casos, que as pessoas se reproduzissem socialmente sem mediar suas relações pelo tempo abstrato do trabalho: assim, ele não questiona se essa suposta “preguiça”, “poderosa causa [...] de seu atraso”, conforme o documento de 1797 que ele cita, não estaria ligada a uma ausência de expropriação de certos indivíduos.

Não custa lembrar que ele via a população livre da colônia como marcada por “desagregação social”, o que podemos interpretar como uma indicação de que a agregação social, para ele, seria o trabalho, em qualquer tipo de sociedade. Ou seja, o trabalho, para Caio Prado Jr. é característica ontológica do “homem” e responsável pela estabilidade social, mesmo em suas particularidades mais violentas como o escravismo, embora este seja uma péssima “escola de trabalho”.

Celso Furtado, em outra obra clássica sobre a formação econômica brasileira, utiliza expressões de viés evolucionista ao lamentar a “regressão econômica e expansão da área de subsistência” em Minas Gerais (FURTADO, [1959] 1987, p. 84). O fenômeno que Furtado define como regressão econômica é a chamada decadência mineira com o declínio da produção de ouro.

A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples fiscores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor minerador. (FURTADO, 1987, p. 84)

O capital aplicado na mineração, que naquele momento se reduzia, era composto por máquinas, equipamentos e também pelos próprios corpos humanos escravizados e tratados como mercadoria. Poderíamos questionar se uma possível redução da exploração de trabalho escravo, com aumento da agricultura de subsistência, não representaria uma “evolução” no sentido positivo, dada a extrema violência da escravidão. Mas Furtado não faz tal questionamento, aliás na introdução do livro o autor já havia avisado que seu objetivo é “simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos” (ibid., p.2). A partir dessa definição autonomizada de economia, o autor se permite fechar os olhos para processos violentos e implicitamente entender como positivo, parte do progresso e evolução, do ponto de vista da formação da economia brasileira, processos de aumento da produtividade – ainda que à base do trabalho escravo – e inversamente, entender como regressão o “retorno à subsistência” que significa um recuo na divisão do trabalho e na produtividade geral da economia. Dessa forma, explica Furtado,

“uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade [...] *involuiu* numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência.” (FURTADO, 1987, p. 86, grifo nosso).

Celso Furtado, assim como Caio Prado Jr., parecem nortear suas análises históricas a partir de uma série de etapas dadas (e conhecidas pelo intelectual por meio da

lógica e da razão), que se expressam por exemplo em etapas progressivas de divisão do trabalho que as sociedades deveriam cumprir até chegar a um nível econômico mais avançado. Assim podemos entender por que motivos Furtado entende um crescimento da população ocupada na agricultura de subsistência como uma “involução” e “regressão econômica”.⁹⁹ Esse tipo de pensamento, também conhecido como *etapismo*, não coincide com a perspectiva por nós adotada. Estamos mais próximos da interpretação de Walter Benjamin ([1940], 2005), segundo o qual o sentido da história, até aqui, tem sido uma sucessão de catástrofes e um amontoamento de “escombros sobre escombros”. Nesse sentido, se for necessário falar em etapas, observaremos etapas de um longo processo violento de expropriação e mobilização de indivíduos para a produção de mercadorias.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, ao abordar *homens livres e pobres* na província de São Paulo no século XIX, também parece lamentar a falta de disciplina para o trabalho. Após abordar, sem definições claras, conceitos como “baixa produtividade” e “desperdício de força de trabalho” ela narra o contexto de surgimento do “preguiçoso caipira”, que tinha uma “sobrevivência pautada em mínimos vitais” (FRANCO, 1997, p.33-35), referindo-se a formulações de estudo anterior de Antonio Candido. Importante ressaltar aqui que quando Franco e Candido abordam a “miserável situação de poder produzir apenas o estritamente necessário para garantir uma sobrevivência pautada em mínimos vitais” (Ibid.), manifesta-se uma certa prepotência do sujeito do conhecimento que, mesmo que com boas intenções, está nesse tipo de formulação afirmando, a partir dos seus próprios pressupostos e ponto de vista, quais são os “mínimos vitais”, o que é uma existência material “miserável” ou de “fartura”, formulações que, como discutiremos nos próximos capítulos, serão subvertidas em pesquisas mais recentes por metodologias

⁹⁹ Para uma crítica mais detalhada desse tipo de pensamento social que pressupõe um sentido dado da evolução histórica e/ou econômica, conferir o livro *Os sentidos da modernização* (BOECHAT (org.), 2022). No prefácio deste livro, Marildo Menegat argumenta que esta obra busca “[...] outra perspectiva para o posicionamento da crítica social, não mais fundado na análise comparativa entre uma situação histórica dada e seu contraste com um vir-a-ser ideal, elaborado a partir da suposição de que haveria algum sentido obrigatório de evolução geral das formas de vida social da espécie, já indicado no presente pelos países industrializados. A impregnação de um sentido da história dado *a priori* moldou também a própria tradição crítica brasileira, que se fundamenta nestes supostos” (in: BOECHAT (org.), 2022, p.7).

Nesse mesmo sentido de criticar o suposto sentido obrigatório da modernização enquanto desenvolvimento positivo, Menegat aborda também a “falsa ideia de que a falta de desenvolvimento é a causa em última instância das mazelas que afligem as classes populares” (Ibid., p.10), temática bastante próxima da contradição entre “fartura” (na memória das populações locais) e “miséria”/“decadência” (formuladas por geógrafos e planejadores ao observarem essas mesmas populações) que abordaremos mais adiante.

como a “história oral”, na qual os “objetos” de pesquisa podem falar por suas próprias bocas – ainda que mediados pelo pesquisador.¹⁰⁰

Na argumentação em tela, Franco (1997, p.36) conclui que “as condições de existência neles vigentes [nos grupos caipiras], embora induzissem à cooperação, não foram de molde a favorecer a coesão interna e a cristalização de tradições disciplinadoras do trabalho.” Prado Jr. e os outros autores aqui abordados, em suas obras clássicas sobre a *formação* do Brasil não explicitam a disciplina do trabalho como violenta, ao contrário de Marx no capítulo do *Capital* sobre a “assim chamada acumulação primitiva”. Ao invés disso, como vimos acima, Prado Jr. cita e reafirma formulações dos governantes portugueses sobre a “preguiça” da população colonial, preocupando-se, é verdade, em atribuir essa situação a fatores históricos, ao invés de explicações correntes em sua época que entendiam a “preguiça” como atributo natural dos povos indígenas, por motivos biológicos ou raciais. É curioso que Prado Jr. – autor com conhecimento da obra de Marx – não tenha buscado compreender a imposição do trabalho forçado como necessidade lógica de um sistema produtor de mercadorias em um contexto no qual não havia sido formada uma superpopulação de trabalhadores livres expropriados, dependentes de vender sua força de trabalho para sobreviver.

No caso inglês, como Marx demonstra, a produção de uma superpopulação relativa ocorreu a partir de processos históricos violentos de separação dos trabalhadores das terras e da imposição da “disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura.” (MARX, 1996, p. 358).

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica. (MARX, 1996, p.341-342)

O fim do trecho acima propõe que as expropriações em outras partes do mundo teriam ocorrido de formas “não clássicas”. No Brasil de 1500 por exemplo, não havia

¹⁰⁰ Como veremos, não são raros os casos em que, onde um intelectual viu “miséria”, os principais interessados, ao menos retrospectivamente, podem descrever aquele contexto e época como “tempo da fartura”. O que reafirma os processos modernizadores como processos de expropriação e de produção de uma escassez socialmente construída, concomitantemente à formação de uma superpopulação relativa de sujeitos obrigados a trabalhar para sobreviver.

uma classe camponesa no sentido europeu¹⁰¹, o que não muda, no nosso entendimento, a importância de se pensar as violentas expropriações e formas de disciplinamento que ao longo de séculos resultaram na formação de uma superpopulação relativa de pessoas vendendo sua força de trabalho, ou nos termos mais populares, de um “mercado de trabalho” em nosso país. Na obra de Caio Prado Jr. abordada acima, bem como nas dos geógrafos Pierre Deffontaines e Leo Waibel¹⁰², raramente os indígenas são descritos como populações expropriadas de suas terras como ocorreu com os camponeses ingleses; pelo contrário, os colonizadores são elogiados e os indígenas, por não realizarem agricultura de tipo europeu, são associados à natureza. Ao mesmo tempo, a floresta – onde habitaram pessoas por séculos – é descrita como terra virgem. O alemão Leo Waibel (1955), ao descrever o norte do Espírito Santo e outras “zonas pioneiras do Brasil”, deixa essa oposição bastante clara: de um lado, o “caboclo que vegeta numa vida inútil”; de outro lado, o pioneiro que introduz “melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual”, de forma a “transformar a mata virgem numa paisagem cultural”.

Dessa forma, entendemos que o “povoamento” do norte do Espírito Santo (BORGO et al., 1996) é um processo que se apresenta em duas faces: de um lado, os pioneiros e outros portadores do “progresso histórico” da produção de mercadorias como fim em si (KURZ, 2002); de outro lado tudo aquilo que fica escondido pela “sombra lançada pelo valor”, na formulação de Roswitha Scholz (1992, p.3) que abordaremos a seguir, com o objetivo de melhor compreender a forma como algumas interpretações canônicas, ao abordarem processos colonizadores no Brasil como o povoamento de terras “virgens”, naturais e sem história, se posicionam no sentido de reforçar e naturalizar uma desumanização dos povos indígenas, além de jogar para as sombras todos os tipos não europeus de agricultura e alimentação.¹⁰³

¹⁰¹ Depois de 1500 se formou uma classe camponesa no Brasil? Pergunta complexa, que foge ao escopo dessa dissertação. Conferir a tese de Ana Carolina Gonçalves Leite (2015) sobre a formação e reprodução do campesinato no Vale do Jequitinhonha.

¹⁰² Na forma de investigação aqui adotada, este capítulo 2 lida sobretudo com processos e projetos de um período anterior à institucionalização da Geografia no Brasil. Assim, esses dois geógrafos serão abordados mais cuidadosamente no capítulo 3. Porém, não há uma divisão cronológica tão estrita entre os dois capítulos, pois os processos que estudamos não têm esse tipo de divisão, e por tal motivo Deffontaines e Waibel também aparecem neste capítulo à medida que a temática se relaciona com suas formulações.

¹⁰³ Nas expressões tão comuns e banalizadas “floresta virgem” e “terra virgem”, cabe ressaltar, o adjetivo é metáfora sexual. Hoje sabemos que a floresta “virgem”, bem como o mangue e outros ambientes, já eram utilizados por humanos. Sabemos também que os indígenas praticavam agricultura, ainda que não com técnicas europeias. Mas mesmo que a ideia seja imprecisa nesse sentido, a explicação lógica descrevia processos reais, constatados pelos geógrafos naquele período conforme, entre muitas outras, a explicação de Pierre Deffontaines de como “o povo” faz a terra deixar de ser virgem e avança em seguida para novas terras: “No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta com uma velocidade

Com seu olhar voltado para a formação do capitalismo na Europa, Roswitha Scholz afirma que, para que a racionalidade do homem moderno pudesse se impor, era necessário domesticar a mulher e tudo o que ela representava. Na modernidade europeia e sobretudo com o Iluminismo/Esclarecimento, para Scholz, manifesta-se em complemento ao projeto científico de “controle da natureza” a tendência a “domesticar a mulher como ‘ente natural’, isto é, fazer com que a mulher, como representante da natureza (e a natureza como local de destino do mundo feminino) levasse uma vida serena, doméstica e controlada pelo patriarcado.” (SCHOLZ, 1992). Ela argumenta que a modernidade atribuiu às mulheres características como inconstância, concupiscência, raciocínio débil, extravagância, perfídia e credulidade: “o que estava em jogo era um projeto fundamentalmente diverso de relacionamento com a natureza.” (Ibid.).

Para Scholz, portanto, a modernidade e o esclarecimento pressupõem um projeto bem definido “de relacionamento com a natureza”. Na história brasileira, mesmo em obras escritas com evidente propósito modernizador, aparecem diferentes formas de “relacionamento com a natureza” ao lermos com atenção¹⁰⁴ esses autores que, em muitos casos, registraram razoavelmente bem aquilo que lhes aparecia como características do atraso que precisava ser modernizado.

É o caso de uma das obras mais influentes sobre a formação social brasileira, *Os Sertões*, em que o autor argumenta que o “homem dos sertões [...] está em função imediata da terra”, no jogo dos elementos naturais (CUNHA, [1901] 1946, p.141); que o homem do sertão reflete a natureza que o rodeia: “É *inconstante* como ela [a natureza]” (Ibid., p.120, grifo nosso, comparar com VIVEIROS DE CASTRO, 2002); que esse estado de coisas certamente será alterado graças à ciência e à expansão da civilização: “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ [...], no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, [1901] 1946, nota preliminar).

vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos. Os exploradores das zonas do interior, rapidamente esgotadas pelos métodos agrícolas empregados, se atiram para a região nova desde que ela está ‘aberta’, isto é acessível.” (DEFFONTAINES, 1944, p. 147-148).

A “terra virgem”, portanto, é transformada em terra de baixa fertilidade, segundo Deffontaines, pelo “povo”, mas ele não explicita estar tratando especificamente das formas de agricultura e pecuária do capitalismo, voltadas para a maximização da produção de mercadorias no curto prazo. Nem explicita que esse “povo” que avança para as terras virgens corresponde a apenas uma parte da população, os “sujeitos da história” e “portadores do progresso” nas palavras de Kurz (2002). No capítulo 3 abordaremos em detalhes a forma-mercadoria como pressuposto de toda a obra do geógrafo Deffontaines.

¹⁰⁴ Ou ainda, como formulado por Walter Benjamin, fazer uma leitura da história “a contrapelo”, tendo em vista que o sentido da história, até aqui, tem sido uma sucessão de catástrofes e um amontoamento de “escombros sobre escombros” (BENJAMIN [1940], apud LÖWY, 2005, p.70-87).

Euclides da Cunha, nesses trechos acima, fala sempre do “homem”, tendo sempre um conceito de “homem” pressuposto em sua argumentação. Do nosso ponto de vista, faz sentido que ele aborde o “homem do sertão” e silencie sobre as mulheres, pois, como argumenta Robert Kurz (2002, tese 6), nesse tipo de pensamento influenciado pelo iluminismo/esclarecimento,

o sujeito da história, ou seja, o portador do "progresso histórico" e da ontologia que “vem a si”, é em princípio masculino, ao passo que o momento do não-sujeito, que compulsivamente continua natural e por isso sem história, é considerado feminino, por força de uma suposta determinação biológica. (KURZ, 2002, tese 6).

Na breve recuperação teórica acima, nota-se as relações de valor-dissociação se expressando na “relações empíricas entre homens e mulheres” (SCHOLZ, 1992) e, além disso, em relações de dominação de uma natureza “feminina” e de características humanas associadas a essa natureza, que deveriam ser disciplinadas pelo trabalho.

No contexto da colonização brasileira, por outro lado, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2002) demonstra que, desde o século XVI, um tema constante da crônica jesuíta e de outros documentos sobre as populações indígenas, era a “inconstância da alma selvagem”, inconstância que tinha significado religioso – mesmo após a conversão dos indígenas ao catolicismo, muitas vezes eles não abandonavam suas crenças e costumes anteriores – e também secular, no sentido da falta de submissão ou sujeição a um soberano, tema ao qual voltaremos mais abaixo, quando buscaremos entender essa ausência de sujeição como evidência de que a forma-sujeito não seria ontológica e universal, pelo contrário, seria resultado de um processo.

Neste capítulo, porém, o tema central é o disciplinamento de uma força de trabalho, também não entendida como ontológica, mas como uma relação social que surge a partir da mercantilização de determinadas faculdades do ser humano que passam a ser vendidas (VAINER, 1984), relação esta que, na particularidade que estamos estudando, só *ocupou* a vida social (DEBORD, [1967] 2019) após um processo longo e contraditório. Contudo, o pensamento das elites letradas brasileiras do século XIX já se encontrava fortemente influenciado por obras da economia política. É o que notamos em uma coluna assinada pelo *Dr. Ennes de Souza*¹⁰⁵ no jornal *O Espírito-Santense*, ed. 77 de 1884, com

¹⁰⁵ Antonio Ennes de Souza (1848-1920) residia no Rio de Janeiro: o artigo parece ter sido escrito para a imprensa carioca, mas se *O Espírito-Santense* republicou, foi porque os editores acharam relevante no contexto dessa província. Ennes de Souza foi abolicionista e membro da Sociedade Central de Imigração.

o título “Organização moral e econômica do trabalho” e o subtítulo “Da vagabundagem”, que se inicia assim:

A vagabundagem apresenta-se sob dois aspectos diversos:

1º Como o aspecto inofensivo:

É a vagabundagem do caboclo e em geral do homem livre e da vida independente do nosso interior. O indivíduo habita numa choça de palha, à beira de um rio, em roda da qual planta umas bananeiras e uns pés de mandioca e vive disso e da pesca. Contra esses - que se deve antes chamar *ociosos*, que se não contribuem para o desenvolvimento social, pouco da sociedade auferem também e pouco consomem do capital social; contra esses entes, inúteis indivíduos do que prejudiciosos é que devem agir, de preferência a qualquer ação repressiva ou coativa, os elementos civilizadores. É do interesse social criar-lhes novas necessidades, para cuja satisfação terão eles de empregar maiores esforços, ou despertar-lhes novos interesses. [...]

Como meio de repressão achamos ser suficiente a obrigação do pagamento do imposto pessoal, ou de profissão, sob pena de colonização em núcleos civis. (SOUZA, in: O Espírito-Santense, 1884, ed. 77, p.3, grifo no original)

Esse primeiro aspecto da “vagabundagem”, segundo o autor, se refere sobretudo ao “caboclo” do interior que, nas palavras do autor, não contribui para o desenvolvimento social mas pouco consome da sociedade, ou seja, esses “vagabundos” aqui em questão tinham acesso a meios de produção para produzir o básico para a sua sobrevivência: “umas bananeiras e uns pés de mandioca e vive disso e da pesca”. A obrigação do pagamento de imposto parece mostrar que o autor era um leitor de obras de economia. Ao precisar pagar impostos, o “vagabundo” estaria assim obrigado a conseguir dinheiro, o que inseriria esses “inúteis indivíduos” na economia monetária. O autor prossegue então descrevendo o segundo tipo de “vagabundo”:

2º Com aspecto ofensivo:

É o caso que principalmente visamos neste trabalho. É o do indivíduo que não só é inútil, não produzindo, mas prejudicial, consumindo o que outros produzem, e por vezes contra a vontade destes e para isso perturbando a sociedade com correrias e fraudes: é o caso do capanga do interior e da cidade. É contra estes que devem ser dirigidas as severidades das medidas que propomos no correr deste trabalho.

O indivíduo que não trabalha e vagabundeia, é por um ou mais dos seguintes motivos:

1º Porque não pode;

2º Porque não sabe;

3º Porque não quer trabalhar. (Ibid.)

Esse segundo aspecto da “vagabundagem”, mais semelhante ao sentido mais comum da palavra no nosso século XXI, aplica-se ao indivíduo que não produz seus meios de reprodução, “consumindo o que outros produzem”. Não nos deteremos aqui na análise das medidas propostas pelo autor em relação a este segundo tipo de “vagabundagem”, visto que é o primeiro tipo que nos interessa mais na discussão deste capítulo. Passaremos portanto para o fim do artigo: após discorrer sobre a importância do

Estado para utilizar os serviços manuais ou intelectuais dos indivíduos “em bem próprio e da sociedade”, propondo como meio de repressão “a obrigação do pagamento do imposto pessoal, ou de profissão, sob pena de colonização em núcleos civis” (SOUZA, IN: O Espírito-Santense, 1884, ed. 77, p. 3), o autor arremata seu texto com uma defesa da livre iniciativa (*laissez-faire*):

Os particulares têm por certo o papel mais importante nesses assuntos e o Estado deve o mais possível aceitar a doutrina econômica do *laissez faire*; mas ele pode indiretamente muito influir [...] (Ibid., itálico e francês no original).

Em sua conclusão, o autor aponta, curiosamente, para o contrário de tudo aquilo que defendeu antes, a não ser, é claro, que o “*laissez faire*” não se aplique aos caboclos por ele abordados no início do texto. Trata-se de um caso típico de *ideias fora do lugar* no sentido apontado por Roberto Schwarz ([1977] 2000, p. 26): “[no Brasil,] as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”. O comentário final do autor, ao mesmo tempo que revela o quanto ele estava informado sobre as ideias de economia política hegemônicas na Europa, ao mesmo tempo ele as aplicava para a realidade brasileira conforme suas próprias conveniências, em um caso que lembra os intelectuais do mesmo século mencionados por Roberto Schwarz.

Em todo caso, nesse artigo publicado em um jornal capixaba em 1884 encontramos uma descrição desses indivíduos que vão aparecer mais vezes ao longo dessa dissertação, não sendo por nós qualificados como “vagabundos”, evidentemente. Interessa, porém, buscar entender por que para aqueles sujeitos que escreviam na época – lembrando sempre que apenas uma minoria da população era alfabetizada – parecia haver no Espírito Santo tantos “vagabundos”, tanta “falta de braços”, e no litoral norte capixaba, segundo alguns documentos da época, mais ainda. Não buscaremos aqui provar que esses sujeitos letrados estavam errados e que as populações locais trabalhavam bastante – em resumo é esse o argumento da historiadora Tatiana de Oliveira (2020) que veremos mais abaixo –, pelo contrário, o que para aqueles sujeitos do século XIX tinha aparência de “falta de braços” nos parece um indício relevante de um fenômeno que entenderemos como o acesso a meios de subsistência não mediados por mercadorias, ou seja, trata-se da ausência de uma superpopulação relativa de indivíduos expropriados que precisavam vender sua força de trabalho para acessar mercadorias para satisfazer suas necessidades básicas. Se essa ausência de superpopulação relativa foi um fenômeno bastante comum no Brasil até por volta da década de 1930 (LEITE, 2015), não são irrelevantes as fontes de época que apontam uma “falta de braços” ainda mais importante

no litoral norte do Espírito Santo em comparação com outras regiões do Brasil, o que entendemos como uma evidência de que ali o movimento de fronteira da expropriação (TOLEDO, 2019) se encontrava menos adiantado do que em outras regiões.

2.3. Disciplinamento, mobilização e mobilidade do trabalho

O artigo do Dr. Ennes de Souza nos leva a uma última discussão teórica antes de iniciarmos a abordagem dos dados empíricos sobre o Espírito Santo neste capítulo. Em seu livro *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, Jean-Paul de Gaudemar busca investigar com profundidade a mobilidade do trabalho, entendida tanto em termos de mobilidade espacial dos trabalhadores como de sua mobilidade entre tipos de atividade e profissões. Gaudemar (1977, p. 16) ressalta que, para a maioria dos autores clássicos da economia, “não é a noção de mobilidade que lhes interessa, mas a investigação das causas dos movimentos que ela indica.” Para ele, contudo, esse tipo de discussão – por exemplo sobre fatores de atração entendidos como causas dos fluxos migratórios – apenas oculta os principais problemas:

O que designar por mobilidade? [...] Com a “mobilidade” do trabalho manifesta-se sempre o modo como os homens submetem o seu comportamento às exigências do crescimento capitalista. Toda a estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada. O discurso econômico serve de verniz para demonstrar, quer a inevitabilidade do fenômeno, quer a existência de vantagens individuais ou coletivas que ele deve apresentar (GAUDEMAR, 1977, p.17).

Comentando a obra de Gaudemar, o geógrafo Carlos Toledo (2008) argumenta que a crítica possibilitada pelo argumento da *mobilidade do trabalho* traz à tona também a crítica da *mobilização do trabalho*: a primeira pensada como uma propriedade – aparentemente evidente¹⁰⁶, – da força de trabalho, e a segunda pensada como um processo que se desdobra nas particularidades empíricas. Assim podemos entender que “o processo histórico autonomiza o trabalho na mercadoria força de trabalho. Formada a mobilidade, a força de trabalho adquire a aparência de sua forma natural, e o salário, a aparência naturalizada de valor desta mercadoria” (TOLEDO, 2008, p. 80).

É enquanto mercadoria que Carlos Vainer, outro leitor de Gaudemar, também busca desvendar a força de trabalho:

¹⁰⁶ “Ora nada é mais evidente, mesmo nos textos dos autores antigos, do que este tipo de discussão [sobre a mobilidade] conduzida sem condições prévias [...]. Fluxo de ajustamento, fluxo de equilíbrio, a mobilidade é assim pensada, de modo quase unânime, ao mesmo tempo como sinal e fator de progresso econômico” (GAUDEMAR, 1977, p.17-18).

Potência ou força de trabalho não é o “conjunto de faculdades físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem”, mas a mercadoria cujo valor de uso possui a virtude de ser fonte de valor, criar valor. Ou seja: força de trabalho é uma categoria que se constrói no mercado (VAINER, 1984, p.24).

É importante termos em mente sempre que essa construção da mercadoria *força de trabalho*, de que fala Vainer, é um processo longo, complexo e contraditório. Estamos propondo neste capítulo que pensar uma “mobilização do trabalho” em geral, como processo lógico, ou como um processo histórico que teria ocorrido simultaneamente em todas as particularidades do território brasileiro, são duas formas de explicação que terminam por reforçar a “inevitabilidade do fenômeno” (GAUDEMAR, 1977) e encobrir as formas particulares de manifestação do processo de disciplinamento e mobilização do trabalho. Ao mesmo tempo, o processo particular não pode ser entendido sem um olhar para a totalidade do processo que se manifestou, nas revisões de literatura acima, como “constituição do sistema-mundo moderno-colonial” (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006), “esclarecimento”, “dominação da natureza” e “coisificação do espírito” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), “modernização” (KURZ, 1992), “acumulação” (NOVAIS, 1995), “ocupação da vida social pela mercadoria” (DEBORD, 2019), entre outras formas de se apreender em termos teóricos o movimento da totalidade que influenciou as situações particulares que estudaremos a partir daqui.

O processo de mobilização do trabalho no litoral norte do Espírito Santo, temática deste capítulo, é especialmente marcado por uma longa história de processos e projetos de disciplinamento de trabalhadores, tendo em vista que a maior parte da mão de obra (“braços”) nessa região específica não era composta por negros escravizados, exigindo portanto uma série de estratégias de “mobilidade forçada” – e se, para Gaudemar (1977), toda mobilidade tem um aspecto forçado e violento, nos exemplos específicos que abordaremos mais abaixo, esse aspecto fica evidenciado justamente porque a violência econômica não era suficiente, dada a possibilidade de sobrevivência relativamente fora dos mercados, como já vimos acima no exemplo genérico do Dr. Ennes de Souza publicado no jornal O Espírito-Santense (1884) e que provavelmente descrevia um tipo de “caboclo” que os leitores de sua época conheciam de suas experiências cotidianas.

O trabalho, no Espírito Santo do século XIX, precisava portanto, ser mobilizado por meio de formas bastante explícitas de disciplinamento: em alguns casos de forma violenta e sem qualquer controle externo, em outros casos com formas de violência regulamentadas e juridificadas: veremos mais abaixo um documento de 1837 em que o

presidente de província recorda ao juiz de paz de Nova Almeida que os cidadãos recrutados para serviço militar, conforme normativa de 1822, não podiam ser conduzidos com correntes, algemas ou manilhas. Se essa proibição precisou ser ressaltada, é porque não estava sendo cumprida, mas em todo caso, com ou sem correntes e algemas, vamos ver muitos exemplos de disciplinamento de corpos para o trabalho, temática que está entre as mais importantes para Gaudemar (1977, p.49): no prefácio de seu livro ele explicita estar em busca de uma compreensão teórica de como são sujeitadas as forças do trabalho, isto é, como são “produzidos” corpos humanos permanentemente dóceis. Isso ocorre por meio de uma complexa disciplina que Gaudemar busca entender, influenciado pelas discussões então recentes de Michel Foucault em *Vigiar e Punir*:

Poder-se-ia sem dúvida estender a toda a economia do capitalismo a problemática recentemente introduzida por M. Foucault na sua análise do nascimento e desenvolvimento da instituição penitenciária. [...] O corpo do homem no trabalho, não apenas o do condenado, do supliciado ou do militar, torna-se também objeto de disciplina. Disciplina como modo geral de dominação. A economia política constitui-se desde então naquilo a que Foucault chama uma “anatomia política” cobrindo uma “mecânica do poder” (GAUDEMAR, 1977, p.49).

Gaudemar, assim, se baseia no estudo de Foucault sobre a disciplina das prisões e das casernas e amplia essa formulação, buscando compreender a disciplina necessária em toda a economia capitalista. Tal explicação dialoga com o argumento de Kurz (1992, p. 34), segundo o qual os elementos do trabalho assalariado que hoje aparecem naturalizados foram criados “mediante o emprego de violência direta por parte do Estado”, formulação à qual voltaremos mais adiante. É importante, então, após assimilarmos que Gaudemar entende a mobilidade do trabalho como mobilidade forçada, entendermos como ele apresenta o processo de disciplinamento dos corpos que dá origem a essa mobilidade:

[...] a disciplina capitalista assegura a repartição dos indivíduos no espaço, de modo que cada indivíduo tenha o seu lugar e cada lugar o seu indivíduo, num vasto dispositivo de enquadramento das atividades e dos espaços. [...] Como “disciplina” - sem jogo de palavras -, a economia política assegura a repartição dos indivíduos no espaço e a distribuição dos papéis funcionais dos diferentes espaços, enquadra e codifica as atividades, estende as estratégias de desenvolvimento e as táticas de equilíbrio, manobra, põe a funcionar todas as forças de trabalho. (GAUDEMAR, 1977, p. 49).

A formação de corpos dóceis, portanto, depende da disciplina para colocar cada indivíduo no “seu lugar”, enquadrando as atividades e espaços, pondo assim em movimento um processo de mobilização do trabalho. Poderíamos, nesse capítulo, dar preferência para a abordagem de particularidades que evidenciam processos de

mobilização do trabalho, e sem dúvida eles vão aparecer. Mas o disciplinamento, enquanto pré-condição de uma mobilidade do trabalho ainda não formada, é o que mais frequentemente aparecerá nos documentos a seguir. Não perdendo de vista a relação entre disciplinamento, mobilização e mobilidade, daremos ênfase ao primeiro desses três conceitos, por entendermos que a autonomização de uma força de trabalho é um processo que apenas se inicia na maior parte das realidades empíricas estudadas a seguir.

Em diálogo com essa investigação de uma força de trabalho que não existe desde sempre, mas se formou a partir de processos longos e não-simultâneos nos diferentes territórios, também nos interessa outra problemática mais geral, que Robert Kurz chama de “problema da exposição” ou “problema do começo” na crítica da economia política: a forma da exposição lógica da relação capital-trabalho já formada não é idêntica à sua gênese histórica. Embora a exposição lógica da forma-mercadoria por Marx em *O Capital* considere o trabalho como pressuposto, em termos históricos o “trabalho abstrato” não é pressuposto, mas resultado (KURZ, 2014, p. 36-37; p. 135). Quando passamos da teoria para os estudos empíricos sobre as particularidades no Brasil, essa problemática aparece de várias formas. Como relata José de Souza Martins em seus estudos sobre a fronteira econômica na Amazônia, trabalho em situação análoga à escravidão é empregado até hoje, acompanhando o deslocamento da fronteira ao longo das décadas, fenômeno que ele busca compreender “como momento do processo do capital” (MARTINS, 2009, p. 81). A fronteira, portanto, desafia as definições rígidas de períodos históricos, permitindo por exemplo a subversão do trecho a seguir sobre um período manufatureiro, de transição para o capitalismo industrial: “Por todo o período manufatureiro continua [...] a queixa sobre a *falta de disciplina* dos trabalhadores.” (MARX, 1996, p. 481, grifo nosso). É importante ressaltar que, na época em que Marx escrevia, as queixas sobre indisciplina e “vagabundagem” eram matéria do dia a dia no Brasil imperial, o que de forma alguma significa que estivéssemos no “período manufatureiro”. Aqui também, a periodização feita por Marx parece mais lógica do que histórica, com o período manufatureiro representando uma etapa lógica no processo de separação entre trabalhadores e meios de produção, ou seja, processo de expropriação e mobilização dos indivíduos como trabalhadores, etapa que ocorreu de formas bastante diversas em cada caso particular. Nas fronteiras da territorialização do capital (TOLEDO, 2019), onde as categorias das relações de capital estão em processo de formação, alguns aspectos se revelam, como o caráter forçado da mobilização do trabalho “livre” que aparecerá na abordagem de dados

empíricos sobre o Espírito Santo. A partir das referências teóricas abordadas, serão interpretados a seguir diversos documentos históricos sobre o litoral norte capixaba.

2.4. O trabalho compulsório, as migrações forçadas e as fugas no litoral norte do Espírito Santo (século XIX)

O disciplinamento de populações “livres” por meio de diversas modalidades de trabalho compulsório foi um tema constante no Espírito Santo do século XIX e começo do XX. A historiadora Nara Saletto (1996, p.239) relata que em 1918 a vadiagem era “uma das mais sérias preocupações da polícia” e que naquele ano foram enviadas “levas de vadios para as fazendas de cacau que o governo procurava estimular nessa época, no rio Doce.” Essa “preocupação” não era recente em 1918: podemos encontrar esse longo processo de disciplinamento bem documentado já desde o início do século XIX. Um documento de bastante interesse nesse sentido é o diário da visita do Bispo D. José Caetano da Silva Coutinho ao Espírito Santo em 1812. Coutinho era o bispo do Rio de Janeiro, cuja diocese tinha o Rio Doce como limite norte. Submetido à autoridade do rei, que o havia nomeado, D. José estava alinhado aos interesses da monarquia, mas fazia, ao mesmo tempo, algumas críticas ao governo da capitania, sendo também importante lembrar que se trata de documento privado, mantido nos arquivos da Igreja até sua publicação em 2002. O bispo relata o descontentamento dos indígenas de Nova Almeida (ver localização na Figura 5) com as emigrações impostas pelo governo para utilização de “braços” indígenas:

Tenho gostado muito destes índios, e cada vez tenho mais pena de que sejam tão maltratados pelos governos: em toda a parte se sentem e se lamentam as suas continuadas emigrações [nota 131].

131. [nota do editor] A referência diz respeito aos índios aculturados e às emigrações forçadas que lhes impunham os governadores da capitania, deslocando-os para trabalhos nas lavouras ou aberturas de estradas. (COUTINHO, [1812] 2002, p.89)

Embora o bispo não fizesse qualquer crítica à escravização dos negros – alinhando-se assim à posição oficial da Igreja desde o século XVI, como vimos – ele se incomoda com as “emigrações forçadas” dos “índios aculturados”. O mesmo religioso havia constatado a “suma falta de braços” em Linhares, onde o “Estado eclesiástico e religioso estava ainda em maior abandono do que o civil e econômico, porque havia três anos que não tinha aparecido aqui um sacerdote” (COUTINHO, [1812] 2002, p.70). Porém, se ele discutia com as elites locais “sobre os meios de aumentar e fazer prosperar

esta povoação” (ibid.), as migrações forçadas não lhe pareciam uma maneira correta de se solucionar aqueles problemas.

É curioso como, ao contrário de Carvalho Franco (1997), que “lamenta” o desperdício de força de trabalho dos caipiras paulistas no século XIX e a ausência de “tradições disciplinadoras do trabalho”, o Bispo, que via o processo *in loco*, lamenta ao menos um dos aspectos do disciplinamento, as “emigrações forçadas” impostas pelo governador da capitania. Durante o período colonial, esse trabalho obrigatório tinha o nome de “serviço ao rei” e, depois de 1822, ganha o nome de “serviço ao Império e à nação”. Além de obras públicas como construção de estradas e igrejas, os indígenas eram recrutados para fazer a repressão aos quilombos (MOREIRA, 2017, p. 53; p.80-81) ou, considerando sua experiência na navegação e na pesca, “para prestar serviços no Arsenal da Marinha, sediado na Corte”

Auguste de Saint-Hilaire, em 1818, também relata o descontentamento dos indígenas com o trabalho forçado, bem como os impactos sobre suas famílias:

Os índios de Piriquiaçu¹⁰⁷ estavam subordinados, como os de Benevente¹⁰⁸ e de Almeida¹⁰⁹, ao desagradável chamamento de trabalho que lhes fazia mensalmente o Governador da Província; mas, não havendo entre eles nenhum branco, tinham pelo menos a sorte de fugir a uma série de pequenas humilhações.

[...] A festa de Todos os Santos não foi um dia feliz para os índios da vizinhança. Os soldados da companhia de linha tinham vindo buscar 20 homens, que deviam partir no dia seguinte para a Vila de Viana ou S. Agostinho e tomar o lugar dos outros 20 cujo mês de trabalho havia terminado. Os capitães indígenas eram os encarregados de designar as vítimas da penosa tarefa; à medida que chegavam a Almeida, eram trancados na cadeia, por temor de que cedessem à sua natural inconstância¹¹⁰ e, depois de terem obedecido às ordens de seus superiores, tentassem fugir; o contingente de trabalhadores não devia partir no dia de Todos os Santos e esperava na prisão o instante da partida. Mulheres e crianças em magote se agarravam às janelas da cadeia, mas não pensavam em se afligir. [...] (SAINT-HILAIRE, [1833] 2020, p.120-122).

Ao contrário dos africanos e seus descendentes, os indígenas naquele momento histórico não eram considerados juridicamente como escravos, não podiam ser vendidos ou alugados explicitamente como mercadoria, mas ainda assim a sociedade lhes impunha

¹⁰⁷ Pequeno núcleo indígena no rio Piraquê-Açu, próximo a Santa Cruz, atualmente no município de Aracruz.

¹⁰⁸ Atual município de Anchieta, no sul do Espírito Santo. No prólogo desta dissertação, vimos como o padre jesuíta Anchieta tornou-se um grande herói capixaba no começo do século XX.

¹⁰⁹ Nova Almeida, atualmente no extremo norte do município da Serra, região metropolitana de Vitória.

¹¹⁰ Novamente a “inconstância” comentada por Eduardo Viveiros de Castro (2002). A inconstância – acusação contra indígenas que costumavam mudar de nome ao longo da vida, trocar de esposa(s), se converter ao catolicismo mantendo seus hábitos e crenças anteriores, etc. – não é idêntica à temática da “preguiça”, mas ambas poderiam em tese ser resolvidas pelo disciplinamento.

trabalhos compulsórios, o que levou muitos a fugirem para os sertões, como relata Vania Moreira (2017, p.114): “[No Espírito Santo, no século XIX,] o trânsito de índios do sertão para a província e, inversamente, de índios das vilas e povoados para os sertões era intenso e difícil de ser controlado.”

Esse trânsito de difícil controle aparece no relato da Expedição Francilvânia. Nesta expedição, de 1857, um dos primeiros grupos de colonos europeus subiu o rio Doce no *iate de ferro Francilvania*, para a fundação de uma colônia, com apoio financeiro do Governo Imperial.¹¹¹ O relatório da viagem relata a fuga de três marinheiros:

Demoremo-nos em Linhares três dias; três marinheiros fugiram; foi necessário engajar outros; neste interim o Dr. França Leite tomou a resolução de mandar os soldados e colonos em canoas, engajar pessoas para isso; o navio se achou mais aliviado, e no dia 12 pelas onze horas levantamos o ferro, [...]

[No dia seguinte] O Dr. França Leite saltou em terra, e engajou mais um marinheiro; tendo passado as ilhas de Simão do gado, e do Anselmo; [...] (Correio da Victoria, 23 set 1857, p.3).

Não é mencionada, nesse trecho, qualquer tentativa de encontrar os marinheiros fugidos, nem é detalhada a forma como novos marinheiros foram engajados. Podemos supor, pelo modo como o evento é narrado sem muitos detalhes, que a fuga daqueles marinheiros era um fato corriqueiro, quase esperado.¹¹² Não fica explicitado se aqueles marinheiros eram indígenas, mas em outros trechos do relatório nota-se a presença, na tripulação, de indígenas que conheciam bem o rio Doce: “Às 10 e 3/4 nublou-se o tempo, [vento] terral fraco, [...] continuamos fundeados: os índios pediram licença para irem à terra firme pescar em um valão, que eles dizem aí existir [...]” (id., 16 set 1857, p.3).

Saint-Hilaire também relata ter encontrado, na margem esquerda (norte) da foz do Rio Doce, quatro “cabanas habitadas por índios civilizados”, que fugiam às perseguições que, provavelmente, consistiam em emigrações para realizar trabalhos forçados:

¹¹¹ “O iate ia carregado com [...] 40 passageiros colonos alemães, franceses e portugueses” (Correio da Victoria, 16 set 1857, p.2). Tratou-se de um dos primeiros casos de *colonização sistemática* no Espírito Santo. Segundo Fischer (2008), França Leite assinou em 1856 um contrato com o governo imperial: em troca de terras concedidas na margem esquerda do rio Doce, próximas à atual cidade de Colatina, “o contrato obrigava-o a introduzir 2.000 europeus num prazo de cinco anos à sua colônia privada Francilvânia.” Mas em 1860 aquela colônia chegou ao fim. Em uma história talvez lendária, um “familiar próximo de França Leite [...] foi morto e devorado pelos índios.” Para Fischer (2008, p.63), “a lenda teve um forte impacto no discurso sobre o rio Doce.” Em um documento de 1876, constava que “não resta[va] o mínimo indício” da antiga colônia” e que a “vizinhança dos índios botocudos e a lembrança do bárbaro assassinato do laborioso cidadão Avelino dos Santos França Leite, praticado por aqueles canibais em 1860, afugentaram os pretendentes aos lotes de terras”. A historiografia sobre o “povoamento” das “selvas capixabas” será criticada no próximo capítulo.

¹¹² Fato comparável com a fuga dos trabalhadores do sr. Peel, abordada no capítulo II. Mas aqui, a realidade é mais complexa do que o exemplo de Wakefield: alguns trabalhadores fogem, outros ficam...

[...] estavam retirados nesse lugar deserto para fugir às perseguições de que sua raça era vítima em Benevente, Vila de Nova Almeida e além. Os maridos iam à caça, pescavam no rio ou repousavam em casa de colonos luso-brasileiros, enquanto as mulheres cultivavam a terra para sustento da família. Assim, mesmo civilizados, os índios, ou muitos deles, conservaram, com seu caráter, muitos dos antigos hábitos. (SAINT-HILAIRE, [1833] 2020, p.102)

Para Saint-Hilaire – provavelmente refletindo a opinião então corrente – o fato de serem “índios civilizados” não mudava sua classificação como índios, e nem o fato de estarem em um “lugar deserto” tornava-os “índios bárbaros”, aliás o contato com luso-brasileiros é explicitado pelo autor.

A utilização do trabalho de indígenas era de grande importância no Espírito Santo do século XIX, especialmente considerando a relevância desse grupo na população da província à época: no recenseamento realizado em 1857, o contingente de “índios” correspondia a 12,3% da população do Espírito Santo (SOARES DE SOUZA, 1870, p.84).¹¹³ Entre as atividades comumente atribuídas aos indígenas, encontram-se a derrubada de árvores, o corte de madeiras e a fabricação de embarcações, também de madeira até meados daquele século. Em uma série de ofícios enviados pelo presidente da província do Espírito Santo entre 1836 e 1838, José Tomaz Nabuco de Araújo, aparecem algumas idas e vindas relacionadas ao trabalho de corte de madeira em Nova Almeida e Santa Cruz, para fabricação de embarcações a pedido do Ministério da Marinha, na corte (Rio de Janeiro). Segue abaixo um compilado dos ofícios, que estão disponíveis no Arquivo Público do Espírito Santo.¹¹⁴

Em 2 de agosto de 1837, o presidente da província escreve ao Major Antonio Bonifacio Pereira:

Tendo-se pelo Ministério da Marinha ordenado que se cortem madeiras para duas Escunas, queira V.M. comparecer nesta Cidade, para tratar comigo sobre o referido corte. Deus guarde a V.M. Palácio do Governo em 2 de Agosto de 1837. José Thomas Nabuco de Araújo. (BR ESAPEES.GOV.751.171.p_0112)

¹¹³ Trata-se de recenseamento feito pela província, “levantado pelo Dr. Chefe de Polícia” em 1857 (SOARES DE SOUZA, 1870, p.84). Para comparação, no mesmo documento de 1870, as populações listadas como “índios” em São Paulo e Rio de Janeiro correspondem a 0,26% e 1,38% da população total dessas províncias, respectivamente (ibid., p.108; p.87-89). A ordem de grandeza é outra no Espírito Santo, ainda que esses dados sejam imprecisos devido às dificuldades para o recenseamento à época e também porque o processo de “transformação” dos “índios” em “caboclos” e “pardos” já estava em curso. No primeiro Censo realizado em âmbito nacional, em 1872, não há “índios”, apenas “caboclos” e “pardos”, como discutiremos mais à frente.

¹¹⁴ José Tomaz Nabuco de Araújo (Salvador, 1785 - Rio de Janeiro, 1850), avô do abolicionista Joaquim Nabuco, presidiu também a província da Paraíba (1831) e foi Senador de 1837 a 1850. Conforme previa a Constituição Imperial de 1824, os Presidentes de Província eram escolhidos e nomeados pelo Imperador.

Em 23 de agosto de 1837, é requisitado ao mesmo Major que informe se nas matas de Aldeia Velha (Santa Cruz) há abundância de madeiras próprias para mastreação, para suprir o Arsenal da Marinha da Corte (BR ESAPEES.GOV.751.171.p_0112v e 113). Em 31 de agosto, o presidente da província escreve novamente ao Major, informando que as madeiras para construção das duas escunas poderiam ser cortadas “nas matas que se acham arrendadas, ou aforadas [...], visto que tais madeiras são sempre reservadas nas sesmarias que se concede.” Essa informação revela que estava em prática, na província, a reserva de certas madeiras de lei para a construção naval da esquadra imperial, mesmo nas terras de particulares, prática que vinha desde o período colonial. No mesmo dia, o presidente escreve ao juiz de paz o seguinte ofício:

Estando o Major Antonio Bonifacio Pereira incumbido de inspecionar o corte de madeiras e fabrico para duas Escunas, cumpre que V.M. lhe preste alguns Indios, aos quais se pagará o jornal, que se ajustar. Deus guarde a V.M. Palácio do Governo [...] (BR ESAPEES.GOV.751.171.p.113).

No dia 4 de outubro de 1837 ele escreve novamente para o juiz de paz de Nova Almeida, repetindo ser necessária “a prestação¹¹⁵ de alguns Indios ao Major Antonio Bonifacio Pereira”, para este iniciar o “corte das madeiras precisas para fabrico de duas Escunas, como se acha determinado pelo Governo Supremo em Aviso do Ministério da Marinha” (BR ESAPEES.GOV.751.171.p.113v).

No dia 2 de fevereiro de 1838, é enviado outro ofício: “ao Juiz de Paz para que declare por que motivo não satisfez a requisição que lhe fez o Major Antonio Bonifacio”, requisição esta que ainda se referia a “Indios que se requisitara para o corte de madeiras” (BR ESAPEES.GOV.751.172.p_004), e finalmente em 3 de março um último ofício reitera, com palavras mais assertivas, a ordem, dessa vez com o quantitativo de “pessoas”, pois neste último ofício não se fala em “índios”:

Mande V.M. pôr às disposições do Major Antonio Bonifacio Pereira doze pessoas robustas para serem empregadas no arrasto de algumas madeiras para Aldeia Velha, isto por oito dias, não entrando os da ida e volta. Muito convém ao serviço, e é de esperar do reconhecido zelo de V.M. a maior brevidade na remessa das indicadas pessoas. Deus guarde a V.M. Palácio do Governo em 3 de Março de 1838. José Thomas Nabuco de Araujo. (BR ESAPEES.GOV.751.172.p.006)

No mesmo dia 3 de março de 1838, é enviado ofício também ao Major Antonio:

¹¹⁵ O significado de “prestação” e “prestar” nesses documentos não é muito claro, mas certamente esses “alguns índios” não eram emprestados como uma mercadoria, visto que legalmente não eram escravos.

Conforme o orçamento da quantia de 28\$160, que me foi enviada [...], ordeno a V.M. que faça tirar do mato toda a madeira que se achar cortada e pô-la em parte que se conserve, e V.M. possa evitar que seja furtada. Nesta mesma data determino ao Juiz de Paz respectivo que lhe preste os doze homens, que V.M. exige por oito dias, os que deverão ser bem aproveitados para que a despesa não exceda a orçada, e esse trabalho se realize dentro do tempo marcado no mesmo orçamento. Deus guarde a V.M. Palácio do Governo em 3 de março de 1838. José Thomas Nabuco de Araujo (BR ESAPEES.GOV.751.172.p_005v).

Não temos as respostas do juiz de paz explicando os motivos para a demora (de agosto de 1837 a março de 1838) para pôr à disposição os “índios” que, em outro momento, são referidos apenas como “homens”. Mas a partir dessa documentação podemos concluir que nem sempre era simples para o presidente da província – e mesmo para o governo central do Império, de onde veio a ordem – mobilizar doze trabalhadores para atividades como esta de corte de madeira e transporte da mesma. Podemos concluir também que, ao menos em algumas situações, os indígenas recebiam jornais, ou seja, pagamento por dia trabalhado. Não temos como saber, porém, o que faziam com esta quantia em dinheiro.

A historiadora Vania Moreira relata que, a partir de meados do século XIX, a documentação passa a relatar menos demandas de trabalho indígena e mais temas relacionados às suas terras¹¹⁶. Porém, como ela chama atenção, isso não quer dizer que o Estado cessou de requisitar o trabalho daquelas pessoas e menos ainda que elas tenham “desaparecido” da história e da sociedade. O que estava em processo de extinção não eram os “índios de Nova Almeida” nem o uso de seus “braços”, mas “as formas coloniais de classificação social e governança” (MOREIRA, 2017, p.166-167). Tal processo representava “o fim de um longo período histórico” em que, naquele litoral norte do Espírito Santo, a maioria da população era classificada como “índios civilizados” (MOREIRA, 2017, p.192), havendo, naquele “longo período”, um entendimento relativamente pacificado de que eles ocupavam e tinham direito a seguir ocupando as terras demarcadas da “sesmaria dos índios”.

São reveladores, nesse sentido do gradual “sumiço” dos índios, os relatórios dos presidentes da província em 1856 e 1857 citados por Vania Moreira (2017, p.154-155). No de 1856, em relação à colônia que deu origem ao atual município de Santa Leopoldina, consta que, tendo “o governo imperial resolvido definitivamente fundar uma colônia nas

¹¹⁶ É evidente aqui o paralelo com a Lei de Terras de 1850, o fim do tráfico de escravos, entre outros aspectos que mostram uma mudança dos seres humanos escravizados para as terras como principal forma de acumulação de patrimônio pelas elites imperiais. A Lei de Terras foi abordada no próximo capítulo II por motivos de clareza na exposição teórica.

margens do rio Santa Maria”, o presidente da província ordenou que um engenheiro “partisse para aquele ponto com 26 trabalhadores, que mandei engajar na vila de Santa Cruz, a fim de fazer as picadas necessárias, marcar o centro da povoação, e medir os prazos ao menos para as primeiras cinquenta famílias”. Trata-se, aqui, de trabalhadores em abstrato, engajados na vila de Santa Cruz, de população majoritariamente indígena como temos observado em outros documentos do século XIX.

No relatório de fevereiro de 1857¹¹⁷, contudo, os mesmos trabalhadores são mencionados como “índios”: a abertura do novo núcleo colonial marchava lentamente devido à

dificuldade de obter-se trabalhadores ativos em número suficiente tendo por isso continuado a servir-me de alguns índios de Santa Cruz que só se prestavam a esse serviço com a condição de serem substituídos por outros em um prazo que não devesse exceder de um até 2 meses. (Relatório de 1857, apud MOREIRA, 2017, p.155).

É notável que na citação acima o presidente da província relate a “condição” estabelecida pelos índios de Santa Cruz para a utilização de seu trabalho: o período máximo de dois meses, após os quais eles deveriam ser substituídos. A complexidade de regras escritas e não escritas que regiam as relações entre “índios civilizados” e “brancos” nos exige uma breve entrada em algumas discussões historiográficas que têm buscado compreender melhor a complexidade de tais relações, como veremos na próxima seção.

2.5 Um parêntese: discussões historiográficas sobre protagonismo indígena e trabalho compulsório

Na historiografia brasileira recente, um grande número de pesquisas tem buscado investigar o “protagonismo indígena”, protagonismo limitado e marcado por relações violentas e assimétricas, mas ainda assim, relevante para uma série de pesquisadores que buscam mostrar como os indígenas influenciaram e influenciam os rumos dos processos em que estão inseridos. É o que relata a historiadora Maria Regina Celestino de Almeida (2017) ao apresentar um dossiê da *Revista Brasileira de História* inteiramente dedicado ao tema do protagonismo indígena. Para Almeida (2017, p.19), por muito tempo as abordagens históricas sobre a colonização consideravam que “os brasileiros teriam

¹¹⁷ Importante notar que, também em 1857, houve a Expedição Francilvania, já relatada poucas páginas atrás. Para ambas as colônias situadas ao norte da capital da província, é citada a participação do “governo imperial”, mostrando a preocupação do governo central com a imigração de colonos para os *sertões capixabas*. A importância da imigração de europeus no Espírito Santo no século XIX já foi tratada por inúmeros autores – ver a seguir a forma como Bertha Becker resume a população do norte capixaba a esses “povoadores” – e não será abordada em maiores detalhes aqui.

conseguido vencer, civilizar e/ou manipular inúmeros povos [indígenas] em proveito próprio, submetendo-os completamente, até fazê-los desaparecer sem deixar vestígios”, enquanto as pesquisas mais recentes:

[...] nos levam a identificar os limites das ações dos europeus e suas necessidades em negociar e abrir mão de exigências para conseguir o imprescindível apoio dos nativos. [...]

Os índios, por sua vez, deixam de ser vistos como tolos e manipulados, pois suas ações passam a ser entendidas como fruto de escolhas próprias condizentes com as lógicas de suas sociedades e com as possibilidades disponíveis. Escolhas limitadas, sem dúvida, pois as relações eram assimétricas e ocorriam em meio a um cenário caótico de extrema violência. (ALMEIDA, 2017, p.23)

O tema do protagonismo indígena tem sido debatido por dezenas de historiadores nos últimos anos. Vejamos o que diz a respeito Vania Moreira, autora de diversas obras incluindo o livro *Espírito Santo Indígena* (2017), que temos consultado em diferentes momentos dessa pesquisa. Para J. Apolinário e V. Moreira (2021), a historiografia brasileira tendeu a considerar os indígenas como indivíduos ou coletivos sem “capacidade de ação” e, em resumo, há muito tempo aniquilados.¹¹⁸

John Hemming exemplifica bem esse ponto de vista derrotista e negacionista das agências indígenas no que tange ao Brasil e à América portuguesa. [...] A pesquisa de Hemming [no livro *Ouro Vermelho*, de 1978] termina por volta de 1750 e, para o autor, isso se justifica porque “na época de Pombal os índios tinham-se tornado irrelevantes para o progresso da nação brasileira”. Além disso, assevera: “A população nativa foi aniquilada.” [...] (APOLINÁRIO & MOREIRA, 2021, p.2).

Talvez a intenção principal das autoras, nesse trecho, seja mostrar o quanto é pretensiosa a posição de um pesquisador que declara categoricamente os povos indígenas como “irrelevantes para o progresso da nação brasileira”. Nisso, estamos de acordo com elas. Sem a pretensão de entrarmos a fundo nessa complexa discussão historiográfica sobre o protagonismo dos sujeitos e de sua “agência”, apontaremos contudo, no capítulo 3, o quanto essa discussão sobre o protagonismo tem tido como pressuposto uma ontologia da forma-sujeito.

Sobre o tema da classificação e desclassificação social nas sociedades consideradas em geral como de “Antigo Regime”, bem como sobre a utilidade, para o sistema colonial, desses “vagabundos” de que tratamos no presente capítulo, uma abordagem influente é a do livro *Desclassificados do Ouro*, de Laura de Mello e Souza

¹¹⁸ O primeiro recenseamento brasileiro no século XX a contar a população de indígenas foi o de 1991, como veremos adiante. Assim, sem dados, era mais fácil supor que estivessem aniquilados.

([1980] 2015). Com foco na população livre e pobre de Minas Gerais no século XVIII e início do XIX, e buscando evitar conceitos trans-históricos que se aplicariam a qualquer época da humanidade, a historiadora esclarece: “desclassificado social é uma expressão bastante definida. Remete, obrigatoriamente, ao conceito de classificação, deixando claro que, se existe uma ordem classificadora, o seu reverso é a desclassificação.” (SOUZA, 2015, p. 24). Outro motivo levantado pela autora para o uso do conceito é o fato da colônia portuguesa, fortemente polarizada entre senhores e escravos, com alguns grupos adicionais muito bem demarcados como o clero, apresentar-se definida em termos estamentais. Segundo ela, os dois princípios antagônicos e convergentes da classificação e da desclassificação conviviam no seio da sociedade colonial.

Aqueles que a autora chama de desclassificados sociais, muitas vezes aparecem nos documentos da época como “vadios” ou então eram descritos a partir de sua variada – mas pouco branca – composição racial: “Eles [vadios], à exceção de um pequeno número de brancos, são todos mulatos, cabras, mestiços, negros e forros...” (TEIXEIRA COELHO, 1780, apud SOUZA, 2015, p. 179).

Souza (2015, p. 21) esclarece que seu livro:

aborda não apenas a constituição e o modo de vida dos homens livres pobres em Minas Gerais, mas também a ideologia da vadiagem, ou seja, o olhar raivoso e desqualificador que as elites [...] lançaram, séculos afora, sobre o mundo do não-trabalho e sobre os mestiços de vários matizes.

“Os vadios – e eis aqui esta palavra servindo para designar toda a camada dos desclassificados sociais – existiam em todos os países” (SOUZA, 2015, p.87), eram parte constitutiva do momento histórico, e contra eles incidia uma legislação repressiva elaborada sobretudo a partir do século XVI. A essa preocupação geral das autoridades com os vagabundos, citando como exemplo a condenação, na França, de um vagabundo “com a sentença de morte por ser inútil ao mundo”, Souza (2015, p.88-89) opõe a “utilidade dos vadios mineiros”, utilidade que, para ela, desvenda importantes características da colônia portuguesa. A historiadora analisa, nessa temática, formulações de dois membros da elite mineira do século XVIII, um desembargador D. Antonio de Noronha e o governante da província, Teixeira Coelho; formulações de pessoas que atuavam diretamente na administração colonial e observam fenômenos que vão muito além do dualismo abstrato entre “trabalhadores úteis *versus* vadios inúteis”:

A ideia de inutilidade de que se reveste esta categoria social aparece, assim, como característica da consciência coletiva de um momento histórico: o do surgimento do capitalismo. Acha-se estreitamente associada, creio podê-lo

afirmar, ao ônus que representa a reprodução desta gente. É a esse ônus que Teixeira Coelho opõe a utilidade dos vadios mineiros [...] [...] os vadios, que em todos os países formaram a classe mais inútil e nefanda, em Minas, dizia [o desembargador] D. Antonio de Noronha, eram um elemento necessário para o povoamento e cultivo das colônias, devendo-se lhes em grande parte a segurança da parte civilizada contra os índios ferozes [...] (SOUZA, 2015, p.88; p.94-95).

Souza aponta, portanto, “várias formas de utilidade dos desclassificados” para a sociedade colonial: obras públicas como abertura de picadas e estradas no sertão; lavoura de subsistência; formação de corpos de milícia e de outros recrutados esporadicamente para fins diversos, incluindo o combate aos quilombos. Em resumo, “uma série de tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava” (ibid., p.87). Essas tarefas – garantir a segurança nas proximidades do sertão, plantar roças, combater os quilombos – se aproximam dos objetivos político-econômicos dos aldeamentos de “índios mansos” na formulação de Alencastro (2000) abordada no capítulo anterior. No litoral norte capixaba, a população livre, frequentemente acusada de “vagabundagem”, será composta em grande medida por “índios civilizados ou seus descendentes” (MARQUES, 1878).

A abertura de picadas e estradas no sertão, na descrição de Laura de Mello e Souza, é bastante diferente do esquema teórico utilizado pelos geógrafos europeus Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Leo Waibel, em meados do século XX, para abordarem o avanço das fronteiras no Brasil. Como veremos no próximo capítulo, esses geógrafos descrevem o movimento da frente pioneira formada por “homens”, “pioneiros” ou “colonos” (em geral brancos) que avançam sobre as “terras virgens”, humanizando a natureza, elevando o padrão de vida, com a palavra “homem” corriqueiramente usada para tratar esses sujeitos civilizadores, enquanto os “caboclos”, “índios” e outros indivíduos não brancos costumam ser implicitamente tratados como os “outros” dos pioneiros, ou seja, como pessoas sem mobilidade e sem racionalidade, não atingidas pelas luzes da ciência, às vezes com características associadas aos vegetais. Mas se Laura de Mello e Souza estiver correta, por muito tempo e em muitos contextos foram os desclassificados – grupo heterogêneo composto sobretudo por pessoas não brancas mas não escravizadas – os principais responsáveis pela “conquista” das fronteiras (nos termos do pensamento mais recente) ou pela “segurança da parte civilizada” (nos termos que aparecem nas Minas Gerais do século XVIII e guardam grande semelhança com o Espírito Santo do século XIX).

Ainda em relação às discussões historiográficas, a partir dos documentos de época que levantamos sobre o trabalho compulsório de indígenas, parece-nos anacrônica a visão

que classifica uma série de formas de mobilizar trabalho como escravidão, algumas mais explícitas e outras mais disfarçadas. Ao menos nos documentos sobre o trabalho forçado de indígenas no Espírito Santo no século XIX, não há menções aos indígenas como mercadorias que pudessem ser vendidas ou herdadas, ao contrário dos negros escravizados.

Outro viajante francês, Auguste Biard, em seu livro *Dois anos no Brasil*, publicado em 1862, relata o seguinte acontecimento no litoral norte do Espírito Santo, que revela claramente o quanto o negro era, do ponto de vista do seu senhor, uma mercadoria com um preço bem definido:

Soube, ao chegar a casa, que um negro a quem eu dera um casaco de borracha, sem outro motivo, fugira; o que causara enorme desapontamento ao Sr. X. Não podia se consolar com esse prejuízo, tanto maior quando o escravo, de magro e doente que era ao chegar ali, engordara e se tornara robusto. Essa fuga importava numa perda de alguns mil francos (BIARD, [1862] 2004, p.78-79).

O Sr. X era um homem italiano não nomeado, que vivia há oito anos no Espírito Santo, atuando no comércio de madeiras em Santa Cruz, e que hospedou o autor (BIARD, [1862] 2004, p.53-54). Segundo Biard ([1862] 2004, p.54), a principal atividade do Sr. X era “vender jacarandás”, e o francês o conheceu no Rio de Janeiro, onde o Sr. X estava, “a negócios”.¹¹⁹ Trata-se de um dos poucos relatos sobre uma pessoa – nesse caso estrangeira – que mobilizava trabalho, tanto de negros escravizados como de indígenas, para a produção e comércio de madeira naquele período: na maioria dos documentos, nada é dito sobre os patrões ou donos dos navios, mas certamente eles existiram, pois a madeira não se transportava até o Rio de Janeiro em pequenas canoas de “índios canoeiros”¹²⁰

A seguir em seu relato, Biard afirma que o Senhor X.¹²¹ escreveu várias cartas e “enviou vários servidores à procura do negro fujão”. Alguns dias depois, “o negro reaparece trazido por um índio e um mulato.” (Ibid.). Aqui, como em outros trechos de

¹¹⁹ O que corrobora os outros documentos apresentados neste capítulo sobre a importância da produção de madeira no litoral norte capixaba no século XIX, parte dela vendida para o Rio de Janeiro, conforme mencionado no jornal *O Espírito-Santense* (1882, ed. 69).

¹²⁰ Essa expressão é do diário de D. Pedro II, quando ele subia o rio Riacho: “Disseram-me os índios canoeiros que um ninho serve a mais de um jacaré.” (apud ROCHA, 2008). Antes dele, Saint-Hilaire ([1833] 2020) mencionou diversas vezes as canoas e pirogas utilizadas para pequenas distâncias: “Deixando a Aldeia Velha [Santa Cruz], atravessei o rio numa piroga [...] que era conduzida por índios”; “atravessei o Rio dos Reis Magos numa piroga [...] que pertencia aos índios”; “para visitar a Aldeia de Piriquiaçu [o] Capitão Manuel Francisco Guimarães [...] deu-me uma canoa e dois índios para a conduzirem.”

¹²¹ Tratava-se de um senhor italiano não nomeado, que vivia há oito anos no Espírito Santo, atuando no comércio de madeiras em Santa Cruz, e que hospedou o autor (BIARD, [1862] 2004, p.52-53).

seu livro, aparecem menções a índios no Espírito Santo atuando como “servidores” ou como “domésticos”, em relações de trabalho as mais diversas e raramente explicitadas, incluindo a adoção de crianças indígenas como “órfãos”, prática comentada pela historiadora Vania Moreira.

A prática de tirar-se as crianças índias de seus pais e cedê-las a terceiros vigorava especialmente entre os indígenas recentemente destribalizados e classificados como “selvagens” pelas autoridades. Amparava-se na legislação orfanológica e justificava-se segundo o argumento de que os tutores de tais índios (crianças ou adultos) iriam educá-los, cristianizá-los e civilizá-los e, em troca, poderiam dispor de seu trabalho a título de ressarcimento pelos gastos efetuados. [...] a tutela orfanológica não deixa de ser uma forma disfarçada de trabalho compulsório imposto aos índios (MOREIRA, 2017, p.157-158).

O primeiro ponto a se destacar aqui é que a tutela dos indígenas como “órfãos” vigorava sobretudo em relação aos “índios selvagens”, como consta na citação acima. Já em relação aos “índios civilizados”, aqueles já catequizados desde o período dos jesuítas, Moreira (2017, p.158) afirma que a tutela de suas crianças

não ocorria com a mesma facilidade [...]. Afinal, os registros documentais demonstram que eles reclamavam veementemente quando isso acontecia e, mais ainda, eram ouvidos e atendidos pelas autoridades superiores nessa questão particular, por serem reconhecidos como “súditos livres” do Estado.

Nota-se aqui um motivo para a “falta de braços” tão citada no Espírito Santo ao longo de todo aquele século: se era possível utilizar-se permanentemente dos serviços dos “índios selvagens” trazidos para a civilização – descritos como “órfãos” em diversos documentos, havendo inclusive naquele século XIX o cargo público “juiz de órfãos” –, esse expediente não era considerado juridicamente válido para os “índios civilizados” que provavelmente consistiam na maior parte da população do litoral norte capixaba¹²². Os “braços” destes últimos eram acessíveis apenas por outros meios, como o recrutamento militar que, segundo Moreira, mobilizava muitos indígenas já no começo do século XIX:

Tanto em Linhares como nos minúsculos povoados, quartéis e destacamentos que se propagavam na bacia do rio Doce, parte considerável dos soldados era composta de “índios civilizados”. A carta régia de 13 de maio de 1808 recomendava explicitamente, aliás, o aproveitamento dessa categoria de índio para servir no rio Doce e, mais ainda, que seus soldos fossem reduzidos justamente por serem “índios domésticos” (MOREIRA, 2017, p.44).

¹²² Conforme por exemplo o ofício enviado pelo Presidente da Província do Espírito Santo ao Juiz de Paz de Nova Almeida solicitando informações sobre o “requerimento do Índio José Bernardino” – não consta no ofício qual era o requerimento – e informando sobre a proibição de se tirar os indígenas menores de seus pais: “por esta ocasião advirto a V.M. que não pode nem deve tirar os Indígenas do poder dos pais, ou daqueles que os tenham criado para dá-los a terceira pessoa, não havendo melhoramento de condição, como no caso presente. Deus guarde a V.M. Palácio do Governo em 23 de agosto de 1838.” Fonte: APEES, BR ESAPEES.GOV.751.172.p_016.

De fato, uma série de documentos como os de Saint-Hilaire e do bispo Coutinho apontam a existência de vários quartéis no litoral norte capixaba e bacia do rio Doce, ocupados por poucos recrutas, às vezes apenas dois, e frequentemente os soldados eram “índios civilizados” ou casados com mulheres indígenas.¹²³ A carta régia citada por Vania Moreira é aquela que, em 1808, institucionalizou a “guerra ofensiva” ou “guerra aos bárbaros” contra os indígenas chamados “botocudos” do rio Doce das capitânicas de Minas Gerais e do Espírito Santo. Além disso, foi permitido o cativo indígena por dez anos ou enquanto durasse a ‘fereza’ e a ‘antropofagia’ entre eles” (MOREIRA, 2017, p.29). O objetivo de transformar aqueles que ainda eram “selvagens” em “vassallos úteis” aparece explícito na carta régia de 1808, como relata Moreira (2017, p.54):

Também estava explícito na carta régia que o objetivo da guerra era mover os índios pelo “justo terror”, para que, “sujeitando-se ao doce jugo das Leis, e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as imensas variedades de Índios, que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham Aldeados.”

A guerra oficial contra os “botocudos” durou até 1831, quando foi suspensa por lei, “dando liberdade aos índios em cativo, que passavam à condição de órfãos contratados por particulares que deveriam pagar-lhes salários, educá-los e catequizá-los” (Ibid., p.23).

Assim, nota-se nesse litoral norte capixaba do início do século XIX uma “ordem classificadora” típica do Antigo Regime conforme propõe Laura de Mello e Souza (2015, p. 24), classificando de um lado os “índios civilizados” vivendo em terras próprias desde o período jesuíta, terras confirmadas em sesmaria delimitada em 1760 logo após o fim dos aldeamentos jesuítas; e de outro lado os “bárbaros” que tinham seu estatuto de órfão enquanto mantivessem a “fereza e antropofagia”, estatuto que servia também como justificativa para utilização de seus braços por um período estipulado em dez anos. Essa classificação bem definida dos dois grupos de indígenas não muda o fato de que também havia naquele período *desclassificados* no sentido usado por Souza (2015), que podiam transitar entre as classificações ao longo da vida ou delas serem retirados. Mas a predominância da utilização de indivíduos enquanto “vadios” ou “vagabundos”, isto é, desclassificados, vai se dar mais adiante, em meados do século XIX, quando as

¹²³ O bispo Coutinho ([1819] 2002, p.79) relata: “passei pelo quartel de Monsarás [lagoa ao norte da foz do rio Doce], que tinha quatro soldados”. Saint-Hilaire ([1833] 2020) descreve o quartel do Riacho, em um distrito de “índios civilizados”, o quartel de Aguiar, “posto militar de índios”, o quartel de Regência, com cinco homens, e o quartel de Comboios, com apenas dois homens, um negro e um mulato, ambos casados com mulheres indígenas.

classificações antigas já iam caindo em desuso e a igualação dos indivíduos como cidadãos vai se tornando o processo predominante.¹²⁴

Mas não pretendemos aqui adiantar cronologicamente a argumentação: estamos ainda observando a primeira metade do século XIX, quando uma série de formas de mobilização do trabalho, em relações sociais juridificadas, geraram uma série de registros documentais: estamos longe, portanto, de relações sociais em um contexto de total ausência de leis e com domínio exclusivo da força bruta. Enquanto os “índios selvagens” viveriam – na bastante problemática formulação europeia – em um suposto “estado de natureza”¹²⁵ e escondidos nos “sertões”, as populações indígenas tratadas aqui com mais atenção – descritas como “índios civilizados”, “mansos” ou “seguidores da verdadeira religião” – eram sujeitos de direitos, com uma série de direitos e deveres previstos na legislação, pelo exato motivo de que eram “vassalos” do rei desde o “antigo sistema colonial” (NOVAIS, 1995). Eram, portanto, bastante diferentes as formas de se utilizar dos “braços” daqueles que eram descritos como “índios civilizados”, embora na segunda metade do século a legislação, a exemplo da Lei de Terras de 1850, tenda a mencionar apenas o grupo “índios”, como se fosse homogêneo. A tendência na segunda metade do século XIX, concomitantemente à expropriação de suas terras, foi descrever os antigos “índios civilizados” como “caboclos”, “pescadores” ou simplesmente “vadios” do litoral.

Tendo em vista os marcos teóricos que adotamos aqui, é relevante na nossa pesquisa pensarmos a violência presente nas várias formas de mobilização do trabalho (cf. GAUDEMAR, 1977 e VAINER, 1984), ao invés de igualarmos todas as formas de trabalho compulsório ao escravismo no sentido estrito. Embora à primeira vista tal

¹²⁴ Para Moreira (2017), as “formas coloniais de classificação social e governança” duraram até meados do século XIX no Espírito Santo. Ela se refere sobretudo à documentação sobre os “índios”: até cerca de 1850, há uma predominância de documentos que mencionam os indígenas em contextos relacionados ao trabalho. A partir de 1850, o “trabalho indígena” vai deixando de ser citado na documentação consultada por Moreira. Veremos adiante neste capítulo que os recenseamentos também deixarão de utilizar o termo “índio” e que muitas pessoas, ao longo de sua vida, foram identificadas como “índio” e como “caboclo”, com este último termo predominando em fins do século XIX: vários exemplos do processo de igualação dos indivíduos enquanto cidadãos e trabalhadores “em geral”.

O termo “igualação”, que nos foi sugerido pelo Professor Carlos Toledo, explicita que, embora não haja uma igualdade de fato entre os cidadãos, o processo de igualação é real. Conferir ainda, em dissertação orientada por Toledo, a formulação de Cecília Vecina (2018, p.38) de que a lógica da mercadoria corresponde à “igualação de todos [os indivíduos] sob o trabalho abstrato”.

¹²⁵ Autores dos séculos XVII e XVIII – Hobbes, Rousseau, Montesquieu – vão falar em *estado de natureza* mas muito antes, em 1502, Américo Vesúpcio afirmava que os índios viviam “segundo a natureza [...] sem rei e sem obedecer a ninguém” (apud MOREIRA, 2016a). Esta autora afirma ainda, sobre a interpretação de que os povos da costa do Brasil “não tinham uma verdadeira vida civil (isto é, política e social”, que a fórmula mais conhecida nesse sentido surgiu em 1576, quando Pero de Magalhães Gândavo escreveu que a língua dos índios da costa do Brasil carecia de três letras: F, L e R, “cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei: e desta maneira vivem desordenadamente” (apud Moreira, 2016a, p.2).

diferenciação possa dar a entender que vemos com bons olhos as formas não escravistas de trabalho compulsório, trata-se do contrário: o interesse aqui é explicitar a violência de diversas condições de trabalho que eram compreendidas na época como diferentes da escravidão. É importante criticarmos todas essas diferentes formas particulares de trabalho compulsório, mas agrupá-las todas como “trabalho escravo”, além de anacrônico, poderia dar a entender que havia um abismo de diferença entre o trabalho compulsório e o trabalho livre, o que não parece ser o caso naquele período de formação e autonomização do trabalho enquanto mercadoria a ser vendida.

Nesse sentido, é lapidar a formulação do historiador Fernando Novais ao colocar o trabalho escravo em sentido estrito como uma forma extrema entre muitas outras de mobilização forçada de corpos para resolução do problema descrito na época como “falta de braços”. Ele afirma que as economias coloniais nas Américas se organizaram:

de molde a permitir o funcionamento do sistema de exploração colonial, o que impunha a adoção de formas de trabalho compulsório ou na sua forma limite, o escravismo. [...] A escravidão foi o regime de trabalho preponderante na colonização do Novo Mundo; o tráfico negreiro que a alimentou, um dos setores mais rentáveis do comércio colonial. Se à escravidão africana acrescermos as várias formas de trabalho compulsório, servil e semi-servil – “encomenda”, “mita”, “indentured”, etc. – resulta que estreitíssima era a faixa que restava, no conjunto do mundo colonial, ao trabalho livre” (NOVAIS, [1979] 1995, p.98).

O contexto da discussão acima feita por Fernando Novais é o de um sistema colonial que tem como sentido a produção para o comércio europeu, e como sentido profundo a exploração das áreas ultramarinas para a promoção da acumulação originária na economia europeia. Ele argumenta que o trabalho compulsório não era, naquele contexto, uma opção, mas uma necessidade para que o sistema colonial funcionasse a contento do ponto de vista da metrópole. O tema é bastante desdobrado por Novais, que aborda, entre outros aspectos, a diferença entre a escravização de africanos – que já rendiam ganhos comerciais à metrópole a partir do tráfico negreiro¹²⁶ – e a de indígenas. Central na argumentação de Novais, como antes na de Marx (1985, capítulo 25), é a constatação de que as colônias revelam o seguinte segredo da metrópole: o trabalhador europeu descrito pelos clássicos da economia política é sobretudo um trabalhador separado de seus meios de produção. Na colônia, com a abundância de terras¹²⁷, o

¹²⁶ Não tematizaremos aqui os detalhes do tráfico negreiro, mas esta foi uma das principais atividades econômicas da colonização portuguesa, não sendo “apenas” um expediente para garantir “braços”, mas uma atividade através da qual acumularam-se fortunas consideráveis.

¹²⁷ Na formulação de Novais (1995, p.102), trata-se da “abundância de um fator de produção (a terra) [...]”. Não podemos perder de vista, contudo, que nesse contexto teórico a “terra” é uma abstração que permite que o autor não precise abordar explicitamente a abundância de água, de peixes nos rios, etc.

resultado lógico, com trabalho livre, seria o desenvolvimento de uma economia de subsistência voltada para o seu próprio consumo, “sem vinculação econômica efetiva” com a metrópole. “Isto, entretanto, ficava fora dos impulsos expansionistas do capitalismo mercantil europeu, não respondia às suas necessidades” (NOVAIS, 1995, p.102).¹²⁸ É por tal motivo, para Novais, que a colonização das Américas ocorreu com “formas compulsórias de trabalho”, formas que não se resumem ao escravismo no sentido estrito.

É importante ressaltar ainda que o período histórico ao qual Fernando Novais se refere acima é aquele do “antigo sistema colonial” que, para ele, dura até 1808, ano da abertura dos portos, do fim do exclusivo metropolitano e do início do processo de independência das colônias na América do Sul. Porém, conforme argumenta Vania Moreira (2017), as formas de classificação social e gestão do trabalho das populações indígenas que eram típicas do Antigo Regime seguiram em uso por mais algumas décadas, antes de caírem paulatinamente em desuso.¹²⁹ Voltando a atenção novamente para o Espírito Santo, é importante reafirmar que em meados do século XIX são observados cada vez menos documentos oficiais registrando os indígenas como “índios”, tornando-se mais comuns qualificações dos habitantes do litoral como “vadios”, “trabalhadores que mandei engajar”, “pescadores”, entre outras. É esse “sumiço” dos indígenas, concomitantemente com outras modalidades de trabalho forçado de “caboclos” e “pescadores”, que vamos observar nas duas próximas seções.

2.6. Os “vadios que enchem as praias sob o título de pescadores” e as mulheres sem “amor ao trabalho”

Como ressalta Moreira (2017, p.155), as menções a “índios” vão desaparecendo dos documentos, pois as formas de organizar o trabalho indígena foram se alterando.

Nos documentos empíricos que estamos abordando neste e em outros capítulos, essa abstração “terras” mostra-se bastante insuficiente para descrever, na realidade que nos interessa, os meios de produção que não foram produzidos por humanos: eles incluem os peixes do mar e dos rios, a caça, a madeira, plantas medicinais nativas e muitos outros exemplos que aparecem constantemente nos processos por nós estudados. A menção a abundância de terras ocorreu em algumas entrevistas feitas no extremo norte do Espírito Santo por Simone Ferreira (2009) mas não nas falas das pessoas por nós entrevistadas; já as menções a “fartura” são comuns tanto em Ferreira (2002) como nas falas que ouvimos em campo.

¹²⁸ Conferir, no capítulo II, a crítica de Marx a Wakefield. Voltaremos no capítulo seguinte a observar essa temática do trabalho em um contexto de abundância de terras, a assim chamada “fronteira aberta” em um contexto de terras supostamente “virgens” e vazias, formulação que aliás também será problematizada no sentido em que esconde a expulsão violenta dos habitantes originários.

¹²⁹ Moreira (2017, p.188) entende que “novas práticas e novos direitos vinculados aos princípios liberais e individualistas” cresceram “dos dois lados do Atlântico”, “principalmente depois do fim do tráfico de escravos e da promulgação da Lei de Terras de 1850.”

“Dentre os novos constrangimentos legais [...], destaca-se o recrutamento militar compulsório. O recrutamento era justificado, além disso, não tanto no fato de eles serem ‘índios’, mas segundo o argumento de que os presos para o recrutamento eram ‘vadios’.” Ainda que, como vimos acima, parte considerável dos soldados no início do século XIX já era composta de “índios civilizados”, o que muda são as classificações e formas como aparecem aquelas pessoas nos documentos oficiais.

Em correspondência oficial do presidente da província em 1837, fica claro que essa modalidade de recrutamento era regulamentada por uma série de documentos legais, proibindo por exemplo o transporte dos recrutas com correntes e algemas, ainda que a necessidade de reafirmar tal proibição indique que ela não era sempre respeitada:

ontem [...] me foi apresentado o recruta André Corrêa, que na primeira ocasião será enviado para o Rio de Janeiro. Previno a V.M. [Juiz de Paz de Nova Almeida] que o Art. 15 das Instruções de 10 de Julho de 1822 proíbe que na condução dos recrutas se empreguem correntes, algemas ou manilhas (José Thomas Nabuco de Araujo, 27 de novembro de 1837).¹³⁰

Em seguida o presidente da província informa que enviará cópia das Instruções citadas, “para por elas V.M. determinar-se acerca deste objeto” (Ibid.).

Em documentos de 1852, sem menção a “índios”, o alvo preferencial do Presidente da Província para o recrutamento militar¹³¹ são os “vadios que enchem as praias sob o título de pescadores” (D’Azambuja, 1852, apud MOREIRA, 2005, p.108). Em abril de 1852, d’Azambuja envia ofício ao Chefe de Polícia de Vitória, mandando pôr em liberdade dois recrutas enviados pelo Subdelegado de Santa Cruz, pois ambos, além de serem menores de 18 anos, eram filhos únicos de lavradores, recomendando, ademais, “[...] todo o escrúpulo no recrutamento, preferindo para ele os vadios de que abundam as praias do distrito” (MOREIRA, 2005, p.108). A historiadora conclui, assim, que havia, entre os habitantes pobres da província, um grupo considerado de trabalhadores, e outro grupo considerado de “vadios”, sendo que grande parte destes últimos habitavam “as praias” e praticavam a pesca:

¹³⁰ Documento disponível no Arquivo Público do Espírito Santo - Inventário Correspondências Serra 1828-1842 (BR ESAPEES.GOV.751.171.p_0115v e 116).

¹³¹ A criação da Guarda Nacional, em 1831, faz parte das mudanças na governança das populações no Império, em oposição às formas de governança da Colônia. Porém, segundo os trabalhos de historiadoras como Vania Moreira e Tatiana de Oliveira e outros documentos a que tivemos acesso, a Guarda Nacional não parece essencial para mobilizar trabalho indígena no Espírito Santo nesse período, ao contrário do que ocorreu no Rio de Janeiro, cf. MOREIRA, Vânia. De índio a Guarda Nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). Revista Topoi, Rio de Janeiro, v.11, n. 21, p. 127-142, jul.-dez. 2010.

Em outras palavras, é indubitável que ambos, lavradores e pescadores, eram pobres. Mas enquanto este grupo era visto como de vadios, aquele era de trabalhadores, de homens honrados que, mesmo sendo pobres, contribuíam para a riqueza e prosperidade da nação. [...] Nesse sentido, aquilo que Laura de Mello e Souza afirmou sobre os “vadios” da colônia parece ser válido também para os do Império. Isto é, o “vadio” é aquele indivíduo que não se enquadra nos padrões de trabalho ditados pela obtenção do lucro vigente na estrutura social e econômica da qual faz parte e, por isso mesmo, engloba uma vasta gama de indivíduos e atividades. (MOREIRA, 2005, p.108).

As reclamações sobre os pescadores que não colaboravam para a prosperidade da província são um tema comum no Espírito Santo na segunda metade do século XIX:

Em todos os rios e enseadas da província há abundância de peixe, e de mariscos, de variada e excelente qualidade. [...] mas pouco interesse tira a província dessa indústria. [...] vê-se um grande número de indivíduos de ambos os sexos, ricos de saúde, e tipos da robustez, conduzindo cestos e gamelas até as pedras e recifes, em que vão buscar nos mexilhões e nas ostras o sustento diário, que lhes oferece uma natureza ociosa, e inativa, quando não se resolvem a procurar nos pântanos, e nos mangues o caranguejo, o goiamu, etc. (VASCONCELLOS, 1858, p. 42).

Na citação acima, cabe notar que, ao contrário da pesca embarcada, tradicionalmente realizada por homens, as atividades nos recifes, pedras e mangues eram praticadas por ambos os sexos. Em Linhares, vila situada às margens do Rio Doce, onde em 1812 o Bispo D. José Coutinho (2002, p.70) já mencionava a “suma falta de braços, e roçadores para derrubar os espessíssimos matos vizinhos”, na década de 1870 ainda se menciona a fertilidade da terra como um dado físico mais ligado a projetos para o futuro do que a uma produção de mercadorias no presente, em descrição que ajuda a entender os motivos da “falta de braços” mencionada décadas antes pelo bispo:

Tem esta vila grandes proporções para um belo futuro, pois além da fertilidade de seu solo tem a oeste o rio Juparanã, que dá esgoto à lagoa desse nome, pequeno mar d’água doce, que oferece em suas águas muito peixe e em suas matas muita caça à população, que quase se entrega exclusivamente à caçada e à pescaria por ser tanto uma como outra tão fácil como abundante. Como têm assim a nutrição certa não julgam necessário lavrar a terra, e apenas plantam para consumo café, milho, feijão, mandioca e cana de açúcar. (MARQUES, 1878, p. 177).

Aparece em vários desses documentos consultados, e de forma bastante clara neste último, a temática abordada no último capítulo do livro I de *O Capital*, em que a colônia, mostra o “segredo da metrópole”, que é a expropriação de trabalhadores expropriados, obrigados a vender sua força de trabalho para acessar mercadorias necessárias para sua subsistência (MARX, 1996). Considerando que algumas das pessoas mencionadas acima

por Marques em 1878 podiam escolher entre plantar café, pescar e caçar, muitas delas escolhiam pescar e caçar¹³².

Como propõe Ana Carolina Gonçalves Leite (2014), em todo o Brasil naquele período havia uma ausência de superpopulação relativa obrigada a vender sua força de trabalho em mercados. Nesse contexto, a possibilidade de emprego da violência era o que garantia um padrão de acumulação, ou seja, garantia que haveria “braços” para trabalhar, sobretudo após a abolição da escravidão. Porém, se estamos de acordo com tal explicação geral, cabe aqui sublinhar que a problemática descrita à época como “falta de braços” não se deu de forma uniforme em todo o território brasileiro. De maneira específica nesse litoral norte capixaba onde havia muitos “índios civilizados” e poucos negros escravizados, como voltaremos a observar mais no fim deste capítulo, a “falta de braços” era em tal medida predominante que o próprio padrão de acumulação ficava prejudicado, o que aparece na historiografia capixaba, por exemplo, como “isolamento”, “marasmo” e “vazio demográfico” em extensos territórios da província, com consequente “pobreza local” (Bittencourt, apud ANDRADE, 2020, p.13-14) ou, nas palavras do ex-governador Arthur Carlos Gerhardt Santos¹³³ (2004, p.52), “um estado extremamente atrasado no meio da área mais desenvolvida do Brasil, que é Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.”

Voltando aos documentos capixabas do século XIX, verificamos que, em 1861, o presidente da província ataca duramente os pescadores:

Infelizmente a falta de população e a pertinácia com que muita gente se dedica à pescaria, dominados dessa indolência histórica que em muitas famílias se transmite como um legado, fazem com que tantas riquezas naturais e uma fertilidade tão prometedora de grandes frutos, fiquem desaproveitadas e escondidas nas sombras das florestas. (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 66).

A pesca e a indolência aparecem, no trecho acima, como características associadas e transmitidas “como um legado” pelas famílias. De fato, em sua condenação da pesca, o presidente da província relata características importantes: em primeiro lugar a transmissão familiar da pesca, naqueles povoados que Vania Moreira (2005, p.108)

¹³² A realidade é sempre mais complexa do que as formulações abstratas: como consta na citação de Marques (1878), as mesmas famílias caçavam e mantinham suas roças de mandioca, podendo ainda passar parte do ano trabalhando nos chamados jornais, etc. Além disso, como veremos no capítulo 3, havia trânsitos de ida e de volta entre a “província” e o “sertão”, e não somente uma fuga do trabalhador para a “terra livre”, como propõe a formulação lógica mais simplificada.

¹³³ A.C.G. Santos foi governador do estado do Espírito Santo no período de 1971 a 1975. Escolhido pelo Presidente Médici como um nome técnico e não político, foi em seu governo que se deu a principal etapa de planejamento dos “grandes projetos” modernizadores, conforme será abordado no capítulo 5.

considera como “formados por populações de ‘índios pescadores’ ou por mestiços que adotavam, contudo, o modo de vida desenvolvido pelos índios desde os tempos das antigas missões”, populações que estavam entre os “principais símbolos da vadiagem na província do Espírito Santo.”

Entre outros textos de explícita condenação das populações litorâneas, chama atenção o relatório de 1882 da Câmara Municipal de Santa Cruz (atual município de Aracruz), no qual é relatado que “na vila não há só pescadores de profissão, mas também verdadeiros tipos da preguiça” que encontravam na pesca o “fácil alimento da vida”, e em seguida as mulheres são assim descritas: “mulheres que recorrem aos recifes para apanhar polvos e lagostas [...] ou para os mangues a pegar caranguejos e guaiamus; e isto fazem *por mero hábito, mas não por amor ao trabalho!*” (O Espírito-Santense, 1882, ed.69, p.3, itálico nosso).

Fica claro no trecho acima que, para os autores do relatório, aquelas pessoas pescavam e catavam mariscos não como uma profissão, “não por amor ao trabalho”, mas por “hábito” e “preguiça”, deixando evidente a contradição entre o ponto de vista dos autores, que pretendiam mobilizar aqueles corpos para outras atividades, e o ponto de vista dos homens e mulheres que seguiam pescando e catando mariscos, de forma que seus corpos não eram tão facilmente mobilizáveis ou dóceis, na formulação de Gaudemar. Retomando este autor, ele apresenta a mobilidade do trabalho, na economia política, pensada como “fluxo de ajustamento, fluxo de equilíbrio, [...] sinal e fator de progresso econômico” (GAUDEMAR, 1977, p.17-18). A Câmara Municipal de Santa Cruz certamente tinha planos para uma utilização mais produtiva daqueles braços rumo a um “equilíbrio” em tese mais favorável, porém os planos se refletiam em medidas pouco efetivas, dadas as condições de vida da população que tinha na pesca o “fácil alimento da vida” e as condições do Estado ainda sem condições – burocráticas, de recursos humanos e financeiros – de executar um planejamento em outra escala.

Em seguida, o mesmo relatório da Câmara Municipal de Santa Cruz aborda o principal ramo do comércio do município: a madeira, vendida em navios para o Rio de Janeiro. Com viés fisiocrata de afirmação de agricultura – neste aspecto, não muito diferente, aliás, do que fariam décadas depois os geógrafos Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Leo Waibel ao elogiarem apenas o pioneiro que praticava agricultura de tipo europeu – o relatório questiona:

Quando veremos os denominados madeireiros, essa enchente inútil de industriais destruidores abandonarem esse ramo de negócio, que os atrasa

sempre, e entregarem-se à agricultura, de que tanto carecemos e que é a nossa verdadeira fonte de riqueza? Quando a Assembleia Provincial se lembrará de impor rigorosa e pesada taxa sobre a madeira que sai hoje de nossa terra para abrilhantar os edifícios dos grandes senhores [...]? (O Espírito-Santense, 1882, ed. 69, p. 3).

A pesada taxa nunca veio: pelo contrário, as taxas sobre a exportação (para outros estados) de madeira se reduziram no começo do século XX e a exploração de madeira no norte do Espírito Santo se intensificou¹³⁴, permanecendo uma importante atividade até a década de 1960, no que Ivan Borgo e colaboradores (1996) definiram como “ciclo madeireiro” do Espírito Santo. Também é interessante notar que o Rio de Janeiro aparece, no relatório citado, como o “centro das relações comerciais” (O Espírito-Santense, 1882, ed. 69, p.2) do porto de Santa Cruz.¹³⁵ Portanto os “edifícios dos grandes senhores”, que se “abrilhantavam” com a madeira “de nossa terra” provavelmente se situavam na capital do Império. Se a “falta de braços” prejudicava a agricultura em partes da província, aparentemente ela não impedia a produção e comércio de madeira. Ou seja, as oligarquias regionais conseguiam, naquele contexto territorial, mobilizar trabalho, que podia ser o de “índios selvagens” adotados como órfãos em processo de “civilização” naquele momento histórico em que os jesuítas – outrora os principais responsáveis pela “civilização dos índios” no litoral norte capixaba – já não estavam mais no Brasil há muito tempo; podia ser ainda o trabalho de negros escravizados ou o de “índios civilizados” pagos por jornais, como algumas poucas citações dão a entender que era relativamente comum. Nessa “região da falta de braços”, onde a população livre era numericamente muito superior à escravizada, muitas situações particulares de mobilização do trabalho são menos evidentes – isto é, sabemos que alguém trabalhou para derrubar madeira ou para produzir aguardente, mas não sabemos em que condições – enquanto nas “regiões escravistas”, como o extremo norte do Espírito Santo àquela época, o trabalho escravo predominava – embora nestas regiões o trabalho de pessoas livres também ocupasse funções típicas de “desclassificados” (SOUZA, 2015). Uma coisa é certa: nessa “região da falta de braços”, se os madeireiros eram descritos em 1882 como uma “enchente” de industriais destruidores”, isso significa que aqueles diversos e pouco claros expedientes de mobilização do trabalho conseguiam colocar os “braços” para produzir a mercadoria madeira.

¹³⁴ “Em 1884 o presidente Afonso Alves [...] recomendava aos juizes comissários que melhor e mais de perto fiscalizassem o corte das madeiras [...]. Já na República, [...] reverte-se a postura frente ao corte de madeiras e se incentiva a sua rápida exportação” (BORGIO et al., 1996, p.36).

¹³⁵ “O principal ramo de comércio [em Santa Cruz] é a madeira, o açúcar, café e feijão; o centro de relações comerciais é o Rio de Janeiro.” (O Espírito-Santense, 1882, ed. 69, p.2)

A ideia de que a atividade madeireira desviava os limitados “braços” disponíveis da realização de trabalhos considerados mais relevantes pela administração da província também aparece no relatório do presidente da província de 1849, no qual fica registrado que a “capela de Linhares ainda não foi começada por falta de obreiros, que sejam empregados na sua edificação.” Em seguida o presidente da província relata ter escrito a um cidadão de Santa Cruz, “rogando-lhe houvesse de descobrir alguns oficiais que quisessem ir a Linhares, a fim de dar-se princípio à obra.” (ESPÍRITO SANTO, 1849, p.15-16). No mesmo relatório, o presidente da província relata ter entregue quantias em dinheiro para reparos e adornos nas igrejas de Benevente (hoje Anchieta) e Barra de São Mateus (Conceição da Barra). Nota-se que, naquele contexto em que o Estado não era laico, o poder político em Vitória tinha interesse na construção da igreja de Linhares, mas a obra se atrasava devido à “falta de braços” relatada já décadas antes pelo Bispo D. José em sua visita a Linhares.

A temática da falta de braços também aparece em outro trecho do mesmo relatório de 1849, no qual eram abordados os fracos resultados da agricultura em alguns territórios do estado, precisamente o rio Doce e os antigos aldeamentos jesuítas, com grande quantidade de “índios civilizados”: essa é a nossa observação, pois o presidente da província não explicita ali se está falando de indígenas, de negros ou de brancos. Ele menciona apenas “os braços” que se ocupavam na derrubada e corte de madeiras e na pesca.

Outro grande ramo de comércio desta província é a madeira, tirada a esmo porém, e mal aproveitada, em breve irá desaparecendo, e desta falta a mesma província muito se ressentirá. Ha um grande inconveniente deste comércio, e é o definhamento da lavoura, assim vemos, que no norte, o rio Doce, e a vila de Santa Cruz, e no sul Guarapary, e Benevente precisam de farinha, do café, da aguardente, etc., porque os braços, que deviam ser empregados na plantação destes gêneros, ocupam-se só nas derrubadas, e falquejamento [corte] das madeiras. Por meio de providências adaptadas urge pôr paradeiro a este abuso, que pode ser bem fatal para o futuro. Também os braços, que se ocupam na pesca fazem sensível falta à lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal (ESPÍRITO SANTO, 1849, p.10-11).

É mencionada a necessidade de medidas para estimular que os braços empregados na derrubada e corte de madeiras e na pesca fossem redirecionados para a agricultura, mas essas medidas não são listadas, ficando apenas relatada sua necessidade, do ponto de vista do presidente da província. Fica implícito que havia algum nível de conflito entre uma elite mais agrária e o setor madeireiro, que dependia em grande medida dos “braços” e dos conhecimentos dos indígenas para encontrar as melhores árvores, derrubá-las e serrá-las. Para aquela “elite agrária”, representada por esse presidente da província em

1849¹³⁶ e por outros autores dos relatórios e textos de jornal por nós analisados, a “falta de braços” parecia ser um problema relevante, sobretudo em um período de expansão da cafeeicultura na província, que precisava de “braços” e ainda não tinha os colonos europeus para cumprir esse papel. Os “braços” que, segundo o relatório de 1849, ocupavam-se apenas na derrubada, corte de árvores e pesca quase certamente eram os de *indígenas* ou *caboclos*, tendo em vista que as vilas de Santa Cruz, Guarapari e Benevente correspondem aos trechos do litoral onde, desde antes da expulsão dos jesuítas, se concentravam os “índios aldeados”, posteriormente “índios civilizados” e que, por volta de 1850, foram sendo chamados de “caboclos”, “cidadãos”, “vadios” ou outras classificações.

Essa disputa entre regiões pela mobilização dos limitados “braços” disponíveis colocava em oposição o setor madeireiro e o setor agrícola. Do lado das “elites madeireiras”,¹³⁷ havia pessoas como o Sr. X mencionado por Biard ([1862] 2004) e outros que, em geral, agiam mais discretamente sem escrever nos jornais ou ocupar posições importantes no governo – é o caso do coronel Deoclecio Costa, abordado em detalhes no próximo capítulo, que foi comerciante em Regência, era nas décadas de 1890 e 1900 o “centro” daquela vila portuária (O Estado do Espírito-Santo, Victoria, 18 de julho de 1898), mantinha amizades nos partidos políticos em Vitória, mas não ocupava posições de destaque na política. E os representantes das regiões dos latifúndios com trabalho escravizado, a exemplo do sul e do extremo norte do estado, em geral foram mais presentes nos debates públicos em jornais, na assembleia provincial, no senado federal.¹³⁸ Mas não só na agricultura faziam falta os “braços” que estavam no litoral em atividades como a madeireira e outras de subsistência como a pesca e as roças de mandioca. Também faziam falta para as construções da igreja católica, não diretamente ligada à produção de

¹³⁶ O Relatório de 1849 é assinado por Antonio Pereira Pinto quando este entregou (deixou) a presidência da província. Antonio nasceu no Rio de Janeiro em 1819, formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e foi nomeado presidente da província do Espírito Santo por carta imperial em 1848. Em 1849 assumiria a província de Santa Catarina. Pelas informações levantadas, não parece ter sido um proprietário de terras ou de comércio no Espírito Santo, representando sobretudo os interesses da corte. Importante ressaltar que, segundo Borgo et al. (1996), a extração de madeira no norte capixaba foi mais fiscalizada durante o Império, entre outros motivos, pela necessidade de se reservar as melhores madeiras para a Marinha Imperial. Após 1889, intensificou-se o “ciclo madeireiro” quase sem qualquer regulamentação ou restrição, o que se explica tanto pelo aumento da influência das elites locais em detrimento do poder central, como pelas novas tecnologias que substituíram os navios de madeira.

¹³⁷ Fazemos aqui uma explicação esquemática, pois essas pessoas não enriqueceram somente com o comércio de madeiras. Para evitar que esses “esquemas” se sobreponham à realidade, temos abusado das citações dos casos particulares.

¹³⁸ Por exemplo, o Barão de Itapemirim (1779-1860) no sul do estado e o Barão de Aimorés (1834-1893). Este último, como comenta Lopes (2022), teve sua família unida por casamento à família dos Santos Neves, também provenientes de São Mateus.

mercadorias, mas importante para a vida social e ainda muito longe de se autonomizar do Estado como uma “esfera” separada. Assim como vimos nos relatos do Bispo Coutinho as reclamações sobre a falta de braços, vimos que no relatório de 1849 a encomenda do orçamento para construção de uma capela a ser custeada pelo caixa da província.

No artigo de 1884 intitulado “Da vagabundagem”, já discutido acima, não há menção a indígenas, e sim à “vagabundagem do caboclo e em geral do homem livre e da vida independente do nosso interior”, que vivia do cultivo de “umas bananeiras e uns pés de mandioca” e da pesca. (O ESPÍRITO-SANTENSE, 1884, p.3).

Parece razoável, então, afirmar que no debate intelectual no Espírito Santo do século XIX a *preguiça do índio* deu lugar à *preguiça dos pescadores*, sendo que estes últimos por sua vez foram descritos em 1878 como “ordinariamente índios civilizados ou seus descendentes” (MARQUES, 1878, p.4). Além disso, a partir do fim do século XIX, com a chegada de grandes quantidades de imigrantes europeus ao estado, os discursos políticos e econômicos vão focar suas atenções nesses imigrantes que vão “povoar” o interior do estado, enquanto as populações do litoral vão deixando de ser abordadas – nossa hipótese é que elas serão relativamente “esquecidas” (FERREIRA, 2009)¹³⁹ no momento em que seus “braços” não eram mais tão necessários. Assim, o norte capixaba vai se tornando um “vazio demográfico” nas formulações de meados do século XX, cuja influência vai persistir por décadas em obras como a de três historiadores e professores da UFES sobre o “povoamento” do norte do Espírito Santo (BORGO *et al.*, 1996).

Já vimos no prólogo da dissertação e veremos com mais detalhes no próximo capítulo que as formulações dos geógrafos das décadas de 1930 a 1970, em certo sentido, serão semelhantes às desse período anterior, com as populações do litoral norte capixaba tratadas como “parasitárias” e a região, como estando em “decadência” e “letargia”, características similares às das *Cidades Mortas* descritas por Monteiro Lobato, autor anterior à Geografia enquanto ciência universitária no Brasil, mas citado por Pierre Deffontaines como uma referência nessa temática das “cidades mortas”, abandonadas no processo de territorialização marcado pela movimentação da “franja pioneira”.

¹³⁹ Ferreira formula um relativo “esquecimento” das populações negras do extremo norte do Espírito Santo após o fim da escravidão e o declínio da monocultura de mandioca na região. Na região litoral norte capixaba, a maior parte da população não era escravizada nem trabalhava em monocultura, mas, desviando sua formulação, entendemos que foram relativamente esquecidas enquanto “braços” mobilizáveis para atividades como o corte de árvores e a abertura de estradas no momento em que “braços” europeus estavam mais disponíveis no estado, isto é, por volta de 1890.

2.7. “Desaparecimento” dos indígenas e “surgimento” dos caboclos: um processo real ou uma aparência estatística?

As menções aos indígenas do Espírito Santo vão ficando mais raras em meados do século XIX, como vimos relatar Vânia Moreira (2017), o que se insere aliás em um movimento comum a todo o Brasil. É importante observar que esse movimento passa pelo Estado em sua função de gestão populacional a partir da estatística, que não é neutra: como comenta o antropólogo João Pacheco de Oliveira (1997), nos recenseamentos de meados do século XIX, realizados sob responsabilidade da administração de cada província, a categoria censitária “índio” existia em algumas províncias e em outras, não. Já nos dois primeiros censos realizados em âmbito nacional (1872 e 1890), a população foi dividida em quatro categorias, ali chamadas de “raças”: “brancos”, “pretos”, “pardos” e “caboclos”. A partir de 1872 não houve, portanto, a contagem de “índios” na população brasileira: eles desaparecem “por decreto”. Nos recenseamentos seguintes, a categoria censitária “caboclo” desaparece. Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), voltado apenas para as populações relativamente “isoladas”. Apenas muito recentemente, no Censo de 1991, a categoria “indígena” aparece como uma das opções no questionário realizado com toda a população brasileira.

Ao comentar a inclusão de indígenas junto com outros grupos sociais na categoria “pardo”, o antropólogo ressalta o fato de essa palavra não fazer parte da linguagem popular. Para ele, a categoria “pardo” atende a uma clara intencionalidade social:

Ao se substituir os usos e costumes correntes na sociedade brasileira por uma categoria operacional [a de “pardo”] – artificial, arbitrária e de aparência técnico-científica –, na realidade se está inviabilizando o censo como instrumento para uma análise sociológica mais fina e transformando-o em um dócil legitimador do discurso da mestiçagem. [...] ao nível geral de Brasil, a categoria de ‘pardo’ parece não ter outra função que a de servir como instrumento do discurso da mestiçagem (PACHECO DE OLIVEIRA, 1997, p.65; p.67).¹⁴⁰

Pacheco de Oliveira chama atenção ainda para a ausência de definição explícita das categorias “pardo” e “caboclo” nos dois primeiros censos nacionais, como se fossem evidentes, mas ele aponta que no segundo, de 1890, há uma tradução das categorias para o idioma francês, em que os “‘pardos’ são caracterizados como mestiços (*‘métis’*),

¹⁴⁰ O “discurso da mestiçagem”, mencionado pelo autor, envolve aspectos complexos que não serão abordados aqui. Nem sempre a mestiçagem foi elogiada, mas estamos entendendo que, quando esse processo de mestiçagem tornava o “índio” um “caboclo” ou “pardo”, ele estava de acordo com o pensamento indigenista do século XIX – com repercussões na pintura e literatura romântica – que via no indígena sobretudo um ancestral mítico de tempos muito antigos, não um contemporâneo. Conferir a respeito o capítulo *As mortes do indígena no Império do Brasil* (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

enquanto os ‘caboclos’ seriam os indígenas (‘*indiens*’)” (ibid., p.70). No censo de 1872 havia outro aspecto revelador: enquanto para “pretos” e “pardos” há a divisão entre “livres” e “escravos”, não existe tal divisão entre os “caboclos”, o que “reforça a impressão de que com a categoria “caboclo” se está falando dos índios, cuja escravização já fora proibida [desde a] antiga legislação colonial” (Ibid., p.71).

A historiadora Ivana Stolze Lima, em seu livro *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, também aponta para a relativa sinonímia entre os termos “índio” e “caboclo” naquele período. Após argumentar que “é impossível tentar atribuir significados precisos e compartilhados, constantes a termos como cabra, caboclo, curiboca, mulato” (LIMA, 2003, p.61), ressaltando, portanto, os diferentes significados que tais palavras puderam ter ao longo dos séculos e no amplo território brasileiro, ela volta sua atenção para o censo de 1872, primeiro censo do Império. Um longo período de duas décadas foi necessário para a realização desse primeiro recenseamento em escala nacional, pois o censo já havia sido regulamentado em 1851 em um decreto que previa, entre outras informações, as seguintes a serem coletadas sobre as nacionalidades dos cidadãos:

As listas deverão conter:

[...] 6º Se é estrangeiro, de que nação. Sendo brasileiro se fará declaração do cidadão naturalizado; e do que o não é. **Sendo indígena (caboclo) será feita menção da tribo a que pertence** (Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, apud LIMA, 2003, p.105, grifo nosso).

A menção de tribos não parece ter se concretizado no recenseamento de 1872, mas o revelador na citação acima é a palavra “caboclo” logo após a palavra “indígena”, sem distinção explícita entre as duas, pelo contrário, dando a impressão de serem sinônimas. Assim, Lima conclui o seguinte sobre o “sumiço” dos indígenas do censo:

Os índios foram transformados em caboclos, termos que poderiam ser utilizados como sinônimos, ainda que o segundo pudesse ter um sentido mais abrangente. Na verdade, exatamente essa transformação dos índios, no sentido mais estrito, em caboclos, designando já a “domesticação” pela via dos aldeamentos, ou pelas diferentes vias tentadas, incluindo a força e a guerra mais ou menos explícitas, era importante preocupação do Império quanto à sua população e, nesse caso, sobretudo em relação à questão da terra. Por volta da década de 1870, a Comissão de Demarcação de Terras Públicas utilizava o argumento da mestiçagem para extinguir os aldeamentos, redistribuindo seus limites territoriais. Quase sempre, chegavam à conclusão de um grau de mistura demasiado, e a substituição do termo índio pelo termo caboclo – e, mais tarde, sua inclusão na categoria pardo (como aconteceu na maior parte dos censos realizados no século XX) – sem dúvida fez parte desse projeto de transformação e extinção (LIMA, 2003, p.120).

Em nosso debate nos interessa pensar em uma via de mão dupla: por um lado, o “desaparecimento” dos indígenas refletia um “projeto de transformação e extinção” (LIMA, 2003) e os dados estatísticos – “com dados, não se discute”, poderíamos pensar inocentemente – ajudavam a estabelecer de forma científica, como um fato já ocorrido na realidade, aquele processo de integração dos indígenas “na massa da população” (BRASIL, 1850b). Por outro lado, ao menos em algumas particularidades territoriais, esse processo não era apenas uma “aparência estatística” dos censos mas também ocorria na realidade: processo de mestiçagem entre indígenas e não indígenas, bem como um processo de integração dos indígenas como cidadãos brasileiros em geral e trabalhadores em abstrato. Este processo não chegou exatamente ao ponto previsto no projeto inicial¹⁴¹, que seria completar a “civilização dos índios” em todo o território nacional, integrando-os como brasileiros em geral. Na particularidade territorial do litoral norte do Espírito Santo, veremos que parte das populações permaneceram se identificando como indígenas.

Esse debate sobre a ausência dos indígenas nos censos brasileiros realizados até 1980 nos parece insuficientemente presente nas discussões sobre o papel da geografia e do IBGE no processo de modernização do Brasil. Não é um mero acaso, ou pouco relevante, que os recenseamentos, tanto no Império como na República, tanto em períodos mais ditatoriais como em períodos um pouco mais democráticos, tenham mantido a divisão da população por cor, com quatro categorias possíveis para as respostas: “branco”, “pardo”, “preto” ou “amarelo” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1997). Apenas no censo de 1991, após uma importante participação de movimentos sociais indígenas no período de redemocratização e na constituinte, foi introduzida a categoria “indígena”¹⁴².

Na letra fria das estatísticas, é fácil entender o “desaparecimento” dos indígenas: aquilo que não se contava, em tese, não existiria. Esse suposto desaparecimento, que ocorreu em paralelo com a usurpação de suas terras – tanto as terras legalizadas dos “índios civilizados” como as terras em posse dos “índios selvagens” –, parecia um processo já finalizado do ponto de vista de alguns indivíduos, sobretudo os mais urbanos, como um diplomata brasileiro relatado por Claude Lévi-Strauss. Em 1934, em um almoço

¹⁴¹ Essa característica, aliás, é comum entre muitos projetos abordados em nossa pesquisa: não chegaram ao ponto previsto, mas moveram processos e influenciaram a vida real das pessoas.

¹⁴² “Com o processo de redemocratização ocorrido nos anos 80, abriram-se novos espaços para o debate sobre a questão indígena. [...] As organizações indígenas tiveram sua existência jurídica reconhecida e reduziu-se o espaço político ocupado pelo indigenismo tutelar. Tais transformações ajudam a entender porque os técnicos responsáveis pelo Censo Nacional de 1991 resolveram abrir um espaço para que nas respostas ao quesito cor, o entrevistado possa vir a declarar-se como ‘indígena’, sendo tais dados computados separadamente daqueles dos ‘pardos’ ” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1997, p.81).

em Paris pouco antes de sua viagem para o Brasil, este antropólogo teria perguntado sobre os povos indígenas no país:

[...] ouvi, da boca do embaixador do Brasil em Paris, a “nota” oficial: “índios? Ai! meu caro senhor, já desapareceram há muitos lustros! Oh! é uma página bem triste, bem vergonhosa, da história do meu país. Mas os colonos portugueses do século XVI eram homens ávidos e brutais. Como censurar-lhes ter participado da rudeza geral dos costumes? Eles agarravam os índios, amarravam-nos às bocas dos canhões e esfaqueavam-nos vivos, a tiros. Foi assim que os destruíram, até ao último” (LÉVI-STRAUSS, 1957, p.44-45).

A violência descrita pelo embaixador sem dúvida ocorreu inúmeras vezes na história do Brasil, o problema em sua “nota oficial” (expressão de Lévi-Strauss para designar uma fala que não seria apenas daquele indivíduo, mas uma resposta padronizada do Estado brasileiro) é a conclusão lógica de que “os destruíram, até ao último”. Também a integração dos indígenas como “índios civilizados”, catequizados e inseridos em relações de trabalho forçado foi um processo que ocorreu, mas não chegou ao seu objetivo lógico que seria a completa integração dos indígenas como “pardos” na população brasileira.¹⁴³ Esse processo, que não chegou à sua conclusão lógica¹⁴⁴, foi descrito em diversos documentos estatais que se apresentavam como constatações de uma realidade, mas que podemos entender ao mesmo tempo como documentos que projetavam um tipo de gestão populacional por meio da integração, que incluía também a utilização mais “racional” das terras anteriormente ocupadas pelos “índios”, nos casos que estes já estivessem “dispersos e confundidos” na população, como se constata na Decisão nº 172, de 21 de Outubro de 1850:

Decisão Nº 172. - IMPÉRIO. - Manda incorporar aos Próprios Nacionais as terras dos Índios, que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população civilizada; [...]

Sua Majestade o Imperador [...] manda declarar [...] que, tendo merecido a Sua Imperial Aprovação o procedimento [deve-se] prosseguir nas providências adotadas para a incorporação aos Próprios Nacionais de todas as referidas terras que não estiverem ocupadas, as quais se devem considerar como devolutas, e como tais aproveitadas na forma da Lei nº 601 de 18 do mês findo (BRASIL, 1850b)

¹⁴³ Esse “objetivo lógico” que mencionamos se consolida a partir de 1850, mas já tinha precedentes ao menos após a expulsão dos jesuítas e imposição do português como língua obrigatória em 1759. Os aldeamentos jesuítas, ao catequizarem os “índios mansos” na língua-geral baseada no tupi, entre outros aspectos, tinham como objetivos “salvar das almas” dos antigos pagãos e tornar os “ferozes” em “mansos”, mas não pareciam ter o objetivo de tornar os “índios” outra coisa como “cidadãos” ou “pardos”, pensamento que se insere na ordem estamental do Antigo Regime, anterior às ideias liberais de igualação dos cidadãos.

¹⁴⁴ Que seria a integração de todos os indígenas no Espírito Santo e no Brasil como “cidadãos”, como “força de trabalho” em geral e, em termos étnicos, como “pardos”.

De fato, a Lei de Terras de 1850 havia sido aprovada apenas um mês antes dessa decisão citada. Entendemos que os dois processos ocorreram em paralelo: a gestão das populações de “índios civilizados”, que correspondiam, antes de 1759, aos “índios aldeados”, muda na segunda metade do século XIX para a gestão de “caboclos”, de “pescadores” ou de “índios confundidos na massa da população”, bem como a gestão das terras anteriormente ocupadas por eles.¹⁴⁵ Nota-se na Decisão nº 172 que ela se refere apenas às terras “que não estiverem ocupadas”, tendo em vista a constatação de que grande parte dos indígenas já estariam “dispersos e confundidos na massa da população civilizada”. Nossa argumentação neste capítulo, contudo, tem demonstrado que o sentido contrário também é verdadeiro: apesar do frequente uso de trabalho indígena no norte do Espírito Santo, com “emigrações forçadas que lhes impunham os governadores da capitania, deslocando-os para trabalhos nas lavouras ou aberturas de estradas” (COUTINHO, [1812] 2002, p.89), os documentos mostram que por volta de 1850 ainda havia expressivas populações consideradas indígenas em núcleos populacionais como Nova Almeida, Santa Cruz (Aldeia Velha) e Caieiras Velhas. E embora todas essas populações citadas se encontrassem nos limites da antiga sesmaria indígena – que remontava ao período dos jesuítas e foi revalidada após a expulsão destes religiosos – a noção de que aqueles indígenas estariam “dispersos” e “confundidos na massa da população” também se fez presente nos documentos a partir da segunda metade do século XIX, com uma clara intencionalidade relativa a um uso mais racional de suas terras. Para nós, esse “aproveitamento” das terras – na linguagem da época – equivale ao processo de autonomização como da terra como mercadoria, servindo por sua vez para a produção de outras mercadorias como madeira e gêneros agrícolas.

Veremos a seguir como esse processo de descrição (supostamente isenta) do desaparecimento dos indígenas se deu em outras províncias no período do império: a historiadora Mariana Dantas, ao estudar o mapa demográfico relativo a Pernambuco datado de 1829, constata que:

a população indígena representava, de acordo com o mapa estatístico, cerca de 1,8%. Com tal conhecimento técnico, era possível às autoridades provinciais demonstrarem uma suposta decadência demográfica indígena diante da sua baixa expressividade em relação ao total populacional de Pernambuco. Esses dados ajudariam a reafirmar o discurso sobre o desaparecimento dos indígenas com base, principalmente, na ideia de que a mistura com a “massa da população civilizada” levaria à formação de uma população de caboclos ou de “índios misturados” [...] (DANTAS, 2016, p.146-147).

¹⁴⁵ A divisão entre capítulos, portanto, tem como objetivo unicamente tornar a argumentação mais clara.

Dantas prossegue sua argumentação ressaltando que o contingente populacional mais expressivo no recenseamento da província em 1829 era o de pessoas classificadas como “pardas”, o que “contribuía para corroborar o discurso sobre a mistura”, atendendo às preocupações de “políticos e elites econômicas de Pernambuco no início do século XIX sobre as terras das aldeias e a mão de obra indígena” (ibid., p.147).

Os dados e argumentos de Dantas têm bastante semelhança com os nossos neste capítulo, porém é importante chamarmos a atenção para a ênfase que esta historiadora dá para a “construção do discurso sobre a decadência indígena” (Ibid., p.151), voltando suas atenções para esse discurso e buscando superá-lo como um discurso falso e preconceituoso. Embora estejamos de acordo com a constatação sobre a falsidade do discurso, nos interessa mais entendê-lo como projeto: entendemos que, mesmo falso, ele revela muitos aspectos reais e obscurecidos das relações sociais e dos processos de modernização, que são nossa temática central de pesquisa. Nesse sentido, mais do que qualificar o discurso como falso ou mesmo como ultrapassado, impensável em nossos dias, interessa-nos apontar para os nexos entre: a) os planos e planejamentos com os discursos neles pressupostos, b) os dados supostamente factuais que se relacionavam com tais planos como os dos censos populacionais e, finalmente, c) os processos reais, ou seja, o movimento de ida e volta entre pensamento e prática, com as categorias econômicas “ocupando” a vida social, de modo que mesmo os discursos e dados “falsos” se tornam parte do movimento real da totalidade: “No mundo realmente invertido, o verdadeiro é um momento do falso” (DEBORD, [1967] 2019, § 9).

Feita essa ponderação sobre os nexos entre discursos e práticas, podemos observar brevemente as importantes conclusões de Dantas e em seguida a formulação de Edson Hely Silva, que também estudou a história indígena em Pernambuco. Para Dantas, o grande número de indivíduos “pardos” em Pernambuco no século XIX mostra que, ao tornar-se “incorporado” à civilização, o índio se tornava imediatamente um pardo:

O indígena seria um elemento exótico ainda não incorporado [...]. Associando as informações de 1829 às de 1837, constatamos que era ratificada a ideia de que os grupos indígenas iriam desaparecer misturados na “massa da população civilizada”, sendo esse movimento também expressado pelo aumento do número de indivíduos categorizados como pardos (DANTAS, 2016, p.148).

Também não se restringiram ao Espírito Santo as expropriações, após 1850, de terras anteriormente pertencentes aos “índios aldeados”. O historiador Edson Hely Silva (2008) aponta a segunda metade do século XIX como momento de “defesa oficial do

desaparecimento dos índios em Pernambuco e da extinção dos aldeamentos”, com uma relação clara desse processo com apropriações de terras nos marcos da nova Lei de Terras:

Quem eram os índios? Como eram vistos pelas autoridades provinciais [...]? As afirmações do Diretor Geral dos Índios [em 1870] sobre os habitantes dos antigos aldeamentos nos apontam respostas:

“Em geral os índios são inclinados a embriaguez; ao furto e a devassidão; a preguiça os domina; a pesca e a caça são a sua habitual ocupação; [...]”. A extinção dos aldeamentos estava baseada na ideia de assimilação dos índios, como enfatizava a mesma autoridade: **“Hoje talvez fosse mais conveniente confundir esse resto de índios com a massa da população; e o governo dispor de suas terras como melhor lhe parecesse; porque isto de Aldeias é uma quimera”** (SILVA, 2008, p.28-29. As citações entre aspas são de Ofício do Barão de Buíque, Diretor Geral interino dos Índios da Província de Pernambuco, em 15/11/1870, ao Presidente da Província. Grifo nosso.).

No documento de 1870 citado por Silva, a “confusão” dos indígenas na “massa da população” aparece nas palavras do Barão pernambucano como um projeto sobre o que “talvez fosse mais conveniente” em termos de gestão populacional daquele “resto de índios”, tendo em vista que “isto de Aldeias é uma quimera”. Ele provavelmente tinha em mente – por usar as mesmas palavras¹⁴⁶ – a Resolução de 1850, porém o documento de 1850 fazia referência apenas a processos já ocorridos, era uma resolução referente a “terras de índios que já não vivem aldeados” (BRASIL, 1850b).

Misturam-se o tempo todo, portanto, os projetos para uma integração futura dos indígenas – e conseqüentemente o “governo dispor de suas terras” – e as constatações de processos já ocorridos, como no caso acima a argumentação de que “isto de aldeias” seria, já no presente, uma quimera, ou seja, fantasia, ilusão sem lastro na realidade, ao menos segundo o Barão de Buíque.

Silva (2008, p.29) afirma ainda que o “discurso oficial nesse período justificava a medição, demarcação e loteamento das terras indígenas” e que no século XX intelectuais como “Gilberto Freyre, Estevão Pinto, Câmara Cascudo, dentre outros, reafirmaram o desaparecimento dos indígenas no processo de miscigenação racial, integração cultural e dispersão no conjunto da população regional.”¹⁴⁷ Esse processo, portanto, passou por uma via de mão dupla entre a teoria e a prática, entre a argumentação lógica dos textos e a vida

¹⁴⁶ Fala-se em “índios [...] dispersos e confundidos” na Resolução de 1850 e em “confusão” neste ofício de 1870. Ambos usam a idêntica expressão “massa da população”.

¹⁴⁷ Na metade final de sua tese, Silva (2008) vai apontar o processo em que aqueles “caboclos” se reconhecerão novamente como indígenas: o autor estuda “mobilizações indígenas” a partir de 1950 por seus direitos e suas terras. No Espírito Santo, também alguns dos grupos indígenas foram chamados de caboclos mas, como veremos mais adiante, algumas populações neste estado seguem se considerando caboclas e não indígenas, o que novamente nos leva a ter cuidado com explicações lógicas generalizadoras.

cotidiana: tanto no século XIX como no XX, em que intelectuais iam ratificando o “desaparecimento dos indígenas”. Tal processo ocorria nos antigos aldeamentos ou nos “sertões” distantes dos centros urbanos, aparentemente influência dos escritos de autores como Câmara Cascudo (1898-1986) que se considerava um estudioso da cultura popular e do folclore e não exatamente um planejador; mas ao mesmo tempo o processo também ia sendo moldado, a longo prazo, pelos textos de autores que pensavam o Brasil. O que não significa que os *projetos* do século XIX e o *planejamento* realizado a partir de meados do século XX fossem idênticos: seguiremos analisando as diferenças entre esses dois momentos, observando as mudanças e ao mesmo tempo as continuidades e permanências.

Entre outros documentos de época, Silva aborda uma crônica em jornal do Recife em 1874 que explicita os *projetos* de modernização das áreas antes ocupadas pelos aldeamentos indígenas, ao apontar duas justificativas para a extinção de um aldeamento em Pernambuco. O autor do artigo de jornal

tratava da Comarca de Cimbres e ressaltava as perspectivas promissoras da “vila Pesqueira”. Mas, para o cronista, esse futuro estava ameaçado pelo “atraso” que representava o aldeamento dos índios. Por essa razão era necessário extingui-lo. Apesar da sua crítica preconceituosa, o texto informava o valor das terras e o que os índios cultivavam: “os melhores terrenos para a agricultura estão em poder dos intitulados aldeados, gente indolente que se limita a ter um bananeiral e alguma mandioca” (SILVA, 2008, p.117).¹⁴⁸

Diferentemente de Silva, não entendemos que o texto de 1874 citado por ele informava o *valor* das terras: o que o autor deixava implícito eram as possibilidades de valorização futura a partir de uma melhor utilização daquelas terras que seriam as melhores da comarca e estavam em poder dos “intitulados aldeados”. Portanto, quando o autor de 1874 aponta os indígenas como pessoas indolentes que não utilizavam a terra de forma racional, trata-se de preconceito, conforme apontado por Silva, mas também de muito mais que isso: trata-se de um projeto de uso racional da terra como meio de produção de mercadorias, algo que pode parecer evidente mas na verdade é “uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica” (MARX, 1996, cap. 1, p.197). Nesse artigo de jornal de 1874, fica claro o processo de formação de um mercado de terras, que tinha como seu pressuposto a maximização da produção agrícola nos “melhores terrenos” e, para isso, a expulsão dos “intitulados aldeados”, que cultivavam a terra com “indolência”. Aqui, novamente, é possível constatar a relação entre o “modo capitalista

¹⁴⁸ Além da ocupação das melhores terras por “gente indolente” que não lhes dava o melhor uso possível, a outra justificativa para o pedido de extinção do aldeamento era a mistura dos seus habitantes por meio de casamentos com indivíduos não indígenas, “um discurso sempre repetido” (SILVA, 2008, p.117).

de produção e acumulação” e a “expropriação do trabalhador” (ibid., cap. 25, p.392), processo que, em termos lógicos, libera ao mesmo tempo os “melhores terrenos” para os usos mais racionais e os “braços” dos trabalhadores para se tornarem, no sentido estrito, *força de trabalho* em geral.

Assim, mais do que preconceito de um membro da elite pernambucana, essa e outras passagens revelam os autores desses textos como personificações de uma ciência do planejamento ainda em formação, por bacharéis¹⁴⁹ que liam textos de economistas europeus e planejavam um uso mais racional dos fatores de produção. Ou seja, o que alguns dos historiadores que citamos chamam de *discursos*, preferimos entender como *projetos* de modernização das relações sociais. Ao elaborarem tais projetos, aqueles membros de uma elite letrada coronelista atuavam como “personificações do capital, que a partir deste momento terão de organizar novas relações de trabalho” (TOLEDO, 2008, p.104) em um contexto em que aquelas terras e aqueles indivíduos – neste caso, os caboclos ou os indígenas – eram identificados como insuficientemente produtivos e, nesse sentido, “indolentes” ou “atrasados”.

Corroborando nosso entendimento de que o *discurso* é indissociável de um *projeto* que visava mudanças na realidade cotidiana das pessoas, naquele período histórico os aldeamentos de Pernambuco – que, segundo o autor de 1870, eram uma “quimera”, mas segundo o autor de 1874 pareciam ser reais a ponto de “os melhores terrenos para a agricultura [estarem] em poder dos intitulados aldeados” – foram deixando de ter existência legal, bem como o “resto de índios”, a partir do censo de 1872, deixou de existir na estatística populacional. Nos censos nacionais de 1872 e 1890, como vimos, não existe a categoria “índio”, mas existe a de “caboclo”, que deixa de existir no censo de 1900:

O Estado Republicano criou uma estrutura específica para lidar com os índios, entregou a sua gestão a militares e estabeleceu como padrão de competência para tais atividades a experiência de Rondon e seus colaboradores mais diretos. Todos os assuntos relativos a índios e quaisquer providências administrativas conexas passaram a ser direta e exclusivamente remetidos ao órgão indígenista. Nesse quadro o registro e controle da população indígena seriam tarefas precípuas do SPI [Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910].

Os censos nacionais passaram a refletir essa nova postura, deixando de contabilizar os índios através de uma categoria em separado. Nos censos de 1900 e 1920 predominou uma orientação universalista, que argumentava que negros e índios eram igualmente cidadãos brasileiros e que seria juridicamente

¹⁴⁹ Falamos aqui em “planejamento em formação” para ressaltar que esses projetos da época se fundamentavam na economia liberal e outras ciências europeias, não eram simplesmente empíricos ou improvisados. Esses homens de elite letrados vão ser chamados “bacharéis” por certos autores, para diferenciar do período posterior, de planejamento em instituições autonomizadas. Conferir o capítulo “O bacharelismo e o desejo de modernização da agricultura”, na tese de Boechat (2013).

irrelevante e socialmente discriminatório distingui-los dos demais. (PACHECO DE OLIVEIRA, 1997, p.79)

Não por coincidência, a designação “caboclo”, que aparece na pesquisa de Silva – bem como na nossa pesquisa de campo – parece ter se tornado mais comum à medida que a designação “índio” foi deixando de ser utilizada:

Os habitantes dos lugares onde existiram antigos aldeamentos passaram a ser chamados de caboclos, condição muitas vezes assumida por eles para esconder a identidade indígena diante das inúmeras perseguições (SILVA, 2008, p.29).

José de Souza Martins, no seu livro intitulado *Os camponeses e a política no Brasil*, buscou entender certos tipos de relações sociais de produção e de poder que implicavam na maneira de nomear algumas populações, com uma série de “denominações próprias, específicas até em cada região” (Martins, 1981, apud LEITE, 2015) para um conjunto de trabalhadores bastante parecidos que, em outros países da América Latina ou mesmo na Europa, eram então identificados como camponeses. Ana Carolina Leite (2015, p.80) lista algumas dessas denominações:

Caipira era umas dessas palavras famosas, com origem indígena, utilizada para designar camponeses de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, enquanto os do litoral paulista eram conhecidos por *caiçaras*. Assim também, *tabaréu* era palavra usada no Nordeste e *caboclo* identificava, quase sempre de forma depreciativa, diferentes situações, em diferentes épocas ou lugares: o mestiço entre indígenas e europeus, [...].

Conforme o argumento de Martins relatado por Leite (2015, p.81), essas palavras podiam ser ambíguas mas eram utilizadas em geral para fazer referência aos que viviam no campo, podendo também servir “para identificá-los como rústicos e atrasados, como ingênuos ou até mesmo como preguiçosos e gente avessa ao trabalho.”

Se esse caráter depreciativo da designação *caboclo* é corroborado por parte da documentação do Espírito Santo estudada neste capítulo, uma outra observação feita por Martins e Leite destoa de nossas constatações em documentos e em campo: a tendência ao desaparecimento daquelas designações, em um processo de uniformização dos trabalhadores rurais como camponeses,¹⁵⁰ processo forjado em lutas camponesas segundo Martins.

Com o tempo, [aquelas palavras] foram progressivamente desaparecendo do vocabulário cotidiano, ficando cada vez mais restritas aos dicionários e uso dos

¹⁵⁰ Existem movimentos sociais relevantes no Espírito Santo que, em consonância com o que resumiu Martins, passaram a se entender como camponeses em um processo “forjado em lutas camponesas”, porém no *litoral norte capixaba* a situação é bastante diferente.

folcloristas, num processo que, segundo o autor [Martins], foi desencadeado pelo próprio caráter depreciativo e ofensivo daquelas expressões. Martins destacou, contudo, como ainda mais significativo, “que a **progressiva inutilidade dessas palavras** tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional”. Assim também, foram desaparecendo as denominações utilizadas para identificar regionalmente os proprietários de terra, [...] perdendo sua significância diante da identificação dos mesmos como latifundiários (LEITE, 2015, p.81, grifo nosso).

Assim como nós, portanto, Martins parece entender que as denominações de algumas populações podem revelar alguma coisa sobre a sociedade que assim as denomina. Em nossa pesquisa, essas denominações têm sido tratadas sobretudo como classificações, porque frequentemente foram palavras utilizadas de forma técnica por uma burocracia estatal em formação, interessada em contar e classificar as pessoas para melhor governá-las: no início do período por nós estudado, as classificações – como “índios civilizados” e “índios bárbaros”, sendo aqueles vassalos do rei¹⁵¹ e estes não – são sobretudo em termos estamentais ainda típicos do Antigo Regime, como formula Laura de Mello e Souza (2015)¹⁵²; e a partir da segunda metade do século XIX, as classificações mudaram conforme as relações sociais foram mudando. Tendo ressaltado esse ponto de convergência com a formulação de Martins, é importante demarcarmos nossa desconfiança sobre a certeza que aquele autor parecia ter quanto a um certo “destino histórico” ligado à unificação de uma classe trabalhadora camponesa em âmbito nacional:

Esse contexto foi marcado pela emergência das palavras camponês e campesinato, “das mais recentes no vocabulário brasileiro, aí chegadas pelo caminho da importação política. [...] procuram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta” (Martins, 1981: 21). Assim, aquelas palavras novas passaram a ser empregadas para expressar situações sociais de classe, buscando conferir unidade para os conflitos fundiários que se desenrolavam por todo o território nacional [...]. Eram, conseqüentemente, palavras políticas: “Não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico” (Martins, 1981: 23) (LEITE, 2015, p.81).

Antes de comentar essa formulação de Martins resumida por Leite, voltemos nosso olhar novamente para a particularidade do litoral norte do Espírito Santo. Temos desde o início da pesquisa a constatação de que no vocabulário cotidiano das pessoas com

¹⁵¹ “Paralelamente aos direitos, existia um conjunto de obrigações e deveres que reiterava a condição de vassalos dos indígenas” (MOREIRA, 2017, p.32).

¹⁵² “Outro ponto favorável ao emprego do conceito de desclassificação social como adequado ao tratamento da realidade colonial é o fato da sociedade de então apresentar-se definida em termos estamentais, ou seja, de status, de honra (o que remete a classificação) [...]” “Assim, os dois princípios antagônicos e convergentes da classificação e da desclassificação conviviam no seio da sociedade colonial” (SOUZA, 2015, p.25).

as quais estamos lidando, a palavra “caboclo” não desapareceu. Pelo contrário, é usada tanto por pessoas de pouca escolaridade como por pesquisadores universitários:

O termo caboclo é uma daquelas palavras complexas, que mudam de significado e valor ao longo do tempo e do espaço. Um caboclo nordestino não é o mesmo que um caboclo paulista e no caso deste estudo, nas proximidades do Piraquê-açu é habitualmente uma família com forte ascendência indígena (FLORENCIO, 2010, p.25).

[...] a população da vila [de Regência] que se auto-reconhece cabocla.

Segundo ele [o pescador Zé de Sabino], “quem nasce na beira de praia é caboclo, eu sou caboclo porque nasci em Regência”, definição compartilhada por todos pescadores com quem dialoguei. (VALIM, 2008, p.58, p.81).

Na primeira citação acima, Carlos Florêncio se refere ao significado da palavra “caboclo” para a população das proximidades do rio Piraquê-açu, enquanto na segunda citação, Hauley Valim se refere à população de Regência, na foz do Rio Doce. Em ambos os casos, a definição principal nos dicionários – mestiço de indígena com branco – não parece abranger todo o significado da palavra *caboclo* para as populações locais, significado que parece incluir no mínimo aspectos das três definições a seguir, do dicionário de Aurélio Ferreira (1999, p.351): “Caboclo. [Do tupi.] S.m. Bras. 1. Mestiço de branco com índio; cariboca, carijó. 2. Antiga denominação do indígena. [...] 8. Qualquer encantado que personifique um mito indígena, ou o próprio índio brasileiro.”

O último significado acima, relacionado a um mito, é abordado em detalhes por Hauley Valim. Ele busca compreender a festa dedicada anualmente ao herói Caboclo Bernardo, com uma ritualística que “dramatiza os grandes feitos de Bernardo, que por sua vez renova[m] o ciclo de resistência aos dramas vividos pela comunidade” (VALIM, 2008, p.63). Ele relata diversas falas de interlocutores locais, como a seguinte: “Não demora ele faz milagre lá em Regência, vai depender da fé do povo” (ibid., p.95).

Fazemos aqui um breve parêntese para abordar um aspecto da documentação sobre o famoso caboclo Bernardo: o livro de Norbertino Bahiense, de 1948¹⁵³, parece ter consolidado a denominação caboclo Bernardo – em alguns casos, Caboclo com “C” maiúsculo, como em Valim (2008) ou na maioria das menções atuais à *Festa do Caboclo Bernardo*. Mas antes de Bahiense, as referências a Bernardo são bastante diversas, o que nos ajuda a colocar mais questões sobre o processo em que, como vimos nas análises de Pacheco de Oliveira (1997), os *indígenas* “somem” das estatísticas de governo e de certa

¹⁵³ Lido por Rubem Braga e citado em sua crônica de 1949 que já abordamos em nosso prólogo, no qual consta, pelas palavras de Rubem Braga, um resumo da “salvação aos naufragos do cruzador Imperial Marinheiro, junto à barra do rio Doce, em 7 de setembro de 1887” (BRAGA, [1949] 1984).

forma se transformam, “por decreto”, em *caboclos*. Nas citações abaixo, no mesmo ano de 1887, um jornal carioca abordava o cidadão de forma mais protocolar e distanciada, utilizando a menção “pescador Bernardo”, enquanto em dois jornais de Vitória, Bernardo é ora “índio”, ora “caboclo”. Embora não façamos aqui uma análise das tendências dos jornais (seriam conservadores, liberais, republicanos?), temos como hipótese que a diferença na nomenclatura podia ser política, de modo similar às diferenças, entre um e outro jornal, entre “golpe”, “intervenção” ou “revolução”, palavras que podem se referir ao mesmo evento. Vejamos, em ordem cronológica, as citações em jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

Tivemos ontem ocasião de ouvir alguns dos naufragos do Imperial Marinheiro, sobra a narrativa do naufrágio [...] Esperou-se para a salvação até romper o dia. [...] Às 7 horas veio a nado de terra o *pescador Bernardo* que, com coragem e dedicação, trouxe um cabo que foi atado a bordo (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 20/09/1887, p.1, itálico nosso).

No dia 18, seguiu para aí o *índio Bernardo*; consta que a chamado do ministro da marinha. A esse herói, deve-se como se sabe a salvação de tantas vidas. (A Província do Espírito-Santo, Vitória, 29/09/1887, p.3 [assinado como “carta particular” do Riacho], itálico nosso)

Dois dias depois, no mesmo jornal capixaba mas em artigo provavelmente de outro autor, situado em Linhares e com estilo mais grandiloquente, Bernardo é “o legendário caboclo heroico”:

o vulto hercúleo de Bernardo, o *legendário caboclo heroico* que, lubrigado dentre os nevoeiros das vagas assoberbadas, [...] a quem deve-se a salvação de tantas vidas preciosas. (A Província do Espírito-Santo, Vitória, 1º/09/1887, p.3 [assinado como “carta particular” de Linhares], itálico nosso)

Dias depois, o Patrão-mor da barra do rio Doce assinou artigo em outro jornal capixaba, para dar a sua versão dos fatos. O cargo de “patrão-mor” lhe dava algum nível de responsabilidade sobre as embarcações que atracavam naquele porto de Regência, então, segundo ele, era necessário desmentir as falsas acusações sobre sua conduta na noite do naufrágio. No seu relato, foi ele quem chamou os “catraieiros”, remadores da foz do rio Doce, para auxiliarem no socorro ao naufrágio: “às 2 [da manhã], levantei-me imediatamente com minha família e juntamente os catraieiros que fiz logo aprontarem-se e [...] seguimos para o lugar do sinistro”. A catraia era uma pequena embarcação de apoio, que auxiliava a entrada e saída de navios pelo canal da barra do rio Doce. Pelo relato do patrão-mor, entendemos que os catraieiros eram seus subordinados. Ele prossegue:

até que ao amanhecer o dia pude então, auxiliado pelo *caboclo Bernardo*, cujos serviços que prestou naquela ocasião são inegáveis, isto também auxiliado

pelos rogos meus, que lhe pedia encarecidamente que nos ajudasse, não obstante sua mãe, que ali já se achava, pedir-lhe que não se expusesse às ondas que morreria também (O Espírito-Santense, 19/10/1887, p.4, *itálico nosso*).

Depois, os jornais relataram a ida de Bernardo à capital da República para receber agradecimentos e uma medalha da princesa Isabel:

O Pescador Bernardo

Chegou ontem, a bordo do vapor Espírito Santo, o denodado pescador Bernardo, o herói do naufrágio do cruzador Imperial Marinheiro. [...] Bernardo representa ter quarenta e poucos anos [segundo Bahiense, teria 28], é de cor acaboclada e de fisionomia bastante simpática. (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 30/09/1887, p.1)

No dia seguinte, no mesmo jornal da corte, novamente faz-se menção ao “pescador Bernardo”, mas dessa vez afirma-se que ele representa o “tipo indígena do Brasil”, com pouca barba como é “próprio de sua raça”:

Veio ontem ao nosso escritório o pescador Bernardo, que, afrontando a impetuosidade das ondas, conseguiu levar a bordo do “Imperial Marinheiro” o cabo de salvação que deu a vida a tantos servidores da Pátria. [...]

Bernardo representa o perfeito tipo do indígena do Brasil; tem apenas 28 anos, muito pouca barba, como é próprio da sua raça, fisionomia franca e atraente, olhar vivo e cheio de bondade, espáduas largas, demonstrando robustez, musculatura desenvolvida, estatura acima da média e ar modesto. [...] A redação desta folha folgou de receber este herói do mar e de apertar a mão calosa de um bravo (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 1º/10/1887, apud CALMON JR., 1975, p.57).

As homenagens ao “herói do mar” na capital do Império, como relata Calmon Jr. (1975, p.58), terminaram no Paço de São Cristóvão, com documento da Princesa Isabel:

Eu, a Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador o Sr. D. Pedro II, faço saber aos que esta carta virem que, atendendo a dedicação não comum pela humanidade que mostrou o remador da catraia da Barra do Rio Doce, Bernardo José dos Santos, salvando, com risco da própria vida, as de muitos indivíduos [...] Hei por bem fazer-lhe a mercê da medalha de 1ª classe [...]. Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 6 de outubro de 1887.

Nesse documento mais formal, não há menção às palavras “índio”, “caboclo” ou “sua raça”, que vimos nos jornais da época. Tampouco no breve relato em jornal de quando Bernardo recebeu mais homenagens em Vitória e voltou para Regência:

O herói Bernardo passou para o Rio Doce [...]. Disse ter recebido o melhor tratamento, tanto nessa capital [Vitória] como na corte [Rio de Janeiro]. (A Província do Espírito-Santo, Vitória, 15/11/1887, p.3, *itálico nosso*)

Além de termos verificado a quase sinonímia entre “caboclo” e “índio” naquele período e contexto, visto que a mesma pessoa podia receber essas duas designações, é importante ressaltarmos que, no relato do patrão-mor da Barra do rio Doce, seu vizinho e superior hierárquico, Bernardo aparece como “caboclo”; nos relatos feitos por pessoas mais distantes, ele aparece ora como “caboclo”, ora como “índio”, e nos jornais cariocas há uma tendência a descrições mais detalhadas de sua fisionomia, altura, pouca barba e outras características “de sua raça”. Já no documento oficial assinado pela Princesa Isabel, reconhecendo seu heroísmo e entregando a medalha de 1ª classe, Bernardo é descrito de maneira formal como “o remador da catraia da Barra do Rio Doce, Bernardo José dos Santos”, descrição que lhe coloca como uma espécie de funcionário público, embora certamente não no sentido em que pensamos hoje um funcionário público. Naquele período de autonomização das funções públicas e privadas, tudo indica que Bernardo exercia a pesca e a função de “remador de catraia” concomitantemente. Não temos qualquer indício sobre sua eventual remuneração como remador de catraia, mas, para o Estado, era certamente mais conveniente ter um remador de catraia que também pescava, podendo assim garantir a subsistência da sua família, do que pagar-lhe um salário que cobrisse suas despesas alimentares a serem compradas no mercado. Aliás, dificilmente um ou outro desses “empregos”¹⁵⁴ era exercido por ele oito horas por dia e cinco ou seis dias por semana, da maneira como estamos acostumados hoje.

Após essas constatações sobre a falta de autonomização das posições sociais ocupadas pelo *caboclo que também é índio* e pelo *pescador que também é funcionário do porto*, é importante fecharmos aqui o parêntese sobre o caboclo Bernardo e retomarmos a crítica à explicação lógica de José de Souza Martins que, em 1981, como vimos, apontava um desaparecimento de palavras como “caboclo” e “caiçara” da linguagem comum, com a palavra “camponês” englobando as lutas sociais no campo. No momento em que Martins escrevia talvez tal explicação fizesse sentido, mas poucos anos depois as populações caiçaras do litoral paulista – citadas acima, por Leite, entre as denominações que teriam caído em desuso – voltariam a aparecer com força, tanto na luta política quanto no mundo acadêmico, com destaque para as pesquisas e obras do antropólogo Antonio Carlos Diegues, que voltaremos a encontrar no capítulo 4 desta dissertação. No mesmo sentido, a palavra “caboclo” pode ser ouvida nos mais diferentes contextos sociais no litoral norte do Espírito Santo, não ocorrendo de forma alguma seu desaparecimento “do

¹⁵⁴ Usamos a palavra mais contemporânea para acentuar o anacronismo: na verdade, nem a pesca nem a função de remador de catraia eram “empregos” no sentido atual.

vocabulário cotidiano”, nem sua existência ficando restrita “aos dicionários” e aos folcloristas, como pensava Martins em 1981 (apud LEITE, 2015, p.81). No fundo, ao entender que a palavra “camponês parecia “ser também a designação de um destino histórico”, Martins parecia se inserir em uma linha de teóricos que preveem o destino histórico das lutas sociais a partir de uma progressiva conscientização sobre o modo de produção capitalista, previsão que não parece ter se confirmado. Entendemos que o ressurgimento dos “caiçaras”, “caboclos” e outras designações de aparência antiga mostra que, se os processos de modernização tentaram integrar aqueles indivíduos como sujeitos modernos do trabalho assalariado, e se esse projeto geral de integração sem dúvida gerou resultados reais, esses resultados da igualação dos sujeitos-trabalhadores parecem ter chegado aos seus limites, que não pareciam evidentes para Martins em 1981, mas já são delineados por Robert Kurz (1992) quando este afirmava que, pela primeira vez na história do capitalismo, a quantidade de trabalho vivo necessário no *moderno sistema produtor de mercadorias* começava a diminuir, e não mais a aumentar.

É o que veremos, por exemplo, nas migrações de retorno de indivíduos que viveram em grandes cidades, mas “com um pezinho” em Regência ou em Degredo devido a suas origens familiares, até o momento em que fincaram os dois pés (por enquanto) em Regência ou em Degredo. São histórias de vida que encontraremos no capítulo 4, mas não estamos afirmando que esse processo se generalizará para milhões de pessoas, ou que o “caboclo” ou o “indígena” representem um “destino histórico”, pois, ao contrário de Martins em 1981, não temos hoje tal pretensão de explicação lógica/racional do futuro. No colapso da modernização, é difícil apontarmos um destino que possa ser deduzido dos processos modernizadores das relações sociais, justamente por se tratar do período histórico em que o planejamento vai dando lugar à gestão de crises, com o progresso e desenvolvimento permanecendo no centro do debate social mais pela incapacidade geral de se propor algo diferente do fim em si da valorização (KURZ, 2002), conforme veremos em nosso último capítulo, que trata de processos mais recentes do que os deste capítulo.

Nosso intuito nesta seção, portanto, foi abordar mais uma não-simultaneidade, dessa vez em relação aos processos de classificação social, processos que têm uma dimensão nacional – por exemplo foi em âmbito nacional que se deu a integração “por decreto” dos indígenas na massa da população brasileira como pardos ou caboclos nos Censos de 1872 e 1890 e exclusivamente como pardos a partir do Censo de 1900 – mas têm também uma dimensão mais local, mais próxima das pessoas comuns, que também se identificavam assim. É o que mostra André Vargas (2021) em sua pesquisa sobre a

população de Areal, comunidade próxima a Regência. Ele argumenta que aquelas pessoas passaram a se denominar caboclos como estratégia de sobrevivência em uma sociedade racista e violenta, na qual ser indígena equivalia a ser “selvagem” e “preguiçoso”:

Devido ao fato de a utilização coloquial da categoria caboclo remeter à mistura “racial” entre brancos e indígenas, a autoatribuição desta categoria em detrimento da indígena se configura como uma forma de defesa frente à reprodução de títulos discriminatórios direcionados historicamente aos indígenas, taxados pelos brancos de “selvagens”; “inferiores”; “preguiçosos”. Desta maneira, identifica-se que muitos indígenas ao longo da história passaram a se autodenominar caboclos como estratégia de sobrevivência em meio a uma sociedade racista. Na esteira deste processo, observa-se que a categoria caboclo remete a um conflito interétnico, e que foi apropriado pelos brancos na esteira de uma teoria racialista, para reproduzirem o discurso de que não existem mais indígenas em algumas localidades no Brasil, pois deixaram de ser “racialmente puros” (VARGAS, 2021, p.202).¹⁵⁵

Por um lado a argumentação de André Vargas, inserida no contexto recente de pesquisas que apontam o “protagonismo” dos sujeitos como esses caboclos do rio Doce, faz sentido: do ponto de vista daqueles sujeitos, a autoatribuição do nome caboclo pode ter sido uma estratégia para atenuar o racismo do qual eram vítimas. Mas por outro lado, como vimos na discussão sobre os censos, a “categoria caboclo” foi também imposta de cima para baixo pelo Império brasileiro, concomitantemente a diversas expropriações de antigas terras indígenas justificadas pela “dispersão” dos indígenas contabilizados como caboclos.¹⁵⁶

Esse processo de “desaparecimento” dos indígenas, conforme evidenciado, ocorreu no mesmo período “no papel” e na realidade, em uma via de mão dupla, mas frequentemente a estatística populacional e outros tipos de gestão da população se apresentaram como uma esfera neutra e autônoma, como se apenas constatasse processos anteriores por meio de recenseamentos e outros documentos oficiais. Estamos propondo, portanto, que o “desaparecimento” dos indígenas não ocorreu primeiramente na realidade, sendo em seguida medido empiricamente e relatado nos papéis e estatísticas, porque ao mesmo tempo o processo inverso também se dava. O primeiro processo –

¹⁵⁵ Apenas a partir de 2010, relata Vargas (2021, p.203), a comunidade de Areal passou a discutir mais efetivamente “sua identidade indígena, se enxergando enquanto sujeitos de direitos na busca por políticas públicas e demarcação de seu território tradicional junto à Funai.” Esse processo de reaparecimento das populações tradicionais será apresentado em detalhes no capítulo 4.

¹⁵⁶ Precisamos repetir aqui: assim como grande parte da “sesmaria dos índios” foi transformada décadas depois em “terra devoluta”, muitos “índios” ao longo de sua vida seriam chamados de “caboclos”: eram *os mesmos indivíduos*, e não necessariamente os seus descendentes em um processo de miscigenação, como constaria por exemplo nos manuais de educação moral e cívica dos anos 1970 ao ressaltarem que, da mistura das raças, “surgiram os três mestiços mais conhecidos: cafuzo (índio e o negro), caboclo (índio e o branco) e o mulato (negro e o branco)” (FILGUEIRAS, 2006).

desaparecimento real, depois constatado nas estatísticas – ocorreu por meio de assassinatos, migrações forçadas e outras formas de violência; ao mesmo tempo ocorria o segundo processo em que, quando o Estado¹⁵⁷ parou de inserir os indígenas em suas estatísticas, relatórios e legislações, eles em certo sentido deixavam de existir oficialmente como indígenas.

2.8. A historiografia no combate à “velha narrativa” da preguiça

Como vimos acima no caso da historiografia sobre os indígenas em Pernambuco, nos últimos anos diversos historiadores têm buscado explicar essa temática da “vagabundagem” sobretudo como um caso de preconceito ou um equívoco, um viés ideológico que falsearia a realidade. É o caso também de Tatiana Gonçalves de Oliveira: em sua tese de doutorado sobre as populações indígenas do litoral norte do Espírito Santo ela encontra, em suas fontes, a “velha narrativa que estigmatizava os indígenas como preguiçosos” (OLIVEIRA, 2020, p.59). Ela busca combater essa “velha narrativa” em sua tese de doutorado, por exemplo ao comentar a seguinte descrição do engenheiro Mello Junior sobre a população de Caieira Velha em 1882:

A sua população compõe-se de índios civilizados e alguns amulatados. Seus moradores são por excelência ociosos e nômades, não se ocupam senão em mariscar, serrar algum Taboado em quantidade mui diminuta e vender lenha. Têm uma abnegação extraordinária à lavoura, nem a própria mandioca plantam, senão para cauim. (O Espírito-Santente, 1882, ed.66, p.2).

Sem dúvida a descrição acima pode conter exageros e imprecisões, além de argumentar sutilmente que os “índios civilizados” de Caieira Velha plantavam mandioca apenas para fazer o cauim, bebida alcoólica usada em festas, mas não para se alimentar, ou seja, apresenta os indígenas como bêbados. Tatiana Gonçalves de Oliveira não se concentra nesse aspecto do texto de 1882, voltando sua atenção para provar que a “preguiça” indígena era um discurso falso, afinal, com base em dados sobre a organização

¹⁵⁷ O Estado é pensado aqui não como esfera autônoma, mas como esfera relativamente autonomizada da economia, por exemplo no sentido em que os recenseamentos se apresentaram como constatações de uma realidade (número de pessoas e sua divisão por raça/cor, religião, etc.) medida por critérios científicos, e não como um processo explícito em que fazendeiros planejassem de fato que iam parar de contabilizar os índios como índios. Se houve algum plano intencional e fundamentado para se deixar de contabilizá-los, isso não parece ter deixado registros nos documentos oficiais de Estado, como aponta Pacheco de Oliveira (1997). Entendemos que o “sumiço” dos indígenas nos censos se insere em um processo mais amplo de integração dos mesmos na economia nacional, na religião de Estado e na civilização. Podemos desviar a constatação de Gaudemar (1977) abordada neste capítulo: para ele, a ausência de discussão sobre a mobilidade do trabalho mostra que, para os economistas, a “inevitabilidade do fenômeno” de mobilidade parece evidente; também o “desaparecimento” dos indígenas parecia no fim do século XIX e início do XX um processo tão evidente como o “esmagamento inevitável” de que falou Euclides da Cunha ([1901] 1946).

do trabalho no Espírito Santo levantados por Oliveira (2020, p.185), fica claro para ela que os indígenas trabalhavam bastante:

Melo Júnior via com aversão a suposta “preguiça” e “desprezo” dos indígenas à lavoura. Assim, reiterava em sua narrativa condenatória que “nem a própria mandioca plantam, senão para cauí”. Esse discurso da “preguiça” indígena feito pelo agrimensor entra em contraste com os fatos apresentados nesta tese sobre a organização social do trabalho na Província do Espírito Santo, onde observamos o papel estruturante da mão de obra dos índios aldeados e vilados.

De fato, a historiadora demonstrou, em sua tese, que, na segunda metade do século XIX, o trabalho forçado dos indígenas aldeados – “índios civilizados” na linguagem da época –, mas sobretudo o dos indígenas dos sertões recém contactados pelo governo da província – incluindo os chamados “botocudos” –, o trabalho forçado de todos esses braços era essencial para a abertura e a manutenção de estradas e outros serviços importantes para o projeto de colonização da província por colonos europeus.

Também foi por meio do trabalho indígena que se iniciou o chamado “ciclo madeireiro”, embora esse fato seja pouco abordado no livro de Borgo et al. (1996) sobre esse ciclo.¹⁵⁸ Já desde o documento anônimo da década de 1790, como vimos no capítulo precedente, na “vila de índios” de Nova Almeida eram relatados “Índios, destríssimos em preparar madeiras, que compram os mercadores da Victoria e as exportam nos seus barcos para os portos que as pedem”; enquanto em Benevente (atual Anchieta), “povoação numerosa de Índios”, estes eram, “como os de Nova Almeida, excelentes madeireiros; e sempre têm um grande provimento delas para o seu negócio” (Anônimo, década de 1790, apud CAMPOS E RODRIGUES, 2015). Portanto, estamos de acordo com Tatiana Oliveira quando esta afirma que o trabalho indígena era de grande importância na província do Espírito Santo no século XIX.

Além da mobilização do trabalho compulsório dos indígenas “selvagens” recentemente contactados, a autora também analisa dados de recenseamento de 1843 em Santa Cruz, vila litorânea fundada como aldeamento jesuíta em 1556 e que contava, no momento do recenseamento, com 73% de sua população classificada como índios e 28% dos lares chefiados por mulheres. Consideramos extremamente relevante lançar luz sobre essas mulheres que chefiavam lares, em contraste com ideias do senso comum sobre a sociedade brasileira do século XIX. Porém, não podemos concordar com o que Oliveira

¹⁵⁸ Como veremos no próximo capítulo, no século XX o “ciclo madeireiro” iria se intensificar em quantidade de madeira comercializada, produzida talvez com menor participação de “braços” de indígenas e caboclos. Mas, no século XIX e fim do XVIII, quem entendia de derrubar e serrar madeiras, segundo todas as descrições, eram os indígenas.

(2020, p.244) conclui sobre os “lugares ocupados por mulheres indígenas solteiras, viúvas e casadas na organização social do trabalho desta vila.” Na busca de dar “visibilidade às trajetórias de muitas [mulheres] que sozinhas chefiavam seus lares, cuidavam de seus filhos e agregados” (ibid.), a historiadora aceita acriticamente os dados do recenseamento realizado em 1843 pelo vigário da paróquia: “Apesar da predominância de ofícios ligados à lavoura, muitas mulheres sobreviviam de outros trabalhos, como costureiras, lavadeiras, parteiras etc.” (Ibid., p.174). Porém, podemos pensar se as três parteiras, uma lavadeira etc. listadas viviam somente de suas atividades fazendo partos e lavando roupa. Ou seja, se havia uma rígida divisão de tarefas em que as parteiras trabalhavam todos os dias como parteiras ou, pelo contrário, se as parteiras não tinham roças, se outras mulheres não lavavam roupa “para fora”, e ainda se muitas mulheres não entraram no grupo amplamente predominante de “lavradoras” sem serem consultadas.

Alguns dados são extremamente duvidosos. Nessa localidade onde, segundo o presidente da província em 1852, não faltavam “vadios que enchem as praias sob o título de pescadores” (MOREIRA, 2005, p.108) e onde as mulheres catavam caranguejos, mas não o faziam por “amor ao trabalho” (O Espírito-Santense, 1882, ed.69, p.3), o recenseamento lista apenas um indígena (homem) como pescador, entre os 1489 indígenas (de ambos os sexos). Destes, 1.448 são listados como lavradores/as, o que contrasta com diversos relatos de época sobre a produção agrícola pouco expressiva, predominantemente para subsistência, nessa área do litoral.¹⁵⁹

Do nosso ponto de vista, portanto, a suposta “preguiça” dos indígenas “botocudos” aldeados era a justificativa para utilizar seu trabalho forçado na construção de estradas e edifícios, enquanto a “preguiça” dos “índios civilizados” de Santa Cruz e de Caieiras Velhas está ligada ao fato de estes não se inserirem a contento na produção de café, açúcar e outros gêneros agrícolas que a província exportava. Longe de apenas uma *narrativa*, essa temática influenciou mesmo os dados quantitativos, como os dados do vigário que, aparentemente, conhecia muito bem as preferências do governo da província e julgou mais conveniente listar as pessoas como lavradores/as do que como pescadores/as. Outros dados populacionais apontam no mesmo sentido, por exemplo em 1878, na “Paróquia de

¹⁵⁹ Sem ignorar a relevância da pesquisa de Tatiana Oliveira e dos temas que ela trouxe à tona, podemos apontar que ela entende como passíveis de crítica os discursos mas não os dados numéricos (“os números não mentem”, diz o lugar comum), de modo que faltou a ela a desconfiança da historiadora Mariana Dantas (2016, p.124) já abordada mais acima, que afirma: “Evidentemente, os censos não reproduziam a realidade e uma das maiores demonstrações disso é o número muito pequeno de índios em Belém, quando todos os relatos de viajantes apontam para o contrário.”

N.S. da Conceição de Linhares do Rio Doce”, o total de pescadores listados é zero (MARQUES, 1878, p.178) porém no mesmo documento consta na descrição de Regência, situada na mesma paróquia: “Registro na margem direita da embocadura do rio Doce. Serve de interposto das fazendas [mercadorias] [...]. Seus habitantes entregam-se à pesca.” (Ibid., p.201)

No mesmo documento de 1882 criticado por Tatiana Oliveira, encontramos ainda outro trecho afirmando que “em certas partes” do município de Santa Cruz,

[...] nada se encontra que indique a existência de lavoura, o povo em nada se emprega, senão na pescaria e trabalhos a jornal, quando os acha, do contrário procuram as tavernas para palestrar, e disso conclui-se perfeitamente que dessa vida miserável e odiosa, esse povo desgraçado tira o necessário para sua subsistência! (O Espírito-Santense, 1882, ed. 67, p.3).

No nosso entendimento não se trata somente de uma “narrativa condenatória” (OLIVEIRA, 2020, 185) e racista – que poderia ser combatida com o esclarecimento, mostrando que aquelas pessoas trabalhavam bastante, mas “trabalhavam para si, dentro da sua lógica de apropriação da terra” (OLIVEIRA, 2020, p.59), sendo injustamente qualificadas como preguiçosas. Ainda que estejamos de acordo com a injustiça de tal qualificação, não podemos perder de vista aquele que nos parece o cerne da questão: os indígenas que trabalhavam para si, pescando e catando mariscos para subsistência ou cuidando da saúde de mulheres grávidas, não eram observados nos documentos oficiais como “força de trabalho” mobilizada para o progresso da província, o que, mais do que um engano, revela muito sobre a formação da categoria trabalho. Trata-se também do estranhamento dos homens letrados que personificavam o valor (no sentido de SCHOLZ, 1992), estranhamento ao olharem para aqueles corpos não suficientemente “dóceis” (GAUDEMAR, 1977), para aqueles indivíduos que não pareciam suficientemente sujeitados à lógica econômica, não alocavam racionalmente seus recursos e sua força de trabalho trabalhando naquilo que fosse “mais vantajoso para o indivíduo e para o estado”, expressão esta que aparece no mesmo relatório de 1861, já mencionado acima, em que o presidente da província reclamava da “pertinácia com que muita gente se dedica à pescaria, dominados dessa indolência histórica” (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 66):

Aqui mais do que em todos outros pontos do Brasil faltam braços para aproveitamento dos dons com que a natureza brindou a terra americana. [...] Há na província uma indústria que prejudica à lavoura, distraindo dela numerosos braços — é a pesca. Muitas povoaçõeszinhas situadas à beira-mar compõem-se de numerosas famílias que se dedicam a esta indústria. O mar é abundantíssimo de peixe e oferece seus dons, sem os sacrifícios nem os suores da lavoura. [...] São outros tantos braços que abandonam o cultivo da terra, de

certo mais vantajoso para o indivíduo e para o estado. (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 67, p. 88)

É importante observar inicialmente que, alinhado com os debates que se faziam por todo o país após a proibição do tráfico externo de africanos escravizados em 1850, o presidente da província aborda a “falta de braços” para a agricultura no estado, elegendo os pescadores como culpados. O segundo aspecto relevante que o presidente da província relata é a “pertinácia” (obstinação, teimosia) de “muita gente” para se dedicar à pescaria, indo contra o que seria melhor “para o indivíduo e para o estado”. Podemos entender essa teimosia como uma insubordinação daquelas pessoas, o que nos exige uma nova recuperação de aspectos teóricos para abordar as concepções de trabalhador que parecem ter influenciado o discurso e as ações dos representantes do Estado e das ciências – os especialistas na superação do atraso – em seus *discursos*, *projetos* e ações voltadas para a modernização dos territórios onde viviam o “caboclo que vegeta numa vida inútil” (WAIBEL, 1955) e os pescadores “dominados dessa indolência histórica” (ESPÍRITO SANTO, 1861).

2.9. Sujeitos sujeitados? Ou falta de sujeição?

No diálogo crítico que Marx ([1867] 1996, p. 202) faz com autores que o precederam, ele afirma que a economia política de Smith e Ricardo começa suas formulações com “Robinson [Crusoé] em sua ilha”, isto é, o indivíduo isolado, o “homem em geral” que age de forma racional de modo a distribuir seu tempo da melhor maneira nas diversas funções produtivas. Esse indivíduo que aparecia para os pensadores do século XVIII como “ponto de partida da história”, para Marx, pelo contrário, era um ponto de chegada que só podia ser imaginado pela sociedade burguesa que surgia a partir do século XVI e se preparava para a maturidade no século XVIII:

O caçador ou o pescador isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertencem às triviais imaginações do século 18. [...] Essa é a aparência [...] das pequenas e grandes robinsonadas. Essas antecipam, ao contrário, a "sociedade burguesa" que se preparava desde o século 16 e que no século 18 marchava a passos de gigante para sua maturidade (MARX, [1857] 2008, p. 237-238).

Marx prossegue sua crítica às “robinsonadas” afirmando que esse indivíduo livre, desprendido de laços, é encontrado apenas nas sociedades de livre concorrência, sendo portanto um resultado histórico, enquanto para Smith e Ricardo ele parecia ser “um ponto de partida da história” (Ibid., p.238). A produção por indivíduos isolados, assim, parece algo tão insensato quanto o desenvolvimento da linguagem na ausência de indivíduos que

vivem juntos. Apenas um cidadão inglês como Robinson Crusoe, solitário em uma ilha mas já pensando de forma moderna, poderia gerenciar o uso seu tempo abstrato – medido pelo relógio, que curiosamente se manteve intacto após o naufrágio nessa situação hipotética da economia política – de forma a maximizar a produção no menor tempo possível. Nesse sentido, “ao falar da produção, seria preciso ou seguir o processo de desenvolvimento em suas diferentes fases, ou declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica”. Contudo, Marx entende que a “produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, pelo fato de que põe realmente em relevo e fixa o caráter comum, poupando-nos, portanto, as repetições” (Ibid., p.239-240).

Anos depois, Marx ([1867] 1996, p.202) retornaria a Crusoe, afirmando com sarcasmo que o naufrago solitário dividia “seu tempo minuciosamente entre suas diferentes funções [...] e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro razão, tinta e caneta, começa, como bom inglês, logo a escrever a si mesmo. Seu inventário contém uma relação dos objetos de uso que ele possui, das diversas operações requeridas para sua produção e, finalmente, do tempo de trabalho que em média lhe custam determinadas quantidades desses diferentes produtos.” Esse “escrever a si mesmo” e essa maximização da utilidade de seu tempo corresponderiam à “concepção de natureza humana” (p.238) da economia política que Marx critica. Essa concepção de “natureza humana” em que o “homo economicus”¹⁶⁰, ao invés de resultado histórico, aparece nas formulações como ponto de partida, voltaremos a vê-la em termos mais geográficos no próximo capítulo, nas obras de Deffontaines e sobre os *pioneiros*, e ainda nas formulações mais gerais dele e de La Blache sobre o “homem” e o “meio”; ou ainda nas ideias do Engenheiro Araripe (1954) sobre o “instinto de mobilidade e avanço para o interior”, que caracterizaria os brasileiros.

De modo similar às “robinsonadas” da economia política, no século XIX o economista alemão J. Von Thünen buscou pensar de forma racional e ideal o “Estado Isolado”. Ele concebe uma abstração econômica segundo a qual a população “pode passar sem dificuldades de um sistema de atividades a outro” (Von Thünen apud TOLEDO, 2019, p. 82), o que equivale, segundo Carlos Toledo, a “uniformizar os sujeitos como simples reprodutores de uma lógica, alocando perfeitamente os seus recursos, o que inclui seus corpos instrumentalizados em função dos ganhos individuais.” (Ibid.) Como explica

¹⁶⁰ Esta expressão, referente ao homem econômico, ator racional ou maximizador racional, não é de Marx: teria surgido em 1883 segundo o *Oxford English Dictionary*.

David Harvey (2005, p.106), nessa formulação teórica de Von Thünen, os trabalhadores que produzem meios de subsistência poderiam passar para a produção de capital, e vice-versa, em busca de salários maiores. A transferência dos trabalhadores continuaria “até o equilíbrio [...], até ambos os tipos de trabalho serem pagos de modo igual”.

Não se trata, na nossa pesquisa, de apontar a abstração como um engano, mas de buscar compreender abstrações que movem processos (muitas vezes violentos) na realidade, de forma que os sujeitos e seus corpos vão sendo forçados na prática a tal instrumentalização (GAUDEMAR, 1977; TOLEDO, 2019, p.91). Como argumenta de forma apologética Von Thünen (apud HARVEY, 2005, p.108), “é necessária a compulsão que o domínio do capital impõe sobre os homens, para conduzi-los ao seu destino superior, e, assim, não deve mais se afigurar como flagelo, mas como instrutora da humanidade”.

Da mesma forma que argumenta que o “homem em geral” da economia política é o resultado de um processo histórico, Marx argumenta em sua *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política* que também o “trabalho em geral” como concebido pelos economistas, seria “uma categoria tão moderna como o são as condições que engendram essa abstração” (MARX, 2008, p.262). Marx dialoga com os fisiocratas – que privilegiavam a agricultura como trabalho criador de riqueza – e com Adam Smith, que inovou ao pensar a generalidade abstrata do trabalho:

[...] trabalho simplesmente; não o trabalho manufatureiro, não o comercial, não o agrícola, mas tanto uns quanto os outros. Com a generalidade abstrata da atividade que cria a riqueza, temos agora a generalidade do objeto determinado como riqueza, o produto em geral ou, uma vez mais, o trabalho em geral [...] A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, lhes é indiferente. Nesse caso, o trabalho se tem convertido, não só categoricamente, mas também realmente em um meio de produzir riqueza em geral, deixando de se confundir com o indivíduo como um objetivo especial. (MARX, 2008, p. 262-263)

Como propõe Robert Kurz (2014), a discussão sobre a relação entre a origem lógica das categorias – isto é, como elas aparecem e se desenvolvem nas formulações lógicas – e a gênese histórica dessas mesmas categorias é uma das mais importantes temáticas da discussão crítica recente: na citação acima, fica evidente que a categoria *trabalho*, sobretudo nessa forma de pensá-lo como trabalho abstrato, é típica de uma certa sociedade, e não uma propriedade do ser humano em geral.

Em relação à gênese histórica do trabalho, Kurz (1992, p. 34) argumenta que os elementos do trabalho assalariado que hoje aparecem naturalizados foram criados “mediante o emprego de violência direta por parte do Estado”, formulação que ele desdobrou em sua obra *Dinheiro sem valor* (2014) ao tratar a revolução militar após a introdução da pólvora e dos canhões como estímulo inicial para o desenvolvimento do capitalismo. O trabalhador que produz e consome mercadorias compradas no mercado corresponderia à lógica de uma sociedade militarizada e, em seguida, de uma sociedade produtora de mercadorias, o que alguns exemplos empíricos da territorialização do capital no Espírito Santo evidenciaram acima, embora não tenhamos buscado trazer sempre as implicações teóricas de cada evento particular, de modo a não tornar o texto repetitivo e também de modo a não reduzir cada particularidade a uma explicação geral sobre a mobilização do trabalho que tudo preveria, tornando quase desnecessário o aprofundamento sobre as particularidades.

Consideramos relevante o olhar sobre as particularidades porque o desenvolvimento histórico não adere totalmente às explicações de uma lógica racional-dedutiva. É esse entendimento geral que julgamos encontrar também nos autores que tomamos como base para a discussão do disciplinamento do trabalho. Carlos Vainer, retomando Marx, afirma que a separação do produtor de seus meios de produção, fundamento da relação capitalista, prossegue em escala progressiva ao longo do desenvolvimento capitalista. Para ele, não é apenas a separação, mas a própria produção da força de trabalho que se vê reiterada em escala ampliada. A tendência lógica seria uma força de trabalho de mobilidade absoluta. Porém, ele destaca que essa tendência não se realiza plenamente devido a

contra-tendências e obstáculos sempre renovados [incluindo] a própria resistência dos trabalhadores¹⁶¹, que buscam incessantemente outras formas de identidade que não seja a simples e exclusiva existência para o capital, enquanto força de trabalho, pura e absolutamente mobilizável (VAINER, 1984, p. 30).

Nesse mesmo sentido, Jean-Paul de Gaudemar (1977, p.49) fala na sujeição de corpos “permanentemente dóceis” mais como um projeto econômico, mas não necessariamente como uma descrição exata da realidade ou de um processo já ocorrido na realidade de forma idêntica à teoria. É o que parece indicar o autor, poucas páginas

¹⁶¹ Nessa formulação de Vainer, a “resistência dos trabalhadores” aparece como uma lógica dedutiva, um “princípio” natural do “homem”. Não adotamos em nossa pesquisa a hipótese de que essa resistência seja assim universalmente distribuída, mas de que ela vai depender de relações sociais e contextos territoriais.

depois de mencionar os corpos dóceis, ao afirmar que seu texto se volta mais para a crítica do “discurso teórico” dos economistas, com a “história real” intervindo apenas pontualmente (ibid., p.52). Apontando essa ênfase no “discurso teórico” como uma fraqueza de sua obra, Gaudemar indica que “um trabalho coletivo que apelasse para a memória popular” poderia remediar tal fraqueza: “restituindo a história real da mobilidade das forças de trabalho”, proclamando o que frequentemente se cala: “[e]rguer-se-ia então diante dos nossos olhos o paralelo entre o quadro das resistências de todo um povo a um crescimento econômico que lhe é imposto [...]” (ibid., p.52-53).

Se hesitamos em chamar os exemplos empíricos deste capítulo de “resistências”¹⁶², entendemos que é razoável entender que a sujeição daqueles indivíduos enquanto corpos dóceis dispostos para qualquer tipo de trabalho – isto é, com a mobilidade do trabalho naturalizada pela economia liberal –, mais do que uma propriedade do ser humano, era na realidade empírica estudada neste capítulo um longo processo, com a *abstração teórica* dos economistas ainda em vias de ser internalizada pelos sujeitos trabalhadores como *abstração real*. O contexto territorial importa aqui: se estivessem passando fome, podemos imaginar que aqueles indivíduos – em um resumo do debate – se mobilizariam “sozinhos”. Porém, tudo indica que no litoral norte capixaba as pessoas tinham acesso, em “todos os rios e enseadas”, a uma “abundância de peixe e de mariscos” (VASCONCELLOS, 1858), além de acesso às terras – aquelas “inaproveitáveis” por serem alagáveis, mas também outras que, desde a “sesmaria dos índios”, aqueles sujeitos ainda conseguiam seguir ocupando, primeiro na condição de “índios civilizados” e “vassalos” do rei, depois progressivamente igualados aos outros cidadãos enquanto “caboclos” ou “pardos”. Nesse contexto territorial, o processo de mobilização dos corpos enquanto corpos dóceis dava alguns passos para a frente – sobretudo na derrubada e corte de madeiras –, depois alguns para trás, sendo mais fácil enxergar a mobilidade da força de trabalho formada nos planos e projetos das elites letradas do que na realidade daqueles pescadores e outros indivíduos do litoral: na vida cotidiana destes, o disciplinamento e a mobilização do trabalho eram processos ainda incipientes, que frequentemente precisavam utilizar a violência direta (extra-econômica),

¹⁶² Conferir no Capítulo 1 desta dissertação o debate que Simas (2021) faz sobre “resistência” e aspectos da vida cotidiana em que as pessoas não exatamente resistem, mas “inventam alternativas de mundo, [chegando] onde aqueles que o combatem não vão chegar, porque não entendem do que se trata”. Em certa medida isso se aplica para esses textos do século XIX citados aqui: aquelas elites entendiam muito pouco sobre a vida dos pescadores, mas entendiam sobre a importância de seus “braços” para produzir mercadorias. Cabe repetir aqui: o peixe era muito precíval pois não havia gelo até o século XX.

forçando os indivíduos a trabalhar e/ou a migrar temporariamente para outros locais da província onde seus “braços” eram necessários.

Se essa internalização do trabalho foi formulada por Gaudemar (1977) como a sujeição de “corpos permanentemente dóceis” – e o advérbio é importante aqui, pois indica um processo em tese finalizado, uma internalização permanente pelo sujeito – uma outra formulação no sentido oposto, ou seja, da dificuldade de tal internalização, é a antiga “pertinácia” ou teimosia de “muita gente” em se dedicar à pesca (ESPÍRITO SANTO, 1861), teimosia que parecia ir se repondo ao longo das gerações, transmitindo-se em muitas famílias “como um legado” naquele contexto do norte capixaba. O tema da teimosia em se manter os velhos costumes é antigo na colonização brasileira. O padre Anchieta escrevia em 1584 que os impedimentos para a conversão dos índios ao cristianismo eram seus costumes como terem muitas mulheres, a bebida, as guerras, “e sobretudo faltar-lhes temor e sujeição [...]. Todos estes impedimentos e costumes são mui fáceis de se tirar se houver temor e sujeição” (Anchieta, 1584, p.333, apud VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.189). Os jesuítas observavam uma ausência de sujeição ao mesmo tempo religiosa e política: “não podiam servir a um Deus soberano porque não tinham soberanos nem serviam a alguém. Sua inconstância decorria portanto da ausência de sujeição” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.216-217).

Os “índios civilizados” no Espírito Santo no início do século XIX eram todos formalmente católicos (ao menos no papel) e súditos da coroa portuguesa e depois brasileira, e estavam cientes disso, como mostra Saint-Hilaire, entre outros. Porém, com todo o cuidado necessário ao se fazer um salto histórico entre os séculos XVI e XIX, e lembrando que três séculos de catequização separam as palavras de Anchieta do período que nos interessa, resta contudo a sugestão de que a “falta de sujeição” seja de alguma forma similar ao que os autores do século XIX identificavam no Espírito Santo como vadiagem – que Vania Moreira (2005) vai definir como falta de enquadramento nos padrões de trabalho ditados na estrutura social e econômica –, como pertinácia (teimosia em manter os velhos costumes como a pesca) ou como falta de “amor ao trabalho”. Ou mesmo, em alguma medida, similar ao que geógrafos de meados do século XX nomearam “vida mais ou menos parasitária” (DEFFONTAINES, 1944) ou “vida inútil” do caboclo (WAIBEL, 1955). Essa “vida inútil”, como temos argumentado nesses dois capítulos paralelos II e 2, se dava ao mesmo tempo por uma insuficiente internalização do “amor ao trabalho” e por contextos territoriais em que, podendo sobreviver com pouca necessidade de acesso aos mercados, os indivíduos tiveram uma relativa autonomia de

usar seus “braços” como queriam. Autonomia relativa: seguiremos no próximo capítulo observando a progressiva penetração da forma-mercadoria naquele contexto territorial. Mas ainda assim uma autonomia em comparação com “regiões escravistas”, autonomia que persistiu até certo ponto no contexto da República Velha. E aqui podemos retornar à ideia de Walter Benjamin mencionada no prólogo da dissertação, segundo a qual todos os “bens culturais” – da “civilização” que podemos de forma esquemática opor à chamada “vida inútil” – estão intrinsecamente ligados à guerra e à violência.¹⁶³

2.10. Considerações finais sobre a “falta de braços” e regionalização do litoral

Acompanhando projetos e processos modernizadores sobre as populações litorâneas ao longo de um período de lenta e contraditória modernização das relações sociais no norte capixaba, observamos aqui formas de trabalho forçado que explicitam o caráter violento da formação de uma “força de trabalho” (VAINER, 1984). A temática da “vadiagem”, constante no século XIX, pode ser entendida em um contexto de disciplinamento de trabalhadores em potencial, seja pelo convencimento relativamente pacífico, seja mediante violência física. Assim, retomamos da “escola de trabalho” de Prado Jr. mais o aspecto disciplinar das escolas do que qualquer aspecto positivo e não violento da educação. Também entendemos que as acusações sobre os indígenas que “não julgam necessário lavrar a terra” (MARQUES, 1878) vão ser mais comuns após 1850, no contexto da nova Lei de Terras e da formação de um mercado de terras, contexto em que a definições de “terra devoluta” e “terra cultivada” vão se moldar aos interesses de elites coronelistas interessadas em se apropriar das vastas terras da antiga “sesmaria dos índios”.

É essa a abordagem que seguimos aqui, nos distanciando de certos aspectos da historiografia mais recente sobre o Espírito Santo, ao considerarmos que a “velha narrativa que estigmatizava os indígenas como preguiçosos”, nas palavras da historiadora Tatiana de Oliveira (2020, p.59), mais do que apenas uma *narrativa* ou *discurso* (ainda ecoando hoje no senso comum), é também um indício dos *projetos* que associados aos longos e violentos *processos* de sujeição desses indivíduos à lógica fetichista da produção

¹⁶³ A palavra “civilização”, no Brasil do século XIX, designava menos um conceito estático (como em “civilização *versus* barbárie”) e mais um processo em que civilizar-se-iam os “outros”, os “selvagens”, que abandonariam assim os costumes “atrasados” e a vida “parasitária”. É assim que a palavra aparece nos seguintes documentos: *Carta Régia de 12 de maio de 1798 sobre a civilização dos índios* (apud MOREIRA, 2017, p.122); *Regulamento para a civilização dos índios Botocudos nas margens do rio Doce* (1824, apud MOREIRA, 2017, p.181); *Regulamento acerca das Missões de Catequese e Civilização dos Índios* (1845, apud MOREIRA, 2017, p.184).

e consumo de mercadorias¹⁶⁴. Aquele discurso revela também sobre o fetichismo da mercadoria: quando as elites letradas passaram a afirmar que as terras e aqueles “braços” não estavam sendo bem utilizados, elas estavam agindo como *personas* do capital em processo de reprodução: as pequenas roças, a pesca ou a atividade de catar caranguejo no mangue não eram compreendidas como trabalho, como indicava um relatório da Câmara de Santa Cruz: aqueles homens e mulheres faziam aquelas atividades “por mero hábito, mas não por amor ao trabalho!” (O Espírito-Santense, 1882, ed.69, p.3). Os autores desse relatório pareciam entender o trabalho como aquele que gera mercadorias realizáveis em troca de dinheiro. Assim, tinham eles uma compreensão mais aguda sobre as categorias econômicas em processo – embora fosse uma compreensão apologética e não crítica – do que historiadores que se preocupam em provar que as mulheres de Santa Cruz *trabalhavam* como parceiras e como lavradoras. Sim, são relevantes esses documentos sobre as atividades das mulheres, mas tratar isso tudo como trabalho obscurece a violência da formação categorial do trabalho – além do problema de se acreditar na letra fria das estatísticas que invisibilizaram a pesca naquela vila de Santa Cruz.

Além de fazerem uma “crítica preconceituosa” aos indígenas, como formula corretamente Edson Hely Silva (2008), esses textos do século XIX sobre “falta de braços” e “vagabundagem” são entendidos por nós sobretudo como uma revelação do “segredo” que é a necessidade lógica e histórica da expropriação e disciplinamento do trabalhador antes da entrada desse indivíduo como mão de obra autonomizada no mercado (MARX, 1996). As formulações dos textos do século XIX que estigmatizam os indígenas e caboclos fazem, sim, parte de uma “velha narrativa” (OLIVEIRA, 2020), mas mais do que provar a falsidade de tal narrativa, nos interessou aqui entender o que ela revela sobre as relações entre pessoas obscurecidas pelo “critério da calculabilidade e da utilidade” (ADORNO & HORKHEIMER, [1947] 1985). Ou seja, a *narrativa*, para nós, “[a]ntes de ser um equívoco, é um ponto de partida. Afinal, em uma sociedade em que as relações sociais são mediadas por coisas, é preciso revelar o processo de constituição da coisa mediadora” (TOLEDO, 2008, p.66).¹⁶⁵ Este autor estava se referindo, no seu caso, à

¹⁶⁴ Historiadores como Oliveira (2020) provavelmente também sabem que essas “velhas narrativas” se inserem em projetos e processos, mas não fazem dessa constatação o cerne de suas análises, buscando sobretudo provar que aquelas narrativas eram falsas.

¹⁶⁵ No contexto estudado neste capítulo, a madeira parece ser a mercadoria mais importante mediando relações, embora o trabalho compulsório fosse mobilizados para outras atividades. E embora a vida cotidiana da maioria dos indivíduos provavelmente não estivesse ligada à produção de madeira e sim à pesca – que só iria produzir mercadorias vendidas a longas distâncias depois, no século XX –, a “pequenas roças” e outras atividades que entendemos como de subsistência.

“coisa” diamante, mercadoria mediadora de relações na “região das lavras baianas” que ele estudou. No contexto de nossa pesquisa e mais especificamente neste capítulo, estamos buscando desvendar o processo de constituição do trabalho abstrato, categoria que hoje parece evidente em uma *sociedade do trabalho* (KURZ, 1992) onde aqueles que não trabalham são, ainda, qualificados como “vagabundos”, ainda que com nuances e contextos diferentes daqueles do século XIX. Para desvendar a complexa formação dessa categoria *trabalho* na particularidade do litoral norte do Espírito Santo, é essencial observarmos os “equivocos” dos textos antigos sobre os “caboclos”, as populações “parasitárias” (DEFFONTAINES, 1938) e outras definições que podem causar estranhamento em leitores dos nossos dias, mas seguirão sendo abordadas justamente no sentido em que esse estranhamento revela os pressupostos da forma social em processo.

Ainda em relação à tese de Carlos Toledo, nos interessa uma outra constatação de sua pesquisa: ao contrário de outras mercadorias como a farinha de mandioca que pode ser vendida no mercado ou consumida pelo próprio produtor, o diamante só tinha importância para as populações da *região das lavras baianas* enquanto mercadoria trocada por dinheiro. Estamos de novo abordando a mercadoria “ocupando a vida social” (DEBORD, 2019), ainda que a população das lavras baianas também produzisse parte dos seus meios de reprodução, não sendo, portanto, dependente de mercadorias para todas as suas necessidades de subsistência. Essa entrada da mercadoria no cotidiano de indivíduos não completamente expropriados é um processo que depende dos contextos territoriais e das necessidades socialmente produzidas. E é também enquanto mercadoria que Gaudemar (1977) e Vainer (1984), como vimos, buscam desvendar a força de trabalho não como característica de um “homem em geral”, mas como uma categoria que se constrói no mercado. Ao ser comprada a força de trabalho, e ao ser realizada como trabalho, ela torna-se finalmente a “substância” do valor (KURZ, 2014).

Ao nos voltarmos para os documentos históricos – ao invés da abordagem lógica sobre a *força de trabalho* como característica do “homem em geral” – constatamos que no litoral norte do Espírito Santo a “falta de braços” parece ter sido um problema mais grave do que em outras regiões do Brasil, ao menos é isso que argumentam autores de textos do período como o Bispo Coutinho e mais de um presidente da província no século XIX. O disciplinamento dessa força de trabalho foi bastante violento no caso estudado, e isso, quase sem discutirmos o trabalho escravo no sentido estrito, realizado por negros escravizados que eram vendidos como mercadoria até 1888 em todo o Brasil, mas em

proporções muito diferentes em cada particularidade local, sendo o trabalho de escravos negros proporcionalmente menos relevante no litoral norte capixaba do século XIX.

Após esse mergulho em textos de época, fechamos o presente capítulo com uma proposta de regionalização do litoral do Espírito Santo, proposta baseada nas relações das diferentes regiões com o conjunto do Brasil e com o mundo, relações estas mediadas por mercadorias. Tendo em vista que mercadorias não se produzem sozinhas, a regionalização se baseia na forma como era mobilizado o trabalho na região. Na revisão bibliográfica realizada, constatamos que, no trecho do litoral entre Nova Almeida e a foz do Rio Doce, houve uma forte presença de “índios civilizados” e um pequeno número de negros escravizados. É o que mostram os dados do *Diccionario Historico, Geographico e Estatístico da Província do Espírito Santo* (MARQUES, 1878):¹⁶⁶

Tabela 1: População escravizada em 1878. Dados compilados a partir de Marques (1878)

População de negros escravizados na década de 1870	Paróquia
21% da população total	Nova Almeida
9% da população total	Santa Cruz
7% da população total	São Benedito do Riacho ¹⁶⁷
7% da população total	Linhares
51% da população total	São Mateus

Na paróquia de Nova Almeida, naquele período histórico, já estava em curso o que a historiadora Vania Moreira (2002, p.6) denomina “processo de expulsão dos índios das terras [...], sobretudo daquelas mais próximas à vila de Nova Almeida”. Abordaremos no capítulo 3 os processos de expulsão dos indígenas para sertões mais distantes e de “usurpação de suas terras” (ibid.). Aqui importa sobretudo ressaltar que a composição populacional de Nova Almeida, no recenseamento dos anos 1870, tinha uma quantidade de escravizados (21%) mais próxima da que consta na vizinha paróquia da Serra, que tinha 34% das pessoas listadas como escravos (MARQUES, 1878). Há, nas paróquias de Santa Cruz, Riacho e Linhares, um hiato com menos de 10% das pessoas escravizadas, enquanto mais ao norte, em São Mateus, mais da metade da população tinha o estatuto legal de escravo. Assim, falamos nesta dissertação de um “litoral norte capixaba” com

¹⁶⁶ Nas seções anteriores, argumentamos que os dados quantitativos – e não apenas os *discursos e narrativas* – devem ser abordados com desconfiança. Lima (2003, p.141) relata uma “tendência dos proprietários em não declarar o número exato de escravos, com o fim de fugir aos impostos devidos.” Mas tal tendência em tese ocorreria em todo o território e não somente em uma paróquia. Além disso, citamos abaixo os relatos sobre a “ausência de escravos” em Linhares e Santa Cruz.

¹⁶⁷ Riacho, antigo município, atualmente é distrito do município de Aracruz.

características diferentes de um “extremo norte” do litoral – nos atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra – que constituía outra região, especializada na monocultura de mandioca com mão de obra escravizada.

O Bispo D. José Coutinho, nos relatos de suas viagens de 1812 e 1818, deixa bem clara a especialização econômica de São Mateus na monocultura de mandioca, enquanto em Linhares é relatada a “falta de braços”:

[Em São Mateus:] já [tinha] ouvido dizer que havia muito luxo nesta vila; mas este luxo só o pude ver naquelas mulheres, porque os homens e rapazes respiravam um não sei quê de rusticidade e costumes sérios; todos são criados e entretidos nas roças de mandioca.

[Em São Mateus:] É lá por cima que as terras são mais férteis e mais próprias para a mandioca, que é a única coisa de que se trata.

[Em Linhares:] há suma falta de braços, e roçadores para derrubar os espessíssimos matos vizinhos [...] há também falta de ofícios mecânicos, especialmente oleiros, ferreiros etc. (COUTINHO, 2002, p.60; p.63; p.70).

Também Saint-Hilaire (2020, p.106), relatando sua viagem de 1818, afirmava que “à exceção de João Felipe [Calmon], os habitantes de Linhares são pobres e sem escravos [...]”. Ainda em Linhares, em 1857 o relatório da “expedição Francilvania” relatava a existência, nos arredores da lagoa Juparanã, de “algumas habitações de índios que da povoação da barra [Regência] vieram aí estabelecer-se, cujas *roças são pequenas, como todas as roças de índios*” (Correio da Victoria, 1857, ed.74, p.3, itálico nosso), dando a entender que as “roças de índios” eram voltadas sobretudo para a subsistência e que este fato era conhecido de todos à época.

Ao comentar o recenseamento de Aldeia Velha [Santa Cruz] de 1843 que já abordamos mais acima, Tatiana de Oliveira (2020, p.174) traz uma importante informação:

Não se encontrou nenhuma residência indígena, seja chefiada por homens ou mulheres, que tivesse a presença de escravos. Diferentemente, para mulheres brancas foram encontrados alguns poucos domicílios em que elas tinham pelo menos um escravo.

Em 1882 no mesmo município de Santa Cruz, o relatório da câmara municipal afirmava: “[h]á neste município 14 fábricas de açúcar, 6 de aguardente, ocupadas por braços livres e escravos em número menor [...]” (O Espirito-Santense, 1882, ed. 69, p.3).

A partir dessa constatação sobre a mão de obra no litoral norte capixaba, podemos nos arriscar a formular a falta de braços, tanto livres como escravizados, como um elemento empiricamente significativo dessa região, mas para tal, é importante nos determos sobre uma formulação de região pensada especificamente para contextos pós-

coloniais, a de Francisco de Oliveira. Em sua obra *Elegia para uma re(li)gião*, Oliveira buscou pensar criticamente a *questão regional* no Brasil, em um contexto em que o *planejamento regional* ganhava importância decisiva no Estado brasileiro já desde meados do século XX, tendo entre seus principais objetivos a redução das desigualdades regionais, vista como pré-requisito para a *superação do atraso* e o desenvolvimento do Brasil na formulação de Celso Furtado ([1959] 1987) e de outros autores da chamada *escola cepalina*, que tiveram influência nos órgãos de planejamento brasileiros.¹⁶⁸ Na formulação de Oliveira, contudo, o principal resultado do planejamento regional foi a centralização do poder no Estado nacional, com a substituição das oligarquias regionais por elites nacionais e mesmo internacionais. No capítulo 3 voltaremos ao que Oliveira propõe como processo histórico de “fechamento” e “abertura” das regiões. Aqui, o principal aspecto de sua obra que ressaltamos é a formulação de que as regiões no Brasil

se constituíram ligadas ao comércio internacional de mercadorias, sendo essa sua lei de reprodução ao nível mais geral, mas, ao mesmo tempo *et pour cause*, mantendo ou criando formas de reprodução do valor bastante diferenciadas [...] (OLIVEIRA, 1977, p.28).

A forma de reprodução do valor¹⁶⁹ no “extremo norte capixaba” (região centrada na cidade de São Mateus) era muito mais típica do que ocorria em uma “região escravista” voltada para o comércio de farinha mandioca com Rio de Janeiro e Bahia, tendo em vista que essa mercadoria era o principal gênero de subsistência das populações urbanas no Brasil¹⁷⁰ e também essencial para o abastecimento da tripulação dos navios que operavam no Atlântico, incluindo aqueles atuando no tráfico negreiro (RODRIGUES, 2017). O “sentido” do extremo norte capixaba é facilmente apreendido por esse tipo de lógica, ao menos até 1888, pois pouco após o fim da escravidão a monocultura de mandioca entrou em crise, como aborda em detalhes Simone Ferreira (2002; 2009). Consideramos que o

¹⁶⁸ Erick Kluck (2016, p.185-191) argumenta que esse papel destacado do Estado nacional no planejamento regional objetivando alavancar o desenvolvimento foi uma tendência mundial após a crise econômica de 1929: “Tratava-se de uma iniciativa inédita na tentativa de resolução de uma crise estrutural ocasionada, conforme o entendimento na época, entre outras motivações, por certo liberalismo exacerbado [...]”. Segundo essa lógica, o planejamento regional seria responsável por “promover, com o aparato estatal, a modernização das relações de produção” e, de forma mais geral, seria possível fazer “prevaler a racionalidade humana no planejar as ações” (KLUCK, 2016, p.188).

¹⁶⁹ A categoria *valor* é usada aqui com certa liberdade, assim como o foi por Oliveira na citação acima. Em termos estritos, a valorização do valor depende da reprodução ampliada do capital, do aumento da produtividade do trabalho medido em tempo abstrato e da reprodução social mediada por mercadorias. Na região escravista e na nossa “região da falta de braços”, esse processo não estava dado e naturalizado.

¹⁷⁰ Segundo o historiador Jaime Rodrigues (2017), a farinha de mandioca representou 88% de todos os gêneros que entraram no Celeiro Público de Salvador entre 1785 e 1851, com apenas 12% para arroz, milho e feijão. Nos jornais e relatórios consultados em nossa pesquisa, o comércio de farinha de trigo no Espírito Santo só é mencionado no fim do século XIX ou início do XX, processo que merece uma pesquisa interpretando-o como aspecto da *colonização das consciências* formulada por Eduardo Galeano (1978).

“litoral norte capixaba”, a região com poucos indivíduos escravizados, também tinha um “sentido”, só não é tão simples de explicá-lo, tendo em vista especificidades como a “falta de braços”, a proximidade dos “sertões” para onde os indivíduos podiam fugir, entre outros temas que serão desdobrados no capítulo seguinte. Do ponto de vista da capital do Império, a importância do litoral norte do Espírito Santo apareceu neste capítulo em alguns momentos: como região fornecedora de madeiras e de mão de obra para a construção dos navios da Marinha, como fornecedora eventual de mercadorias como açúcar, aguardente, farinha e cal.

Pode-se concluir que, ao contrário do extremo norte do litoral capixaba – atuais municípios de São Mateus e Conceição da Barra, onde havia uma especialização na monocultura de mandioca – a área que chamamos aqui de “litoral norte capixaba” tinha poucas grandes propriedades voltadas para a monocultura de cana ou mandioca, além de uma pequena presença da pecuária, e foi caracterizada inúmeras vezes no século XIX como atrasada economicamente devido à “falta de braços” para as atividades agrícolas, com boa parte dos textos apontando ainda que esses braços estavam sendo empregados na pesca e na derrubada de árvores, “faze[ndo] sensível falta à lavoura, e por isso igualmente necessita[va]-se de medidas, que obstem este mal.” (ESPÍRITO SANTO, 1849, p.10-11). Esta última citação, de relatório elaborado pelo então presidente da província, evidencia algum nível de conflito entre uma elite mais agrária e o setor madeireiro, que dependia em grande medida dos “braços” e dos conhecimentos dos indígenas para encontrar as melhores árvores, derrubá-las e serrá-las. Sabemos que houve medidas governamentais voltadas a mobilizar os “vagabundos” – na linguagem da época – para uso de seus braços em obras públicas e na agricultura, mas tais medidas foram sempre insuficientes: a “falta de braços” segue, ao longo de décadas, como um problema frequente nos relatórios e artigos de jornal.

Mais do que a simples falta de população, esse fenômeno deve ser atribuído à falta de trabalhadores expropriados com necessidade de vender sua força de trabalho, ou em contextos territoriais e sociais que lhes forçassem a trabalhar como *agregados* ou situações similares, nas terras de terceiros. Em São Mateus a “falta de braços” foi solucionada pelo tráfico negreiro, conforme a explicação de Fernando Novais (1995) e, antes dele, de Marx, sobre a necessidade do trabalho compulsório onde a terra era abundante. Por outro lado, em todo o litoral entre Nova Almeida e o Rio Doce, a população negra escravizada foi sempre comparativamente muito pequena, por motivos ainda pouco claros, com uma hipótese plausível sendo a ausência de grandes capitais

necessários para o investimento inicial no latifúndio escravista. Outra explicação complementar é a abundância de terras “inaproveitáveis”, embora outras fossem aproveitáveis. A utilização de mão de obra de indígenas foi a solução encontrada em muitos momentos ao longo do século XIX, como vimos, mas sempre insuficiente para resolver o problema da “falta de braços”: muitas vezes, após o uso de seus “braços” por um período acordado (no máximo dois meses em relatório de 1857 citado por MOREIRA, 2017), os indígenas voltavam para suas “pequenas roças” (Correio da Victoria, 1857). Posteriormente essas populações locais seriam *classificadas* não como indígenas, mas como pescadores, caboclos, etc., ou ainda em descrições típicas de *desclassificados*: “vadios” ou “parasitários”, mudança que reflete mudanças mais gerais nas formas de classificação no Império e depois na República.

Ao pensarmos as categorias econômicas em movimento, duas constatações gerais podem ser feitas a partir das discussões deste capítulo, uma mais evidente e outra mais complexa a ser desdobrada mais adiante. Em primeiro lugar, a constatação de que a mobilização do trabalho das populações do litoral norte do Espírito Santo foi um processo longo, complexo e violento, bem distante das abstrações econômicas que entendem o trabalho em moldes capitalistas como propriedade ontológica do “homem”. Os “corpos dóceis” (GAUDEMAR, 1977) são resultado de um longo processo de disciplinamento evidenciado nos documentos históricos, mas também de um contexto territorial e social que leva o trabalhador a internalizar a necessidade de vender sua *força de trabalho*. A segunda constatação é que a partir de cerca de 1850, enquanto em termos categoriais se dava o lento processo de formação de um mercado de trabalho e de um mercado de terras, na particularidade do litoral norte capixaba isso significou, por um lado, o entendimento de que as terras da antiga “sesmaria dos índios” eram devolutas, por outro lado, o entendimento de que aqueles “vadios” deviam ser mobilizados para o trabalho. Essa mobilização era influenciada por diversos *projetos*, alguns deles apresentados aqui, projetos influenciados por ideias econômicas liberais vindas da Europa.

Os projetos que vimos neste capítulo foram em grande parte escritos por membros de elites proprietárias de terra e de escravos. Em muitos casos, os autores são anônimos, o que dificulta o entendimento de seus interesses, mas vimos que havia um certo conflito entre “regiões do café” e, antes, da cana, que dominavam o debate político e nos jornais, e a “região madeireira”, cujas elites raramente ocupavam os jornais ou posições de destaque na política, mas agiam na prática de modo a mobilizar na região os “braços” necessários para derrubar árvores, serrar madeiras e transportá-las. Vimos também que

os indígenas eram considerados “destríssimos” nessas atividades.¹⁷¹ Não fica claro como, no contexto posterior à expulsão dos jesuítas, indígenas como os de Caieiras Velhas eram mobilizados para as atividades madeireiras: trocavam a madeira por dinheiro ou por outros bens? As relações eram mais violentas ou mais pacíficas? Seja como for, sabemos que seus “braços” foram mobilizados.

Outra constatação mais geral: a relação que estamos definindo como uma via de mão dupla entre os projetos no papel e as práticas modernizadoras não é sempre explícita: são frequentes os documentos governamentais, como relatórios e recenseamentos, que se apresentam como constatações “neutras” de dados empíricos, mas que entendemos como documentos também influenciados por escolhas (O que contar? Com que critérios e em quantos grupos dividir a população? etc.) e inseridos em *projetos* como o de assimilação dos “índios” na população de brasileiros “pardos”, o que em termos categoriais significa a sua integração como trabalhadores ou “braços” iguais aos outros, além da expropriação de suas terras como *devolutas*. Esses processos e projetos foram observados ao longo de várias décadas do século XIX, mas o ano de 1850 representa um importante ponto de inflexão com uma série de alterações: foi o ano da proibição do tráfico negreiro, da Lei de Terras e da Decisão nº 172 que incorporou ao patrimônio público “as terras dos Índios que já não vivem aldeados, mas sim dispersos e confundidos na massa da população civilizada”, descrição que entendemos como ao mesmo tempo a constatação de uma integração pretérita e o projeto de uma integração futura dos indígenas. No próximo capítulo abordaremos com mais detalhes a questão fundiária no norte do Espírito Santo e os casos de expropriação no litoral norte, que em geral se deram no sentido do sul para o norte, ou seja, se iniciaram nos territórios mais próximos da capital da província.

¹⁷¹ “Nova Almeida [tinha] 2 para 3 mil Índios, destríssimos em preparar madeiras, que compram os mercadores da Victoria e as exportam nos seus barcos para os portos que as pedem.” (Anônimo, década de 1790, apud CAMPOS E RODRIGUES, 2015). “[A população de Caieiras Velhas] compõe-se de índios civilizados e alguns amulatados. Seus moradores [...] não se ocupam senão em mariscar, serrar algum Taboado em quantidade mui diminuta e vender lenha” (O Espírito-Santente, 1882, ed.66, p.2).

Capítulo 3. O “povoamento” das “terras virgens” do norte do Espírito Santo e o litoral como o seu “outro” (1850-1950)

3.1. Observações iniciais

O presente capítulo tem como objetivo investigar a formação territorial do litoral norte do Espírito Santo em mediação com o processo de avanço da fronteira econômica no norte do estado até meados do século XX. Isso será feito a partir de uma série de críticas ou leituras a contrapelo¹⁷² de geógrafos e historiadores que escreveram sobre o *povoamento* ou a *colonização* do Espírito Santo, seguida de nossa formulação fundamentada nessas críticas e em documentos de arquivos: relatórios, textos de jornais, etc.

O litoral norte do Espírito Santo, como vimos no capítulo anterior em toda a documentação sobre disciplinamento do trabalho e expropriação de terras, era, no século XIX e início do XX, uma *terra com gente*, com indivíduos que foram descritos ora como “índios civilizados”, ora “caboclos”, ora “pescadores”, ora “lavradores”. Estranhamente, neste capítulo a maior parte das abordagens e formulações serão sobre o “povoamento” de supostas *terras sem gente*. Essas últimas duas expressões em itálico são nossas, mas têm o objetivo de explicitar uma série de contradições entre a realidade e os *projetos*. Nesses projetos e planejamentos¹⁷³, mais do que a imposição do trabalho com maior ou com menor violência sobre populações autóctones, como nos casos dos aldeamentos jesuítas e seus desdobramentos vistos no capítulo anterior, o cerne da questão, frequentemente, é o “avanço da fronteira” sobre “terras virgens”. Ao mesmo tempo, nas formulações dos geógrafos que examinaremos, os trabalhadores preferenciais são não os autóctones, mas os “pioneiros” que, por já terem internalizado a moral do trabalho, serão objeto de “interesse e especial simpatia” dos geógrafos, como explicitou Pierre Deffontaines (1959), um dos fundadores da geografia universitária no Brasil. Deffontaines será objeto, por sua vez, do nosso especial interesse, embora com um viés menos de simpatia e mais de crítica, não ao indivíduo, mas ao papel que ele desempenhou na modernização.

No capítulo anterior a preocupação teórica principal era com o processo de disciplinamento do trabalho no litoral norte do Espírito Santo no século XIX. Ao longo

¹⁷² Para Walter Benjamin ([1940] 2005, p.70), “escovar a história a contrapelo” seria a tarefa daqueles que observam, com horror, o “cortejo de triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra.”

¹⁷³ Os *projetos*, no período estudado neste capítulo, como veremos, vão dando lugar ao *planejamento* propriamente dito, com instituições voltadas para planejar a modernização e o progresso.

daquele século, o trabalho – frequentemente compulsório – dos “índios civilizados” e “caboclos”, gerido conforme as “formas coloniais de classificação social e governança” (MOREIRA, 2017; SOUZA, 2015) foi dando lugar à integração dos indivíduos como força de trabalho em geral, e ao mesmo tempo como cidadãos brasileiros em geral, em um processo de igualação que corresponde aos princípios liberais de “igualdade abstrata e jurídica” (KURZ, 2002) e de “mobilidade do trabalho” (GAUDEMAR, 1977).¹⁷⁴

Conforme formulou Souza (2015), a sociedade colonial era dividida em estamentos bem delimitados, típicos do Antigo Regime, ao mesmo tempo que havia os “vadios” ou “vagabundos”. Estes últimos, para ela, tinham como característica principal a “desclassificação” em relação àqueles estamentos, o que não impede que documentos da época reconhecessem a “utilidade dos vadios” ao cumprirem funções como as de “povoamento e cultivo” nos sertões distantes, protegendo a “parte civilizada contra os índios ferozes”. Para Moreira (2017), as “formas coloniais de classificação social e governança” duraram até meados do século XIX, sendo progressivamente substituídas pelo que temos definido como processo de igualação dos indivíduos enquanto cidadãos e trabalhadores “em geral”. Em todo o Brasil, esse processo de igualação teve entre suas principais manifestações o declínio do escravismo, desde a proibição do tráfico negreiro em 1850 até a abolição em 1888. Mas, na particularidade territorial que estudamos¹⁷⁵, essa progressiva igualação dos sujeitos se refletiu sobretudo no fim da utilização de diversas modalidades, mais ou menos compulsórias, de “trabalho indígena”. Como argumenta Vania Moreira (2017, p.191-192), aquelas mesmas pessoas podem ter continuado prestando serviços “enquanto ‘indivíduos’, ‘brasileiros’, ‘cidadãos’, ‘trabalhadores’, ‘caboclos’, ‘lavradores’ ou ‘vadios’ [...]”. Mas, para ela, quando a documentação, por volta de 1850, deixa de tratar do “trabalho indígena”, é importante frisar que se tratava do “fim de um logo período histórico caracterizado pelas formas coloniais de governança, de classificação social e de gestão da força de trabalho¹⁷⁶ de

¹⁷⁴ Sobre a chegada dessas ideias no Brasil, que, ao longo de sua história, “põe e repõe ideias europeias”, Roberto Schwarz ([1977] 2000, p.17; p.29) comenta: “No processo de sua afirmação histórica, a civilização burguesa postulava a autonomia da pessoa, a universalidade da lei[...], a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc.” em oposição à sociedade estamental do Antigo Regime. Na “posição relativa” do Brasil em relação à Europa, eram adotadas aqui as ideias que a burguesia europeia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão, porém na prática o *favor* era a regra. Schwarz cita ainda texto de 1879 de Machado de Assis: “[...] não há por ora no nosso ambiente a força necessária à invenção de doutrinas novas.”

¹⁷⁵ Como apresentado na Tabela 1 (capítulo 2), os negros escravizados representavam em Santa Cruz, Riacho e Linhares menos que 10% da população em 1878, enquanto em São Mateus eram 51%, ainda que todas essas estatísticas devam ser criticadas.

¹⁷⁶ Desdobrando a argumentação de Moreira, estamos propondo em resumo que a própria força de trabalho *em geral* se autonomiza no mesmo período em que os indígenas vão se tornando cidadãos *em geral*.

homens e mulheres livres classificados, até então, primordialmente como ‘índios’ no cenário regional.”

Trata-se de um processo concomitante com a expropriação de terras¹⁷⁷, sobretudo após a Lei de Terras de 1850: processo em que tanto o trabalho como a terra iam se autonomizando como mercadorias, conforme evidenciado também nos documentos relativos ao norte do Espírito Santo. Trata-se, portanto, de um caso particular, naquele contexto territorial, de um processo ocorrido no Brasil e na totalidade global, em que a colonização das Américas fez parte da formação do moderno *sistema produtor de mercadorias* (NOVAIS, 1995¹⁷⁸; KURZ, 1992).

No presente capítulo, ao longo de um percurso cronológico situado entre o fim do século XIX (mas com precedentes anteriores) e meados do XX, estudaremos o avanço da fronteira da territorialização do capital no norte do Espírito Santo. No diálogo crítico com autores que ao mesmo tempo descreviam e planejavam¹⁷⁹ o avanço da “civilização” sobre “terras virgens”, nos interessará observar suas formulações como falsas e verdadeiras ao mesmo tempo. São falsas porque conceitos como *terra virgem* e *pioneiro* contribuíram e contribuem até hoje para mistificar a realidade e invisibilizar conflitos e processos violentos. E são verdadeiras no sentido em que revelam algo sobre os processos concretos, reais, que geógrafos e planejadores buscavam descrever e analisar de um ponto de vista científico, tendo como objetivo geral uma exploração mais *racional do território*, uma melhor utilização da *natureza pelo homem*¹⁸⁰. Conceitos estes que, como veremos, não são nada simples.

¹⁷⁷ Poderíamos escrever “expropriação de *suas* terras”, mas assim estaríamos partindo do pressuposto de que cada terra tem seu dono. Pelo contrário, entendemos que a autonomização da terra – ou, de forma mais geral, dos recursos naturais – como mercadoria faz parte do processo de modernização estudado. Muitas descrições neste capítulo vão tratar de territórios de uso comum: lagoas, brejos, mangue, mar, etc.

¹⁷⁸ Importante ressaltar que Fernando Novais faz uma periodização que se encerra em 1808, enquanto aqui buscamos entender os diferentes processos de colonização que se prolongam para além do “antigo sistema colonial”.

¹⁷⁹ Em tese a descrição se volta para o presente e o passado ao passo que os projetos e o planejamento se voltam para o futuro. Porém, como já temos argumentado desde o capítulo 2 – sobretudo para o processo de integração dos indígenas na “massa da população civilizada” (BRASIL, 1850b) que se dá “por decreto” quando o censo deixa de contá-los como indígenas – esses processos passam pelas formulações escritas que, ao fazerem a descrição de fatos e de territórios no presente, também estão falando sobre o que entendem como objetivos de futuro e de progresso. Será o caso, neste capítulo, de formulações como “vazio demográfico” ou “sertão”, conceitos que já traziam implícito um projeto de futuro, como veremos adiante na formulação de Antonio Carlos Robert Moraes (2003).

¹⁸⁰ A palavra no gênero masculino aqui é intencional, tendo em vista sua ampla utilização por geógrafos e outros pensadores do período estudado. Entendemos que, ao alterar para “humano”, sem fazer as devidas mediações, estaríamos atenuando e escondendo problemáticas que buscamos, pelo contrário, evidenciar.

O capítulo se inicia abordando o pensamento e a trajetória do geógrafo Pierre Deffontaines e, sobretudo, as suas formulações sobre o estado do Espírito Santo, que ele conheceu em trabalhos de campo na década de 1930. Nessa primeira etapa, serão expostas e criticadas as bases teóricas da Geografia Regional Francesa e os problemas da transposição para o Brasil das formulações daquela corrente teórica sobre temas como a interação entre “homem” e “meio” e a “humanização” da natureza. Em uma segunda etapa de críticas, buscamos situar historicamente conceitos utilizados por Deffontaines e por muitos de seus contemporâneos, como “terra virgem”, “sertão”, “pioneiro” e “fronteira”: partimos da hipótese de que os conceitos e categorias não são atemporais, pelo contrário, cada período “coloca a possibilidade de determinados conceitos”, como propõe a geógrafa Amelia Damiani (2008).

Após essas seções mais eminentemente teóricas que abordarão também o período de autonomização da Geografia no Brasil como disciplina acadêmica e sua mediação com o planejamento estatal – este também em processo de institucionalização –, voltaremos a atenção para a particularidade territorial do litoral norte do Espírito Santo em mediação com o movimento da fronteira econômica rumo ao norte e ao interior do estado. Essa ordem das seções no capítulo, diferente da ordenação usual em que uma revisão bibliográfica precede as discussões, críticas e análises, é justificada pela importância de se fazer a crítica das diferentes formulações, conceitos e categorias situando os diferentes grupos de autores e textos, considerando ainda um movimento de mão dupla entre pensamento e realidade. As ideias formuladas sobre *fronteira* ou *colonização de terras virgens*, por exemplo, influenciaram a vida das pessoas, ao mesmo tempo que mudanças nas relações sociais geraram condições práticas para novas ideias.

Assim, as seções iniciais deste capítulo têm diferentes momentos de revisão bibliográfica e cada um deles é seguido de análises. Inicialmente será apresentada a geografia dos anos 1930-1950 – ainda em processo de institucionalização no Brasil, mas já com algumas características modernas como os departamentos universitários e as revistas científicas – realizando suas primeiras formulações sobre o litoral norte do Espírito Santo, para em seguida desenvolvermos três momentos de crítica àquelas formulações: (I) uma crítica à geografia regional francesa, objetivando evidenciar a relação entre seus conceitos e a forma social do sujeito moderno, problematizando ainda o quanto aquela geografia tematizou as colonizações como etapas do progresso histórico do “homem”; (II) uma crítica mais geral a conceitos utilizados naquele período, como “sertão” e “fronteira”, buscando situar historicamente tais conceitos, crítica que nos

possibilita apresentar alguns aspectos relevantes do processo de centralização do Estado nacional que buscava mover fronteiras e acelerar a modernização; (III) uma série de formulações nossas, retomando as críticas dos momentos anteriores, na qual nos voltaremos novamente para a particularidade territorial buscando apresentar nossas próprias formulações sobre essa região “litoral norte capixaba” que parece ter tido certos aspectos bastante diferentes daqueles que apareciam na descrição de Deffontaines.

Após todos os debates com formulações de historiadores e de geógrafos, e mais detalhadamente com a Geografia Regional Francesa – que, como o nome indica, tem na *região* um de seus conceitos chave –, apenas nessa última parte do capítulo realizaremos uma discussão conceitual sobre *região* em formulações posteriores às de Deffontaines. Ou seja: não buscaremos conceituar *região* de início¹⁸¹, exceto no sentido mais amplo já discutido no capítulo anterior, de regiões que “se constituíram ligadas ao comércio internacional de mercadorias”, e não como entidades isoladas (OLIVEIRA, 1977, p.28). No fim do capítulo, a partir de alguns dos elementos abordados, voltaremos a este conceito de *região*, não na formulação de Deffontaines mas na de Francisco de Oliveira, para pontuarmos certos aspectos em que a “nossa região” litoral norte capixaba apresenta particularidades no processo de transição das *regiões do coronelismo* para o *planejamento regional*. Esta discussão que dialoga novamente com explicações lógicas e históricas da formação das relações sociais capitalistas no contexto territorial que estamos estudando: seria o fechamento e abertura da região¹⁸² um processo sobretudo lógico ou histórico? Este é o questionamento teórico da seção final deste capítulo, que também retoma algumas das discussões anteriores: primeiro em termos categoriais, em uma crítica à formulação de que no período e contexto aqui estudado haveria exemplos de “circulação simples” de mercadorias; em seguida em diálogo com termos da linguagem cotidiana, remetendo a uma ideia frequente nas entrevistas realizadas com pessoas idosas do litoral norte capixaba, segundo as quais teria havido “fartura” em um passado recente, o que contradiz diversos geógrafos e outros especialistas que ali enxergavam “decadência”, “ruínas” e “atraso”.

¹⁸¹ Tal conceituação poderia nos levar a um método dedutivo do tipo: “região é isto; aqui tem região, ali não tem”. Interessa-nos mais a crítica do processo de modernização naquele contexto territorial do que constatar a “presença” ou “ausência” de uma região.

¹⁸² Conforme conceituado por Francisco de Oliveira (1977) e depois desdobrado por geógrafos como Carlos Toledo (2008), Cassio Boechat (2009; 2013), Ana Carolina Leite (2015) e Erick Kluck (2016).

3.2. O geógrafo Pierre Deffontaines entre “pioneiros” e populações “parasitárias”

Como vimos no capítulo anterior, desde a abertura dos portos no século XIX o Brasil foi visitado por viajantes estrangeiros que escreveram e publicaram crônicas de viagem, a exemplo dos franceses Auguste de Saint-Hilaire e Auguste Biard. Já nas primeiras décadas do século XX e sobretudo a partir da década de 1930, o interesse de geógrafos franceses pelo Brasil ganha contornos mais institucionais e profundos. De fato, dentro de um contexto histórico, político e social de ampliação da presença estrangeira nos círculos científicos no Brasil, em 1934 desembarcava no país a missão geográfica francesa. Com ela viria Pierre Deffontaines (1894-1978), geógrafo francês cuja permanência ocorreu em dois períodos: entre os anos de 1934 e 1935, e depois entre 1936 e 1938 (FERRETTI, 2016).

Durante esses anos no Brasil, Deffontaines realizou uma série de pesquisas de campo em diversas localidades. Tais pesquisas possibilitaram a elaboração de uma considerável produção bibliográfica, incluindo artigos acadêmicos, palestras e as chamadas monografias regionais. Deffontaines interessou-se por uma gama de temáticas da “Geografia Humana” no Brasil, as quais passaram por formulações acerca do que denominou “rede de cidades do Brasil”, os processos humanos de transformação da paisagem, a descrição das “regiões naturais”, a busca pela compreensão dos “gêneros de vida” presentes no país e seus “indivíduos-tipo”.

As temáticas acima aludidas e os conceitos nelas mobilizados fazem parte do repertório da geografia regional francesa. Tendo em vista sua formação como geógrafo na França do início do século XX, é evidente que Pierre Deffontaines foi influenciado pelos principais autores dessa escola geográfica francesa. Assim, embora as formulações de Deffontaines não sejam necessariamente idênticas às dos geógrafos que o precederam, é relevante traçar algumas linhas gerais sobre o núcleo filosófico-teórico e conceitual da geografia regional francesa. As principais obras consultadas foram as de Vidal de La Blache (1845-1918), autor de destacada importância naquilo que ficou conhecido como processo de renovação do pensamento geográfico em fins do século XIX, além de obras posteriores que reavaliaram e sistematizaram as contribuições de La Blache.¹⁸³

É importante sublinhar que a abordagem aqui adotada não se insere entre as leituras que ressaltam as diferenças entre essa corrente geográfica francesa, interessada

¹⁸³ Essa problematização sobre a Geografia regional francesa e sobre Vidal de La Blache foi desdobrada mais detalhadamente em artigo científico elaborado durante nossa pesquisa com a co-autoria do professor Luiz Antonio Evangelista Andrade (MARTINI & ANDRADE, no prelo).

na descrição de diferentes populações humanas transformando o “meio” que ocupam – e sendo transformadas por ele –, e o determinismo geográfico de autores alemães como Friedrich Ratzel, para quem o objeto da geografia seria a “(...) influência que as condições naturais [o “meio”] exercem sobre a humanidade” (MORAES, 2007, p.69). Para além desse debate, denominado de forma esquemática e por vezes superficial como possibilismo *versus* determinismo, interessa-nos contribuir na problematização sobre como a geografia regional francesa, ao menos no Brasil, cumpriu um papel relevante no processo geral de modernização capitalista.

Assim, discutiremos em que medida o “homem”¹⁸⁴, nas formulações da geografia regional francesa, corresponderia a uma individualidade e uma subjetividade abstratas, similar àquilo que Kurz (2002) denomina “sujeito moderno do dinheiro”, que se constitui paralelamente à “construção teleológica do ‘progresso’.”¹⁸⁵ Seria esse “homem” a imagem e semelhança de sujeitos geógrafos como La Blache e Deffontaines, expressando-se nas publicações acadêmicas resultantes de suas pesquisas? Em outras palavras, seria esse “homem” a manifestação da forma social moderna, a qual foi sendo elaborada teoricamente como um “ser humano” com certas características ontológicas pela maior parte dos intelectuais europeus ligados à geografia regional – inclusive alguns daqueles que atuaram em realidades não europeias como o Brasil?

Ao discutirmos a ação desse “homem” sobre o “meio”, é necessário retomarmos em linhas gerais o conceito de *gênero de vida*, bem como a contextualização desses conceitos na trajetória histórica linear daquilo que a geografia regional abordou como “progresso”.

As formulações de Vidal de La Blache se inscrevem em um esforço de sistematização da disciplina geográfica, visando separá-la da História tanto em relação ao seu objeto quanto ao seu método. À Geografia cumpriria seguir um caminho próprio, consciente das divergências que a separariam do campo disciplinar da História, sem,

¹⁸⁴ Cabe aqui lembrar de uma conhecida formulação possibilista citada por Paulo Cesar Gomes (2000, p.55): “o meio ambiente propõe, o homem dispõe”.

¹⁸⁵ Para Kurz (2002, tese 5), o pensamento do esclarecimento/iluminismo tem como fundamentos a “ontologia burguesa do trabalho”, que define a abstração real “trabalho” como condição eterna da Humanidade, e a correspondente ontologia do sujeito: “o sujeito do trabalho, da circulação, do conhecimento e do estado da modernidade, produtor de mercadorias, passa a ser ‘o Homem’ enquanto tal [...]. A esta construção ideológica do sujeito corresponde, por outro lado, a ideologia burguesa do progresso, que entende toda a história anterior a si como a ascensão de uma forma mais baixa para uma forma mais elevada, e a metafísica do progresso constituída sobre esta última, que vê na moderna socialização do valor o culminar e o fim da história.” Kurz entende, ainda, que a obra de Marx tem um caráter duplo, com aspectos que representam uma continuação dessa ontologia do trabalho e do sujeito, e outros aspectos que seriam o ponto de partida para uma crítica que vá “mais longe”, para além desses fundamentos (ibid., tese 15).

todavia, que ambas deixassem de “prestar seus serviços” uma à outra (LA BLACHE, 1913, p.8).

Nesse caminho próprio, as particularidades geográficas dos diferentes grupos humanos ganhariam o interesse dessa geografia acadêmica, cuja produção de conhecimento resultaria da identificação e explicação de suas diferenças. E o conceito de “gênero de vida” seria a representação mental que permitiria a tal perspectiva realizar esta última tarefa. Um “gênero de vida” constituído resultaria de:

(...) uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável. Mas totalmente diferente é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que esculpem cada vez mais profundamente seus sulcos, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas, imprimindo suas marcas nos espíritos, direcionando em um sentido determinado todas as forças do progresso (LA BLACHE, [1911] 2005, p.114).

De acordo com essa formulação, as “ações humanas” seriam marcadas, ao longo da história de “gerações sucessivas”, pela luta em maior ou menor medida consciente e racionalmente organizada contra os limites impostos pela natureza, de modo a gerar “paisagens humanizadas”. Como abordado em mais detalhes por Martini e Andrade (2023, no prelo)¹⁸⁶, a noção de história articulada à geografia lablacheana pressupõe uma temporalidade linear, na qual passado e futuro se separam e se unem na modernidade pelo fio do progresso, o qual se tornaria tanto o condutor das “ações humanas” quanto a sua “unidade de medida”. E o estudo das “formas e superfícies terrestres” (La Blache, 1913) como “paisagens” resultantes da “ação humana” consciente sobre o “meio”, ao se ocupar da identificação e explicação dos “gêneros de vida”, deveria recorrer à noção de história ancorada na temporalidade linear.

A geografia lablacheana se conecta, assim, com a forma social do sujeito moderno (o “homem”) e suas ações ao realizar a exaltação desse sujeito, desse “homem” em abstrato e de suas tecnologias que lhe permitem criar “gêneros de vida” ao longo do tempo, com a lenta construção de “um meio para seu uso” ao longo das gerações:

O homem criou para si gêneros de vida. Com a ajuda de materiais e de elementos tomados da natureza ambiente, ele conseguiu, não de um só golpe, mas por uma transmissão hereditária de procedimentos e invenções, constituir

¹⁸⁶ Agradecemos ao Professor Luiz Evangelista de Andrade, com quem travamos um longo debate sobre a Geografia Regional Francesa, que resultou em artigo submetido para publicação, com temática correspondente à desta seção, embora não idêntico.

alguma coisa de metódico que assegura sua existência e que constrói um meio para seu uso (La Blache, apud GOMES, 1996, p.203).

Para La Blache (2005, p.114), a diversidade territorial no planeta se apresenta como resultante da presença de “graus desiguais de desenvolvimento”. À medida que o processo de libertação das condições de sobrevivência frente à natureza ia se delineando, o “homem” paulatinamente reuniria para si as possibilidades de exercer sobre ela um maior controle, “humanizando-a”. Trata-se, para La Blache, de uma ação consciente e racional, a qual tem na cultura um aspecto fundamental – em oposição à natureza. Portanto, a civilização seria a ampliação desse domínio. As “ações humanas” – “verdadeira obra geográfica do homem”, segundo La Blache (2005) –, seriam a luta pela transformação da natureza bruta, possibilitando sua serventia aos propósitos humanos.

Essa luta pela transformação da natureza de que fala La Blache, por ocorrer em locais e com intensidades variados, permitiriam constatar que não haveria um “meio em geral”, mas variados meios (GOMES, 1996, p.203), a depender da “obra de transformação humana”. Diferentes graus de civilização corresponderiam a diferentes graus de intervenção e transformação do “meio”, com este último se definindo: “(...) em função da obra humana que o transforma” (Ibid.). Enquanto expressão concreta da “ação humana”, o “meio” construído conferiria ao “homem” um campo inesgotável de condições, tendo aquele diante de si as possibilidades e impossibilidades que o próprio “meio” colocaria. Caberia, portanto, a esse “homem” agir na transformação desse “meio”, colocando-o a serviço da continuidade da “obra humana”.

Conforme descreve Gomes (1996, p.214), embora diferente do “determinismo racial” de autores seus contemporâneos, La Blache também recebeu influência da biologia evolucionista da segunda metade do século XIX

embora o determinismo racial não tenha uma função explicativa no conjunto da Geografia Regional Francesa, [a] influência da biologia evolucionista é marcante [...]. Aliás, a obra de Vidal é marcada por expressões emprestadas à biologia. [...] O evolucionismo biológico fornece o critério classificador das sociedades para as quais, como para os organismos, deve-se ‘partir do mais simples ao mais complexo’. Neste sentido, ele é completamente contraditório com a visão excepcionalista, frequentemente valorizada em sua obra.

O “determinismo racial”, portanto, não consistia no núcleo explicativo de suas argumentações. Ao utilizar expressões como “uma raça mais avançada em civilização”, La Blache (apud GOMES, 1996, p.215) parece deixar implícita a possibilidade de “raças

menos avançadas” alcancarem o estágio de civilização das outras. E quais seriam as “raças mais avançadas em civilização”?

La Blache ([1911] 2005, p.125) identificava nas populações do norte da Europa o ápice da transformação (“humanização”) da paisagem, marcada, nessas regiões, pelo “domínio” sobre as “forças naturais”. O autor propõe retrair as relações estabelecidas entre o “homem” e a “floresta”, “[...] na porção da Europa que está grosseiramente compreendida entre 50 e 55 graus de latitude, zona esta que, hoje, em virtude de causas diversas, é uma das que evolui mais rapidamente” (ibid.). La Blache sugere ainda que dominar a natureza pressuporia estabelecer uma “ordem” frente ao “caos”, uma “simetria” e “harmonia” frente àquilo que seria um “obstáculo” ou “inimigo”:

Não há dúvida, contudo, que a floresta foi, aqui como alhures, o obstáculo, o limite, ou mesmo o inimigo. É preciso lembrar que nas épocas primitivas ela não oferecia o aspecto ordenado que se deve aos nossos habitantes da floresta. Os desmatamentos consistiam em uma tarefa dura e penosa (LA BLACHE, 2005, p.126).

Manifesto na derrubada da floresta, na retificação dos rios, construção de canais, etc., essa dominação do “inimigo” tornou possível o uso de tecnologias agrícolas que permitiram o aumento da produtividade dos cultivos. Nesse raciocínio, La Blache ([1911] 2005, p.125) salienta a necessidade de que “o estudo das peripécias a que foi submetida a floresta nas regiões temperadas [...]” seja “um capítulo da história comparada das civilizações”.

Ainda que La Blache – ao menos nas obras sobre as quais nos debruçamos – tenha a Europa como foco de suas análises, suas formulações sobre os diferentes graus de civilização de cada “gênero de vida” trariam repercussões sobre as interpretações que outros geógrafos, como Pierre Deffontaines, elaborariam para realidades sociais não europeias. Embora seja forçoso afirmar que as interpretações de Pierre Deffontaines tenham sido uma derivação das reflexões de Vidal de La Blache, não há dúvida sobre a influência do principal responsável pelas bases da geografia regional francesa. Fomentada por uma política do Estado após a derrota na guerra franco-prussiana (MORAES, 2007), a geografia se institucionalizaria na França como ciência e lá se tornaria disciplina acadêmica em fins do século XIX. Também como política de Estado – como veremos mais adiante – a geografia francesa chega ao Brasil na década de 1930, no contexto de formação de uma geografia universitária, através da criação de cadeiras de ciências humanas e sociais, na esteira da criação da Universidade de São Paulo (USP) e do seu

Departamento de Geografia, do qual Deffontaines foi um dos fundadores. No ano de 1934, em um desdobramento da presença da missão geográfica francesa, Deffontaines, ao lado de outros três intelectuais brasileiros (entre eles Caio Prado Júnior), fundaria a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Já em 1935 seria criado o Departamento de Geografia daquela que se tornaria a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde Deffontaines lecionou entre 1936 e 1938 (FERRETTI, 2016).

É inegável a importância de Deffontaines e de sua obra na construção da geografia brasileira: justamente pela relevância desse autor como um dos principais representantes da geografia naquele período centrado nas décadas de 1930 e 1940, em nossa pesquisa foi dada atenção aos seus artigos sobre o Brasil e o Espírito Santo. As análises e conclusões a seguir buscam, portanto, dialogar com essas obras de forma crítica, sem tratar esse autor como um “pioneiro intocável”¹⁸⁷ da geografia brasileira, mas também sem argumentar que ele não deve ser lido e debatido devido aos eventuais problemas de sua obra. Pelo contrário, entendemos que esses problemas merecem ser discutidos, não como falhas individuais, mas a partir do que eles expressam sobre o papel da Geografia naquele período.

Nosso objetivo é discutir as formulações de Deffontaines sobre as dinâmicas territoriais brasileiras e sociais não no que conteria de excepcional daquele autor, mas situadas em um conjunto de formulações anteriores e contemporâneas a ele, em um contexto de acelerada modernização e de mudanças nas relações sociais. Influenciados por autores anteriores ao período de institucionalização das ciências humanas no Brasil, os textos de Deffontaines revelam assim os processos variados de formação e imposição da forma social baseada na produção de riqueza abstrata através da mobilização de trabalho humano (KURZ, 2014). Mediado pela forma mercadoria, tendo sua substância valor nela representada e expressa no dinheiro, o trabalho, como “sistema” que substancializa a riqueza, possui conexões com o estabelecimento da moderna forma política estatal e da produção do “feminino” na condição de momento reprodutivo dissociado e co-constitutivo da forma social¹⁸⁸. É nesse contexto que situamos os processos de formação e de imposição das categorias dessa sociabilidade, bem como sua constituição na vida social, ao mesmo tempo transversalizando a subjetividade e os

¹⁸⁷ Não deixa de ser curioso que um autor que tanto escreveu sobre pioneiros, pelos quais, como veremos, ele admite nutrir “interesse e especial simpatia”, fosse ele mesmo um “pioneiro” da geografia universitária no Brasil. Daí surge a hipótese de que, ao descrever os pioneiros europeus, aquele geógrafo europeu estivesse de certa forma enxergando a si mesmo no espelho.

¹⁸⁸ Conforme a formulação de Roswitha Scholz (1992) já abordada no capítulo 2.

inúmeros momentos da vida cotidiana dos indivíduos. Processos esses que, portanto, foram produzindo uma forma sujeito que, para aqueles autores, parecia corresponder a características ontológicas de um “homem” em geral.

Lancemos esse olhar sobre o “homem” em alguns dos textos de Deffontaines, começando por *Posições da geografia humana. Por que geografia humana?* – artigo publicado em 1959 e que, já no seu título, expressa questões de cunho teórico mais geral. Neste texto, Deffontaines (1959, p.3-4) argumenta que a Geografia, para se intitular “humana”, deve se encarregar de o “estabelecer o balanço material da obra humana, espécie de conclusão concreta das ciências do homem”, e demonstrar que nosso planeta é a “Terra dos Homens”. Ele apresenta, portanto, a “geografia humana” enquanto ramo do conhecimento geográfico cuja proposta consistiria em estudar essas “obras” na qualidade de “marcas na paisagem”.

Ele se interessa, nessa linha argumentativa, pela temática dos “progressos humanos”, pelas “etapas da evolução humana”: essas etapas, para ele, não ocorreram de forma homogênea em todo o planeta, assim como as “marcas na paisagem” não eram homogêneas. O “grau de humanização” das regiões seria “variável, em função da quantidade de homens que por elas já passou.” Além dessa quantidade, importaria saber se a paisagem teria suportado uma “longa e maciça ocupação humana” ou, pelo contrário, se a ocupação era “recente ou ainda difusa” (DEFFONTAINES, 1959, p.5).

Ainda no texto de 1959, Deffontaines aponta o “papel geográfico das dificuldades” como estímulo aos progressos: afirmando que as regiões do planeta marcadas pelos rigores do clima – notadamente os invernos muito frios – requereram dos “homens” que aí habitavam um espírito engenhoso, com vistas à criação de soluções variadas frente a tais dificuldades. Além dos invernos rigorosos, afirma ele, “muitas outras dificuldades intervieram para excitar a engenhosidade dos indivíduos e incentivá-los ao progresso.” Assim, nas “zonas de dificuldades permanentes” teriam se concentrado “os progressos humanos essenciais, opondo-se às regiões de ‘facilidades contínuas’ em que **a estagnação, a rotina, até mesmo a decadência**, se desenvolvem com mais facilidade” (DEFFONTAINES, 1959, p.10, grifo nosso).

Ao mesmo tempo, as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos frente ao “meio” não são apresentadas por Deffontaines diretamente como fatores limitantes de sua “liberdade” e “autonomia”, posto que ambos os princípios só estariam presentes naquelas paisagens onde a “obra dos homens”, isto é, o trabalho, fora feita em nome da marcha

histórica “necessária” e linear do progresso. Com efeito, “liberdade” e “autonomia” só existiriam naquelas paisagens já “humanizadas”. E uma paisagem com essas características seria o resultado do alcance das marcas deixadas no “meio” por um determinado tipo de indivíduo: aquele cuja subjetividade coincide com a forma social do sujeito. Nas palavras do autor:

As atitudes dos homens frente às dificuldades revelaram-se, entretanto, singularmente variáveis. Ao lado dos ramos humanos orientados para a atividade e o progresso, houve outros que adotaram comportamento de passividade e apatia (DEFFONTAINES, 1959, p.11).

Deffontaines parece promover a ideia de que as transformações materiais com capacidade e intensidade histórica e territorial diversas seriam próprias de uma atitude e uma vontade que expressariam diferenças hierárquicas entre esses “homens”. De um lado, haveria “homens” com “comportamento de passividade e apatia” – sobre estes, Deffontaines não se aprofunda neste artigo, mas nos seus textos sobre o Brasil que veremos mais abaixo aparecerão pessoas descritas como “parasitárias” e qualificações similares. De outro lado, haveria aqueles “homens” – ou ainda, um “sindicato de homens”¹⁸⁹ – que “enriqueceu” a superfície terrestre com “(...) numerosas pirâmides, acrópoles, catedrais, palácios, cidades, casas, pontes e barragens” (ibid., p. 7).

Se, por um lado, os “homens” caracterizados pela “apatia” são prudentemente deixados de lado, aqueles “voltados para o progresso” recebem bastante atenção do autor que, falando em nome do conjunto dos geógrafos, afirma voltar-se para os “pioneiros” com especial simpatia. Embora não defina com tanto rigor quem são esses pioneiros, ele deixa claro que se tratam, sobretudo, de “pessoas simples” (*petites gens* em francês) e das “sementes” das “colonizações e emigrações”.

Quantas disposições foram tomadas por esse sindicato dos homens para **assegurar uma condição superior!** Não somente quanto às descobertas como, também, à instituição de regulamentos para restringir os perigos das liberdades individuais, desde os regulamentos de caça, até os princípios de Direito e de Moral. Tratava-se de diminuir as dúvidas e inseguranças que rodeavam e ameaçavam a caravana humana em marcha sobre a Terra, principalmente os “*petites gens*”, que constituem o que denominamos (...) “a semente fundamental do povoamento” efetivo geográfico da Humanidade, abandonado às instabilidades, homens que suportam todas as devastações, colonizações e emigrações, **pioneiros** por destino e **para os quais voltar-se-ão os geógrafos**

¹⁸⁹ “Não teríamos o direito de falar de ‘sindicato dos homens’ encarregado de uma transformação da Terra, visando melhorar as condições humanas? Quantos progressos físicos, geográficos, foram realizados por conquista, tão importantes por vezes, que não mais sabemos lhes medir o valor, de tal forma nos parecem eles naturalmente adquiridos” (DEFFONTAINES, 1959, p.7).

com interesse e especial simpatia (DEFFONTAINES, 1959, p.8-9, grifos nossos).

O interesse e a simpatia confessados por Deffontaines, na sua argumentação, estão relacionados à coragem e desprendimento daqueles “homens” que tudo suportam para assegurar – à humanidade em geral – “uma condição superior”. Mas, tendo refletido sobre a mobilização do trabalho desde o capítulo anterior, podemos acrescentar que a “simpatia” dedicada àqueles pioneiros parece ter outros motivos: a internalização, naqueles sujeitos, da mobilidade e da moral do trabalho, ao contrário dos “vadios” e demais sujeitos em processo de disciplinamento para o trabalho que abordamos no capítulo 2 e que, em geral, eram de origem indígena ou mestiça. Assim, embora o determinismo racial, como vimos, não consista no núcleo explicativo das argumentações da geografia regional francesa, isso não impede que, ao fim e ao cabo, geógrafos como Deffontaines tenham contribuído para repor – com ar de cientificidade – antigas formulações sobre a preguiça do indígena, do caboclo ou do pescador. Veremos mais adiante, em seus textos sobre o Espírito Santo, que os habitantes do litoral não serão alvo nem do seu “interesse” nem da sua “simpatia”.

Ainda ao tratar de colonizações, Deffontaines faz uma série de formulações sobre as “áreas pouco humanizadas” que, por meio da colonização, vão se tornando “regiões novas”. Assim como silenciava sobre os “homens” dotados de “apatia” – apenas mencionados *en passant* – aqui também ele evita qualquer menção às populações originárias, para as quais tais “regiões” talvez não fossem tão “novas” assim. Afirma ele que é o “homem” o responsável pela “variedade de detalhes” da Terra e pela múltipla variedade de pequenas regiões [*pays*]:

[...] é ao homem que a Terra deve sua variedade de detalhes. Embora apresentassem os continentes muitas diversificações, não passavam de vastas divisões, pouco individualizadas, sobretudo zonas climáticas ou vegetais, como o que ainda se verifica, principalmente nas áreas pouco humanizadas. São estas portadoras de designações bastante imprecisas quanto à localização: o sertão brasileiro, o pampa argentino, a taiga russa, a tundra finlandesa, o Mano venezuelano. A múltipla variedade dos pequenos países [*pays*] [só se desenvolveu] nas zonas de antiga e densa humanização. [...] Em algumas regiões novas veem-se já surgir algumas paisagens diversificadas que, por vezes, adquiriram nomes de países [*pays*].¹⁹⁰ No Canadá francês, por exemplo, começa a se personalizar uma Beauce, um Charlevoix, um Beaupré (DEFFONTAINES, 1959, p.6-7).

¹⁹⁰ Nas obras de Deffontaines consultadas, especialmente a de 1938 que lemos no original em francês, as palavras “*région*” e “*pays*” são usadas como quase sinônimos e ambas podem ser traduzidas como “região”. Para Souza (2018) na citação nesta mesma página, o “*pays*” é uma unidade regional pequena e densa.

Trata-se, na formulação de Deffontaines, de um processo de transformação, ao mesmo tempo, do “meio” e do “homem”: no exemplo em questão, surgiam no Canadá francês aquelas “regiões novas” [*pays*] no que antes era “uma grande e monótona floresta”, enquanto “o próprio homem, por um justo retorno, foi influenciado pelo meio. Transformou-se nesse trabalhador da terra a quem, com tanta justeza, chamamos de ‘paysan’¹⁹¹, quer dizer um criador de paisagens [...]” (Ibid.).

Sobre a preocupação de Deffontaines, La Blache e outros geógrafos franceses com a divisão da superfície terrestre em regiões (em francês, “*régions*” ou “*pays*”) que estariam inclusive enraizadas no senso comum dos camponeses, Marcelo Lopes de Souza (2018, 281-282) afirma:

Cada região, em especial aquela unidade regional menor e mais densa que era o *pays*, era tida [pela geografia regional francesa] como passível de ter os seus limites abrangidos até mesmo com a vista desarmada, sendo supostamente dotada de inequívoco e inconfundível conteúdo histórico e cultural e tendo a sua unidade enraizada na percepção do senso comum, a ponto de os nomes das “divisões naturais” serem aqueles empregados no quotidiano e, como se destacou, reconhecíveis por qualquer camponês (La Blache, 1982, p. 247).¹⁹²

Para a geografia regional francesa, portanto, as “regiões” ao mesmo tempo em que eram um conceito científico, refletiam “divisões naturais” do cotidiano, reconhecíveis por “qualquer camponês”. O “homem” e o “meio” se influenciavam mutuamente, conforme a formulação de Deffontaines, na qual o meio era transformado pelo “homem”, dando origem a “regiões novas” mais humanizadas ao mesmo tempo que o “homem” era transformado dando origem ao camponês. E no caso de outras organizações sociais diferentes daquelas dos contextos europeus, como elas serão compreendidas por Pierre Deffontaines? É o que veremos a seguir.

Em seu artigo intitulado *Os indivíduos-tipos do Brasil*, Deffontaines ([1936] 1947)¹⁹³ exercita um raciocínio semelhante ao que encontramos no texto de 1959. Na estruturação desse raciocínio, o geógrafo francês traz elementos discursivos muito próximos aos de La Blache ao mobilizar o conceito de “gênero de vida” para tratar das diferenças de capacidade e intensidade da “ação humana” e sua expressão “humanizada” na paisagem. No texto de 1947, tais diferenças resultariam da atuação de “indivíduos-

¹⁹¹ Camponês, em francês no original.

¹⁹² Para outra discussão crítica sobre essa temática da geografia como “ciência da diferenciação de áreas” a partir de “elementos empiricamente significativos”, conforme proposto pelo geógrafo R. Hartshorne – que pertence a outra corrente, diferente da geografia regional francesa – conferir Toledo (2008).

¹⁹³ O ano em colchetes, neste e nos outros artigos, é o da publicação do original em francês. As traduções para o português foram feitas por outras pessoas, não por Deffontaines.

tipo”, possibilitando elaborar a “definição humana de uma região dada” (p.140). Em sua classificação, Deffontaines (1947) fala da preponderância de um “tipo dominante”¹⁹⁴ de indivíduo que, com suas formas de ocupação do território brasileiro e o “regime de trabalho” do qual se valia, possibilitou que “(...) seus hábitos, suas exigências se inscrev[essem] profundamente na paisagem” (p.140). Essas áreas correspondiam à “faixa pioneira”, *locus* onde avançaria o dinamismo de uma “economia aberta”, com um rápido “povoamento” constituído no contexto de uma suposta “harmonia” no convívio entre as “formas de vida” (p.146).¹⁹⁵

Em torno desse “tipo dominante”, para Deffontaines (1947, p.140), os outros tipos “gravitam” e “alguns mesmo vivem como parasitas”. Ao se deparar com os caboclos¹⁹⁶ e constatar que eles eram numerosos na “zona do litoral”, uma zona de “colonização mais antiga”, mas que se encontrava “em via de abandono”, Deffontaines (1947, p.144-145) concluiu que essas populações praticavam uma “economia fechada” e “sem dinheiro”. O “sertão”, assim como parte do litoral, seria a expressão do atraso e da ausência das trocas econômicas. No sertão, o caboclo levaria uma “...vida livre, quase sem nenhuma necessidade, sem dinheiro, praticando uma agricultura primitiva, quase florestal” (p.145), ao passo que, no litoral, o caboclo seria pescador e retiraria seu sustento da extração direta daquilo com que convive.

Especificamente no litoral do Espírito Santo, Deffontaines (1938) descreve populações vivendo sobretudo da pesca, em uma “vida fechada e sem trocas”, em um estado de “letargia” e “decadência”, sendo esta o resultado daquela. No entendimento do autor, tanto no litoral quanto no “sertão”, a “economia fechada” concerniria ao uso de técnicas, táticas e práticas pelas populações locais voltadas apenas à sua “subsistência”, obtida mediante relações com um “meio” pouco modificado e baseadas em um “ajuste” ao mesmo. E Deffontaines (1947), ao “constatar” a ausência de atos de troca econômica

¹⁹⁴ Deffontaines (1947, p.140) afirma que esse “tipo dominante” é fundamentalmente o pioneiro tornado fazendeiro, “proprietário da grande propriedade” e que merece a confessada simpatia do autor. Um “tipo dominante” que, com seu trabalho e obstinação, “humaniza” a paisagem.

Outro indivíduo-tipo que recebe a “simpatia” de Deffontaines (1944) é o tropeiro, que transporta mercadorias do interior para o litoral e vice-versa: este “personagem típico” teria sido importante na transmissão das “ideias”, “hábitos” e “novidades”.

¹⁹⁵ Em outro texto, Deffontaines (1944, p. 147-148) descreve assim o avanço do “povo”, no singular, para as zonas pioneiras: “No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta com uma velocidade vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos.”

¹⁹⁶ Deffontaines (1947, p.144), se referindo aos caipiras e caboclos, diz que estes são “(...) mestiços em quem os sangue branco, indígena e negro se acham mesclados em proporções variadas.” Como temos visto nesta dissertação, em outros contextos o “caboclo” vai ter outras definições.

passíveis de tal designação, deduz que isso teria implicações diretas sobre a pouca capacidade dessas populações em realizar transformações substanciais no “meio”.

Em outro de seus textos – o artigo em duas partes intitulado *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades* – embora admita a presença de uma “vida econômica e social”, inclusive com a presença do que chama de “pequeno comércio” e com seus personagens típicos (o mascate, médicos, dentistas e notários), Deffontaines ([1938] 1944) deixa implícito que essas condições objetivas ainda não teriam permitido, em várias áreas do território brasileiro, o avanço para formas superiores de divisão do trabalho e de trocas econômicas ancoradas na produção e troca de mercadorias e na plena difusão da forma monetária do dinheiro. Relacionando explicitamente a divisão do território em regiões [*pays*] (“divisões naturais”) e a “divisão do trabalho”, Deffontaines deixa clara assim a apologia que faz desses dois processos que, para ele, andam juntos:

O Brasil não atingiu um estágio em que a divisão do trabalho tenha feito progressivamente descobrir as aptidões regionais variadas comportando interdependências e portanto, do potencial urbano, as divisões naturais ainda não nasceram, uma monótona economia fechada continua espalhada muito generalizadamente, a noção de “região” [*pays*], isto é, de paisagem que o homem confeccionou progressivamente pelas especializações de regime e de horizonte de trabalho, está ainda confusa. Não há verdadeiros “nomes de região [*pays*]”, isto é, nomes de paisagem (DEFFONTAINES, 1944, p.307).

Um exemplo dessa “monótona economia fechada” se encontra na descrição do litoral do Espírito Santo que faz Deffontaines naquele mesmo texto sobre a “rede de cidades”, quando aborda a dispersão e as características da formação das aglomerações do litoral da Bahia e do Espírito Santo, em especial aquelas que descendiam das antigas missões jesuíticas. Tais aglomerações:

(...) estão em geral em decadência, as igrejas caem em ruínas, as casas leprosas de taipa (terra batida) abrigam menos uma população de cultivadores do que gente miserável, carvoeiros, operários [*artisans*, artesãos, no original em francês de 1938], pescadores, levando uma vida mais ou menos parasitária. Elas se encontram ademais conservadas apenas nas regiões de solo pobre, onde as fazendas foram efêmeras e deixaram subsistir as antigas formas de povoamento (DEFFONTAINES, 1944, p.142-143).

A tônica dos argumentos utilizados por Deffontaines permanece no artigo voltado para a particularidade do Espírito Santo: ao abordar populações de pescadores que utilizam a pesca mais como um “recurso” (isto é, para subsistência) do que como um “elemento de comércio”, ele fala em “regressão econômica”:

A pesca constituiu, é verdade, para esta zona em via de regressão econômica, um recurso, mas ela não chegou jamais a se tornar um elemento de comércio.¹⁹⁷ [...] Assim a faixa litoral, a mais antiga região colonizada do Espírito Santo, parece hoje atingida por letargia; ela tira mesmo de sua decadência sua unidade geográfica (DEFFONTAINES, 1938, p.167).

Na formulação de Deffontaines, portanto, a “regressão econômica”¹⁹⁸ pode ser entendida como sinônimo de regressão na divisão do trabalho, e que seria o oposto exato da teleologia do “progresso” que, como vimos, Kurz (2002) apresenta como a compreensão de que a história humana equivale à “ascensão de uma forma mais baixa para uma forma mais elevada”, com a “moderna socialização do valor” vista como o auge e a finalidade da história humana.

O artigo citado, de 1938, é propriamente uma monografia regional sobre o Espírito Santo, seguindo a ordem comum nas monografias regionais francesas¹⁹⁹. Segundo a explicação do autor:

O povoamento espírito-santense começou cedo, mas logo parou e permaneceu estagnado. A única região [*région*] que conservou algum povoamento foi o litoral onde os Jesuítas instalaram uma linha de postos, seja nas fozes dos rios, seja mais para o interior, até onde ia a navegação nos cursos d'água: São Mateus, Regência, Linhares²⁰⁰, Santa Cruz, Nova Almeida, Guarapary, Anchieta (Benevente), Piuma, Cariacica, Araçatiba; sem hinterland, esses portos permaneceram pequenas cidades. O caráter comum de toda esta faixa litorânea é a decadência: nenhuma atividade econômica; ruas inteiras abandonadas; algumas belas igrejas caem em ruínas (Nova Almeida, Araçatiba); o lodo invade os velhos cais onde não chega mais nenhum navio. Ainda hoje esta zona de antigo povoamento permanece sem atividade (DEFFONTAINES, 1938, p.166-167, tradução nossa).

Portanto, ao abordar uma série de “formas de povoamento” no litoral que deram origem a aglomerações ocupadas por pessoas de vida “parasitária”, com a “decadência”

¹⁹⁷ Como vimos, o peixe só se tornaria um importante elemento de comércio no Espírito Santo com a difusão do gelo e dos frigoríficos, ao longo do século XX. Antes disso, precisava ser consumido em poucos dias: fazia parte do comércio local, mas com isso Deffontaines não parece se preocupar.

¹⁹⁸ É possível comparar, também, as formulações de Deffontaines sobre “regressão econômica” e insuficiente “divisão do trabalho” com aquelas de Furtado ([1959] 1987, p. 84) sobre a “regressão econômica e expansão da área de subsistência” em Minas Gerais após o chamado “ciclo do ouro”, abordada em nosso capítulo 2. Podemos notar, assim, as semelhanças entre dois autores que, normalmente são apresentados como bastante diferentes, o geógrafo “possibilista” e o economista “desenvolvimentista”.

¹⁹⁹ Conforme explica Gomes (2000, p.56), essas monografias regionais seguiam “um plano mais ou menos constante. Neste plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular.”

²⁰⁰ Regência e Linhares, ao contrário do que sugere o autor, foram fundadas algumas décadas após a expulsão dos jesuítas. Saint-Hilaire ([1833] 2020) descreve as origens dessas aglomerações portuárias.

sendo, para ele, a marca do “caráter” regional, o geógrafo deixa implícito que pretende descrever e explicar os casos de sucesso e de fracasso no “povoamento”.²⁰¹

Em outros trechos de sua monografia regional sobre o Espírito Santo, Deffontaines aborda o interior do estado, que, embora não seja o alvo do interesse de nossa pesquisa, precisa ser tematizado para evidenciarmos os casos de “sucesso” e “fracasso” na formulação daquele autor. Ao se referir aos “sertões florestais do Norte”, que “permanece quase sem exploração” à exceção do corte de madeira, Deffontaines (1938, p.175) afirma:

A única exploração que penetra um pouco estas regiões [*pays*] virgens é o corte da madeira; [...] há toda uma população de jangadeiros, conduzindo as balsas de madeira; uma serraria importante existia na barra do Rio Doce, em Regência; hoje está fechada [...]

Porém, ele logo faz a ressalva: “Todas essas explorações são bastante efêmeras , a região [*région*] ainda é virgem, e não se sabe por qual povoação será atingida, por qual paisagem humana ela será coberta ; ela está além da frente pioneira. ” (Ibid.). Nessa passagem Deffontaines explicita um elemento teórico chave da Geografia Regional Francesa: a passagem da terra “virgem” para a “paisagem humana”. O “povoamento” corresponderia a essa humanização, mas a própria análise do geógrafo faz tábula rasa do povoamento e da cultura indígena e cabocla, que, para ele, parecem mais próximos da natureza do que da cultura do “homem”.

E quais seriam os casos de sucesso apontados pelo geógrafo? Logo na página seguinte, o texto aborda as áreas do estado colonizadas por camponeses imigrantes. Não abordaremos aqui esse aspecto da obra de Deffontaines, salvo por um pequeno trecho que é revelador das concepções que norteiam sua análise científica:

Contudo [em oposição aos sertões “virgens” do norte e ao litoral decadente], a paisagem típica do Espírito Santo é feita de pequenas culturas variadas de colonos, e por isso este estado é muito diferente, como modo de povoação, do Rio de Janeiro [...]; muito diferente ainda dos estados do Nordeste, cheios de uma população mestiça de Negros e Indígenas e que nenhuma colonização recente veio revigorar [...] (DEFFONTAINES, 1938, p.176, tradução nossa).

²⁰¹ As referências a “sucesso” aparecem nos textos de Deffontaines. Ele não fala explicitamente em “fracasso”, mas entendemos que as referências a “decadência”, “miséria”, “ruínas” etc. podem assim ser resumidas e contrastadas aos casos de sucesso. Cf. ainda a seguinte passagem sobre as reduções jesuítas: “esta tentativa de povoamento aglomerado pelas reduções abortou em quase tôda parte [...]” (DEFFONTAINES, 1944, p.143).

Poderíamos perguntar: por que a “paisagem típica” do estado é uma e não outra? A racialização das populações é parte da resposta: as regiões de colonização recente, que receberam colonos europeus desde o fim do século XIX, seriam aquelas “revigoradas” e humanizadas, enquanto aquelas sem “colonização recente” são as decadentes. É importante ressaltar, por outro lado, que Deffontaines – e a Geografia Regional Francesa em geral – se diferencia de perspectivas eugenistas comuns no início do século XX: para ele, os colonos poderiam “revigorar” a região também ao influenciar as populações locais com seus métodos agrícolas, sua cultura, etc.

As regiões com imigração europeia recente, positivadas pelo autor, tinham relevância especialmente para a produção de café, principal produto da balança comercial do estado naquela época. Já a pesca e outras atividades que não aprofundavam a divisão do trabalho são apresentadas, por Deffontaines, como típicas de uma região decadente e miserável, enquanto os “sertões do norte” eram entendidos como virgens e ainda sem povoação.

E particularmente no litoral norte do Espírito Santo, quais qualidades de “meios” e “gêneros de vida” e “indivíduos-tipo” pareceram mais promissores ao geógrafo francês, despertando-lhe maior atenção? Ao abordar o que chamou de “recente colonização pelo cacau”, Deffontaines (1938) descreve uma “região” específica, localizada no baixo rio Doce, próxima à sua foz. Ao contrário das demais localidades litorâneas ao norte do estado, caracterizadas como “abandonadas”, em “letargia” e baseadas em uma “economia fechada”, no baixo rio Doce se verificaria uma “nova zona de colonização”, onde o cultivo do cacau se encontrava em franca expansão. Na formulação do autor, por volta do início da década de 1920 a “região” aludida “era unicamente florestal e quase vazia de habitantes”, com exceção para “algumas pequenas roças de pescadores ao longo das margens [do rio Doce]” (p.174, tradução nossa). Todavia, nos anos seguintes essa “região”, em função da presença do cacau e por “iniciativa” de um fazendeiro²⁰² – que incentivaria “vários imitadores” –, viria a experimentar um rápido povoamento. “Assim, o delta do Doce deixa[va] de ser floresta massiva e monótona [...]”, tornando-se, na afirmação de Deffontaines (1938, p.175, tradução nossa), “[...] uma verdadeira região natural²⁰³, pela colonização cacauceira.” A “região natural”, nessa formulação, parece ser o oposto da “natureza” não humanizada.

²⁰² Trata-se de Afrânio Peixoto, considerado o “pai do cacau” no Espírito Santo, nos dizeres do autor.

²⁰³ No original em francês: “*une vraie région naturelle*”. Na publicação em português (Boletim Geográfico nº 19, out. 1944), o tradutor Almeida Cousin prefere “uma pequena região natural”, mas entendemos que a

Deffontaines aponta que a zona do delta do Rio Doce apresenta condições favoráveis ao cacau: além da abundância de chuvas, nas cheias do Rio Doce as águas irrigam e fertilizam as plantações. E, sobretudo, ele elogia o método de plantio do cacau sombreado. “As plantações de cacau [...] se fazem sob sombra, sendo mantidas as maiores árvores: excelente método, originário do exemplo dado pelo introdutor do cacau no Espírito Santo, Afranio Peixoto” (ibid., p.174).

O cacau sombreado tem entre suas vantagens a prevenção da erosão do solo, problema comum nas fazendas de café em vários estados brasileiros à mesma época. Deffontaines atribui o mérito por esse “excelente método” agrícola ao fazendeiro pioneiro, aliás corroborando assim uma longa tradição historiográfica que celebra os feitos dos agricultores desbravadores das “terras virgens”. É também assim que a introdução do cacau aparece no livro sobre a história de Linhares escrito por Lastênio Calmon Jr. (1975, p.124):

Consta-nos que o primeiro plantio de cacau feito no Município de Linhares data de 1880 e foi feito por um baiano - Domingos - que aqui aparecera e fora contratado pelo meu avô Joaquim Francisco da Silva Calmon. [...]

Para melhor conhecer a lavoura cacauzeira, mandou o Presidente [do estado de 1920 a 1924] Nestor Gomes, às expensas do Estado, à Bahia, uma comissão de agricultores, dentre eles, o meu tio Durval Calmon.

Essa representação positiva do “pioneiro”, extremamente difundida nos estudos sobre a problema da fronteira no Brasil²⁰⁴, expressa-se nessa “nova zona de colonização” exemplificada por Deffontaines (1938). Entretanto, pesquisas mais recentes, como a do antropólogo Eduardo Guimarães sobre a cacauicultura no sul da Bahia, têm apontado que ao se creditar aos “pioneiros” a invenção do método de plantio do cacau sombreado em áreas de Mata Atlântica e a transformação da floresta em “espaço vivido e habitável”, desconsiderar-se-ia dois aspectos. O primeiro deles é o “histórico extenso das populações indígenas de coexistência com a floresta”, deslegitimado pela ideia de “terra virgem” ou “território nominalmente inabitado” (GUIMARÃES, 2014, p.4-5). O segundo aspecto é que seriam ignorados os “conhecimentos ancestrais de negros e índios” sobre as inter-

oposição feita por Deffontaines entre a “floresta monótona” e a “verdadeira região”, mais do que um engano, é reveladora dos pressupostos do geógrafo francês: o que ela revela, o tradutor preferiu atenuar.

²⁰⁴ José de Souza Martins (2009), em seu estudo sobre a fronteira, faz referência a esses estudos que favoreceram a “ideologia do pioneiro”. Não obstante as contribuições de Martins, cabe questionar se os estudos de geógrafos como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig seriam influenciados por uma ideologia que “falseia” a realidade, ou se eles reiteram uma compreensão fetichista da realidade que corresponde ao próprio fetichismo da forma-mercadoria.

relações entre espécies da floresta tropical, conhecimentos essenciais para o desenvolvimento do cultivo do cacau sombreado (Ibid., p.7-8).²⁰⁵

Em oposição lógico-formal à “floresta massiva e monótona”, cujas utilizações pelo caboclo “parasitário”²⁰⁶ careceriam da devida eficácia e racionalidade, a agricultura de cacau sombreado representa para Deffontaines uma “humanização” daquela área. No raciocínio do autor, só a partir do momento em que pôde se instalar essa agricultura, o que era “monótono” se tornaria uma “verdadeira região natural”, resultante da “ação metódica e contínua” – ou “gênero de vida”, segundo La Blache – do “indivíduo-tipo” representado pelo fazendeiro “pioneiro”.

Por isso, longe de ser um engano do pesquisador ou o produto de uma “maquinação ideológica”, essa formulação de Deffontaines (1938) sobre a “colonização cacauera” revela uma compreensão fetichista da colonização voltada para a produção de mercadorias dentro de um contexto de formas superiores de trocas econômicas. Na dinâmica social na qual as coisas produzidas parecem ganhar vida própria, o cacau se torna o “agente colonizador” de uma área ainda “virgem”, passando a mediar as relações sociais entre os indivíduos, coisificando-os e inscrevendo-os nesse processo. E o fato de determinados indivíduos (fazendeiros “pioneiros”) trazerem e implementarem as inovações técnicas e culturais imprescindíveis à “colonização cacauera” não os torna menos sujeitados às relações sociais as quais, na aparência, detêm o controle.

Nesta seção, portanto, foi defendido que o termo “homem”, bastante utilizado pelos representantes da geografia regional francesa aqui discutidos, concerne a uma individualidade e uma subjetividade abstratas, correspondentes à forma social do sujeito. Assim, os indivíduos reais e concretos são enquadrados nessa forma, com seus atos e práticas sendo convertidos em “ações” de alcance variado sobre um determinado “meio”, constituindo-se “gêneros de vida”.

A constatação que fizemos ao longo dessas páginas nos levou necessariamente para o processo de sistematização da disciplina geográfica, com esta em parte conduzida

²⁰⁵ Como mostram os pesquisadores mexicanos Toledo e Barrera-Bassols (2015, p.36), a conversão de florestas naturais em “florestas humanizadas” é uma prática realizada há muitos séculos por populações tradicionais nas florestas tropicais das Américas, África e Ásia por meio do manejo das espécies arbóreas e da introdução de espécies herbáceas e arbustivas como café, cacau, canela, especiarias, borracha, pimenta e baunilha.

²⁰⁶ O adjetivo “parasitário” atribuído a essas populações aproxima Deffontaines das descrições sobre o “caboclo” feitas por Monteiro Lobato ([1919] 1956), que abordaremos mais abaixo. Deffontaines (1944, p.147) cita Monteiro Lobato como a principal referência sobre as “numerosas ‘Cidades mortas’ que formigam no Brasil”.

por La Blache, e a proposta metodológica da descrição e explicação da “ação humana” sobre o meio, considerada em seus encadeamentos históricos. Embora essa sistematização contivesse uma rejeição ao formalismo lógico que enxergava as diferentes realidades sociais descritas como resultantes de cadeias causais (os “homens” determinados pelos “meios”), tal formalismo nos pareceu reposto em novas bases por essa geografia. E é possível identificá-lo nas produções acadêmicas daí resultantes e na maneira como se compreendia as concepções de passado e futuro: ambos organizados segundo uma temporalidade linear, cujo fio condutor seria a noção de progresso.

Guardadas as devidas diferenças, elementos desse esquema teórico e metodológico parecem ter sido replicados por Pierre Deffontaines nos textos produzidos a partir de suas pesquisas de campo em várias localidades brasileiras e que trouxemos à baila. São ali recorrentes as descrições que criam comparações envolvendo determinados “indivíduos-tipo”: entre o “tipo dominante” do fazendeiro “pioneiro” e o par caboclo/pescador, com estes recuando para longe da “faixa pioneira”. Raciocínio semelhante é construído em relação aos “meios” resultantes das “ações” empreendidas por esses “indivíduos-tipo”: de um lado, as paisagens “humanizadas”, e, de outro, os “meios” constituídos pela “floresta massiva e monótona”, ou, quando muito, “algumas pequenas roças” em “zonas” do litoral norte capixaba “em vias de abandono”.

A nosso ver, o referido esquema teórico e metodológico utilizado por Deffontaines o levou a encontrar no fazendeiro “pioneiro” e no “povo” que em torno dele “gravita”, bem como em seu “agir”, os traços fundamentais da forma social que produz novas fronteiras – as “zonas pioneiras” –, cujas paisagens resultariam dos processos de territorialização do capital. Concomitantemente, o “caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira” (DEFFONTAINES, 1947, p.144), dando-se a entender que tais populações não seriam parte desse “povo”, mas sim a própria antítese da forma social.

Deffontaines pareceu não considerar a violência dos processos que descrevia e o caráter sujeitado dos sujeitos entregues aos seus pressupostos. Não se trata de fazer juízos de valor sobre sua compreensão das realidades com as quais se deparou, tampouco explicar tal compreensão como resultado de uma volição subjetiva primordial. É inegável, contudo, que o autor, assim como La Blache, enxergavam nas particularidades geográficas do centro-norte da Europa ocidental o resultado evolutivo de um processo civilizatório. Até por causa disso, em suas andanças pelo território brasileiro, Deffontaines não interpretou as localidades pelas quais passou e as populações que as

habitavam a partir de seus matizes no seio de uma totalidade dinâmica e em processo. Com sua consciência presa às referências europeias, o geógrafo francês tentava encontrar em terras brasileiras situações supostamente “completas” de divisão social do trabalho, produção e troca de mercadorias e de monetarização das relações.

Frente a essas “ausências”, Deffontaines (1949) falava em “nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais”; ou seja, os geógrafos e, de forma geral, os “homens”, teriam como responsabilidade a modernização daqueles “gêneros de vida” atrasados. Segundo o autor, o papel da geografia no Brasil seria o de fornecer subsídios para uma progressiva dominação da “natureza” pelo “homem” a partir de critérios racionais, de modo a afastar as populações daquela vida marcada por uma “economia puramente fechada e rotineira” (DEFFONTAINES, 1947, p.144).

Julgamos também necessário que as pesquisas atuais problematizem em que medida a geografia brasileira que se constituiu a partir da época histórica de Deffontaines participou na produção de análises cujas conclusões traziam consigo o receituário de ações “racionais” e “objetivas” mediante modalidades de planejamento como o regional. Afinal, ao pleitearem essa ação planejadora, tais conclusões não só não vislumbravam nada além de um progresso enquanto materialização da produção da riqueza abstrata sob a forma valor, como davam legitimidade histórica e social aos “pioneiros”, isto é, a encarnação desse “homem” abstrato que desbrava “terras virgens” e as converte em novas “zonas” de territorialização do capital. Essa geografia, portanto, contribuiu para invisibilizar uma multiplicidade de práticas e relações sociais que seriam “avessas” aos avanços do “povo”, formulação essa que reverbera ainda hoje na sociedade brasileira.

3.3. Do sertão à fronteira: a historicidade desses dois conceitos

Após a seção anterior voltada especificamente para a Geografia Regional Francesa, aqui será realizada uma revisão sobre os conceitos *sertão* e *fronteira* na história do pensamento brasileiro, revisão mais ampla e não voltada apenas para uma determinada corrente ou grupo de autores. Esses dois conceitos serão abordados em sua historicidade, sendo importante desde já ressaltar que, embora ambos apareçam nos textos de geógrafos como Deffontaines e Waibel, não são conceitos que surgem no debate intelectual ao mesmo tempo: pelo contrário, veremos que as formulações sobre a *civilização dos sertões* precedem o debate sobre o avanço da *fronteira econômica* ou *frente pioneira*. A partir dessa constatação inicial buscaremos entender o que a diminuição no uso do primeiro

conceito e o surgimento do segundo revelam sobre aquela sociedade brasileira da primeira metade do século XX.

A palavra “sertão” aparece com frequência nos documentos do século XIX sobre o norte do Espírito Santo, sendo mencionada mais raramente na primeira metade do século XX, até se restringir ao significado que tem mais comumente hoje em dia, ligado sobretudo ao Nordeste do Brasil. Como formula a historiadora Vania Moreira (2017), os sertões do Espírito Santo se opunham ao chamado “mundo policiado”, sendo aqueles os lugares onde se escondiam indígenas e negros fugidos da escravidão. Tratava-se de um sertão sobretudo florestal: a ausência de grandes rebanhos de animais domésticos diferenciava este de outros sertões do Brasil que, desde os tempos de colonização portuguesa, constituíam o “domínio da pecuária” (PRADO JR., 1961; TOLEDO, 2008).²⁰⁷

Falar em sertão, para nós brasileiros, pode parecer banal: José de Souza Martins, em seu livro sobre a *Fronteira*, privilegia este último conceito, já desde o título, como palavra a ser definida cuidadosamente, enquanto o conceito “sertão”, no mesmo livro, não é alvo da investigação detalhada do autor. De fato, com exceção da expressão “drogas do sertão” (referente a produtos do extrativismo na floresta amazônica) e de citações de nomes de livros de outros autores, o “sertão” aparece, no livro de Martins, apenas uma vez: “‘Pá Virada’ é qualificação que se dá no sertão às pessoas emocionalmente instáveis” (MARTINS, 2009, p.47). O sertão aparece, então, como um lugar que, pressupõe-se, o leitor sabe mais ou menos identificar, não sendo necessárias mais explicações.

Não é assim – como conceito evidente e menos importante que o de “fronteira” – que o sertão apareceu em nossos estudos. Pelo contrário, essa palavra tipicamente luso-brasileira, ao aparecer nas descrições de viajantes ou nos projetos modernizadores, parece um conceito nada ingênuo, como propõe o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2003). Voltaremos a essa falta de ingenuidade, mas antes se faz necessária aqui uma breve incursão na história da colonização das Américas, de forma a entendermos um pouco da multiplicidade de significados relacionados àquela palavra.

O sertão brasileiro já aparece em 1500 na carta de Pero Vaz de Caminha que descreve o novo território descoberto: “Pelo sertão nos pareceu, visto do mar, muito

²⁰⁷ Na *Corografia Brazilica* de 1817 consta que na província do Espírito Santo “os animais domésticos não são ainda assaz multiplicados; porque também o terreno ocupado pelos criadores não passa d’uma tira ao longo do mar” (CAZAL, 1817, p.60).

grande [...]”, aparecendo também em outros cronistas portugueses que descreviam suas viagens pelas Américas e também na Ásia (BONATO, 2010, p.16). Como propõe a historiadora Janaina Amado (1995, p.148-149):

“Sertão” [...] designava não apenas os espaços interiores da Colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta, e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.

Amado aponta que o conceito *sertão* foi construído pelos portugueses e dependeu sempre da localização do seu enunciante, geralmente um colonizador. Assim, como ela mostra, a mesma palavra foi usada para nomear áreas tão distintas como o interior da capitania de São Vicente; a atual Nova Iguaçu, distante cerca de 40 km do centro da cidade do Rio de Janeiro; e a Amazônia. (ibid.)

Por fim, Amado (1995, p.149) argumenta que, se foi erigido como categoria pelos colonizadores e absorvido como desconhecido e perigoso pelos colonos, em especial por aqueles diretamente relacionados aos interesses da Coroa, o “sertão” foi apropriado por alguns habitantes do Brasil de modo diametralmente oposto. Para os perseguidos pela justiça e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, “para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, ‘sertão’ representava liberdade.”

O geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes também buscou compreender melhor os significados do *sertão* e concluiu que não se trata de um lugar, mas de uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Não se trata de uma materialidade da superfície terrestre, e sim de um discurso valorativo referente ao espaço, de acordo com a mentalidade e os interesses vigentes e também um projeto futuro de valorização:

Definir um lugar como sertão significa, portanto, projetar sua valorização futura em moldes diferentes dos vigentes no momento dessa ação. Nesse sentido, pode-se dizer que os lugares tornam-se sertões ao atraírem o interesse de agentes sociais que visam estabelecer novas formas de ocupação e exploração daquelas paragens. A noção pode, então, ser equacionada como elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade (MORAES, 2003, p.2).

O exemplo que Moraes utiliza para corroborar essa ideia de sertão como projeto é o discurso inaugural do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que incluía entre os propósitos do Instituto “levar as luzes ao sertão” (Ibid.) Ou seja, para esse autor, o sertão é uma ideia do imaginário da conquista territorial que aponta para sua transformação futura: um conceito que

[...] acompanha-se sempre de um projeto (povoador, civilizador, modernizador), o qual almeja – no limite – a superação da condição sertaneja. Trata-se de um espaço a ser conquistado, submetido, incorporado à economia nacional: uma área de expansão. [...] Por essa característica, é possível estabelecer paralelos entre o papel desempenhado pela idéia de sertão na formação brasileira e o uso similar da noção de “deserto” na história da Argentina (Donghi, 1992). No mesmo plano conceitual, mas mais distante de conteúdo em função de seu componente democrático²⁰⁸ (não presente nos conceitos anteriores), estaria a “fronteira” – tal como analisada por Turner – na colonização dos Estados Unidos (MORAES, 2003, p.6).

Assim o sertão, nesse sentido em que a palavra era correntemente usada, estaria sempre ligado a um *projeto* de área de expansão sob diversos aspectos: expansão econômica, expansão da civilização ou das “luzes”, no linguajar do esclarecimento, já abordado no capítulo 1 desta dissertação. Retomemos brevemente os principais pontos daquela discussão na qual Adorno e Horkheimer (1985 [1947], p.25-26) associam o *esclarecimento* a processos de desencantamento do mundo e de dominação da natureza, a partir de alguns elementos-chave: a abstração, que por sua vez exige a distância do sujeito com relação ao objeto, bem como uma cada vez maior sujeição do mundo físico aos critérios de “calculabilidade e utilidade”, tudo isso se opõe ao conjunto de características normalmente associadas aos sertões, que seriam desconhecidos, indomados e perigosos (AMADO, 1995). Vimos também a formulação do líder indígena Ailton Krenak sobre o esclarecimento: ele chama atenção para a relação entre as colonizações empreendidas por europeus e a “premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível” (KRENAK, 2019, p.11).

Finalmente, como apontado pelo geógrafo Moraes na citação mais acima, esse tipo de discussão sobre “área de expansão” se aproxima do conceito de fronteira, tão

²⁰⁸ Para uma discussão sobre os aspectos nada democráticos da “fronteira” no Brasil, conferir o livro *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano* (MARTINS, 2009), no qual o autor vai se voltar para o Brasil da segunda metade do século XX e caracterizar a fronteira sobretudo pelas situações de conflito e violência: “A história do recente deslocamento da fronteira é uma história de destruição” (p.132). “O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social.” (p.136).

Martins vai comparar essa fronteira brasileira com a dos Estados Unidos: “A rápida expansão da frente pioneira em direção à Amazônia deu-se num contexto bem diverso do das histórias costumeiras em países que servem de modelo ao debate do tema, como os Estados Unidos: em vez de se constituir numa abertura do território com base nos valores da democracia e da liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar [...] e] clima repressivo, associado ao fato de que os proprietários de terra e os empresários eram os principais aliados e beneficiários do regime” (Ibid., p.76).

Nesta dissertação, já desde as discussões sobre o disciplinamento do trabalho no capítulo 2, parece evidente que não predominaram, nas relações sociais, “democracia e liberdade”, de forma que tal discussão sobre uma fronteira permeada por democracia não será sequer desenvolvida por não ter qualquer aderência à documentação histórica analisada.

Das formulações de Martins, retomamos sobretudo aquelas sobre a fronteira caracterizada pelo conflito, além de sua crítica à “Ideologia do pioneiro”, já mencionada na seção anterior.

importante para a Geografia brasileira. Uma surpresa em nossa revisão bibliográfica foi perceber que, enquanto a palavra sertão aparece em relatórios, cartas, etc. sobre o Brasil desde 1500, a fronteira, com o sentido de “fronteira econômica”, “frente pioneira” ou “frente de expansão”²⁰⁹ aparece apenas a partir da década de 1930 e não sob influência luso-brasileira, mas estrangeira. O texto da antropóloga Candice Vidal e Souza sobre a noção de fronteira e o espaço nacional no pensamento social brasileiro é esclarecedor nesse sentido. Ela aponta que a “atmosfera do período varguista contribui com modos inovadores de pensar esse problema nacional” que, anos antes, Euclides da Cunha havia formulado de forma influente (SOUZA, 1996, p.102). No mesmo período em que ocorre a “eleição do Estado como agente solucionador dos problemas nacionais”, argumenta ela que aparece a “fronteira como denominação recorrente no pensamento social” (Ibid.)

Candice Vidal e Souza aponta que o provável texto pioneiro em português sobre o “espaço como fronteira em movimento” é o do historiador econômico J.F. Normano, que afirma em 1935:

a deslocação de fronteira no Brasil ainda não foi objeto de estudos, como já foi feito com a dos Estados Unidos. Apesar das numerosas descrições sobre os bandeirantes o termo “deslocação de fronteiras” nunca foi, que eu saiba, usado com referência ao desenvolvimento brasileiro (NORMANO, apud SOUZA, 1996, p.115).

A autora não se aprofunda nas obras que introduzem essa temática na geografia brasileira, o que dificulta o diálogo teórico desta dissertação com a autora, mas em todo caso, nos parece relevante a sua constatação de que a fronteira econômica surge como conceito no Brasil junto com o fortalecimento do Estado nacional modernizador a partir dos anos 1930. Nesse sentido, cabe recordar as palavras da geógrafa Amélia Damiani (2008, p.71):

Os conceitos e as categorias são sínteses do conhecimento de uma época, potencializam a prática social, [...]. Os conceitos detêm a historicidade, não são vazios, sem contexto ou atemporais, e, ao mesmo tempo, uma época coloca a possibilidade de determinados conceitos.

²⁰⁹ José de Souza Martins (2009, p.138) aponta uma diferença entre esses três conceitos: “Quando os geógrafos falam de frente pioneira, estão falando dessa fronteira econômica. Quando os antropólogos falam de frente de expansão, estão geralmente falando da fronteira demográfica.” Considerando que a “linha de povoamento” (fronteira demográfica) costuma avançar sempre à frente da “linha de efetiva ocupação econômica do território” (fronteira econômica), Martins entende que, entre essas duas linhas se localizaria a “zona” de fronteira, marcada por violência e conflito: “entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, de inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas, etc.”

Sem dúvida é mais relevante a importância do governo central e do planejamento centralizado no “povoamento dos sertões” e na expansão da fronteira econômica a partir de 1930. Contudo, como observado acima por Moraes (2003, p.6), a designação de uma área como sertão, desde antes, já se acompanhava “de um projeto (povoador, civilizador, modernizador)”. A diferenciação, então, não é entre um governo que fazia projetos a partir de 1930 e outro que não fazia: trata-se sobretudo de mudanças nas formas do *planejamento*, que foi se tornando cada vez mais científico, baseado em conhecimentos universitários e com estruturas de governo mais robustas que lhe dariam condições de se realizar de forma mais acelerada.

Candice Vidal e Souza comenta a distinção entre esse planejamento a partir dos anos 1930 e o que havia antes:

A marcha empreendida nesta hora distingue-se daquelas outras empresas de ocupação do interior muitas vezes iniciadas. [...]

A eleição do Estado como responsável pela construção da nação brasileira significa um comando centralizador das medidas de intervenção dirigidas ao sertão. Esta será uma inflexão marcante no modo de imaginar o lugar do sertão na nacionalidade, pois anuncia que apenas o poder central pode articular a sociedade e o espaço nacionais. A matriz narrativa é anterior, mas certamente a atmosfera do período varguista contribui com modos inovadores de pensar esse problema nacional (SOUZA, 1996, p.102).

Entre as inovações da época, destaca Souza, encontra-se a pretensão de um “aproveitamento racional e sistemático dos recursos materiais e humanos da hinterlândia.” Buscando relacionar essas formulações com o pensamento econômico e geográfico do mesmo período, podemos apontar que Erick Kluck (2016, p.242) apresenta a relevância, nos debates de meados do século XX, da busca da superação do subdesenvolvimento no Brasil, a partir da formulação do atraso dos países subdesenvolvidos em relação às economias avançadas. Caberia àqueles, para chegar ao nível de desenvolvimento do primeiro mundo, a “promoção de arranjos para superar sua situação de atraso, modernizando forças produtivas e relações de produção.” Na realidade das populações rurais, isso se traduziria em aceleradas mudanças nas relações sociais. “Para tanto, os posseiros, agregados, rendeiros, foreiros, e outros camponeses, vistos como símbolo do atraso, precisariam ter suas relações transformadas” (Ibid.).

Essa transformação, planejada nos centros do “Brasil moderno” e voltada para a transformação do “Brasil atrasado”, nos leva novamente para a problemática do dualismo. Como já abordado nesta dissertação, Francisco de Oliveira foi um pensador que buscou se contrapor ao pensamento dualista, mostrando que este tinha (e tem) como pressuposto

teórico uma rígida separação entre um setor moderno e um ou mais setores tradicionais na sociedade brasileira. Em sua *Crítica à razão dualista*, ele conceitua:

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão-somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 2003 [1975], p.32).²¹⁰

Em meados do século XX essa existência do “atraso” que precisava ser modernizado parecia quase evidente para a grande maioria dos sujeitos que debatiam e formulavam políticas públicas, fossem eles geógrafos, economistas, ministros ou presidentes da república. No Prólogo desta dissertação, vimos que Rubem Braga escrevia em uma de suas crônicas de 1953: “não sou contra o progresso (‘o progresso é natural’)” (BRAGA, 1984). Naquele período e alguns anos antes, como vimos, o *sertão* foi sendo substituído pela *fronteira* como conceito privilegiado por geógrafos e outros cientistas, planejadores e políticos, talvez por ser um conceito mais compatível com o conjunto de ideias que podemos chamar de *consenso modernizador*.

A narração da fronteira acontecendo no espaço interior do Brasil tem oportunidade de emergir no pensamento social quando se afirma este modo de pensar a existência de litorais e sertões, com a eleição do Estado como agente solucionador da secular problemática muito antes identificada. [...] Portanto, espalha-se fronteiras onde era sertão. A substituição de um por outro é que faz o movimento coletivo gerador da Nação (SOUZA, 1996, p.103-107).

A problemática do *sertão*, portanto, era debatida muitas décadas antes daquele período, mas sua substituição pelo debate sobre a *fronteira*, para Souza (1996), se insere no “movimento coletivo gerador da Nação” a partir da década de 1930. Essa continuidade do problema identificado e dos inúmeros projetos de solução, associada a uma

²¹⁰ Erick Kluck (2016) resume assim a contribuição de Oliveira: para este, a desigualdade, marca do chamado subdesenvolvimento, surgia do próprio desenvolvimento capitalista, e, não em oposição a este, sendo a formação capitalista responsável em seu processo, por constituir esse subdesenvolvimento, como sua própria reserva de acumulação. Assim, a teoria do subdesenvolvimento, sozinha, não explicaria os pormenores dessa formação social.

Ainda sobre os fundamentos desse pensamento sobre o subdesenvolvimento que pressupõe um sentido dado da evolução histórica e/ou econômica, bastando em tese acelerar a modernização para se alcançar os objetivos supostamente desejáveis, conferir: a formulação de “modernização retardatária” ou “atrasada” por Robert Kurz (1992); o prefácio de Marildo Menegat no livro organizado por Cássio Boechat (2022); e, no nosso capítulo 1, o debate realizado por Paulo Cesar Gomes (1996) sobre o par novo/tradicional como fundamento do pensamento moderno e sobre como isso se observa nas várias correntes do pensamento geográfico.

descontinuidade – em que o *planejamento* racional representaria, finalmente, uma possibilidade de superação do atraso – podem ser observadas também na particularidade do Espírito Santo: no período do Império e República Velha não deve ser ignorada a existência de planos – em outra escala – do governo estadual e mesmo do governo central, por exemplo para a imigração de colonos europeus para colonizarem as “terras virgens” na segunda metade do século XIX. Como visto no capítulo 2, colonos europeus foram trazidos para o Espírito Santo mediante contratos com o governo imperial. Também a navegação a vapor e as ferrovias foram subvencionadas desde o Império:

O Governo imperial teve que agir para estimular o desenvolvimento dos transportes, cuja iniciativa se concentrou na garantia de juros para as ferrovias e nas subvenções para a navegação.

[...] a Companhia do Espírito Santo e Caravelas possuía dois vapores e cobria parte do litoral do Rio de Janeiro e todo o litoral capixaba, desde Caravelas até Itapemirim, fazendo 24 viagens redondas por ano, recebendo uma subvenção anual em torno de 59.500\$000. (GOULARTI FILHO, 2011, p.3; p.12)

Goularti Filho (2011, p.23) relata ainda que as subvenções à navegação foram levemente reduzidas após a proclamação da República em 1889. No período da República Velha, como veremos mais adiante neste capítulo, foi subvencionada a construção da Estrada de Ferra Vitória a Minas a partir de 1903, ferrovia esta que teve papel crucial no avanço da fronteira econômica no norte capixaba, como veremos mais adiante neste capítulo. A sucessiva inauguração de estações da ferrovia Vitória a Minas – acompanhada da redução dos subsídios à navegação – representaram uma mudança relevante na territorialização do capital no norte do Espírito Santo, levando algumas elites locais ou regionais a perderem influência e outras a se estabelecerem.²¹¹

Ou seja, o norte do Espírito Santo, já na segunda metade do século XIX e início de XX, não estava isolado, mas em mediação com um Estado modernizador. As transformações a partir da década de 1930, contudo, são inegáveis. Discursos do próprio presidente Getúlio Vargas corroboram a relação que Candice Vidal e Souza faz entre a introdução do conceito de fronteira econômica e a modernização acelerada que o Estado nacional buscava promover naquele período, modernização que era pressuposto para a própria autonomização daquele Estado nacional em relação ao poder das elites regionais. Em discurso pronunciado em 1940 em Goiânia, Vargas argumenta que a “Cruzada rumo ao Oeste” é um “roteiro da nossa civilização”. Na linha argumentativa por ele seguida, a

²¹¹ Conforme propomos mais adiante, tratou-se de um processo de abertura de região, na formulação de Francisco de Oliveira (1977), embora tenha ocorrido nas primeiras décadas do século XX, em descompasso com o fenômeno mais geral de abertura das regiões pelo Estado nacional a partir de 1930.

unidade histórica e cultural do povo brasileiro, bem como as fronteiras políticas do país, já eram algo dado, um processo encerrado, ao contrário da unidade econômica, ainda inexistente, e das fronteiras econômicas, ainda em movimento. Começemos por observar a parte da “unidade política”:

Para bem esclarecer a ideia, devo dizer-vos que o Brasil, politicamente, é **uma unidade. Todos falam a mesma língua, todos têm a mesma tradição histórica** e todos seriam capazes de se sacrificar pela defesa do seu território. Considerando-a uma unidade indivisível, nenhum brasileiro admitiria a hipótese de ser cedido um palmo desta terra, que é o sangue e a carne do seu corpo. (VARGAS, 1941, p.30-31, grifo nosso).

A “unidade” que o trecho grifado expressa, entendemos que ela ainda estava em formação naquele período: estritamente falando, era falso que todos falassem a mesma língua, pois havia exceções tanto entre povos indígenas como entre imigrantes. Porém, a abstração de “um povo, uma língua, uma tradição” moveu processos na realidade brasileira desde a proibição da língua-geral (baseada no tupi) em 1759²¹² e seguiu movendo processos no governo Vargas, que agiu para impedir de fato a prática e ensino de outras línguas²¹³. Se em 1812 o Bispo D. José constatava que, no Espírito Santo, “muitos índios, especialmente mulheres, pela criação dos jesuítas, não entendem o português” (COUTINHO, [1812] 2002, p.88), no século XXI, todos os habitantes das aldeias indígenas da etnia Tupiniquim em Aracruz falam português.²¹⁴

Vejamos a seguir a articulação que Getúlio Vargas fazia entre fronteira política e fronteira econômica, em discurso realizado apenas alguns anos após o conceito de “fronteira econômica”, importado dos EUA, ter se difundido no Brasil:

Mas se politicamente o Brasil é uma unidade, não o é economicamente. Sob este aspecto assemelha-se a um arquipélago formado por algumas ilhas, entremeadas de espaços vazios. As ilhas já atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico e industrial e as suas fronteiras políticas coincidem com as fronteiras econômicas. Continuam, entretanto, os vastos espaços despovoados, que não atingiram o necessário clima renovador, pela

²¹² No período de uso da língua-geral, sabemos, guerras e “descimentos” forçados de indígenas foram estimulados pelos jesuítas. Longe de entender tal período como melhor que o posterior, chamamos aqui atenção para a imposição da língua portuguesa como parte do processo de “igualação” dos cidadãos.

²¹³ Foi o caso dos imigrantes pomeranos no sul do Espírito Santo, que “no governo Getúlio Vargas, foram proibidos de falar pomerano e eram caçados pelos camisas-verdes. ‘Invadiam as casas, reviravam tudo em busca de livros em alemão [...]’. Pastores luteranos, que rezavam em alemão, foram obrigados a pregar só em português” (O Estado de São Paulo, 13/02/2005, disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/306279/noticia.htm>>. Acesso em 12/12/2022).

²¹⁴ Mais recentemente, a Constituição Federal de 1988 (Art. 210) prevê o direito das comunidades indígenas à utilização de suas línguas maternas nas escolas. Segundo o projeto Língua Viva (projeto voltado à preservação da cultura e língua tupinikim), nas comunidades Tupinikim em Aracruz “estima-se que entre os anos 1960 e 1980 ainda havia pessoas vivas falantes do tupi, mas que por medo da repressão colonial esconderam sua identidade indígena e não passaram adiante o conhecimento da língua mãe para as próximas gerações.” Conferir em: <www.linguaviva.org> e <bit.ly/3mN5Ipt>. Acesso em 20/07/2022.

falta de densidade da população e pela ausência de toda uma série de medidas elementares, cuja execução figura no programa do Governo e nos propósitos da administração, destacando-se, dentre elas, o saneamento, a educação e os transportes. No dia em que dispuserem todos esses elementos, os espaços vazios se povoarão. [...] **Precisamos promover essa arrancada, sob todos os aspectos e com todos os métodos, a fim de suprimirmos os vácuos demográficos do nosso território e fazermos com que as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas** (VARGAS, 1941, p.30-31, grifo nosso).

Tratava-se, nas palavras de Vargas, de uma arrancada, uma aceleração do processo de modernização anterior. Antes dos anos 1930 já tinham ocorrido uma série de avanços das fronteiras econômicas, mas o projeto naquele momento tinha diferenças que incluíam o planejamento centralizado no Estado federal, com métodos científicos que influenciaram também a criação do IBGE e de cursos universitários de Geografia.

3.4. Os pioneiros e os geógrafos pioneiros

Dando prosseguimento ao debate sobre o Brasil daquele período em que, nas palavras de Vargas, buscava-se “suprimir os vácuos” e fazer coincidir a *fronteira econômica* com a *fronteira política*, é importante retomarmos um acontecimento que já foi mencionado no início deste capítulo: a vinda ao Brasil, a partir de 1934²¹⁵, de geógrafos estrangeiros como Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Leo Waibel.

Um ponto comum entre esses três geógrafos, além da época em que viveram e em que trabalharam – embora o período em que Waibel esteve no Brasil, de 1946 a 1950, seja um pouco posterior – é a atenção que eles deram às temáticas da *fronteira* e dos *pioneiros* no Brasil. Em geral, esses pioneiros eram de origem europeia, assim como aqueles geógrafos, mas nem sempre isso fica explícito em seus textos: como já vimos em Deffontaines, muitas vezes formula-se mais sobre um “homem” que, quase por coincidência, pensa e age como um homem europeu. E em geral esses pioneiros eram elogiados como agentes da civilização, povoadores de *terras virgens*. Os indígenas parecem sumir repentinamente, seja por extermínio ou por fuga para sertões mais distantes, para além da fronteira econômica, quando chegam os “verdadeiros pioneiros”, assim entendidos pelo francês Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig ou pelo alemão Leo Waibel. Para eles, o pioneiro traz a civilização para a “mata virgem”, sendo portanto

²¹⁵ Trata-se, ainda, do ano de fundação da Universidade de São Paulo – USP e da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB.

superior aos indígenas, caboclos e outras populações que supostamente não humanizavam a floresta transformando-a em terras disponíveis para a agricultura²¹⁶.

Outra característica comum entre os três: ao mesmo tempo que elogiam os pioneiros, contraditoriamente apontam que os métodos agrícolas seriam ainda atrasados, pouco racionais, causando a exaustão da fertilidade das terras. Porém, como já começamos a constatar na obra de Deffontaines e veremos a seguir em Monbeig e Waibel, essa crítica parece “salvar” os europeus, seja ao apontar o avanço rumo às terras virgens como característica do “homem” ou do “povo”,²¹⁷ seja ao apontar que o “trabalho agrícola primitivo” teria origem na cultura do “caboclo”:

"Permanece o otimismo do caboclo a repetir que no Brasil plantando dá. Com efeito, tudo cresce em uma terra roxa recentemente desflorestada [...]. Para que comprar um arado, quando bastam alguns golpes de enxada? (Monbeig, 1998 p.250, apud ANDRADE, 2011, p.58).

Essa crítica aos métodos “primitivos” do caboclo – que vai se estender à crítica da “caboclicização” de populações europeias, como em Abreu (1967) mais abaixo – não era novidade no Brasil das décadas de 1930 a 1950: já na década de 1910, os primeiros textos publicados por Monteiro Lobato em *O Estado de São Paulo* eram sobre essa temática: “Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização” (Lobato, 1914, apud ANDRADE, 2011, p.59)²¹⁸

Para Pierre Monbeig²¹⁹, inicialmente os indígenas foram considerados “os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo”, porém em artigo posterior, ele não concede o título de pioneiro sequer aos caboclos: “Devemos considerá-los os verdadeiros pioneiros? Sua ação sobre a paisagem, como a dos mineiros, foi praticamente nula; uns e outros, apenas derrubaram a mata” (Monbeig, [1950] 1998; 1953, apud BOECHAT, 2009, p.33).

²¹⁶ Importante ressaltar que esses dois geógrafos europeus se referiam a uma agricultura de tipo europeu. Uma extensa literatura mais atual demonstra as práticas de agricultura de povos ameríndios e refuta a ideia de “matas virgens”. Aliás, é provável que algumas espécies já tivessem sido extintas devido à ação humana “no continente que os europeus redescobriram em 1500 e interpretaram como se estivesse intacto” (FERNANDEZ e ARAÚJO, 2012, p.109).

²¹⁷ É reveladora a contradição no pensamento de Deffontaines, já que por um lado, “[n]o Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras [onde] a terra é virgem” (1944, p.147) e, por outro lado, o “caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira” (1947, p.144), como vimos na seção 3.2.

²¹⁸ Veremos mais adiante a influência direta e reconhecida de Lobato sobre Deffontaines. Andrade (2011) explica ainda que Lobato, anos depois, mudaria de opinião sobre o motivo da “indolência” do Jeca-Tatu: nessa segunda formulação, a indolência que o tornava “inadaptável à civilização” seria resultado de enfermidades e o personagem se torna um “garoto propaganda” de políticas de saúde.

²¹⁹ As obras de Pierre Monbeig (1908-1987) têm menos relação com o Espírito Santo, motivo pelo qual nossa leitura delas foi menos cuidadosa. Sem pretendemos conhecer a fundo esse autor, foi possível, contudo, constatar algumas semelhanças entre suas formulações e as de Deffontaines e Waibel.

Entendemos que na raiz desse tipo de pensamento se encontra a separação tida como ontológica entre cultura e natureza, em que o modelo de produção de mercadorias introduzido pelos colonizadores é considerado cultura, e tudo que não adere a esse modelo (a esse *sentido da colonização*, conforme Caio Prado Jr.) é rebaixado e assemelhado à natureza, ou então desclassificado como característica de “vagabundos” de “vida inútil” na formulação de Leo Waibel:

Muitas vezes imagino quão diferente teria sido o povoamento do Brasil, se os índios daqui tivessem o mesmo caráter belicoso que tinham os norte-americanos e se fossem tão numerosos e militarmente organizados como aqueles. Então o povoamento do país não se teria efetuado por saltos, mas teria avançado continuamente e não teríamos no Brasil o sertão e os milhões de caboclos que, espalhados por todo o interior do país, vegetam numa vida inútil. (WAIBEL, 1955, p. 410).

O geógrafo alemão Leo Waibel²²⁰ (1888-1951), como já mencionado no capítulo 2, voltou sua atenção para as *zonas pioneiras* e as *fronteiras* no Brasil, dois conceitos que ele investiga profundamente, ao contrário da palavra “sertão”, que aparece em seu texto em abordagem menos conceitual. Nos EUA, recorda ele, além do significado político de limite entre países, o termo *fronteira*

recebeu, além disso, um sentido econômico: passou a significar o limite da zona povoada.²²¹ E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira. (WAIBEL, 1955, p.390).

Resta ressaltar aqui que, para Waibel, Normano e tantos outros, a fronteira aparecia, no Brasil, sempre comparada aos Estados Unidos, o que reflete certamente o espírito daquela época em que os EUA recentemente haviam alcançado a liderança econômica e bélica mundial.

No trecho citado mais acima, sobre o “povoamento” do Brasil e dos EUA, em comparação com o interior do Brasil onde “vegetavam” os caboclos, o autor enfatiza – de modo positivo – o aspecto genocida da colonização da América do Norte. Nos Estados Unidos, segundo Waibel (1955, p.410), devido ao caráter guerreiro dos indígenas, os colonos se mantiveram unidos, ocupando os sertões em um “cerrado movimento de massas”, muito semelhante ao de exércitos em guerra. No Brasil, segundo ele, o

²²⁰ Waibel teve uma formação bastante diferente da de Deffontaines e Monbeig e esteve no Brasil na década seguinte, mas chegou a formulações em parte similares às dos franceses.

²²¹ Entendemos, contudo, que o “limite da zona povoada” seria mais estritamente um “sentido demográfico” do que “econômico”. Assim como vimos para Deffontaines, também na análise de Waibel o “homem” parece ter as características do sujeito moderno e do “*homo economicus*”.

“povoamento” ocorreu por saltos, com pequenos grupos ou mesmo indivíduos isolados. Entre outros aspectos curiosos de tal formulação, nos chama atenção aqui o caráter de total separação entre brancos e indígenas para o autor alemão, bastante diferente do que apontam inúmeras fontes históricas sobre catequização, “índios civilizados”, miscigenação por casamentos ou por estupros, etc. Não estamos argumentando que no Brasil não tenha havido guerras e massacres, mas que Leo Waibel implicitamente propõe como *modelo civilizatório* preferencial a guerra de extermínio em combate aos indígenas de “caráter guerreiro”. Se assim tivesse sido a colonização do Brasil, para ele, este país não teria tanta gente “vegetando numa vida inútil”.

Esses geógrafos, assim, dão caráter científico a concepções mais antigas sobre aqueles indígenas e caboclos, que aparecem por exemplo na obra literária de Monteiro Lobato: os caboclos seriam os habitantes típicos das “cidades mortas” que ficam para trás da “marcha do café”, quando “o capital” e os “homens fortes” já se foram:

Mal a uberdade [do solo] se esvai, pela reiterada sucção de uma seiva não recomposta, como no velho mundo, pelo adubo, o desenvolvimento da zona esmorece, **foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos para o trabalho.**

[...]

As fazendas são Escoriais de soberbo aspecto vistas de longe, entristecedoras quando se lhes chega ao pé. Ladeando a Casa-Grande, senzalas vazias [...]. **O dono está ausente.** Mora no Rio, em São Paulo, na Europa. Cafezais extintos. **Agregados dispersos. Subsistem unicamente, como lagartixas na pedra, um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam** – a fauna cadavérica de última fase a roer os derradeiros capões de café escondidos nos grotões. (MONTEIRO LOBATO, [1919] 1956, p.18-19, grifos nossos).

Cabe ressaltar que no trecho acima, Monteiro Lobato se refere às “cidades mortas” no estado de São Paulo, que ficaram na retaguarda da fronteira econômica. Os *pioneiros* (ou, para Lobato, os “homens fortes, aptos para o trabalho”) já abandonaram o local abordado pelo autor, o dono da terra mora em outro lugar, os agregados estão “dispersos”, restando ali apenas algumas pessoas cujo representante típico é o *caboclo*, verdadeiro “vegetal de carne” que não abandonou a “querência”, palavra definida no dicionário Aurélio como “local de residência ou nascimento de uma pessoa; sítio ao qual os animais se apegam por instinto”. Os *caboclos* das “cidades mortas”, portanto, teriam características opostas às dos *pioneiros* “orientados para a atividade e o progresso” (DEFFONTAINES, 1959) e “portador[es] do ‘progresso histórico’” (KURZ, 2002). Enquanto os pioneiros, ou “homens fortes” nas palavras de Lobato, movem com eficiência seu corpo de trabalhador em busca das melhores oportunidades de trabalho, os

“caboclos [...] incapazes de fecundar a terra”, são os últimos habitantes, com seu apego à “querência” levando-os a permanecer nas “cidades mortas” e fazendas em ruínas.

Para Waibel (1955, p. 410), como vimos, o Brasil tinha “milhões de caboclos que, espalhados por todo o interior do país, vegetam numa vida inútil”, metáfora que lembra os “vegetais de carne” de Monteiro Lobato. Porém, enquanto Lobato – talvez inspirado por sua criação em família de cafeicultores no vale do Paraíba, região cafeeira decadente – aborda sobretudo as “cidades mortas”, com as “terras virgens” para onde “fogem” o capital e os “homens fortes” aparecendo brevemente em sua obra como um contraponto²²², para Waibel, no artigo que estamos abordando, a “temática cativante” é o “estudo comparativo das zonas pioneiras”. Waibel introduz seu artigo explicitando a relevância daqueles estudos para o planejamento da “política de povoamento do Brasil”, que precisava contar com a “análise mais crítica” dos “cientistas”, não podendo ficar apenas a cargo dos “leigos patriotas”, em uma argumentação que também é bastante corporativista, sublinhando a importância dos geógrafos para o “julgamento das possibilidades futuras do país”:

É compreensível e natural que leigos patriotas tenham confiança ilimitada no futuro de seu país, e que expressem estes sentimentos com frases grandiosas [...]. Ao cientista, entretanto, que está imbuído do sentimento de responsabilidade em face de sua especialidade e da nação, cabe realizar uma análise mais crítica. [...] É sem dúvida ao geógrafo que cabe a tarefa de analisar cuidadosamente, em face dos conhecimentos que tem do país, o que no lema "marcha para o oeste" é uma realidade e o que é frase vã [...]. É evidente que disto depende o julgamento das possibilidades futuras do país e a sua política de povoamento (WAIBEL, 1955, p.389-390).

Com esse objetivo de contribuir, como cientista, para o planejamento racional do “povoamento” do Brasil, Waibel adota como conceitos principais o *pioneiro* e a *zona pioneira*, com a *fronteira* aparecendo ocasionalmente, às vezes no inglês “*frontier*”. Waibel define o pioneiro como alguém que introduz ao mesmo tempo melhoramentos técnicos e na “vida espiritual”, elevando os “padrões de vida”:

O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de “frontiersman” [...] O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (WAIBEL, 1955, p.391).

²²² Monteiro Lobato ([1919] 1956) afirma que o “ouro”, isto é, o dinheiro “que veio em troca” do café” não ficou investido naquelas cidades mortas, pois “[t]ransfiltrou-se para o Oeste, na avidez de novos assaltos à virgindade da terra nova; ou se transfez nos palacetes em ruína; ou reentrou na circulação europeia por mão de herdeiros dissipados.” Esse trecho, aliás não tão distante de um Caio Prado Jr. ou de um Celso Furtado, é o único que ele dedica às “terras virgens”: o resto do seu texto é sobre as ruínas.

Para o geógrafo alemão, portanto, o pioneiro é não apenas dotado de mobilidade (“procura expandir o povoamento espacialmente”), mas também um verdadeiro agente da civilização, em formulação que mistura o aspecto da produção (“introdução de melhoramentos no campo da técnica”) e a expansão do *esclarecimento*²²³. Ele prossegue assim sua argumentação: apenas o agricultor pode ser denominado pioneiro, só ele consegue “transformar a mata virgem numa paisagem cultural” (WAIBEL, 1955, p.391). Assim, já no início do seu artigo, Waibel deixa claro que seu interesse é voltado não para o conjunto da população, mas para os pioneiros; e não para o conjunto dos sertões brasileiros²²⁴, mas para algumas poucas zonas pioneiras, como a área ao norte do Rio Doce, tanto no Espírito Santo como em Minas Gerais, elencada pelo autor como uma das áreas de rápido crescimento de “novos e mais elevados padrões de vida” (Ibid.)

Waibel considera, portanto, que a introdução de “mais elevados padrões de vida” ocorre paralelamente à introdução da agricultura mais racionalizada, em oposição à “vida primitiva e sem organização” dos sertões. Embora se refira diversas vezes nesse artigo a fenômenos de colonização praticados por populações de origem europeia nas Américas, bem como a técnicas agrícolas de origem europeia ou desenvolvidas na colonização das Américas²²⁵, Waibel (1955, p.412) parece não enxergar o significado étnico/racial de suas formulações, ao afirmar que “os pioneiros norte-americanos e brasileiros, seja qual for a sua descendência,” se caracterizam pelo

espírito especulativo das grandes iniciativas e a confiança no futuro, que os leva a caminhar sempre para diante e a comprar novas terras, em vez de procurar garantir e de explorar mais intensamente a propriedade que possuem. Esta fome de novas terras é, principalmente, uma consequência dos sistemas agrícolas adotados pelos colonos.

Em comparação com os Estados Unidos da América, onde, para Waibel, a “fome de novas terras” seria logo substituída por uma “intensificação da agricultura”, no Brasil a situação seria diferente, dando origem a uma “população culturalmente atrasada”:

[Nos EUA,] após pouco tempo, o pioneiro conseguia lucros suficientes para intensificar o seu empreendimento agrícola, para introduzir melhoramentos na

²²³ Este conceito não é utilizado por Waibel, mas ao falar em “elevação do padrão de vida”, em “melhoramentos da vida espiritual”, em transformação da “mata virgem numa paisagem cultural”, ele se insere nos debates sobre o esclarecimento, mas de forma apologética e não com a abordagem crítica de seus contemporâneos Adorno e Horkheimer ([1947] 1985).

²²⁴ “No sertão brasileiro, as condições de vida primitiva e sem organização, que transitariamente encontramos em todas as “frontiers”, tornaram-se um aspecto permanente. Poder-se-ia denominar os habitantes do sertão brasileiro de “pioneiros” e o próprio sertão de “zona pioneira”, mas seria de molde a causar confusão generalizar este conceito para toda a zona considerada como sertão. [...] Somente em poucos trechos de toda esta imensa área se desenvolveram zonas pioneiras” (WAIBEL, 1955, p.391).

²²⁵ É importante ressaltar aqui que a agricultura não chegou ao Brasil em 1500. A monocultura baseada em trabalho forçado, esta sim, surge com a colonização das Américas, conforme formulação de Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves que comentamos no capítulo 1.

sua propriedade [...] também dar uma educação conveniente aos seus filhos [...]

Bem diferente é a situação do Brasil. Aqui o sistema da queimada e da rotação de terras tornou-se não apenas um fenômeno transitório, mas uma situação permanente. Em combinação com o igualmente primitivo sistema da criação de gado isto teve como consequência um escasso povoamento em grande parte do interior do Brasil, por uma população culturalmente atrasada e de nível econômico muito baixo. Isto, exatamente, é o sertão com os seus caboclos, que produzem apenas o suficiente para suprir as suas insignificantes necessidades (WAIBEL, 1955, p.413).

O trecho final é revelador: para o geógrafo alemão, sujeito portador e reproduzidor do conhecimento científico, as necessidades dos caboclos do sertão brasileiro seriam “insignificantes”, típicas de uma “população culturalmente atrasada”. Podemos nos perguntar o que seriam necessidades “insignificantes” e o que seriam necessidades “suficientes” ou ainda “exageradas”, “supérfluas”. Essa pergunta, porém, Waibel não explicita em seu argumento, muito menos ele parece ter perguntado aos “atrasados” caboclos o que pensavam a respeito. Mas ao mesmo tempo ele entende que aqueles caboclos conseguiam “suprir as suas insignificantes necessidades”. Não viveriam, segundo essa argumentação, uma situação de fome ou de miséria, mas “apenas” de “atraso cultural”. Voltaremos a essas discussões sobre miséria e fartura mais adiante.

No resto da citação, as formulações de Waibel sobre os “primitivos” métodos da queimada e da agricultura e pecuária que teriam se tornado uma “situação permanente” lembram as que já vimos anteriormente, de Monbeig, se assemelhando ainda às de Monteiro Lobato sobre o “Jeca Tatu”, o caboclo “inadaptável à civilização”.

Também podemos notar na formulação de Waibel sobre a “fome de terras” dos pioneiros, “seja qual for a sua descendência”, a crítica à “caboclicização” dos colonos europeus, fenômeno formulado também por Caio Prado Jr. (cf. nosso capítulo 2) e que, tanto para Prado Jr. como para Waibel, ocorreria não por causa da miscigenação, mas por fatores sociais, ligados às relações de produção. Embora Waibel não utilize o termo “caboclicização”, ele entende que, se deixados “em plena mata”, os colonos tornar-se-iam “uma nova leva de caboclos”, aqui caboclos metafóricos:

Se se empreende o povoamento do oeste remoto sem a garantia de uma colocação [comercialização] lucrativa dos produtos agrícolas, então se reincidirá no velho erro da colonização no Brasil, isto é, de colocar os colonos em plena mata e depois deixá-los entregues ao seu destino. Com isto se cria um novo sertão e uma nova leva de caboclos. Não se pode chamar a isto de uma marcha para o oeste.

Uma colonização bem sucedida, só é possível onde seja produzido um produto comercial (“cash product”) que encontre uma boa aceitação no mercado nacional ou internacional (WAIBEL, 1955, p.416).

Na sua argumentação, portanto, ele entende que, sem um “produto comercial” de boa aceitação no mercado, não seria possível uma “colonização bem sucedida”: o geógrafo alemão opera um dualismo lógico entre, de um lado, o sertão, com caboclos – ou “caboclos” metafóricos, ainda que de origem europeia –, com “insignificantes necessidades” e, em termos categoriais, sem produção e comércio de *mercadorias*; em oposição a isso, as zonas pioneiras, com pioneiros que transformam a mata virgem numa paisagem cultural, com introdução de melhoramentos no campo da técnica e elevando os “padrões de vida”, e não menos relevante, produzindo e vendendo *mercadorias*.²²⁶

A temática da *cabocliização* foi aprofundada na década seguinte em artigo do geógrafo Adilson Avansi Abreu²²⁷ denominado *A Colonização italo-gemânica no Espírito Santo e seus problemas*. Entre os problemas listados pelo geógrafo, se encontra “o processo de cabocliização, pelo qual quase todos europeus e seus descendentes estão passando.” (ABREU, 1967, p.98). A cabocliização, para ele, tem significado similar, mas não igual ao usado por Caio Prado Jr, afinal este último se referia a um período histórico anterior. Para Abreu, tratava-se sobretudo da “perda do patrimônio cultural” dos europeus, processo em que, devido a seu isolamento, interrupção dos contatos com as terras de origem e dificuldades para sobreviver em meio hostil, o “horizonte cultural desses **europeus do sertão** sofreu uma contração muito sensível” (Ibid., grifo nosso).

Retomando a discussão sobre a historicidade dos conceitos *sertão* e *fronteira*, observamos que por volta da segunda metade do século XX, além da predominância do pensamento sobre a “fronteira” entre universitários, políticos e planejadores, as menções a “sertões do rio Doce” ou “sertões capixabas” foram se tornando raras tanto nos textos de universitários e planejadores como também na linguagem usual. Essa ocorrência, em 1967, da palavra “sertão” ainda em seu significado antigo, é bastante rara e não encontramos outras menções aos “sertões capixabas” nas décadas de 1960 e 70 em nossa revisão bibliográfica.

O sertão aqui, portanto, é um território do Espírito Santo que, para Abreu (1967, p.98), remete ao isolamento, à “vida primitiva” e “regresso cultural”:

A desagregação desses núcleos é causada pelo fato de que o colono quase nunca aduba suas terras, cujo rendimento vai caindo até chegar um momento em que o cultivo do solo não compensa mais. Ele procura então um novo

²²⁶ Recordemos as palavras de Debord ([1967] 2019, § 42), contextualizadas em nosso capítulo 1 e que se aplicam tão bem ao texto de Waibel. “Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo.”

²²⁷ Graduado em Geografia pela USP em 1966, seguiu seus estudos e tornou-se professor na mesma universidade, vindo a ser Diretor da FFLCH (1990-1994) e Pró-reitor (1990-2005). No artigo aqui abordado, Abreu cita as obras de Deffontaines e de Waibel sobre o Espírito Santo, sem criticá-las.

pedaço de terra e inicia outra vez suas culturas; torna-se, assim, um semi-nômade condenado a uma vida primitiva e em geral a um regresso cultural.

E o habitante por excelência do sertão, no texto de Abreu, como no de Waibel, é o caboclo, seja o original (que, como temos visto, no norte do Espírito Santo tem ascendência predominantemente indígena), seja o “europeu do sertão” que vai se tornando semelhante àquele, ou seja, passaria pelo processo de caboclicização na formulação de Abreu. Essa definição bastante pejorativa do *caboclo* por Abreu, Waibel e Monteiro Lobato não é idêntica a outras que encontraremos nesta dissertação²²⁸, mas essas discussões surgirão quando finalmente entrarmos, assim como foi feito no capítulo 2, na discussão com outras fontes específicas sobre o Espírito Santo: livros, jornais, documentos dos governos do estado e da província, etc., a fim de nos aproximarmos das particularidades empíricas dos *sertões capixabas* e do movimento de “fronteira da expropriação movida por expropriados” (TOLEDO, 2019). Antes, faz-se necessária aqui uma conclusão final sobre o esclarecimento e a modernização levando luzes para o *sertão*.

Falar em “vida primitiva” e “regresso cultural”, sem dúvida, corresponde a uma visão de mundo em que o progresso técnico corresponde ao objetivo último dos seres humanos. A ideia de que, no Brasil, as ciências teriam como missão “levar as luzes ao sertão” (IHGB, 1838, apud Moraes, 2003) se insere nessa mesma visão de mundo que, no nosso entendimento, ainda influencia a nossa sociedade de hoje: ainda que com mudanças nos conceitos que correspondem a mudanças na realidade, persiste a ideia de uma modernização emancipatória que contribuirá para o aumento da felicidade humana.²²⁹ É por isso que essa longa revisão bibliográfica se faz necessária: embora tantos desses autores possam parecer datados, ultrapassados, superados, as ideias de fundo não estão superadas porque a forma social, em suma, não foi superada. Com esse propósito, e após toda essa passagem por aspectos da história da geografia no Brasil, voltaremos aos textos de Deffontaines para uma última análise crítica mais centrada em suas formulações sobre o litoral do Espírito Santo. Análise que será seguida da metade

²²⁸ Enquanto, para Waibel e Abreu, o território do caboclo é sobretudo o sertão, em nossa pesquisa temos nos deparado, tanto na documentação histórica como na língua corrente de hoje, com *caboclos* do litoral.

²²⁹ Essa articulação retórica entre “civilização” e “felicidade” já aparece, como vimos no capítulo 2, na Carta Régia de 1808, que opunha os “índios antropófagos” aos “mansos” que “se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social” (BRASIL, 1808). Naquela formulação Sobre esse “mal-entendido”, conferir Robert Kurz (2002, tese 4): “Um ponto central do mal-entendido da crítica social acerca do iluminismo [esclarecimento] é a interpretação entranhada, segundo a qual se teria tratado de uma promessa emancipatória, ou até da promessa de uma liberdade de procura da felicidade pelo homem (*pursuit of happiness*). Essa promessa [de] que o pensamento iluminista poderia e deveria ir sempre mais além, mesmo para lá dos seus criadores e protagonistas originais, até ser “realizado”. Foi precisamente devido a isto que se pôde manter o mal-entendido fundamental, segundo o qual o iluminismo seria outra coisa que não a auto-reflexão positiva do capitalismo, ou a lógica do sistema produtor de mercadorias”

final deste capítulo, quando buscaremos formular a nossa interpretação sobre esse fetichista “avanço da fronteira” no norte do Espírito Santo e as correspondentes “cidades mortas” do litoral, que supostamente ficavam para trás.

3.5. As “cidades mortas” e a “decadência” do litoral capixaba na descrição de Deffontaines

A classificação do litoral norte capixaba como região decadente e na retaguarda das fronteiras – mais ou menos similar às “cidades mortas” de Lobato²³⁰ – aparece em dois textos do geógrafo francês Pierre Deffontaines já abordados no início deste capítulo. Aliás, ao abordar cidades portuárias que perderam sua relevância econômica com a construção de estradas de ferro que concentraram a circulação de mercadorias, Deffontaines ([1938] 1944, p.146-147) cita Monteiro Lobato para fazer menção às “numerosas ‘Cidades mortas’ que formigam no Brasil”:

Antes de serem criadoras de cidades, elas [estradas de ferro] provocaram uma verdadeira hecatombe. Primeiro foi a morte de todos os pequenos portos da costa não servidos pelas vias férreas. Para eles se dirigiam outrora as inúmeras estradas de burros que desciam do interior numa rede de veias miúdas e difusas; as estradas de ferro concentraram toda essa circulação em algumas artérias para os grandes portos: Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Porto Alegre. Os pequenos portos intermediários não servidos perderam toda a atividade e fazem parte dessas numerosas “Cidades mortas” [8], que formigam no Brasil: Angra dos Reis, Ubatuba, Nova Almeida, Benevente, Tôres.

[Nota 8] Ver o livro de Monteiro Lobato.

Nessa análise acima, do texto publicado originalmente em 1938, Deffontaines faz uma análise da queda na atividade de diversos portos litorâneos: Torres, no Rio Grande do Sul; Ubatuba, em São Paulo; Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; Benevente (atualmente chamada Anchieta) e Nova Almeida, no Espírito Santo. Se temos discordância sobre a formulação das “cidades mortas”, uma vez que do ponto de vista da vida cotidiana havia pessoas ali e não necessariamente em situação pior do que antes – talvez até melhor –, estamos de acordo sobre os apontamentos do geógrafo sobre a circulação de mercadorias: aquelas cidades voltadas para o Atlântico não cumpriam mais o “sentido da colonização”, para citarmos novamente Caio Prado Jr.²³¹ (1961).

²³⁰ As semelhanças aumentam quando lembramos que boa parte das pessoas do litoral norte capixaba, sobretudo os de Regência, se definem como “caboclos”, palavra que para eles não tem o significado pejorativo que apresenta no texto de Monteiro Lobato.

²³¹ Prado Junior e Deffontaines foram fundadores da AGB em 1934. Em uma entrevista em 1978, Prado Jr. afirmou: “A geografia foi o que me abriu a perspectiva e foi com o Deffontaines — o maior professor que eu conheci na minha vida” (FERRETTI, 2016, p.17). No mesmo artigo de Ferretti, consta uma carta de Deffontaines a Prado Jr. em que o francês escreve, preocupado com a prisão do colega após a “Intentona”

Mais adiante neste capítulo abordaremos a construção da ferrovia Vitória-Minas e a sua importante influência na economia do litoral norte do Espírito Santo, veremos que essa formulação de Deffontaines é bastante precisa, ao menos no caso dos portos de Nova Almeida, Santa Cruz e Regência. É curioso, todavia, que na monografia regional sobre o Espírito Santo, publicada em março de 1938, ele descreva aqueles portos como estagnados e decadentes sem apresentar a construção das ferrovias – e a subsequente mudança nas rotas comerciais – como causa de tal decadência. Como já vimos, ele afirma que no litoral do Espírito Santo, onde os jesuítas já haviam instalado uma série de povoados, porém, com a exceção de Vitória, as demais cidades litorâneas não tinham progredido e eram caracterizadas por decadência, com ruas e portos abandonados:

[...] sem hinterland, esses portos permaneceram pequenas cidades. O caráter comum de toda esta faixa litorânea é a decadência: nenhuma atividade econômica; ruas inteiras abandonadas; algumas belas igrejas caem em ruínas (Nova Almeida, Araçatiba); o lodo invade os velhos cais onde não chega mais nenhum navio. Ainda hoje esta zona de antigo povoamento permanece sem atividade (DEFFONTAINES, 1938, p.166-167, tradução nossa).

A explicação para a “decadência” daquelas aglomerações portuárias, no artigo sobre o Espírito Santo, não passa pela construção das ferrovias, e sim por uma argumentação mais genérica sobre as condições ruins da “região vizinha”: Deffontaines afirma que a costa, “com seus pântanos litorâneos” – referência às lagoas e terras alagáveis – é “pouco salubre” e que a “região vizinha” [*l’arrière-pays*, em francês] é formada de solos arenosos pouco férteis e degradados pelos métodos agrícolas utilizados. É em suma uma repetição do argumento do parágrafo anterior, segundo o qual “sem hinterland²³², esses portos permaneceram²³³ pequenas cidades”

Nossa hipótese, portanto, é que entre a redação do artigo sobre o Espírito Santo (publicado em março de 1938) e a do artigo sobre a “rede de cidades no Brasil” (publicado em dezembro de 1938 em francês e em 1944 em português), Pierre Deffontaines aprofundou suas pesquisas sobre as “cidades mortas” e sobre as estradas de ferro,

de 1935: “Estou muito inquieto sobre o futuro de sua atividade científica. Você sabe que fui um pouco eu quem lhe descobriu e tenho por você consideração especial” (ibid., p.20).

²³² A palavra alemã *hinterland* significa literalmente “terra de trás”. Refere-se aqui às terras que seriam servidas por aqueles portos para o comércio de mercadorias. Utilizada no artigo original em francês de 1938, a palavra *hinterland* não aparece na tradução de Almeida Cousin (Boletim Geográfico, 1944).

²³³ O verbo utilizado em francês é “*restèrent*”, reforçando o caráter de “passividade e apatia” que, em outro artigo já abordado, Deffontaines (1959) atribui a alguns “ramos humanos”. Na tradução de Almeida Cousin (Boletim Geográfico, 1944), a palavra “*hinterland*” some, bem como o verbo “permaneceram” é alterado, o que entendemos como uma traição ao artigo original marcado pelo dualismo entre progresso e “apatia”. Na tradução de 1944: “São Mateus, [etc.] foram pequenos portos que se transformaram em velhos povoados.”

desenvolvendo a argumentação que consta no segundo artigo. Esta argumentação sobre as ferrovias provocando “a morte” de pequenos portos será corroborada mais adiante neste capítulo quando voltaremos a análise para os casos particulares das aglomerações de Linhares, Regência, Riacho, Santa Cruz e Nova Almeida, sendo que as três últimas deixaram inclusive de ser sede de município no período histórico em que estiveram – como descreve Deffontaines – estagnadas, em contraste com um incremento populacional e de atividades econômicas em outras localidades mais distantes do litoral

À guisa de conclusão dessas discussões críticas sobre as obras de Pierre Deffontaines e de outros geógrafos de meados do século XX, cabe aqui deixar claro o posicionamento adotado em nossa pesquisa: a partir das leituras e comparações entre esses vários autores “clássicos” que escreveram sobre o “povoamento” do Espírito Santo, foram feitas críticas às suas formulações, ainda que em alguns casos os elementos levantados em nossa pesquisa nos levam a concordar com algumas de suas formulações, como é o caso da constatação, por Deffontaines, de que as estradas de ferro foram responsáveis pela “decadência” de diversas cidades portuárias, ao direcionarem o comércio de mercadorias para alguns portos como, no Espírito Santo, o de Vitória e, a partir das décadas de 1960-70, o de Tubarão (também em Vitória) e o Portocel (em Aracruz).

As críticas poderiam ser divididas entre as *específicas* e as *radicais*: as primeiras se referem à imprecisão de algumas formulações, que muitas vezes eram “clássicas” à época de Deffontaines e o geógrafo apenas reescreve, como por exemplo a formulação sobre os “pioneiros do cacau” que teriam inventado o método de agricultura sombreada, enquanto os conhecimentos tradicionais das populações locais são ignorados.

Além dessas críticas a aspectos específicos dos textos, há ainda a crítica mais ampla sobre os pressupostos gerais e fundamentos teóricos da Geografia representada por Deffontaines, bem como sobre os fundamentos de outros ramos do conhecimento – os mais autonomizados, como a historiografia, como também aqueles menos autonomizados, como as influentes publicações de Monteiro Lobato na década de 1910²³⁴ e as de Euclides da Cunha alguns anos antes.²³⁵ Entendemos que essas formulações têm

²³⁴ Monteiro Lobato participaria de debates sobre o Brasil até sua morte em 1948, mas em nossa pesquisa nos referimos apenas aos seus textos da década de 1910.

²³⁵ Deffontaines (1947, p.140), ao recomendar cinco referências principais sobre o Brasil, cita Euclides em primeiro lugar: “Vide sobre o Brasil: Euclides da Cunha, Os Sertões [...]” e em seguinte cita obras dos seguintes autores: “Raimundo Lopes, Pierre Defois, Saint-Hilaire e Delgado de Carvalho.

muito em comum, não obstante a diferença entre os livros escritos por “bacharéis” e os artigos científicos escritos por geógrafos. As bases ou raízes²³⁶ sobre a qual se fundamentam essas formulações podem ser resumidas como o progresso do “homem” em seus esforços para a “dominação da natureza”, que pode aparecer de forma mais violenta em trechos de Euclides da Cunha ([1901] 1946) sobre o “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” ou de formas aparentemente menos violentas como a distinção entre os “ramos humanos orientados para a atividade e o progresso” e os “outros que adotaram comportamento de passividade e apatia” (DEFFONTAINES, 1959).

E não se trata somente de progresso e modernização, mas também de uma identificação entre, por um lado o progresso técnico ou ainda a utilização mais “racional” do território para a produção e circulação de mercadorias, e por outro o bem-estar humano, como fica ainda mais explícito na formulação de Waibel (1955) sobre a “elevação do padrão de vida” e os “melhoramentos da vida espiritual” trazidos pelo *pioneiro*. A “cabocliização”, pelo contrário, corresponderia a uma “contração” do “horizonte cultural” (ABREU, 1967).

E em oposição a esses *pioneiros*, os “outros”, nem sempre explicitados, mas existentes nas argumentações daqueles geógrafos ainda que implícitos, incluem os caboclos de “vida inútil” (WAIBEL, 1955), os pescadores de “vida parasitária” (DEFFONTAINES, 1944) e outras populações que, de forma superficial, são descritas ora em situação de miséria, ora como suprindo suas “insignificantes necessidades” sem que os geógrafos pareçam ter perguntado a elas sobre suas vidas. Na monografia regional de Deffontaines (1938) sobre o Espírito Santo, conforme já comentado em nosso prólogo, nada ficamos sabendo sobre a passagem do geógrafo pelo Espírito Santo, se durou alguns dias ou um ano, se incluiu entrevistas com as populações das cidades que ele descreve como “decadentes”, mas tudo indica que seu trabalho de campo²³⁷ no litoral do estado tenha sido bastante apressado e distante, a partir das poucas informações que o geógrafo dá sobre si próprio: “vista de avião, a Serra do Castelo me pareceu [...]”. Ou ainda: “No baixo Rio Doce, [...] as lagoas são incontáveis; algumas muito pequenas, outras imensas, [...] a sucessão de cordões aluviais nos deltas gera, vista de avião, uma estranha paisagem” (DEFFONTAINES, 1938, p.163-164).

²³⁶ As raízes das formas de pensamento correspondem à forma social. Daí a importância da *crítica radical*.

²³⁷ Também o nosso trabalho de campo não foi explicitado até aqui, pois estes capítulos tratam de períodos cronológicos mais antigos. As observações de campo e entrevistas aparecerão nos capítulos 4 e 5.

Essa temática do cientista (neste caso o geógrafo) que descreve e analisa o território de um ponto de vista supostamente “não-situado” e “universal”, portanto sem precisar descrever suas próprias experiências – ao contrário de cronistas de viagem como Saint-Hilaire, que descreve onde dormiu e com quem conversou – parece corresponder ao ideal de ciência dos tempos de Deffontaines, um objetivo de se alcançar um conhecimento “universal”, superior aos conhecimentos particulares.²³⁸

A experiência cotidiana dos indivíduos do litoral “decadente” não aparece uma única vez no texto de Pierre Deffontaines sobre o Espírito Santo. Sem se preocupar mais detidamente com o “gênero de vida” dos habitantes daquelas “cidades mortas”, ele não parece ter necessidade de conversar com aquelas pessoas, sendo possível, para ele, constatar que eram “gente miserável” a partir dos seguintes elementos: a simplicidade das casas e igrejas – algumas delas em ruínas – e o fato de que as pessoas não formavam, para ele, uma “população de cultivadores”. A decadência dos antigos portos completa a lista dos motivos da “miséria”, claramente relacionados com a insuficiente divisão do trabalho e ausência de comércio. O fato de que aqueles portos, como Regência e Santa Cruz (conferir no mapa feito por Deffontaines na Figura 6), seguiam sendo usados pelas embarcações pesqueiras locais, aliás, não é mencionado pelo geógrafo.

Assim, ao afirmar que aquelas “tentativas de povoamento” teriam “abortado”, abrigando “gente miserável” e “parasitária”, o geógrafo deixa implícito que pretende descrever e explicar os casos de sucesso e de fracasso no “povoamento”, a partir de critérios relacionados à produção e comércio de mercadorias.²³⁹ Ao considerar as regiões

²³⁸ Poderíamos desdobrar mais essa crítica aos fundamentos das ciências modernas a partir do pensamento decolonial de autores como Ramón Grosfoguel (2010). Porém, entendemos que a explicitação e crítica aos fundamentos do pensamento de Deffontaines já foi suficientemente desdobrada até aqui, ficando essa abordagem decolonial apenas esboçada para desdobramento em futuras pesquisas. Sobre o “ponto de vista que se esconde”, Grosfoguel (2010, p.120) afirma: “O ego-cogito cartesiano (‘Penso, logo existo’) é o fundamento das ciências modernas ocidentais. Ao criar um dualismo entre mente e corpo e entre mente e natureza, Descartes conseguiu proclamar um conhecimento não-situado, universal [...]. O ‘ponto zero’ é o ponto de vista que se esconde e, escondendo-se, se coloca para lá de qualquer ponto de vista, ou seja, é o ponto de vista que se representa como não tendo um ponto de vista.” Em seguida, Grosfoguel vai associar essa “estratégia epistêmica” com a expansão colonial europeia: “Em termos históricos, isto permitiu ao homem ocidental (esta referência ao sexo masculino é usada intencionalmente) representar o seu conhecimento como o único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não-ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade.” Assim, prossegue Grosfoguel, foi construída em “todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, consequentemente, de povos superiores e inferiores. Passámos da caracterização de ‘povos sem escrita’ do século XVI, para a dos ‘povos sem história’ dos séculos XVIII e XIX, ‘povos sem desenvolvimento’ do século XX e, mais recentemente, ‘povos sem democracia’ do século XXI.”

²³⁹ A respeito dessa busca do pesquisador (não só o geógrafo Deffontaines) por “sucesso” e “fracasso” como uma busca típica da racionalidade esclarecida conferir Adorno e Horkheimer ([1947] 1985, p.40, *italico e inglês no original*): “No mundo esclarecido, [o indivíduo] só se determina como coisa, como elemento estatístico, como *success or failure*.”

do estado que passaram por “recente colonização” como paisagem típica e o litoral como decadente e com pessoas de vida parasitária – implicitamente, seria uma região não típica e em suma pouco relevante – Deffontaines invisibiliza as populações não brancas que não pareciam se inserir a contento na modernização, isto é, na produção de mercadorias para exportação, o sentido observado por Prado Jr, que continuava se repondo. Ao mesmo tempo, feita a crítica a sua escrita defensora da economia política, devemos reconhecer que não são irrelevantes suas constatações sobre a “decadência” do litoral após a construção da ferrovia: seguiremos buscando entender esse “outro” da “frente pioneira” que foi o litoral, embora certamente sem endossar a posição moralista de Deffontaines sobre os “parasitários”.



Figura 6: Vitória e o norte do Espírito Santo. Além das cidades, vilas, rios e lagoas, aparece a Estrada de Ferro Vitória a Minas, que será abordada mais abaixo. Fonte: Deffontaines (1938).

Não por acaso, Deffontaines, Monbeig e Waibel foram convidados a atuar no Brasil nas décadas de 1930 e 40, quando o país passava por um período de acelerada modernização, com o Estado objetivando superar o atraso por meio de um governo *trabalhista*. “Para tanto, os posseiros, agregados, rendeiros, foreiros, e outros camponeses, vistos como símbolo do atraso, precisariam ter suas relações

transformadas.” (KLUCK, 2016, p. 242). Na falta de geógrafos formados no Brasil, aqueles professores (primeiro os franceses) foram convidados para fundar a Geografia como disciplina universitária neste país, de um ponto de vista da exaltação ao trabalho e ao progresso. Como explicitado por Deffontaines e Waibel²⁴⁰, caberia à geografia a responsabilidade de apontar problemas como a “decadência” de certas regiões e a falta de divisão do trabalho, além de contribuir para um uso mais racionalizado dos recursos naturais e humanos do território nacional. Um uso mais racional do ponto de vista desse consenso modernizador, é claro; por outro ponto de vista mais crítico, o Estado nacional, por intermédio de cientistas e tecnocratas, estaria planejando e “justificando o movimento da fronteira da expropriação” (TOLEDO, 2019, p.90).

3.6. Breve resumo sobre uma “virada” na Geografia: os relatos sobre a “fartura” no litoral norte do Espírito Santo

No próximo capítulo, abordaremos mais detidamente algumas das populações do litoral que Deffontaines qualificou como “parasitárias”. Será apresentada a considerável mudança de perspectiva em que a Geografia vai começar a abordar “populações tradicionais” com seu “modo de vida” – mais uma vez, não se trata de um movimento exclusivo dos geógrafos, pelo contrário, essa mudança passa por vários ramos das ciências humanas. Mas aqui, após as seções anteriores nas quais nos deparamos com as formulações de geógrafos nas décadas de 1930 a 50, formulações muitas vezes carregadas em adjetivos refletindo o “atraso” de certas populações, é importante um breve contraponto, antes de iniciarmos na seção seguinte.

Nesse breve panorama, apenas introduzindo essa considerável “virada” no pensamento geográfico que aparecerá novamente no capítulo 4, buscaremos primeiro constatar a influência de geógrafos da geração de Deffontaines sobre as gerações imediatamente seguintes de geógrafos brasileiros, para em seguida constataremos a mudança considerável que, por enquanto, não será aqui definida em termos teóricos, mas aparecerá apenas como uma constatação bastante clara. O que também nos leva a repensar algumas ideias ainda correntes em nossa sociedade sobre o progresso e a modernização

²⁴⁰ Como vimos, Waibel (1955, p.390) entende que o cientista tem responsabilidades “em face de sua especialidade e da nação” e que cabe “ao geógrafo” analisar cuidadosamente a “política de povoamento” para contribuir com as “possibilidades futuras do país”. Ao apontarmos essa compatibilidade de Deffontaines e de Waibel com os objetivos dos governos de Vargas, não estamos afirmando que os dois geógrafos fossem militantes partidários no sentido estrito. Vimos na nota de rodapé 231 a proximidade do francês com Caio Prado Jr. mesmo quando este foi preso em 1935.

como processos virtuosos ao alcançarem populações em situação de miséria. Tomamos como hipótese que a miséria, ao menos em alguns contextos territoriais, chega junto com a modernização. Ou ainda, já que temos falado em diferentes modernizações se somando: novas camadas de expropriação e miséria podem ter chegado junto com novas camadas de modernização.

Abordemos inicialmente um geógrafo que, além de professor na Universidade do Brasil (UFRJ) desde 1940, foi um exemplo de pesquisador engajado na mudança da realidade: Josué de Castro (1908-1973) tornou-se célebre por seus estudos sobre a *geografia da fome*. Segundo Castro ([1946] 1984, p.34-35), o “método geográfico” era o mais adequado para se estudar o problema da fome em sua realidade total, “pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície a terra.” Esse autor explica que optou, portanto, pelo método geográfico,²⁴¹ se referindo especificamente a uma geografia voltada para análises e interpretações, e não apenas para a descrição da fome como se fosse um fenômeno natural e incontornável.

Em outro trecho, Castro (1984, p.258) retoma suas considerações sobre o método geográfico e faz a distinção entre dois tipos de geografia: os geógrafos modernos buscariam “interpretar”, “explicar” os fenômenos, dando a essa ciência um “grande sentido prático, a sua inserção ativa dentro dos valores de criação da ciência, posta a serviço da vida das coletividades”. Em oposição a isso, para Castro, a geografia antiga seria uma “superficial corografia, mais descritiva do que interpretativa, mais erudita do que explicativa. [...] uma geografia de fichários e de gavetas.” Portanto, para esse autor preocupado com a superação da fome e do subdesenvolvimento, a diferença principal entre a geografia antiga e a geografia moderna seria o fato de que esta última teria um “grande sentido prático”, enquanto a primeira seria responsável apenas por “fichários e gavetas”. Em uma passagem que pode parecer curiosa, tendo em vista alguns dos autores citados serem hoje considerados representantes da “Geografia Tradicional”, Castro (1984, p.34) elogia o “método interpretativo da moderna ciência geográfica, que se

²⁴¹ Formado em medicina em 1928 no Rio de Janeiro, Castro passa a escrever sobre geografia na década de 1930, poucos anos após a fundação dos cursos de geografia em São Paulo e no Rio de Janeiro.

corporificou dentro dos pensamentos fecundos de Ritter, Humboldt, Jean Brunhes, Vidal de La Blache, Criffith Taylor e tantos outros.”²⁴²

Além de dar aulas e publicar livros, Josué de Castro participou da fundação e coordenação de instituições voltadas para o combate à fome, tanto no Brasil como na ONU. Catedrático de Geografia Humana na Universidade do Brasil – cargo antes ocupado por Deffontaines –, Castro cita em sua obra este geógrafo francês como uma influência ao seu pensamento, além de citar La Blache entre os representantes da “moderna ciência geográfica”.

Josué de Castro participou da criação de órgãos de planejamento brasileiros na década de 1940, em um período de institucionalização do *planejamento* em seu sentido estrito. Castro idealizou e dirigiu o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), vinculado à Coordenação de Mobilização Econômica. Em 1944, por iniciativa do STAN, foi criado no Rio de Janeiro o Instituto de Tecnologia Alimentar, que se propunha a aperfeiçoar o processo produtivo da indústria brasileira de alimentação. Também exerceu a presidência da FAO, agência das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Além disso, Castro assumiu na Universidade do Brasil o cargo de catedrático em Geografia Humana, sendo também nesse sentido um sucessor de Deffontaines. Em 1964, o regime militar cassou os direitos políticos de Josué de Castro e este se exilou na Europa, onde morreria em 1973 (SANTOS, 2011).

Sem desconsiderar a relevância das contribuições de Josué de Castro e considerando ainda as boas intenções de um pesquisador que voltava sua atenção para o grave problema da fome, podemos hoje, décadas depois, notar que há em sua obra uma positividade e um otimismo exagerados em relação ao desenvolvimento e modernização do Brasil, em um contexto social em que, a partir do pensamento dualista, a superação do atraso era vista como uma urgência que justificava intervenções profundas sobre populações indígenas, ribeirinhas, camponesas e outras atualmente consideradas tradicionais, como abordaremos no próximo capítulo. Aqui, o importante é verificar a influência da Geografia Regional Francesa sobre geógrafos e sobretudo sobre planejadores, ou seja, não se tratava apenas de uma “geografia de fichários”, mas de uma geografia que, em suas descrições e análises sobre as diferentes *regiões* e *gêneros de vida*, trazia junto – às vezes mais explícito, às vezes implícito – um receituário modernizador

²⁴² Cabe destacar que Josué de Castro também considerava Pierre Deffontaines um representante da geografia moderna. Como veremos no capítulo 4, Castro cita Deffontaines como uma referência na temática da “luta do homem contra a floresta”, realizada por um “homem” abstrato.

que, em meados do século XX, se expressa em instituições criadas para planejar e executar a *modernização*, a *colonização/povoamento* e a *racionalização* dos “espaços vazios”, a exemplo do *Instituto Nacional de Imigração e Colonização*, autarquia criada em 1953²⁴³ e do DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento, criado em 1940 e que teria papel central na drenagem de terras nos municípios de Aracruz e Linhares, como mostram Wanderson Rebello (2012) e Gabriel Lopes (2022). Este último argumenta que “as obras de racionalização”, que em tese propiciariam uma agricultura moderna com alta produtividade, tiveram como resultado uma “grande plantação de boi”, a desertificação de imensas áreas e a eliminação da possibilidade de reprodução de uma série de populações locais.

No capítulo 4 voltaremos a abordar a obra de Josué de Castro, que apresentamos aqui brevemente como, em muitos sentidos, um continuador do legado de Deffontaines quando este deixou o Brasil. Em artigo de 1973, mesmo ano da morte de Castro, é publicado na Revista Brasileira de Geografia um artigo de Bertha Becker no qual, já no título, o norte do Espírito Santo é definido como “região periférica em integração”, deixando clara desde o início a influência do pensamento sobre a superação do subdesenvolvimento, que conceituava o fim ou a redução dos “desequilíbrios regionais” como o objetivo principal do planejamento²⁴⁴, que deveria assim integrar as regiões “atrasadas” à economia moderna. Aqui também, entendemos que a Geografia Regional Francesa, ou ao menos as formulações desta sobre o Brasil, não estava superada: ao contrário de intérpretes que parecem ver nos “gêneros de vida” daqueles geógrafos franceses a conceituação de diferentes exemplos de “transformação humana” do “meio”, todos eles legítimos e equivalentes, verificamos nas obras de La Blache e Deffontaines que eles pensavam em diferentes graus de civilização, com “ramos humanos orientados para a atividade e o progresso” e houve outros marcados por “apatia” (DEFFONTAINES, 1959). No caso destes últimos, que realizavam uma incompleta “humanização” do meio e viviam em um estágio inferior de “divisão do trabalho” (DEFFONTAINES, 1944), caberia em tese ao geógrafo fornecer subsídios para uma mais racional e virtuosa dominação da “natureza” pelo “homem”. Ainda que os termos do debate fossem outros nas décadas posteriores, com ênfase em temáticas como a industrialização e a superação

²⁴³ Como veremos no capítulo 4, este Instituto realizou, segundo Josué de Castro (1984), os “*primeiros estudos racionalizados* sobre a colonização da Amazônia”. Em 1970, seria incorporado ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

²⁴⁴ Mais uma vez, nos baseamos na crítica que Francisco de Oliveira (1977, p.37) faz ao planejamento regional: este teria como “objetivo explícito a atenuação ou pelo menos a contenção da intensificação das disparidades regionais, a correção dos ‘desequilíbrios regionais’ [...]”.

dos “desequilíbrios regionais”, entendemos que a continuidade nos pressupostos principais não deve ser minimizada.

A geógrafa Bertha Becker²⁴⁵, no artigo citado, aborda a dificuldade daquela região para “superar o seu isolamento histórico” (BECKER, 1973, p.35).²⁴⁶ No início do século XIX, relata ela, “apenas dois núcleos de povoamento emergiam estagnados na entrada do sertão: Linhares e São Mateus” (Ibid., p.39). Na segunda metade do século XIX, a “onda cafeeira” no Espírito Santo se concentraria sua “busca de terras virgens” no sul do estado, de forma que o café alcançaria o norte do estado com menos força, “não tendo retirado do Norte o seu caráter marginal” (Ibid.). Apenas no século XX, segundo Becker (1973, p.43), o norte capixaba se tornaria de fato “fronteira agrícola”, com a construção da Estrada de Ferro Vitória – Minas (iniciada em 1903) tendo um importante papel na criação das “condições para a expansão pioneira”, expansão esta também possível “graças à presença de excedentes populacionais nas regiões situadas ao sul do Rio Doce”.²⁴⁷

Em relação aos habitantes daquele “vazio humano e econômico do Norte” (p.38), a geógrafa afirma que a população do norte do Espírito Santo “é composta essencialmente de capixabas do Sul – descendentes de colonos estrangeiros ou de lusos-brasileiros” (BECKER, 1973, p. 70). Ela menciona as populações indígenas apenas ao afirmar que as margens do Rio Doce eram, no século XIX, “insalubres e infestadas de índios” (Ibid., p.39). Se os indígenas são citados somente no passado, seus descendentes caboclos e pescadores são ignorados pela geógrafa, bem como os descendentes de negros escravizados, sendo que estes últimos formam a maior parte da população do extremo norte do estado, em São Mateus e Conceição da Barra. Na retaguarda das fronteiras, as populações do litoral norte capixaba vão sendo esquecidas pelos cientistas sociais como Becker a partir de certo momento em que a formação econômica capixaba passa a ser explicada a partir do “povoamento” das fronteiras por colonos brancos, com estes já tendo se tornado os trabalhadores “preferenciais”. Para esse tipo de abordagem que faz o elogio

²⁴⁵ O artigo foi adaptado de sua tese de livre-docência para o Instituto de Geociências da UFRJ (BECKER, p.35), onde ela foi professora e pesquisadora por décadas. Becker se inseriria no movimento da “virada crítica” da geografia na década de 1980. Nas formulações geográficas sobre o Espírito Santo, contudo, essa “virada” só se fortaleceria por volta do ano 2000.

²⁴⁶ Além de formular o “isolamento” e, como veremos mais abaixo, o “vazio humano e econômico”, Becker parece entender a “superação” desse isolamento como um objetivo evidente, não se dando o trabalho de argumentar quais seriam as conveniências de tal superação, tão óbvia lhe parece a conveniência do horizonte histórico do progresso e da “integração” daquela “região periférica”.

²⁴⁷ Na segunda metade de seu artigo, Becker (1973) volta a atenção para um estudo de caso do município de Pancas, próximo a Colatina, com análises demográficas a partir de fatores de atração e de expulsão que explicariam as migrações. Como toda essa análise não aborda o litoral, não será detalhada aqui.

do processo de desenvolvimento capixaba, entendido como “formação econômica do Espírito Santo”, como observa Luiz Evangelista de Andrade (2020), as figuras do posseiro e sobretudo do indígena e do caboclo, ou ainda as “terras virgens”, são representadas como “não sujeitos” ou paisagens “não humanizadas”, responsáveis pelo “atraso secular” do Espírito Santo.

Estamos argumentando, portanto, que apesar das mudanças ocorridas entre os tempos de Deffontaines no Brasil (década de 1930) e o artigo de Bertha Becker (1973), uma série de formulações continuam se repondo em meio a mudanças como a ênfase na industrialização e a integração das regiões, solução ao problema já colocado antes como “arquipélago” de ilhas entre espaços vazios (VARGAS, 1941) ou como falta de divisão do trabalho e de interdependências entre regiões (DEFFONTAINES, 1944). Os conceitos, até certo ponto, mudaram “para que tudo continue como está”²⁴⁸. A mudança, a “virada” mais considerável nas formulações geográficas – e também na historiografia – sobre o litoral norte do Espírito Santo parece ter ocorrido apenas mais recentemente, consolidando-se em publicações a partir do ano 2000.

Esses estudos geográficos mais recentes têm se preocupado em ouvir as populações locais, algo que, como vimos, não ocorre uma única vez nos textos de Pierre Deffontaines sobre o litoral capixaba. As pesquisas recentes – que descrevemos aqui brevemente apenas como contraponto à geografia de meados do século XX – têm apontado que essas populações de caboclos, quilombolas, pescadores e pequenos agricultores no norte capixaba historicamente ocuparam territórios²⁴⁹ de pouco interesse para o capital, o que teria permitido sua existência naqueles territórios, relativamente “esquecidos” ao longo de décadas sem processos consideráveis de expropriação. Essa é, em resumo, a formulação da geógrafa Simone Ferreira (2009), embora sua pesquisa tenha como objeto a territorialidade e o “modo de vida” das comunidades negras rurais do extremo norte capixaba, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra.²⁵⁰

Em uma contradição que revela muito, o mesmo período em que Deffontaines descreveu o litoral capixaba como decadente e habitado por “gente miserável” é referido

²⁴⁸ Fazemos referência à célebre frase do romance italiano *O Leopardo*, de Lampedusa, que evidentemente deve ser lida como um exagero. Nem “tudo” permaneceu, mas o “consenso modernizador”, sim.

²⁴⁹ Em nossa pesquisa, “território” é usado como um conceito mais amplo, podendo significar o território de indígenas ou de quilombolas, etc. Ou ainda a territorialização do capital. Já a “região” tem sido conceituada com mais cuidado e pressupõe uma mediação com a totalidade: antes da colonização não seria possível falar em região, mas em território, no sentido aqui adotado, sim.

²⁵⁰ Como vimos no capítulo anterior, há algumas diferenças significativas entre o *litoral norte capixaba* e o *extremo norte*. Sobre como Simone Ferreira conceitua “modo de vida”, conferir nosso capítulo 4.

como época de fartura por moradores antigos da região, ouvidos por pesquisadores nos últimos trinta anos. Ao contrário da “miséria” das pessoas de vida “parasitária” que dificilmente seriam considerados “cultivadores” por Deffontaines, também da subnutrição ressaltada por Josué de Castro, Simone Ferreira (2009) destaca que no Sapê do Norte (extremo norte do Espírito Santo) existiu, no século XX, uma agricultura marcada por diversas variedades de mandioca e de banana, que correspondiam a diferentes usos dessas plantas e podiam produzir em diferentes terras, das mais secas até às alagáveis:

A grande variedade de tipos de mandioca citados pelos moradores revela longa história de cultivos e experimentações. A cada tipo de mandioca corresponde uma característica diferente, como ser mais ou menos venenosa, ter goma e ser boa pra fazer farinha, produzir mais ou menos rápido, [além de] consórcios de variedades adequados a diferentes qualidades de solos, combinação esta só conhecida pelo caboclo e pelo índio. Essas práticas garantem a produção durante o ano todo e minimizam o risco de perda da principal fonte calórica dessas populações (FERREIRA, 2009, p.178-179).

Em oposição a essas diferentes variedades de mandioca, a monocultura, como já vimos nos capítulos 1 e II, se baseia na monotonia da produção de uma única variedade, como no caso da cana de açúcar – plantas homogêneas que, desde o século XVI, são reproduzidas no Brasil assexuadamente, por meio da germinação de suas gemas, gerando clones de si mesmas – e, já no século XX, o caso das variedades selecionadas de eucalipto, que eram plantadas de preferência em terras planas, onde era feita a correção do pH e outras adaptações da terra à planta, e não o contrário. Assim, no território estudado por Simone Ferreira, com a chegada do eucalipto nas décadas de 1960 e seguintes, o “rico ambiente da Floresta Tropical” foi destruído

através do machado, do motosserra e do trator de esteira – o “correntão” – provocando a perda de uma riquíssima biodiversidade, que para as comunidades negras locais significou a perda do alimento, a perda da água, a perda dos medicamentos, a perda da terra de uso comum para o uso do monopólio ditado pelo capital (FERREIRA, 2009, p.6).²⁵¹

A pesquisa de Simone Ferreira, resultado de anos de trabalho de campo e de contato próximo com as populações locais, apresenta a modernização como processo

²⁵¹ Nas palavras dos moradores locais coletadas por Ferreira (2009, p.95, p.140): “Trator de esteira ! [...] Acabô com o mato todo... pra plantar o eucalipi. O mato que dava melhor pra nós é o mato da natureza, né. Tinha passarinho, tinha pras caça... e hoje num tem.” “E a Aracruz plantava o eucalipi, plantava até beirando a água! Aí não tinha córrego que num secava! Que o eucalipi chupa água mais que qualquer outra coisa... [...] e esses veneno brabo que a Aracruz bota assim, aquilo prejudica a vista das pessoa. [...] Dói a vista de todo mundo aqui em casa. Eu fico a imaginar que os filhos, que ainda moram comigo, possam, como eu, também ficar cego.”

violento marcado por expropriações, perda de conhecimentos e perda da diversidade biológica, incluindo aquela utilizada desde tempos imemoriais na agricultura: grande parte das variedades de mandioca mencionadas pelos interlocutores de Simone “não se encontra mais no Sapê do Norte, resultado do forte processo de expropriação sofrido. [...] a perda destas espécies provoca a perda gradativa de conhecimentos” (Ibid.). Em comparação com esse período mais recente marcado por contaminação de rios, cegueira causada por agrotóxicos, perda de água, de terras, de pesca e de caça, o período anterior é descrito por algumas pessoas entrevistadas por Ferreira como de fartura, no processo de formação de uma escassez socialmente produzida que ela já havia abordado em sua dissertação de mestrado de 2002 intitulada *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*.

“Peguei traíra aí de 3 quilo! [...] Hoje vocês não... não tem peixe! [...] Não tem, a fartura que a gente tinha antigamente, não tem!”

“Caça tinha demais. Ninguém quase num ligava, né. Tinha muita fartura, muito peixe, muita caça, criação era fácil de criar [...]” (entrevistas realizadas em 1999 e 2005 por FERREIRA, 2009, p.123; p.197).

Na pesquisa de Claudinea Teixeira (2010) sobre a “reorganização” do litoral de Linhares e São Mateus, a autora afirma ter vivido “momentos valiosos de aprendizagem e de construção de conhecimentos” com a “população tradicional de beira-mar” (p.5). Nos relatos daquelas pessoas, os brejos, lagoas e terras alagáveis são descritos como terras com as quais “ninguém” se importava, mas ao mesmo tempo podiam ser o “lugar da fartura” na memória de muitos moradores idosos. Ela apresenta a modernização e a “expansão do uso da beira-mar por atividades capitalistas” como uma passagem da “subsistência” para a “sub-existência”: “se a fartura garantiu a subsistência, a escassez do caranguejo, da mata, do peixe e da terra garantiu a sub-existência da população tradicional de beira-mar” (TEIXEIRA, 2010, p.171).

Portanto, na interpretação das geógrafas Simone Ferreira (2002; 2009) e Claudinea Teixeira (2010) a partir de uma série de entrevistas no extremo norte do Espírito Santo, teria havido um período de fartura seguido por um período mais recente de escassez produzida pelos processos modernizadores. Porém, essa fartura não equivale a riqueza abstrata nem a dinheiro. É esse conjunto de contradições entre tipos de fartura que os *projetos* e *planejamentos* não enxergavam e tipos de escassez socialmente produzida que seguiremos buscando compreender.

Em Regência, em atividade desenvolvida em sua pesquisa de mestrado em educação, Juliana Novaes (2020, p.62) recolheu depoimentos da história oral da família de seus alunos, como este do avô de um estudante do ensino fundamental:

História do meu avô

Regência naquela época era muito bonita. A gente pescava muitos peixes, o rio e a praia eram limpos. Aqui por ser muito longe, não tinha muito comprador para os peixes, precisava ir longe de barco às vezes, a gente pescava muito também para comer.

Era muito peixe, às vezes, mais de 30 robalos apareciam na rede, hoje, não tem mais tanto peixe assim. Naquele tempo, até o mero pegava na pesca com linha, agora, nem mero, nem cação espada vê mais.

Nesse relato de Regência, bem como em conversas que tivemos em campo, a fartura é associada à abundância de recursos pesqueiros em um período de menor poluição e maior volume de água nos rios e lagoas.²⁵² É o caso, também, dos relatos na comunidade de Areal, na pesquisa de André Vargas (2021, p.343; p358):

Antes era uma lagoa bonitona [Lagoa do Areal], mas hoje ela já tá maltratada já, né. [...]

Antigamente, você botava uma rede e esperava duas horas, ela tava lotada de peixe. Hoje você põe e não pega nem uma Piaba. Naquela época tinha fartura, hoje não tem fartura nenhuma. (Entrevistas feitas pelo OCCA - Observatório dos Conflitos no Campo)

Além dos rios e lagoas estarem “maltratados”, os moradores de Areal relatam um confinamento em comparação a décadas atrás: “Antes tinha muita fartura e hoje em dia é mais difícil porque ninguém pode pescar mais, os fazendeiros não deixa” (entrevista realizada por OCCA, 2017, p.67). Além dessa dificuldade no acesso às últimas lagoas que não secaram, também se dificultou o acesso a territórios que aquelas pessoas usavam para coletar “a lenha, a madeira, o cipó, os frutos e os medicamentos” (Ibid., p.82). Assim, confinadas em terras menores, comunidades como a de Areal passaram pela expropriação de parte de seus territórios tradicionalmente utilizados, processo que correspondeu à modernização e à autonomização dos antigos “nativos inaproveitáveis”²⁵³ enquanto *mercadoria* “terra aproveitável”, utilizada para a pecuária. Assim, o que para o

²⁵² A redução do volume de água no rio Doce está associada ao desmatamento em sua bacia hidrográfica, enquanto a das lagoas, aos canais do DNOS estudados por Rebello (2012) e Lopes (2022). Conforme entrevista realizada por Vargas (2021, p.344): “tinha muita vala nesses pântanos aí, que fazendeiros fizeram vala pra secar para botar pasto, né, abriram as valas e acabou o peixe todinho, as lagoas secaram [...] A Lagoa do Meio era um lagoão, mas secou e agora virou pasto; até o Rio Preto, que não secava, agora já fica um tempo seco.”

²⁵³ Como vimos no capítulo II, trata-se de expressão utilizada em memoriais de terras para brejos, lagoas e similares.

planejamento dos funcionários do DNOS era saneamento e modernização, nos relatos locais é um dos motivos para o fim da “fartura”.

A mesma palavra “fartura” é utilizada na descrição de uma pescadora sobre a comunidade de Degredo algumas décadas atrás: “Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde” (SÉCULO DIÁRIO, 2019). Nessa mesma comunidade, reconhecida como quilombola em 2016, outro pescador descreve de forma sucinta as expropriações de vizinhos que ele pôde observar:

“Alguém foi vendendo as propriedades e foi entrando gente estranha na comunidade. E gente estranha, principalmente o rico, ele não quer que você cria nada não, ele não quer que você possui nada não. Ele só quer que ele tem, para você trabalhar sempre de escravo para ele. Sempre é assim.” (José Costa, pescador em Degredo, 65 anos, apud HERKENHOFF & PRATES, 2018, p. 166).

O depoimento do pescador José Leite Costa²⁵⁴ descreve em poucas palavras a sua experiência pessoal sobre o processo de disciplinamento dos trabalhadores, processo de autonomização da “força de trabalho” que ocorre em paralelo com a expropriação dos meios de subsistência. Após esse breve contraponto aos textos dos geógrafos dos anos 1930-50 a partir da memória das populações do litoral norte capixaba, finalmente *ouvidas* em pesquisas mais recentes²⁵⁵, podemos iniciar a próxima seção, na qual seguiremos a revisão bibliográfica de pesquisas sobre o Espírito Santo, em busca de entendermos também algumas diferenças entre as formulações sobre alguns territórios de “colonização mais antiga” (DEFFONTAINES, 1947) e outros onde, tanto em termos de documentação escrita como de história oral, pouco se consegue afirmar sobre os eventuais habitantes anteriores das supostas “terras virgens”, além de formulações vagas sobre seu extermínio, assimilação ou mudança para *sertões* mais distantes.

3.7. Formulações geográficas e historiográficas recentes (1980-2022) sobre avanço da fronteira no norte do Espírito Santo

²⁵⁴ Também conhecido como “Griô Zé Costa”, José (1951-2022) foi uma importante liderança local. Foi fundador da Associação de Pescadores do Degredo, que depois passou a chamar-se Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo de Degredo – ASPERQD. Também participou na luta pela reparação dos danos causados pelo desastre da Samarco. É citado em outros trechos desta dissertação. Para mais informações: < <https://www.asperqd.org.br/2022/04/07/jose-leite-costa-vive/>>.

²⁵⁵ Pesquisas às quais retornaremos ao próximo capítulo, que lidará com essa emergência das populações antes tidas como “atrasadas” e hoje reconhecidas como tradicionais, após muita luta por parte daquelas pessoas. Buscaremos questionar sobre como se deu essa mudança na história do pensamento – que correspondeu a mudanças na realidade, em uma via de mão dupla.

Além das pesquisas de Claudinea Teixeira (2010) e Simone Ferreira (2009), citadas acima, outros geógrafos e historiadores têm voltado a atenção para o norte do Espírito Santo, com formulações que contribuem para a compreensão do processo de avanço da fronteira e de formação de um certo “outro” desse avanço da fronteira, não o sertão²⁵⁶, mas o litoral que, para Deffontaines (1938), “tira mesmo de sua decadência sua unidade geográfica”.

Antes, porém, é importante um breve comentário sobre a relação entre o nosso objeto de estudo – modernização do litoral norte do Espírito Santo como particularidade do processo de modernização do Brasil e do mundo – e o conjunto de questões norteadoras da pesquisa. As questões sobre a modernização nesse contexto territorial específico levaram nossa pesquisa a uma investigação com um recorte temporal bastante longo, que não estava previsto no projeto de pesquisa inicial, mas se impôs devido a características do próprio objeto de estudo.

É importante ressaltar que muitas pesquisas recentes no departamento de Geografia da UFES – para citar duas dissertações: a de Gabriel Lopes sobre a modernização do *vale da Suruaca*, e a de Bianca Piccoli sobre o território de pescadores descendentes de italianos em Itapina, no médio rio Doce – tratam de territórios que até tempos mais ou menos recentes eram considerados “sertão desconhecido”, ou seja, territórios para os quais as informações mais antigas com algum detalhamento remontam ao fim do século XIX ou começo do XX (conferir, na Figura 7 mais abaixo, que o vale da Suruaca (situado ao norte da foz do rio Doce) e Itapina (no médio rio Doce) não se encontram entre as “áreas sob domínio dos colonizadores em 1872”, segundo Bernardo Neto, 2012).

Conforme estamos discutindo neste capítulo, não se tratava estritamente de terras “virgens” e vazias, embora essas e outras definições refletissem aspectos da realidade com a qual se depararam autores do passado, como a falta de dados sobre as populações dos “sertões” que, até certo ponto, eram desconhecidas. Assim, por exemplo, a falta de dados populacionais para os “sertões” do Espírito Santo levam a distorções estatísticas que precisam ser observadas com muita atenção, caso contrário afirmações como a de

²⁵⁶ Importante recordar que Moraes (2003) pensa o “sertão” como “um ‘outro’ geográfico”, em oposição a um “não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes.” Desdobrando essa formulação, entendemos que, para além da fronteira, o “sertão” seria um “outro”, mas nas retaguardas da fronteira, frequentemente “decadentes” e com “cidades mortas”, em alguns contextos formou-se um segundo “outro”.

que “[e]m 1820, a população capixaba era de aproximadamente vinte e quatro mil pessoas, concentradas unicamente no litoral”²⁵⁷ correm o risco de tomar os dados estatísticos como expressão perfeita da realidade, sem considerar as mediações como o processo de recenseamento dos indivíduos, o qual avançava pouco ou nada sobre os “sertões desconhecidos”, o que não significa que estes fossem vazios.

No território onde se situa nossa investigação, a situação é diferente dos “sertões”: há inúmeras fontes documentais que permitem alguma compreensão dos processos de territorialização do capital e mobilização do trabalho desde o início do século XIX e mesmo antes, como a “sesmaria indígena” em parte do litoral dos atuais municípios de Aracruz, Fundão e Serra, sesmaria concedida em 1610, revalidada em 1759, como abordamos mais acima e, em grande medida expropriada no século XIX, especialmente após a Lei de Terras de 1850 que vai estabelecer a necessidade de “cultivo e morada habitual” para a validação de posses e antigas sesmarias. A partir de 1850 a presença de cultivo foi sendo interpretada caso a caso segundo os critérios das elites econômicas e intelectuais da época, que frequentemente considerariam modalidades de uso da terra por indígenas, caboclos, pescadores e quilombolas como ausência de cultivo. E esses processos ficaram registrados em documentos oficiais ou menos oficiais como em jornais, ao contrário da expulsão dos “índios selvagens” e outros habitantes dos sertões, frequentemente apagada da história, tanto da oficial como na “história oral”

Nesta seção, a revisão de literatura passará por aquilo que entendemos como as explicações hegemônicas no século XX para a formação territorial do litoral norte capixaba, no que chamamos de historiografia hegemônica, que guarda diversas semelhanças com as formulações de Pierre Deffontaines, Leo Waibel e outros geógrafos que, não obstante as diferenças entre si, representam uma geografia que foi hegemônica sobretudo em meados do século XX, mas com prolongamentos relevantes em décadas posteriores. Outros autores vão falar em *Geografia Tradicional* (BOECHAT, 2009)²⁵⁸,

²⁵⁷ A citação se encontra em artigo dos professores do Departamento de Economia da UFES Rogério Faleiros e Neide Vargas (2012). Em resumo, trata-se de estudo sobre a “territorialização” do “complexo econômico cafeeiro”, aprofundando pesquisas anteriores, sobretudo as de Gabriel Bittencourt. Não obstante essa reposição pouco crítica de formulações anteriores sobre o avanço da fronteira agrícola sobre os “vazios demográficos”, as contribuições do artigo sobre os processos ocorridos na virada do século XIX para o XX são relevantes e serão retomadas no fim deste capítulo.

²⁵⁸ Ao abordar os “Problemas do modo de pensar da Geografia Tradicional”, Boechat (2009, p.13-15) vai abordar o processo de autonomização da Geografia como ciência especializada, preocupação que também temos aqui, assim como concordamos com sua crítica a um tipo de “pensamento que vê de maneira positiva o desenvolvimento social que culmina na nossa contemporaneidade [ou na deles], o que inclui uma positividade da própria Geografia”. É nesse sentido que abordaremos uma certa geografia do século XX

não sem motivos, mas aqui – além de evitarmos a confusão conceitual com o uso da palavra nas últimas décadas para as assim chamadas *populações tradicionais* – nos interessa sobretudo entender em que medida as formulações daqueles geógrafos e historiadores tinham relação com ideias hegemônicas de sua época, ideias que explicaram o passado e o presente e projetaram o futuro como continuação de um desenvolvimento entendido como positivo, com pouca ou nenhuma margem para uma abordagem crítica aos fundamentos daquele *povoamento e colonização*.²⁵⁹

Em sua dissertação de mestrado, Jaime Bernardo Neto (2012) pesquisou a *gênese da estrutura agrária do Espírito Santo*, buscando compreender as dinâmicas do espaço agrário deste estado, “sobretudo para o período entre fins do século XIX e início do século XX, que foi determinante na formação da estrutura fundiária da maior parte do Espírito Santo” (p.65). Neste período, segundo Bernardo Neto (2012, p.68), ocorreu “o avanço das fronteiras coloniais por praticamente todo o centro-sul e mesmo partes do norte do Espírito Santo”, com o rio Doce (“barreira natural”) e a resistência de povos indígenas dificultando o avanço da colonização ao norte daquele rio.

Como aparece no mapa abaixo elaborado na dissertação de Bernardo Neto, no século XIX as áreas do Espírito Santo sob domínio dos colonizadores, ao norte da capital do estado, estavam basicamente restritas a uma faixa próxima ao litoral, além de faixas estreitas no baixo Rio Doce e no baixo rio Cricaré/São Mateus (Figura 7). O resto, na época, era chamado “sertão”, conceito amplamente utilizado no Espírito Santo até meados do século XX.

como hegemônica naquele período, vinculada a um modelo hegemônico de desenvolvimento. Ao contrário de Boechat, porém, preferimos não enfatizar aqui o caráter tradicional daquela geografia.

²⁵⁹ Como questionou Walter Benjamin em sua *7ª Tese sobre o Conceito de História* ([1940] 2005, p.70): “[...] com quem, afinal, propriamente o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é, inegavelmente: com o vencedor. Ora, os dominantes de turno são os herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno.”



Figura 7: Áreas sob domínio dos colonizadores (em cinza) por volta de 1872. Fonte: Adaptado de Jaime Bernardo Neto (2012, p.132).

Não obstante a importância do mapa de Bernardo Neto para deixar clara a diferença das “fronteiras coloniais capixabas” nas porções sul e norte do estado, é importante ressaltarmos também que essas “fronteiras coloniais” não eram bem delimitadas: havia “zonas de contato” entre a “população civilizada” e as populações dos sertões, como veremos a seguir neste capítulo. Assim, mesmo o “domínio dos colonizadores”, expressão utilizada por Bernardo Neto para as áreas marcadas de cinza no seu mapa, era incerto, com a possibilidade de perdas de terras devido a “invasões” dos “índios selvagens”, embora o mais comum no longo prazo tenha sido o “avanço das fronteiras coloniais” (ibid., p.68). Da mesma forma, se Bernardo Neto em certos momentos define as áreas em verde no mapa acima como “territórios indígenas”, isso não exclui a existência de “contatos” com exploradores de madeira, comerciantes que desciam e subiam o rio Doce desde Minas Gerais, entre outros, além da existência de quilombolas e outros que “fugiam da sociedade colonial” (MOREIRA, 2016b, p.88), pessoas que, em documento anônimo de 1855 que veremos mais abaixo, seriam descritas como “esses inumeráveis povoadores das nossas florestas”. Essas ressalvas a um possível entendimento de que houvesse uma rígida divisão entre as “áreas sob domínio dos colonizadores” e os “territórios indígenas” é a crítica que fazemos ao trabalho de Bernardo Neto (2012), devendo ser reconhecida sobretudo sua relevância na discussão “a contrapelo” das fontes sobre a formação da estrutura agrária capixaba.

Bernardo Neto se insere nessa “virada” da Geografia que, nas formulações sobre o Espírito Santo, parece ganhar força apenas por volta de 2000. Sua metodologia incluiu, além de registros cartoriais e dados do IBGE e do INCRA sobre as propriedades rurais, também a leitura da “história dos colonizadores nas entrelinhas”, almejando “superar o discurso colonialista e etnocêntrico que caracteriza a história do Espírito Santo e faz dela a história dos colonizadores no Espírito Santo”, já que, argumenta ele, a historiografia costumou omitir o “outro lado da relação dicotômica que é a colonização [...] tornando invisíveis, no caso do território brasileiro, os grupos indígenas, quilombos e posseiros que viviam além das fronteiras econômicas.” Além dessa leitura “a contrapelo” (BENJAMIN, [1940], 2005) das fontes escritas, ele utilizou a história oral, que “permite dar visibilidade àqueles que foram excluídos pelo discurso colonial que tradicionalmente permeia a historiografia e registrar, assim, a história desses entes até então ‘sem história’” (BERNARDO NETO, 2012, p.65-66).

Em uma pesquisa com um recorte territorial mais restrito que o de Bernardo Neto, Gabriel Lopes (2022), em sua dissertação de mestrado, buscou compreender a ação do planejamento estatal para a modernização do chamado *Vale da Suruaca*, território ao norte do rio Doce que foi o alvo de ações do Estado para “recuperação” de vales, brejos, rios e lagoas nas décadas de 1960 a 1990, com o objetivo de transformar terras alagadas ou alagáveis em terras produtivas, ou seja, propícias à produção de mercadorias agrícolas. O *vale da Suruaca* no período anterior à década de 1960, porém, aparece para Lopes como um enigma, devido à escassez de fontes documentais.

Em sua revisão de literatura, Lopes constata que o norte do Espírito Santo, sobretudo ao norte da importante barreira geográfica que representava o rio Doce, iria se tornar *frente pioneira* por volta da década de 1920, com o avanço de imigrantes e da cafeicultura a partir da construção da primeira ponte sobre o rio Doce, em 1928. Lopes retoma a formulação de José de Souza Martins ao conceituar *frente pioneira* como “movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, se apresentando, portanto, como “fronteira econômica” (Martins, 1975, apud LOPES, p.52). Para Martins, portanto, fica implícito que cada “nova região”, antes de se tornar frente pioneira, era externa à economia de mercado, aliás nesse sentido Martins se aproxima da formulação de David Harvey sobre o ajuste espacial abordada em nosso capítulo 1. Tendo em vista a escassez de informações sobre o vale da Suruaca antes do período de acelerada modernização iniciada na década de 1960, pode parecer razoável essa formulação, por Martins, de uma região que era exterior à economia de mercado até

o momento em que foi incorporada à modernidade. Para o litoral norte capixaba na definição usada em nossa pesquisa²⁶⁰, a situação é diferente e as fontes disponíveis nos permitem enxergar uma série de processos modernizadores que se sobrepõem a modernizações anteriores.

Em parte da literatura consultada por Lopes, ao norte do rio Doce as terras pareciam estar vazias, sem pessoas e sem utilização. Em sentido contrário, a partir de 2000 a historiadora Vania Moreira afirma que a ideia do “vazio demográfico” é “um cliché produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira”, sobretudo entre as décadas de 1940 e 1970. A partir dessa formulação de Moreira, Lopes (2022, p.43) entende que

[t]ratou-se de uma produção de ideologias geográficas (MORAES, 2005), já que essas áreas nunca estiveram realmente “vazias” ou desabitadas. Houve na verdade um amplo movimento político e econômico de “encaixamento” dessas áreas como “vazio demográfico” ou ainda, no seu outro espectro, como um enorme “espaço vazio” que apenas esperava ser apropriado para ser usado de maneira produtiva pelo capital.

Essa crítica à formulação do “vazio demográfico” é uma importante contribuição teórica de pesquisas recentes sobre o Espírito Santo como as de Lopes e de Moreira, historiadora cujas obras já apareceram no nosso capítulo anterior. Porém, após essa constatação de que o “vazio” no vale da Suruaca, mais do que um dado empírico, era uma formulação política e econômica típica de um certo período histórico, ainda faltaria saber o que havia naquele território que não estava vazio. E essa questão é bastante difícil de ser respondida no caso da particularidade territorial estudada por Lopes. No início do século XX, quando a economia do Espírito Santo se baseava sobretudo na produção do café mas também em outras mercadorias como a madeira, as áreas alagadas não costumavam ser citadas nos documentos oficiais.

Ao refletirmos acerca dessa territorialização do capital que se ocorrerá nessa porção norte do estado, principalmente depois da década de 1920, vemos que a marcha cafeeira e a exploração de madeira não se localizavam na área da Suruaca, mas, ao contrário, sempre nas bordas e ao redor dessas áreas de várzeas, brejos e mangues da porção litorânea do norte do delta do rio Doce (LOPES, 2022, p.55).

²⁶⁰ Retomando as conclusões do capítulo anterior: o litoral norte capixaba, para nós, corresponde à *região da falta de braços* no século XIX, onde a presença de trabalhadores escravizados foi comparativamente pequena em comparação com outras *regiões escravistas* como o extremo norte ou o sul do Espírito Santo, o que significa que a violência direta e indireta utilizada na mobilização do trabalho, antes e depois da abolição da escravatura, assumiu formas diferentes das de outras regiões. Na divisão administrativa atual, trata-se sobretudo do litoral dos atuais municípios de Aracruz e Linhares.

Tampouco a imigração europeia, que significou grande aumento da população capixaba naquele mesmo período, foi relevante no litoral. Claudinea Teixeira (2010, p.102), citada por Lopes, afirma não constar em registros ou relatos orais a presença de imigrantes ocupando terras à beira-mar, “ao contrário, concentraram-se nas regiões mais íngremes e se dedicaram ao cultivo do café”.

Portanto, argumenta Lopes (2022, p.56), “surge a pergunta para debatermos na sequência do texto: quem ocupava essas terras no período anterior ao processo de territorialização das ações estatais ocorrido a partir da década de 1960?” Ele busca alguns elementos para responder a essa pergunta, mas a escassez de fontes dificulta as respostas.

João Luiz Teixeira, citado por Lopes, compara as descrições do litoral ao norte do rio Doce feitas pelo geólogo Charles Hartt na década de 1860 e as do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (1959) e observa uma “similaridade, na descrição dessas áreas ‘vazias’, como um deserto de ‘gente civilizada’, que ‘eliminavam’ a existência de povos indígenas e quilombolas que ocupavam aquelas áreas pantanosas” (LOPES, 2022, p.56). As populações de pescadores em Regência e outras localidades próximas à foz do rio Doce não são mencionadas por Almeida (1959), embora ele faça uma menção aos “indígenas” ou “caboclos civilizados” que habitavam as lagoas próximas ao baixo rio Doce. Embora faça menção a “numerosos indígenas” habitando aquelas lagoas, Almeida não traz qualquer outra informação sobre eles. Muito pouco se sabe, portanto, sobre as pessoas que viviam nas áreas alagáveis e brejos do “Vale da Suruaca” até meados do século XX. Os brejos e lagoas eram vistos simplesmente como foco de doenças, uma percepção comum à época. No capítulo II, já abordamos algumas terras alagáveis no município de Linhares que foram descritas em memoriais de terras do século XIX como “nativo inaproveitável”.

A pesquisa de Bianca Piccoli (2020) teve como objetivo registrar a trajetória dos pescadores de Itapina, localidade às margens do Rio Doce, a montante dos núcleos urbanos de Linhares e Colatina, mais próxima da divisa com Minas Gerais do que do litoral. A autora utilizou a metodologia da história oral para apresentar o *Rio Doce, lugar de memória*, título de sua dissertação. Itapina, conforme explica Piccoli (2020, p.77), foi “um dos polos comerciais de café mais importantes do estado do Espírito Santo na primeira metade do século XX; entretanto, o lugar perdeu seu vigor econômico nos anos de 1960 e 1970, com a erradicação dos cafezais.” Naquele período, Itapina passou por processo semelhante ao de diversas outras comunidades rurais do Espírito Santo com

economia baseada no café: a maioria dos moradores migrou para a área urbana de Colatina ou outras cidades, “permanecendo no local cerca de 2.000 pessoas”.

No território abordado por Piccoli, a história parece começar a partir da década de 1880, como relata um informante idoso: “Conta meu pai que quando meu avô veio da Itália, não tinha nada...” (PICCOLI, 2020, p.89). Outro informante local, uma senhora também idosa, descreve a vinda de seus familiares como o começo da ocupação humana em Itapina: “Primeiro veio os imigrantes italianos, chegaram e foram arrumando aqui e ali um jeito de aguentar a dificuldade de viver longe de tudo [...]” (Ibid., p.88), porém no meio da fala desta senhora, aparecem habitantes anteriores:

[...] as histórias são do meu avô, ele contava que vieram da Itália muitas famílias juntas e desembarcavam em Vitória, ficavam numa espécie de pensão [...], uns quatro ou cinco dias, esperando o outro navio menor, que eles chamavam de vapor. Só dava pra ir de vapor lá pro norte [...]. Foi assim que chegaram os primeiros moradores vindo de fora da região e assim eles começaram a construir as coisas em Itapina, Baixo Guandu e por ali perto, que **só tinha mesmo mato e o rio. Tinha gente que já vivia ali, os índios, mas meu avô conta que não teve contato com eles, pois quando o povo italiano começou a chegar, eles se esconderam mais pra dentro da mata** onde ainda não dava pra chegar (PICCOLI, 2020, p.87-88, grifo nosso).

Nesse relato acima, proveniente de entrevista realizada por Piccoli com uma moradora de Itapina descendente de imigrantes italianos, aqueles imigrantes não tiveram qualquer conflito com os indígenas, inclusive estes teriam se mudado “mais pra dentro da mata” logo no início da chegada do “povo italiano”, em formulação que lembra a historiografia predominante sobre a chegada dos “desbravadores” e “pioneiros” do Oeste Paulista, conforme consta na dissertação de Cássio Boechat (2009) que será abordada mais abaixo ainda nesta seção.

Outro informante na pesquisa de Piccoli, pescador aposentado e morador de Itapina, comenta a respeito da pesca, atividade importante para essas populações que vivem próximas ao rio Doce:

Meu avô, logo que chegou na nossa região, deu um jeito de derrubar um jacarandá, que é uma árvore de madeira forte e boa pra canoa, no próprio tronco fez a canoa, deu pra fazer os remos. [...] a pescaria dele só tinha coisas que ele mesmo fabricou e nem sei como ele aprendeu, mas sei que ensinou pro meu pai e meu pai deu uma melhoria e passou pra mim (PICCOLI, 2020, p.92).

Após essa afirmação que evidencia uma perda de informações sobre como os conhecimentos sobre a pesca no Rio Doce foram adquiridos por aquelas pessoas (“nem

sei como ele aprendeu”), o mesmo senhor relata que, por volta de 1886, quando os italianos chegaram,

não foram os primeiros pescadores, antes havia os indígenas que desocuparam o local. Nossas famílias pouco tiveram contato com os primeiros habitantes, porém as canoas, remos e algumas redes de pesca que ficaram serviram de base para os nossos antepassados adaptarem aos seus conhecimentos e condições locais à pesca (Ibid., p.97).

Nesse estranho relato, nos parece pouco provável que os italianos tenham aprendido a técnica de pesca dos indígenas e caboclos – canoas em troncos de jacarandá, remos, além dos conhecimentos sobre o rio, os peixes e outros animais – apenas observando “as canoas, remos e algumas redes de pesca que ficaram” (PICCOLI, 2020), caso este que seria um tipo muito peculiar de relação social mediada por coisas. Parece mais provável que tenha havido algum contato direto e que não foi relatado aos moradores atualmente vivos.

É importante ressaltar que Bianca Piccoli (2020, p.60) reconhece que “o espaço em questão esteve ocupado por indígenas anteriormente a chegada dos imigrantes, por volta do ano de 1886. Isso exigiria uma discussão mais ampla”, discussão que ela não realiza, o que nos parece justificável, tendo em vista o objeto de pesquisa da autora, além da escassez de fontes sobre o período em que os chamados “sertões do rio Doce” (NOGUEIRA, 2020) se situavam distantes dos levantamentos estatísticos, da burocracia estatal e do chamado “mundo policiado” (MOREIRA, 2017). Como já abordado neste capítulo 3, este conceito *sertão*, amplamente utilizado para designar o norte do Espírito Santo até meados do século XX, revela aspectos por vezes obscurecidos pois, como propõe o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2003), o sertão não designa uma materialidade específica da superfície terrestre, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares, de acordo com a mentalidade e os interesses vigentes.

Além da pesquisa de Piccoli, há uma ampla literatura sobre imigração italiana no Espírito Santo, frequentemente com pouca ou nenhuma investigação sobre a interação desses imigrantes com as populações que habitavam previamente as terras frequentemente descritas como “terras virgens”. Entre essas pesquisas, uma das mais recentes é a de José Lazaro Celin. Em artigo de 2019, quando o autor era doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFES, ele tematiza “aspectos históricos e sinais contemporâneos” da imigração italiana no Espírito Santo sem fazer qualquer menção aos habitantes anteriores das terras ocupadas pelos colonos. Tampouco menciona

o papel amplamente documentado dos imigrantes italianos e seus descendentes no desmatamento das florestas capixabas (cf. por exemplo BORGIO et al., 1996). Nenhum aspecto destrutivo ou violento desse processo de colonização aparece na formulação de Celin: para o autor, o legado da colonização italiana no estado foi “um sistema de valores transmitido por gerações, fundado no trabalho e na cooperação e solidariedade entre os membros do grupo” (CELIN, 2019, p.56). De forma muito diferente desse tipo de formulação, ao invés de considerar que o “trabalho e a ajuda mútua sempre constituíram traços marcantes” de algumas populações²⁶¹ devido a um conjunto de “valores religiosos e humanistas” (Ibid., p.66), no capítulo 2 desta dissertação buscou-se mostrar o processo violento de imposição do trabalho às populações do litoral norte capixaba, com base em ampla revisão de fontes históricas.

Em relação ao “desaparecimento” dos indígenas, embora esse processo não seja nem indiretamente tratado por Celin, podemos encontrá-lo de forma implícita quando ele afirma que

a carência de médicos levou a maioria dos colonos a apropriar-se dos recursos dados pela fitoterapia e a desenvolvê-los. [Há] vários hábitos narrados por descendentes, como o uso de “purgante” (composto de erva-de-santa-maria com óleo de rícino) para combater vermes; chá de castanha-mineira, encontrada nas matas, para os males do estômago; óleo-vermelho, em vários tipos de preparo, para depurar o sangue, e assim por diante (CELIN, 2019, p.65).

Assim como as canoas e remos de origem indígena, mencionados por Piccoli mais acima, também o conhecimento sobre as propriedades medicinais de várias espécies nativas brasileiras parece – no relato acima – ter sido aprendido por esses colonos italianos sem qualquer contato com populações locais. O “sumiço” dos indígenas, ao mesmo tempo em que parte de seus conhecimentos tradicionais é assimilado pelos colonos, é bastante suspeito, mas não estamos aqui afirmando que Piccoli e Celin sejam os responsáveis por essa formulação: apenas correm o risco de reafirmá-la, com base na história oral e em fontes escritas que perpetuaram essa interpretação em que os indígenas simplesmente “desocuparam o local” (PICCOLI, 2020).

Em outro contexto territorial, mas dialogando com um mesmo tipo de explicação hegemônica²⁶² sobre o “desaparecimento” dos indígenas, bastante diferente é a conclusão

²⁶¹ Se esses são “traços marcantes da população italo-capixaba” (CELIN, 2019, p.66), subentende-se que outras populações seriam “avessas ao trabalho”? Isso fica implícito na formulação de Celin.

²⁶² Essa “explicação hegemônica”, como vimos, vai aparecer não só na chamada “história dos vencedores” mas também na história oral (PICCOLI, 2020), mostrando que esta última nem sempre garante o registro

de Cassio Boechat sobre essa temática: em sua dissertação, ao abordar a formação das fazendas no Oeste Paulista, Boechat (2009, p.30-31) apresenta a versão da historiografia local, de que as fazendas teriam sido formadas após um momento anterior de saída dos índios:

O Taperão foi erguido numa clareira onde era a grande taba da tribo indígena que antes ocupava a área. Nesse relato do historiador local, a construção da casa do posseiro “desbravador” exatamente em cima da aglomeração de habitações dos índios locais está totalmente desprovida de conflito.

Boechat cita textualmente o historiador J. Marangoni:

Convém salientar que os índios não constituíram qualquer obstáculo às penetrações do homem branco [no Oeste Paulista]. Quando aqui chegaram os desbravadores vindos do sul, não encontraram mais nenhuma tribo, embora fossem inúmeros os vestígios de sua existência (Marangoni, 2001, apud BOECHAT, 2009, p.35).

Temos na interpretação de Marangoni “vestígios” semelhantes àqueles que relatamos logo acima com base nas pesquisas de Piccoli e Celin. Mas Boechat (2009, p.35) discorda dessa linha interpretativa:

A construção do Taperão pela família Santos exatamente no local da grande aldeia não pode ser minimizada com a explicação de que os índios teriam abandonado a área por conta de uma geada e de uma queimada. A permanência dos desbravadores mineiros na área, apesar de terem vivenciado as mesmas adversidades, confirma a conquista apagada nos autos da história.

Em seguida, Boechat faz um paralelo entre dois processos: a ocupação do planalto paulista e a consolidação das sesmarias no período colonial na área do Alto Sertão da Bahia, conforme estudado por Carlos Toledo. Para este último autor, a “pacificação do gentio” – nome eufemístico para um processo de extrema violência – é um pressuposto da utilização da terra para a “produção racional” de mercadorias, processo que tem a violência sobre homens, mulheres e crianças como momento necessário antes da transformação da própria terra em mercadoria a ser comprada de forma aparentemente não violenta. Vejamos como isso é descrito por Toledo:

A pacificação do gentio aparece como um pressuposto do valor da terra [...]. A Guerra dos Bárbaros é pressuposto da ocupação do Alto Sertão. Ela permite a expansão da área destinada ao plantio de cana de açúcar, no recôncavo baiano, e da pecuária, no sertão. Durante a realização da obra violenta de territorialização contra as populações locais, esta ação foi sempre apresentada

da “história desses entes até então ‘sem história’” (BERNARDO NETO, 2012). A crítica de Boechat (2009) à historiografia hegemônica sobre o “Oeste Paulista” aparece, nos próximos parágrafos, como um contraponto necessário, embora saibamos que as particularidades territoriais sejam diferentes.

como pacificação sobre a qual o processo de produção racional pode ser estabelecido: a ordem era degolá-los a todos com exceção das mulheres e dos meninos os quais se cativará (TOLEDO, 2008, p. 46).

Estamos de acordo com Boechat e Toledo sobre a necessidade de se enfatizar a violência dos processos de ocupação e colonização das terras no Brasil e, portanto, também no Espírito Santo. Nas interpretações que não tematizam a violência, o processo de “povoamento” do território por colonos europeus parece totalmente desprovido de conflito: não por acaso, muitas vezes as terras foram consideradas virgens, isto é, intocadas.

Mas além da importância de se explicitar a violência dos extermínios nos quais a ordem foi “degolá-los a todos”, consideramos que na particularidade do norte do Espírito Santo tem sido necessário em nossa pesquisa explicitar outros tipos de contato, também violentos, com os indígenas, que incluem, em relação aos “índios selvagens”, sobretudo as ações para “a redução e civilização dos Índios Botocudos, se possível for” (BRASIL, 1808). Nesse trecho citado da Carta Régia que “manda fazer guerra aos índios Botocudos”, documento de um dos períodos de considerável extermínio de indígenas no norte do Espírito Santo, “se possível for”, o melhor destino para aqueles indígenas seria a “redução” – referência às reduções ou aldeamentos jesuítas, embora no contexto posterior à expulsão daquela ordem – e sua “civilização”, como já vimos no capítulo 2. Outros tipos de “contatos” entre indígenas e não indígenas também podem ser exemplificados pelo aprendizado, por parte de colonos brancos, de técnicas de pesca e de medicina tradicional, como vimos nesta seção.

A seguir, abordaremos brevemente quatro textos que representam uma certa *historiografia hegemônica* sobre o litoral norte do Espírito Santo, historiografia que em nenhum caso ignora os bem documentados conflitos entre colonizadores e populações indígenas, embora costume ou atenuar os conflitos, ou considerá-los inevitáveis.

Buscaremos observar, em três livros de publicados por historiadores nas décadas de 1980 e 1990 e em um artigo jornalístico de 1985, como é descrita a ocupação (“povoamento”) de territórios anteriormente habitados por povos originários. Enquanto o terceiro texto abordado é uma obra de escopo mais amplo sobre o *ciclo madeireiro* e o *povoamento* no norte do Espírito Santo, os dois primeiros textos são de “historiadores

locais”²⁶³ e, neles, a História aparece sobretudo como o relato de fundação de uma cidade: o nome de cada um dos municípios em questão aparece no título dos dois livros e a reportagem de jornal é comemorativa do aniversário de um terceiro município. Esses textos aparecem aqui como exemplos de abordagens que podem parecer já ultrapassadas se comparadas com pesquisas mais recentes, porém, além de relativamente recentes, revelam uma série de pressupostos e ideias ainda presentes no senso comum, além de revelarem também bastante sobre a forma como se fazia e como se faz ciência, tendo em vista que a forma como se escreve sobre o passado revela também muito sobre o presente.

Maria Lucia Grossi Zunti (1982), em seu livro *Panorama Histórico de Linhares*²⁶⁴, ao abordar a ocupação das terras de Linhares pelos colonizadores, enfatiza o conflito entre indígenas e brancos, conflito que durou muitas décadas:

“Nos limites de suas possibilidades foram inimigos duros e terríveis que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram e continuam sendo arrebatadas conjuntamente. Contudo, o desfecho do processo lhes foi adverso [...]. Apenas o seu heroísmo e a sua coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam.” (Florestan Fernandes)

Toda a região ocupada hoje pelo município de Linhares e áreas vizinhas eram habitadas por um grupo indígena, da grande nação gê, de nome botocudo. Os pesquisadores e estudiosos são unânimes em registrar que este grupo destacou-se [...] pela resistência tenaz e contínua com que se opôs à ação dos colonizadores brancos [...].

[...] o botocudo resistiu à ação colonizadora até meados do século XIX; isto na região de Minas Gerais. Os da região do litoral capixaba, entre o rio Doce e o rio São Mateus, um pouco mais (ZUNTI, 1982, p.28-30).

Embora seu livro seja de forma geral elogioso em relação ao “heroísmo e coragem” dos colonizadores, ela aponta também o “heroísmo e coragem” dos indígenas, que inclusive são por ela descritos como “os ‘donos’ da terra” (Ibid., p.28). Após elogiar ambos os grupos, ela atribui o “desaparecimento” dos indígenas a uma fatalidade, como se se tratasse de uma regra geral, uma lei histórica válida para quaisquer “encontros de culturas tão diversas”, aliás, de forma que chega a lembrar o que afirmava 80 anos antes Euclides da Cunha ([1901] 1946) sobre a “implacável força motriz da História” que

²⁶³ Expressão utilizada por Boechat (2009) para se referir a historiadores, nem sempre com formação universitária nessa área, que se dedicaram a contar a história de seus municípios, compilando uma série de informações que se encontravam dispersas em arquivos.

²⁶⁴ O livro dificilmente poderia ser crítico em relação às elites locais e seus antepassados, afinal, como consta na página 3, “foi todo realizado sob o patrocínio e incentivo do atual Prefeito de Linhares: Luís Cândido Durão, e contou igualmente com o apoio entusiástico da Secretária de Educação do Município: Ieda Durão Guimarães de Andrade” (ZUNTI, 1982).

levaria a civilização para os sertões, com um “esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes”, como vimos no capítulo anterior:

Índio e branco, de modo geral, nunca se compreenderam, sucumbindo o primeiro, por suas condições de defesa infinitamente inferiores ao segundo. [...]

Não queremos aqui distribuir culpas – longe disto nosso propósito. Acreditamos, simplesmente, que **no encontro de duas culturas tão diversas, fatalmente uma delas terá que desaparecer**, não só pelos fatores intrinsecamente humanos, mas, como dissemos, pelas condições inferiores de defesa (ZUNTI, 1982, p.30, grifo nosso).

Zunti, portanto, parece considerar que quando duas culturas diversas se encontram, é inevitável o desaparecimento de uma delas – a dos indígenas, “de modo geral”, ou seja, em todas as particularidades da colonização brasileira, e mais especificamente a cultura dos botocudos, “assim apelidados pelos brancos, em virtude do costume generalizado do uso de botoques [discos feitos de madeira] nas orelhas e nos lábios dos membros do grupo” (Ibid., p.28).

Ao afirmar que, “no encontro de duas culturas tão diversas, fatalmente uma delas terá que desaparecer”, devido a “fatores intrinsecamente humanos”, a historiadora coloca como inevitável a marcha do progresso: assim, ao explicar a ocupação e colonização das terras indígenas pelas “condições inferiores de defesa”, a autora justifica como parte da “natureza humana” o processo que, como vimos acima na formulação de Toledo (2008), é sobretudo um “pressuposto do valor da terra”, isto é, da utilização *racional e moderna* da terra para produção de mercadorias a partir do trabalho, de preferência por colonos brancos, ao mesmo tempo em que a própria terra se autonomizava como mercadoria. Tudo isso, para Zunti, parece ser “intrinsecamente humano”. Aqui, como verificamos para Deffontaines na seção 3.2, o “homem” parece corresponder perfeitamente ao sujeito moderno.

Ademais, a generalização feita pela autora ao afirmar que indígenas e brancos “de modo geral, nunca se compreenderam, sucumbindo o primeiro” ignora inúmeros aspectos e particularidades da colonização brasileira, como os aldeamentos jesuítas ou a mobilização de trabalho indígena abordada no nosso capítulo anterior. A divisão, comum no Espírito Santo, entre “índios civilizados” e “índios selvagens”, também é absolutamente ignorada pela autora, que desconsidera inclusive a presença histórica de indígenas de etnia tupi, “índios civilizados” no litoral de Linhares, atestada por Saint-Hilaire ([1833] 2020) e outros autores: ao considerar apenas os indígenas apelidados de botocudos como habitantes originários de “toda a região ocupada hoje pelo município de

Linhares e áreas vizinhas”, a autora abstrai a existência dos chamados “índios civilizados”, alguns desses grupos já catequizados desde o século XVI, o que não impedia que fossem considerados “índios” ou posteriormente “caboclos”. É essa complexidade que buscaremos compreender mais à frente neste capítulo nas obras mais recentes, sobretudo as da historiadora Vania Moreira.

Outra obra em que o historiador se “identifica” com os “vencedores” (BENJAMIN, 2005) é o livro *Faça-se Aracruz*, de Maurilen de Paulo Cruz (1997). Este autor, porém, não ignora a existência de “índios civilizados” que eram entendidos como um grupo diferente dos “botocudos”. Ao abordar um dos principais e mais antigos núcleos populacionais do município, a Vila do Riacho, o autor descreve os mesmos “ataques dos índios botocudos” que já havia tratado Zunti (1982), mas enquanto esta sublinha o conflito entre “colonizadores brancos” e “índios”, a abordagem de Cruz (1997, p.56) é diferente, menos dualista:

A origem da Vila do Riacho se situa em 1800, quando foi instalado um quartel na confluência dos Rios Riacho e Comboios, pelo capitão-mor Antônio Pires da Silva. Como outros quartéis às margens de rios do Brasil de então, o Quartel de Riacho serviu para repelir os ataques dos índios botocudos a viajantes, índios civilizados, comboios e boiadas que tinham que passar por ali.

Contudo, no restante do relato histórico sobre a Vila do Riacho, não aparecem mais nem botocudos nem “índios civilizados”. Cruz (1997, p.57) destaca que as “terras férteis de Campos de Riacho atraíram muitos fazendeiros”, com um grande crescimento populacional na segunda metade do século XIX: a “maioria dos trabalhadores de Riacho estava na agricultura do açúcar, milho, feijão, mandioca, etc.”, o número de criadores de gado era expressivo e os engenhos fabricavam açúcar, aguardente e rapadura. Nada, porém, ficamos sabendo sobre os indígenas que habitavam próximos aos rios Riacho e Comboios, se eles continuavam ali e se estavam incluídos entre os trabalhadores citados pelo autor.

Em 22 de agosto de 1985, em uma série de reportagens comemorativas sobre o “desbravamento da região” do baixo rio Doce, o jornal A Gazeta afirmava, em artigo intitulado *Os botocudos foram os primeiros habitantes*:

[Com] o avanço da onda civilizadora dos brancos em seu território, os Botocudos resistiram até quando pudera. [...] Já na segunda metade do século [XIX], ocorrendo as primeiras tentativas de povoamento das margens Norte do Rio Doce, [...] os Botocudos tiveram que optar pela sua integração à civilização dos brancos ou retirada permanente da região, internando-se nas matas espessas do norte capixaba e do nordeste mineiro.

Pode-se dizer que a corrente pioneira que invadiu o baixo rio Doce, a partir do final do século passado, plantando propriedades agrícolas ao sul e ao norte do Rio Doce, dando nascimento a povoados - futuras vilas e cidades - bem como a implantação da Ferrovia Vitória a Minas, mas no primeiro decênio deste século, assinalaram o total desaparecimento, por miscigenação, morte ou mudança dos primitivos habitantes da região.

O rápido desenvolvimento [...] apress[ou] a absorção, quando não a extinção dos indígenas da região e poucos vestígios deixaram eles de sua anterior presença, notando-se apenas alguns restos de sua cultura material - utensílios abandonados nos lugares onde se demoravam nas suas andanças e correrias, e talvez nada mais. (A GAZETA, 1985)

De acordo com o artigo de jornal, não apenas teria havido, nas terras do baixo Rio Doce, a “absorção, quando não a extinção dos indígenas”, por morte, miscigenação ou mudança, mas também a presença deles teria deixado poucos vestígios: utensílios abandonados “e talvez nada mais”. Em nossa pesquisa, pelo contrário, temos entendido que esse processo de avanço da fronteira e “desaparecimento” dos indígenas deixou, pelo contrário, muitos vestígios, que apenas começam a ser compreendidos. Vejamos as formulações de um importante livro da historiografia capixaba sobre como teria ocorrido esse “avanço da onda civilizadora” (ibid.).

Já no título do livro dos historiadores Ivan Borgo, Léa Rosa e Renato Pacheco, *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)*, entendemos que o uso constante da palavra *povoamento* já diz muito sobre a perspectiva adotada, de invisibilização dos seres humanos ali existentes antes desse povoamento, não obstante as contribuições que o livro tenha trazido em outros aspectos, como o levantamento de dados de arquivos, relatórios, leis, etc.

No livro citado, impresso pela Editora da UFES com “apoio cultural” do IHG-ES e da Aracruz Celulose S.A. – essas duas instituições aparecem na página de rosto, antes do índice – os três historiadores abordam “os aspectos mais significativos da história do norte do Espírito Santo”, com destaque para o “lento povoamento da região” nos séculos XIX e XX (BORGO et al., 1996, p.9). Embora o livro seja relativamente recente, os autores reutilizam formulações muito anteriores, como aquelas sobre os “espaços vazios” e o desaparecimento ou aculturação das populações indígenas:

O homem branco, até início desse século [XX], ocupou apenas o litoral atlântico da região (Santa Cruz, Riacho, Barra de São Mateus e São Mateus), assim mesmo com quilômetros e quilômetros de espaços vazios. As populações indígenas foram, na maior parte, dizimadas ou aculturadas. Quase nulo foi, nesta parte do país, o contingente africano (BORGO et al., 1996, p.17).

Em relação ao “contingente africano”, vimos no capítulo anterior que a população de negros escravizados no século XIX era de fato pequena nos atuais municípios de Aracruz e Linhares, mas bastante considerável em São Mateus e Conceição da Barra (anteriormente chamada Barra de São Mateus), diferença que Borgo e colaboradores não levam em conta. Por outro lado, no trecho citado, os autores afirmam que a ocupação a que se referem é sobretudo aquela realizada pelo “homem branco”, o que não aparece explicitado em outros trechos do livro:

O Espírito Santo, no final do século XIX, ainda apresentava sérios obstáculos à ocupação das terras do norte, mantendo-se o isolamento da região.

A ocupação do território espírito-santense retratava, então, contrastes entre uma região povoada e outra desabitada e coberta de matas. Assim, o rio Doce [detinha] temporariamente a marcha do povoamento. De fato, todo o norte da província constituía-se numa vastidão inóspita, despovoada, improdutiva, coberta de densa floresta insalubre (ibid., p.64).

Nesse tipo de formulação, o processo histórico apresentado como “marcha do povoamento” é, implicitamente, uma particularidade da “marcha do progresso”, impulsionado pelo homem branco, “sujeito da história” e “portador do ‘progresso histórico’”, conforme formulação de Kurz (2002) abordada no capítulo 2.

Borgo e colaboradores ressaltam ainda o papel da Estrada de Ferro Vitória a Minas no “ciclo madeireiro” e no “povoamento” do norte do Espírito Santo: após levantar documentos do século XIX relatando a precária situação das estradas, picadas e pontes no Espírito Santo, os historiadores afirmam que “só no início do século XX surgiu uma grande possibilidade para o povoamento da região norte do Espírito Santo – a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas” (BORGO et al., 1996, p.97). Comentando o trecho inicial da ferrovia, com 106 quilômetros em 1906, eles afirmam: “O importante é que esse sonho, agora [1906] tornado realidade, não era o ponto final, mas um simples trecho da Ferrovia [...]” (Ibid., p.98). Sem preocupação em apresentar quem teria tido aquele sonho, na formulação dos historiadores, o “sonho” parece ser de toda a população do estado, tipo de argumentação, aliás, que observaremos novamente em nosso capítulo 5, quando os empreendimentos portuários também aparecerão em notícias de jornal como “necessários” para todos, como se não houvesse conflitos e controvérsias a respeito. Prosseguem os historiadores:

À ferrovia Vitória a Minas estão vinculadas, portanto, dois importantes elementos da história do Espírito Santo: o caráter de penetração e o papel colonizador, à medida que, em torno das estações, se formaram e se desenvolveram núcleos populacionais.

A própria existência da ferrovia, por si só, era um fator de consumo de madeira e desbravamento das matas, tendo até mesmo encorajado e valorizado a atividade madeireira.

[...] Havia necessidade de incrementar a produção, contar com meios mais econômicos e fáceis de escoamento. A Vitória a Minas desempenhou este papel (BORGIO et al., 1996, p.106).

Concordamos com a relevância dessa estrada de ferro nos processos de avanço da fronteira econômica rumo aos antigos “sertões do Rio Doce”. Mas é importante notar que ao explicarem a ferrovia a partir da “necessidade de incrementar a produção” e facilitar o “escoamento”, os historiadores se abstiveram de investigar o contexto em que a ferrovia foi construída: nas seções a seguir, a ferrovia será abordada diversas vezes como uma *escolha*²⁶⁵ do Estado por meio de suas instâncias políticas e técnicas responsáveis pelo planejamento – ainda no início de um processo de institucionalização, mas já com engenheiros formados em escolas de engenharia fundadas no século XIX.²⁶⁶ Mesmo com prejuízos operacionais ao longo de vários anos, a Estrada de Ferro Vitória a Minas foi se expandindo, com subsídios estatais previstos em contrato, que garantiam aos investidores a impossibilidade de qualquer prejuízo. Ao insistirmos que nenhuma ferrovia foi construída por uma “necessidade”, chamamos atenção para a importância de se entender que o planejamento não é neutro.

3.8. O Estado planejador, a ferrovia e os vazios demográficos

Nesta seção, voltaremos a análise para a Estrada de Ferro Vitória a Minas, sempre apontada como fundamental para o avanço da fronteira econômica no norte do Espírito Santo, ou, na formulação que aparece no título do livro do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (1959), para “desbravamento das selvas do Rio Doce”. Nossas principais fontes são os dois livros publicados na década de 1950 por engenheiros que trabalharam naquela estrada de ferro: além do livro de Almeida, o Engenheiro Delecarliense de Alencar Araripe, mais institucional já desde seu título: *História da Estrada de Ferro Vitória a Minas - 1904-1954*.²⁶⁷

²⁶⁵ A escolha era fetichista, correspondendo às possibilidades de reprodução do capital da época. Ainda assim, a “necessidade de incrementar a produção” (BORGIO et al, 2016) não agiu sozinha, quem agiu foram os “especialistas da posse das coisas [...] eles mesmos possuídos pelas coisas” (DEBORD, 2019).

²⁶⁶ Em 1907 foi criada a *Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro* instituída pelo Decreto federal nº 6.787, com a atribuição de inspecionar as estradas de ferro dependentes de benefícios estatais. O decreto previa que a direção do órgão cabia a um engenheiro-chefe.

²⁶⁷ Esses dois engenheiros, Almeida e Araripe nascidos no Espírito Santo no fim do século XIX, se formaram na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e iniciaram suas carreiras respectivamente na Central do Brasil (Rio de Janeiro) e na Escola de Minas de Ouro Preto antes de trabalharem por décadas na *Companhia*

Em seu livro, Araripe (1954) aborda desde o início do “povoamento” até o “Acordo de Washington”, celebrado em 1942, durante a 2ª Guerra Mundial, pelos governos do Brasil, Estados Unidos e Grã-Bretanha, que teve como principais cláusulas a estatização da Estrada de Ferro Vitória a Minas, seu prolongamento até Itabira/MG e a transferência das jazidas de minério de ferro pertencentes à *British Itabira Company* para o governo brasileiro.²⁶⁸

Sobre o “povoamento” da bacia do rio Doce, após relatar brevemente que “O rio Doce é o VATU dos Botocudos ou Aimorés, seus primitivos habitantes. A sua bacia abrange terras do Espírito Santo e de Minas Gerais” (p.21), Araripe descreve o “desenvolvimento lento” da Capitania do Espírito Santo, com a fundação da aldeia de Santa Cruz em 1556, a de Nova Almeida em 1569, a de “Coutins ou Linhares” em 1791, enquanto o “povoamento do solo mineiro da bacia”, em um primeiro momento, “limitou-se às zonas auríferas” (ARARIPE, 1954, p.27). Em seguida, após abordar a “impenetrabilidade” do rio Doce, atribuída a fatores como a “imensa floresta”, “a insalubridade da região” (p.30) e as incursões dos “ferozes índios Botocudos, que em várias tribos traziam em desassossego os habitantes do Vale.”²⁶⁹ Os botocudos, portanto, não são listados por Araripe entre os habitantes do vale do rio Doce.

No Espírito Santo, segundo Araripe (1954, p.31), o “baixo rio Doce só foi ocupado a partir do século XIX, com a instalação da primeira fazenda de cacau em Linhares e Regência” e sobretudo com as chegadas de imigrantes europeus. Após relatar que “[e]m 1847 foi iniciada, através dos núcleos de Santa Isabel, no rio Jucu, e Santa Leopoldina, no rio Santa Maria da Vitória, a colonização alemã, tendo fracassado devido às restrições criadas” – a segunda dessas colônias foi aquela já abordada em nosso capítulo 2, para a

Vitória a Minas, empresa privada que, como vimos, foi incorporada à estatal Vale do Rio Doce em 1940-1942.

²⁶⁸ Araripe (1954, p.130-131) relata: “As principais cláusulas do Acordo de Washington eram em resumo: 1) O Governo Brasileiro encampará incontinenti a Estrada de Ferro Vitória a Minas, livre e desembaraçada de todos e quaisquer ônus e gravames [...]. 2) [...] o Governo Britânico transferirá ou fará transferir para o Governo Brasileiro, livre e desembaraçado de quaisquer ônus, o grupo de jazidas de minério de ferro, no Estado de Minas Gerais, pertencente à *British Itabira Company*. 3) O Govêrno Brasileiro fará o prolongamento da Estrada de Ferro para Itabira e para as minas, e restaurará e melhorará tôda a Estrada de Ferro, a fim de ficar a mesma com capacidade de transportar no mínimo 1.500.000 toneladas [...] de minério de ferro anualmente, das minas até o porto de Vitória [...].

Além dessas cláusulas básicas, concorreu o Governo Americano, por intermédio do Export Import Bank, com um empréstimo inicial de quatorze milhões de dólares, para compra ou aquisição nos Estados Unidos de equipamento, materiais, máquinas, material rodante e de tração, tanto para a restauração da Estrada de Ferro como para aparelhamento das minas e do porto de embarque de minério.”

²⁶⁹ Araripe (1954, p.81) justifica ainda os empecilhos para a navegação do rio Doce: o encachoeiramento do rio de Natividade a montante” e a “pouca praticabilidade da barra” (isto é, a difícil navegação na foz em certas condições de tempo e maré, responsável por vários naufrágios, incluindo o de 1887).

qual o presidente da província “se serviu-se de alguns índios de Santa Cruz” (MOREIRA, 2017) para abrir as primeiras picadas e preparar o terreno. Para o engenheiro Araripe (1954, p.31), porém, a principal “contribuição de elemento humano” para o Espírito Santo ocorreu a partir da década de 1870, com a chegada de “cerca de 65.000 italianos que se expandiram através dos afluentes meridionais do rio Doce, verdadeiros caminhos de penetração na direção do Vale. O objetivo era o plantio de novos cafezais [...]”. Assim, relata ele, com as terras propícias ao café no sul do estado já ocupadas e com as terras mais montanhosas não permitindo a cultura do café, procuraram os novos colonos descer o vale do rio Santa Maria até chegarem à margem sul do rio Doce em 1891, dando origem à atual cidade de Colatina.

Araripe (1954, p.31-32) afirma que aquela “penetração ficou estacionária por muitos anos e somente tomou novo impulso com a chegada dos trilhos da Vitória a Minas a Colatina, em 1906.” Com o avanço da linha férrea, foram se fixando núcleos nas estações inauguradas, surgindo cidades e povoados. Em 1928, com a construção da ponte ligando a cidade de Colatina com a margem esquerda do rio Doce, “tomou incremento a ocupação das terras, por italianos, poloneses e brasileiros”.

Todo esse processo de “povoamento”, relatado por Araripe em termos semelhantes aos utilizados depois pelo historiador Ivan Borgo e colaboradores (1996), representa o avanço da fronteira econômica rumo ao norte do Espírito Santo, porém, em nossa pesquisa o interesse maior se concentra sobre um certo “outro” desse avanço da fronteira, o litoral capixaba descrito por Deffontaines (1938) como “região antiga” marcada por letargia e decadência. O engenheiro Araripe associa a ferrovia à “civilização dos sertões”, com um absoluto otimismo em relação à “elevação do padrão de vida das populações”, expressão quase igual à que vimos no artigo de Waibel publicado um ano depois do livro de Araripe. Para este último,

O caminho de ferro tem papel preponderante no desenvolvimento demográfico de sua zona de influência e também na elevação do padrão de vida das populações urbanas e rurais, propiciando a exploração das riquezas agrícolas, pecuárias e mesmo extrativas, tornando-se um elemento essencial do progresso dessa zona de influência.

[...] o trilho, esse elemento civilizador, [favorece] a mobilidade e a circulação das populações. A Vitória a Minas que se lançou, rio Doce acima, foi também uma estrada de penetração que se abriu para o deserto. [...] Onde eram, de fato, sertões bravios e de terras solitárias e incultas, fez surgir o trabalho do homem, as cidades, as culturas e a pecuária (ARARIPE, (1954, p.81-84).

Finalmente, na argumentação de Araripe, ao invés de destacar o *pioneiro* como um “índividuo-tipo” que traz a civilização e o progresso, ele faz referência às “gerações contemporâneas” de brasileiros em geral. Para ele, “a estrada de ferro e a “elevação do padrão de vida”²⁷⁰ que chegaria com ela, eram necessidades lógicas de um “instinto de mobilidade” dos brasileiros, que remontava aos bandeirantes:

As gerações contemporâneas receberam dos bandeirantes, que por sua vez haviam recebido dos índios, esse instinto de mobilidade e avanço para o interior e para Oeste, por terra e por água, pelas picadas, veredas e estradas. [...]

A Vitória a Minas foi uma consequência lógica desse instinto de mobilidade a que atrás nos referimos. Ela abriu no Vale do Rio Doce um caminho pioneiro por onde subiu e instalou o progresso, dando aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo zonas em potencial latente e de imensurável capacidade económica. (Ibid., p.82)

Inicialmente é importante notar que o indígena, nesta citação de Araripe, aparece como um antepassado distante e não como um contemporâneo do autor.²⁷¹ Devemos recordar ainda a semelhança dessas formulações sobre o “caminho pioneiro” com as dos geógrafos abordados no início desta seção: para o geógrafo francês Leo Waibel (1955), o pioneiro trazia consigo “mais elevados padrões de vida”, introduzindo “melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual”; já para o geógrafo francês Deffontaines, alguns “ramos humanos” se orientavam para “a atividade e o progresso”, enquanto outros adotavam “comportamento de passividade e apatia” (DEFFONTAINES, 1959). Os pioneiros, evidentemente, se enquadravam no primeiro grupo mencionado por Deffontaines, bem como os brasileiros portadores de “instinto de mobilidade e avanço para o interior” mencionado por Araripe (1954). Esse instinto, aliás, seria compartilhado por todos os brasileiros das “gerações contemporâneas”, e não apenas por alguns, aproximando-se a argumentação de uma outra formulação mais genérica de Deffontaines (1944): “[n]o Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras”.

Recordemos ainda que, assim como Araripe ao descrever as fundações de cidades com a chegada do “trilho, esse elemento civilizador”, Deffontaines (1944, p.146-147) afirma que as ferrovias no Brasil eram a “causa de uma numerosa geração” de novas

²⁷⁰ Para uma pesquisa que, ao contrário da nossa, se volta para o contexto territorial mineiro onde Araripe (1954) encontrava “elevação do padrão de vida” e “imensurável capacidade económica”, conferir o artigo de Haruf Espindola (2015): *Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso socioambiental*, aliás, publicado meses antes de um outro colapso socioambiental no rio Doce, o “desastre da Samarco”.

²⁷¹ Para um debate sobre a presença, desde o indianismo do século XIX, desse tipo de elogio ao bravo indígena, “remetido apenas ao passado, nunca à contemporaneidade”, conferir o capítulo *As mortes do indígena no Império do Brasil* (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

idades. Ao contrário de Araripe, porém, o francês ressalta que as ferrovias causavam ao mesmo tempo a “ruína de antigas aglomerações”, incluindo “todos os pequenos portos da costa não servidos pelas vias férreas.” Essas “antigas aglomerações”, abordadas apenas brevemente na monografia regional de Deffontaines (1938) sobre o Espírito Santo, são ainda menos importantes no texto de Araripe, afinal, ele relata a “história da estrada de ferro”, e não a do litoral capixaba.

A *Estrada de Ferro Vitória a Minas*, portanto, teve um papel fundamental na interiorização das atividades econômicas no norte do estado, reduzindo ao mesmo tempo a relevância do comércio marítimo por navegação de cabotagem e fazendo com que o litoral norte capixaba fosse descrito na década de 1930 como marcado por “letargia”, “estagnação” e “decadência” (DEFFONTAINES, 1938).

Como vimos no capítulo 2, até o início do século XX as reclamações sobre a “falta de braços” no Espírito Santo eram frequentemente acompanhadas de observações sobre “os braços, que deviam ser empregados na plantação”, mas se ocupavam nas derrubadas de madeiras e na pesca (ESPÍRITO SANTO, 1849). Entretanto, a partir do fim do século XIX as populações de pescadores do litoral norte são raramente citadas, com a história do trabalho nesse estado sendo relatada muito mais a partir da história da imigração de colonos europeus, sobretudo italianos e alemães. Com a economia capixaba consideravelmente baseada na exportação de café desde a segunda metade do século XIX²⁷², diversos outros territórios que não estavam inseridos na economia do café foram sendo descritos como vazios. O vazio demográfico, como apontou Vania Moreira (2000, p.143-144), é um “clichê” produzido sobretudo a partir dos anos 1940, não por acaso no mesmo período em que a “dinâmica do expansionismo brasileiro recobrou o fôlego” após a crise iniciada em 1929. É também o que aponta o geógrafo Carlo Eugênio Nogueira, em suas discussões sobre a “formação territorial do Espírito Santo” centradas sobretudo na década de 1940. Nogueira (2020, p.7) busca entender

como a questão da necessidade de integração do território, verdadeiro *leitmotiv* do Estado Novo, foi recebida, apropriada e difundida em terras capixabas. A dominação dos espaços vazios, ideologia geográfica que via a ocupação produtiva de terras como pressuposto do desenvolvimento nacional, colocava a exploração racional do território pela via do planejamento dirigido como corolário do projeto estatal de reestruturação da economia e da sociedade brasileiras.

²⁷² Na década de 1920, segundo Faleiros e Vargas (2012), o café respondia por mais de 95% das exportações efetivadas pelo porto de Vitória.

A discussão de Nogueira será brevemente abordada aqui, especialmente o que ele aponta sobre a *Estrada de Ferro Vitória a Minas*. Nogueira se baseia em formulação anterior de Antonio Carlos Robert Moraes para refletir sobre o que ele entende como *Ideologias Geográficas*. Tais ideologias, para Nogueira (2020, p.6), explicitamente embasam as ações que perseguem a produção e transformação do espaço em uma dada direção. Ele argumenta ainda que as ideologias geográficas alimentam ao mesmo tempo as políticas territoriais dos Estados e a autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele.

Nogueira (2020, p.7) ressalta também que o uso da expressão “sertões do rio Doce”, herdado dos tempos da Colônia e do Império, sobrevivia na primeira metade do século XX nos discursos e textos de governantes e instituições culturais. A civilização dos sertões, ou ainda a “dominação dos espaços vazios” – no caso as amplas áreas servidas pela Estrada de Ferro Vitória a Minas – aparece para Nogueira como um caso exemplar de escolha política tomada “sob o véu da neutralidade científica”. A construção da Estrada de Ferro e a conseqüente interiorização da fronteira econômica aparecem como *necessidade* nas palavras do geógrafo Lúcio de Castro Soares em 1944:

O contato entre Vitória e o rio Doce só alcançava Linhares, situada no sangradouro da lagoa Juparanã; daí vinham as madeiras de lei (...). A impraticabilidade da navegação matou Linhares e assim surgiu a necessidade da estrada de ferro; Linhares, sede de comarca, com importante porto fluvial, decaiu completamente. (Soares, 1944, apud NOGUEIRA, 2020, p. 18).

Nogueira, portanto, apresenta a ferrovia como uma escolha política à qual foi dada a aparência de neutralidade científica. Assim, ele se distancia da interpretação da obra já citada do historiador Ivan Borge e colaboradores, onde a ferrovia é apresentada como necessária por motivos econômicos constatados por um planejamento neutro, a partir de formulações simplificadas sobre produção e circulação de mercadorias:

Havia necessidade de incrementar a produção [no norte do estado], contar com meios mais econômicos e fáceis de escoamento. A Vitória a Minas desempenhou este papel. E [...] em sua evolução, como empresa de iniciativa privada, criava condições para seu próprio crescimento, pois o crescimento da produção garantia, cada vez mais, a sustentação de seu tráfego. (BORGO et al., 1996, p. 106).

O crescimento da produção de mercadorias – com predomínio do café e da madeira – é apresentado, na citação acima, como racional e necessário, resultando na necessidade de melhorias na ferrovia responsável por seu escoamento. Quanto mais mercadorias produzidas, mais a ferrovia lucraria e poderia investir em seu

aprimoramento, por sua vez, reduzindo o preço para o escoamento das mercadorias. Esse círculo virtuoso pode parecer muito razoável na teoria, porém na prática – e esse aspecto não é jamais citado no livro de Ivan Borgo – a ferrovia operou em regime de déficit de 1904 a 1938. No balanço anual apresentado pelo engenheiro Araripe (1954, p.88-89) em seu livro, até 1938 todos os anos, com exceção de 1921, tiveram montante de despesas maior que o de receitas.

A região atravessada pelos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas prosperou, mas não na proporção de satisfazer às necessidades da estrada, que sempre viveu em regime de “déficit”, até 1939, já na administração da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia.” (Ibid., p.64).

Apenas com a alteração na carga principal operada pela ferrovia, que passa a ser o minério de ferro na década de 1940, a Estrada de Ferro Vitória a Minas passa a ter lucros anuais,²⁷³ em um contexto em que o governo Vargas promovia grandes investimentos no setor da mineração de ferro e siderurgia, na assim chamada indústria de base que também era apresentada como uma necessidade para o desenvolvimento do país.²⁷⁴ Como relata Araripe (1954, p.59-60), a Estrada de Ferro Vitória a Minas foi incorporada à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia pelo Decreto n. 2.351, de 28 de junho de 1940. Esta última empresa, bem como a Companhia Itabira de Mineração, foram incorporadas à Companhia Vale do Rio Doce S.A., criada em 1942, com controle acionário do governo federal.²⁷⁵

O engenheiro Araripe (1954, p. 61) também deixa claro que foi levantado capital na Europa na década de 1900, quando foi criada a Companhia organizada para construir e explorar a Estrada de Ferro Vitória a Minas:

Com a garantia de juros de 6 % ouro, sobre o capital a ser invertido, conseguiu a Companhia levantar empréstimos na Europa, emitindo debêntures de 500 francos cada uma, a juros de 5 %, aceitas nas praças de Paris e Amsterdam.

A “garantia de juros de 6%”, como apontam os economistas Faleiro e Vargas (2012, p.20), era assegurada pelo governo federal, ou seja, na década de 1900 a Estrada

²⁷³ Os balanços positivos após 1940 aparecem nas planilhas publicadas por Araripe, porém, sem analisar todos os dados, não podemos afirmar o que significava lucro naquele caso: é possível que, com a estatização, parte dos investimentos tenha saído da contabilidade da firma e virado despesa estatal.

²⁷⁴ É importante destacar também a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, também por Decreto de Getúlio Vargas.

²⁷⁵ A Vale foi privatizada em 1997 – com financiamento subsidiado, disponibilizado aos compradores da empresa pelo BNDES –, e controla até hoje a ferrovia Vitória a Minas, que transporta minério de ferro e faz transporte de passageiros.

de Ferro Vitória a Minas era um investimento privado em que os riscos eram assumidos pelo poder público:

Cabe salientar a centralidade do poder público neste processo, pois, apesar de se tratar de uma iniciativa privada, a EFVM sempre contou com garantias de juros de 6% sobre o capital investido pelo governo federal extinguindo o risco e atraindo os investimentos.

O governo federal, portanto, estava por detrás dessa ferrovia já na chamada República Velha. O processo de “integração do território”, citado por Carlo Eugênio Nogueira como intensificado a partir da década de 1930, já vinha acontecendo de forma planejada pelo Estado anos antes, ainda que mais lentamente. Ao contrário da formulação vista mais acima segundo a qual a ferrovia era uma “necessidade” e “criava as condições para seu próprio crescimento” (BORGIO et al., 1996, p. 106), entendemos que a construção e operação da ferrovia não pode ser justificada exclusivamente por sua viabilidade técnica ou competitividade em comparação com outros modais de transporte como a navegação e as estradas de rodagem. Pensamos a Estrada de Ferro Vitória a Minas como uma forma de territorialização do capital e de investimento de capital fictício planejada e garantida pelo Estado, já que o fundo público estava comprometido com eventuais “buracos” nos “lucros” provenientes do transporte de mercadorias e passageiros. De forma fetichista, antes mesmo da primeira viagem de trem o retorno do capital era o que havia de mais garantido, de mais “sólido”, fosse na forma de lucro – sobre o preço cobrado para transportar as mercadorias – ou de juros.

A outra obra de referência publicada nos anos 1950 sobre a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas é o livro do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (1959), no qual ele relata em primeira pessoa suas memórias na construção daquela ferrovia, na qual trabalhou de 1905 a 1931. Almeida conta dezenas de histórias sobre caboclos, benzedeiros, sobre as ilhas e afluentes do rio Doce, e sobretudo as suas relações com os trabalhadores mobilizados para a construção da ferrovia: viagens nas “selvas” desconhecidas, greves devido a atrasos nos pagamentos, relações ora mais pacíficas, ora mais violentas com os indígenas. Enquanto o livro do engenheiro Araripe (publicado em 1954 pela Companhia Vale do Rio Doce em meio às comemorações do cinquentenário da *Vitória a Minas*) é mais institucional, a obra de Almeida, publicada pela editora carioca José Olympio, é sobretudo um livro de memórias e casos pitorescos²⁷⁶, e inclui, por este

²⁷⁶ O prefácio do livro de Almeida (1959) é assinado pelo folclorista Câmara Cascudo. Além disso, Almeida foi sogro do folclorista Guilherme Santos Neves que, como veremos, foi o primeiro a pesquisar o congo

motivo, diversos relatos sobre as populações indígenas²⁷⁷, que ele conheceu de perto, e que nas suas formulações também se dividem nos dois grandes grupos mencionados pela historiadora Vania Moreira (2017), os “índios civilizados” e, nas palavras de Ceciliano Almeida (1959), os “selvagens do Rio Doce”.

Almeida relata que o baixo rio Doce, nas proximidades das lagoas e do litoral, era habitado por “índigenas” ou “caboclos civilizados” de origem tupi, ao contrário dos chamados “aimorés” ou “botocudos” que viviam mais para o interior: “Há muitas dezenas de anos habitam numerosos indígenas, mais ou menos civilizados, as lagoas situadas nas proximidades do Rio Doce e da costa marítima. Estes caboclos civilizados não são de origem aimoré e sim tupi” (ALMEIDA, 1959, seção 2 cap.IV). A palavra *caboclo*²⁷⁸, para Ceciliano Abel de Almeida (1878-1965), parece ter o mesmo significado que temos apontado para aquele período, no Brasil e sobretudo no Espírito Santo, referindo-se aos “índios civilizados” que Saint-Hilaire, como vimos no capítulo 2, já havia mencionado no início do século XIX quando, próximo à foz do Rio Doce, na margem esquerda (norte), encontrou quatro cabanas “habitadas por índios civilizados” que plantavam mandioca, abóboras e melancias e que, no entendimento de Saint-Hilaire ([1833] 2020, p.102), “mesmo civilizados, [...] conservaram, com seu caráter, muitos dos antigos hábitos.”

Ao contrário dos “caboclos civilizados” que viviam próximos do litoral, mais a montante do rio Doce os trabalhadores da *Companhia Vitória a Minas* viviam frequentemente preocupados com os possíveis ataques dos “Crenaques, [...] da outra banda do rio”. Esses indígenas crenaques, que “são botocudos, isto é, Aimorés” (Ibid.), em alguns momentos e contextos tinham relações pacíficas com a Companhia e com a Inspeção de Proteção aos Índios, que instalou por volta de 1910 os “postos de Aimorés, Resplendor e Pancas.” Nesses postos, buscavam atrair os indígenas, repetindo grosso modo a estratégias dos aldeamentos jesuítas dos séculos XVI a XVIII. Nos casos de

capixaba como manifestação cultural e folclórica. Almeida é também avô de Ana Maria Machado, autora de livros infantis, alguns deles com temática indígena.

²⁷⁷ Entendemos, portanto, que os “índios selvagens” e os “caboclos civilizados” do rio Doce interessavam, naquela época, muito mais aos autores de livros de memórias ou aqueles ligados ao folclore do que ao engenheiro Araripe ou ao geógrafo Deffontaines, que dedicam àquelas populações poucas frases, marcadas por um olhar distanciado.

²⁷⁸ Importante ressaltar que os “índigenas mais ou menos civilizados”, na frase seguinte, são citados como “[e]stes caboclos civilizados”, em referência às mesmas pessoas. Em outro momento de seu livro, quando navegava o rio Doce, próximo a Colatina, Almeida (1959) menciona “o caboclo, o barqueiro do Rio Doce”. Saint-Hilaire (2020, p.82), em 1818, já notava que os “índios civilizados” do litoral eram “exímios no mar”. Em Minas Gerais, Almeida menciona o “mameluco Antônio Máximo de Oliveira, o Cabo Máximo,” fundador de um povoado encravado na mata, e que era homem “de mestiçagem luso-botocuda.” Este “mestiço”, Almeida não chama de “caboclo”, mas de “mameluco”.

epidemias, relata Almeida que os “médicos da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas” lhes atendiam gratuitamente. Assim, essa companhia, embora se tratasse de uma empresa privada, se misturava com o Estado em diversos aspectos que iam desde a “civilização dos selvagens” até os subsídios aos investidores.

Nem sempre, contudo, a relação com os crenaques era pacífica: em outros contextos, como relata Almeida (1959) sobre uma situação anterior a 1910, “recusaram presentes que, com outros engenheiros da Companhia, lhes oferecemos e sobre nós atiraram um chuva de flechas.”

Nesses dois livros escritos por engenheiros que participaram do processo de “desbravamento das selvas do rio Doce”, aparecem aspectos diversos e contraditórios do avanço da fronteira norte capixaba no início do século XX. No livro do engenheiro Araripe, mais voltado para grandes descrições do progresso trazendo a “elevação dos padrões de vida”, observamos balanços contábeis da Companhia Vitória a Minas e detalhes sobre o levantamento de capital “a juros de 5%” nas praças de Paris e Amsterdam; enquanto o engenheiro Almeida mostra como os trabalhadores da empresa, ao menos nos anos iniciais, travaram complexas relações com os “selvagens do rio Doce”, às vezes trocando presente e às vezes fugindo de flechas²⁷⁹, além das relações com os “caboclos civilizados” que, como Almeida relata, eram frequentemente mobilizados para a navegação do rio Doce.

Tendo em vista o papel estratégico da Estrada de Ferro Vitória a Minas e os grandes investimentos necessários para sua construção e manutenção, o Estado esteve presente de diversas formas, desde o início do processo, embora a ferrovia fosse propriedade de uma empresa privada de 1904 a 1940. Nas próximas seções deste capítulo, buscaremos elaborar uma formulação inicial – a ser aprimorada por outras pesquisas – para a compreensão desse processo histórico-geográfico de avanço da fronteira norte capixaba como um processo de territorialização do capital que se deu não apenas devido ao heroísmo isolado de desbravadores e pioneiros – ou, sob outro ponto de vista, desmatadores e pistoleiros –, mas sobretudo como um processo que diversas instâncias de planejamento em formação buscaram planejar e tornar acional: ainda que os resultados frequentemente fossem diferentes dos planejados, as instituições responsáveis por fiscalizar, levantar dados geográficos e demográficos tinham entre suas atribuições

²⁷⁹ Não aparecem no relato de Almeida (1959) ataques armados dos funcionários da empresa aos “selvagens”, mas é bastante possível que tenham ocorrido.

também as de planejar e deliberar sobre as mudanças de rumos necessárias. Tudo isso a partir de um corpo de funcionários em processo de institucionalização, trabalhadores intelectuais públicos e privados: no caso das Estradas de Ferro, sobretudo engenheiros que o Brasil já formava desde o século XIX.

Antes dessa nossa formulação voltada para o litoral norte capixaba, porém, é necessária ainda uma última revisão bibliográfica de pesquisas recentes que se inserem em uma certa “virada” na historiografia e também na antropologia, ramos do conhecimento cujos fundamentos teóricos não são aqui tematizados a fundo, mas que sem dúvida contribuem para que a nossa formulação do processo de “avanço da fronteira” seja radicalmente crítica às explicações geográficas e historiográficas que entendemos como hegemônicas.

3.9. Outras abordagens e críticas para formularmos o “avanço da fronteira” no norte do Espírito Santo

Pensar em “fronteira econômica”, como vimos, talvez signifique necessariamente uma comparação implícita com os EUA, tendo em vista a influência de formulações já clássicas sobre este conceito. Assim como no capítulo anterior lidamos com as “velhas narrativas” sobre as populações de “vadios” avessos ao trabalho como um conjunto de ideias ao mesmo tempo falsas e reveladoras de aspectos reais das relações sociais – naquele caso, a constatação de que algumas pessoas conseguiam sobreviver e se reproduzir em seus territórios com quase nenhuma necessidade de dinheiro, situação que os autores dos textos consultados viam como “indolência” ou “miséria”²⁸⁰ –, neste capítulo, mais do que propor que o conceito de *fronteira econômica* deva ser abandonado, nos interessa refletir criticamente sobre o que revelam o seu uso e sua predominância a partir dos anos 1930.

É importante constatar que a introdução do conceito *fronteira* no pensamento sobre o Brasil foi historicamente constituída e inserida em um contexto que pressupunha um rumo conhecido para a superação do subdesenvolvimento e a chegada ao desenvolvimento, a partir do planejamento centralizado no Estado nacional, seguindo o

²⁸⁰ Entre as várias fontes abordadas no capítulo anterior, retomemos o artigo de jornal não assinado que afirmava, sobre “certas partes” do município de Santa Cruz: “conclui-se perfeitamente que dessa vida miserável e odiosa, esse povo desgraçado tira o necessário para sua subsistência!” (O Espírito-Santense, 1882, ed. 67, p.3).

modelo do país que, após ter sido colonizado, “deu certo”.²⁸¹ O movimento da fronteira, para políticos como Vargas (1941), era uma necessidade urgente (“precisamos promover essa arrancada”), enquanto Deffontaines (1959) descrevia aquele movimento com “especial simpatia” pelos “pioneiros” que o executavam. O conjunto de críticas que temos feito, desde o capítulo 1, a esse tipo de formulações apologéticas à modernização indica a relevância de examinarmos também outros conceitos, como o de *sertão*, muito mais antigo na língua portuguesa, além da conveniência de se pensar outros conceitos menos carregados pelo uso.

É o que fez a historiadora Vania Moreira, principal referência nos estudos sobre povos indígenas no Espírito Santo. Ela se preocupou no começo dos anos 2000 com a “ilusão das terras devolutas” (MOREIRA, 2005) e com a questão da “produção histórica dos vazios demográficos” (MOREIRA, 2000). Tratou-se de uma inovação na historiografia capixaba que, até então, costumava aceitar mais ou menos acriticamente a ideia corrente de que o Espírito Santo tinha amplas extensões de terras sem gente, o que aparece em várias obras sobre o “desbravamento” ou “povoamento” do estado, como o já citado livro de Ivan Borgo e colaboradores (1996), *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)*.

Ao estudar a complexa relação entre a “civilização” e os sertões no Espírito Santo do século XIX, ao contrário de interpretações que demarcam uma *fronteira* ou *frente pioneira* e entendem que, para além dali, haveria *terras devolutas* ou *espaços vazios*, Moreira (2017) busca evidenciar os trânsitos e contatos entre o que ela define como o “mundo policiado” e os “sertões”.

A ideia de “sertão”, conforme ela enfatiza, “era cara aos homens e mulheres do mundo colonial brasileiro e tinha um sentido bastante compartilhado entre eles. Resumidamente, o sertão se definia em oposição ao chamado mundo ‘policiado’” (MOREIRA, 2017, p.107). Ela ressalta que desde os textos do jesuíta Manoel de Nóbrega (1517-1570) aparecem os conceitos “polícia” e “policiado”, com o sertão sendo entendido como uma área que “não se assemelhava à ‘civilização’ e nem tampouco estava sob a jurisdição política da monarquia portuguesa e do ‘bom governo’” (Ibid., p.108).

²⁸¹ Conferir a formulação de Erick Kluck (2016, p.184-192) sobre como a crise de 1929 teve como consequência um novo paradigma (surgido nos EUA) para o desenvolvimento capitalista, em relação à importância adquirida pelo Estado e pelo planejamento estatal na generalização das relações capitalistas.

A formação histórica brasileira, ressalta Moreira, está ligada à conquista civil, religiosa e militar dos sertões – talvez, ao contrário dela, pudéssemos colocar a conquista militar em primeiro lugar na lista por motivos cronológicos, ainda que as conquistas se deem ao longo de um período, e com idas e vindas: não de forma imediata, nem linear, nem de uma vez por todas. É essa conquista longa que Moreira enfatiza, ao lembrar os encontros e conflitos que ocorreram nos territórios próximos às fronteiras ou, em outras palavras, na “zona de contato”, termo utilizado por Mary Louise Pratt inicialmente para estudos linguísticos e em seguida para uma série de situações coloniais:

A formação histórica brasileira liga-se de maneira muito íntima à conquista (civil, religiosa e militar) dos sertões e aos encontros, conflitos e mestiçagens entre afro-luso-brasileiros e índios em lugares e em situações que a historiografia tem chamado de “fronteira” e que Mary Louise Pratt prefere denominar como “zonas de contato”. Para Pratt, este termo é preferível porque evoca “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam.” Em razão disso, ela define as zonas de contato como “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações bastante assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo.” (MOREIRA, 2017, p.108-109)

A novidade e o interesse das formulações de Moreira e de Pratt está no fato de enfatizarem o contato ao invés de repetirem a ideia do avanço da fronteira da civilização/economia sobre vazios, ou ao contrário ainda das várias formulações em que, com o avanço da fronteira, os indígenas ou caboclos prontamente “recuam”, “abandonam a área” ou “se mudam” (DEFFONTAINES, 1947; MARANGONI, 2001 apud BOECHAT, 2009; A GAZETA, 1985). Como vimos, esse tipo de formulação aparece também no relato das pessoas entrevistadas por Piccoli (2020, p.88, grifo nosso) no médio rio Doce: “Tinha gente [...], os índios, mas **meu avô conta que não teve contato** com eles, pois quando o povo italiano começou a chegar, eles se esconderam mais pra dentro da mata”. Na formulação de Moreira e Pratt, a ênfase é justamente nesse contato, que talvez tenha sido mais comum do que alguns “avós” contaram.

Uma “zona de contato” pressupõe relações – que podem ser mais violentas ou mais pacíficas, mediadas ora pela pólvora, ora pela cruz, ora pelo comércio de mercadorias – enquanto o avanço da fronteira, ao menos em algumas formulações, pode se assemelhar a um monólogo²⁸² da civilização avançando sobre “espaços vazios”.

²⁸² “O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório.” (DEBORD, [1967] 2019, § 24). Os textos geográficos sobre avanço da fronteira também

Porém, por outro lado, quando Moreira e Pratt consideram que, antes do contato, havia “sujeitos anteriormente separados”, é possível ver em tal formulação uma ontologia da forma-sujeito. Sem adentrarmos nessa seara já mencionada no início deste capítulo quando abordamos o “homem” que aparece nos textos de La Blache e Deffontaines, podemos brevemente recordar o capítulo anterior, quando encontrávamos nas cartas do padre Anchieta que a maior dificuldade para a conversão dos indígenas era “sobretudo faltar-lhes temor e sujeição”, em sentido religioso e também secular, como comenta o antropólogo Viveiros de Castro (2002, p.216-217): “não podiam servir a um Deus soberano porque não tinham soberanos nem serviam a alguém. Sua inconstância decorria portanto da ausência de sujeição”.²⁸³

Essa zona de contato, inicialmente contato entre indígenas e portugueses, foi se tornando mais complexa com o tempo, com os sertões abrigando “escravos fugidos, salteadores e ‘vadios’” (MOREIRA, 2017, p.109). Este último grupo dos “vadios”, como já vimos, era bastante diverso, incluindo indivíduos que não se enquadravam a contento na ordenação social estamental da época, podendo assim ser considerados “desclassificados” na definição de Laura de Mello e Souza (2015). A zona de contato incluía, portanto, indígenas, africanos e afrodescendentes “fugidos das zonas coloniais e uma variedade de mestiços” (MOREIRA, 2016b, p.88), que migravam para os sertões, formando novas sociabilidades e experiências. Contudo, do ponto de vista da minoria de pessoas alfabetizadas da época, autoras dos documentos históricos a que temos acesso, permaneceu a percepção dos sertões como zonas diferentes e opostas àquelas “conquistadas e ‘policiadas’; afinal, além de reunir povos autóctones, passou a ser também o refúgio daqueles que fugiam da sociedade colonial. (Ibid.)

Vania Moreira (2017, p.109-110) ressalta que “os sertões e suas populações, ao ingressarem no mundo policiado, pelo uso da força e/ou da persuasão, não se tornavam um reflexo fiel ou mal ajambrado da ‘civilização cristã’ europeia.” Por isso, “em lugar da ideia de uma ‘aculturação’ bem ou mal sucedida”, ela e outros pesquisadores têm preferido “conceitos mais dinâmicos e relacionais, como transculturação, hibridização e

podem ser espetaculares nesse sentido do “monólogo laudatório”, além de outros sentidos do espetáculo para Debord, como vimos no capítulo 1.

²⁸³ Para o debate aprofundado sobre a forma-sujeito, que no sentido aqui tematizado corresponde ao sujeito no capitalismo e nesse sentido teve início e pode ter fim, conferir o último capítulo “Crise da Forma-Sujeito” em JAPPE (2019) e, em caráter mais introdutório, a entrevista do Prof. Dieter Heidemann e colaboradores em <[<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4598-robert-kurz-\(1943--2012\)>](http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4598-robert-kurz-(1943--2012))>.

mestiçagem”, para dar conta da complexidade dos conflitos e das acomodações que moldaram as sociedades coloniais e pós-coloniais da América.

De forma a exemplificar a mudança dos estudos que tematizavam a *aculturação* para as abordagens mais recentes mencionadas por Vania Moreira, podemos recordar uma formulação de Darcy Ribeiro em 1970 sobre populações indígenas no nordeste brasileiro. Como relata João Pacheco de Oliveira (2016, p.197):

Utilizando-se de imagens fortes, [Darcy Ribeiro] fala em “resíduos da população indígena do nordeste”, ou ainda em “magotes de índios desajustados”, vistos nas ilhas e barrancos do São Francisco (Ribeiro 1970:56). Recorda com tristeza que até mesmo “os símbolos de sua origem indígena, haviam sido adotados no processo de aculturação” (Ribeiro 1970:53), o que exemplifica com os Potiguara, que em suas danças utilizavam instrumentos africanos — zambé e puitã — “acreditando serem tipicamente tribais” (Ribeiro 1970:53).

Em referência a outra população indígena do nordeste do Brasil, os Xucurus, Darcy Ribeiro se questionava sobre se seu principal culto teria origem indígena ou não, uma vez que a tribo teria “perdido o idioma e todas as práticas tribais, exceto o culto do Juazeiro Sagrado, se é que este cerimonial fora originalmente deles” (RIBEIRO, apud PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.197). Para o antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016, p.268), pelo contrário, mais do que determinar quais aspectos culturais seriam originalmente indígenas, para ele importa “descrever e interpretar [...] o variado jogo de articulações existente entre as instituições nativas e coloniais, inclusive possibilitando caracterizar a diversidade de contextos socioculturais em que são atualizadas [...]”

Em busca de formular “*uma etnologia dos ‘índios misturados’?*” (título de um de seus artigos, com a interrogação talvez indicando as desconfianças que tal proposta teórica encontrou), Pacheco de Oliveira acaba usando as formulações de Darcy Ribeiro mencionadas acima como contraponto para suas próprias propostas.

A oposição entre tradicional e moderno sempre me pareceu pouco operativa para compreender os discursos e as estratégias indígenas, funcionando apenas como uma replicação da representação de senso comum quanto à crença na inexorável desaparecimento dos índios e da sua transformação em brasileiros. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016, p.268).

No contexto do Espírito Santo, o *congo*, atualmente considerado uma das principais expressões culturais capixabas, mistura diversas características afro-brasileiras e indígenas, e tem uma continuidade direta com os “batuques” que em alguns contextos foram proibidos nas cidades e vilas, passando a ocorrer em lugares mais afastados ou nos “sertões”. Por isso, é relevante questionarmos os motivos do aparente estranhamento do

antropólogo ao observar danças que os indígenas consideravam como “suas” mas que teriam, na verdade, influências africanas. Tal estranhamento – e subestimação da inteligência pelos indígenas aculturados, tidos como ingênuos que não sabem que a “sua” cultura é na verdade mera imitação de danças africanas – parece ter ocorrido a partir do pressuposto de que índios “puros” têm expressões culturais “tipicamente tribais” ao contrário dos “índios desajustados” (Ribeiro, apud OLIVEIRA, 2016). Pacheco de Oliveira interpreta que, para Ribeiro e outros antropólogos de sua geração, os “índios do Nordeste não teriam mais importância como objeto de ação política (indigenista), nem permitiriam visualizar perspectivas para os estudos etnológicos” (Ibid., p.197).

A busca pelo “índio puro”, relata Pacheco de Oliveira, fez com que a caracterização “índios misturados” aparecesse para pesquisadores do século XX como um estigma. São bastante diferentes as conclusões quando os pressupostos do pesquisador incluem os contatos e conflitos ocorridos em séculos de colonização. Daí também a relevância de se pensar a fronteira como uma zona de contato, mais do que como uma linha que, embora se movesse ao longo do tempo, delimitaria de forma clara, para cada momento dado, os limites das *fronteiras econômicas*, sendo objetivo do Estado planejador agir para que “as fronteiras econômicas coincidam com as fronteiras políticas”, como vimos no discurso de Vargas (1941).

Na formulação de Martins (2009), a fronteira econômica delimita até onde iria a *moderna* produção capitalista, com o *não-moderno* ou *tradicional* situado para além da frente de expansão. E entre estas duas frentes, existiria a “situação de fronteira” de fato, em uma “zona” entre estas duas frentes ocupada pelos “agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista”.²⁸⁴

As zonas de contato no Espírito Santo, em alguns casos de “longa duração” (MOREIRA, 2017) podem se assemelhar, em certos contextos, a essa “situação de fronteira” descrita por Martins (2009, p.132-133), onde ocorreriam os conflitos e lutas mais intensos, onde indígenas e outras populações são “alcançados pela violência dos grandes proprietários de terra, pelos assassinatos, pelas expulsões, pela destruição de casas e povoados.”

²⁸⁴ Para Martins (2009, p.138), “entre a fronteira demográfica [ou frente de expansão] e a fronteira econômica [ou frente pioneira] há uma zona de ocupação pelos agentes da ‘civilização’, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, de inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas, etc.”

Nas próximas seções, encontraremos para o caso do Espírito Santo exemplos de pistoleiros a mando de latifundiários e incêndios de habitações. Mas também encontraremos contextos territoriais onde, embora permeadas por outros tipos de violência e pela frequente acusação de “vagabundagem” já abordada em nosso capítulo 2, as populações locais viveram um contato de longa duração com o “mundo policiado”, conseguindo manter uma relativa liberdade e autonomia durante várias décadas, embora vários processos modernizadores fossem ocorrendo e, em alguns aspectos, mudando suas vidas cotidianas. Essa diversidade de casos específicos aparecerá nas próximas seções, bem como algumas repetições de padrões, como as mudanças das sedes municipais acompanhando o progresso econômico no sentido do litoral para o interior e do sul para o norte.

3.10. Os quilombos, a função policial do Estado, o congo e o cauim

As últimas seções deste capítulo vão lidar sobretudo com as populações do litoral norte do Espírito Santo em mediação com o restante da sociedade “civilizada”, ou seja, eram pessoas que apareciam nos censos, frequentavam igrejas ou festas religiosas, compravam algumas mercadorias, embora a maior parte de sua reprodução social não passasse pelos mercados. Não eram pessoas se escondendo cada vez “mais pra dentro da mata” como na formulação dos entrevistados por Piccoli (2020) sobre os indígenas que fugiram quando da fundação de Colatina e Itapina.

Nesta seção, porém, após leituras críticas de diversas formulações sobre o Espírito Santo, iniciamos nossas próprias interpretações sobre o processo de avanço da fronteira voltando nossa atenção para o “sertão” que, como já vimos, era conceito muito difundido entre os brasileiros do século XIX e início do XX para designar territórios fora do “mundo policiado” (MOREIRA, 2017) ou, em uma expressão mais recente, situados para além da fronteira econômica. Dada a dificuldade de fontes para a compreensão da vida cotidiana de pessoas que estavam fora dos mapas e dados populacionais, é difícil pensar qualquer resposta à questão que Gabriel Lopes (2022) se colocou: “quem ocupava essas terras no período anterior ao processo de territorialização das ações estatais?” Justamente, por definição, se não havia presença do Estado, aquelas pessoas não eram contadas nos censos e nem apareciam em outros tipos de documentos oficiais. Mas, buscando apontar caminhos para esse difícil problema relacionado à existência ou inexistência de fontes históricas – não especificamente para o contexto territorial estudado por Lopes (2022),

mas de uma forma mais geral ao pensarmos padrões de territorialidade nos “sertões capixabas” e aspectos culturais a eles relacionados, buscaremos nesta seção articular, ainda que por hipóteses, a relação entre os “sertões” e os quilombos, o congo e o cauim no século XIX, bem como a função estatal de coibir sobretudo os quilombos mas também certos “costumes bárbaros” por vezes considerados incompatíveis com o objetivo de “civilização dos índios”.

São muitos os registros de tropas e guerrilhas enviadas pelo governo da província do Espírito Santo contra os quilombos para assegurar a “tranquilidade pública”. A geógrafa Simone Ferreira relata que em 1827, num abaixo-assinado enviado ao Governo da Província do Espírito Santo, um grupo de proprietários, cidadãos e negociantes de São Mateus reclama da “incomparável inércia dos magistrados desta vila”, que “deixaram criar um quilombo” com cerca de 90 pessoas munidas de pólvora e chumbo (FERREIRA, 2009, p.78-79). A autora também relata correspondências oficiais de outros anos, como em 1849, quando o delegado de polícia da Vila de São Mateus escreveu para o presidente da província, em Vitória, afirmando ser necessária a criação, em São Mateus, de “uma guerrilha para darem nestes quilombos. Eu podia ajuntar alguma força e ter mandado dar nos quilombos, mas estes homens querem se lhes dê de comer e serem pagos, e querem munição” (Ibid., p.80-81). O delegado, portanto, não tinha orçamento para pagar e armar a quantidade necessária de homens.²⁸⁵

Nas páginas do *Correio da Victoria*, jornal publicado na capital do estado de 1849 a 1872, encontra-se outro exemplo importante do debate sobre os quilombos nos sertões, embora essas duas palavras não apareçam, sendo substituídas respectivamente por “escravos fugidos” e “florestas”. Trata-se de uma coluna anônima, assinada por um “roceiro prejudicado:

Correspondência

Sr. Redator

Bem longe estava eu de pensar que em alguma ocasião me propusesse a ocupar as colunas de seu acreditado e honesto jornal com a emissão de meus toscos pensamentos, e a importunar o público ilustrado com os traços de uma mal aparada pena, que só se limita a explicar lá da roça as necessidades domésticas, e a exigir cá da cidade as providências para repará-las; mas observando em um perseverante esquecimento um dos mais importantes serviços, a que tem

²⁸⁵ Consta no Relatório de 1849 do presidente da província: “A assembleia provincial, compenetrada do dever de exterminar esses quilombos, havia designado quantia para armar-se uma guerrilha com o fim de debelá-los, módica porém foi ela, e por isso, quando V. Ex. investiu-me do governo, já tinha sido esgotada, sempre porém com algum proveito. [É necessário] abrir incessantes hostilidades contra esses ajuntamentos ilícitos, pois tenho a firme persuasão que é este um dos maiores serviços que se pode legar à província (ESPÍRITO SANTO, 1849, p.9).

direito a agricultura do nosso país, de cujo manancial rebentam os auxiliares da indústria, do comércio, e das artes, e formam o grande todo da riqueza pública, (refiro-me à **captura de escravos fugidos**) indispensável é que deixando por esta vez de parte este natural acanhamento de roceiro me abalance a perguntar **por que motivo se não têm empregado os meios convenientes, e tão atendidos pelas assembleias provinciais em seus respectivos orçamentos para dispensar esses inumeráveis povoadores das nossas florestas**, que percorrendo impávidos diferentes lugares, e até as próprias estradas do Sacco, Campobina, e Pedra da Mulata afrontam com escárnio o direito de seus senhores sem temerem os recursos da emboscada, ou as diligências da apreensão? (Correio da Victoria, 1855, p.2, grifo nosso).

Após longo floreio e elogio ao jornal, o autor anônimo (e não podemos ter certeza de que se tratava mesmo de um “roceiro”, talvez fosse um personagem criado pela redação do jornal) especifica sua reclamação: o governo da província não estava atuando com os “meios convenientes” para capturar os escravos fugidos.

O “roceiro prejudicado”, que escreve cinco anos após a proibição do tráfico negreiro, argumenta em seguida que “Se no tempo da lícita importação de Africanos” esta medida já era necessária para “moralizar a escravatura” e “fazê-los dedicar-se ao trabalho”, naquele momento em que ele escrevia (1855), era muito mais necessária a captura dos fugitivos, pois “a lavoura ressentia-se do desfalque de tantos braços”. Era, portanto, uma “necessidade palpitante” trazer de volta “tantos desobedientes”, aqueles que no parágrafo anterior tinham sido descritos como “inúmeros povoadores das nossas florestas”.

O autor anônimo da correspondência conclui:

espero, Sr. Redator, que o Exm. Sr. presidente da província, desvelado como tem sido em promover o bem público dela, lance suas vistas sobre este ramo de interesse público facilitando quanto antes os meios mais azados [ágeis] para que estes escravos se recolham à casa de seus senhores (Correio da Victoria, 1855, p.2).

O bem público, no caso, coincidia com o interesse dos proprietários de escravos, incluindo o “roceiro prejudicado” que publicou o texto no jornal. O interesse dos “inumeráveis povoadores de nossas florestas”, de acordo com o costume da época, não fazia parte do “interesse público”, uma vez que essas pessoas dos sertões não tinham existência oficial, não eram contabilizadas nos recenseamentos, não eram sujeitos de direitos ao mesmo tempo em que não se sujeitavam ao Imperador enquanto súditos. Os “escravos fugidos” – na expressão usada pelo autor, hoje poderíamos chamá-los quilombolas – estavam em situação semelhante à dos “índios selvagens”, e diferente da dos “índios civilizados”, uma vez que estes últimos eram todos listados nos

recenseamentos, nos quais apareciam ainda suas idades, religião (todos católicos, ao menos no papel²⁸⁶) e profissões como “lavrador” e “parteira”, ainda que essas profissões pareçam ser atribuídas de forma um tanto artificial, conforme nossa discussão no capítulo 2 sobre os dados de 1843 utilizados por Tatiana Oliveira (2020).

Ou seja, os “índios civilizados” estavam inseridos na ordem da província como súditos do Imperador, seguidores das leis brasileiras e da religião de Estado, sendo importante lembrar que a autonomização (aparência de autonomia) entre Igreja e Estado entra na legislação brasileira apenas após a proclamação da República. Porém, como argumentou Vania Moreira (2017), apesar da diferença aparentemente bem definida entre “índios civilizados” e “índios selvagens”, havia trânsitos e contatos entre os “sertões” e o “mundo policiado”, com influências nas práticas que hoje entendemos como de reprodução social e cultural, práticas misturadas pois a autonomização entre trabalho e lazer dificilmente faziam parte do cotidiano daquelas pessoas.

Simone Ferreira (2009, p.72-75) apresenta ainda uma listagem de quilombos formados no Espírito Santo no século XIX. Em sua lista, a maior quantidade de quilombos relatados estavam próximos de São Mateus, no extremo norte do estado, ou de Itapemirim, no sul do estado. Não há menções a quilombos na região de nosso interesse (nos atuais municípios de Aracruz e Linhares), o que corrobora as conclusões do capítulo 2 sobre uma menor população africana e afrodescendente, naquele período, na região “litoral norte capixaba” situada até a foz do Rio Doce, em comparação com o “extremo norte”. Ainda assim, a temática dos quilombos no Espírito Santo precisa ser mencionada aqui, em primeiro lugar porque os quilombolas, em suas fugas, podem ter transitado pelos sertões próximos dos rios Doce, Riacho, Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim. E em segundo lugar, devido ao fato de que os grupos “índios selvagens” e “quilombolas” ocupavam frequentemente os mesmos sertões e talvez na realidade não fossem tão nitidamente divididos como parecem a partir do discurso das elites assustadas com os “botocudos” e os “quilombolas”. O congo e as *cauinagens*, festas com consumo do cauim, que hoje podem ser entendidos como manifestações culturais, são exemplos de momentos em que negros e indígenas realizavam, no território *sertão*, práticas que não eram aceitas nas cidades, vilas ou aldeias.

²⁸⁶ Conforme os dados estatísticos listados por MARQUES (1878, p.204, 208), a população da província era dividida em “catholicos” e “acatholicos”, e 100% da população de Nova Almeida e Santa Cruz é listada como católica. Registra-se a presença de “acatholicos” (ou seja, protestantes), por exemplo, em Santa Isabel, atual município de Domingos Martins (Ibid., p.209).

Comecemos pelas cauinagens, nome arcaico dado ao consumo ritual da bebida chamada cauim, feita a partir de mandioca. Como relata o historiador Francisco Cancela, em 1803 na antiga capitania de Porto Seguro – que até 1822 incluía São Mateus – os indígenas faziam suas roças

de ordinário em bastante distância das suas vilas, procurando sempre lugares mais remotos para o fim de não serem corregidos pela justiça e poderem melhor usar das bárbaras bebidas do cauim, no qual destroem e consomem grande quantidade da mandioca que plantam. (Auto de 1803 apud CANCELA, 2012, p.238).

O mesmo auto, que buscava responder a uma pergunta da administração sobre qual era o “estado de civilização dos índios”, relata que estes últimos

não perdem os costumes bárbaros porque quando se juntam nos retiros onde tem as roças celebram certos dias as suas superstições com as suas danças e tupilhos chamados vanhú, pintados de jenipapo e tintas roxas (...). E quanto às índias mais velhas, viviam na mesma brutalidade usando nas roças das cachoeiras nuas da cintura para cima e conservando algumas superstições antigas, curando os doentes das enfermidades a que chamam mal da caipora e mal da lua (Auto de 1803 apud CANCELA, 2012, p.238).

Trata-se aqui, com outras palavras, do tema da “inconstância” dos indígenas que, apesar de vários esforços para a sua “civilização”, quando se juntavam nos “retiros”, relembavam seus “costumes bárbaros” que incluíam danças, pinturas corporais e atividades de cura por mulheres idosas. Os velhos costumes, como aparece no auto, apareciam sobretudo quando esses indígenas estavam distantes do “mundo policiado” (MOREIRA, 2017). É o que constatava outro documento do século XVIII, primeiro ao recomendar, para o “governo dos índios da Capitania de Porto Seguro”, a construção de casas dentro das vilas e aldeias: “Convém muito o viverem em famílias separadas e que todos façam casas dentro e não fora dos arrumamentos das vilas e aldeias”; e em seguida ao constatar a produção de cauim pelos indígenas como inevitável – podemos supor que devido à incapacidade institucional de se vigiar todos os indígenas o tempo todo –, mas sem dúvida uma prática a ser desestimulada, inclusive tendo em vista que a mandioca era a principal mercadoria produzida no sul da Bahia e em São Mateus:

[...] o cauim ainda que inevitável, porque a toda a hora e com mais facilidade o podem fazer, também é justo aproveitar todos os meios que o tempo mostrar para se lhes impedir e rebater a demasia, pois que para o fazerem costumam destruir grande parte das mandiocas. (Instruções para o governo dos índios da Capitania de Porto Seguro, apud CANCELA, 2012, p.332-334)

Nessas “instruções para o governo dos índios da Capitania de Porto Seguro”, portanto, o consumo do cauim significa a “destruição” – isto é, um uso diferente da venda – da mandioca, a principal mercadoria local.

O cauim também aparece em relatos sobre indígenas no litoral norte do Espírito Santo, sobretudo no século XIX, embora sem esse caráter de responsável pela “destruição” de mercadorias, provavelmente porque o plantio da mandioca, naqueles contextos territoriais, ocorria mais em roças voltadas para a subsistência.²⁸⁷ Em 1860, durante sua visita à província, o imperador Dom Pedro II relata o seguinte ocorrido na foz do Saí, pequeno rio no litoral do atual município de Aracruz:

“Quis provar a cauaba ou cachaça dos índios numa casa destes junto à foz do Saí²⁸⁸ onde se encontra a tal bebida; mas não a tinham. Dizem que é má, sendo feita de mandioca mastigada, que fermenta [...]” (diário de D. Pedro II, apud ROCHA, 2008, p.179)

Em obra publicada dois anos depois, o viajante francês Auguste François Biard, ao descrever sua estadia no litoral do atual município de Aracruz, relata a “festa de São Benedito, divindade de grande devoção dos índios. [...] Desde o momento em que esse tambor começa a ser tocado, não para mais, nem de noite nem de dia.” Em seguida, a descrição de Biard mostra a indissociabilidade entre a “festa de São Benedito”, a música e as bebidas tradicionais:

Não deixei de ir me divertir um pouco nessa festa que se realizava numa povoação chamada, se não me engano, destacamento.²⁸⁹ O Sr. X. fez-me companhia. Em todos os tetos em que entrávamos bebia-se “câouêba” e cachaça, e a pretexto de se cantar, berrava-se. Mantinham-se os homens sentados tendo entre as pernas um tambor primitivo fabricado com pequeno tronco de árvore oco coberto por um pedaço de couro de boi; outros homens esfregavam uns pauzinhos num instrumento feito de bambu todo entalhado. Ao som desse charivari, mulheres, mesmo velhas, dançavam devotamente um desgraçoso canção que mereceria certamente a reprovação de nossos virtuosos agentes de polícia. Depois de se ter dançado bem e melhor bebido e urrado, numa casa, ia-se fazer o mesmo numa outra habitação. Numa delas tive a coragem de beber numa espécie de cabaço a tal “câouêba”, o que fiz, aliás, para despertar simpatias e conseguir depois me permitissem uns retratos. Não ignorava como se prepara essa bebida: sabia que as mulheres idosas (são elas sempre as encarregadas das funções mais importantes) mastigam raízes de mandiocas antes de deitá-las numa vasilha; cada uma de sua vez cuspiam nessa

²⁸⁷ Em Linhares, como vimos no capítulo 2, há um relevante relato sobre roças que eram “*pequenas, como todas as roças de índios*” (Correio da Victoria, 1857, ed.74, p.3).

²⁸⁸ Atualmente, em Barra do Sahy (município de Aracruz), não há terras indígenas tituladas, mas há uma população de pescadores artesanais convivendo com os impactos dos empreendimentos vizinhos, como Estaleiro Jurong e Portocel. Cf. capítulo 5 desta dissertação.

²⁸⁹ Provavelmente a mesma localidade às margens do rio Piraquê-Açu, mencionada por Saint-Hilaire ([1833] 2020): “As casas de que se compõe PiriQuiassú ou Destacamento, são em número de sessenta e três. [...] Todas são construídas de madeira e barro, não são caiadas e têm uma cobertura de palha [...]” Os habitantes de Destacamento eram, segundo Saint-Hilaire, “todos índios civilizados”.

panela o conteúdo das suas bocas e deixavam a massa fermentar (BIARD, [1862] 2004, p.86).

As bebidas comuns na festa de São Benedito relatada por Biard são duas: além da cachaça, a “câouêba”. Enquanto a primeira certamente não existia na América pré-colombiana, a segunda, pela descrição de Biard, é feita de mandioca, com preparação similar ou mesmo idêntica à do cauim descrito em Porto Seguro em 1803 (CANCELA, 2012) e, muito antes, pelos padres jesuítas do século XVI, em diversos escritos compilados por Viveiros de Castro. Ao abordar a “inconstância da alma selvagem”, problemática em que os indígenas, mesmo convertidos ao cristianismo, voltavam em seguida a certos hábitos e crenças que os jesuítas consideravam inaceitáveis, Viveiros de Castro (2002, p.248) relata “o problema das cauinagens, grandemente aborrecidas pelos missionários, que percebiam sua perigosa relação com tudo que queriam abolir.”²⁹⁰

As semelhanças entre as descrições do cauim no século XVI e as fontes do século XIX sobre o Espírito Santo e Porto Seguro são muitas, mas uma diferença parece importante: após séculos de catequização, a devoção a São Benedito parece ter consolidado, em alguns contextos, as festas como legítimas e não mais alvo de proibição, embora sempre com a necessidade de acordos com autoridades civis e/ou religiosas, ficando permitidos os “batuques” e danças apenas nos dias festivos.

A partir dos relatos de Pedro II e Biard, os indígenas no Espírito Santo parecem livres para praticar suas festas com cauim e congo, pois não há registro de proibição, pelo contrário, o sincretismo das práticas tradicionais com a adoração a São Benedito parece mostrar a concordância da Igreja Católica. Nesses dois relatos de 1860 e 1862, não ficam explícitas quaisquer tentativas de proibir ou “civilizar” esses costumes locais do litoral norte capixaba, embora no relato de Biard as danças sejam consideradas indecentes – ele

²⁹⁰ A seguir, em itálico, algumas das fontes do século XVI utilizadas por Viveiros de Castro (2002, p.248-250): “Anchieta punha como um dos impedimentos à conversão do gentio *‘seus vinhos em que são muito contínuos e em tirar-lhos há ordinariamente mais dificuldade que em todo o mais...’* (1584) [...] *‘Seus prazeres são [...] ir à guerra, [...] beber hum dia e huma noute, sempre beber e cantar e bailar, sempre em pee correndo toda a Aldea [...]’* (Jacome 1551) [...] *‘el mucho vino que beven, hecho de raizes o frutas, que todo a de seer masticado por sus hijas y otras moças’* (Grã, 1554) [...] *‘excepto alguns, [a maioria dos indígenas mais velhos] parece quererem yoltar ao vômito dos antigos costumes, indo às festas dos seus misérrimos cantares e yinhos [...]’* (Anchieta 1555) [...] Viveiros de Castro afirma ainda que a “atitude dos jesuítas quanto à bebida recorda os discursos atuais sobre as drogas como fonte de todos os males e crimes, com a particularidade de que as cauinagens tupinambá eram uma intoxicação pela memória. Bêbados, os índios esqueciam a doutrinação cristã e lembravam do que não deviam. O cauim era o elixir da inconstância [...]” (Ibid.).

afirma que mereceriam a reprovação dos agentes de polícia franceses – e a música não lhe agrada: “a pretexto de se cantar, berrava-se”.

O *congo capixaba*, apesar de não aparecer com este nome nos relatos de Pedro II e Auguste Biard, tem seus antecedentes bem claros naqueles textos: aspectos da música, dos instrumentos, das danças e a devoção a São Benedito. Ambos os autores chamam atenção para o caráter indígena ou caboclo daquela música e dança: Pedro II, na mesma viagem de 1860, anotou em seu diário ter visto, próximo a Nova Almeida, uma “[d]ança de caboclos com as suas cuias”, e desenhou um dos instrumentos típicos, a cassaca, um tipo de reco-reco (ROCHA, 2008, p.163-164, conferir Figura 8). A historiografia capixaba, começando pelo folclorista Guilherme Santos Neves (1906-1989) que reuniu os documentos do século XIX como os de Biard, Pedro II entre outros, tem costume de destacar a origem indígena do congo a partir dos primeiros relatos, que foram feitos sempre no litoral norte capixaba

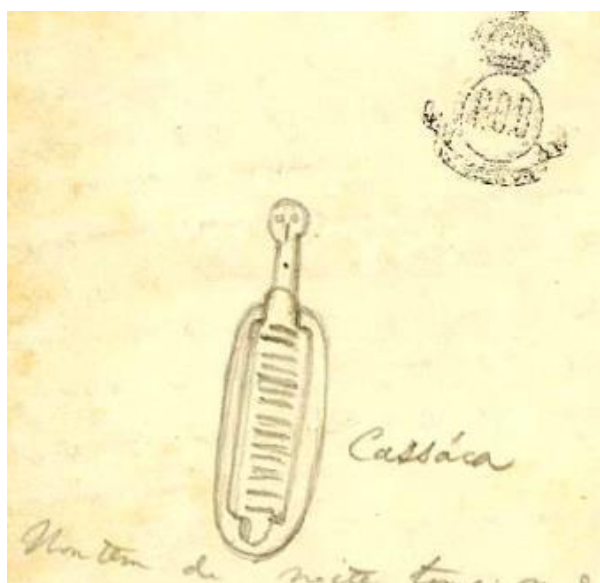


Figura 8: Cassaca, ou casaca ou reco-reco de cabeça. Desenho de D. Pedro II em 1860. Fonte: Levy-Rocha, 2008, p.164)

Por outro lado, na obra *Negros no Espírito Santo*, Cleber Maciel afirma que as bandas de congo, “presentes em todo o estado”, são típicas da “tradição cultural afro-capixaba” (MACIEL, [1994] 2016, p.151). Ele chama atenção para uma lei aprovada em Nova Almeida em 1854, “lei que proibia os Batuques, Danças e ajuntamentos de escravos”. Décadas depois, no Código de Posturas do município de Santa Cruz (1896), consta: “É proibido batucar, reunirem-se pessoas sem garantia social, salvo com licença da autoridade competente, sob pena de 10\$000 de multa.” (Cf. Anexo II desta

dissertação). A licença das autoridades, provavelmente restrita aos dias de festas religiosas, faz parte do processo de internalização pelos indivíduos da divisão entre *tempo de trabalho* e *tempo de lazer*, divisão que não necessariamente se aplicava aos batuques e danças de negros e indígenas no período anterior à colonização.

Não buscamos aqui uma origem única e bem definida²⁹¹, pelo contrário, entendemos que a manifestação de *cultura tradicional* hoje chamada *congo capixaba*, bastante presente no litoral norte do estado, tem entre suas origens aspectos do chamado “mundo policiado”, como a devoção a São Benedito, e ainda aspectos das festas, batuques e outros “costumes bárbaros” que eram realizados em “lugares mais remotos para o fim de não serem corrigidos pela justiça” (Auto de 1803, apud CANCELA, 2012). Assim, pode ter sido nos “sertões” habitados por “índios selvagens” e por quilombolas que ocorreu a influência mútua entre os elementos culturais africanos e indígenas observadas nos instrumentos, ritmos e danças do congo.²⁹² Enquanto isso, no “mundo policiado” se institucionalizavam aspectos do congo como a devoção a São Benedito e as festas de “fincada de mastro” – festa inspirada em uma lendária salvação de um navio negreiro no litoral do Espírito Santo.²⁹³ Sua institucionalização como prática cultural aceita na sociedade capixaba esteve, de início, muito ligada às festas religiosas como as de São Benedito e São Sebastião (e esse aspecto religioso permanece até hoje) e a partir de meados do século XX, como veremos no capítulo 4, ocorreu uma segunda

²⁹¹ Em *Microfísica do Poder*, Michel Foucault (1979, p.15-21) discute aquilo que ele denomina as “gêneses lineares” e a “quimera da origem”: para ele, a “pesquisa da proveniência não funda, muito pelo contrário: ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”. Trata-se, afirma Foucault, de uma desconfiança quanto a explicações que traçam a “curva lenta de uma evolução”, desconfiança aplicável também às explicações baseadas no progresso histórico, na expansão da civilização sobre os sertões, entre outras formulações que temos criticado. Além da discussão do capítulo 1 sobre o “tradicional” que seria, ele mesmo, um subproduto do pensamento sobre o “moderno”: no caso do congo, embora as origens sejam múltiplas e incertas, sua institucionalização como parte do “folclore capixaba” sem dúvida ocorreu em meados do século XX.

²⁹² Jaceguay Lins (2016) deixa clara a mistura de influências nos instrumentos utilizados (p.46) e nos ritmos, com o “ritmo-base” provavelmente tendo maior influência indígena e o repique, que é “uma firula, um drible, um enfeite rítmico” sendo mais africano (p.76). Ele cita autores que constatavam no século XIX que a dança não era “pura”: “Índios e não Índios dançaram, mas a dança não foi puramente índica, mas já com mistura de dança de negros” (Bispo Lacerda, 1880, apud LINS, 2016, p.39).

²⁹³ Como relata Hauley Valim (2008, p.103), o principal milagre atribuído a São Benedito, no Estado do Espírito Santo, é o salvamento das vítimas do naufrágio do navio Palermo, no litoral próximo a Nova Almeida. “As narrativas contam que os negros foram salvos ao se agarrarem ao mastro que se soltou do navio submerso, após interpelarem ao santo.”

No sul da Bahia também são comuns as “puxadas de mastro”, porém, são associadas a São Sebastião. Em campo, conhecemos pessoas do sul da Bahia que relataram as diferenças entre as festas: na Bahia, são em janeiro; em Regência, de novembro a janeiro. Essa constatação da semelhança entre elementos culturais do Espírito Santo e sul da Bahia nos levou a estudar os relatos feitos por Cancela (2012) sobre as festas marcadas pelo cauim na província de Porto Seguro, que incluía na época a cidade de São Mateus.

institucionalização, não mais apenas como prática religiosa, mas enquanto *congo capixaba*, “patrimônio imaterial” do estado.

3.11. A interiorização da economia e sua manifestação nas mudanças das Sedes Municipais

Além de elementos como a forte influência *indígena* e *cabocla*, há um outro aspecto histórico-geográfico em comum entre os municípios de Aracruz e Linhares: em ambos, houve mudanças na sede municipal na primeira metade do século XX, com a transferência da administração municipal para um local mais distante do litoral. Também são similares os casos do antigo município litorâneo de Nova Almeida, posteriormente incorporado ao município da Serra, e do antigo município de Riacho, incorporado a Aracruz.

Nesta seção, dividida em quatro partes menores, apresentaremos uma descrição sucinta de cada uma dessas transferências municipais, que dá ensejo a discussões mais detalhadas sobre as particularidades de cada contexto territorial e econômico. Assim, se no 2º capítulo e até aqui neste 3º, vínhamos abordando a região *litoral norte capixaba* a partir de uma série de características em comum²⁹⁴, analisaremos a seguir as diferenças, por exemplo, entre um contexto territorial em que “índios civilizados” com uma posse relativamente pacificada sobre “suas” terras, produziram cal, mercadoria que seguia em navios para ser vendida em mercados urbanos, e outro contexto territorial em que, pelo contrário, “índios” eram expulsos das terras onde estariam “só para incomodar”, segundo documento da época.

Para cada contexto territorial específico, traremos indícios de que as mudanças administrativas como a criação ou extinção de cidades acompanharam o movimento da fronteira econômica, movimento que se deu, em geral, no sentido do litoral para o interior e do sul para o norte. A palavra “sentido” se refere, aqui, ao sentido da movimentação de “pioneiros” (na formulação de Leo Waibel) ou em outra formulação, da movimentação da “fronteira da expropriação movida por expropriados” (TOLEDO, 2019), que pode também ser pensada como movimento, rumo ao interior, da progressiva apropriação das terras – antes formalmente “devolutas”, mas não necessariamente sem gente – como

²⁹⁴ Recordemos a formulação de Deffontaines (1938, p.167) que, embora discordemos radicalmente de suas definições de “progresso”, “letargia” e “decadência”, contém também um momento de verdade quando aponta a similaridade dos processos em uma série de cidades e vilas portuárias: “Assim a faixa litoral, a mais antiga região colonizada do Espírito Santo, parece hoje atingida por letargia; ela tira mesmo de sua decadência sua unidade geográfica.”

mercadoria. Ao mesmo tempo – conforme formulou Caio Prado Jr. (1961) para o “sentido da colonização” – o *sentido* da província/estado do Espírito Santo durante muitas décadas foi a produção de café para o mercado global, com essa mercadoria predominando na pauta de exportações capixaba a partir de meados do século XIX, e com aquilo que historiadores como Gabriel Bittencourt vão chamar de “baixa diversificação econômica” devido à predominância do café (ANDRADE, 2020). Entretanto, em nossa pesquisa voltada para o litoral, tem sido importante não entender todos os processos particulares dedutivamente como movidos exclusivamente pela fetichista “marcha do café” (formulação também de Bittencourt, apud ANDRADE, 2020).

Também outras “marchas” ocorreram além daquela do café, dando origem a outras formulações em que as coisas parecem se mover sozinhas, com as pessoas acompanhando: a “colonização pelo cacau” (DEFFONTAINES, 1938) ou o “trilho, esse elemento civilizador” (ARARIPE, 1959). Enquanto o cultivo do cacau se restringiu ao baixo rio Doce, os trilhos da ferrovia construída na década de 1900 influenciaram todos os contextos municipais apresentados a seguir, seja pela proximidade da ferrovia, com suas consequências, seja pela maior distância, que significou a fuga de capitais e de pessoas, tanto de *pioneiros* – tidos como os introdutores da civilização e da modernidade – como também de *coronéis* – retrospectivamente relacionados às relações sociais atrasadas. Após as discussões sobre cada contexto territorial específico, retomaremos o debate sobre *região* e *coronelismo*.

3.11.1. Nova Almeida

Nova Almeida, como vimos no capítulo 2, foi um dos principais aldeamentos jesuítas no Espírito Santo até 1759, ano em que a ordem jesuíta foi expulsa da colônia portuguesa e a aldeia dos Reis Magos passa a ser chamada Vila Nova de Almeida ou Vila de Nova Almeida.

Documentos do século XIX evidenciam a expropriação dos indígenas de Nova Almeida de suas terras. Grande parte desses textos foram estudados pela historiadora Vania Moreira: ela comenta uma série documental de 1846-1847 que, no nosso entendimento, revela o “sertão” em dois sentidos diferentes. Há menções a sertões mais próximos onde os indígenas, segundo a documentação, ganhavam jornais (pagamentos diários) por trabalhos não explicitados, mas havia também um outro sertão mais distante, onde ainda existiam terras “livres”.

Como relata Moreira, após representações apresentadas por dois cidadãos indígenas que reclamavam a perda de direitos sobre suas terras garantidas pela sesmaria de 1610, a Câmara Municipal de Nova Almeida afirmava, em ofício enviado ao Presidente da Província,

serem os mesmos índios a causa direta dos vexames que dizem sofrer, acrescentando a quantos abandonam os lugares, retirando-se para os sertões dessa cidade atraídos pelos jornais que aí ganham, e quando tem notícia de estar alguma pessoa estabelecida voltam só para incomodar (Ofício de 16/11/1846, apud MOREIRA, 2002a, p.4).

Mais adiante no mesmo ofício, a Câmara Municipal de Nova Almeida analisa o pleito de dois indivíduos indígenas, e afirma que eles dois seriam responsáveis pelo

vexame em que agora dizem achar-se, não por falta de terreno, porque se não os há nessa vila [de Nova Almeida], há com abundância na Freguesia de Aldeia Velha [que em 1848 se tornaria Vila de Santa Cruz], mas sim por quererem estar apegados às abas dos engenhos para poderem a cada instante saciar o abominável vício que os devora. (Ibid., p.6).

A afirmação de que os dois indivíduos se retiravam de seus terrenos “atraídos pelos jornais” (pagamentos por dia), por um lado evidencia a existência de tal tipo de mobilização do trabalho indígena, mas por outro lado é duvidosa pois, assim como a acusação de alcoolismo (“abominável vício”), é claramente utilizada para retirar dos indígenas o direito sobre suas terras, aos quais eles teriam retornado depois “só para incomodar”. Como relata a historiadora Vania Moreira, é difícil sabermos hoje se Manoel e Inácio eram ou não alcoólatras, mas o que aparece claramente no documento é a tendência de expulsão dos índios das suas terras, sobretudo quando estavam próximos à vila de Nova Almeida (MOREIRA, 2002a, p.6). Na Freguesia de Aldeia Velha (Santa Cruz), mais ao norte e mais distante da capital da província, segundo o ofício da Câmara Municipal havia abundância de terrenos que poderiam ser ocupados por aqueles indígenas.

Essa movimentação da fronteira econômica e da fronteira de terras “livres”, que aparece implícita no ofício citado, leva Nova Almeida a se inserir, ao longo dos séculos XIX e XX, na área de influência mais direta da capital Vitória. Assim, a antiga vila indígena fundada pelos jesuítas paulatinamente foi se tornando parte do que hoje costuma ser definido como Região Metropolitana ou Grande Vitória. Pode parecer estranho que Nova Almeida faça parte do recorte geográfico de nossa pesquisa, e de fato é um trecho

do litoral que esteve nisso que aqui entendemos como “região litoral norte capixaba”²⁹⁵ de forma transitória, deixando de fazer parte da região em determinado período, à medida que vai sendo capturada para a “região metropolitana” e tornando-se parte da periferia da capital do estado. Uma localidade que é periférica no contexto da “Grande Vitória”, mas também é turística com suas praias e com um dos complexos jesuítas mais antigos e bem preservados do Brasil, como evidenciado na Figura 9 abaixo.



Figura 9: Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida. Fotógrafo: Fernando Silveira, 2021.

De qualquer jeito, não podíamos deixar de tratar de Nova Almeida aqui, seja com o objetivo de refletir sobre os limites da antiga sesmaria indígena que, conforme o mapa (Figura 2) no início do capítulo II, se estendia ao norte até Comboios, próximo à atual divisa entre Aracruz e Linhares, tendo seu principal núcleo populacional no antigo aldeamento dos Reis Magos (Nova Almeida), seja com o objetivo de pensar o processo em que a definição de “região norte” é historicamente formada e pode mudar ao longo do tempo.

Um processo que ocorreu em Nova Almeida e também em Aracruz e Linhares foi a mudança da sede administrativa conforme as atividades econômicas deixaram de se concentrar no litoral. Em Nova Almeida, como relata Vania Moreira, a perda de importância como sede de comarca administrativa e judiciária se deu ainda no século XIX: se no começo do século, como já vimos, aquela “vila de índios” era uma das vilas mais populosas da província, em meados daquele século a “expulsão dos índios” na

²⁹⁵ O conceito *região* é aqui usado conforme conceituado no fim do capítulo 2. No fim deste capítulo, após discussões sobre casos empíricos de “abertura da região” ligados sobretudo à construção da estrada de ferro, este conceito será discutido novamente em termos mais teóricos. Já “região metropolitana”, expressão comum em diversas análises, não é aqui discutida conceitualmente: a constatação aqui é simplesmente de que Nova Almeida esteve no “norte do Espírito Santo” e hoje está na “Grande Vitória”.

porção sul da antiga sesmaria se intensificou, sob justificativas como aquela abordada logo acima, de que os indivíduos não ocupavam aquelas terras e eventualmente voltavam “só para incomodar”.

Na década de 1840, o processo de expulsão dos índios das terras da sesmaria, sobretudo daquelas mais próximas à vila de Nova Almeida, acelerou-se [...]. Sabemos, ademais, que os foreiros estabelecidos nas terras indígenas de Nova Almeida provinham, em sua grande maioria, da vila da Serra. Não é de se admirar, portanto, que, em 1852, outra parte do território de Nova Almeida tenha sido cedida [...] à vila da Serra, e que pouco depois, em 1853, Nova Almeida perdesse também a autonomia administrativa, passando a subordinar-se à Serra (MOREIRA, 2002a, p.6).

Vania Moreira, ao falar em subordinação, refere-se à hierarquia das comarcas administrativas e judiciárias do Império, porém Nova Almeida manteria o estatuto de Vila e de Município até o século XX. A partir da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, na década de 1900, logo no início das obras houve a criação do distrito (depois município) de Fundão em terras que alguns anos antes eram parte do “sertão”. Conforme relata a Câmara Municipal de Fundão, a ferrovia teve um papel de destaque nesse processo:

A construção da Estrada de Ferro Vitória - Minas, passando pela antiga fazenda Taquaraçu; deu origem à formação de um núcleo populacional, às margens do rio Fundão, passando a sede de distrito em 1903, com a denominação de Fundão, devido às águas profundas do rio que banha a Cidade.

Em 1923, a sede de Nova Almeida foi transferida para o distrito de Fundão, transformando-se em município. Quinze anos depois, o distrito de Nova Almeida foi integrado ao município de Serra. (CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO/ES, sem data²⁹⁶).

A partir de 1938, portanto, Nova Almeida é um distrito situado no litoral norte do município da Serra. Já Fundão, que no século XIX era parte do sertão de Nova Almeida, tornou-se um núcleo urbano de crescente relevância após a construção da ferrovia.

E sobre as migrações de indígenas de Nova Almeida rumo ao norte, que já eram relatadas por Saint-Hilaire no início do século XIX²⁹⁷, não dispomos de dados quantitativos sobre a quantidade de indivíduos que migraram, ou para onde foram. O que se sabe é que, enquanto no início do século XIX Nova Almeida e Benevente²⁹⁸ “eram vilas de índios, e ambas só eram menos populosas que a vila de Vitória, que funcionava

²⁹⁶ Disponível em: <<http://www.camarafundao.es.gov.br/pagina/ler/9/historia-do-municipio>>. Acesso em: 13/12/2022.

²⁹⁷ Conferir, em nosso capítulo 2, o relato de Saint-Hilaire ([1833] 2020, p.102) ao encontrar, próximas à foz do rio Doce, quatro cabanas habitadas por índios civilizados que fugiam “às perseguições de que sua raça era vítima em Benevente, Vila de Nova Almeida e além.”

²⁹⁸ Atual município de Anchieta, no sul do Espírito Santo. Comentamos a mudança de nome mais acima.

como cabeça de comarca e capital” (MOREIRA, 2017, p.111), no início do século XX Nova Almeida tinha bem menos relevância no conjunto do estado do Espírito Santo, em termos econômicos ou de população, perdendo o estatuto de município em 1923 e tornando-se, em termos administrativos, um distrito do município da Serra que viria a ser conhecido como um destino turístico, além de abrigar uma das bandas de congo mais tradicionais do Espírito Santo.²⁹⁹

3.11.2. Santa Cruz/Aracruz

No livro *Faça-se Aracruz!*, Maurilen Paulo Cruz (1997) relata que em 1943 o município de Santa Cruz, passa a chamar-se Aracruz, palavra tupi que significa “pedra do altar da cruz”. Trata-se de caso típico do pensamento da época, em que as palavras indígenas conferiam um exotismo ligado ao passado, ao mesmo tempo que a presença contemporânea dos povos indígenas era ignorada, com o pressuposto de que os povos indígenas locais haviam em parte sido dizimados e, em parte, se integrado à “civilização”³⁰⁰. No mesmo ano de 1943, foi deliberada a mudança da sede municipal para o povoado de Sauaçu, a cerca de 20 km de distância do litoral. É relatado que a transferência efetivou-se apenas em 1950, tendo o Prefeito surpreendido a todos de madrugada, comandando um bando de cavaleiros armados, os quais carregaram os documentos municipais. Esse episódio ficou conhecido como “o roubo da Sede” (CRUZ, 1997). Se foi necessário agir na calada da noite, obviamente havia controvérsias em relação à mudança de sede.

No *site* da prefeitura municipal de Aracruz (2017³⁰¹), como justificativa para a mudança da sede municipal, é relatado que o porto da vila de Santa Cruz “foi prejudicado pela construção da Estrada de Ferro Vitória x Minas, e pela BR-101 em 1940”.

Porém, o *site* da Prefeitura não informa que até os anos 1920 havia o projeto de uma estrada de ferro ligando Santa Cruz até Barbados, localidade à margem do Rio Doce,

²⁹⁹ Segundo a Associação das Bandas de Congo da Serra, a “Banda de Congo São Benedito e São Sebastião de Nova Almeida faz parte dos grupos mais antigos do município da Serra em atividade desde os meados do século XIX” (<<http://abcserra.org.br/?6/noticia/bandas-de-congo-da-nova-almeida>>). Concordamos que as origens do congo em Nova Almeida são muito antigas, mas argumentaremos no próximo capítulo que a institucionalização das *bandas de congo* com este nome data do século XX.

³⁰⁰ Conforme já vimos resumir o jornal capixaba A Gazeta (1985), que relata “o total desaparecimento, por miscigenação, morte ou mudança dos primitivos habitantes da região [do baixo rio Doce].”

³⁰¹ Disponível em <<https://www.aracruz.es.leg.br/institucional/historia-1>>. Acesso em 13/12/2022.

no município de Colatina. Em mensagem do Presidente da Província em 1928, é afirmado:

A concessão dessa Estrada foi dada a “Companhia E. de F. Santa Cruz-Barbados”, em virtude de contracto firmado com o meu antecessor a 9 de Maio de 1924. Desempenhando-se de obrigações oriundas de clausulas desse contracto, a Companhia apresentou os estudos respectivos e, dentro do prazo, iniciou a construção. (ÁVIDOS, 1928, p.271)

A ferrovia não chegaria a ser inaugurada, por uma série de motivos não muito claros. A crise econômica mundial iniciada em 1929 e seus reflexos no preço do café influenciaram fortemente a economia do estado do Espírito Santo e certamente levaram a reduções nos investimentos em obras. Também não deve ser ignorada a predominância que ia tomando naquele período o modal rodoviário. As rodovias tiveram grande incremento no município de Aracruz no período em que houve a transferência da sede, como relata a tese de Diogo Ferreira da Rocha (2017). Rocha também relata a violência do processo de expulsão de diversas famílias, a partir de informações de um representante da etnia indígena Tupiniquim:

Seria num dos pontos principais da ES-456 que surgiria a atual sede do município: “fizeram um arraialzinho de moradia e começaram a construir e foi crescendo. Fizeram uma igrejazinha... e foi crescendo, o pessoal começou a ir naquele lugar, e nós morava aqui e lá foi crescendo, foi chegando e foi aumentando”. As famílias que colonizaram Suassu, hoje distrito-sede do município Aracruz, estabeleceriam relações com os Tupinikim nos anos subsequentes.

Inicialmente alguns trabalhadores indígenas foram empregados no trabalho sazonal dos roçados ou nas frentes de derrubada da mata para formação de pasto para a pecuária. Esta atividade era a princípio desenvolvida em terras realmente devolutas, mas as terras tradicionais dos Tupinikim foram sendo, de diversas maneiras, apropriadas para esta atividade. Nem todas foram adquiridas através da compra. As famílias que hesitavam em abandonar suas casas e suas terras sofreram pressões e violência:

“[...] um vaqueiro que vinha tocar gado no lugar aqui, não sei o que fizeram, acho que botaram fogo na nossa casa de palha e queimou, acabou com tudo. A gente ficou em falta de tudo que é coisa, queimou tudo as nossas coisas. E meu pai desanimou, nessa época, e resolveu sair, largou o meu avô por aqui com o pessoal, e foi trabalhar com o próprio dono da fazenda que comprou, para poder sobreviver, pedir ajuda para comprar roupa para gente, outras coisas, e largou isso aqui. Na época quando o meu pai saiu daqui eu estava mais ou menos com uma margem de 9, quase com 10 anos, quando meu pai largou isso aqui e foi para lá e aí meu avô ficou aqui mais os outros povos, naquele momento o próprio Primo Bitti, que era o prefeito da cidade, depois ele passou a ser prefeito e começou a perseguir, perturbando o meu avô, o pessoal, para poder vender as suas benfeitorias, seus lugares para poder ir tomando conta. Muitos foram na conversa dele e ele foi tomando conta de tudo, até que invadiu tudo, comprou o terreno e tomou conta de tudo. E aí nós fomos embora, morar assim, trabalhando a meia, cada dia com um, com outro, depois com esse mesmo.” (ROCHA, 2017, p.139-140).

No segundo parágrafo da citação acima, aparece a utilização do trabalho das populações que hoje se identificam como Tupiniquim, de maneira sazonal ou pontual, não tão diferente da menção a “jornais” que vimos para os “índios de Nova Almeida” no século XIX. Após toda a discussão do capítulo 2 desta dissertação sobre a complexa e contraditória formação da categoria trabalho abstrato no litoral norte capixaba, podemos observar aqui que não houve uma mobilização/expropriação de trabalhadores de uma vez por todas, nem uma mudança rígida da violência direta (perseguições, incêndios de casas etc.) para a violência econômica, mediada pela forma-mercadoria, isto é, a venda da força de trabalho em troca de um salário que permita a subsistência do trabalhador. No relato do indígena, que aparece entre aspas no terceiro parágrafo da citação de Rocha, aparece a violência direta sobretudo através do fogo, com casas incendiadas, o que não deixa de trazer à memória as “mil casas arruinadas pela chama” que Anchieta relatava como “gestos heroicos” no século XVI³⁰². Não significa que os processos violentos dos séculos XVI e XX sejam idênticos, evidentemente. O importante aqui é apontar a complexidade desse processo de territorialização, no qual parece inocente o tipo de explicação otimista com o processo civilizatório, que aponta o fim da violência direta ou extra-econômica pela chegada da “civilização”, na qual haveria apenas a “violência econômica” expressa na necessidade de se sustentar por meio de dinheiro: na particularidade por nós estudada, os processos modernizadores se deram com a racionalidade de legisladores, engenheiros e médicos (como os da Companhia Vitória a Minas) convivendo com a violência do fogo e das armas. Se os incêndios de casas apareceram na citação acima, as armas de fogo também aparecem na memória recente do povo Tupinikim de Aracruz:

Primeiro foi a luta pela terra, uma luta que estava há mais de 40 anos parada, ganhamos ela, graças a Deus que nos abençoou e nós conquistamos as terras de volta, não todas, mas pelo menos para o nosso povo, que ficou bastante satisfeito. E aí reunimos as comunidades, todos com um pensamento em comum e nós conseguimos, teve até tiroteio na época, eu mesmo levei três tiros, dois no braço e um na perna. Mas nós não desanimamos [...] (Indígena da etnia Tupinikim, apud ROCHA, 2017, p.151)

A luta das populações indígenas em Aracruz – tema central da tese de Diogo Rocha – aparece em vários outros trechos desta dissertação, associada às discussões sobre disciplinamento do trabalho e sobre a implantação e expansão do complexo exportador de celulose. Para um olhar detalhado sobre essas lutas, Diogo Rocha (2017) e Gilsa Barcellos (2008) trazem uma série de depoimentos que não serão todos repetidos aqui.

³⁰² Conferir o prólogo desta dissertação.

Voltando à questão da transferência das sedes municipais que norteou o início desta seção, é importante observar que muitas vezes a violência some dos relatos da história oficial. No *site* do município, após o relato geral sobre a mudança da sede municipal, há uma justificativa que aponta motivos geográficos, escolhidos de forma absolutamente técnica e imparcial pelos gestores municipais: “Vale ressaltar que a transposição da sede, foi feita com o intuito de unir os vários distritos, dado que a nova sede encontrava-se estrategicamente localizada no meio do município.” (ARACRUZ, 2017).

Ao contrário desse relato oficial, nossa hipótese é que a atual sede de Aracruz – de forma similar ao que aconteceu nos municípios vizinhos – concentrou, em meados do século XX, uma série de atividades econômicas, ligadas à ferrovia Vitória-Minas e em seguida à rodovia BR-101, movendo a centralidade econômica do município do litoral para o interior, em processos que envolveram expropriações bastante violentas. A extração de madeira, assim como seu beneficiamento e comercialização, estiveram entre as principais atividades econômicas nos primeiros anos do núcleo urbano de Suassu, depois denominado Aracruz. No livro já citado sobre o chamado “ciclo madeireiro” no norte do Espírito Santo, consta que na década de 1960 havia na rua principal de Aracruz 42 serrarias, que produziam material para construção civil (inclusive telhados), mobiliário e construção de navios e barcos (BORGIO et al., 1996, p.41). É importante aqui lembrarmos a existência de serrarias em Santa Cruz no século XIX (abordadas no nosso capítulo 2), que aparentemente foram fechando enquanto as de Suassu/Aracruz iam abrindo, conforme a fronteira do desmatamento das florestas “virgens” ia se interiorizando. Em linhas gerais, é o mesmo que vai acontecer no distrito do Riacho, atualmente situado no extremo norte do atual município de Aracruz, como veremos na seção seguinte.

Nesta seção, à luz dos debates realizados até aqui, é importante tecermos algumas considerações sobre esses “índios civilizados” do atual município de Aracruz, tendo em vista que se trata hoje em dia do único município capixaba com terras indígenas tituladas pelo governo federal. Por uma série de motivos, ao contrário dos descendentes dos indígenas de Anchieta (antiga missão jesuíta de Reritiba/Benevente), de Nova Almeida/Serra e de Linhares, os de Aracruz conseguiram comprovar a continuidade direta entre as comunidades atuais e os povos originários, enquanto a população de Regência, por exemplo, assumiu a denominação de *caboclos*, de certa forma – ainda que com muitas controvérsias – aceitando o diagnóstico presente no jornal A Gazeta de 1985 sobre “a absorção” dos indígenas do rio Doce. Esse processo específico de manutenção da

identidade indígena no município de Aracruz se deu por diversos motivos, que não esgotaremos aqui. Apontaremos apenas algumas evidências dessa continuidade da ocupação do território pelas mesmas populações, desde a constatação, pelo vigário da antiga paróquia de Santa Cruz, de terras cultivadas “em comum” em 1854, até a continuidade da ocupação em *Caieiras Velhas*, atualmente uma das maiores aldeias indígenas do município.

É curioso notar como mesmo alguns casos de expulsões de “índios civilizados” de suas terras é diferente de outros casos em que indígenas “selvagens” eram assassinados ou fugiam para sertões mais distantes sem deixar vestígios documentais de sua presença. No caso abordado acima, os indígenas de Nova Almeida reclamaram seus direitos em 1846 – para serem desqualificados pela Câmara Municipal como alcoólatras que voltavam às suas terras “só para incomodar”. O caso abordado a seguir também gerou uma série de documentos presentes nos arquivos públicos.

O Decreto nº 1318 de 1854, que regulamentou a Lei de Terras (Lei nº 601 de 1850), previa que o registro das terras ocupadas por posses ou sesmarias deveriam ser feitos junto aos “vigários de cada uma das freguesias do Imperio”. Em maio de 1855, o vigário relatou já ter recebido “cinquenta e quatro declarações, sendo a maior parte de índios” (MOREIRA, 2002a, p.13). No processo de recebimento dessas declarações, as dúvidas e constatações do vigário deixam claras algumas características da ocupação territorial naquela freguesia, sobretudo o fato de que “os índios” eram os “únicos que nessa Freguesia possu[íam] e lavra[vam] em comum terrenos que em diversos lugares [...] ocupa[vam]” (Ibid.). Em carta enviada em 1854 pelo vigário de Santa Cruz para o presidente da província, aparecem as seguintes questões:

Se das **terras possuídas por muitas pessoas que em comum as lavram** deve-se a declaração ser feita por cada um dos possuidores na razão do que ocupa; ou se pode fazê-lo um por todos.

[...]

Se os índios residentes nesta freguesia aos quais pelo Alvará com força de lei de 1759 foi concedida não só a plena Liberdade como também a plena administração de suas famílias, do seu comércio e dos seus bens, estão compreendidos na expressão “Índios” do artigo 94 do mesmo regulamento (MOREIRA, 2002a, p.12, grifo nosso).

O artigo 94 citado, nº 94 do Decreto 1.318 da Lei de Terras, informava que as “declarações para o registro das terras possuídas por menores, Índios, ou quaisquer Corporações” deveriam ser feitas por seus “pais, tutores, curadores, diretores, ou encarregados da administração de seus bens, e terras” (BRASIL, 1854). Isto é, o vigário

de Santa Cruz, portanto, buscava sanar duas dúvidas: se era possível o registro de terras cultivadas “em comum” por “muitas pessoas”, e se aquela população específica de “índios civilizados” à qual legislações anteriores tinham concedido liberdade e administração dos seus bens devia ser considerada entre os “Índios” definidos como tutelados pelo referido artigo 94. Nesse “cipoal” (PRADO JR, 1961) de textos legais sucessivos, o vigário parecia notar que os autores de decreto de 1854, ao listarem “Índios” de forma genérica, não atentavam para as diferentes situações das populações indígenas no país, que temos visto autoras como Vania Moreira resumirem – como antes já o havia feito Saint-Hilaire – em “índios selvagens” e “índios civilizados”, com uma série de previsões legais e de costumes estabelecidos para cada um desses dois grupos.³⁰³

No meio desse “cipoal”, é importante esclarecer quais eram as duas dúvidas do vigário: a primeira era se os “possuidores de terras”, “sesmeiros” e outras definições da Lei de 1850 e Decreto de 1854 podiam se aplicar a grupos de “muitas pessoas”, ou se se referiam somente a indivíduos ou famílias. A segunda dúvida do vigário repousava sobre a seguinte contradição: embora em 1759 os indígenas do litoral norte do Espírito Santo tivessem sido reconhecidos como livres de qualquer tutela, outros textos legais posteriores insistiriam na tutela que recaía sobre todos os “índios”. Como resume Vania Moreira (2002a, p.14), a “situação jurídica dos índios durante o século XIX era, portanto, nebulosa e controvertida”. A palavra “índio” era insuficiente para definir a situação das várias populações em diferente grau de contato com a sociedade brasileira, mas a legislação dos anos 1850 ignorou essa ampla diversidade. O presidente da província, contudo, ciente das particularidades daqueles “índios civilizados”, deliberou em resposta ao vigário: (I) que se poderia fazer um registro único para as terras que eram cultivadas em comum; (II) que “os índios residentes naquela freguesia não são os de que trata o artigo 94 do regulamento de 30 de janeiro [de 1854] visto como gozam da plena administração de suas posses, ou bem” (Ibid., p.13).

Em 1855 o vigário de Santa Cruz informava:

Já recebi e registrei algumas declarações apresentadas por índios, únicos que nessa Freguesia possuem e lavram em comum terreno [...], posto que tenham por costume fazer os serviços promiscuamente e em lugares indeterminados, o

³⁰³ Embora houvesse, em todo o período colonial e início do Império, leis e regulamentos específicos para “índios selvagens” e “índios civilizados”, a partir de cerca de 1850 esse “cipoal” jurídico parece ter se tornado mais confuso e incoerente com as classificações anteriores, não sem relação com as políticas visando a assimilação dos indígenas como cidadãos – não mais “índios”, mas *caboclos* ou *pardos* nos censos a partir de 1872. Vania Moreira (2002a, p.13) ressalta: “(...) a dúvida do vigário já indicava o quanto a situação de certos índios era obscura naquele período”.

que deve sem dúvida tornar dificultosa a declaração singular (RIBEIRO, 1855, apud MOREIRA, 2002a, p.13).

Percebe-se assim que em Santa Cruz os “índios civilizados”, apesar de séculos de contatos com os “brancos”, não haviam perdido o costume de ocupar as terras em comum, conforme descreveu o vigário em 1854 sobre as “*terras possuídas por muitas pessoas que em comum as lavram*”, descrevendo ainda no ano seguinte os serviços feitos “promiscuamente e em lugares indeterminados”, o que dificultava a “declaração singular”, isto é, da terra de cada indivíduo ou família. Apesar de inúmeras ações para seu “disciplinamento” como trabalhadores, vistas no capítulo anterior, suas atividades apareciam ao vigário como promíscuas, talvez significando que fossem pouco disciplinadas, sem cercas delimitando as diferentes culturas e criações.

Ao mesmo tempo, aquelas pessoas de fato eram “civilizadas” em certos sentidos: haviam requerido ao vigário o registro de suas terras e foram reconhecidas pelo presidente da província como cidadãos livres de tutela, um estatuto bastante diferente daquele dos “índios selvagens” sem contato (em tese) com a civilização.

Essa juridificação das relações entre aqueles “índios civilizados” e as diversas instituições de um Estado Nacional em formação – Câmara Municipal, Censos Populacionais, além da Igreja Católica que ainda era bastante ligada ao Estado – não significa, é claro, que não tenha havido violência nos processos em questão. Por outro lado, a existência desses indígenas, com nomes e endereços registrados pelo Império do Brasil, deixa mais explícitos os limites e problemas da ideia de humanização – geralmente pelo colono europeu – de uma natureza selvagem, conforme formulado pela Geografia regional francesa no início do século XX. Também a problemática da “civilização dos índios”, enquanto lógica formal que supõe a sua progressiva integração enquanto brasileiros “civilizados”, encontra aqui alguns de seus limites: em resumo, os indígenas de Santa Cruz, com terras reconhecidas pela administração da capitania desde 1610, relataram suas terras ao vigário conforme previa a Lei de Terras e seus regulamentos, o que não impediu que esses indígenas vivessem em suas terras de forma coletiva e não com propriedades individuais, nem impediu, ao longo das décadas, a usurpação de grande parte de suas terras, como descreveu Vania Moreira (2002b) ao abordar o processo no qual, como temos visto, após 1850 multiplicaram-se “os ‘caboclos’ sem terra”, “uma população tida como mestiça”, “sem nenhum direito formal sobre as terras que ocupava”

(p.167).³⁰⁴ Como temos visto neste capítulo e no precedente, em muitos casos o mesmo indivíduo podia ser classificado como “índio”, ora como “caboclo” ao longo de sua vida, às vezes nos mesmo documento, mas a tendência geral ao longo das décadas foi classificá-los cada vez mais como “caboclos” ou “pardos”, o que lhes retirava os direitos às terras das antigas missões: como relata Moreira, após a Decisão de 1850 que incorporava ao domínio público, como devolutas, as “terras de descendentes de índios que estivessem “dispersos e confundidos na massa da população civilizada” (BRASIL, 1850b), foram declaradas abandonadas diversas aldeias em Sergipe, Paraíba, Ceará e Pernambuco. Assim, desde então, como aponta Moreira (2002b, p.164), “um novo problema foi erigido aos membros das comunidades indígenas: provarem, a contragosto da sociedade regional onde estavam inseridos, serem ‘índios de verdade’, com direitos legais sobre seus assentamentos.”

Como vimos no capítulo II, quando abordada a questão das terras “inaproveitáveis” nos processos de legitimação de posses no município de Linhares, a necessidade de cultivo e morada habitual pelo sesmeiro ou posseiro, prevista na Lei de Terras e seus regulamentos, pode parecer evidente mas na verdade deixou grande margem de arbitrariedade nos processos de regularização fundiária das décadas seguintes, pois o desmatamento e a prática de certas modalidades específicas de agricultura ou pecuária eram pressupostos não ditos, com eventuais outros tipos de territorialização praticados por indígenas, caboclos, pescadores e outras populações não sendo considerados suficientes para que as terras fossem consideradas “cultivadas, ou com princípios de cultura” (BRASIL, 1850). Assim, muitas terras no Espírito Santo, incluindo no atual município de Aracruz, foram consideradas devolutas, embora houvesse pessoas que utilizavam os territórios não apenas para alimentação – cultivo, caça e pesca – mas também a saúde daquelas pessoas dependia da floresta, do mangue e de “remédios do mato”, a partir de conhecimentos tradicionais que não eram aferidos pelos agrimensores responsáveis por constatar o “cultivo e morada habitual”:

“Quando queria ter muitos filhos, a mulher guarani... tinha um cipó na mata que elas usava, mas agora ele não existe mais.” E o contrário também ocorria: “Quando a mulher guarani não queria ter filho, ela bebia chá das ervas que também tinha na mata.” (Marilza, aldeia Guarani Piraquê-Açu, apud BARCELLOS, 2008, p.364).

³⁰⁴ É importante ressaltar que as “declarações para o registro das terras possuídas” (Artigos 91 a 108 do Decreto de 1854) “não conferem algum direito aos possuidores” (BRASIL, 1854, art. 94). A propriedade das terras só se consolidava, segundo o decreto, com a sua legitimação e medição (artigos 22 a 63) e depois de pagos os “direitos de chancelaria” (art. 51). Tudo indica que a “sesmaria dos índios” não passou por essa legitimação, tendo ocorrido apenas a declaração.

- O remédio era remédio de mato, quando uma criança tinha coceira, uma micose assim, tinha um mato que a gente cozinhava, fazia banho de Carobinha, era muito bom, a criança sara na hora aquela coceira, o remédio era aquele.
 - E onde é que vocês tiravam esses remédios?
 - Era por aqui mesmo, na mata, naquela época tinha muita mata ainda, né?!
- (Moradora de Areal, 76 anos, apud VARGAS, 2021, p.351)

Diogo Rocha relata que, em algumas entrevistas com os indígenas de Aracruz, aparece a ideia de que hoje se vive menos do que em um período anterior³⁰⁵:

“Antigamente os casais viviam 105, 106 anos, hoje a média é de 80 e, às vezes, não chega nem a essa idade.”
 “A gente nem ouvia falar de médico. Não. Medicamentos eram o remédio tradicional. Que a gente conhecia, que os mais velhos conheciam, e a gente foi nascendo mais para frente, e já foi aprendendo também [...] É um remédio de mato, quando davam, adoecia uma criança, principalmente a criança. Aí ia a mãe lá no mato, tirava uma folha, que já sabia qual era que servia para cortar uma febre, cortar uma gripe e outros mais, aí quer dizer a pessoa já sabia qual o remédio, qual a folha, qual o mato” (Entrevistas feitas por ROCHA, 2017, p.213-214).

Constatamos, portanto, que se as modalidades de agricultura dos indígenas e caboclos poderiam não ser consideradas “cultivo e morada habitual” pelos intérpretes da Lei de Terras, os “remédios do mato” e outras formas de uso do território, muito menos, o que levou à expropriação de terras classificadas como devolutas.

Em parte do atual município de Aracruz, porém, parece ter ocorrido um processo similar àquele relatado por Simone Ferreira para o extremo norte do estado, onde após o fim da escravidão, e com a perda gradativa da importância econômica das fazendas de produção de mandioca, aquela

região tornou-se mais ‘esquecida’ pelo sistema econômico até meados do século XX, intervalo de tempo em que não trazia grandes possibilidades de acumulação ao capital, ou seja, não ocupava posição atraente para seus processos de reprodução ampliada (FERREIRA, 2009, p.367).

Simone Ferreira resume ainda que, por aquela região (Sapê do Norte) ter ficado “relativamente esquecida pelos projetos desenvolvimentistas”, isso “possibilitou que a territorialidade negra aí se consolidasse.” No caso das terras indígenas de Aracruz,

³⁰⁵ Nem a pesquisa de Rocha (2017) nem a nossa pretendem tomar essa “ideia de que hoje se vive menos” como uma hipótese a ser comprovada ou refutada pelo método científico. Mesmo porque, como já foi discutido, o “sertão” também era definido pela ausência de recenseamentos, certidões de óbito e outras fontes de dados que permitam comparações quantitativas e racionais. Já é relevante a constatação de que para algumas pessoas entrevistadas – estejam elas de fato corretas ou não –, o presente parece uma época em que se tem mais doenças e se vive menos, em que as mulheres não têm acesso às plantas que a avó usava para controle da natalidade, etc.

entendemos que, embora o “esquecimento” seja relativo, dado que os indígenas possivelmente exerceram tipos de trabalho sazonal ou a jornal como já mencionado, bem como devem ter vendido produtos como peixe e farinha de mandioca para obter mercadorias como sal e pólvora.

Uma curiosa *tradição*³⁰⁶ dos indígenas de Aracruz é relatada no livro *Os Tupinikim e Guarani Contam*: “Antigamente quando uma mulher ia ganhar filho”, o pai devia seguir duas regras: “atirar para cima, se fosse menino um tiro, menina dois tiros”, e “não podia comer feijão preto, nem batata doce, nem carne de caça nem de cidade, nem peixe.” (MUGRABI, 2005, p.45). No mesmo livro, é relatado que os Tupinikim de Comboios plantavam mandioca, abóbora, melancia, cana, batata e milho, e que utilizavam “muitas canoas” e “tropas de cavalos” para transportar as “tropas de cargas até o comércio da vila do Riacho”, e daí surgiu o nome Comboios” (ibid., p.137). Embora esse comércio possa ser interpretado a partir da sua aparência de troca acidental e esporádica, entendemos que certas mercadorias, como as armas de fogo e a pólvora, já faziam parte da vida cotidiana daquelas populações não como “acidente” mas já como necessárias a sua reprodução. Se a reprodução social não se fazia por meio do trabalho assalariado e do consumo de mercadorias – e sim por modalidades consideradas *tradicionais* de cultivo, pesca, caça e artesanato –, ao mesmo tempo a forma mercadoria já estava em processo de *ocupação* da vida social nos termos de Debord ([1967] 2019).

Se o isolamento daqueles chamados “índios civilizados” já não existiu no período jesuíta e seguiu não existindo nos séculos XIX e XX, é verdade, ao mesmo tempo, que as relações propriamente econômicas daquelas populações com o entorno pareciam eventuais e “esquecidas” (FERREIRA, 2009) o suficiente para que, em 1978, um empresário justificasse a escolha do litoral de Aracruz para a implantação do complexo exportador de eucalipto com as seguintes palavras, que retomaremos no capítulo 5:

“Não havia qualquer atividade econômica na região”, diz Leopoldo Brandão. Segundo ele, o máximo que se encontrava no lugar era culturas como a de mandioca, mas extremamente rudimentares, apenas de subsistência. (A GAZETA, 31/10/1978, p.4)

³⁰⁶ Podemos aqui recordar o estranhamento de Darcy Ribeiro ao se deparar com um povo indígena que teria “perdido o idioma e todas as práticas tribais, exceto o culto do Juazeiro Sagrado, se é que este cerimonial fora originalmente deles” (Ribeiro, 1970 apud PACHECO DE OLIVEIRA, 2016). No nosso entendimento, essas tradições dos Tupinikim, que envolvem elementos “originalmente deles”, como feijão, batata doce, carne de caça e peixe, associados a elementos da colonização como a pólvora ou o cristianismo, nos levam a questionar mais a ideia de que uma tradição precisaria ser “pura” e “isolada” do que questionar se são “índios de verdade”, pergunta aliás muito presente nos últimos 170 anos e indissociável da expropriação territorial, como aponta Moreira (2002b).

Esse relativo “esquecimento” pelos “grandes projetos” – até o surgimento da Aracruz Florestal e Aracruz Celulose na década de 1960 – parece ter permitido às populações indígenas de Aracruz manter as posses de parte de suas terras até aquela década em que a vida parece ter se tornado mais precária tendo em vista a fragmentação das terras indígenas, conforme relatado pelo biólogo Augusto Ruschi, um dos raros críticos da implementação da Aracruz Celulose naquele período:

Ao estudar os diferentes ecossistemas do Espírito Santo em 1954, o biólogo Augusto Ruschi se defrontou em Caieiras Velhas, na margem esquerda do rio Piraquê-Açu, com “80 índios Tupi-Guarani”, vivendo numa área de 30.000 hectares [...]. Já em 1971 o mesmo Ruschi lamentava a forma como era arrasada a flora e a fauna, com o desmatamento atingindo os índios, pois mais de 700 famílias, entre índios e posseiros, foram desalojados da região reflorestada [com eucalipto] pela Aracruz Florestal. Foram destruídas antigas aldeias Tupiniquim [...]. Os índios até hoje relatam as cenas de violência e desrespeito que sofreram nas áreas visadas pela Aracruz Florestal. Em 1975, a Funai reconheceu a presença dos Tupiniquim no Espírito Santo. O processo administrativo de identificação das terras indígenas foi conflituoso, gerando inúmeras denúncias de índios, associações e organismos diversos, a respeito dos prejuízos causados por um acordo estabelecido entre a Funai e a Aracruz Celulose, em 1980, quando os limites das três Terras Indígenas foram definidos, culminando na homologação de cada uma dessas áreas em 1983³⁰⁷ (MARQUES e DALVI, s.d.)

Isa Maria Pacheco Rogedo, antropóloga da FUNAI, descreveu em 1975 o processo de confinamento dos indígenas em terras insuficientes para a sua subsistência:

Por falta de orientação ou por ingenuidade, os índios não regularizaram as suas posses, fazendo plantações nas cercanias da localidade de Caieiras Velhas e deixando extensas faixas de florestas para suas caçadas [...]. Em nome do desenvolvimento, grupos econômicos foram trazidos para o Estado, tendo início na década de 60, na região, o plantio de eucaliptos. Dentro de pouco tempo, os índios viram-se despojados de suas terras, confinados a apenas 3 km² [300 hectares]. [...] faltam terras para cultivo, as matas estão devastadas, não há mais caça e os índios vivem apenas de pesca rudimentar para subsistência [...]; vivem, em consequência, em situação de carência alimentar, sujeitos a enfermidade, predominando a pneumonia, a malária, a tuberculose e a meningite. [...] Os índios aparentam precário estado de saúde e de higiene; as condições subumanas em que vivem são imperativo a que alguma providência seja tomada em favor deste grupo minoritário (ROGEDO, 1975, apud. BARCELLOS, 2008, p.246).

Nos relatos de Ruschi e Rogedo sobre a redução dos territórios das populações indígenas no município de Aracruz, podemos observar que uma série de territórios que o

³⁰⁷ A homologação das demarcações cabe ao Presidente da República. Após a homologação da demarcação da Funai pelo Decreto Nº 88.601, de 9 de agosto de 1983 (Governo Figueiredo), a Terra Indígena de Comboios foi ampliada pelo Decreto s/n de de 11 de dezembro de 1998 (Governo FHC) e ampliada novamente pelo Decreto s/n de 5 de novembro de 2010 (Governo Lula).

geógrafo Deffontaines (1938) talvez descreveria como “floresta monótona” na verdade estavam inseridos na reprodução social daquelas populações, de forma que quando aqueles territórios indígenas foram fragmentados e desmatados para “reflorestamento” com eucalipto, apenas a partir de então, as populações indígenas passaram a ser descritas como miseráveis, e neste caso com base em descrições sobre sua saúde, muito mais detalhadas do que o estudo de Deffontaines, que supôs a miséria a partir das ruínas de igrejas e “casas leprosas”.

Após essa constatação de um relativo “esquecimento” do litoral de Aracruz até a década de 1960, voltaremos cronologicamente, para apontarmos uma mercadoria que foi produzida nas atuais terras indígenas ou em suas proximidades até por volta do início do século XX ou fim do XIX: a cal marinha, importante produto para a construção civil desde os tempos coloniais.

Em seu *Diccionario Historico, Geographico e Estatístico da Província do Espírito Santo*, Cezar Augusto Marques (1878, p.4) menciona uma espécie marinha “a que o vulgo chama burdigão, e que abunda na costa em lugares onde há ressaca, é deste burdigão que se fabrica a cal, que tem consumo no país, e se exporta para outras províncias.”

Na mesma obra de referência, entre os minerais extraídos no Espírito Santo, aparece novamente a cal marinha e em seguida o gesso, também “usado como cal”:

Cal de canudo - (Canudo é o nome que tem uma espécie de concha, ou substância marinha, que se cria na costa do mar, formada em pedaços roliços, esbranquiçados, e de consistência de ostra.)

Um trabalhador num dia apanha esses canudos em quantidade de poder produzir 30 alqueires de cal. Encontram-se em todas as marinhas, onde não há arrebentação forte ou ressaca. Para se preparar 30 alqueires de cal, precisa-se de uma canoa de lenha, se for verde melhor, por ser o fogo mais forte. [...]

Alvaiade ou gesso - Em 1874, descobriu-se uma mina de gesso, ou de alvaiade, de que se tem usado como cal, [...] em Guarapary. (MARQUES, 1878, p.70).

Além das conchas coletadas na praia “onde há ressaca”, ou seja, após terem sido depositadas na maré alta, também fabricava-se cal a partir de sambaquis, também denominados ostreiras ou caieiras, que eram sítios arqueológicos compostos de conchas e outros materiais, nos locais antes habitados por povos indígenas do litoral, em geral anteriores aos povos tupis dos quais descendem as comunidades indígenas atuais:

Se não é fácil encontrar ou reconhecer um sítio sambaquieiro, mais simples é reconhecer seu destino. Estradas, casas e igrejas do período colonial contêm seus micro pedaços na cal e na argamassa – feita de areia, óleo de baleia e conchas – que unia as pedras destas construções. (CALAZANS, 2016, p.69)

A produção de cal deu nome à localidade de Caieiras Velhas, próxima do rio Piraquê-Açu, em Aracruz (Figura 10), talvez o principal território indígena continuamente ocupado no Espírito Santo: o geógrafo Carlos Florêncio (2010, p.130) relata que em suas pesquisas de campo, “sempre Caieiras era referida. Tal nos leva a constatação de que é um dos povoados bastante antigo e permanentemente ocupados no estado”. Além de relatar a importância do pátio da igreja de São Benedito “como eixo em que ocorrem as festas coletivas católicas, reuniões e festas de Santo” em Caieiras Velhas, ele argumenta que o

nome de “Caieiras” ou suas variações como “Caeiras” e “Caeira” “remetem à atividade econômica de fazer cal onde os concheiros ou sambaquis forneciam a matéria prima. [...] Este indício fortalece a comunicação das populações historicamente situadas às margens do Piraquê-açu em detrimento de seu isolamento (FLORENCIO, 2010, p.130).

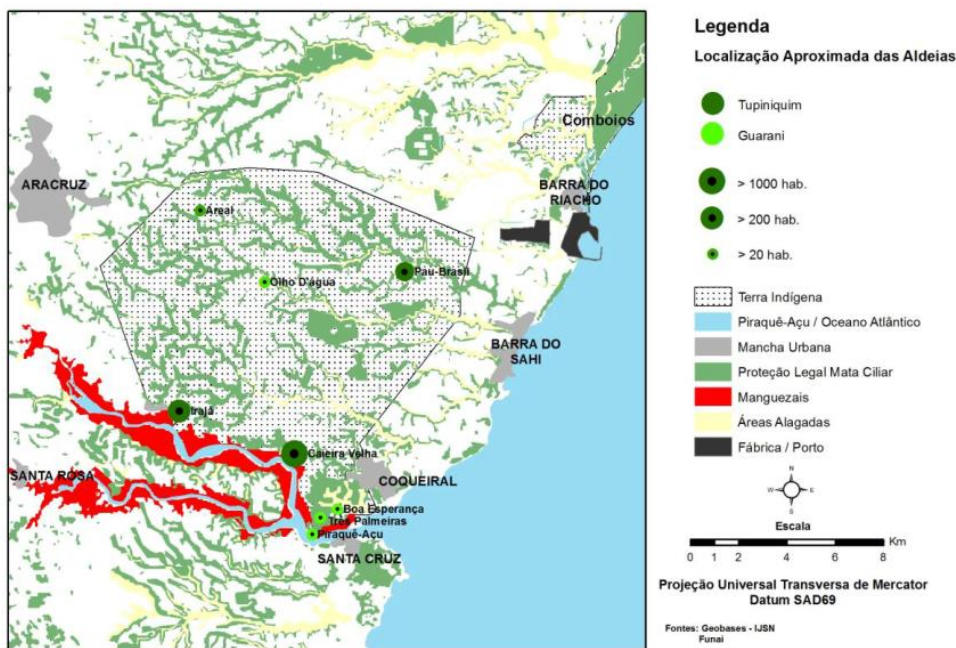


Figura 10. Localização do rio Piraquê-Açu, da aldeia indígena de Caieiras Velhas, de outras aldeias e da Terra Indígena demarcada. Também podem ser vistas as áreas urbanas de Aracruz, Santa Cruz, Coqueiral, Barra do Sahy e Barra do Riacho, a Fábrica da Suzano e o Portocel. Obs: a Terra Indígena de Comboios, mais ao norte e litorânea, não está inteiramente representada no mapa. Fonte: Florêncio, 2010, p.17.

No começo do século XIX, Saint-Hilaire já mencionava o comércio da cal no rio Piraquê-Açu, nas proximidades de Caieiras Velhas:

Do Rio da Aldeia Velha [Santa Cruz] também sai um artigo importante de comércio, a cal, feita com ostras que se tiram das caieiras vizinhas da Vila de Piriquiaçu, situada à margem do Rio do mesmo nome, a três léguas da povoação de Aldeia Velha. Essa cal vale aqui 4000 réis (25 francos), na média de 50 alqueires (10 hectolitros) e se revende por 8000 réis na Vila da Vitória e

por um dobro (80 francos) e mesmo um dobro e meio (120 francos) em Campos [dos Goytacazes]. (SAINT-HILAIRE, [1833] 2020, p.88).

Ao contrário dos peixes, que com a tecnologia daquele período não podiam ser conservados por mais do que alguns dias, a cal era uma mercadoria exportada³⁰⁸ para outras províncias. É relevante que tanto Marques (1878) como Saint-Hilaire se refiram a comércio de longa distância, e não apenas a produção da cal para uso local. Assim, podemos adicionar a cal do Espírito Santo entre as mercadorias que tornavam essa província relevante do ponto de vista da colônia portuguesa e, no período seguinte, do Império.

Esse trabalho dos indígenas para a produção de cal no século XIX se insere entre as modalidades de trabalho não tipicamente capitalista discutidas por autores como Boechat (2009) e Ana Carolina Leite (2015), tendo em vista que os trabalhadores tinham relativo acesso aos meios de produção: a subsistência dos trabalhadores não passava, ou passava pouco, pela compra de bens de consumo no mercado, pois a alimentação, remédios, lazer, etc. eram principalmente produzidos localmente. Mesmo a terra onde se produzia a cal pertencia aos indígenas, com títulos legais desde os tempos dos jesuítas, e apenas parte dela seria expropriada: como vimos, Caieiras Velhas foi um dos contextos territoriais onde a presença indígena se manteve constante por todo o século XX até a demarcação das terras indígenas pela Funai nos anos 1970. E não obstante, aqueles indivíduos trabalhavam na produção de cal que, ao contrário do peixe (por ser perecível), era uma mercadoria vendida a longas distâncias. Não foi possível obter mais informações sobre as condições de trabalho às quais aqueles sujeitos eram sujeitados, mas, como propõe Boechat (2009, p.42), naqueles contextos regionais de “acesso aos meios de produção (terra)”, geralmente fazia-se necessária “uma organização social violenta (jagunços)” para garantir a acumulação de capital. Acumulação, aliás, não sabemos por quem.

Embora em termos financeiros a produção anual de cal provavelmente fosse pequena em comparação com a cana de açúcar (principal produto de exportação do estado até o começo do século XIX), com o café ou com a farinha de mandioca produzida em São Mateus e exportada para outras províncias, a importância dessa mercadoria na vida social da época não deve ser subestimada: a cal era utilizada tanto na argamassa das

³⁰⁸ “Exportação” é a palavra utilizada, nas fontes consultadas que vão até a década de 1920, para o comércio entre províncias/estados, mais um indício de que o Estado Nacional, como o conhecemos hoje, ainda estava em formação.

construções como nas fachadas, e era praxe que as construções – especialmente as de mais alto padrão, como igrejas e casas na área central das cidades – fossem caiadas anualmente³⁰⁹. É o que consta, por exemplo, nos códigos de posturas de São Mateus de 1879 e de Linhares de 1906:

Artigo 9º- As casas de negócio de molhado serão caiadas de seis meses e de ano em ano todas as outras, sob pena de vinte mil reis de multa, aos proprietários, ou arrendatários. (SÃO MATEUS, 1879, apud RUSSO, 2007)
Art. 160 - As frentes das casas serão caiadas em novembro de cada ano, e também os muros; e se for a óleo a pintura de qualquer cor, o fará de três em três anos [...] (LINHARES, 1906)

A substituição da cal marinha – com origem em conchas coletadas na praia ou nos sambaquis – pela cal proveniente de minas como aquela citada mais acima por Marques (1878) parece ter ocorrido no fim do século XIX ou início do XX, não só no Espírito Santo. No Rio de Janeiro, como aponta o estudo de Judite Paiva Souto (2016, p.77), já em 1877 a fabricação de cal de marisco (retratada em 1835 por Debret, cf. Figura 11) caminhava para a decadência “por causa das vantagens da cal de pedra e, principalmente, da generalização do uso de cimento Portland.” Para a fabricação desse tipo de cimento, a uniformidade da “cal de pedra” era preferível à variabilidade da cal marinha, feita a partir de conchas de diferentes tamanhos e com impurezas. No ano de 1900, a crise na produção de cal na Baía de Guanabara era tema de editoriais de jornais, que apontavam os altos custos de produção em comparação com a “cal de pedra”. Outros fatores listados por Souto (2016, p.133) são o esgotamento das fontes de matéria-prima e o desenvolvimento de processos industriais mais eficientes que dispensavam a proximidade do mar.

O período apontado por Souto como de fim da utilização da cal marinha no Rio de Janeiro provavelmente coincide com o do Espírito Santo, considerando a ausência de menções a essa mercadoria nos jornais do século XX consultados, enquanto a “cal de pedra” é produzida até hoje no sul do Espírito Santo, especialmente em Cachoeiro de Itapemirim (Figura 12). Assim, após séculos de relevância para a vida social do Espírito Santo, a cal marinha passa a aparecer apenas nos nomes de localidades: a aldeia indígena de Caieiras Velhas em Aracruz e o bairro Ilha das Caieiras em Vitória.

³⁰⁹ Ao contrário das casas mais simples, de pau-a-pique e palha ou de estuque, que têm origens na arquitetura tradicional indígena e seriam combatidas nas legislações municipais, como símbolo do atraso: “É expressamente proibido a construção e reconstrução de casas de palha dentro do perímetro da cidade” (Código de Posturas de Santa Cruz, 1896, Art. 9); “É expressamente proibido a construção de casas com cobertura de palha dentro da Villa, a não ser nos bairros isolados e não arruados” (Código de Posturas de Linhares, 1906, Art. 158). Talvez sejam essas as “casas leprosas” às quais Deffontaines (1938) se referia.



Figura 11: Pintura de Jean-Baptiste Debret (1835), retratando a produção de cal na Baía de Guanabara: à direita a coleta de conchas; à esquerda, o transporte da lenha e a queima do material em um terreiro. Fonte: SOUTO, 2016, p.63.



Figura 12: Foto recente de jazida de calcário em Cachoeiro de Itapemirim, com maquinário pesado e outras tecnologias que não existiam no século XIX. Fonte: <www.mfrural.com.br>.

3.11.3. Riacho

O atual distrito do Riacho, em Aracruz, é talvez aquele para a qual encontramos a documentação mais reveladora no sentido de uma movimentação da fronteira econômica que tem início, meio e fim. Não “fim” no sentido estrito de fim das atividades humanas, mas algo mais próximo ao que vimos Monteiro Lobato estigmatizar como “Cidades Mortas”, das quais os *pioneiros* já haviam se mudado há muito tempo.

O rio Riacho tem esse nome provavelmente desde o tempo dos jesuítas. Dois núcleos populacionais existem hoje com esse nome: a comunidade de Barra do Riacho,

localizada na foz desse rio, e a atual Vila do Riacho, que no início do século XIX tinha o nome de Campo do Riacho, como relatam o Bispo D. José Coutinho e Saint-Hilaire:

[...] barra do Riacho, aonde há um destacamento com dois soldados (COUTINHO, [1812], 2002, p.68).

Detive-me num posto militar (Quartel de Riacho) que fica na embocadura do rio chamado Riacho e se destina a proteger, contra os botocudos, os viajantes e alguns índios civilizados estabelecidos neste distrito. [...] encontrei, a meia légua [a montante] de sua embocadura, vastas pastagens e um lugarejo habitado por índios civilizados, que cultivavam a terra e criavam gado³¹⁰.

Depois do lugarejo de que acabo de falar e que se chama Campos do Riacho (pastagens do Riacho) o rio do mesmo nome passa a chamar-se Rio da Lagoa; e se subíssemos ainda mais por ele, chegaríamos a um posto militar de índios, onde começa um caminho que leva à Vila de Linhares, situada à margem do Rio Doce. Eu teria podido seguir essa estrada, mas, como os botocudos aí aparecem de tempo em tempo tornando-a perigosa, achei melhor continuar a costear o mar. (SAINT-HILAIRE, [1818], 2020, p.91).

Tanto na passagem do Bispo como na do viajante francês, nota-se que os dois núcleos populacionais no Riacho tiveram origem militarizada, com aquela área constituindo parte da fronteira móvel e de contorno mal definido entre os sertões e o “mundo policiado” de que fala Vania Moreira. Ou ainda, também na formulação de Moreira (2017), tratava-se de parte da zona de contato, em que “índios civilizados” (predominantemente da etnia Tupi) e “botocudos” se encontravam com frequência, muitas vezes em contatos violentos, o que tampouco limita o contato exclusivamente à guerra: houve idas e vindas de pessoas do sertão para a província ou inversamente, como foi o caso dos negros que, fugindo da escravidão, se esconderam nos sertões. Em todo caso, como mostra o relato de Saint-Hilaire, para ele o sertão entre o Riacho e o Rio Doce parecia muito perigoso.³¹¹

Algumas décadas após as passagens desses dois viajantes, a freguesia de S. Benedito do Riacho foi criada pela Lei n. 25 de 9 de dezembro de 1864. Sua igreja matriz com o padroeiro São Benedito indica a predominância das populações descendentes de africanos e de indígenas, pois ambas se identificavam com este santo católico negro, “vulto religioso bem conhecido das bandas de congo capixabas” (VALIM, 2008, p.77).

³¹⁰ Uma das poucas menções a criação de gado no norte do Espírito Santo naquele período. Vimos mais acima que, segundo a *Corografia Brazilica* de 1817, na província do Espírito Santo “os animais domésticos não [eram] ainda assaz multiplicados” (CAZAL, 1817). Em Linhares e Aracruz, o rebanho bovino só cresceria consideravelmente a partir da década de 1960 (IJSN, 1983, p.152).

³¹¹ Em *Grande Sertão Veredas*, de Guimarães Rosa (2015, p.28), o perigo é uma das características do sertão: lá, “viver é muito perigoso”, a tal ponto que “Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”

O progressivo desmatamento das florestas, assim como o crescimento da população de Campos do Riacho, parecem ter ocorrido na segunda metade do século XIX, em um contexto em que aquele desmatamento significava a penetração do “homem” nos sertões anteriormente “infestados” por “selvagens”:

Realmente, no Riacho, ainda hoje chamam sertão o sítio que dista da vila 2 quilômetros, e o que seria há 40 e 50 anos atrás aquelas matas imensas orladas de grandes pastagens beijando as margens das lagoas de Aguiar e outras? (JORNAL OFFICIAL (ES), 17 nov 1906)

No dia 12 de julho faleceu o mais antigo morador desta freguesia, Antonio Joaquim Pires. Dizia ter conhecido o Riacho com uma só casa de palha e contava muitos fatos antigos; falava como testemunha dos ataques que sofreram dos selvagens que infestavam estes lugares [...] (PROVINCIA DO ESPÍRITO-SANTO, 11 de agosto de 1887, p. 4)

Na década de 1880, a freguesia do Riacho começa a ser mencionada com frequência nos jornais de Vitória acessíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A maioria das ocorrências são associadas a duas mercadorias: farinha de mandioca e madeira:

Padaria Esperança - Recebeu o que há de melhor em farinha do Riacho, S. Matheus e Rio-Doce (O Espírito-Santense, 15 de junho de 1887, p.4).

Mercado da Victoria

Taboado - Cota-se o do Riacho de 10\$ a 14\$, o de Santa Cruz de 8\$ a 12\$000. (A Folha da Victoria, 20 jan 1884, p.3).

Farinha do Riacho e Santa Cruz, em sacos brancos vende-se na Mercearia do Povo (Commercio do Espírito Santo, 27 de agosto de 1896, p.2).

Em 1887, é relatada a “exportação para a capital”, isto é, do Riacho para Vitória, das seguintes mercadorias nos meses de junho e julho: 1439 sacas de farinha; madeira dividida nos tipos “taboado”, “ripas” e “paus de prumo”, além de quantidades menores de café, milho, feijão e aguardente (A Província do Espírito-Santo, 11 ago 1887, p.4).

Em 1882, no jornal O Espírito-Santense (ed.66-67), um autor anônimo afirmava que “De todas as povoações do município de Santa Cruz, o Riacho é a única que merece atenção”, pois tinha “um povo laborioso”, ao contrário de “certas partes” do município:

Quem for por aí [Riacho], depois de haver visitado qualquer outro lugar, sentirá uma diferença extraordinária. Em outras partes nada se encontra que indique a existência de lavoura, o povo em nada se emprega, senão na pescaria e trabalhos a jornal, quando os acha, do contrário procuram as tavernas para palestrar, e disso conclui-se perfeitamente que dessa vida miserável e odiosa, esse povo desgraçado tira o necessário para sua subsistência! No Riacho é o contrário, ali a única fonte de vida é a lavoura [...]. Encontra-se naquele povo uma tendência extraordinária para a lavoura, o índio, o branco, o pardo, o pobre, o rico, o remediado, enfim, todos trabalham, empregam o seu tempo de labor na lavoura, o capital nela depositam, os juros dela recebem.

Entretanto que, no meio de tudo isso, como que para experimentar a sua constância ao trabalho, uma ruína há que vem desanimar aquele povo, é a falta de estradas. Entretanto que, se o governo fosse bem informado, [as construiria]. (O Espírito-Santense, 1882, ed. 67, p.3).

O autor parecia estar reafirmando a constante acusação contra os “vadios que enchem as praias sob o título de pescadores” – que vimos em detalhes em nosso capítulo 2 – afirmando, porém, que no Riacho a diferença era extraordinária. Podemos supor, porém, que o autor tinha interesses materiais na questão, pois toda sua argumentação é arrematada com a necessidade de estradas e de pontes, sendo estas “indispensáveis, quer se faça uma estrada, quer não” (ibid.). Para o autor, essas obras deveriam ser custeadas pela província, sendo necessário convencer a Assembleia Provincial daquela necessidade. Aliás, diversas vezes é reafirmada nos jornais a necessidade de estradas:

É público e notório as dificuldades com que lutam as pessoas que transitam desta vila [Santa Cruz] ao Riacho e vice-versa, devido a falta de estradas e pontes. A estrada que existe é a praia, e quando esta está cheia não se pode transitar, principalmente a cavalo. [...] Entretanto bem fácil e de diminuto dispêndio é a construção de uma estrada que ligue estes dois pontos (A Folha da Victoria, 16 ago 1886).

No mesmo ano do artigo jornalístico acima, a Assembleia Provincial rejeita um projeto de lei para a abertura da referida estrada:

Assembleia Provincial
15ª sessão ordinária em 26 de outubro de 1886
[...] é sem debate rejeitado o projeto n. 27 - autorizando o presidente da província a despender, desde já ou no futuro exercício, a quantia necessária com a abertura de uma estrada, comunicando a vila de Santa Cruz com a Barra do Riacho (A Folha da Victoria, 17 nov 1886, p.2).

Mas a realização dessas obras seguiu sendo reivindicada: em relatório da gestão do presidente da Câmara Municipal da Vila do Riacho³¹² é dito:

É verdade que a situação econômica do Município é ainda insuficiente; porém com a realização dos melhoramentos apontados [em estradas, aterros e pontes] e a animação crescente latente entre os lavradores, espero atingirá em breve a um estado satisfatório [...]” (O Estado do Espírito Santo, 24 de junho de 1898).

Em uma “Carta do Riacho” publicada no jornal em 1891, ao mesmo tempo que se comemorava a criação do município, “congratulando-se com o progresso deste lugar [...]”, é relatada também uma grande seca e crise na agricultura:

³¹² Em 25/1/1891, foi criado o Município de Riacho, com sede em Campos do Riacho, a partir de então chamada Vila do Riacho (CRUZ, 1997).

Grande seca assola as lavouras daqui. Extraordinária quantidade de lagartas devoraram os mandiocais [...]. Se não houver chuvas, mui prejudicados serão o comércio e a lavoura. Cafeeiros e canaviais estão em lastimável estado; nada prometem. Enfim, estamos passando por uma crise lastimável. (O Estado do Espírito Santo, 27 fev 1891, p.2)

Finalmente, um documento de 1931 explicita os motivos para a extinção do município do Riacho após a crise econômica iniciada em 1929 e o golpe ou revolução de 1930, com a nomeação de um interventor encarregado do saneamento das contas do estado do Espírito Santo. Em publicação no Diário da Manhã, apologética às mudanças provenientes da “revolução”, é relatada a intervenção nas contas das Prefeituras, com uma “verificação severa e consciente das contas das Prefeituras” que anteriormente não era realizada. Portanto, o processo era apresentado menos como uma intervenção federal nas decisões locais e mais como uma “verificação severa e consciente” das contas públicas imposta pela “agudíssima crise”:

INSPETORIA DOS MUNICÍPIOS

A ideia da criação da Inspeção dos Municípios nasceu com o advento da revolução em 24 de Outubro do ano findo. Vitoriosa esta, ruíram ou desapareceram os poderes legislativos e executivos dos Municípios. [...] De acordo com o regulamento baixado [...], as contas das Prefeituras são examinadas na Inspeção e escriturados os balancetes por ela levantados [...].

Os esforços conjugados da Inspeção e dos srs. Prefeitos deram, no 1º semestre deste ano o resultado compensador da [redução da dívida], apesar da agudíssima crise que o Estado e o País inteiro atravessam. [...]

Das vantagens, da utilidade da criação da Inspeção dos Municípios, dizem eloquentemente os quadros publicados, em anexos, onde se evidencia a eficiência do aparelho controlador. [...]

[Antes da Inspeção, localizada em Vitória, existir, as] Câmaras no passado regime eram constituídas de elementos dos próprios municípios, de homens, na sua maioria, desprovidos dos conhecimentos exigidos para uma verificação severa e consciente das contas das Prefeituras [...] (Diário da Manhã, 13 set 1931. p.5).

O argumento, em resumo, se baseia em uma centralização enquanto aumento na *eficiência* da gestão das cotas públicas, que antes eram controladas por “elementos dos próprios municípios”, sem os conhecimentos necessários. Em seguida é relatada a supressão do município do Riacho que, segundo o autor do texto, “se impunha” por motivos financeiros.

Foram suprimidos dois municípios: o de Riacho e o de Vila Velha [...]. O primeiro por deficiência de renda, pois tendo sido a sua receita orçada em 36:000\$000 para o exercício corrente, verificou-se que em 17 de maio, [...] depois de feita uma boa parte da arrecadação de suas rendas, que a mesma só atingira a insignificante cifra de 3:300\$000, o que autoriza supor que o município não arrecadaria 10:000\$000 em todo o exercício. A sua supressão

se impunha, [...] sendo o seu território incorporado ao município de Santa Cruz (Diário da Manhã, 13 set 1931, p.5).

Assim, como desdobramento local da crise econômica global ocorrida a partir de 1929, tem fim o município do Riacho, quarenta anos após a sua criação. Para o historiador Maurilen de Paulo Cruz (1997), os fatores decisivos para o “enfraquecimento de Vila do Riacho” foram o desenvolvimento da atividade agropecuária no noroeste do município de Aracruz e, anos depois, a construção da rodovia BR-101 e a transferência da sede municipal para o povoado de Sauaçu, concretizada em 1950. Cruz relata ainda que o interior do município ultrapassou o litoral em arrecadação e produção econômica, com destaque para o café, o gado e o leite.

Em suma, trata-se aqui também da interiorização da produção de mercadorias no município, com destacado papel da rodovia BR-101, construída na década de 1950, que passa pelo noroeste do município de Aracruz. Tanto a Estrada de Ferro Vitória a Minas, que passava bem longe da Vila do Riacho, como a BR-101, ambas contribuíram para a decadência do comércio marítimo e fluvial por embarcações que subiam e desciam o rios Piraquê-Açu, Doce e Riacho.

É importante mencionarmos ainda que, a partir da década de 1960, ocorrem as drenagem do DNOS em grande parte do território do Riacho, que era alagável. Como relata Wanderson Rebello (2012), os canais do DNOS tiveram fundamental importância para a Aracruz Celulose, atual Suzano, que passou a controlar as barragens e o sistema de canais, em detrimento dos indígenas de Comboios e dos pescadores da Barra do Riacho. A implantação da fábrica da Aracruz Celulose (atual Suzano) e do porto especializado em celulose, apresentados como essenciais para os “interesses nacionais”, porém causando impactos sobre as populações vizinhas, serão abordados no 5º capítulo desta dissertação.

Considerando ainda aspectos ambientais desde a “grande seca” de 1891 relatada acima até a atual ocupação de grande parte do distrito do Riacho pela pecuária, podemos levantar como hipótese – a ser melhor estudada em um momento futuro – que, desde o desmatamento do século XIX no contexto de uma produção então crescente de madeira e mandioca, até os canais do DNOS nas décadas de 1960 a 80, as diversas intervenções na paisagem, inicialmente em um contexto de conquista dos *sertões* ainda habitados por “índios selvagens”, e em seguida no contexto de modernização da agricultura no século XX, todas essas intervenções parecem ter tido um resultado final semelhante àquele

apontado por Gabriel Lopes (2022, p.191) para o Vale da Suruaca, território ao norte do rio Doce que também passou por intervenções do DNOS: com a ampliação das áreas de pastagem, o resultado das “obras de ‘racionalização’” foi uma grande “plantação de boi”, além da contaminação de parte das terras, tendo como outro resultado “a supressão e eliminação da possibilidade de reprodução de uma série de populações.”

3.11.4. Linhares

A relação entre a mudança da sede do município de Linhares e a *Estrada de Ferro Vitória a Minas* é explicitada por Lastênio Calmon Jr.³¹³ Faremos antes, contudo, outra regressão cronológica para verificarmos como, em seu livro *Vultos, Fatos & Lendas Linharenses*, Calmon Jr. relata o início da história da Linhares.

Diferentemente da vasta sesmaria de Nova Almeida e Santa Cruz, ocupada por “índios civilizados” desde os tempos das aldeias jesuítas, o Quartel de Coutins, fundado em 1800 na margem norte do rio Doce, se situava em um território onde, segundo Calmon Jr. (1975, p.36), “vagueavam somente índios bravios, exclusivamente os aimorés, mais vulgarmente conhecidos por botocudos em virtude dos botoques que usavam nos lábios e nas orelhas.” Com exceção da foz do rio Doce, onde havia – como aliás já vimos – “cabanas de índios mansos provindos dos Campos do Riacho, Nova Almeida ou Reis Magos, e de Aldeia Velha ou Santa Cruz” (Ibid.), todo o resto do atual município de Linhares era território dos “botocudos” e, “diante da fereza” destes, “só puderam aqui se implantar os civilizados depois da criação do Quartel” (Ibid.).

Em 1809 o governador da capitania do Espírito Santo muda o nome do Quartel de Coutins para Linhares, em homenagem ao Conde de Linhares,³¹⁴ importante “incentivador do desenvolvimento do Rio Doce” (Ibid., p.35). Naquele mesmo ano, chegou em Linhares o “Pioneiro do povo linharenses”, o “homem que deveria traçar os rumos seguros do povo linharenses”. Trata-se do fundador da extensa família Calmon de Linhares: Lastênio Calmon Jr. (1975, p.37) relata que em 1809 seu antepassado João

³¹³ O autor é membro da família Calmon, fundada pelos primeiros grandes proprietários de terras e de escravos de Linhares, mencionados por Saint-Hilaire ([1818] 2020, p.106) quando este afirmava, como já vimos, que “à exceção de João Felipe [Calmon], os habitantes de Linhares são pobres e sem escravos”.

³¹⁴ Trata-se de Rodrigo Sousa Coutinho (Chaves, Portugal, 1755 - Rio de Janeiro, 1812), fidalgo português que foi conselheiro de D. João VI e Ministro da Guerra de 1808 a 1812, sendo portanto diretamente envolvido na “guerra ofensiva que convém fazer aos Índios Botocudos” (BRASIL, 1808). Consta na Carta Régia de 1808 que a Secretaria de Estado de Guerra e Negócio Estrangeiros estava encarregada de informar o príncipe D. João VI “de tudo o que tiver acontecido e for concernente a este objeto, para que se consiga a redução e civilização dos Índios Botocudos, se possível for” (Ibid.).

Felipe de Almeida Calmon “veio estabelecer-se em Linhares, onde lhe fora concedida a Sesmaria de Bom Jardim”. O historiador do município não parece se envergonhar do fato de que seu ilustre antepassado era proprietário de escravos: pelo contrário, não faltam elogios àquele “pioneiro”:

Para aqui veio, por embarcação marítima, com toda a família e escravos, até Santa Cruz, dali para cá, a cavalo até Campos do Riacho, depois em canoa até a Lagoa do Aguiar, e, finalmente, dali para Linhares, ‘através de florestas impenetráveis’, no dizer de Saint-Hilaire, andou a pé por picadas feitas na mata. Diz-nos, ainda, o mesmo autor: “A febre atacou João Felipe e parte de sua família, mas nada o desencorajou.”

Aqui chegando com a incumbência de supervisionar o Serviço de Civilização dos Índios e a Proteção à Navegação do Rio Doce, não tardou em ser considerado por Governadores da Capitania, Ministros do Reino e Cientistas, figuras internacionais, como um dos maiores brasileiros construtores da futura grande Nação. Na sua fazenda, onde se fabricaram as primeiras telhas de Linhares, chegou a cultivar o trigo e o linho, além da cana de açúcar, arroz, farinha de mandioca e outros cereais. Construiu barcos e grandes canoas e, por essas embarcações, exportava, barra a fora, via Regência e Vitória, os produtos de sua propriedade (CALMON JR., 1975, p.37).

Além de mencionar Saint-Hilaire, Calmon Jr. cita ainda os elogios de outro viajante, o príncipe alemão Maximiliano de Wied Neuwied, que relatava ser João Felipe Calmon o primeiro a montar um engenho de açúcar no rio Doce, “encorajando a população, pelo exemplo, a cultivar a terra”. Além de plantar cana, arroz e mandioca, “o Sr. Calmon” enviava “à Capitania e a outros lugares” canoas com os produtos da fazenda “e com muitos tipos preciosos de madeira” (Wied Neuwied, 1817, apud CALMON JR., p.38-39).

Em 1817, em um momento de relações mais belicosas com os “ferozes selvagens”, os “botocudos [que], mais destemidos e ferozes que nunca, tinham aparecido de novo”, muitos habitantes de Linhares fugiram, “com medo de serem devorados pelos ferozes selvagens.” (Ibid., p.40). Mas o pioneiro Calmon permaneceu, “com toda sua família e escravos”, como relata Calmon Jr. (1975, p.41):

João Felipe Calmon, entretanto, com toda sua família e escravos, arrostando o perigo. Ninguém arredou pé. Com a sua gente e alguns soldados do destacamento de Linhares transformou a Fazenda Bom Jardim numa fortaleza, até que chegaram os reforços mandados pelo Governo. Muitos foram os soldados que desceram de Minas Gerais e com os do Espírito Santo puderam afugentar o gentio e trazer tranquilidade aos que desejavam cultivar a terra.

É essa, portanto, a origem dos Calmon de Linhares, que continuaram vendendo, suas mercadorias agrícolas e madeira ao longo de todo o século XIX em canoas ou barcos

que desciam o rio Doce e seguiam pelo mar³¹⁵. Podemos avançar para o início do século XX, quando as oligarquias regionais situadas em Linhares sofrem um considerável abalo com a chegada da ferrovia a Colatina, situada também às margens do rio Doce, cerca de 70 km a montante de Linhares. Calmon Jr. (1975, p. 27-28) relata assim aquele momento:

Chegamos, agora, ao instante mais cruciante da História de nossa terra. No ano de 1906, aos estrepitosos tiros de foguetes e - para que não dizer - às salvas de rifles disparados nos fundos dos quintais, chegavam festivamente a Colatina as pontas dos trilhos da Estrada de Ferro Diamantina, hoje Vitória a Minas, incorporada à Cia. Vale do Rio Doce S/A. Linhares sentiu, desde logo, os efeitos desse acontecimento. O abalo econômico foi grande demais, pois, todo o comércio de grande parte de Minas e Espírito Santo, que era feito barra a fora, via Linhares, passou a concentrar-se em Colatina e daí as mercadorias saíam para o porto de Vitória e vice-versa. O comércio linharensense desarticular-se. Toda a engrenagem que constituía o sistema de transporte se desarticulou, levando de roldão economias sólidas e nomes respeitáveis.

Trata-se de um relevante relato de membro de uma família influente local, nascido em 1909 e que ouviu de seus pais e demais conhecidos esse relato da mudança ocorrida logo após a chegada da estrada de ferro em Colatina. O autor concentra seu relato na cidade de Linhares e não menciona nesse trecho a vila de Regência, localizada na barra (foz) do Rio Doce, mas esta vila também foi fortemente afetada, como veremos logo após o fim do relato de Calmon Jr., que continua assim:

Como se isto não bastasse, o Cel. Alexandre Calmon [parente distante do autor], liderando um movimento em favor de Colatina, arranca, quase à força, a sede do Município de Linhares, transportando todo o arquivo para Colatina e, pela Lei nº 488, de 22 de novembro de 1907, consegue a transferência legal, ficando, deste modo, a povoação de Colatina elevada à categoria de Vila. [...]

Linhares mergulha numa noite imensa de sofrimentos. As fazendas declinam. As famílias, em grande número, se mudam e as casas ruem ao abandono. As dificuldades econômicas invadem todos os lares, que assim quase não podem mandar e manter os seus filhos nos centros de preparação cultural. (CALMON JR., 1975, p. 27-28)

É notável o quanto o autor escreve a partir do ponto de vista de sua família e seu grupo social: não duvidamos que essas famílias tenham passado por algum nível de dificuldade econômica e “sofrimentos”, mas é importante a palavra “quase” na última

³¹⁵ Em 1857, no “Relatório da viagem de exploração do Rio Doce por barco de vela, no hiato de ferro Francilvania”, consta uma visita à “fazenda do capitão Anselmo de Almeida Calmon, uma légua pouco mais ou menos acima [a montante] de Linhares”. Anselmo era filho do “pioneiro” João Calmon, e parece ter aberto nova fazenda, “situada a margem sul do Rio Doce” como a de seu pai. “[...] sua cultura principal é cana de açúcar, tem também café, mandioca, milho e feijão; esta é a principal fazenda que é a única que abastece destes gêneros Linhares, tem criação de gado vacum, lanígero, e porcos. O capitão Anselmo ocupa-se unicamente da agricultura; é respeitado por todos em consequência da exatidão com que cumpre os seus contratos, e pureza dos seus costumes; nele fala Sante [sic] Hilaire, dando-lhe o tratamento de jovem Anselmo.” (Correio da Victoria, 23 de setembro de 1857).

frase da citação, tendo em vista que na biografia de Lastênio Calmon Jr. consta que ele se formou em Direito na Universidade do Rio de Janeiro, além de liderar a juventude integralista no Espírito Santo.³¹⁶

Mas como nosso interesse aqui é sobretudo no litoral de Linhares e no declínio da importância do porto de Regência, não há necessidade de acompanharmos os pormenores dos Calmon de Linhares, bastando notar que se tratava de uma família extensa, com diversos ramos cujos interesses imediatos algumas vezes contrastavam, como no caso citado em que um Calmon liderou a transferência da sede do município para Colatina, enquanto outros Calmon empobreciam com isso.

Lastênio Calmon (pai do escritor) esteve entre os principais fazendeiros introdutores do cultivo de cacau nas duas margens do Rio Doce, cultivo localizado sobretudo nas terras próximas do rio Doce, entre a área urbana de Linhares e o litoral. A “colonização pelo cacau”, como vimos, foi mencionada por Deffontaines (1938) como responsável pela formação de “uma verdadeira região natural” onde antes só havia “floresta monótona”. As exportações de cacau – inicialmente para a Europa e depois sobretudo para os EUA, além da utilização do cacau como insumo na fábrica de chocolates Garoto, fundada em Vila Velha em 1929 –, segundo Calmon Jr. (1975, p.31), deram “início a uma nova fase de progresso” e em 1943 Linhares deixou de ser um distrito de Colatina e voltou a ser município. Mas podemos então deixar de tratar diretamente dessa numerosa família Calmon – da qual nenhum membro parece ter chegado a cargos de grande notoriedade como o Barão de Itapemirim no sul da província ou o Barão de Aimorés em São Mateus – e voltar a atenção para Regência, onde um outro coronel relativamente atípico apareceu no meio de nossa revisão bibliográfica.

O Coronel Deoclecio Costa apareceu em nossa pesquisa quando consultávamos o artigo *Viagem ao Rio Doce*, assinado por “Verissimo Costa, Capitão de Corveta” e publicado na Revista do IHG-ES nº7, de 1934. Apesar da data da publicação, trata-se do relato de viagem de navio a vapor, pelo litoral e pelo Rio Doce, em 1905, quando a ferrovia Vitória a Minas estava em construção (a estação de Colatina seria inaugurada em

³¹⁶ Esse fenômeno dos “filhos de coronéis” que se tornam bacharéis na primeira metade do século XX é abordado com mais detalhes por Ana Carolina Leite (2014, p.90): “Uma das expressões dessas transformações [submissão da região ao planejamento regional científico e centralizado, em um contexto de Estado nacional em fortalecimento] aparece no fato de os filhos da oligarquia regional tornarem-se progressivamente uma oligarquia ‘academicizada’.”

1906). O oficial da Marinha descreve seu desembarque no “povoado da Regência Augusta”, que naquele momento era a

sede da navegação fluvial desse rio onde se acham as oficinas para consertos dos vapores e armazéns bem regulares para depósitos do café, que é o principal produto dos diferentes portos do rio, dos seus afluentes e confluente. Daí segue esse gênero para a Vitoria em pequenos vapores [...] (VERISSIMO COSTA, 1934 [1905], p.212).

Em seguida, o autor faz menção ao senhor Deoclecio Costa e sua importância em Regência naquela época:

Segundo fui informado, a Regência teve uma época de muita prosperidade [...]. Atualmente [1905] tem sido o sr. Deoclecio Costa e a firma comercial Viana & Comp. que têm dado mais algum desenvolvimento a esta povoação, que já é quase vila; concorre bastante o sr. Deoclecio Costa para a existência, aí, de uma agência do Correio e de uma estação telegráfica, bem como construindo armazéns, casas e animando a navegação do rio, dotando-a de regular número de embarcações.

No dia 25, grande parte do dia foi empregada em vistoriar a flotilha fluvial, composta dos vapores Moniz, pertencente á firma Viana & Comp.; Milagre e Santa Maria, à firma Mascarenhas, Costa & Comp.; estes últimos são subvencionados pelo Governo do Estado (ibid., p.213).

O último trecho desta citação mostra a importância da subvenção estatal aos vapores que faziam o comércio no Rio Doce, tema ao qual voltaremos logo a seguir. As menções ao sr. Deoclecio Costa como principal responsável pelo desenvolvimento de Regência, atuando na navegação, mas também junto aos correios e construção de armazéns, nos deram a impressão de se tratar de uma figura relevante para o entendimento das relações sociais em Regência naquele período. Assim, seu nome foi pesquisado em algumas bases de dados. Não foi encontrada nenhuma dissertação ou tese fazendo referência a esse indivíduo, mas uma série de informações dispersas puderam ser reunidas no portal Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O pai de Deoclecio, Manoel Ferreira dos Passos Costa, aparece como comerciante e proprietário de navio(s), que fazia negócios em Vitória, São Mateus, Rio de Janeiro e Bahia, sobretudo a “exportação” de farinha de mandioca de São Mateus.³¹⁷ O irmão de

³¹⁷ Despacho do governo da província “À tesouraria, para mandar satisfazer a Manoel Ferreira dos Passos Costa a quantia que requer em sua petição, pela condução de um recruta, que da cidade de S. Matheus foi remetido para esta capital em navio seu.” (Correio da Victoria, 6 de dezembro de 1856); Despacho “para mandar restituir, [...] a Manoel Ferreira dos Passos Costa, a quantia que pagou em S. Matheus de direitos da farinha que exportou para a Bahia, e que descarregou nesta cidade por haver aqui arribado.” (Correio da Victoria, 5 de fevereiro de 1859)

Deoclecio, Manoel Ferreira dos Passos Costa Junior, aparecia na lista de eleitores em 1876 como residente em Vitória e empregado público.³¹⁸

Sobre Deoclecio, consta que nasceu em 1855, estudou no Ateneu Provincial em Vitória e casou-se em 1878 com Laurinda Calmon Costa, unindo-se assim à influente e numerosa família Calmon, “pioneiros” de Linhares mencionados desde o início do século XIX por Saint Hilaire e pelo Bispo D. José. Em 1880 consta sua eleição como vereador pelo partido conservador, na vila de Linhares³¹⁹. Em 1883, é listado como alferes da Guarda Nacional³²⁰, chegando ao posto de tenente em 1887.³²¹

É com esse cargo de tenente que Deoclecio Costa aparece nos jornais que noticiam o famoso naufrágio do Imperial Marinheiro em 1887, quando o caboclo Bernardo se notabilizou pelo resgate de centenas de pessoas, como vimos no prólogo dessa dissertação. Em um jornal, consta que o “Sr. Deoclecio [deu] hospedagem a 10 dos oficiais”, enquanto a guarnição (isto é, os marinheiros de baixa patente) ficou “arranjada em uma casa particular, visto que no armazém do governo não se podia acomodar todos por ser pequeno” (O Espirito-Santense, Victoria, 19 de outubro de 1887. n.84. p.4).

Nota-se o papel do homem da elite local, exercendo um ato de favor e caridade ao hospedar os oficiais, membros da elite da Marinha do Império, considerando que não havia prédio público em Regência com a capacidade de abrigá-los.

Em outro jornal também publicado em Vitória, consta que o sr. Deoclecio Costa enviou carta ao Riacho “pedindo condução para o comandante, alguns oficiais e imperiais que não podiam vir a pé por estarem maltratados dos rigores da catástrofe e me participava que a guarnição e mais oficiais viajavam a pé para aqui [Riacho]” (A Provincia do Espirito-Santo, Victoria, 29 de setembro de 1887).

Dois dias depois, aparecem elogios ao papel do tenente Deoclecio em Regência e do capitão Emilio na freguesia [Vila] do Riacho ao acolherem os tripulantes:

Os pobres náufragos encontraram felizmente naquelas paragens, que supunham talvez inóspitas, o acolhimento condigno de seu contristador estado, uns desvelos, uns carinhos - verdadeiros lenitivos que mitigando-lhes as torturas sofridas, lembravam a grandeza de sentimento daquela boa gente, que eles reconhecidos incessantemente repetem.

³¹⁸ O Espirito - Santense, Victoria, 16 de maio de 1876, p.3. Lista geral de qualificação de votantes da paróquia desta capital.

³¹⁹ O Espirito-Santense, Victoria, 14 de agosto de 1880, p.3.

³²⁰ O Horizonte (ES), Edição 128, ano 1883.

³²¹ A Provincia do Espirito-Santo, Victoria, 1 de outubro de 1887, p.3.

O sr. capitão Emilio fez realmente no Riacho o que nosso amigo tenente Deoclecio Costa para eles trabalhou na Regência; a obra caridosa deste foi continuada com grande esmero por aquele: ambos generosos, ambos apóstolos extremadíssimos do Bem, cumpriram a missão que a fatalidade lhes confiara [...] (A Provincia do Espirito-Santo, Victoria, 1 de outubro de 1887, p.3).

Em contraste com esses dois cidadãos caridosos – e talvez amigos da redação do jornal – aparece a “condenável avareza” de um negociante na Barra do Riacho que negou hospitalidade aos oficiais da Marinha:

Na Barra [do Riacho], onde reside o negociante Mattos, a coisa tomou um outro aspecto [...] quando lá aportaram os infelizes naufragantes.

O sr. Mattos – único que poderia ali melhor prover as necessidades que eles experimentassem, recusou-se formal e até grosseiramente hospedá-los durante sua estada naquela Barra, tocando a sua usura ao ponto de indenizar-se de copos d’água e espigas de milho que a custo dispensou a alguns deles. (Ibid.)

Desse relato das hospedagens dos Oficiais da Marinha, relato influenciado também por alianças e querelas locais, fica claro o papel dos coronéis (no sentido estrito) e “coronéis” naquele período do Brasil: o Estado nacional aparece no relato por meio da Marinha Imperial e do armazém do governo (que não tinha espaço para abrigar dez pessoas). O Estado, portanto, não era ausente, mas não tinha capilaridade em todos os rincões do país, de modo que aos membros das oligarquias locais, em suas casas, cabia o papel de abrigar naufragos, por exemplo. Era um papel esperado em uma sociedade regida pela *prática geral do favor* (SCHWARZ, 2000)³²², com o negociante da Barra do Riacho que não abrigou os oficiais da Marinha sendo tratado como “avarento” e “usurário”.

Em 1893, Deoclecio Costa já havia passado de tenente a capitão da Guarda Nacional³²³ e, em artigo de jornal de 1898, ele é citado como major em artigo jornalístico no qual Regência é descrita como “hospitaleira terra”, marcada por

progresso e atividade no movimento comercial, que sobre modo honra o sr. **Deoclecio Costa, que, pode-se dizer, é o centro** onde gira tudo quanto é necessário ao engrandecimento desse rico torrão brasileiro, que além de suas riquezas naturais, como **o café e o jacarandá que exporta em abundância**, possui melhoramentos materiais, como o telégrafo e o farol [...] (O Estado do Espirito-Santo: Ordem e Progresso, Victoria, 18 de julho de 1898, grifo nosso).

³²² Roberto Schwarz, em *Ideias fora do lugar*, vai abordar a grande quantidade de pessoas livres e sem terras no Brasil do século XIX: “Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura” (SCHWARZ, 2000 [1977], p.16, itálico no original). Veremos a seguir que Deoclecio Costa não tinha, contudo, um número tão grande de agregados, tendo em vista os poucos votos que conseguia arregimentar para seu partido nas eleições.

³²³ “Trouxe-nos as suas despedidas [de Vitória] o nosso bom amigo, capitão Deoclecio Costa, que regressou para a Barra do Rio Doce, onde é negociante e influência do nosso partido.” (O Estado do Espirito-Santo: Ordem e Progresso, Victoria, 9 de março de 1893)

Trata-se de um resumo convincente das principais atividades econômicas no porto de Regência naquele momento anterior à ferrovia Vitória a Minas: a exportação do café e do jacarandá (nome de uma espécie de árvore, mas popularmente utilizado para outras madeiras de lei), além de outras atividades ligadas ao comércio marítimo e fluvial, como a manutenção do telégrafo e do farol. É importante ressaltar que o farol de Regência foi inaugurado em 1895, instalado pelo governo federal, já na República, com o objetivo de evitar acidentes na navegação como o então recente naufrágio do Imperial Marinheiro ocorrido em 1887 (Figura 13).



Figura 13: Antigo farol de Regência, cuja cúpula foi preservada e está exposta em uma praça. Em 1998 o farol foi desmontado e substituído por um novo, uma torre quadrangular em concreto. Ambos aparecem na foto da esquerda. Fonte: André Vargas (2021, p.191).

Em 1900, Deoclecio Costa é mencionado no jornal do “Partido Constructor Autonomista” (O Estado do Espirito-Santo, Victoria, 18 de novembro de 1900) como “honrado negociante na Barra do Rio Doce e chefe influente do nosso partido naquela localidade”. Em um documento oficial de 1911, ele é mencionado pela primeira vez como “contratante da navegação a vapor do Rio Doce”, e solicita ao governo do estado o pagamento da subvenção:

Despacho n.6.271. Deoclecio Costa contratante da navegação a vapor do Rio Doce, pedindo pagamento da subvenção a que se julga com direito, visto ter feito as viagens durante o mês de março, de acordo com as cláusulas do seu contrato (Diario da Manhã: Orgão Official. Victoria, 28 de abril de 1911).

Poucos dias depois, aparece no mesmo jornal oficial a única menção a Deoclecio como proprietário de terras ou, mais precisamente, de “matas”:

Despachos n.6.359. Deoclecio Costa, pedindo licença para exportar, pela Barra do Rio Doce, 150 toras de madeira tiradas em suas matas (Diario da Manhã: Orgão Official. Victoria, 2 de maio de 1911).

No fim do mesmo ano, outra publicação no jornal oficial informa sobre um contrato de Deoclecio e outra pessoa com o governo do estado, no qual eles compram um navio a vapor do estado por doze contos de réis e, ao mesmo tempo, o estado se compromete a pagá-los anualmente a mesma quantia de doze contos de réis como subvenção à navegação, contrato de “privatização” aparentemente bastante vantajoso para os contratantes:

Termo de contrato que assinam Ruffino Raphael de Carvalho e Deoclecio Costa com o governo do Estado, [...] de acordo com as cláusulas seguintes:

Primeira - Ruffino Raphael de Carvalho e Deoclecio Costa adquirem por compra ao Estado o vapor “Milagres”, o material existente na Barra do Rio Doce e as oficinas, pela quantia de doze contos de réis [...]

Terceira - O governo do Estado concederá aos contratantes compradores pelo espaço de cinco anos a subvenção anual de doze contos de réis pagos em prestações mensais de um conto de réis [...]

Quinta - Os concessionários se obrigam a fazer duas viagens mensais em dias marcados entre Colatina e Barra do Rio Doce, tocando em Linhares [...]

Sétima - Os concessionários se obrigam a transportar para o referido núcleo São José e para terrenos particulares à margem do Rio Doce ou Lagoa Juparanã com 50% de abatimento nas passagens, os colonos e suas bagagens (Diario da Manhã: Orgão Official. Victoria, 29 de outubro de 1911, p.3).

Deve-se ressaltar que em 1911 Colatina já estava conectada a Vitória pela ferrovia, enquanto o comércio de Regência (Barra do Rio Doce) e de Linhares se fazia por navio, transportando mercadorias como madeira e farinha até a estrada de ferro em Colatina.

Com relação às patentes da Guarda-Nacional, em 1910 Deoclecio aparece com o cargo mais alto: o de coronel. Ele aparece com essa patente em notícia de jornal opositor, que denuncia:

Escândalo nunca visto - Fraude em toda parte - Eleições clandestinas - Bandalheiras

Em Regência, (3ª seção) não houve eleição decente. Aí a fraude ostentou-se com requintado cinismo. As atas de organização da mesa e da eleição foram lavradas na véspera do pleito, á noite, no interior da casa do coronel Deoclecio Costa, auxiliado pelos srs. Vicente Lopes e professor Nunes, de Linhares, sumidades respeitáveis na forgicação de atas falsas. [...]

E assim, pela fraude, conseguiu o sr. coronel Deoclecio Costa mais uma vez pôr em evidência o seu “prestígio”, dando à chapa governista 49 votos e a oposição 0, que é o verdadeiro valor da farsa de Regência, onde o dito sr. “impera”. (Estado do Espirito-Santo, Victoria, 20 de janeiro de 1910)

Antes, em 1900, outro jornal denunciava:

Por informações que nos foram ministradas sabemos que na Barra do Rio Doce, não houve eleição, mas o capataz Deoclecio Costa, em agradecimento

de sua reintegração, resolveu organizar no balcão de sua casa comercial umas atas eleitorais, dando unanimidade de votos à gente do governo, figurando como tendo comparecimento a eleição quem nunca foi eleitor (Commercio do Espirito-Santo, Victoria, 8 de fevereiro de 1900).

Se forem verdadeiras essas denúncias de 1900 e 1910, a casa de Deoclecio Costa, além de abrigar com generosidade os oficiais da Marinha em 1887, cumpriu ainda o papel de “cartório eleitoral” informal, onde eram produzidas atas dando todos os votos ao seu partido. Como resume o pesquisador do coronelismo Victor Nunes Leal, as elites locais na República Velha mantinham boa parte da população como seu “rebanho” eleitoral:

Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município (Leal, 1976, apud LEITE, 2014, p.85).

Ibarê Dantas, por outro lado, diverge de Nunes Leal: para ele, a existência do coronelismo na República Velha não estava diretamente relacionada ao número de votantes, mas à capacidade de controlar e impor a coerção sobre a votação: “[...] eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas” (Dantas 1987, apud LEITE, 2014, p.86). Não foi possível em nossa pesquisa levantar dados sobre a capacidade de Deoclecio Costa para mobilizar homens armados e exercer a força, ficando apenas o indício de que isso deve ter ocorrido.

Em 1917, segundo a historiadora Maria Lúcia Grossi Zunti (2017), o governo estadual adquiriu a fazenda Bom Jardim, que pertencia ao “Coronel Deoclecio Costa e sua esposa Laurinda Calmon Costa”. A fazenda em questão se localiza na margem sul do rio Doce, em frente ao centro urbano de Linhares que fica na margem norte. O casal provavelmente não residia naquela fazenda, que pertencia aos Calmon desde o século XIX, provavelmente estava em ruínas há décadas³²⁴ e talvez tenha sido herdada pela esposa de Deoclecio.³²⁵

³²⁴ Lastênio Calmon Jr. (1975, p.37) relata que em 1809 seu antepassado João Felipe de Almeida Calmon estabeleceu-se em Linhares, “onde lhe fora concedida a Sesmaria de Bom Jardim, no local em que se encontra atualmente a Estação Experimental.” Em um relato de 1857, a fazenda estava “inteiramente em decadência”, com “um engenho d’açúcar, cujas ruínas anunciam ainda sua grandeza” (Correio da Victoria, 23 de setembro de 1857, p.3).

³²⁵ Quando comprada pelo governo do estado em 1917, mudou de nome para “Fazenda Goytacazes”; foi transferida ao governo federal em 1923, quando se torna a Estação Experimental, “base de pesquisa da cultura do cacau”. Com terreno de 1.611 ha, a Estação Experimental deu origem à Floresta Nacional de Goytacazes (1.427,96 ha) e a uma Unidade de Pesquisa da CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, instituição federal vinculada ao Ministério da Agricultura. Informações consultadas no Plano de Manejo da Floresta Nacional de Goytacazes (ICMBIO, 2013).

A partir de 1917, o coronel Deoclecio Costa não é mais mencionado nos jornais do Espírito Santo. Podemos concluir que por volta dessa data, já idoso, ele se mudou para a capital da República, pois em 1928 as suas bodas de ouro de 50 anos de casamento aparecem em uma coluna social do jornal *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro, 19 de julho de 1928). E finalmente, em 1931, é noticiado seu falecimento, aos 75 anos, no Rio de Janeiro.³²⁶ A Figura 14 ilustra as localidades onde os jornais da época registram a presença do coronel Deoclecio Costa e de seu pai.

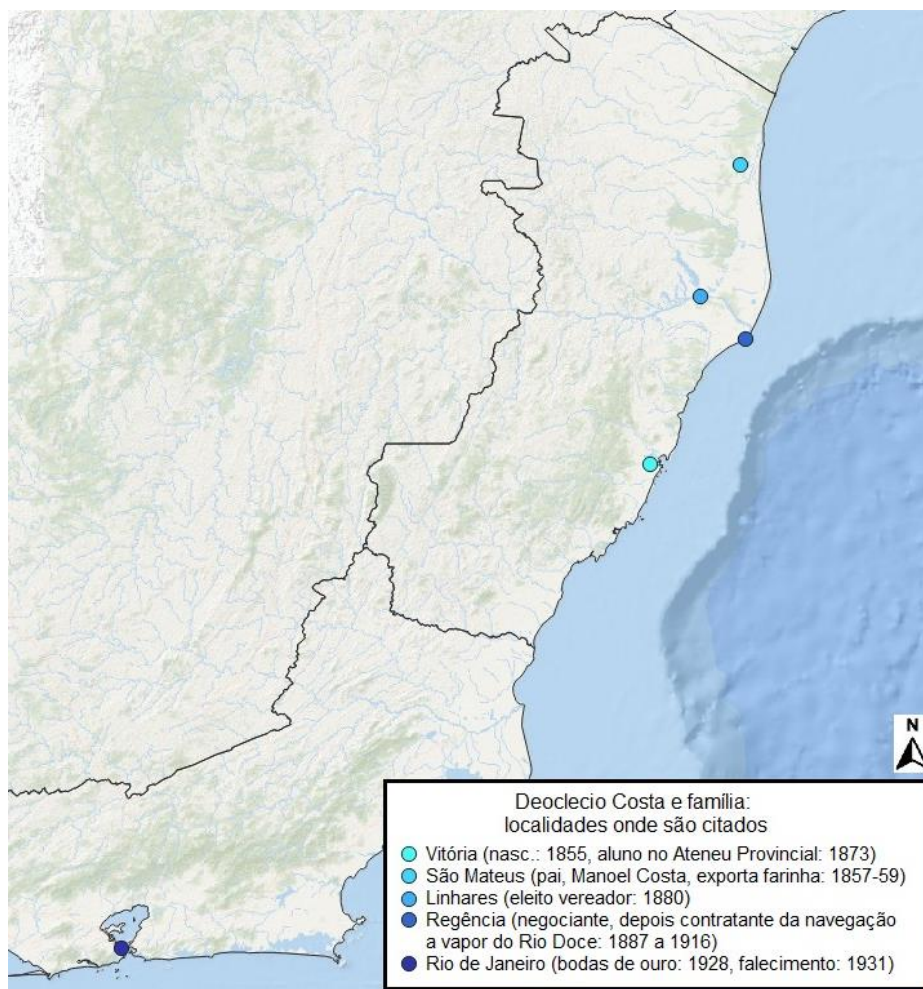


Figura 14: Localidades onde Deoclecio Vieira dos Passos Costa e seu pai Manoel são citados nos jornais das décadas de 1855 a 1931. Elaboração: Evandro de Martini, 2022.

3.12. À guisa de conclusão sobre a região do coronelismo, sobre o Estado movendo fronteiras e sobre o “atraso” onde talvez houvesse “fartura”

Nessa trajetória do filho de comerciante que ascendeu na Guarda Nacional de alferes a coronel, tornando-se o “o centro onde gira[va] tudo” em Regência entre 1880 e

³²⁶ “Chefe de uma das mais tradicionais famílias do Estado, o morto era bastante relacionado no Espírito Santo, [...] trasladando-se depois para o Rio de Janeiro, tendo instalado residência definitiva nessa capital, por motivo de interesses particulares” (*Diário da manhã*, 24 de fevereiro de 1931).

1910, aparecem diversas características típicas do coronelismo, como a influência nas eleições, o casamento com uma herdeira da oligarquia regional, a prática do favor, a falta de autonomização entre a vida pública e particular, etc. Porém, algumas características do Coronel Deoclecio são atípicas, a começar pelas suas fontes de renda: provavelmente ele era proprietário de terras, aparecendo a notícia de retirada de madeira em “suas matas”, mas não parece ter sido um grande latifundiário. A ausência de outras referências a Deoclecio como latifundiário dá a impressão de que sua atuação foi sobretudo no ramo do comércio, no porto de Regência. Conforme comentado por Gabriel Lopes (2022, p.52), nas discussões sobre o coronelismo no Espírito Santo é comum a expressão “coronel-vendeiro”, expressão utilizada “para demonstrar a dependência do pequeno proprietário em relação aos proprietários das casas comerciais, [...] a partir de um sistema de tipo coronelista.”

Não sendo um grande latifundiário, ele não dispunha de muitas dezenas ou centenas de agregados dependendo do seu *favor*. O número de votos que ele garantia para a chapa governista era pequeno: uma unanimidade na seção eleitoral de Regência, mas composta de apenas 49 eleitores em 1910 enquanto, para comparação da ordem de grandeza, no ano de 1900 o número de eleitores em Cariacica, Itapemirim, São Mateus e Serra variava entre 350 e 632 em cada um desses municípios. Não foram encontrados dados populacionais para Regência nesse período, mas sabe-se que a maior parte da população não votava, uma vez que o voto era restrito aos homens adultos alfabetizados. Pode-se supor que a maioria dos habitantes do litoral de Linhares – e aí estamos incluindo aqueles próximos do núcleo urbano de Regência e também os genericamente designados como *caboclos* que, como se sabe, viviam sobretudo da pesca, de roças de mandioca e da caça em grande parte das lagoas e terras alagadas da região, bem como às margens do Rio Doce, e a partir dos anos 1910 nas fazendas de cacau, o conjunto daqueles caboclos, em contextos diversos entre si, parecia viver com um acesso relativamente livre à terra (sobretudo aquelas em tese “inproveitáveis”), ao peixe, aos “remédios do mato” e outros meios de subsistência, e não necessariamente com uma ascendência tão forte do coronel local sobre suas vidas.

Os caboclos de vida relativamente independente constituíam, ao mesmo tempo, uma reserva de “braços” em momentos de necessidade como períodos de colheita ou obras. A historiadora local Maria Lúcia Grossi Zunti (1982, p.103) relata a longa construção da estrada entre Linhares e Vitória na década de 1930. Por volta de 1934,

segundo Zunti (1982, p.103), o chefe da Estação Experimental de Goytacazes³²⁷, Henrique Rímulo, “contagia o povo e inicia a abertura” da estrada na margem sul do rio Doce,

fornecendo alimentação a quem viesse trabalhar. Animados, Talma Pestana, Coronel Lastênio³²⁸ e ainda Agnelo Guimarães iam de canoa, com motorzinho de popa, na beira das lagoas, povoadas pelos caboclos, para buscarem quem quisesse trabalhar naquelas condições. Muitos de Linhares também se prontificaram. Era uma nova esperança que surgia.

Os caboclos das lagoas, portanto, eram “buscados” por aqueles membros da elite para trabalharem na construção da estrada, assim como em outros momentos eram aqueles “humildes caboclos colhedores de cacau que suavam e suavam debaixo das matas para colher, cortar os frutos, tirar as sementes e colocá-las para secar”, como relata Zunti (2017) em outro texto.³²⁹

Zunti (1982, p.104) conclui que, em 1937, “foi concluído o trecho desta velha rodovia que ligava Linhares a Vitória”. Com a estrada³³⁰ pronta, e até a construção da Ponte Presidente Getúlio Vargas (inaugurada por Vargas em 1954), a travessia do rio, que antes “era feita de canoas”, passa a ser feita por meio de balsas maiores, que transportavam automóveis para o outro lado do rio. Essas canoas e balsas, bem como os “vapores”, navios que faziam a navegação do rio Doce, devem ter tido como tripulantes os caboclos que, segundo todas as fontes, eram exímios conhecedores do rio e do mar.³³¹

Após essas constatações sobre a mobilização do trabalho dos “caboclos do rio Doce”, que parece ter se dado em termos relativamente sazonais, com aquelas populações passando boa parte de suas vidas com relativa autonomia nas terras “inaproveitáveis”, nas lagoas, no rio ou no mar de onde tiravam peixe e outras fontes de subsistência, podemos nos aproximar do encerramento deste capítulo com considerações mais eminentemente teóricas, que escolhemos deixar para essa etapa final, após os relatos empíricos, evitando assim formular categorias e conceitos “em abstrato”. Relembrando a provocação do Professor Dieter Heidemann (2021, comunicação pessoal) citada em nosso 1º capítulo, é

³²⁷ Como vimos acima, trata-se da “base de pesquisa da cultura do cacau”, a cargo do Governo Federal a partir de 1923. Atualmente, Floresta Nacional de Goytacazes e unidade de pesquisa da CEPLAC.

³²⁸ Pai do escritor Lastênio Calmon Jr.

³²⁹ Sobre o cultivo do cacau em Linhares, além de Calmon Jr. (1975), a obra de referência, embora aderindo acriticamente à “ideologia do pioneiro”, é a de Maria Cilda Soares da Costa (1989): *Terra e povoamento da lavoura cacauzeira no Espírito Santo - um estudo de caso: Linhares - 1900/1930*.

³³⁰ Atualmente, trata-se de um trecho da BR-101.

³³¹ Saint-Hilaire (2020, p.82), em 1818, já notava que os “índios civilizados” do litoral eram “exímios no mar” e conheciam perfeitamente a costa de Nova Almeida até Vitória. Rubem Braga ([1949] 1984) afirma que “o pescador, o embarcadiço, o caboclo de praia [...] é o amigo certo, o irmão do marinheiro.”

importante nos questionarmos, no movimento do pensamento crítico entre o empírico e o categorial, sobre “como essas categorias pensadas em outros lugares se aplicam aqui?”

Nesse litoral norte capixaba que, no capítulo anterior, definimos como “região da falta de braços”, é difícil pensar em aspectos como “fechamento da região” e “abertura da região” exatamente nos mesmos termos de Francisco de Oliveira (1977) desdobrados depois por Ana Carolina Leite (2014) entre outros pesquisadores. Para fecharmos este capítulo comparando a formulação de Oliveira e a de Leite sobre a região coronelista com alguns aspectos da particularidade territorial “litoral norte capixaba”, será necessária, assim como no capítulo anterior, uma retomada das bases teóricas, retomada informada por todas as situações particulares já relatadas acima. Só assim poderemos sublinhar, na teoria, o que é formulação lógica e o que se aplica à particularidade histórica e regional aqui em questão – novamente a discussão sobre lógica e história, formulada por Robert Kurz (2014) e já abordada no capítulo anterior. Aqui quando falamos em lógica, fazemos referência não só à lógica de pesquisadores autonomizados e em tese distanciados do processo, mas também à lógica que informou as decisões dos sujeitos como os coronéis e seus agregados. Para elucidar essa questão, discutiremos a conceituação de *região* por Francisco de Oliveira e como ela dá ensejo a formulações para além do dualismo entre *moderno e tradicional* como duas esferas separadas; argumentaremos a seguir que o “fechamento da região” abordado por aquele autor parece ter sido não só um processo histórico, mas sobretudo um objetivo lógico perseguido pelas oligarquias regionais, embora não formulado por elas exatamente nesses termos de Oliveira.

Conforme já vimos no capítulo anterior, Francisco de Oliveira, em sua obra *Elegia para uma re(li)gião*, buscou pensar criticamente o planejamento regional no Brasil, tendo a seguinte hipótese central para pensar a região: estas se constituíram ligadas ao comércio internacional de mercadorias, ou seja, não de forma autônoma e autárquica, mas ao mesmo tempo cada uma com seus aspectos particulares que corresponderiam, segundo Oliveira (1977, p.31), às “várias formas que a produção do valor toma, subordinadas a uma dinâmica mais geral.” Conforme temos proposto, no período estudado nesses capítulos 2 e 3 (século XIX e primeira metade do XX), a “produção do valor” se deu a partir de relações sociais extremamente diferentes nas duas regiões “litoral norte do Espírito Santo” e “extremo norte do Espírito Santo”: na segunda, com base em trabalhadores escravizados e, após 1888, nas relações pós-escravistas; na primeira, com a predominância de “homens livres na ordem escravocrata” (FRANCO, 1997) e com uma grande diversidade de modalidades não assalariadas de trabalho, dos mais compulsórios,

com violência direta, até outros com aparência de autonomia, nos quais *caboclos* ou *indígenas* vendiam a farinha que produziam ou eram eventualmente recrutados para trabalhar em jornais na abertura de estradas ou na colheita do cacau.

Até este ponto, o conceito econômico e político de região proposto por Francisco de Oliveira tem nos servido para discutirmos as particularidades do litoral norte capixaba para além da oposição dualista entre as “zonas pioneiras” (WAIBEL, 1955) e o litoral caracterizado por “letargia” e “decadência” (DEFFONTAINES, 1938), que nas formulações hoje hegemônicas iria se modernizar apenas na década de 1970 ou mesmo depois.³³² Assim, ao mesmo tempo que questionamos se essa “decadência” aos olhos do geógrafo francês não poderia corresponder a situações de “fartura” nos olhos e bocas locais, também apontamos que, apesar das igrejas “em ruínas” e dos portos com pouca circulação de mercadorias, aquele litoral norte permanecia, nos tempos de Deffontaines, inserido em uma dinâmica mais geral de relações de capital em processo, não obstante os aspectos das relações de produção e da vida cotidiana que se configuram como *tradicionais*.³³³ Temos entendido esses aspectos tradicionais como evidência de que, naqueles contextos territoriais, embora as relações mediadas por mercadorias permeiem a vida social há muito tempo, a “ocupação” da vida social – na formulação de Debord – foi mais um processo do que um resultado finalizado e cristalizado na forma social.³³⁴ Para Debord ([1967] 2019, § 41), como vimos, com “a revolução industrial, [...] a mercadoria aparece como uma força que vem ocupar a vida social.” Esse processo designado por “vem ocupar”, se no texto de Debord pode parecer relativamente imediato, em nossas pesquisas tem se mostrado sobretudo em suas mediações pela forma-

³³² Na formulação de Anderson Portuguesez (2019, p.79; p.90), que criticaremos no próximo capítulo, as comunidades pesqueiras da foz do rio Doce “viveram de forma isolada até a década de 1980”, década em que chegou ao território o “capital hegemônico”, causando a “ruptura dos modos tradicionais de vida”.

³³³ Inúmeras práticas e conhecimentos tradicionais relacionados à pesca, às roças, à medicina tradicional, além de festas religiosas e do congo, tudo isso seria enfatizado a partir do fim do século XX como aspectos do *modo de vida* das *populações tradicionais* quando estas emergem na política e na academia, como veremos no capítulo 4.

³³⁴ Quando Debord (2019, § 42) argumenta, ainda, que o “espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social”, embora seja uma formulação concisa sobre a generalização da formamercadoria, com a qual concordamos, é possível lançarmos novas questões: (I) sobre os aspectos não-simultâneos desse “ocupar totalmente” nos diferentes contextos territoriais, sobretudo aqueles habitados por *populações tradicionais*; (II) sobre a relação entre esse “ocupar totalmente” e a “sombra lançada pelo valor”, a dissociação formulada por Scholz (1992), que além do seu aspecto de gênero, guarda semelhanças com a racialização e a (des)classificação dos indivíduos entre “trabalhadores” e “vadios”. Temáticas abordadas diversas vezes em nossa pesquisa, que não tivemos condições de aprofundar a partir da crítica do valor-dissociação.

mercadoria e suas não-simultaneidades: são as várias camadas de modernização ao longo do tempo concomitantemente à adaptação e reinvenção das tradições.³³⁵

Não temos formulado as relações sociais “não tipicamente capitalistas” – ou seja, não baseadas em trabalho assalariado e na autonomização entre terra, trabalho e capital – em termos de “forma simples” do valor, de “trocas eventuais”, ou ainda de “circulação simples de mercadorias” (MARX, [1867] 1996)³³⁶, por entendermos que essa explicação lógica – em resumo, um produtor autônomo que vende as mercadorias produzidas por ele e consome outras que não produz – não corresponde ao processo histórico, ao menos na particularidade da colonização brasileira, em que, como vimos no capítulo 2, o trabalho abstrato voltado para a produção de mercadorias é imposto com violência e, como vimos neste capítulo, a própria existência dessas trocas realizadas por produtores relativamente autônomos tem pressupostos nada simples e já mediados, como a colonização voltada para a produção de mercadorias, o fim dos aldeamentos jesuítas, os processos de “civilização dos índios selvagens”, o subsídio estatal à navegação e à ferrovia, etc. Todos esses pressupostos só se concretizaram devido à existência de um Estado-Nação já formado³³⁷, primeiro Portugal, depois o Brasil, o que torna difícil concordar com a explicação lógica sobre dois produtores autônomos realizando “troca simples”.

Retomemos brevemente esses “pressupostos” para a troca de mercadorias que poderia parecer simples: Laura de Mello Souza (2006, p.51), discutindo com historiadores que enfatizam o “poder local”, ressalta que o “Estado esteve indiscutivelmente presente na colonização e na administração das possessões ultramarinas.” Não teria havido colonização das Américas sem a forma estatal, ainda que um Estado com princípios diferentes dos atuais, onde “o público não se distinguia claramente do privado” (ibid., p.36). A colonização se deu, portanto, não por navegadores autônomos, mas com base em um projeto geral no qual “tudo se fazia em nome do rei” (ibid.), com o sentido geral de produzir mercadorias tropicais para mercados europeus (PRADO JR., 1961). A capitania,

³³⁵ Conforme a provocação de Eric Hobsbawm (2008), em tempos de acelerada modernização pode mesmo ocorrer uma “produção em massa de tradições”.

³³⁶ Assim como outros pesquisadores recentes com relevantes contribuições, Simone Ferreira (2009, p.150) analisa diversos processos com base na “circulação simples”, formulada no 1º volume d’O Capital, no qual “Marx analisa o campesinato sob a ótica de sua produção econômica, orientada por preceitos distintos da capitalista, enquanto ‘circulação simples de mercadorias’ destinada à satisfação de suas próprias necessidades, onde o camponês vende as mercadorias produzidas por ele mesmo e consome outras que não produz.” Em nossa pesquisa, tendo em vista as discussões já apresentadas sobre abordagem lógica *versus* abordagem histórica (KURZ, 2014), não buscamos encontrar, nas relações sociais que estudamos, a “circulação simples”.

³³⁷ Embora não se tratasse do Estado nacional moderno como o conhecemos hoje.

depois província do Espírito Santo, além de produzir cana e, após cerca de 1850, café, também teve mercadorias importantes para a reprodução social nas grandes cidades como o Rio de Janeiro: no litoral norte capixaba, eram “exportadas” para a capital do Império e da República a madeira (até o começo do século XX) e a cal (século XIX). Esse comércio de mercadorias, por sua vez, tinha como pressupostos a catequização e “civilização dos índios”, tanto com o objetivo de resolver o problema de “falta de braços” para atividades como a extração de madeira e cal e o comércio marítimo³³⁸, como no sentido de garantir a posse de terras ocupadas por “índios selvagens” e “ferozes”.³³⁹ Finalmente, a subvenção estatal à navegação no rio Doce e de cabotagem no litoral, desde o século XIX³⁴⁰, e à Estrada de Ferro Vitória a Minas a partir da década de 1900³⁴¹ mostram que essas modalidades de transporte, as principais no norte capixaba até meados do século XX, não ocorriam de modo descentralizado, pela vontade do “produtor autônomo de mercadorias” e da “mão invisível” do mercado.

A partir desse resumo sintético dos “pressupostos” para a circulação de mercadorias no litoral norte do Espírito Santo em um período supostamente anterior à sua modernização, entendemos que a discussão da região em mediação com a totalidade em processo deu ensejo, nessa dissertação, a uma série de discussões em que as categorias *mercadoria*, *terra*, *trabalho* e *capital* se mostram nem um pouco triviais, mas formadas em um histórico de relações sociais violentas: o “progresso histórico” aparece como uma sucessão de violências, expropriações e confinamentos dos seus “outros”.

Também a “perspectiva da superação do atraso”, muito comum na historiografia capixaba e em geral no debate de ideias nesse estado³⁴², foi discutida por nós não como uma “narrativa” difusa na sociedade (embora também o seja), mas como uma perspectiva inserida no *planejamento regional* do século XX, bem como já nos seus antecessores, que temos definido como *planos* e *projetos*, para deixarmos claro que, antes do planejamento institucionalizado, a modernização já era pensada e escrita por funcionários do governo

³³⁸ Se as fontes do século XIX e início do XX frequentemente acusam os indígenas de não praticarem agricultura (erradamente, pois eles tinham suas roças, o que não costumavam fazer era plantar além do necessário para subsistência), muitos são os autores daquele período afirmando que os indígenas eram grandes conhecedores das matas e suas madeiras de lei e da navegação fluvial e marinha.

³³⁹ No contexto da “região das lavras baianas”, Carlos Toledo (2008, p.46) explica sinteticamente que a “pacificação do gentio aparece como um pressuposto do valor da terra [...]”.

³⁴⁰ Mencionadas por Goularti Filho (2011); Verissimo Costa ([1905] 1934) e no jornal capixaba Diário da Manhã (1911), já citados neste capítulo.

³⁴¹ Mencionadas por Araripe (1954) e por Faleiro e Vargas (2012), também já citados.

³⁴² Conforme discutido por Rafael Nascimento (2016) em *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*.

da província, padres que escreviam em jornais, comerciantes ou coronéis:³⁴³ os diversos documentos abordados até aqui mostram que não se tratou de um processo espontâneo ou apenas empírico. Não obstante as diferenças entre a colonização do *Antigo Regime Colonial* (NOVAIS, 1995), a ocupação de “terras virgens” por *colonos* na segunda metade do século XIX e a ocupação econômica das *fronteiras* organizada por um Estado-Nação mais centralizador nos anos 1930-40, temos visto que nesses diferentes momentos históricos os responsáveis pelos diferentes projetos modernizadores – e mais recentemente pelo planejamento regional em instituições voltadas para a correção dos “desequilíbrios regionais” – buscavam “corrigir o que foi ideologicamente apresentado como ‘atraso, pobreza e estagnação’” (LEITE, 2014), sem perceber que aquelas relações sociais consideradas atrasadas tinham se formado em processos anteriores que, em sua época, correspondiam à modernização. Assim, como para Leite (2014, p.87), para nós também interessa observar a formação e crise das categorias do capital, e não definir a região “pela falta”, em nosso caso, falta de comércio, “falta de braços”, falta de acumulação, formulação que naturaliza essas categorias sempre pressupostas como atributos do “homem”.

Até aqui, portanto, a conceituação de *região* por Oliveira (1977) e Leite (2014; 2015) tem nos permitido desdobrar os debates sobre o litoral norte do Espírito Santo. Sigamos acompanhando a formulação de Oliveira:

Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de região que se queria introduzir seja a da dimensão política, isto é, de como o controle de certas classes dominantes “fecha” a região. [...] O “fechamento” de uma região pelas suas classes dominantes consegue reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. E, nessa reprodução, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção (OLIVEIRA, 1977, p.31).

Essa formulação sobre o “fechamento” da região a partir do controle das classes dominantes locais sobre as relações sociais foi desdobrada por Ana Carolina Leite (2015) para a particularidade do Vale do Jequitinhonha e por Erick Kluck (2016) para os brejos do médio São Francisco. Reconhecendo a relevância das discussões travadas por esses autores, vamos destacar aqui, contudo, que o “fechamento” e “abertura” de regiões é sobretudo uma descrição lógica de um conjunto de processos e objetivos. E em termos

³⁴³ No período anterior ao planejamento com suas instituições autonomizadas, porém, frequentemente as mesmas pessoas ocupavam esses mesmos papéis: a autonomização entre público e privado também estava em processo. Conferir o capítulo “O bacharelismo e o desejo de modernização da agricultura”, na tese de Boechat (2013).

históricos, este processo – com a abertura ocorrendo sobretudo após a mudança de regime em 1930, que levou a uma maior intervenção nacional sobre as decisões das oligarquias regionais – não precisa necessariamente ter ocorrido de forma simultânea e idêntica em todo o território brasileiro, ainda que em todo o território tenham havido transformações com o evento político conhecido como “Revolução de 1930”, assim como com outros eventos políticos e econômicos de escala nacional como “abolição da escravatura”, “proclamação da República”, ou de escala mundial como a “Crise de 1929”. Vimos, para o caso da extinção do município do Riacho em 1931, como a crise econômica e a mudança no poder político nacional se desdobraram em mudanças em escala bem mais local.

Estamos propondo aqui que no litoral norte capixaba, ao mesmo tempo em que houve sem dúvida coronéis no sentido estrito de homens com essa patente superior da Guarda Nacional, bem como no sentido figurado de oligarquias regionais, não necessariamente os coronéis daqui era idênticos aos do resto do país, que aliás também não eram iguais uns aos outros. Isto é, todas as “regiões coronelistas” do fim do século XIX e início do século XX tiveram que se mediar com os eventos nacionais como a abolição da escravatura em 1888 e a centralização de poder no âmbito federal nos anos 1930 – para citarmos apenas dois eventos nacionais de relevância e que, em última análise, estão ligados a processos ainda mais amplos e internacionais –, mas ao mesmo tempo em cada “região” os processos ocorreram de formas particulares. E nosso argumento é o seguinte: não necessariamente todas as oligarquias regionais conseguiram – simultaneamente em termos cronológicos – atingir seu objetivo lógico de manter sob seu controle e relativamente estáticas as relações de produção.

Pela documentação estudada neste capítulo e no anterior, não parece razoável afirmar que oligarcas do litoral norte capixaba como Deoclecio Costa tenham conseguido bloquear “a penetração de formas diferenciadas de geração do valor e de novas relações de produção” conforme formulou Francisco de Oliveira (1977, p.31). Este autor tinha em mente sobretudo as oligarquias açucareiras do Nordeste do país, que não abordamos aqui: talvez para aquela particularidade seja razoável afirmar que, até a década de 1930, houve regiões “fechadas” por suas elites regionais, com uma continuidade por décadas da hegemonia local baseada na produção e comércio do açúcar. No norte do Espírito Santo, contudo, o papel predominante da estação de ferro Vitória a Minas a partir da década de 1900 levou a mudanças consideráveis nas relações sociais, tanto nas proximidades da ferrovia – fundação ou grande crescimento de cidades como Fundão, Colatina e, décadas depois, Aracruz – como no litoral que se tornaria “decadente” e em “letargia”

(DEFFONTAINES, 1938). Conforme formulado pelos economistas Faleiros e Vargas (2012, p. 21), a ferrovia representou uma conquista do espaço econômico capixaba pela cidade de Vitória, em “um programa de concentração urbano-industrial na capital em detrimento do interior, de modo que Vitória pudesse se colocar como praça internacional.” Ou seja, um processo planejado, com participação do Estado em suas esferas estadual e federal, já que este último fornecia a garantia de juros sobre o capital investido que eventualmente não obtivesse a remuneração esperada. Naquele início de século, portanto, houve “uma clara opção por um projeto centralizador e concentrador de recursos” (Ibid.) na capital do Espírito Santo, e isso embora as “oligarquias regionais” (OLIVEIRA, 1977) tivessem um longo histórico de relações e influência junto ao governo da província, exemplificado pelas várias menções, nos jornais de Vitória, ao “nosso amigo Deoclecio Costa” (1887), “chefe influente do nosso partido” na Barra do Rio Doce [Regência] (1900). Ou, para nos aproximarmos do tipo de argumentação de Francisco de Oliveira, naquelas décadas de 1900 e seguintes, com a ferrovia, oligarquias regionais do norte do Espírito Santo – como aquelas “famílias” de Linhares citadas por Calmon Jr. – perderam poder e, até certo ponto, foram substituídas por outras classes dominantes, “de caráter nacional e internacional” (OLIVEIRA, 1977, p.32).

O Coronel Deoclecio, aliás, se muda de Regência para o Rio de Janeiro na década de 1910: não podemos afirmar se devido à sua avançada idade ou à diminuição das oportunidades econômicas naquela que se tornava uma “vila de pescadores”, isto é, uma vila onde apenas os pescadores permaneciam e outras pessoas já haviam se mudado, aquelas, nas palavras de Deffontaines (1959), mais voltadas para “a atividade e o progresso”.³⁴⁴

Também no caso da produção da “cal marinha” em Caieiras Velhas, o “fechamento da região” se deu apenas enquanto aquela mercadoria era competitiva nos mercados. Sobre essa mercadoria, aliás, nada sabemos em relação aos indivíduos que acumularam capital com sua produção e comércio, mas certamente houve alguém ganhando dinheiro com a “exportação”, daquele “artigo importante de comércio” que, ao menos no relato de Saint-Hilaire ([1833] 2020, p.88), se revendia em Vitória e Campos dos Goytacazes. Em fins do século XIX, quando a cal marinha foi substituída pela “cal de pedra” extraída de minas e mais adequada à produção de cimento, os “coronéis” que

³⁴⁴ Aqui podemos lembrar novamente que o “caboclo” estereotipado de Monteiro Lobato ([1919] 1956) é o último que permanece nas “cidades mortas”, em uma coincidência com os “caboclos de Regência”.

mobilizavam o trabalho indígena para a produção daquela mercadoria certamente passaram a se dedicar a outras atividades.³⁴⁵

Ainda buscando a ilustrar o “fechamento” de regiões como um objetivo lógico de elites regionais, mais do que como um fato histórico ocorrido em todo o Brasil de forma simultânea, podemos fazer um breve recuo cronológico e constatar que talvez o exemplo mais bem acabado de “fechamento da região” no litoral norte capixaba seja o caso dos aldeamentos jesuítas, efetivamente “fechados” por um estamento eclesiástico que evitava instalar os aldeamentos junto aos principais entrepostos comerciais – como Vitória e São Mateus – e colocava obstáculos à vinda de portugueses para os aldeamentos, com exceção dos clérigos. Sem dúvida, aqui estamos utilizando de forma bastante *desviada* a formulação de Francisco de Oliveira, tendo em vista que os aldeamentos jesuítas dos séculos XVI a XVIII, embora estivessem em mediação com a colonização estritamente voltada para a produção de mercadorias, tinham objetivos de catequização de almas muito além desses fins estritamente econômicos e ligados ao uso dos corpos para a produção de mercadorias no período colonial. Contudo, feitas essas ressalvas, o projeto de “fechamento” dos aldeamentos jesuítas aparece de forma clara por exemplo nas palavras do padre jesuíta Bastião Gomes, residente na capitania do Espírito Santo, em 1596: “se os nossos religiosos não tiveram cuidado” do “gentio” – isto é, dos indígenas – “e de os amparar e defender das unhas e dentes dos brancos, já não houvera nenhum”, e devido à insistência dos jesuítas, junto aos brancos, para que “não cativem estes pobres índios, somos [os jesuítas] malquistos da maior parte dos portugueses [...]” (Gomes, 1596, apud CUNHA, 2015, p.227).³⁴⁶

Nas palavras do padre Gomes, os jesuítas se tornaram “malquistos da maior parte dos portugueses” ao buscarem “amparar” e “defender” os “pobres índios”. Se a carta autoelogiosa do padre traz elementos que parecem verdadeiros, sobre o papel “protetor” dos jesuítas em relação aos outros portugueses, ao mesmo tempo ele omite que os jesuítas, em suas fazendas no Espírito Santo, não apenas “amparavam” os indígenas, mas também foram grandes produtores de gado, de açúcar e de produtos hortícolas excedentários para os mercados locais (CUNHA, 2015, p.3), certamente com base no trabalho indígena.

³⁴⁵ Não sabemos que eram esses “coronéis” da cal, mas provavelmente a acumulação se dava sobretudo no comércio, assim como no contexto do porto de Regência, no caso já discutido do Coronel Deoclecio.

³⁴⁶ Na carta de 1795 à rainha D. Maria que abordamos no capítulo II, os suplicantes indígenas afirmam: “os Jesuítas que criaram as ditas aldeias que agora são Vilas nunca consentiram Portugueses alguns nelas aforados” (MATTOS, 2017, p.37).

Embora Vania Moreira (2017, p.112) afirme que, na capitania do Espírito Santo, em comparação com outras capitanias, os jesuítas receberam “bom apoio dos donatários para a obra missionária”, mesmo assim transparece em alguns documentos o interesse daqueles religiosos em manterem os aldeamentos relativamente afastados dos latifúndios produtores de cana e dos principais entrepostos comerciais. A historiadora Maria José dos Santos Cunha, em sua tese sobre a atuação dos jesuítas no Espírito Santo, argumenta que seus aldeamentos “traduziam o desejo de modelagem dos ameríndios ao colonizador em espaços limitados e supervisionados”, o que podemos entender como uma territorialização relativamente “fechada” – no sentido de Francisco de Oliveira – a interferências externas: “Desde 1549 e em poucos anos, estabeleceram-se num regime que tanto incomodava e constrangia as autoridades civis, quanto qualquer grupo social”, afirma Cunha (2015, p.270), discordando em parte de Moreira ao entender que, ao longo da permanência da ordem jesuíta no Espírito Santo “não faltaram embates com representantes do poder temporal” (ibid. p. 272).

A “abertura” se deu apenas 210 anos depois, com a expulsão dos jesuítas em 1759, precedida pelo Alvará Régio de 4 de abril de 1755, no qual o Rei de Portugal incentiva os casamentos entre portugueses e indígenas:

meus vassallos deste reino e da America, que casarem com as Índias dela, não ficam com infâmia alguma, antes se farão dignos da minha real atenção [...]. O mesmo se praticará a respeito das Portuguesas que casarem com Índios: e a seus filhos e descendentes (Alvará Régio de 4 de abril de 1755, de D. José I).

A historiadora Maria Regina Celestino Almeida (2017, p.29), ao abordar a política indigenista do ministério do Marquês de Pombal, afirma que naquele período foram criadas as bases de uma proposta assimilacionista que teve como objetivo “transformar as aldeias indígenas em vilas e lugares portugueses e acabar com as distinções entre os índios e os demais súditos do rei [...]”. Ou seja, tomando com extrema liberdade a formulação de Francisco de Oliveira, tratou-se de uma “abertura” de aldeias e terras anteriormente controladas rigidamente pela ordem religiosa dos jesuítas. A política assimilacionista mencionada por Almeida se desdobraria ao longo do século XIX, no processo que a historiografia capixaba e brasileira entenderia como uma extermínio ou por integração e que, como temos abordado, é um processo relacionado também com um longo processo de mudança das “formas de classificação social e governança” do Antigo Regime (MOREIRA, 2017), que foram dando lugar à igualação dos cidadãos enquanto

trabalhadores, conforme as ideias liberais que, como propõe Schwarz (2000), mesmo que adotadas de forma imprópria, eram “indescartáveis”.

Finalizando o debate sobre a questão regional, tomamos também como objeto de crítica a periodização feita por Francisco de Oliveira (1977), na qual o processo de formação do Estado Nacional se intensifica fortemente por volta de 1930, ao mesmo tempo que se reduz a hegemonia das “oligarquias regionais”. Entendemos que essa periodização do processo que podemos chamar de “abertura da região” vai aparecer sempre nas particularidades locais brasileiras, porém com características mediadas e diversas. Tanto a crise de 1929 como a revolução/golpe de 1930 aparecem nos eventos locais abordados neste capítulo: o Espírito Santo como um todo foi afetado pela flutuação no preço do café, pela nomeação de um interventor encarregado do “saneamento das contas públicas”, pela interrupção das construções de ferrovias, etc. Porém, ao olharmos mais cuidadosamente para o litoral, vemos que os mesmos processos podem ter datas um pouco diferentes: no norte do Espírito Santo, a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, sobretudo entre 1903 e 1906 (mas com estações mineiras construídas alguns anos depois), parece ser o grande marco da interiorização da economia e perda de poder de alguns “coronéis” do litoral, com a decadência dos portos locais e centralização do comércio no Porto de Vitória, o que passou por decisões do governo estadual, como a de subsidiar a construção da ferrovia Vitória – Minas mas suspender a obra da ferrovia Santa Cruz – Barbados, nos desdobramentos da Crise de 1929.

Com a decadência econômica dos portos de Santa Cruz e Regência a partir da década de 1900³⁴⁷, bem como a atração de pessoas e capitais para as terras supostamente “virgens” do interior onde as madeiras de lei ainda estavam em pé (segundo Borgo et al., 1996, o “ciclo madeireiro” no norte capixaba duraria até os anos 1960) e onde a alta fertilidade da terra garantia “rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos” (DEFFONTAINES, 1944), já havia se esgotado alguns anos antes de 1930 a dinâmica regional de mobilização do trabalho. Apesar das reclamações sobre “falta de braços” e excesso de “vadios”, essa dinâmica regional funcionou durante muitas décadas do século XIX para a mobilização de trabalho majoritariamente de “homens livres”³⁴⁸ – embora em muitos casos o trabalho fosse compulsório – para a produção de madeira, farinha de

³⁴⁷ Como vimos, na década de 1930, segundo Deffontaines (1938), “não chega[va] mais nenhum navio” nesses portos do litoral norte capixaba. Os pequenos barcos dos pescadores, porém, permaneceram.

³⁴⁸ E também com trabalho escravo até 1888. Mas, como vimos no capítulo 2, na década de 1870 os negros escravizados eram menos de 10% da população nos atuais municípios de Aracruz e Linhares.

mandioca e cal que eram transportadas por navegação de cabotagem para Vitória e Rio de Janeiro e consumidas naqueles centros urbanos ou exportadas para mais longe. Após 1930 e até cerca de 1970, menos do que a “integração nacional”, a “decadência” era a principal característica do litoral norte capixaba nas descrições de geógrafos e planejadores, com uma única exceção: a cultura do cacau sombreado restrita às margens do baixo rio Doce.

Sobre essa temporalidade da “abertura da região”, podemos recordar o caso específico do município do Riacho. Ali, o governo centralizador de 1930 vai apenas constatar um processo anterior de “decadência” desse município, que será extinto a partir da justificativa de uma gestão mais profissional das contas públicas ou, nas palavras da época, a constatação de “deficiência de renda” após “verificação severa e consciente das contas das Prefeituras” (Diário da Manhã, 13 set. 1931. p.5).

No sentido usado por Monteiro Lobato, os núcleos populacionais do litoral norte – Nova Almeida, Santa Cruz, Barra do Riacho, Regência, já eram “cidades mortas”³⁴⁹ por volta de 1920, com as oligarquias locais já tendo se mudado para outros lugares ou empobrecido.³⁵⁰ O caso do coronel Deoclecio Costa se insere nesse processo: ele se muda de Regência para o Rio de Janeiro em alguma data entre 1917 e 1928. Evidentemente essas cidades não estavam mortas em um sentido literal: talvez algumas pessoas ali estivessem até vivendo melhor do que em outros período mais “desenvolvimentistas”, como temos discutido na seção 3.6 e em outros trechos da dissertação em que aparecem menções, na *história oral*, a um período de “fartura”.³⁵¹

Em nossa pesquisa sobre o processo de avanço da fronteira econômica no norte capixaba, buscamos destacar sobretudo o quanto a marcha do progresso ocorreu concomitantemente à formação de um “outro” na retaguarda da faixa pioneira, mais especificamente no litoral, a “zona de antigo povoamento”, a “região atingida por letargia” e “decadência” nas palavras de Deffontaines (1938). Finalmente, buscamos

³⁴⁹ Conforme a descrição de Pierre Deffontaines em 1938 sobre as igrejas em ruínas e os cais vazios.

³⁵⁰ Segundo Calmon Jr. (1975, p.46), na década de 1930 começa um novo “período desenvolvimentista” em Linhares, sobretudo graças ao cacau plantado entre a foz do rio Doce (vilas de Regência e Povoação) e a cidade: “a lavoura cacauzeira, reiniciada com ímpeto invulgar em 1917, começava a eclodir, enviando os seus dourados frutos, transformados em amêndoas secas, para o exterior do país [...]”.

³⁵¹ Trata-se apenas de uma hipótese que ajuda a pensar sobre temas como expropriação, miséria e fartura. É digna de nota a formulação de Destutt de Tracy, citada por Marx em seu capítulo sobre a *assim chamada acumulação primitiva* (1985, livro I, vol.II, Cap.23, p.277): “As nações pobres são aquelas em que o povo está bem, e as nações ricas são aquelas em que ele é comumente pobre.” Não buscamos testar tal hipótese para comprová-la verdadeira ou falsa em relação à particularidade do litoral norte capixaba, pois não entendemos que o papel do pesquisador é afirmar que o “modo de vida” de tal população é bom e lhes traz felicidade. Deixamos isso para as artes ou para as crônicas de Rubem Braga.

entender esse processo não como uma “necessidade” em termos de “avanço da onda civilizadora”, nem como a realização de “sonhos” consensuais de todos os “homens”, mas como escolhas fetichistas de sujeitos que, em suas escolhas racionais, estavam buscando como objetivo – a suposta “elevação do padrão de vida” (WAIBEL, 1955; ARARIPE, 1959) – nada mais do que a continuidade de processos de avanço da territorialização do capital, de reprodução ampliada das relações capitalistas em formação, processos marcados por violência e conflitos.

Enquanto no capítulo anterior já foram abordados diversos *projetos modernizadores*, neste capítulo vimos a consolidação de um tipo de *planejamento* que pressupõe uma maior complexidade na divisão do trabalho intelectual na sociedade. Esse planejamento, que autores como Erick Kluck (2016) vão definir como *planejamento regional*, se voltou para a *integração nacional* e a redução dos *desequilíbrios regionais*, aspectos que também apareceram neste capítulo. Aqui, ficou evidenciada sobretudo a relação entre esse planejamento em processo de institucionalização e a atuação de renomados geógrafos nas décadas de 1930 e posteriores, que buscaram seguir a movimentação da fronteira econômica ao longo do tempo, e que ora viram desenvolvimento, ora viram estagnação e “cidades mortas”. Esses geógrafos como Pierre Deffontaines e Leo Waibel nos parecem relevantes a ponto de dedicarmos a tais autores tantas páginas e análises. Entendemos que as ideias por eles formuladas correspondem à forma social de sua época, cujos fundamentos modernizadores até hoje não foram superados: por isso, é importante refletir sobre esses escritos e criticá-los, ao invés de simplesmente descartá-los como ultrapassados.

Contudo, em toda essa revisão bibliográfica sobre *sertões e fronteiras*, sentimos falta de qualquer tipo de abordagem que buscasse ouvir as populações locais. Os pescadores, que apareceram no capítulo 2, curiosamente sumiram em boa parte dos textos citados neste capítulo, o que não significa que eles tenham desaparecido da realidade empírica.³⁵² Daí a importância, no próximo capítulo, de buscarmos apontar as mediações entre os processos de modernização e as pessoas comuns, como os pescadores que seguiram usando os portos de Santa Cruz, Barra do Riacho e Regência – não da mesma forma que se usava no século XIX, o que põe desafios à pesquisa: muitos dos *conhecimentos tradicionais* sobre as marés, condições climáticas etc. estão presentes há

³⁵² A pesca é citada por Deffontaines (1938), mas apenas brevemente, afinal, a pesca constituía “um recurso”, mas jamais se tornou “um elemento de comércio”. Outros autores aqui citados, como os historiadores capixabas Borgo et al. (1996), Cruz (1997) e Zunti (1982), não dão destaque à pesca.

séculos naquelas famílias, o que não significa que os pescadores de 1800, 1900 e 2000 sejam idênticos entre si, mantendo sempre um mesmo *modo de vida tradicional*.

Além dos pescadores de Santa Cruz e Regência, aparecerão no próximo capítulo também moradores de Areal, Povoação e Degredo (no município de Linhares), de Barra do Riacho e das terras indígenas de Caieiras Velhas e Comboios (no município de Aracruz), localidades que muitas vezes não apareciam nos relatórios, nos mapas e nos trabalhos científicos abordados neste capítulo 3, o que nos leva a crer que muitas das análises de cientistas e planejadores só enxergaram aquilo que era mercadoria e que poderia ser contabilizado, o que não é apenas um engano casual, pelo contrário, revela o quanto essa movimentação das fronteiras é também a movimentação fetichista das mercadorias (como na curiosas expressões “marcha do café” e “colonização pelo cacau”). Talvez não apareça na maioria dos mapas o que não é mercadoria, constatação que não é tão surpreendente quando lemos Guy Debord ([1967] 2019, § 53) descrever “a sociedade do espetáculo, onde a mercadoria se contempla a si mesma num mundo que ela criou”. Adiantando um pouco a discussão do próximo capítulo, é possível supor que hoje Degredo e as Terras Indígenas aparecem no mapa respectivamente de Linhares e de Aracruz porque a generalização da forma-mercadoria na nossa sociedade do espetáculo contemporânea tornou as culturas e as identidades quilombola e indígena mercadorias culturais, que até certo ponto se institucionalizam como “patrimônios culturais”: o *congo capixaba*, a culinária, o artesanato, etc. Ao mesmo tempo, em resposta às lutas dessas comunidades, são “concedidas” terras quase sempre muito limitadas em comparação com os territórios antes utilizados para a reprodução social, que incluía não só agricultura e pesca, mas também a coleta de produtos florestais e do mangue, “remédios do mato”, caça, lazer, etc. O *confinamento territorial*, conforme discutido por Erick Kluck (2016), é um processo que passa pela supressão de *terras de uso comum*, dificultando ou impossibilitando a reprodução social ao mesmo tempo que o Estado simula uma autonomia territorial.³⁵³

A crítica aqui, é importante ressaltar, não pretende dar lições ou sugestões para as lutas de pescadores, de quilombolas e de indígenas. O que está sendo abordado é uma série de processos modernizadores, com os quais essas populações tiveram de lidar, o que

³⁵³ Erick Kluck discute em profundidade o confinamento territorial dos posseiros dos Brejos da Barra, na Bahia. Em resumo, ele observa um longo processo em que foram sendo limitados os territórios dos posseiros, já que os melhores solos foram ocupados por grandes empresários da criação de gado ou da agropecuária. “Ocupando os piores solos, estes posseiros estão cada vez mais constrictos e confinados a um território, dividindo e subdividindo suas já pequenas posses” (KLUCK, 2016, p.298).

os levou a conhecer de perto as mediações direta ou indiretamente violentas da modernização. Essa experiência pode ter criado, na memória coletiva local,³⁵⁴ uma desconfiança e ceticismo em relação aos benefícios do processo de modernização para aquelas pessoas.

No próximo capítulo, seguiremos questionando se a “decadência” e a “letargia” formuladas por geógrafos, economistas e outros especialistas não corresponderiam, em alguns contextos, a situações descritas como de “fartura” na memória coletiva local. Em meio a esses questionamentos, retomemos uma formulação de Jean-Paul de Gaudemar (1977, p.52-53): para ele a “memória popular” tem um papel importante na “desmistificação [do] discurso econômico”. Gaudemar propõe que, idealmente, os textos sobre mobilidade do trabalho deveriam ser escritos em duas colunas: “uma dissecando o discurso econômico” e “restituindo a história real da mobilidade das forças de trabalho”, enquanto a segunda coluna mostraria “o quadro das resistências de todo um povo a um crescimento econômico que lhe é imposto nas suas formas”. Entendemos que nem sempre as “resistências” se dão por meio de conflitos por terras, “fuga para os sertões” ou mudança de regime. A própria “memória coletiva” sobre uma certa “fartura”³⁵⁵ – no mesmo período que, para tecnocratas, seria marcado por decadência e miséria – pode representar uma resistência silenciosa contra um *consenso modernizador* que, seguindo Gaudemar, entendemos que foi imposto, ainda que mais por um *sujeito automático* do que por *sujeitos conscientes*.³⁵⁶ Ou seja, a modernização como trem sem freio no qual a humanidade se encontra (BENJAMIN apud LÖWY, 2005, p. 93), com a progressiva generalização da forma-mercadoria como fim-em-si (KURZ, 2002).³⁵⁷

³⁵⁴ A “memória coletiva” é mencionada desde o título das pesquisas de Juliana Novaes (2020) e Patrícia Cau (2019), ambas em programas de pós-graduação em Educação. Esse conceito se aproxima da “história oral” já abordada mais acima e que, segundo Bernardo Neto (2012), permitiria ouvir aqueles “que foram excluídos pelo discurso colonial.”

³⁵⁵ Importante, aqui, fazermos referência à Prof.^a Ana Carolina Leite que, na defesa de dissertação de Gabriel Lopes (2022) chamou atenção para um detalhe importante: “fartura” é uma palavra frequentemente ouvida na boca dessas pessoas expropriadas e mobilizadas para o trabalho, enquanto “economia do excedente”, “sociedade de escassez”, “mínimos vitais”, “meios de subsistência”, “reprodução social”, entre outros, são, como disse Leite, “palavras de tecnocrata.”

³⁵⁶ Seguiremos rastreando o *consenso modernizador* nessa dissertação. Até certo ponto ele ainda existe e ainda é imposto, mas mudanças sociais recentes – (para Kurz (1992), o *colapso da modernização* –, concomitantemente à mudança de paradigma em que as *populações “atrasadas”* vão se afirmar como *populações tradicionais* indicam uma fragilidade nesse consenso, por isso utilizou-se aqui o verbo no passado: a modernização *foi* imposta.

³⁵⁷ Kurz se refere sobretudo à valorização do valor como fim-em-si, mas nos contextos territoriais não mediados pelo trabalho assalariado e com a subsistência das populações não passando tão centralmente pelo consumo de mercadorias via dinheiro, entendemos que a produção de mercadorias e sua lenta “ocupação” da vida social (DEBORD, 2019) são também fim-em-si de um sujeito automático.

Capítulo 4. Dos “alheios à civilização” às “populações tradicionais”: quando a modernização não encontra “terras virgens”

“É renda e divertimento, porque é ótimo!” (José Leite Costa, pescador, sobre a pesca em Degredo).

4.1. Introdução

Os capítulos anteriores apresentam aspectos da formação territorial desse litoral norte capixaba que chegou ao século XX em situação de decadência econômica – ao menos na formulação do geógrafo Pierre Deffontaines –, com “cidades mortas” enquanto os “pioneiros” e o capital haviam se deslocado majoritariamente para as “terras virgens” ainda disponíveis no interior do Espírito Santo. Conforme discutido no Capítulo 3, as formulações sobre *terras virgens* a serem ocupadas, sobre *sertões* a serem integrados à civilização ou *fronteiras* a serem exploradas, e valorizadas foram amplamente utilizadas por geógrafos na primeira metade do século XX, bem como por planejadores, políticos, fazendeiros e outras figuras, aliás não havendo necessariamente uma autonomização ou separação bem distinta entre essas *personas* da modernização. Por um lado, são importantes as abordagens que buscam refutar e pensar para além daquelas formulações, como fez Vania Moreira (2000) ao demonstrar que as terras em questão não estavam vazias porque estavam ocupadas por indígenas antes do século XVI e, desde então, por indígenas, quilombolas e outras pessoas que, aliás, podiam manter contatos com a “zona policiada” ou civilizada da província do Espírito Santo, formando “zonas de contato” (MOREIRA, 2017). Por outro lado, enquanto conceitos que moveram processos reais, ideias como *terra virgem*, *sertão* e *fronteira* precisam ser analisadas também em relação ao sentido que tais conceitos cumpriram na *colonização* e na *modernização*, estes sim processos reais sem qualquer dúvida. Mas, para além dessas formulações que sempre projetavam “novas formas de ocupação e exploração” dos sertões (MORAES, 2003, p.2), nos interessa no presente capítulo observar os projetos modernizadores que identificavam explicitamente as pessoas do litoral norte capixaba como “parasitárias” ou “atrasadas” e buscaram modernizar suas relações sociais, normalmente sem chegar exatamente aos fins almejados, o que não significa que essa modernização tenha “falhado”, uma vez que as várias camadas incompletas de modernização moveram processos e mudaram aspectos da vida cotidiana.

Neste capítulo 4 buscaremos, portanto, discutir alguns processos modernizadores diretamente relacionados às populações que, como propõe o capítulo anterior, ficaram relativamente esquecidas e “fora do mapa” durante muitas décadas. Populações que atualmente se definem como pescadores artesanais e/ou caboclos e/ou indígenas e/ou quilombolas, e que podem parecer isoladas à primeira vista, embora os capítulos anteriores já tenham começado a mostrar as ligações destas com a sociedade capixaba e brasileira, ligações que este capítulo seguirá buscando evidenciar. Ao longo das décadas, muitas foram as leis, projetos e planejamentos voltados a “civilizar” aquelas pessoas, integrá-las à economia de mercado, modernizar suas relações sociais e aspectos culturais considerados “atrasados”. Da simples contagem das embarcações de pesca aos “programas de desenvolvimento regional” que buscavam racionalizar a agricultura, passando pela proibição das casas cobertas de palha, diversos foram os projetos modernizadores voltados para aqueles grupos que hoje costumam ser identificados como *populações tradicionais* do litoral norte do Espírito Santo, mas em um período anterior foram descritos como “alheios às conquistas da civilização e do trabalho” (VILLAR, Capitão de Mar e Guerra, 1945, apud CYRINO, 2018, p.42).

É importante desde já chamarmos atenção para uma importante mudança de paradigma que aparecerá nos documentos analisados neste capítulo: aqueles “outros” a serem civilizados e integrados passam, no fim do século XX, a ser entendidos como *populações tradicionais* portadoras de direitos específicos relacionados a seu *modo de vida*³⁵⁸. Essa mudança ocorrida nas últimas décadas, com reflexos na geografia e em todas as ciências humanas, está entre as preocupações deste capítulo. Provavelmente serão formuladas mais perguntas do que explicações bem definidas para esse fenômeno de “ascensão das identidades tradicionais” (VECINA, 2018) que parece ter ocorrido em escala global mais ou menos no mesmo período em que a modernização por meio da integração de cada vez mais sujeitos ao *trabalho abstrato* chega aos seus limites lógicos (KURZ, 1992). Embora nas últimas décadas as populações tradicionais pareçam emergir em escala global, os direitos dessas populações foram conquistados por meio de muitas lutas particulares que não pretendemos subestimar. No Brasil, esses direitos se institucionalizam sobretudo com a Constituição de 1988 e em leis e decretos mais recentes. A mediação entre essas lutas locais e o processo em nível nacional aparecerá

³⁵⁸ Os conceitos *população tradicional* e *modo de vida* serão discutidos na seção 4.4. O reconhecimento social e jurídico das *populações tradicionais* não impede que outros processos de modernização se desdobrem e impactem seu cotidiano e seus territórios, como discutiremos na seção 4.5.

em alguns momentos deste capítulo: já a ideia de que esse processo parece ser uma particularidade de uma mudança na escala da totalidade da *sociedade produtora de mercadorias* (ibid.) não caberá neste capítulo.

Sem a pretensão de fazer uma etnografia dessas populações tradicionais do litoral norte do Espírito Santo ou uma cartografia detalhada de seus territórios tradicionais, a pesquisa terá como mediação central aqui – como nos outros capítulos – os projetos e planejamentos voltados para a modernização daquelas populações, seja sob a ótica anterior, da “integração à civilização” seja sob o relativo consenso³⁵⁹ mais recente, expresso na Constituição de 1988 e no Decreto Nº 6.040 de 2007, que instituiu a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. O presente capítulo buscará evidenciar algumas ações do Estado que tiveram como objetivo a modernização das populações supostamente “atrasadas” do litoral do Espírito Santo: especialmente em relação à pesca, como veremos, tanto na República Velha como no Estado Novo e desde então, foram muitas as tentativas de regulamentação dessa atividade que ocorre há séculos no litoral dos atuais municípios de Aracruz e Linhares.³⁶⁰ Em um período mais recente, nos diferentes níveis de governo, políticas de estímulo às culturas tradicionais como o *congo capixaba* e políticas nacionais como o *Luz para Todos* também tiveram reflexos na vida cotidiana no litoral norte capixaba. Finalmente, a chegada da “lama da Samarco”, embora não planejada, também teve aspectos modernizadores ao representar uma monetarização acelerada da reprodução social.

Neste capítulo, além da pesquisa documental e revisão de literatura, também foram fundamentais os trabalhos de campo que nos permitiram ouvir a voz de alguns dos habitantes locais, suas memórias, suas relações com o território e suas estratégias para sobreviver a uma série de crises e desafios que aparecem em seu cotidiano. Ao mesmo tempo, estamos cientes de que essas vozes aparecerão sempre mediadas pelas escolhas do pesquisador e pelas formalidades da universidade.

³⁵⁹ A palavra consenso é aplicada aqui a partir da constatação de que os direitos das populações tradicionais foram reconhecidos na Constituição, no Decreto de 2007 e em outros decretos e leis por legisladores e governos que representavam – em tese – a maioria da população. Também pode ser observado um relativo consenso nos departamentos universitários sobre a existência dessas populações portadoras de direitos específicos. Sabemos, contudo, que não faltam manifestações de discordância em certos setores da sociedade quanto a esses direitos adquiridos.

³⁶⁰ A pesca ocorre há séculos e os pescadores aprendem uma série de conhecimentos tradicionais sobre as técnicas de pesca, o mar e o clima com seus pais e avós, ao mesmo tempo que utilizam inúmeras tecnologias modernas, desde a rede de nylon até a comunicação, no mar, por rádio e GPS.

Neste capítulo, em comparação com os anteriores, chegaremos até tempos bem mais recentes, abordando uma série de elementos e perguntas que consideramos relevantes, mas não teremos condições de responder a todas, deixando algumas ainda como perguntas.

Nosso olhar se volta aqui para algumas populações do litoral norte capixaba que atualmente se definem como pescadores e/ou caboclos e/ou indígenas e/ou quilombolas, mas a pergunta norteadora é: até que ponto essas populações tradicionais, sem perderem completamente suas tradições, foram também modernizadas? A modernização – entendida, como vimos no capítulo 1, como a colonização de terras e de consciências e também como a progressiva mediação das relações sociais pela forma-mercadoria – pode parecer não ter chegado para essas populações, sobretudo se privilegiarmos uma abordagem dos seus *modos de vida*. Pode parecer não ter chegado nos seus territórios, para os olhos de um visitante que chega, passa poucos minutos e observa alguns aspectos que parecem pouco alterados nas últimas décadas ou séculos, como as roças de mandioca, o congo ou “tambor de São Benedito”, as catadoras de caranguejo no mangue e a dificuldade do Estado de contar o número exato de pescadores.

Ao mesmo tempo, como veremos, uma série de leis, planejamentos e projetos modernizadores tiveram o objetivo de superar o atraso que aquelas formas de se viver, de se consumir e de se produzir representavam. Observaremos inicialmente esses projetos modernizadores, com a palavra *projeto* entendida de forma ampla, podendo incluir em seu significado a proibição de costumes antigos, a “educação dos pescadores” ou a preocupação com a nutrição e a saúde de pessoas consideradas miseráveis, para citarmos apenas três aspectos. A partir do olhar sobre esses projetos de superação do atraso, poderemos desdobrar nossos questionamentos sobre em que medida a modernização chegou até as populações tradicionais e em que aspectos ela parece não ter chegado. Essa assim chamada *modernidade*, assim como o *desenvolvimento regional* e a *integração nacional* (ver, sobre esses dois últimos, a tese de Erick Kluck, 2016), talvez sejam pontos de chegada aos quais nunca se chega de fato, o que não altera a constatação de que os projetos modernizadores movem processos e alteram a vida de todas as pessoas, mesmo aquelas aparentemente mais isoladas.

O capítulo 3 terminou identificando certos aspectos de um *coronelismo* na *região* que estamos estudando, ainda que com características diferentes do coronelismo “clássico” formulado por Francisco de Oliveira (1977). A *abertura da região* teria se

dado sobretudo a partir de 1905 com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas estimulando o capital e os pioneiros a se moverem para o interior, deixando o litoral norte capixaba relativamente “esquecido”. E o capítulo 5 se iniciará já nos anos 1970, com um Estado centralizador fazendo planejamento regional com o objetivo de acelerar a modernização por meio do complexo exportador de celulose: monocultura de eucalipto, fábrica e o maior porto especializado em eucalipto no planeta. Neste capítulo situado entre os dois, discutiremos alguns aspectos desse litoral norte capixaba que, para autores como Deffontaines e os planejadores do Instituto Jones dos Santos Neves³⁶¹, parecia uma região marcada pela decadência e miséria, atrasada em relação ao Espírito Santo e ao Brasil. Curiosamente, embora as populações tradicionais estivessem, até certo ponto, esquecidas em terras que por décadas foram consideradas “inaproveitáveis”, encontraremos também uma série de projetos e ações voltados para a modernização, o “desenvolvimento regional e integrado”, de modo que será importante seguirmos tematizando as mediações, ao invés de supormos o isolamento e a autonomia quase completos das populações locais.

O capítulo se divide em cinco partes, algumas delas divididas em seções internas. Após esta introdução, na segunda parte, criticaremos a formulação recente de um geógrafo sobre o isolamento de populações tradicionais no litoral norte do Espírito Santo. Essa crítica nos permite retomar formulações dos capítulos anteriores, a exemplo da crítica à “circulação simples de mercadorias”, aqui aparecendo como “comercialização de excedentes”, formulação na qual observamos individualismo metodológico e ausência de atenção para as mediações da parte com o todo e para os processos modernizadores anteriores ao momento cronológico que o pesquisador escolheu como seu “ponto zero”. Na terceira parte, apresentaremos brevemente uma série de tentativas – com menor ou maior êxito – de modernização das populações do litoral entre 1896 e 1983, com destaque para aquelas voltadas ao desenvolvimento da pesca e à superação do atraso entre os pescadores, com ações governamentais sobretudo a partir de 1930, incluindo a criação das Colônias de Pesca, de adesão obrigatória para todos os pescadores, e os subsídios a investimentos na pesca industrial. Como veremos, contrariando certas previsões de tecnocratas, a pesca artesanal não deixou de existir. Na quarta parte do capítulo, voltaremos a atenção para uma considerável mudança nas pesquisas de geógrafos e outros especialistas, que corresponde a uma mudança social com início um pouco antes da Constituição de 1988 e consolidada a partir desta última: o “atraso” se torna “cultura

³⁶¹ Autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo, o Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN foi fundado em 1975.

tradicional” e diversas populações antes “alheias à civilização” tornam-se *populações tradicionais* com direitos reconhecidos na legislação. Processo que se deu mediante muitas lutas dessas populações, mas além das lutas, outros fatores, que apenas apontaremos superficialmente, ajudam a explicar essa considerável mudança de paradigma nas ciências sociais e no planejamento. Finalmente, na quinta e última parte do capítulo, abordaremos processos modernizadores recentes, que não se estruturaram mais a partir de projetos de “civilização” dos atrasados, mas com outros tipos de discurso como o de desenvolvimento sustentável e o de “valorização”³⁶² das culturas tradicionais”.

4.2. Os pescadores tradicionais: isolamento, subsistência, comercialização de excedentes?

Nosso capítulo 3 se iniciou com uma crítica radical das formulações do geógrafo Pierre Deffontaines sobre o Espírito Santo dos anos 1930-40, na qual buscou-se demarcar os problemas de uma série de fundamentos e pressupostos que iam além da obra daquele autor específico. Em seguida a esse momento crítico, foi retomado o fio da meada nas seções seguintes com o estudo do processo de avanço da fronteira econômica, com o litoral “decadente” como o seu “outro”. Neste capítulo também abordaremos, embora mais brevemente, o texto de um geógrafo para destacarmos algumas ideias que servem de base às suas argumentações e que, de uma maneira ou de outra, irão se repetir em formulações de outros autores. Aqui, o texto é o artigo intitulado *Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira do Rio Doce*, publicado pelo geógrafo Anderson Pereira Portuguez, professor da Universidade Federal de Uberlândia. Não conhecemos o resto de sua obra e acreditamos que ele tenha contribuições mais significativas, com análises mais complexas e utilização mais abrangente de dados coletados em campo. Porém, o artigo aqui em questão, pela abordagem resumida e esquemática de seus objetos de análise – *pescadores tradicionais e vetores do desenvolvimento* –, serve para ilustrar alguns modelos teóricos que, embora com muito mais sutileza e mais atenção às nuances³⁶³, aparecem também nas obras de outros pesquisadores.

³⁶² Esta palavra costuma ser usada em um sentido coloquial, mas veremos mais abaixo que não é tão absurdo desviá-la para um significado conceitual, no sentido em que as “culturas tradicionais” – recentemente promovidas a “patrimônio imaterial” – vão se tornando espetáculo, ou seja, mercadoria.

³⁶³ Fazemos referência sobretudo às contribuições de Simone Ferreira, fruto de anos de trabalho de campo e repletas de constatações relevantes e argumentações irrefutáveis, mas em parte fundamentadas nas mesmas bases teóricas, como veremos na seção 4.4.1.

Como o título de seu artigo deixa claro, Portuguez (2019, p.79) descreve um conjunto de “comunidades pesqueiras”: na sua formulação, estas comunidades “viveram de forma isolada até a década de 1980”. Nessa “planície costeira do Rio Doce”, território que Anderson já havia estudado em sua pesquisa de doutorado, ele lista as vilas de pescadores.

Nessa planície, encontram-se diversas comunidades rurais e litorâneas, dentre as quais se destacam 6 vilas de pescadores tradicionais. No município de Linhares encontram-se 5 delas: Regência, Povoação, Degredo, Pontal do Ipiranga e Barra Seca. No [sul do] município de São Mateus encontra-se a comunidade de Uruçuquara (ibid., p.78).

A palavra “vila”, como Portuguez aponta e também já pudemos constatar *in loco*, é utilizada na linguagem local. No período anterior à República, como até hoje em Portugal, “vila” significava um núcleo urbano menor que as cidades. Hoje, tem significado mais impreciso e segue na linguagem popular local. E se “vila de pescadores” também é uma expressão consolidada, em nossa pesquisa temos buscado evitá-la, pois pode dar a ideia de que todas as pessoas ali residentes são pescadores, o que não é necessariamente verdade se considerados apenas os homens, e menos ainda se entrarem na conta as mulheres.

Porém, é quando Portuguez aborda a “ruptura dos modos tradicionais de vida” que a sua argumentação nos parece mais esquemática, por repor um dualismo no sentido inverso àquele dos geógrafos e planejadores de meados do século XX. Ou seja, se para Deffontaines, Waibel e outros a vida moderna, com horizontes “mais elevados”, se opunha à vida simples e “parasitária” de pescadores e caboclos (“vida inútil”, para Waibel), para Portuguez o “modo de vida” dos caboclos é considerado positivo e autônomo, marcado por “solidariedade” e pela “resiliência cabocla”, em formulações que nos parecem artificiais ao desconsiderarem processos modernizadores anteriores ao que ele formula como uma repentina “ruptura dos modos tradicionais de vida”:

Os modos de vida em escala regional criaram territorialidades culturais ricas e adaptadas ao ritmo lento do tempo, em um ambiente onde a grandiosidade do mar, das matas e do rio, criavam as condições de provimento da vida. Dificuldades sempre existiram, mas a resiliência cabocla sempre achou seus meios de permitir a reprodução da vida comunitária, em ambiente de maior solidariedade do que no tempo presente.

A ruptura dos modos tradicionais de vida ocorreu na década de 1980. Diversas ações públicas e privadas chegaram ao território e incidiram, sobre ele, o poder do capital hegemônico, adensando as técnicas, complexificando a produção e incorporando a natureza local tanto como recurso, quanto como subsídio aos seus discursos de desenvolvimento.

Sem ter como reagir a esses feitos, as comunidades também se viram incorporadas ao novo ambiente de trabalho e acumulação, onde prosperaram atividades de modernização econômica [...] (PORTUGUEZ, 2019, p.90).

Portuguez entende que o “capital hegemônico”³⁶⁴ teria chegado na planície costeira do rio Doce de maneira avassaladora nos anos 1980, sobretudo com a chegada da Petrobras, que instalou poços de produção de petróleo, estação de tratamento de gás, gasoduto, entre outras estruturas tanto ao sul como ao norte do rio Doce.³⁶⁵ Além disso, o *turismo de massa* e a especulação imobiliária teriam chegado ao litoral naquela década, sobretudo no balneário de Pontal do Ipiranga, localizado mais distante do rio Doce, ao norte da comunidade de Degredo: “[a]o contrário das vilas mais antigas, [...] Pontal do Ipiranga é recente; foi pensado, planejado, implantado no final da década de 1980 e inaugurado no ano de 1990” como um balneário turístico, “com o apoio da classe média” (ibid., p.83) da sede municipal de Linhares, localizada a cerca de 40 km do litoral.

Do ponto de vista do pesquisador, é também conveniente essa formulação do isolamento até um ano ou década determinada ao garantir uma cientificidade ao recorte temporal escolhido pelo geógrafo. Ou seja, após afirmar que o isolamento ocorreu até a década de 1980, Portuguez (2019, p.79) admite que ele mesmo, enquanto trabalhador intelectual, teve seu trabalho, isto é, suas análises, restritas a esse mesmo período: um argumento circular, mas que garante que o pesquisador não escolheu um ano arbitrário nem ignorou, ao escolher aquele recorte temporal, qualquer processo relevante:

Como este recorte do litoral brasileiro era pouco povoado e as comunidades pesqueiras viveram de forma isolada até a década de 1980, nossas análises levaram em consideração apenas os aspectos históricos da formação das vilas e os projetos implantados no território após 1980, quando a “modernização econômica” se fez mais presente no Estado do Espírito Santo.

Embora seja relevante identificar pontos de ruptura ou de mudanças aceleradas, nos parece muito problemático pensar que até um determinado momento as comunidades observadas pelo pesquisador viviam de forma isolada e tradicional, situação que se alterou logo em seguida. A partir dessa abordagem, apagam-se séculos de colonização brasileira com catequização, imposição da língua portuguesa e diversos tipos de contato, mais pacífico ou mais violento, entre essas populações e a sociedade colonial. Ao afirmar que

³⁶⁴ Expressão que nos força a questionar: há outros tipos de capital?

³⁶⁵ Atualmente continuam em operação, entre outras estruturas, a Unidade de tratamento de gás de Cacimbas, próxima a Degredo. Porém, a produção de petróleo em terra (*onshore*), iniciada nos anos 1980, reduziu-se bastante por volta de 2010. Em entrevista em Regência, uma liderança local nos informou que os “empregos gerados pelo petróleo” duraram “até 2010, mais ou menos” (C., entrevista em agosto de 2022).

todas as “dificuldades” anteriores eram vencidas pela “resiliência cabocla”, fica implícito que essas características da população cabocla seriam idênticas desde tempos imemoriais – e não constituídas em meio ao processo de colonização, incluindo a migração de famílias da antiga “sesmária dos índios” para a foz do rio Doce para fugir a “perseguições”, como relatou Saint-Hilaire ([1833] 2020, p.102). Assim, as “dificuldades” mencionadas por Portuguesez, que incluem expropriações de terras e inúmeras tentativas – com maior ou menor sucesso – de disciplinamento das pessoas e seus corpos como trabalhadores, para ele, não se tratam de processos de modernização: o “capital hegemônico” ainda não havia chegado àquele território.

O disciplinamento, como vimos no capítulo 2, ocorreu em um longo período de reclamações sobre “falta de braços” no litoral norte capixaba: para atividades como a abertura de estradas, o comércio de madeiras e a construção de navios, buscava-se mobilizar os braços disponíveis, processo que representou a autonomização ainda incipiente de uma força de trabalho: a mobilização do trabalho dependia ainda de uma violência extra-econômica, tendo em vista os contextos territoriais que permitiam a algumas pessoas viver naquelas terras do litoral, frequentemente “inaproveitáveis” para a produção de mercadorias. Não bastava a violência econômica, isto é, a necessidade de vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência, pois boa parte dos indivíduos aparentemente sobreviviam com pouca necessidade de consumo de mercadorias, o que aparecia na época na descrição do que as elites letradas da época percebiam como “a vagabundagem do caboclo e em geral do homem livre e da vida independente do nosso interior”, que plantava “umas bananeiras e uns pés de mandioca e [vivia] disso e da pesca” (SOUZA, in: O Espírito-Santense, 1884, ed. 77, p.3), ou ainda na reclamação sobre as famílias em que os homens se dedicavam à pesca e as mulheres iam “recorrem aos recifes para apanhar polvos e lagostas [...] ou para os mangues a pegar caranguejos e guaiamus; e isto fazem por mero hábito, mas não por amor ao trabalho!” (O Espírito-Santense, 1882). Esse tipo de acusação frequente na época – e que de certa forma reverbera no senso comum até hoje quando ouvimos no senso comum que indígenas ou quilombolas “não gostam de trabalhar” – pode causar estranhamento, mas buscamos nessa dissertação entender esse tipo de formulação não apenas como uma “velha narrativa” estigmatizante e falsa (OLIVEIRA, 2020), mas também como um tipo de formulação inserida em projetos de disciplinamento e mobilização de “braços”, projetos por sua vez inseridos em um conjunto de relações sociais mediadas pela forma-mercadoria. Ou seja, ao invés de voltar a crítica para as “narrativas” daqueles sujeitos e buscar provar que eles estavam

errados, a crítica em nossa pesquisa se voltou para evidenciar uma forma social violenta e destrutiva, com os sujeitos autores daqueles textos personificando um planejamento científico ainda em formação. O planejamento se apresenta mais institucional e autonomizado no século XX nas obras de geógrafos como Pierre Deffontaines e seus sucessores, embora não sem influência de autores brasileiros do período anterior, alguns deles citados por Deffontaines, como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha.

Consideramos importante que as pesquisas atuais problematizem em que medida a geografia brasileira que se constituiu a partir da época histórica de Deffontaines atuou – junto com outras ciências – como parte do processo que Robert Kurz (1992) descreveria como modernização recuperadora ou retardatária. Com o papel de descrever o território e planejar ações de colonização dos “vazios demográficos” entre outras ações modernizadoras, tais geógrafos como Deffontaines – e, como veremos a seguir, Josué de Castro – não só não vislumbravam nada além de um progresso que permitisse ao Brasil superar o subdesenvolvimento e atingir o nível dos países desenvolvidos. Mas ao mesmo tempo em que atuavam esses geógrafos, em meados do século XX, havia populações no litoral capixaba, “região [...] atingida por letargia” (DEFFONTAINES, 1938), que produziam a maior parte do que necessitavam para a subsistência, realizando pouco comércio de mercadorias. Até aí, estamos de acordo. Porém, ao venderem madeira ou “cal marinha” e ao comprarem mercadorias como armas, pólvora ou roupas, eles não estavam trocando “excedentes” com outras comunidades correlatas, e sim entrando em contato com uma cadeia de produção e consumo de mercadorias que podiam ir (a madeira e a cal) até o Rio de Janeiro, então capital da República, ou vir (armas, pólvora) até mesmo de mais longe. Não é o que pensa Portuguez (2019, p.84):

Os trabalhos de campo que realizamos na Planície Costeira do rio Doce nos revelou [sic] que, tradicionalmente, algumas atividades produtivas vivas no tempo presente são praticadas desde o século XIX, ora possibilitando unicamente a subsistência, ora permitindo a comercialização de excedentes.

Ao estudarmos uma comunidade, como por exemplo a de Regência, a de Degredo ou a da Barra do Riacho, podemos encontrar casos particulares com aparência de “comercialização de excedentes” como a farinha de mandioca, peixe ou, mais raramente, milho ou aguardente. Isto é, produtos consumidos pela população local, cujos eventuais excedentes seriam trocados por outros produtos. Porém, como já abordado nos capítulos 2 e 3, entendemos que aquelas comunidades já se constituíram em contextos diferentes do isolamento, contexto este no qual elas realizariam uma produção autônoma da qual

excedentes eventuais seriam ocasionalmente vendidos. São inúmeros os registros, nos jornais e outros documentos, de mobilização, ou ao menos tentativas de mobilização daqueles “braços” em atividades como o corte e preparo de madeiras, bem como reclamações sobre “os braços, que deviam ser empregados na plantação”, mas se ocupavam “só nas derrubadas e falquejamento [corte] das madeiras” e na pesca (ESPÍRITO SANTO, 1849). Encontramos também registros de indivíduos, como o Coronel Deoclecio Costa, que enriqueceram sobretudo com a atividade de comerciante, os chamados “coronéis-vendeiros” (LOPES, 2022). Por um lado, entendemos que esses coronéis tinham um controle bem mais decisivo sobre os *agregados* de suas fazendas do que sobre o cotidiano daqueles caboclos da lagoa do Areal ou dos negros e caboclos (hoje reconhecidos como quilombolas) do Degredo. Não temos formulado todas as relações do “período coronelista” como de agregação, por concordarmos que em certos contextos territoriais havia uma relativa liberdade na vida cotidiana. Mas entendemos que aquelas populações conseguiram permanecer em seus territórios também devido a “acordo[s] político[s] e econômico[s]” com as elites locais (FERREIRA, 2009, p.82).³⁶⁶

Nesse sentido, embora os “acordos” não costumem aparecer tão claramente nos relatos das populações locais, entendemos que, quando aquelas pessoas se deslocavam para longe para vender mercadorias, não se tratava de meras trocas ocasionais de excedentes, mas de uma atividade que, além de lhes permitir acesso a bens que não produziam, já era realizada, por um lado, com o objetivo de conseguir dinheiro – embora não possamos afirmar com certeza o que o dinheiro significava no cotidiano daquelas pessoas, certamente não o mesmo que o dinheiro para uma família que compra todos os alimentos e outros produtos de uso diário em mercados – e por outro lado com um objetivo geral de manter relações com as populações vizinhas, em relações sociais que, embora não de agregação, podiam basear-se no *favor* (SCHWARZ, 2000) de maneiras que também não são claras para quem observa de fora, mas cujos contornos aproximados aparecerão em algumas das descrições a seguir.

³⁶⁶ Fazemos referência aqui a um caso de representante da “oligarquia regional” (OLIVEIRA, 1977) protegendo pessoas que conquistavam assim uma certa autonomia, no contexto territorial do *extremo norte do Espírito Santo*, onde predominava a produção de mandioca em latifúndios escravistas. Simone Ferreira (2009, p.82) descreve um quilombo que realizou um “acordo político e econômico” com a antiga proprietária dos fugitivos: Nego Rugério, líder do quilombo, afirmou que “ela ganharia mais do que eles, pois em liberdade os negros podiam produzir cinco vezes mais farinha de mandioca, que seria inteiramente vendida a ela, mantendo assim o seu comércio de exportação, que era um dos maiores, no Porto de São Mateus [...]”. Ferreira argumenta ainda que, devido ao acordo entre o ex-escravizado e a fazendeira, o “Quilombo do Nego Rogério [...] não representa[va] ameaças diretas ao latifúndio” (Ibid., p. 474).

Sandro José da Silva (2000), em sua dissertação sobre o *Tempo e o espaço entre os Tupiniquim*, publicou um dos poucos relatos que mencionam quem era o comprador das mercadorias de uma daquelas populações tradicionais. O comprador é chamado de “meu patrão”, denominação bastante curiosa tendo em vista que, aparentemente, só se relacionava com aquelas pessoas ao comprar e vender mercadorias, sem qualquer outro controle sobre as terras ocupadas pelos indígenas, até onde sabemos. Como afirmava uma moradora bastante antiga de Caieiras Velhas,

[...] para sobreviver, era tudo do mangue [...]. Fazia esteira, tirava taboa para fazer esteira, como eu mesmo fiz muita esteira. Vendia para fora e ainda fazia crédito [ri]. Eu com os meu quinze anos eu cortava taboa para fazer esteira, para poder sobreviver, comprar roupa e comida [ri]. E ainda fazia crédito! Lá em Santa Cruz tinha um senhor que a gente chamava de Amilton Stefani, ele que era meu patrão de comprar esteira na minha mão. Quando eu fazia para vender, eu cortava e meus tios fazia, né? Eu só ia cortar no brejo, eram os meus tios que faziam. Eles é que faziam as esteiras. Quando eu levava para Santa Cruz, era de quatro a cinco dúzias. Lá, eu pagava o que eu devia e ainda tirava saldo [ri]. (Dona Zumira, Caieiras Velhas, entrevistada por SILVA, 2000, p.119)

Não aparece, no relato, outro indício do motivo pelo qual o senhor Stefani era chamado de “patrão”, nem ficamos sabendo o que Dona Zulmira “devia”, além de “roupa e comida”, muito menos o que fazia com o “saldo” que, segundo ela, sobrava.³⁶⁷ Mas não resta dúvida de que classificar uma produção de “quatro a cinco dúzias” de esteiras como “comercialização de excedentes” é uma tentativa de “encaixar” a realidade em uma explicação lógica de um campesinato autônomo vendendo seus excedentes, que não nos parece razoável no contexto do litoral norte capixaba. Ninguém produz quatro dúzias de esteiras para sua própria família se deitar. Assim, a “comercialização de excedentes” realizados por produtores autônomos parece, nesse contexto, uma explicação caracterizada por individualismo metodológico, isto é,

pretender expor e explicar uma lógica abrangente e determinante para um todo com base no caso individual e isolado, que então figura como “modelo”, entendendo-se como tal não apenas ações individuais definidas como “fundamentais”, mas também formas estruturais, designadas por “embrionárias” (KURZ, 2014, p.55).

³⁶⁷ Conferir ainda, para os indígenas tupiniquim, o relato no capítulo anterior, seção 3.11.2., de uma tradição local que consistia em dar tiros para o alto quando nasciam crianças, o que mostra que a pólvora fazia parte do seu cotidiano. Também os fogos de artifício faziam parte de algumas das festas mais tradicionais no litoral norte capixaba. Conferir no capítulo II o relato do Bispo Coutinho ([1812] 2002) sobre “foguete” entre os indígenas de Nova Almeida.

No caso em questão, a “circulação simples de mercadorias” aparece na obra de Marx ([1867] 1996) como uma forma embrionária e logicamente anterior à “circulação ampliada”. Porém, se essa explicação lógica e evolutiva tem como vantagem a apresentação didática de categorias complexas como *mercadoria* e *dinheiro*, parece-nos preocupante qualquer explicação de casos particulares que pretenda “encaixá-los” na “circulação simples”, tendo em vista, como já vimos na seção final do capítulo 3, que as trocas realizadas por aqueles produtores relativamente autônomos tinham pressupostos nada simples e já mediados, incluindo séculos de colonização voltada para a produção de mercadorias para mercados europeus, com a catequização e “civilização dos índios selvagens”. Em tempos mais recentes, o subsídio estatal à navegação e às estradas de ferro e de rodagem também tornam difícil concordar com a explicação lógica sobre dois produtores autônomos, vivendo “de forma isolada” segundo Portuguesez (2019), e se encontrando para realizar “comercialização de excedentes” no século XX ou mesmo no XXI.

Essa discussão dialoga com outras já abordadas em nosso capítulo 2, sobre o “trabalho abstrato” e a “força de trabalho” não como características humanas naturalizadas, mas como resultados dos processos violentos de disciplinamento do trabalho. Bem como outras discussões, no mesmo capítulo, sobre a tensão entre as explicações lógica e histórica das categorias: neste capítulo, podemos pensar para a “troca simples” de mercadorias o mesmo que propusemos para o trabalho, que essa troca, quando analisada em sua historicidade e em suas mediações com a totalidade, não é tão simples, não é uma propriedade do ser humano em geral e sim um resultado de processos de territorialização que se desdobraram, no território que estamos estudando, desde o início da colonização do Brasil.

Vejamos mais dois casos de comércio realizados em meados do século XX por populações tradicionais que tinham uma relativa autonomia sobre seus territórios, conseguindo manter ali uma série de práticas e costumes que seriam entendidos mais recentemente como *modo de vida tradicional*. Trata-se, nesses dois exemplos, da comunidade remanescente quilombola de Degredo, uma das mais recentes comunidades do litoral norte capixaba: segundo seus atuais moradores, foi fundada na década de 1920, por Atalino Leite, homem negro proveniente de São Mateus. Nos relatos a seguir, de dois netos de Atalino, é possível verificar que ele e seus contemporâneos mantinham relações comerciais com São Mateus (ao norte de Degredo) e Povoação (ao sul).

Dora Leite de Araújo: Meu avô enchia uma canoa de 25, 30 sacos de farinha e três canoieiros remavam daqui até São Mateus. Vendia em São Mateus. Roupa, comprava tudo em São Mateus. E roupa, que a gente não fazia roupa, né? Aí, levava as produções, as farinhas. Vendia e comprava de tudo que queria.

Pedro Leite Costa: Às vezes saía daqui com seis animais cheios de carga, com as farinhas asseadas para ir bater rolo lá em Povoação. A gente levava a farinha e trazia mercadoria! [...] A gente pegava a farinha, apanhava a mercadoria, trazia às vezes uma gorjetazinha a mais que eles davam de troco e ia embora. Aqui para gente ir em Linhares, na época a gente gastava três dias para ir em Linhares vender! (Entrevistas realizadas por HERKENHOFF & PRATES, 2019, p.129; p.194).

Não há como negar que em Degredo havia um relativo isolamento: a viagem de ida e volta para a sede municipal, Linhares, durava três dias nas estradas de chão; para São Mateus, de canoa, também não eram rápidas. Sem dúvida esse isolamento permitiu que aquela comunidade ficasse relativamente “esquecida”, nos termos de Simone Ferreira (2009), o que significava uma certa liberdade. Ao mesmo tempo, essas longas e difíceis viagens, com “seis animais cheios de carga”, deviam ser importantes para algum aspecto da reprodução social da comunidade, não representando uma simples troca de “excedentes” com um vizinho.

Entendemos que o processo de territorialização do capital foi longo, contraditório, não permitindo generalizações em que, por exemplo, todas as pessoas foram passivamente mobilizadas como trabalhadoras, ou em que, pelo contrário, todas as famílias mantinham seus “modos tradicionais de vida”, apoiadas na “resiliência cabocla” (PORTUGUEZ, 2019, p.90). Como veremos, muitas famílias do litoral norte capixaba se dividiram, seja pelo trabalho forçado no século XIX ou por contratações como trabalhadores no século XX, por exemplo na navegação a vapor, na Estrada de Ferro Vitória a Minas, ou nas fazendas de cacau. Nas explicações lógicas mais simplistas, esses trabalhadores teriam rompido de uma vez e para sempre com seus “modos de vida tradicionais” (ou atrasados, ou parasitários, nas abordagens desenvolvimentistas criticadas no capítulo 3), necessariamente sendo integrados como trabalhadores assalariados modernos. Porém, como veremos, é evidente que muitos dos moradores de Regência, Degredo e outras comunidades do litoral norte capixaba voltaram de cidades maiores para essas localidades que eles – ou seus pais ou mesmo avós – haviam deixado anos antes, como relata um pescador, neto de “nativo” de Regência e casado com uma mulher nativa: “nós fomos criado lá [na região metropolitana de Vitória], mas porém com um pezinho pra cá” (CAU, 2019, p. 98). Tais relatos, nos quais a vida nas “comunidades tradicionais” aparece para alguns desses sujeitos como difícil, mas menos pior do que a

sua experiência nas cidades, parecem fazer parte de uma crise mais geral da *sociedade do trabalho* (KURZ, 1992), momento em que a “superação do atraso” via modernização e mobilização de trabalhadores se torna uma possibilidade cada vez mais remota.

Nesta seção, buscou-se apontar a insuficiência das explicações simples e dedutivas, para constatar que muito ainda precisa ser estudado, para além dos limites da presente pesquisa. Ao tensionarmos elementos de *crítica da economia política* com o texto de um geógrafo que estudou *populações tradicionais*, pudemos introduzir as temáticas deste capítulo, sobretudo por meio da crítica negativa: já está demarcado como *não* abordaremos as práticas e territorialidades das populações do litoral norte capixaba.

4.3. Tentativas de modernização

Após a seção anterior de crítica a fundamentos de construções teóricas como a “troca de excedentes” e ao individualismo metodológico que enquadra as relações sociais reais em modelos lógicos sem relação com as práticas como são entendidas pelos sujeitos, retomaremos nas próximas seções o processo histórico de modernização do litoral norte capixaba. Não realizaremos uma descrição com um encadeamento lógico dotado de início, meio e fim: pelo contrário, serão abordadas em ordem cronológica diferentes “camadas de modernização” de práticas que costumamos pensar separadamente, mas frequentemente se misturam nas vidas dos sujeitos: modernização da pesca, da agricultura, das habitações nas cidades e vilas, com certas recorrências de elementos ao longo de décadas, como a grande dificuldade enfrentada por aqueles que assumiram o papel social de contar, disciplinar e fazer gestão das populações de pescadores da costa brasileira em geral e do norte do Espírito Santo em particular. Por outro lado, será possível notar a diferença entre o primeiro projeto abordado – o Código de Posturas de Santa Cruz (1896), composto por uma série de proibições e recomendações que, ao que tudo indica, foram apenas parcialmente seguidas – e o *planejamento regional* propriamente dito, que aparecerá por meio de duas instituições, uma nacional (o DNOS) e outra estadual (o Instituto Jones dos Santos Neves), dotadas de um corpo técnico especializado em analisar problemas, propor soluções e, em alguns casos, implementá-las.

4.3.1. A proibição das casas de palha e o dízimo da pesca em Santa Cruz (1896)

Em um primeiro momento, voltaremos nossa atenção para um Decreto Municipal do período da República Velha, que instituiu o Código de Posturas do Município de Santa

Cruz.³⁶⁸ Encontramos nesse documento uma série de artigos que buscam regular aspectos da vida cotidiana, como as habitações, a agricultura, a criação de animais e a pesca.

Nos inspiramos no que propõe a seguir o historiador Fernando Novais: ainda que ele se refira especificamente ao Antigo Sistema Colonial, que na sua definição durou até cerca de 1808, entendemos as relações coloniais aqui de forma bastante ampliada, a partir do referencial já abordado no capítulo 1 que aponta a colonialidade como “contraface não assumida da modernidade”, com um conjunto de práticas e saberes que aceitam a matriz cultural europeia como única referência que se quer universal. (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006, p.147). Assim, quando Novais fala a seguir de “relações coloniais”, ele se refere a um contexto específico de relação metrópole-colônia, mas que pode ser desdobrado também para as particularidades que veremos mais adiante.

As relações coloniais podem, na realidade, ser apreendidas em dois níveis: primeiro, na extensa legislação ultramarina das várias potências colonizadoras [...]; segundo, no movimento concreto de circulação de umas para outras, isto é, no comércio que faziam entre si, e nas vinculações administrativas que envolviam. A legislação colonial, na realidade, o que procura é disciplinar as relações concretas [...]

a importância das normas legais [é que] nelas se cristalizam os objetivos da empresa colonizadora, aquilo que se visava com a colonização. (NOVAIS, 1995, p.58).

No código de posturas municipais de Santa Cruz, entendemos que se cristalizam também objetivos de membros de uma minoria de sujeitos que liam e escreviam, que buscaremos observar como sujeitos que buscavam o disciplinamento de relações concretas, sempre no sentido de relações mais civilizadas, mais mediadas pelo trabalho – como já vimos no capítulo 1 – e, também, de forma a tornar as áreas urbanas e rurais mais próximas de um modelo eurocêntrico que se considerava desejável.

O Decreto nº 10 de 28 de Setembro de 1896 do Governo Municipal da Cidade de Santa Cruz estabeleceu uma série de proibições e regulamentos válidos no município. O capítulo III – “Alinhamento das Ruas da Cidade, Povoações e seu Asseio” apresenta uma série de regulamentações sobre as construções que, se aos olhos dos legisladores talvez se justificassem em nome da ordem e higiene públicas, do nosso ponto de vista têm como *outro*, subentendido e que se quer proibir, uma série de tecnologias de construção tradicionais que remontam –com influências de outras culturas como as africanas – às populações indígenas que viviam no Espírito Santo.

³⁶⁸ Tivemos acesso ao documento no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Após uma série de artigos gerais prevendo que as “ruas serão denominadas e as casas numeradas” (art. 7º) e que o governo municipal projetará “as ruas das povoações existentes e nascentes, contanto que rua nenhuma terá menos de 12 metros de largura” (art. 1º) e artigos com previsões específicas sobre algumas ruas principais de Santa Cruz, o último artigo deste capítulo III proíbe as casas de palha:

Art. 9º É expressamente proibido a construção e reconstrução de casas de palha dentro do perímetro da cidade; multa de 50\$000 salvo se forem cobertas de zinco. (SANTA CRUZ, 1896, Cap.III)

No Código de Posturas do Município de Linhares – Decreto N. 23 de 20 de Outubro de 1906 – aparecem proibições semelhantes em relação às casas de palha, porém com um relaxamento da proibição no caso dos “bairros isolados e não arruados”:

Capítulo VII

Arruamento, Edificação, Embelezamento, Empachamento e terrenos desocupados

Art. 158 - É expressamente proibido a construção de casas com cobertura de palha dentro da Villa, a não ser nos bairros isolados e não arruados. As casas existentes nestas condições dentro da Villa, não poderão ser reconstruídas.

Parágrafo único. As casas de palha terão 3,80m de altura, sob pena de multa de 10\$000 e obrigação de demolir a obra. (LINHARES, 1906)

As casas com cobertura de palha eram uma tradição dos caboclos, indígenas e quilombolas no Espírito Santo, porém uma tradição da qual restam poucos vestígios, exceto nas memórias de algumas pessoas mais velhas:

Quando as nossas casas, naquele tempo, era tudo casa de palha, não existia alvenaria, nem telha [...]

[No processo de expropriação dos Tupinikim em Aracruz em meados do século XX,] um vaqueiro que vinha tocar gado no lugar aqui, não sei o que fizeram, acho que botaram fogo na nossa casa de palha e queimou, acabou com tudo (Indígena Tupinikim entrevistado por ROCHA, 2017, p.139-140).

As “casas de palha” com paredes de barro ou taipa foram descritas por muitos europeus ou brasileiros “civilizados” como o próprio atraso ou decadência:

Tem a vila [de Nova Almeida] mais duas ou três ruas de casas de palha (COUTINHO, [1812] 2002, p.88).

[Em Linhares] As casas são de palha e mal construídas, isto é, sem gosto. (Expedição Francilvania. Correio da Victoria, 23 set 1857).

[...] a igreja de Santa Cruz possuía de notável apenas a fachada. [...] Os que subiam os degraus exteriores para entrar na igreja tinham, do lado oposto, de descer outra escadaria, para entrar então no verdadeiro templo, uma pobre palhoça [...] (BIARD, [1862] 2004, p.62-64). [Figura 15]

[No litoral] as igrejas caem em ruínas, as casas leprosas de taipa (terra batida) abrigam menos uma população de cultivadores do que gente miserável (DEFFONTAINES, 1944).

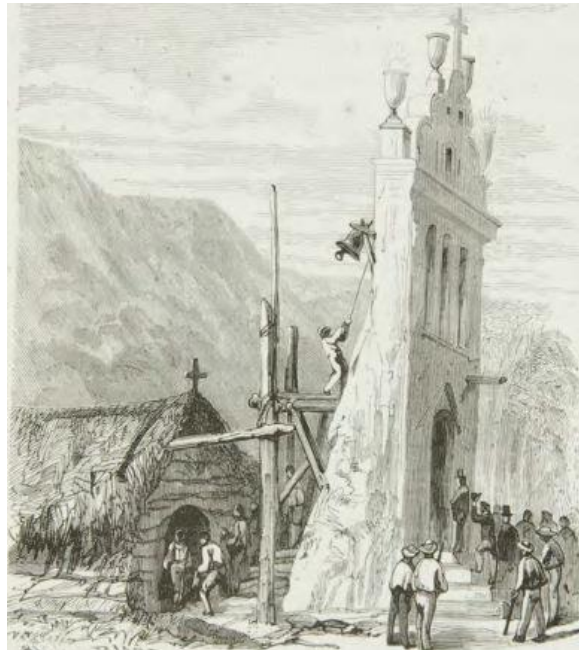


Figura 15: Igreja de Santa Cruz, com a fachada alta e caiada e o resto em uma construção simples com teto de palha. Fonte: BIARD, 1862, ed. francesa, p.137.

Ao norte do rio Doce, a comunidade do Degredo também tinha suas casas tradicionais, que foram sendo substituídas com o passar do tempo por construções mais modernas. Mas recentemente, após o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, parece ter voltado o interesse naquela antiga tradição, não necessariamente com o objetivo de morar, mas como testemunho histórico. Se os museus e famílias herdeiras de sobrenomes importantes guardam carruagens ou relógios antigos sem necessariamente a intenção de utilizá-los, por que os quilombolas não podem ter um museu ou similar mostrando suas casas antigas?³⁶⁹

Em visita à casa do Sr. Gisolino de Jesus Gomes ele nos contou que gosta de trabalhar com artesanato e guarda algumas peças antigas, que lembram como eram feitas as casas de pau-a-pique (também denominadas estuque e taipa). Nos mostrou uma telha antiga, fabricada artesanalmente e o serrote que se usava antigamente para cortar as madeiras que eram usadas para fazer as estruturas das casas.

O Sr. Gisolino conta que guardou essas peças porque tem interesse em construir um museu, onde faria oficinas com as crianças, e construiria uma casa de estuque em miniatura, assim como eram as antigas habitações da região do Degredo. (HERKENHOFF & PRATES, 2019, p.293)

³⁶⁹ Essas observações foram inspiradas pelos comentários de Slenes (2011) sobre as habitações de negros no Brasil do século XIX.

Sobre aquelas proibições das casas de palha, portanto, nos interessa inicialmente refletir sobre os motivos para a proibição ou não de certos costumes tradicionais³⁷⁰, que poderão depois ser lembrados como elementos de memória dignos de um museu, embora hoje os indivíduos, mesmo os mais velhos, não tenham intenção de morar novamente naquelas casas de palha.

Após colocarmos – sem respostas definitivas – essas questões que dialogam com a geografia urbana, com a arquitetura e o urbanismo, vejamos um segundo aspecto da proibição dessas casas de palha: a pouca efetividade dos decretos e leis para erradicá-las naquele momento histórico. Escrevendo no jornal *O Espirito-Santense* anos antes do Código de Posturas de 1896, fazendo referência a uma Lei municipal mais antiga, um autor anônimo afirma:

Por Lei nº 5, Decreto nº 354 do ano de 1859, a Câmara [de Santa Cruz] propôs as seguintes cláusulas e a Assembleia decretou:

[...] Art. 2º Serão cobertas de telhas todas as casas que se edificarem no centro da vila, [...]. Os infratores sofrerão a multa de 20\$000, demolindo a obra à sua custa, se no prazo de vinte dias não fizerem a cobertura de telha (*O Espirito-Santense*, 1882, ed. 78, p.3).

Porém, segundo o mesmo autor anônimo, essas multas não eram arrecadadas e as casas de palha continuavam a ser construídas:

As ruas da vila são mal alinhadas; as casas mal preparadas, e muitas cobertas de palha, e continuam a reedificarem-nas entretanto, que a Câmara a tudo releva, não podendo de forma alguma embelezá-la [...].

Os seus Vereadores, são esses pobres pais de família, que agarrados ao solo da lavoura, [...] [não conseguem arrecadar] o dinheiro que existe em poder dos condenados às multas (ibid.).

Na hipótese de que essa formulação sobre “vereadores” que eram “pobres pais de família” não seja um exagero do autor, ela pode ser interpretada como evidência da ausência de acumulação no então município de Santa Cruz: como vimos, havia ali poucos escravizados e também parecia haver poucos grandes latifundiários. Nesse sentido, na argumentação do autor anônimo de 1882, a imposição, pela força, das leis e das multas, seria mais adequada se os vereadores não fossem “pobres pais de família” que “enxugam as gotas de suor [...] para manterem seus filhinhos” (ibid.).

³⁷⁰ Como vimos no capítulo 3, nesse mesmo código de posturas de Santa Cruz constava que era “proibido batucar, reunirem-se pessoas sem garantia social, salvo com licença da autoridade competente, sob pena de 10\$000 de multa.”

Observando apenas o que constava na legislação, não temos como saber até que ponto seus artigos foram de fato cumpridos. O mesmo se aplica às questões ligadas à pesca e à navegação. No Código de Posturas de 1896 do município de Santa Cruz há dois capítulos que regulamentam em detalhes o “dízimo do pescado”, imposto cobrado no ato da venda do pescado, e o “registro de embarcações”, que também envolvia a cobrança de um imposto:

CAPÍTULO XIII

Dízimo do Pescado

Art. 1º Fica todo indivíduo com profissão de pescador sujeito ao imposto do dízimo do vendido conforme a praxe seguida:

Parágrafo 1º Ficam exemptos deste imposto o pescador que não expuser à venda o produto de sua pescaria.

Parágrafo 2º Os pescadores de outro Município ou mesmo negociante de peixe salgado que vierem mercadejar neste Município ficam sujeitos da mesma forma ao dízimo do vendido embora apresentem talão de ter pago o dízimo no Município de sua residência.

Art. 2º O dízimo será arrematado em hasta pública em 1º de Janeiro de cada ano.

Art. 3º Ao arrematante do dízimo incumbe fiscalizar esse serviço auxiliado quando for preciso pelo Fiscal do Governo Municipal que imporá aos contraventores a multa de 10\$000.

Art. 4º O dízimo será cobrado no ato da venda.

[...]

CAPÍTULO XVII

Registro das Embarcações

Art. 1º Este imposto é devido a todas as embarcações que navegarem dentro do município.

Art. 2º O Fiscal fará no mês de Janeiro um lançamento geral de todas as canoas e lanchas que fazem as vezes de veículos marítimos, constando o nome do dono e o lugar de sua residência.

Art. 3º No mês de Fevereiro procederá o Procurador a cobrança deste imposto mediante 2\$000 por cada embarcação declarando no talão: O nome do dono da embarcação declarando no talão: O nome do dono da embarcação, a qualidade da madeira (sendo canoa) e o número do registro, que será colocado na popa da mesma exteriormente.

Parágrafo 1º Estão isentos do imposto, mas não do Registro a embarcação da passagem e o prático da barra.

Art. 4º Sucendendo extraviar-se qualquer embarcação registrada, o seu dono recorrerá ao Procurador do Governo Municipal exibindo o respectivo talão a fim de que ele providencie na busca da mesma embarcação.

Art. 5º Ao que se negar ao Registro será imposta a multa de 10\$000 e na reincidência se fará apreensão da embarcação que será depositada até final resolução.

Verificamos assim que, naquele município de Santa Cruz, dotado de um porto que parece ter tido como principais mercadorias o peixe de consumo local e a madeira “exportada” para o Rio de Janeiro ou para outros portos, havia uma Câmara Municipal com pretensão de modernizar e europeizar as habitações e conhecer todas as embarcações, seus donos e residências, inclusive para poder cobrar impostos deles. Isso na virada do século XIX para o XX, período frequentemente descrito – *a posteriori*, pelos que vieram depois – como República Velha, anterior ao desenvolvimentismo mais acelerado. Não obstante a relevância dos projetos modernizadores mais antigos, é inegável que a partir dos anos 1930 esse Estado Nacional vai ganhando capilaridade e meios para atuar mais profundamente na modernização da sociedade.

Ao mesmo tempo que constataremos na próxima seção a importância, do ponto de vista da gestão estatal, de se conhecer quantos pescadores atuam onde, com quais tecnologias, etc., constataremos também que a estatística pesqueira, ao longo de décadas, tem sido considerada extremamente incompleta e falha pelos especialistas no tema. Ao invés de entendermos, com isso, que o planejamento nada alcançou e a modernidade nunca chegou naquele contexto da pesca, buscaremos observar esse planejamento e essa modernização em processo e em tensão com os contextos existentes.

Ana Carolina Leite (2014, p.87) entende que o período do coronelismo, com a consolidação gradual das instituições republicanas, correspondeu a um “longo processo de autonomização do monopólio da violência que estava implicado na passagem do Estado absolutista (metropolitano) para o Estado nacional (independente).” Nesse período, coronéis tiveram a legitimidade de empregar a violência direta e de incorporar terras aos seus domínios em desconformidade com a Lei de Terras, enquanto as instituições do Estado nacional republicano estavam em um lento processo de formação. A abordagem de Leite se diferencia de outras, comentadas por ela, que definem o Estado daquele período sempre “pela falta”, uma vez que ele nunca conseguia corresponder ao que “deveria” ser segundo os atributos pressupostos de um Estado ideal. Assim, ao não naturalizar pressupostos como o monopólio da violência ou a separação entre público e privado, a autora explica o movimento de autonomização, com suas aparentes contradições como a prática do voto de cabresto enquanto as leis previam um regime representativo e democrático.

De maneira similar, podemos lançar algumas questões sobre a legislação de 1896 extremamente minuciosa sobre o registro de embarcações e o dízimo da pesca em tensão

com a ausência de evidências de que essa legislação tenha sido cumprida. Pelo contrário, veremos na seção seguinte, na escala nacional, um Capitão da Marinha afirmar sobre os pescadores “Quem jamais os contou?” Ao invés de pensarmos por hipótese que o município de Santa Cruz não tinha instituições aparelhadas o suficiente para exercer a gestão da pesca e a cobrança dos impostos previstos em lei, podemos nos questionar se as relações sociais entre pescadores e os compradores de seu pescado³⁷¹ não incluíam acordos visando ao descumprimento da cobrança do “dízimo da pesca”. Talvez, enfim, também em momentos mais recentes a falta de estatística pesqueira seja um projeto não escrito, embora as legislações e os governos sucessivos sempre reiterem que em breve será sanado o problema da *falta* de gestão da pesca.

4.3.2. “Não bebas. Faze a barba. Trabalha. Serás assim, digno de tua Pátria” (1942); “Relações de produção obsoletas” (1980)

Dando prosseguimento, em termos cronológicos, à seção anterior, observaremos como o Estado brasileiro pós-revolução de 1930 (mas já com precedentes desde os anos 1920), em meio a um projeto geral de fortalecimento da identidade nacional, pretendeu exercer um controle paternalista sobre os pescadores enquadrando-os em “colônias de pesca”, instituições similares aos sindicatos varguistas também criados nos anos 1930. Criado por Decreto em 1934, o Código de Caça e Pesca estabelecia que a pesca era livre a todos os brasileiros, desde que “devidamente matriculados nas repartições competentes e associados em Colonias de Pescadores” (BRASIL, Decreto 23.672 de 1934). Como relata Carolina Cyrino (2018), a Marinha do Brasil considerava esses pescadores “alheios às conquistas da civilização e do trabalho”. A quantidade de pescadores era desconhecida: “Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes (VILLAR, Capitão de Mar e Guerra, 1945, apud CYRINO, 2018, p.42). Para disciplinar aquelas pessoas, foram impressos manuais com lições de patriotismo e de conduta pessoal e corporal que, lidos em sentido negativo, podem mostrar a opinião estereotipada que os burocratas do governo federal e da Marinha pareciam ter sobre aqueles pescadores (“bêbados”, “fedidos”, “barbudos” e “sem educação?”):

- Não bebas além dos justos limites de dignidade: Um ébrio é um desclassificado na sociedade;
- Combate sistematicamente os desagradáveis odores do suor;
- Faze a barba todos os dias. Um homem com a barba por fazer dá sempre má impressão da sua pessoa, perde um pouco da sua dignidade;

³⁷¹ Seriam “coronéis-vendeiros”? Não sabemos. O que sabemos com certeza é que o peixe não era vendido para muito longe, tendo em vista que durava poucos dias naquele período anterior ao congelador.

- Trabalha. Estuda. Ganha o pão com o suor do teu rosto. Persiste. Aprende. Educa o espírito. Educa o caráter. [...] Serás assim, digno de tua Pátria, que tudo espera das suas virtudes. (VILLAR, 1942, apud CYRINO, 2018, p.58)

Poderíamos, então, por dedução, concluir que, desde os anos 1930 ou 40, os pescadores têm estado disciplinados segundo essa governança. Mas não parece ser assim na realidade. Todos os especialistas em pesca com os quais tivemos contato afirmam que a estatística pesqueira, ou seja, o conjunto de dados sobre quem pesca, onde pesca, quais espécies pesca, quantas toneladas são pescadas, etc., é até hoje muito deficiente no Brasil. Apesar dessa e outras tentativas de enquadramento, até hoje muitas pessoas pescam sem “carteira de pesca”, sem estarem associadas a colônias de pesca ou às associações de pescadores.

São essas populações, em parte enquadradas e em parte ignorando as classificações e regulamentos, que vivem ainda hoje em Regência e Santa Cruz, ambas comumente referidas como “vilas de pescadores”. Como vimos no capítulo anterior, no fim do século XIX Regência foi um porto importante para o comércio de mercadorias do baixo Rio Doce, enquanto Santa Cruz foi sede municipal e no seu porto também foram transportadas muitas mercadorias, sobretudo madeira. Mas depois que a fronteira da territorialização do capital se movimentou no sentido do interior do estado, os pescadores foram os sujeitos que ali permaneceram. Ou, olhando o problema pelo outro lado: talvez os sujeitos que ali permaneceram, e que antes tinham outras atividades frequentes além da pesca, passaram a ser descritos como pescadores. Vimos no capítulo 2 – no recenseamento realizado em 1843 pelo vigário da paróquia de Santa Cruz, onde havia um único pescador, embora diversas outras fontes mencionem o quanto a pesca era comum ali – e veremos ao longo deste capítulo que a divisão estrita de população entre pescadores, agricultores, pecuaristas etc. pressupõe uma divisão do trabalho autonomizada que faz mais sentido na cabeça de planejadores do que na prática dos sujeitos das hoje chamadas *comunidades tradicionais*. O que ajuda a entender a dificuldade que tiveram todos aqueles que buscaram contar os pescadores. Após essa discussão, voltemos às origens militares da modernização da política pesqueira brasileira.

Em sua dissertação intitulada “*Aos pescadores a modernidade!*” *Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal*, Gabriela Cyrino (2018) traça um panorama abrangente e detalhado da política pesqueira no Brasil. O primeiro “projeto de nacionalização da pesca” abordado por ela ocorreu entre 1919 e 1923: uma primeira grande expedição em que

os militares percorreram o litoral brasileiro cadastrando mais de 100.000 pescadores e organizando-os em colônias cooperativas com espaços para serviços de ensino e saúde, dos quais resultou o ‘Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral’, em 1923 (CYRINO, 2018, p.24).

Poucos anos depois, já no governo Vargas, o Decreto 23.672 de 1934 criou o Código de Caça e Pesca que institucionalizou as Colônias de Pescadores, de participação obrigatória para todos os pescadores do território nacional, como explicita o artigo 9º do Decreto: “A pesca, salvo as restrições impostas por este código, é livre a todos os brasileiros maiores de 16 anos, devidamente matriculados nas repartições competentes e associados em Colonias de Pescadores” (BRASIL, 1934). O não cumprimento da determinação acarretaria a suspensão do direito da pesca.

Em 1938 atualiza-se o Código de Caça e Pesca, através do Decreto-Lei 794, denominado “Código de Pesca”. Neste novo código, ainda mais centralizador e disciplinador, o Ministério da Agricultura regulamenta a obrigação da filiação de todos os pescadores às colônias nas suas respectivas zonas de pesca próximas as suas residências. A matrícula deveria ser expedida pelo Ministério da Marinha. Dentre as exigências determinadas ao pescador estava a de fornecer à colônia “[...] todos os dados relativos à quantidade e qualidade do pescado colhido, o lugar em que foi praticada e as ocorrências havidas em viagem”. Assim, em tese, o Ministério da Agricultura passava a ter o controle quantitativo dos recursos pesqueiros produzidos no país (Cyrino, 2018, p.51-52). Porém, como no caso do “dízimo da pesca” de Santa Cruz na República Velha, tudo indica que também essa determinação foi cumprida de modo bastante incompleto.

Cyrino (2018, p.23) faz ainda a análise de dois documentos publicados pela Marinha do Brasil nos anos 1940:

Missão do Cruzador José Bonifácio apresenta o relato da expedição ocorrida entre 1919 a 1923, que percorreu todo o litoral brasileiro criando as primeiras oitocentas colônias de pescadores. A sua primeira edição foi publicada em 1945, com prefácio do então Presidente da República, Getúlio Vargas.

Manual do Patrão da Pesca, publicado em 1944 [na capa do livro, consta o ano de 1942], é um guia disciplinador exaltando valores nacionais e ordenando ao pescador modos de vida que o autor julga como civilizados. O documento apresenta ainda instruções de qualificação técnica oceanográfica e industrial para a pesca.

O primeiro livro, portanto, foi publicado mais de vinte anos após a Missão à qual faz referência. Podemos supor que, nos anos 1920, embora a Marinha do Brasil já tivesse seus projetos de contribuir para a civilização dos pescadores e ao mesmo tempo tê-los

como aliados em sua missão de defesa (o subtítulo do livro é “*Os pescadores na Defesa Nacional*”), não havia verbas para a edição e a impressão do livro, tendo ele sido finalizado apenas anos depois. Deste livro, escrito pelo Comandante Frederico Villar³⁷², Cyrino cita os seguintes trechos:

Quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho. Na proporção talvez de 90%, os chamados praianos não sabem ler nem escrever; vivem doentes, esqueléticos, demolidos pelas endemias do litoral [...]

Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes morando – por assim dizer – sobre o oceano, em barcos primitivos, empregando os mesmos processos de pesca adotados pelos índios! (VILLAR, 1945, apud CYRINO, 2018, p.42)

Após essa constatação, na missão de 1919 a 1923, de que os pescadores eram quase todos analfabetos e “alheios às conquistas da civilização e do trabalho”, através das colônias foram disponibilizadas escolas primárias para os filhos de pescadores e outros serviços assistenciais, como médicos e dentistas (CYRINO, 2018, p.40). Não bastando a escolarização dos filhos, foi impressa pela Marinha do Brasil em 1942 a outra publicação já citada, o Manual do Patrão da Pesca, ainda mais claramente exaltador do trabalho e da disciplina. As recomendações de disciplina do manual, já mencionadas no começo desse capítulo, incluíam não beber álcool, fazer a barba, trabalhar e “ganhar o pão com o suor do teu rosto”. Como se antes os pescadores não “ganhassem o pão” com seu próprio suor.

Além disso, no Manual, o Comandante Villar expressava sua convicção de que, em breve, graças à pesquisa, educação e a uma “perfeita organização”, o Brasil teria “indústrias de Pesca” condizentes com as necessidades econômicas e militares do país:

Tudo nos conduz à convicção de que, fazendo estudos oceanográficos, criando múltiplas Escolas Profissionais de Atividades Marítimas, no litoral, e dando a esses Serviços uma perfeita Organização, chegaremos a ter indústrias de Pesca na altura das necessidades econômicas e da defesa naval do País (VILLAR, 1942, apud CYRINO, 2018, p.56).

Em seu resumo sobre as mudanças nas políticas estatais voltadas para a pesca, Cyrino (2018, p.25) entende que o período de 1919 a 1960 foi marcado, portanto, por um “processo civilizador engendrado pelo Estado, amalgamado ao projeto desenvolvimentista, que buscava disciplinar os pescadores a uma nova forma de vida e trabalho em vistas a conduzi-los à civilidade e o país ao progresso.” No período seguinte,

³⁷² Segundo Cyrino (2018, p.34), Frederico Villar era membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Oceanográfico Brasileiro e do Instituto Técnico Naval.

de 1962 a 1989, a política pesqueira passa a ser assumida pela Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, que destaca a gestão de incentivo à industrialização e tecnificação para o setor, através de incentivos fiscais para expansão da pesca industrial e ampliação dos estoques pesqueiros. Nesse contexto a atividade artesanal é considerada um entrave ao progresso e os pescadores são utilizados como força braçal das indústrias de pesca (ibid.).

Criada em 1962, vinculada ao Ministério da Agricultura, a SUDEPE instituiu incentivos fiscais que alcançavam somente as grandes empresas. Estas empresas concentraram investiram na construção e importação maciça de barcos, equipamentos e infraestrutura de terra (ibid., p.80). A “pesca de pequeno porte”, naquele período, foi negligenciada (ibid., p.83).

Segundo essa lógica, a pesca artesanal era considerada “sinônimo de atraso e obstáculo ao progresso” (ibid., p.60) e os pescadores deveriam se proletarizar ao serem contratados pelas “indústrias de pesca”. Em 1980, como consta em documento da SUDEPE, as relações de produção “atrasadas”, ou seja, as dos pescadores artesanais, eram consideradas “obsoletas e incompatíveis com as exigências atuais de aumento de produtividade”:

torna-se expressiva a preocupação governamental de promover o desenvolvimento industrial, não só através da ativação dos programas de investimentos públicos e privados, mediante o aperfeiçoamento de instrumentos clássicos e a criação de novos estímulos às empresas de capital aberto, mas também pela ativação de **programas visando a modernização de ramos tradicionais onde prevaleciam relações de produção obsoletas e incompatíveis com as exigências atuais de aumento de produtividade, economias de escala e racionalização administrativa** (SUDEPE, 1980, apud CYRINO, 2018, p.79, grifo nosso).

Não descreveremos aqui sucintamente as “relações de produção obsoletas” dos pescadores artesanais porque, de norte a sul do país, elas têm sido extremamente variadas. Podem ser familiares, podem também envolver um “mestre de embarcação”, proprietário desta, com duas, três ou mais pessoas que trabalham para ele em relações diferentes do assalariamento. Há também casos de embarque do pescador sozinho, há a pesca com vara ou rede individual na beira dos rios e lagoas, etc. Veremos mais abaixo um pescador da Barra do Riacho (Aracruz/ES) relatar que, quando chega do mar, quem “ajuda a botar o barco pra dentro”, em troca desse favor, ganha alguma quantidade de peixe ou de camarão. Seria imprudente afirmar qualquer coisa, portanto, que valha para o conjunto das “relações de trabalho” dos pescadores artesanais, salvo que de fato elas apareciam para os burocratas da SUDEPE como “obsoletas” por uma série de motivos.

Mais do que formular as principais “relações de trabalho” nesse contexto tão diverso, nos interessa ler mesmo com um certo humor a pretensão do geógrafo Pierre Deffontaines, ao descrever o que ele provavelmente constatou em um caso particular como se se aplicasse ao “litoral atlântico” e a todos os “caiçaras”, palavra, aliás, que não é de uso corrente no litoral do Espírito Santo ou da Bahia:

Ao longo do litoral atlântico, o caboclo passa a ser pescador, embora permaneça no mato: é o caiçara. [...] a unidade do agrupamento é a rede de pesca que requer para o seu manejo o concurso de quatro barcos a que correspondem oito ou dez famílias. É o normal dos aldeamentos de caiçaras (DEFFONTAINES, 1947, p.145).

Após essa exagerada confiança do geógrafo dos anos 1930 e 40 em seu poder de síntese sobre o “modo de produção” dos pescadores do Atlântico, voltemos à citação mais acima dos burocratas da SUDEPE em 1980: naquele tipo de formulação sobre a incompatibilidade das “relações de produção obsoletas” com as “exigências atuais de aumento de produtividade, economias de escala e racionalização administrativa”, a pesca artesanal parecia em processo de extinção: com tecnologias antiquadas, barcos pequenos com poucos pescadores em relações obsoletas, como poderiam se compatibilizar com o “aumento de produtividade” e as “economias de escala” que eram “exigências atuais”? Exigências de quem, o documento não explicita, mas entendemos que esse tipo de formulação desvenda o fetichismo da mercadoria e o fim-em-si da valorização do valor (KURZ, 2002): as exigências estavam postas pela concorrência, pelas leis do mercado, sendo inútil discordar.³⁷³

Porém, contrariamente ao que previam esses planejadores, a pesca artesanal não deixou de existir em diversas particularidades brasileiras, como inúmeras populações ribeirinhas na Amazônia, os caiçaras do litoral paulista estudados por Antonio Carlos Diegues, e os pescadores do *litoral norte capixaba*. Voltemos a análise novamente para o Espírito Santo. Conforme relatado em artigo científico de 2007 sobre a pesca artesanal neste estado, mas que inicialmente resumia a situação da frota artesanal no país,

[No Brasil, a] frota artesanal, ou de pequena escala, é [era] constituída de aproximadamente 25.000 embarcações, representando cerca de 90% da frota pesqueira total em operação no país. (FREITAS NETTO e DI BENEDITTO, 2007, p.108).

³⁷³ Recordemos ainda a lembrança de Aílton Krenak (2019, p.39) de que há algumas décadas “a maior parte das previsões apostava que as populações indígenas” não chegariam até o século XXI. Mas hoje, afirma ele: “Tem quinhentos anos que os índios estão resistindo, eu estou preocupado é com os brancos, como que vão fazer para escapar dessa.” (Ibid., p.31).

No Espírito Santo, segundo os mesmos autores, entre os anos de 1980 e 1988, a pesca artesanal representava 64% e a industrial 36% do total. Em levantamento de 2002, embarcações “de pesca artesanal est[avam] presentes ao longo de todos os portos, representando 97,5% da frota pesqueira em operação no Espírito Santo” (ibid., p.116). Os mesmos autores relatavam, em 2007, os problemas na estatística pesqueira que já ouvimos de diversos outros especialistas nessa temática:

Vale ressaltar a deficiência, ou mesmo inexistência, de estatísticas pesqueiras em muitas regiões [...]

[entre os] aspectos que comprometem a quantificação da produção pesqueira no Brasil, [...] a carência de recursos humanos e logísticos das agências governamentais encarregadas das estatísticas pesqueiras. (FREITAS NETTO e DI BENEDITTO, 2007, p.108).

Veremos na última seção deste capítulo que, após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana, o número de pescadores, tanto no mar como no rio Doce, subiu bastante: ainda que em conversas coloquiais nos trabalhos de campo sejam relatados “falsos pescadores”, e não duvidamos que estes existam, entendemos também que muitas pessoas pescavam e, em 2015, ano do crime ambiental, não tinham nenhum documento comprovando essa atividade. É o que afirma também Cyrino (2018, p.17) ao relatar um trabalho de campo na Barra do Riacho:

ao caminharmos no vilarejo dos pescadores, às margens do rio Riacho, fomos abordados por um senhor que aparentava cerca de cinquenta anos. Ele [...] estava com dificuldades para comprovar que era pescador artesanal, a fim de receber um determinado benefício. Este senhor estendeu a palma das mãos ao grupo, revelando as marcas deixadas pela sua atividade pesqueira. Em sua fala, enfatizou que aquelas cicatrizes representavam os seus trinta anos de pesca no mar, comprovando então, que ele era um pescador. Aquele senhor vivenciava além da interrupção da sua atividade, o dilema de provar que é pescador artesanal, devido a problemas burocráticos de identificação.

Esse processo modernizador catastrófico mais recente será abordado mais abaixo. Voltemos a examinar a política de incentivos fiscais da SUDENE, no estudo de Agnaldo Martins e colaboradores (2014) sobre a frota de pesca industrial de camarão em Conceição da Barra, no extremo norte do Espírito Santo, sua ascensão e o seu colapso.

Como relatam Martins et al. (2014, p.128), no fim da década de 1950, “empresários de outros municípios viram Conceição da Barra como um local para investimentos no setor pesqueiro, principalmente pelo porto herdado da época da exploração madeireira.” Durante as décadas de 1950 a 1980, “investidores e empresários receberam fortes subsídios do governo federal”.

Em 1980, a pesca e o beneficiamento do camarão eram importantes atividades econômicas naquele município, que contava com três grandes empresas de pesca e com caminhões próprios para transporte do pescado, fábrica de gelo, cais de atracação e estaleiros para manutenção e reparo dos barcos.

Porém, a partir dos anos 1980 em diante, a pesca artesanal e industrial entrou em colapso. Existem algumas hipóteses, por parte dos pescadores da região, que ajudam a entender essa crise: na segunda metade da década de 1980, o canal principal da foz do rio São Mateus sofreu um relevante processo de assoreamento, limitando a entrada e saída de barcos de maior calado somente na maré alta. Esse assoreamento, por sua vez, tem provável relação com o desmatamento da bacia hidrográfica do rio São Mateus/Cricaré. Além disso, a redução dos estoques pesqueiros devido à sobrepesca é outra hipótese levantada por Martins et al (2014). Finalmente, com a redução dos incentivos fiscais no mesmo período e o fim da SUDEPE em 1989, as empresas pesqueiras de Conceição da Barra faliram.³⁷⁴

Após esse estudo de caso de uma importante frota de pesca industrial e sua duração de apenas poucas décadas, voltemos agora à escala nacional no fim desta seção. Nas últimas décadas, com menos incentivos fiscais, a gestão da pesca continuou insuficiente para fazer o mínimo que se espera de um Estado nacional: a contagem do número de pescadores e de outros dados básicos sobre sua atividade. Já vimos acima a discussão de Ana Carolina Leite (2014) sobre como, no Estado do coronelismo, essas definições do Estado pela “falta” de atributos considerados tipicamente estatais podem ser substituídas pela discussão sobre o processo de autonomização do Estado Nacional. Nas políticas pesqueiras e sobretudo na estatística pesqueira é igualmente ou mesmo mais difícil pensar em uma autonomização dos atributos do Estado Nacional: embora tenha ocorrido o processo já relatado, da missão inicial da Marinha do Brasil à criação das colônias de pesca, seguida pelos incentivos à pesca industrial e modernização do setor, o “eterno retorno” da ausência dos dados estatísticos mais básicos aponta algo sobre o Estado dos nossos tempos, mas não sabemos formular exatamente o quê. Também a caótica realização do Censo pelo IBGE de 2020 a 2022 parece mostrar que o Estado que busca conhecer seu povo para governá-lo, como já vimos na discussão sobre os primeiros

³⁷⁴ Comparar com o declínio da produção de arroz no “vale da Suruaca”, após o fim dos subsídios no mesmo período, conforme analisado por Gabriel Lopes (2022).

censos nacionais no capítulo 2, parece ter sido superado, dando lugar a um Estado pós-catastrófico³⁷⁵ para o qual ainda não temos definição.

Na falta de definição, apontaremos apenas uma breve histórico dos desdobramentos caóticos da gestão pesqueira no Brasil. De 1989 a 2009, como aponta Cyrino (2018, p.25), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais – IBAMA ficou responsável pela gestão da pesca, “assumindo a orientação conservacionista ambiental, no controle da escassez dos recursos pesqueiros, o que provocou a redução dos incentivos fiscais e uma política voltada a questões ambientais.” Os resultados dessa gestão da pesca pelo IBAMA, porém, ficaram distantes de seus objetivos, tanto em termos de fiscalização ambiental como em termos de estatística pesqueira voltada para o conhecimento das espécies que passam por sobrepesca, muitas delas estando ameaçadas de extinção. Em 2012, um deputado federal foi multado quando pescava ilegalmente em uma Unidade de Conservação no litoral sul fluminense. O processo foi arquivado, a multa nunca foi paga e o deputado foi eleito presidente, em apenas um caso entre inúmeros outros que exemplificam a distância entre as práticas e as leis que regulamentam a gestão da pesca.

No período posterior à Constituição de 1988, porém, algumas mudanças efetivas ocorreram em relação aos direitos dos pescadores. Esta Constituição, ao definir que é livre a associação profissional ou sindical, irá propulsionar a criação de novas entidades representativas de pesca, como as Associações de Pescadores, embora as antigas Colônias de Pesca não deixassem de existir. A Lei 8.287 de 1991 criou o seguro-defeso, auxílio recebido pelos pescadores em período de restrição da pesca durante a reprodução de determinadas espécies. O valor do seguro-defeso é de um salário-mínimo mensal durante o período, que varia de acordo com a espécie-alvo. A Lei nº 10.779 de 2003 garantiu ao pescador artesanal, além do seguro-defeso, o acesso a outros direitos previdenciários.

Em termos de garantias sociais para os pescadores artesanais, portanto, houve mudanças após 1988. Mas na gestão pesqueira, o caos continuou. O Ministério da Pesca e Aquicultura foi criado em 2009, teve como ministro o ex-bispo da Igreja Universal Marcelo Crivella – entre outros políticos sem qualquer familiaridade com a pesca – e foi extinto em 2015, quando a gestão da pesca voltou para o Ministério da Agricultura. Em

³⁷⁵ No capítulo 5 observaremos também esse Estado recente, do período em que a modernização alcançou seus limites lógicos. Porém, observando o Estado a partir das temáticas do capítulo 5, relacionadas aos grandes portos que exportam mercadorias, serão possíveis algumas formulações sobre um Estado que não mais planeja, mas faz gestão de conflitos. Na “política pesqueira”, nem essa gestão parece ocorrer.

2017, a Secretaria de Aquicultura e Pesca foi transferida do Ministério da Agricultura, para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Esse conjunto de mudanças na gestão federal da pesca tem dificultado ou mesmo inviabilizado a emissão de autorizações, as operações de fiscalização da pesca ilegal, entre outras prerrogativas estatais. Em um relato de um servidor que trabalha no setor, os documentos sobre pesca em Brasília ficam todos em uma van, já esperando a próxima mudança de prédio. Trata-se de uma piada, mas não tão exagerada (comunicação pessoal, 2022). O Ministério da Pesca e Aquicultura foi recriado em 2023, mas não necessariamente vai durar muito tempo. O atual regimento deste Ministério prevê entre suas atribuições - que até hoje praticamente não saíram do papel para a prática - as seguintes:

I - formulação e normatização da política nacional da aquicultura e da pesca e a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva e da produção de alimentos;

II - políticas, iniciativas e estratégias de gestão participativa do uso sustentável dos recursos pesqueiros;

III - organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;

IV - estabelecimento de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros [...];

V - conceder licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca comercial, artesanal e industrial, de subsistência e desportiva (BRASIL, 2023 - Decreto nº 11.352/2023).

4.3.3. Drenagens do DNOS, “Desenvolvimento regional Integrado” da agricultura e “Pesca incipiente”

As obras do DNOS - Departamento Nacional de Obras de Saneamento, tanto ao sul como ao norte do rio Doce, tiveram um papel importante na modernização de amplos territórios que, como vimos no capítulo II, faziam parte das terras consideradas “inaproveitáveis” para a produção de mercadorias. As dissertações de Wanderson Rebello (2012) e Gabriel Lopes (2022) discutem a fundo as drenagens respectivamente ao sul e ao norte do rio Doce. Rebello (2012, p.59) resume que as “várzeas do Riacho tornaram-se objeto de intervenção do DNOS no final dos anos de 1960, quando esse passou a instalar canais de drenagem no intuito de tornar o solo aproveitável para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, em parceria com programas federais e estaduais”, porém atualmente os canais se encontram sob controle da Aracruz Celulose (incorporada pela Suzano mais recentemente), causando consideráveis impactos sobre a sociedade local.

No “vale da Suruaca”, que inclui o território da comunidade de Degredo, Lopes (2022, p.162; p.191) argumenta que as “as obras de racionalização”, que em tese propiciariam uma agricultura moderna com alta produtividade, tiveram como resultado uma “grande plantação de boi”³⁷⁶, a desertificação de imensas áreas e a eliminação da possibilidade de reprodução de uma série de populações locais. Isso, em contradição com os objetivos iniciais do Programa de recuperação dos grandes vales úmidos do Espírito Santo – PROVALES:

a ideia de “fixar o homem no campo” como fundo argumentativo, o que agora se daria pelo aumento da renda dos agricultores, a partir de um uso intensivo das áreas de várzea. Colocava-se, portanto, como possibilidade a geração de mais de 1.000 empregos diretos no meio rural (LOPES, 2022, p.162).³⁷⁷

O resultado, porém, foi diferente do planejado: “embora o objetivo desses planos tenha sido o de estender a área agropecuária do Estado, a partir da produção de arroz” (ibid., p.191), logo que os subsídios a essa produção foram retirados nos anos 1990 a produção local de arroz entrou em colapso e tornou-se menor do que tinha sido antes das obras do DNOS. Assim, “a ampliação das áreas de pastagens para a pecuária foi o resultado final das políticas na Suruaca” (ibid.).

Após esse breve resumo sobre as drenagens do DNOS, vejamos um outro documento de planejamento realizado na década de 1980, mesma época em que as obras do DNOS em tese estariam modernizando o território e gerando empregos. A descrição do “complexo subsistência” no litoral de Linhares e Aracruz retrata, pelo viés dos planejadores, as populações “atrasadas”, a partir da perspectiva do desenvolvimento e da integração.

O Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região IV - PDRI Linhares (ISJN, 1983, como sua numeração mostra, fez parte de um conjunto maior de programas: o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), órgão estadual fundado em 1975 e naquele momento ligado à “Coordenação Estadual do Planejamento”, elaborou *Programas de Desenvolvimento Regional Integrado* para diversas “regiões” do Espírito

³⁷⁶ Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (1983, p.152), entre 1960 e 1980 o rebanho bovino cresceu 520% em Linhares e 300% em Aracruz.

³⁷⁷ “Contraditoriamente, um dos maiores benefícios retratados no Anteprojeto de recuperação do “Vale da Suruaca” seria a criação de empregos diretos e indiretos. Mesmo que no próprio projeto tenha sido apontado que o objetivo principal seria a substituição da ‘mão-de-obra’ por capital” (LOPES, 2022, p.155). O planejamento estabelecia assim a oposição “oposição entre, de um lado, um ‘desemprego bom’, que seria causado pelas mudanças tecnológicas na produção, e, de outro lado, um ‘desemprego ruim’, causado pela crise e pelo tradicionalismo.” (Ibid.).

Santo, em um convênio com outra instituição, como descrito na apresentação do documento referente à “*Região Programa IV – Linhares*”:

o presente relatório consiste num diagnóstico acerca da organização econômica e social da Região-Programa IV (Linhares), localizada no litoral norte do Estado do Espírito Santo e constituída pelos municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra [...].

[Trata-se de um] dos produtos de um convênio de cooperação financeira celebrado entre o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), com a intervenção do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (BANDES), tendo sido elaborado pela equipe de Estudos Regionais do IJSN. (IJSN, 1983, p.1).

Após descrever o “complexo eucalipto”, o “complexo pecuária”, o “complexo café”, o “complexo cacau”³⁷⁸ e conjugações dos anteriores – “pecuária/cana-eucalipto”, “pecuária/café”, etc. – o PDRI apresenta em último lugar o “complexo subsistência”, localizado no litoral, e que parece ser, na apresentação do relatório, o “patinho feio”, ocupando um último lugar nem um pouco casual.

“Incidindo espacialmente numa estreita faixa litorânea que se inicia ao sul de Conceição da Barra, segue por São Mateus [...], Linhares e desce até Aracruz”, o “complexo subsistência” caracterizando-se pela

conjugação das explorações de diversas culturas de subsistência (mandioca, abóbora, melancia, coco, milho e feijão) à pesca artesanal, conjugando-se, às vezes, também, a uma pecuária mínima, culturas e atividades tais, que só conjugadas tornam-se capazes de garantir a sobrevivência dos micro e pequenos estabelecimentos que ali se concentram, devido à pequeníssima escala em que são desenvolvidas (IJSN, 1983, p.199).

O Complexo Subsistência, na descrição dos especialistas do IJSN,

ocupa áreas de baixíssima fertilidade (solo bastante arenoso), o que aliado à precária situação financeira destes produtores agravada pela não obtenção de financiamento à produção, lhes impede de combater pragas e/ou adubar suas plantações, sendo responsável pela baixíssima produtividade das culturas ali desenvolvidas (ibid.).

As práticas dos sujeitos, nesse relatório, são sempre muito lógicas, regidas por mobilidade, maximização de lucros, etc. Nos referimos, é claro, à lógica da formamercadoria – e não temos tanta certeza de que ela tivesse, nas palavras de Debord ([1967] 2019), “ocupado” totalmente a vida social naquele contexto. Mas os planejadores do IJSN

³⁷⁸ Esses outros “complexos”, com exceção do cacau, localizam-se todos nos territórios mais distantes do litoral. Cabe questionarmos se somente no litoral havia “agricultura de subsistência”. Acreditamos que provavelmente havia em outros lugares da “região IV”, mas em menor quantidade, sem formar, aos olhos dos planejadores, um “complexo subsistência”.

não parecem duvidar de que, embora praticando atividades de subsistência e produzindo boa parte dos bens que consumiam, aqueles agricultores tinham como entraves à sua produção a baixa fertilidade do solo, a falta de financiamento e a sua “precária condição financeira”. Não fossem essas condições que “lhes imped[iam] de combater pragas e/ou adubar suas plantações”, na argumentação do relatório, aquelas pessoas certamente estariam produzindo com mais eficiência, alcançando maior produtividade.

Assim, a falta de “financiamento à produção” é colocada como principal problema a ser sanado, para a “modernização” daquele “complexo subsistência. Não são levantadas outras hipóteses para explicar por que aquelas pessoas não combatiam pragas com herbicidas e pesticidas, tamanha era a naturalização dessas práticas para os planejadores.

É mencionado ainda um outro aspecto do “atraso”: a ausência de espaçamento rígido, em oposição aos outros “complexos” listados, que tinham sempre uma ou duas culturas principais (ou a pecuária), cada uma com seus espaços bem delimitados. Não é o caso daquelas culturas de “baixíssima produtividade”:

Cabe frisar que a agricultura verificada no interior deste complexo se dá de forma extremamente rudimentar, com a maior parte das culturas plantadas em mesmo terreno sem espaçamento rígido, visando à maior utilização possível da área, apresentando um grau de tecnificação quase nulo (IJSN, 1983, p.199).

Em seguida, o relatório relata duas entre as poucas mercadorias produzidas naquele “complexo subsistência”: beijus e farinha de mandioca, produzidos de forma caseira, em quantidade reduzida.

A mandioca é transformada de forma caseira, em beijus e farinha, em quantidade bastante reduzida e vendida nas sedes municipais, salientando-se ao norte, a feira do produtor no município de São Mateus.

Em síntese, o Complexo Subsistência apresenta uma dinâmica em que culturas de subsistência conjugadas à pesca artesanal e à pecuária (em pequeníssima escala), garantem, embora de forma extremamente precária, a reprodução de dezenas de micro e pequenos estabelecimentos agrícolas que se concentram no litoral Norte do Estado (ibid., p.201)

A ausência de “espaçamento rígido” entre as culturas plantadas, em uma mudança de perspectiva, aparecerá para autores mais recentes como o consórcio entre espécies, que se associa a diversas estratégias como as agroflorestas e outras formas tradicionais de se evitar as pragas e a erosão do solo. Os autores mexicanos Toledo e Barrera-Bassols (2015, p.194) descrevem os territórios de algumas *populações tradicionais* como mosaicos que fornecem “uma variedade de produtos: lenha, alimentos, remédios, materiais para construção, para instrumentos e ferramentas, entre outros.” A monocultura, por outro

lado, aparece em diversos estudos das últimas décadas não como algo óbvio, mas como um método racionalizado de uso de territórios e corpos que só existe na modernidade capitalista (HAESBAERT & PORTO-GONÇALVES, 2006). Um método racional e violento, pois a racionalidade jamais excluiu a violência. Essas mudanças de perspectiva aparecerão mais adiante neste capítulo. Nos documentos dos anos 1970 e 80, não havia qualquer traço de crítica ou desnaturalização das técnicas consideradas mais produtivas e racionais.

Em outro documento do mesmo Instituto Jones dos Santos Neves, um *Perfil da Cidade de Linhares*³⁷⁹ datado de 1980, afirma-se que, na “Zona das Várzeas Litorâneas”, os únicos “núcleos significativos de concentração de população” eram “a vila de Regência e o povoado de Povoação respectivamente na margem sul e norte do rio Doce.” O documento afirma que esses dois núcleos estavam “mais ligados às atividades econômicas – cacau e pecuária – da estreita faixa da Zona de Aluviões ao longo do rio Doce, além da atividade pesqueira, esta ainda insipiente [sic]” (IJSN, 1980, p.32).

Entendemos que a “pesca incipiente” seja uma referência às pequenas embarcações, a tecnologias e relações sociais consideradas “atrasadas”, entre outros fatores os olhos dos burocratas do IJSN enxergavam. Não enxergavam eles – nem perguntavam às pessoas comuns – se suas famílias tinham peixe e outros alimentos na mesa. E elaboravam seus relatórios fundamentados em uma concepção linear da trajetória histórica linear do progresso, assim como já comentamos para Deffontaines no capítulo 3. Mas, se nos anos 1930 a descrição do litoral do Espírito Santo por este geógrafo falava em “decadência”, o oposto do “progresso”, no relatório de 1980 a crença na marcha do progresso nacional parecia ser tão difundida e evidente que a atividade de pesca, presente na foz do rio Doce desde o século XIX e provavelmente muito antes, era considerada “incipiente”, termo assim definido no dicionário de Aurélio Ferreira (1999, p.1092): “que está no começo: principiante”.

Ao lermos esses dois documentos elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves na década de 1980, ficam claras as diferenças entre esse *planejamento* propriamente dito e os *projetos* e *planos* anteriores: aqui, temos uma “equipe de estudos regionais”, formada por vários especialistas que conheciam, ou julgavam conhecer, os

³⁷⁹ Na apresentação deste documento, ele é descrito como “um conjunto de informações que permitirão uma avaliação da situação e das perspectivas da cidade”, permitindo “definir uma proposta para a sua estratégia de desenvolvimento urbano” (IJSN, 1980). Trata-se aqui, em resumo, de “planejamento urbano”, em oposição ao Plano de 1983 que visava o “desenvolvimento regional”.

caminhos corretos para o desenvolvimento econômico e social da região e do país. Ainda que talvez cheios de boas intenções, os especialistas que assinam o documento perseguem o tempo todo a maximização da produção de mercadorias, enquanto as populações locais não parecem ter voz. Os especialistas em questão são listados no documento de 1983: seis economistas, um geógrafo, uma engenheira agrônoma e um engenheiro-urbanista, sendo que este último, Carlos Teixeira de Campos Junior, na década de 1990 se tornaria professor no Departamento de Geografia da UFES.

4.4. Mudança de interpretação: sai o “atraso”, surge a “cultura tradicional”

Nessa quarta parte do capítulo, aparece uma mudança de paradigma. Em resumo, o que era “atraso” e “incompatível” com a produção moderna se torna “cultura tradicional”. Essa inversão de sentido ocorreu em relativamente poucos anos e não pode ter sido apenas uma mudança no pensamento: certamente corresponde a mudanças mais gerais na sociedade, correspondendo grosso modo ao período que temos apontado como aquele em que a modernização atinge seus limites lógicos, embora nas particularidades processos e projetos modernizadores continuem sendo observados, ao menos em aparência. Sem pretendermos apresentar aqui a explicação definitiva sobre essa mudança de interpretação, vamos nos limitar a descrevê-la, primeiro entre os geógrafos e depois em termos mais abrangentes.

4.4.1. A Geografia do século XX no debate brasileiro sobre a superação do subdesenvolvimento

Os geógrafos Pierre Deffontaines e Leo Waibel já foram bastante abordados no capítulo 3. Após esses dois europeus que influenciaram os primeiros passos da geografia universitária brasileira, é importante abordarmos um terceiro geógrafo da geração seguinte. O brasileiro Josué Apolônio de Castro (1908-1973) tornou-se célebre por seus estudos sobre a *Geografia da fome*. Em seu livro com esse nome, ele afirma que fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa, além de caracterizar a fome como um fenômeno social e global. Josué de Castro, ao formular a existência de vários tipos de subnutrição, não se restringe à fome entendida como total ausência de alimentos:

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados

elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, [1946] 1984, p.37).

Ao abordar os tipos de fome nas diferentes regiões do Brasil, Josué de Castro faz avaliações de alimentos considerados necessários para as populações e de outros considerados menos recomendáveis. Assim, alimentos como leite e pão de trigo, entre outros, são elogiados enquanto outros, como a mandioca, são criticados por seu baixo valor nutricional: a “substituição forçada” do trigo pela mandioca na dieta dos portugueses colonizadores teria sido o

primeiro rebaixamento no valor nutritivo do regime alimentar do Reino. A farinha de mandioca, que um político nordestino chamou uma vez demagogicamente de pão dos pobres, é muito inferior, tanto em seu teor protéico, como mineral e vitamínico, à farinha de trigo de que é fabricado o pão dos ricos (CASTRO, 1984, p.128-129).

Lendo o geógrafo hoje, com o distanciamento do tempo, podemos entender suas formulações também como elogio dos hábitos alimentares europeus. Sem desconsiderarmos a relevância das contribuições de Josué de Castro e conhecendo ainda as boas intenções de um pesquisador que voltava sua atenção para o grave problema da fome, podemos hoje, décadas depois, notar que há em sua obra uma positividade e um otimismo exagerados em relação ao desenvolvimento e modernização do Brasil, em um contexto social em que, a partir do pensamento dualista, a superação do atraso era vista como uma urgência que justificava intervenções profundas sobre populações indígenas, ribeirinhas, camponesas e outras atualmente consideradas tradicionais. Por exemplo, ao abordar a “colonização” da Amazônia, Castro endossa ideias como a de uma “paisagem virgem” ou “vazio demográfico” que precisava ser conquistado pelo “homem”, como se as pessoas que lá habitavam há séculos fossem menos humanas:

Para melhorar as condições alimentares da área amazônica faz-se necessário todo um programa de transformações econômico-sociais na região. As soluções dos aspectos parciais do problema estão todas ligadas à solução geral de um método de colonização adequada à região. Sem alimentação suficiente e correta a Amazônia será sempre um **deserto demográfico**. Sem um plano de **povoamento racional** e de **fixação colonizadora do elemento humano à terra** nunca se poderá melhorar os recursos da alimentação regional.

O Instituto Nacional de Imigração e Colonização³⁸⁰, autarquia criada em 1953 para gerir os destinos da política imigratória e colonizadora do país, iniciou, sob financiamento da Superintendência do Plano de Valorização econômica da Amazônia, e através de equipes técnicas, os **primeiros estudos racionalizados**

³⁸⁰ Este Instituto seria incorporado à SUPRA – Superintendência de Política Agrária (criada pela Lei delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962) e esta, ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (criado pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970).

sobre a colonização daquela região, sendo de esperar uma estruturação compatível com a magnitude do problema colonizador da Amazônia. (CASTRO, 1984, p. 102, grifos nossos)

A maneira como o autor argumenta que a Amazônia necessitava de um “plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra” mostra um otimismo com o planejamento racional e científico, otimismo era típico de sua época e que seria criticado por geógrafos mais recentes. Para Castro, portanto, a “colonização” da Amazônia era uma necessidade e, apenas por volta dos anos 1950 notavam-se os primeiros “*estudos racionalizados*” nesse sentido. Toda a colonização desde 1500, subentende-se, teria sido irracional.

Prosseguindo sua argumentação, Castro cita Deffontaines e outros especialistas estrangeiros na temática da “luta do homem contra a floresta”, que já abordamos no capítulo anterior. Esse “homem” abstrato, que tinha características europeias – mesmo que não necessariamente fosse a intenção do autor – é bastante diferente de algumas populações que vivem há séculos em coexistência com a floresta, o mangue ou o mar.

A conquista de qualquer tipo de terra pela colonização é sempre o resultado de uma luta lenta e tenaz entre o homem e os obstáculos do meio geográfico. Entre a força criadora do elemento humano e as resistências dos fatores naturais. **Na paisagem virgem, o homem é sempre um intruso** que só se pode manter pela força. O geógrafo francês Pierre Deffontaines, tratando da dinâmica da colonização, dos ajustamentos dos grupos humanos aos diferentes quadros naturais, fala-nos sempre em lutas. Em luta do homem contra a montanha. Em luta do homem contra a água. Em **luta do homem contra a floresta**.

[...] Para vencer a força desadorada da natureza ainda em formação, para abrir algumas brechas nesses cerrados batalhões de árvores inexpugnáveis, seria necessária uma sábia estratégia do elemento humano. Seria preciso, antes de tudo, que ele concentrasse as suas forças. Que se agrupasse em zonas limitadas e desencadeasse nesses pontos estratégicos a luta contra a floresta. Infelizmente isto não se fez. **O povoamento amazônico foi conduzido de maneira dispersiva**³⁸¹, **sem nenhuma tática para a luta** a ferir-se e, portanto, previamente condenado ao fracasso. [...]

Sobre a técnica de colonização das regiões de floresta tanto tropical como temperada, sobre essa necessidade de concentração humana para que se processe o **desflorestamento produtivo**, consultem-se as seguintes obras: Pierre **Déffontaines**, *L'Homme et la Forêt*. 1933; C. Hardy, *Géographie et Colonisation*, 1933, e Gordon East, *A Historical Geography of Europe*, 1948. (CASTRO, 1984, p.102-103, grifos nossos, itálico no original)

³⁸¹ Nesse argumento que critica o “povoamento” disperso e sem concentração, Castro se aproxima de Leo Waibel (1955, p.410) que, como vimos, entende que o “povoamento do país” se efetuou por saltos, dando origem aos “caboclos que, espalhados por todo o interior do país, vegetam numa vida inútil.”

Em toda a longa citação acima, o “homem” é um intruso na floresta e nada se fala sobre os povos indígenas. Porém, em outros trechos do livro, indígenas são citados. Na alimentação amazônica, devido à influência indígena, ele entende que o sal faz falta:

A alimentação amazônica, na qual ainda hoje predominam intensamente os hábitos e tradições indígenas, é uma alimentação com pouco ou nenhum sal. O tempero que o índio sempre admirou foi a pimenta, não ligando muita importância ao sal [...]. O mesmo informa-nos Von Martius: “Muitos índios desconhecem por completo o sal de cozinha.” [...] É este um dos poucos casos em que um grupo primitivo se mostra inábil para defender o organismo contra os perigos de uma carência específica, até certo ponto sanável com os recursos do meio. [...]

Só o índio amazônico, com seu instinto de nutrição embotado [pouco sensível], não lança mão de nenhum recurso para escapar à fome de sal. [...] Acontece que o organismo, para manter a tensão osmótica de seus humores, havendo falta de sódio, lança mão do potássio, cujas taxas se apresentam sempre altas. Esta baixa de sódio e esta subida vicariante do potássio representam um grave desequilíbrio iônico, sendo uma das causas do esgotamento neuromuscular e da fadiga rápida nos climas tropicais (CASTRO, 1984, p.85-87).

Fica evidente a fundamentação dualista entre “moderno *versus* arcaico” que, no fundo, informa todo o pensamento de Josué de Castro sobre a racionalidade moderna em oposição à irracionalidade que aparece por exemplo no indígena amazônico, com seu “instinto de nutrição embotado”, que seria responsável por “fadiga rápida”. Ou seja, os indígenas não sabiam o que deviam comer, quem sabia era o pesquisador, portador do conhecimento e do dever de levar o esclarecimento científico para aqueles povos “primitivos”.³⁸²

O dualismo não estrutura a argumentação apenas de Josué de Castro: também aparece em diversos autores daquele período, como Celso Furtado e outros que abordavam problemáticas ligadas ao subdesenvolvimento. Neste sentido, é interessante notar que, na obra de Milton Santos *O Espaço Dividido*, publicada originalmente em 1975, há uma proposta de crítica do dualismo, em uma seção intitulada “Bipolarização, mas não Dualismo”:

Parece-nos importante também evitar toda confusão entre a noção de dualismo, tal como é definida por grande número de autores (Boeke, 1953; [...] Furtado, 1966 [...]) e a dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos tal como nós a concebemos. [...] No estudo dos países subdesenvolvidos, essa abordagem baseada na noção de oposição entre o moderno e o tradicional no campo, e principalmente na cidade, é, sem dúvida, a mais correntemente adotada. (SANTOS, [1975] 2004, p.53).

³⁸² Interessante comparar com o que propõe Ailton Krenak (2019) sobre o esclarecimento, cf. seção 3.2.

Influenciado pelo pensamento de Celso Furtado, Milton Santos (1926-2001) se distancia, contudo, da formulação dualista deste economista. Para ele, a ideia de que a tradição e a inovação estão necessariamente em conflito parece completamente “abstrata e irreal”. Ao invés das formulações dualistas, Santos preferiu pensar o espaço urbano dos países subdesenvolvidos a partir de dois circuitos da economia.

De acordo com essa teoria dos dois circuitos da economia urbana, os processos de modernização resultaram no aparecimento – no espaço das cidades dos países subdesenvolvidos – de dois circuitos responsáveis pelo processo econômico e de “organização espacial”: o circuito superior, moderno e rico; e o circuito inferior, pobre e aparentemente “não-moderno” (SANTOS, [1975] 2004, p.197).³⁸³ Embora, nessa descrição rápida, o dualismo pareça repostado, o autor afirma que “os dois circuitos têm a mesma origem”, em resumo, a “modernização tecnológica”, sendo assim “interligados” (ibid., p.56). Haveria então uma relação de complementaridade e concorrência entre esses dois circuitos considerados. Mas um circuito é “dominante” e o outro é “dominado”. E uma mesma pessoa, ao longo de sua vida, transita entre os dois circuitos, ainda que as classes mais altas e as mais baixas consumam predominantemente no circuito superior e no inferior respectivamente.

A teoria dos dois circuitos tem como objeto principal o espaço urbano dos países subdesenvolvidos. Porém, Milton Santos faz a seguinte ressalva, mais uma vez para escapar ao pensamento dualista: mesmo as “atividades rurais tradicionais”, atualmente, dependem das “atividades modernas” (ibid.).

Na história do pensamento geográfico brasileiro no século XX, que nesta dissertação fica resumida a partir de poucos autores como Pierre Deffontaines, Leo Waibel, Josué de Castro e mais alguns outros brevemente citados, Milton Santos pode ser considerado um autor de um período de transição: nas décadas de 1960 e 1970, quando escreveu grande parte de sua obra, a temática do subdesenvolvimento era bastante predominante, com grande influência da chamada escola cepalina, em torno da CEPAL e de Celso Furtado, que buscavam formular políticas públicas para a superação do subdesenvolvimento. Ao mesmo tempo, naquele período e nas décadas seguintes já apareciam aos poucos temáticas como a da crise ambiental, entre outras que punham em xeque – gradualmente e não de um dia para o outro – a crença no progresso e na

³⁸³ Não discutiremos em detalhes a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos. Ela nos interessa aqui mais como um exemplo, na história do pensamento geográfico, de crítica ao pensamento dualista sobre o subdesenvolvimento.

modernização como caminho para a superação do subdesenvolvimento³⁸⁴. Assim, Milton Santos dialogou com autores de uma geografia que hoje parece bastante antiga e com outros que nos parece mais atuais, trazendo à tona novas propostas e pontos de vista relacionados ao subdesenvolvimento, à pobreza, ao racismo, entre outros temas que seriam desdobrados por outros geógrafos e geógrafas. Muito influente é a formulação de Milton Santos sobre o território como recurso em oposição a um território como abrigo:

Para os atores hegemônicos o território usado é um recurso [...]. Os atores hegemônicos têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (SANTOS et al., 2000, p.12).

Contudo, ao contrário de uma leitura apressada e simplista que atribuiria aos atores hegemônicos todas as más intenções e ações deploráveis, sobrando para os atores hegemônicos apenas boas ações, podemos propor uma leitura matizada a partir do exemplo de Josué de Castro. Sua obra teve como ponto de partida a louvável preocupação com a “geografia da Fome” e o “dilema brasileiro”, dilema este que consistia nas escolhas da política econômica “para atender às verdadeiras necessidades do país”. Castro ([1946] 1984, p.49) buscava investigar “até que ponto o progresso econômico realizado tem sido favorável e até que ponto tem ele fracassado no sentido de melhorar as condições de alimentação do nosso povo”. Podemos crer que o autor tinha as melhores intenções, mas ao mesmo tempo em sua obra, como já visto em trecho mais acima, ele tece os maiores elogios à colonização fundamentada em estudos racionalizados, repondo formulações da geografia regional francesa sobre as florestas como “paisagem virgem”, não humanizada.

Em nossa revisão de bibliografia sobre o norte e o extremo norte do Espírito Santo, formulações radicalmente diferentes dessas de Castro só aparecem com frequência na década de 2000. Sem pretendermos minimizar as mudanças no pensamento geográfico brasileiro até aquele momento, entendemos, contudo, que a influência da geografia regional francesa e do pensamento sobre a superação do subdesenvolvimento – naquilo que temos chamado de um *consenso modernizador*, evidentemente não restrito aos geógrafos – durou muitas décadas, mesmo que novas pesquisas apresentassem abordagens e dados inovadores.³⁸⁵

³⁸⁴ Ou “superação do atraso”, como tem sido formulado frequentemente para a particularidade do Espírito Santo, conforme abordado por Luiz Andrade (2020).

³⁸⁵ Uma hipótese a ser desdobrada em pesquisas futuras: as “viradas” na geografia até 2000 teriam concentrado suas atenções sobre o espaço urbano e sobre o espaço rural de maior integração com a produção de mercadorias, deixando esse norte e extremo norte capixaba “esquecido”? Nesse caso, lembrando que

4.4.2. A Geografia do século XXI: *populações tradicionais, seu modo de vida e suas lutas*

Como já abordamos na seção 3.6, no Espírito Santo ocorreu, por volta do ano 2000³⁸⁶ uma considerável mudança de perspectiva em que a geografia vai começar a abordar *populações tradicionais*, já em um contexto posterior à Constituição de 1988 e outras legislações que vão considerar os direitos dessas populações, após muitos anos de lutas por parte daqueles “atores hegemonzados”. Essa Constituição reconheceu uma série de direitos às comunidades indígenas e quilombolas e, nos anos seguintes, foram institucionalizadas garantias como o seguro-defeso e a aposentadoria dos pescadores artesanais. Mais recentemente o Decreto N° 6.040 de 2007, que institui a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*, prevê que as ações do Estado devem ao mesmo tempo buscar o “desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais” e “respeita[r] os seus modos de vida e as suas tradições” (BRASIL, 2007, Art. 1º). Esses conceitos como *populações tradicionais* e *modo de vida*, portanto, circularam entre universidades e legisladores, sobretudo nos anos posteriores a 1988.

Em uma conclusão superficial sobre esse movimento recíproco entre prática e teoria – a qual seria conveniente aprofundar – entendemos que a temática das *populações tradicionais* emergiu nos estudos geográficos brasileiros – com análises teóricas baseadas em um conjunto de conceitos “novos” e na recuperação de outros “antigos” – apenas anos depois de já estar consolidada no conjunto da sociedade. Como já abordamos no capítulo 3, “uma época coloca a possibilidade de determinados conceitos” (DAMIANI, 2008).

Portanto, nesta seção, não consideramos que geógrafos estivessem formulando seus conceitos e categorias a partir somente do debate intelectual isolado. Porém, com o objetivo de simplificar a discussão, a seguir abordaremos esses mesmos conceitos na obra da geógrafa Simone Ferreira, uma das principais referências sobre essa temática no

Ferreira (2009) fala em uma territorialidade “esquecida pelos projetos desenvolvimentistas”, podemos *desviar* o esquecimento e apontar que também os geógrafos da virada crítica teriam esquecido o norte do estado por um certo tempo? São apenas hipóteses: não faremos formulações gerais sobre essas “viradas”.

³⁸⁶ Talvez com um certo atraso em relação a outros estados do Brasil. Porém, não é nosso objetivo aqui refletir sobre as “viradas” no pensamento geográfico e suas recepções entre as diferentes universidades e pesquisadores. Nos limitamos a identificar o fenômeno na produção geográfica sobre o norte e o extremo norte do Espírito Santo.

Espírito Santo. Nas seções seguintes, a discussão se alargará para além da geografia enquanto ciência autonomizada.

Os “atores hegemonzados” – na formulação de Milton Santos – têm sido estudados com muita atenção por geógrafos e geógrafas nas últimas décadas: em uma importante inversão de sentido, em pesquisas como as de Simone Ferreira (2002; 2009), Claudinea Teixeira (2010), André Azoury Vargas (2021) e muitos outros, essas pessoas e suas práticas sociais deixaram de ser consideradas como representação da *falta de progresso, falta de mobilidade, falta de comércio* e de *divisão do trabalho* e passaram a ser estudadas enquanto comunidades que constroem *formas próprias de vida* em suas *territorialidades*, cultivando *saberes e tradições* (FERREIRA, 2009). No capítulo 3 tematizamos brevemente essa “virada” com foco na “história oral” como metodologia que permitiu a incorporação à ciência geográfica de relatos, conhecimentos e memórias que antes eram ignorados pelos sujeitos esclarecidos das universidades. A partir desses “saberes e tradições” (ibid.) pudemos, por exemplo, questionar a apresentação do “avanço da fronteira” como sinônimo da elevação dos “padrões de vida” (WAIBEL, 1955) em oposição à “estagnação” e “decadência” das “regiões antigas” (DEFFONTAINES, 1938). Na memória das populações locais, uma vez consultadas, elas podem, em alguns contextos, descrever esse processo como um movimento histórico “da fartura à escassez” (FERREIRA, 2002). Nesta seção, porém, apontaremos possíveis problemas no uso de um dos conceitos privilegiados por geógrafos dessa “virada”, o de “modo de vida”.

Na tese de doutorado de Simone Ferreira (2009), a *territorialidade* é o conceito mais utilizado para se referir ao espaço apropriado pelos quilombolas do Sapê do Norte. A territorialidade quilombola, em sua formulação, se caracteriza por “pertencimento e identidade, voltada à reprodução da existência material, simbólica e afetiva.” É também “sustentada pela memória viva da ancestralidade” (p.17). A mediação teórica entre essa territorialidade e a vida cotidiana dos indivíduos, no texto de Ferreira, se dá pelo conceito de “modo de vida”, muito citado por ela a partir de definições implícitas, como aquelas que marcam o “modo de vida” quilombola como “próprio” e diferente de outros:

Des-envolvimento é aqui entendido como a negação do envolvimento que caracteriza o modo de vida de povos tradicionais. O des-envolvimento europeu se fez sobre outros povos e suas conformações espaço-temporais singulares. (FERREIRA, 2009, p.11).

Com o fim do sistema escravista, a resistência negra persistiu pelo cultivar dos saberes e tradições e mesmo pelo permanecer nas terras das antigas fazendas desagregadas e abandonadas pelos senhores escravistas, quando os afrodescendentes passaram a viver organizados num modo de vida próprio, com uma margem maior de liberdade e menor submissão (ibid., p.67).

Neste espaço, que por um determinado período ficou sem receber a valorização capitalista, estas comunidades construíram seu modo de vida peculiar, através da apropriação e uso da floresta e do sapê, onde produziam sua mandioca e sua farinha, pescavam e caçavam, faziam jacás e samburás, teciam renda no bilro, chamavam os ancestrais e outras divindades para obter acolhida e cura nos rituais das mesas de santo e benzedadeiras (ibid., p.119).

Ao longo de toda sua tese, portanto, “modo de vida” é um dos principais conceitos utilizados nas argumentações, frequentemente como uma expressão cujo significado já é conhecido do leitor, assim como “maior liberdade” e “menor submissão”. Por outro lado, em sua dissertação de mestrado, Simone Ferreira (2002) havia definido esse conceito em uma formulação mais explícita, e não, como nas citações acima, apenas em comparação com o “des-envolvimento” ou com o sistema escravista onde havia muito mais “submissão”. Atribuindo a origem da sua conceituação ao Marx da obra *A Ideologia Alemã*, e comparando-o ainda com o conceito de *gênero de vida* discutido pela geografia regional francesa, a geógrafa aproxima, portanto, formulações de Marx e de La Blache:

“O modo como os homens produzem seus meios de vida depende, sobretudo, da natureza mesma dos meios de vida com que se encontram e que trata de reproduzir. Este modo de produção não deve se considerar somente enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. É, sobretudo, um determinado modo da atividade destes indivíduos, um determinado modo de manifestar sua vida, um determinado modo de vida dos mesmos. Tal e como os indivíduos manifestam sua vida, assim são. O que são coincide, por conseguinte, com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” [Citação de *A Ideologia Alemã*]

A conceituação de modo de vida, nascida no século XIX com Karl MARX, entende que as condições de produção material vividas por uma sociedade caracterizam suas diferentes formas de organização social, política e econômica, entremeadas por sua elaboração cultural. Na Geografia, esta discussão é iniciada por Vidal de LA BLACHE, cuja elaboração teórica está na formulação do conceito gênero de vida:

“Um gênero de vida constituído implica em uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza, ou para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. (...) é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que imprimem cada vez mais suas marcas, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas [...]” [citação de La Blache: “Os Gêneros de Vida na Geografia Humana”] (FERREIRA, 2002, p.43).

Iniciando a análise da citação acima pelo trecho fundamentado no autor alemão, podemos questionar se, no conjunto da obra de Marx, o “meio de manifestar sua vida, um determinado modo de vida” seria sobretudo um “modo de vida” particular a cada grupo humano, relativamente isolado e constituído em mediação sobretudo com a “fisionomia das áreas”, conforme a expressão de La Blache que consta no final do trecho citado de Ferreira, que abordaremos mais abaixo. Em suma, um “modo de vida” resultante dos

conhecimentos e práticas de “gerações sucessivas”, que Marx estaria considerando positivo ou neutro. Ou, alternativamente, se as obras de Marx teriam como temática principal a “crítica da economia política” e, em termos de relação com o objeto, a crítica negativa das relações sociais mascaradas por processos *ideológicos* e/ou *fetichistas*. Entendemos que as preocupações centrais de Marx eram a crítica e a transformação social: o “modo de vida” positivo, contudo, poderia aparecer nas referências daquele autor a modalidades não alienadas de trabalho, com este conceito sendo entendido aqui como propriedade ontológica do “homem” e mediação eterna deste com a “natureza”:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, [1867] 1996, cap. 1, p.172).

Dando seguimento à análise dos fundamentos teóricos de Ferreira (2009, p.150), podemos notar que ela fundamenta suas análises na concepção de que as populações camponesas praticam “circulação simples de mercadorias”:

Em O Capital, Marx analisa o campesinato sob a ótica de sua produção econômica, orientada por preceitos distintos da capitalista, enquanto “circulação simples de mercadorias” destinada à satisfação de suas próprias necessidades, onde o camponês vende as mercadorias produzidas por ele mesmo e consome outras que não produz (FERREIRA, 2009, p.150).

As *territorialidades* mediadas por um *modo de vida* seriam características, portanto, do trabalho não expropriado, não alienado³⁸⁷, aquele dos camponeses em suas próprias terras, orientados por preceitos externos ao capitalismo e realizando apenas “circulação simples de mercadorias”. O oposto disso seria o trabalho “proletarizado”, do “homem” expropriado, separado dos meios de produção. Não por acaso, Ferreira (2009, p.151, *itálicos no original*) afirma que a “expropriação da terra camponesa provocada pelo sistema capitalista constituiria, assim, o principal fator para a transformação do *modo de vida* camponês, que se tornaria *proletarizado*.” Se “modo de vida camponês” em tese é orientado por preceitos essencialmente “distintos” do “sistema capitalista”, a argumentação é dualista. Em resumo, haveria dois tipos de trabalho: um é bom e constitui

³⁸⁷ Como argumentou, em sua obra sobre a *teoria da alienação em Marx*, o filósofo István Mészáros ([1970] 2016, p.88): “Marx traça a demarcação conceitual entre trabalho enquanto ‘manifestação da vida’ e enquanto ‘alienação da vida’. No segundo caso, a atividade é imposta por uma necessidade exterior, em vez de ser motivada por uma necessidade interior.” Não é essa formulação de trabalho que adotamos em nossa pesquisa: no capítulo 2 foram mostrados, na região de nosso interesse, diversos exemplos do trabalho imposto como “necessidade exterior” sobre populações livres, por um período tão longo que, entendemos, essa “necessidade exterior” fez parte da constituição daquelas populações.

um modo de vida, o outro é ruim e se caracteriza pela expropriação da terra, do capital e do tempo de vida dos trabalhadores.

O *trabalho*, em nossa pesquisa, tem sido abordado sob uma perspectiva diferente dessa dos parágrafos acima. A partir das propostas de Gaudemar (1977), Vainer (1984) e Kurz (1992; 2014): no capítulo 2 foram mostrados diversos exemplos do trabalho imposto como “necessidade exterior” na *região* de nosso interesse, que teve por muito tempo entre suas características a “falta de braços” frequentemente relatada. As menções frequentes a “vadios”, “vagabundos”, etc., por nós, foram interpretadas como constatações de que aquelas pessoas não realizavam – ou não realizavam suficientemente, do ponto de vista das elites letradas que escreviam aqueles documentos – *trabalho*. Tratamos aqui do sentido conceitual de trabalho abstrato, trabalho para os outros e não para si, trabalho não como mediação com a “natureza”, mas como mediação dos “homens” com a produção e circulação de mercadorias. Entendemos que as atividades motivadas por “necessidade interior”, em relações isentas de violência, sem mediação com o *fetichismo da mercadoria*, não deveriam ser conceituadas como trabalho. Ou ainda, para escaparmos de um dualismo entre duas esferas distintas, o que importa mais é evidenciar a *formação do trabalho*, ou a sua *autonomização*, processo em que este adquire aparência de autonomia até se tornar, para o conjunto da sociedade, uma característica evidente e natural do “homem”.

Também a “circulação simples”, conforme argumentamos nas seções 3.12 e 4.2, na particularidade territorial de nosso estudo não se mostra tão simples assim se levamos em conta os “pressupostos” para a troca de mercadorias nos séculos XIX e XX, mesmo aquelas que parecem mais simples e baseadas no trabalho individual de indivíduos autônomos em suas próprias terras. Os pressupostos incluem os processos violentos de “civilização dos índios selvagens” e de disciplinamento do trabalho, já com a finalidade de produção de mercadorias; os subsídios estatais à navegação e às ferrovias; as relações sociais de *favor* ou de *agregação* em formas particulares – talvez, como propõe Ferreira (2009), formas com “menor submissão” – do fenômeno geral que tem sido descrito como coronelismo. Portanto, tendo em vista as discussões já apresentadas sobre a contradição entre abordagem lógica e histórica (KURZ, 2014), não buscamos encontrar, nas relações sociais que estudamos, a “circulação simples”. O campesinato descrito por Ferreira, de fato, tem fundamentação em obras de Marx, assim como é possível encontrar no mesmo autor elementos para a argumentação de que a “circulação simples” seria um artifício lógico, mais do que uma prática que de fato ocorreu ou ocorre na realidade empírica

(ibid.). Trata-se do problema do “duplo Marx”, discutido também por Kurz³⁸⁸: mais importante do que compreender as verdadeiras intenções do autor é refletir sobre quais aspectos de sua obra seguem relevantes em nossa posição histórica atual. Em nossa pesquisa, como já discutido, entendemos que a “circulação simples”, ao menos nos casos particulares que temos investigado, não traz grandes contribuições para as análises: pelo contrário, pode nos levar a ignorar aspectos documentados da constituição histórica e geográfica das *territorialidades*, encaixando os dados da particularidade na formulação lógica sobre a “troca de excedentes”. Finalmente, entendemos que Ferreira não opera por uma simples substituição do “quilombola real” pelo “camponês lógico” provavelmente devido aos seus muitos anos de trabalho de campo em contato próximo com as pessoas e suas *territorialidades*, vendo, ouvindo e sentindo os cheiros da “natureza”. Assim, as contradições da vida em processo aparecem na obra de Ferreira, ao contrário do artigo de Portuguese (2019) que, como vimos, privilegia a formulação lógica, o individualismo metodológico e os estereótipos elogiosos ao “modo de vida” e à “resiliência” dos sujeitos.

Além dessa fundamentação em Marx, a outra conceituação trazida por Ferreira (2002) é o “gênero de vida” da geografia regional francesa. A autora prossegue assim sua argumentação sobre a geografia francesa – definida por ela como “clássica” – e não faz qualquer crítica aos fundamentos dessa geografia clássica, pelo contrário, apenas afirma que eles ganham relevância frente às questões ambientais contemporâneas:

O conceito gênero de vida traz a relação entre os fatores físicos e humanos - natureza e sociedade -, conforme os ditames da Geografia Clássica, que têm valor significativo para as atuais discussões sobre as complexas questões ambientais. Segundo este conceito, a “relação” entre sociedade e natureza deve ser apreendida através da leitura da paisagem ou fisionomia das áreas [...] (FERREIRA, 2002, p.44).

Após toda a discussão do nosso capítulo 3 sobre a geografia regional francesa, parece estranho que a formulação de La Blache sobre “gênero de vida” seja trazida à tona no contexto de uma pesquisa sobre uma população tradicional cuja “relação” com a natureza, segundo Ferreira, se caracteriza por um “envolvimento” e em oposição ao “desenvolvimento europeu”, realizado “sobre outros povos”, pela “exploração exaustiva da natureza e do trabalho” (p.30). Considera-se, então, que o “gênero de vida” da geografia francesa de La Blache e de seus seguidores como Deffontaines possa servir – após sua

³⁸⁸ “A questão é: ir com Marx além de Marx, ou sem Marx para trás de Marx? [...] embora a revolução teórica de Marx representa uma ruptura com a racionalidade iluminista do capitalismo, de acordo com as condições da época e com as suas formas de expressão teóricas, ela carrega ainda as escórias dessa racionalidade [e] a metafísica burguesa da história e do progresso [...]” (KURZ, 2014, p.24-25).

ligeira adaptação como “modo de vida” – para conceituar a mediação dos quilombolas uns com os outros e o seu “envolvimento” com a natureza. A hipótese nos parece absurda, ainda mais porque a argumentação de Ferreira não faz qualquer crítica explícita à geografia regional francesa, como se esta não tivesse qualquer relação com o “desenvolvimento europeu”.

Pelo contrário, entendemos que o “gênero de vida” em Vidal de La Blache é indissociável de premissas evolucionistas e civilizatórias, e que a relação entre “homem” e “natureza” (para não falarmos na mulher, que iria tornar tudo ainda mais complexo) é de hegemonia, de dominação, de imposição de “ordem” onde havia “caos”. A “luta do homem com a floresta”, formulação de Deffontaines citada logo acima por Josué de Castro, exemplifica o papel da geografia regional francesa ao enfatizar a “luta” entre “homem” e “natureza” mais do que a “luta” entre os “homens”, que seria o pressuposto geral de Marx. Na geografia regional francesa, portanto, os *gêneros de vida* jamais parecem expressar uma relação de “envolvimento” com a “natureza”, nem significam uma série de “obras de transformação humana” igualmente legítimas e merecedoras de respeito na sua diversidade. Pelo contrário: enquanto algumas populações humanizavam mais o meio e “evolu[íam] mais rapidamente” (LA BLACHE, 2005) por serem mais voltadas para “a atividade e o progresso” (DEFFONTAINES, 1959), outras se caracterizariam por “passividade e apatia” (ibid.).

Assim, se a geografia contemporânea quiser falar em *modo de vida*, duas discussões seriam importantes para a explicitação do que se pretende abordar com este conceito. Primeiro a imposição violenta do trabalho, não limitada aos casos de escravização explícita. Até que ponto os modos de vida são “próprios” (FERREIRA, 2009), em uma constituição territorial marcada por camadas sobrepostas de colonizações e modernizações? Para Ferreira, quando há proletarização dos sujeitos não é possível falar em modo de vida, mas e nas relações de “microempreendedorismo individual” e outras que têm surgido em nossos tempos, há *modo de vida*? Em segundo lugar, entendemos necessária uma profunda crítica aos fundamentos do *gênero de vida* na geografia regional francesa, de modo a demarcar as diferenças significativas que parecem haver entre o *modo de vida* em seu significado contemporâneo e as premissas *evolucionistas*, *civilizatórias* e de *dominação da natureza* presentes naquela “geografia clássica”.

4.4.3. Para além da geografia: o reconhecimento das populações tradicionais no Brasil

Não apenas na geografia, mas em diversos outros ramos do saber universitário, pesquisadores têm voltado sua atenção para as *populações tradicionais* e seu *modo de vida*. Passando por ciências humanas mais autonomizadas da gestão estatal, como a Antropologia e a Sociologia, para em seguida influenciar a legislação brasileira e se desdobrar em pesquisas de Direito e Ciências Políticas, o debate sobre *populações tradicionais* é bastante amplo nas últimas décadas. Não sendo possível aqui uma revisão bibliográfica exaustiva, será abordada uma das obras mais citadas sobre essa temática no Brasil, o livro *O mito moderno da natureza intocada*, do sociólogo Antonio Carlos Diegues, que influenciou (e foi influenciado por) movimentos sociais, tendo possivelmente contribuído para a formulação de certas políticas públicas.

Diegues ([1994] 2000, p.75) ressalta a necessidade de se estabelecer adequadamente “o significado dos termos populações tradicionais, sociedades tradicionais, culturas tradicionais, comunidades tradicionais” que vinham sendo usados, segundo ele, sem grande precisão. Ele comenta que, em uma perspectiva marxista sobre “modos de produção”, as

Culturas tradicionais [...] se distinguem das associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho, como a própria natureza, se transformam em objeto de compra e venda (mercadoria). Nesse sentido, a concepção e representação do mundo natural e seus recursos são essencialmente diferentes (DIEGUES, 2000, p.82).

Após essa definição dualista que, de um lado, apresenta as culturas tradicionais e do outro lado, o modo de produção capitalista, com concepções essencialmente diferentes entre os dois – e evitando o problema talvez mais difícil que seria a definição da mediação entre uns e outros, tendo em vista a inexistência de uma separação absoluta entre ambos –, Diegues busca compreender as características dos “sistemas de manejo dos recursos naturais” realizados pelas comunidades tradicionais. Para ele, esses sistemas de manejo são marcados pelo “respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas”, possibilitando assim o “ao uso sustentado dos ecossistemas naturais” (ibid., p.85).³⁸⁹

³⁸⁹ Esse debate sobre sustentabilidade tem relação direta com a constatação, pelo autor e seus contemporâneos no fim do século XX, de que os “modelos de desenvolvimento e de sociedades hoje existentes nas sociedades avançadas” estavam causando, em todo o planeta, “perda da diversidade biológica [e] crescente degradação ambiental” (DIEGUES, 2000, p.42). A crise ambiental aparecerá novamente no próximo capítulo: sua relevância e sua relação indissociável com o colapso da modernização (KURZ, 1992) esteve também entre as hipóteses centrais de nossa pesquisa: isto é, para nós, apesar da aparência de duas

Para ele, populações tradicionais – não só algumas, mas todas elas – têm sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do sistema da sociedade moderna em geral, seriam sistemas *sustentáveis*, além de serem mais do que um “modo de produção”³⁹⁰:

não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais (DIEGUES, 2000, p.85).

Com a afirmação de que existem conhecimentos tradicionais ligados à sustentabilidade dos ecossistemas, podemos concordar, mas a conclusão de que todas as sociedades tradicionais realizam um “uso sustentado dos ecossistemas naturais” parece um corolário um tanto exagerado. Pois são muitas e diversas as populações tradicionais, “não necessariamente isoladas do contexto social geral”, como ensinam os pesquisadores mexicanos Toledo e Barrera-Bassols, que listam, entre as comunidades tradicionais existentes no Brasil: “além dos povos indígenas, inclu[em] outros grupos, como os seringueiros, camponeses, caboclos, caiçaras, pantaneiros, quilombolas e pescadores artesanais.” (Toledo e Barrera-Bassols, 2015, p.20). Essas comunidades, esses autores ressaltam,

são enclaves societários de um enorme valor histórico e social, por terem conseguido se manter como uma espécie de organismo diferente, e não necessariamente isoladas do contexto social geral (nacional ou global) sem sacrificar sua própria memória histórica. (Ibid. p. 254)

Na atuação de pesquisadores como esses últimos citados, entre outros aspectos, também se destaca o objetivo de convencer o conjunto da sociedade que essas populações tradicionais têm “enorme valor”³⁹¹, tarefa que Diegues e Toledo & Barrera-Bassols cumpriram em suas trajetórias como pesquisadores, em certos casos contribuindo, como especialistas, para legitimar junto à sociedade e ao Estado certos direitos sociais de populações tradicionais em complexas negociações e disputas políticas. Ou seja, quando especialistas da Universidade assinam um relatório, um artigo científico ou um parecer sobre uma determinada população tradicional, não se trata de um documento científico

crises separadas, uma social e uma ambiental, há uma crise única relacionada aos limites lógicos e históricos da modernização e aos limites físicos do planeta Terra.

³⁹⁰ A referência de Diegues (2000, p.80-88) a “modo de produção” se restringe aos trechos em que ele discute representantes de uma “antropologia neomarxista”. Muito mais comum em sua obra é a referência a “modos de vida tradicionais”. O conceito “modo de vida” já foi discutido mais acima.

³⁹¹ Tanto Diegues como Toledo e Barrera-Bassols utilizam o termo valor de modo genérico, sem relação com o conceito econômico.

isolado, destinado às “gavetas” como na formulação de Josué de Castro (1984), mas também de um documento que pode contribuir para lutas³⁹² daquelas populações.

Uma outra formulação de Diegues que tem sido citada e desdobrada por outras pesquisas, a exemplo daquela do Observatório dos Conflitos no Campo, projeto de Extensão da UFES que foi coordenado pela Prof.^a Simone Ferreira (OCCA, 2017), diz respeito à relação entre ameaças externas a uma comunidade e o início ou intensificação da luta para reconhecimento desta como população tradicional:

Em determinados momentos históricos, essas formas de apropriação comum dos recursos passaram a sofrer o impacto de outras formas de propriedade, como a estatal ou a privada, e estar ameaçadas de desaparecimento. Em certos casos, a ameaça externa tem sido um elemento essencial na afirmação dos direitos comunitários e na reconstrução da tradição (DIEGUES, 2001, p.2).

Entendemos essa formulação como bastante importante por evidenciar o processo de reconhecimento da população tradicional como frequentemente motivado por ameaças externas: uma abordagem que pressupõe um autorreconhecimento como população tradicional como um processo não isolado da mediação entre os “tradicionais” e o “externo”. Abordagem, portanto, bastante diferente das propostas de Diegues, que vimos acima, sobre as “formas de manejo” tradicionais e o “uso sustentado dos ecossistemas naturais”, que, embora apontem aspectos sustentáveis relevantes em contraponto ao modelo econômico propriamente capitalista, opera por um dualismo problemático ao entender que, em todos os casos, as comunidades tradicionais têm um “modo de vida” caracterizado por sustentabilidade ambiental, conceito este nada trivial.

Em nossa pesquisa, é evidente a mediação entre as “ameaças externas” e as lutas das populações tradicionais, lutas que incluem sua organização política a partir de seu autorreconhecimento como tais. Afinal, supondo que a comunidade esteja vivendo sem ameaças externas, por que ela iria se preocupar em defender seu território de expropriações, em lutar por seus direitos e tradições? Isso nos direciona para o problema das fontes históricas: tanto nas reclamações de indígenas sobre expropriações de suas posses nos séculos XVIII e XIX quanto na recente luta da comunidade de Degredo pelo

³⁹² Simone Ferreira (2009, p.500) resumiu assim o objeto de interesse de sua tese de doutorado: “Neste trabalho, nos propusemos a focar um momento desta longa história de lutas vivenciada pela população afrodescendente do Sapê do Norte – ES. [...] São lutas de negação da condição de escravizado, lutas contra a expropriação e o preconceito, lutas pela afirmação das próprias formas de conceber a vida, que se estendem até os dias de hoje.”

reconhecimento como remanescente de quilombo³⁹³, estão pressupostos os conflitos e a necessidade de se defender das “ameaças externas”. Nos contextos em que estas últimas não foram tão relevantes, *populações tradicionais* (nos termos de hoje, mas não entendidas assim na época) podem ter vivido com pouco ou nenhum registro escrito nos cartórios, relatórios, jornais e livros de história. Daí a difícil questão colocada por Gabriel Lopes (2022), como vimos no capítulo 3: quem ocupava essas terras antes? A problemáticas das fontes e do autorreconhecimento, ambos relacionados mais à mediação entre *populações tradicionais* e *ameaças externas*, fazem parte da dificuldade de se afirmar qualquer coisa sobre aquelas comunidades como entidades isoladas.

Em sua dissertação de mestrado intitulada *As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas*, a geógrafa Cecília Vecina buscou compreender os motivos para a ascensão das identidades tradicionais nas últimas décadas em relação com mudanças do Estado contemporâneo e na reprodução ampliada do capital. A questão, portanto, se relaciona com o conjunto de perguntas sobre o fortalecimento e posterior declínio de um certo Estado Nacional, que também temos investigado em nossa pesquisa. Esse Estado tinha – tem, no sentido em que ainda existe como aparência – entre as suas características a defesa da identidade nacional. Cecília Vecina (2018, p.133-134) vê, nesse recente fortalecimento das “sub-identidades”, não a decomposição do Estado, mas uma “mudança no fazer de suas políticas em consonância com as transformações na reprodução do próprio capital.”

Essas identidades tradicionais, para ela,

ao mesmo tempo que possibilitam a permanência na terra, possuem como promessa a mobilização do trabalho (seja para a roça que agora é prioritariamente para a comercialização, em terras cada vez mais diminutas e de decrescente qualidade; seja futuramente, quando da diminuição ou fim do acesso a políticas públicas que permitam tal permanência), ambas apoiadas por políticas estatais e numa ampliação das dependências reificadas (ibid., p.136).

Nessa busca de entender as políticas estatais que, ao invés de garantir a autonomia daquelas pessoas, estariam acentuando as dependências, argumenta Vecina (2018, p. 135) que “estas ‘novas’ qualificações surgem em muito como uma promessa”, para aqueles

³⁹³ Nesse caso, as atividades da Petrobras próxima a Degredo e o projeto de um grande porto e mineroduto da Manabi, que abordaremos no capítulo 5, motivaram o autorreconhecimento como quilombolas, atestado finalmente pela Fundação Palmares em 2016. Em entrevista realizada por nós em 2022, uma liderança local de Degredo resumiu que o processo ganhou força “por causa da Manabi [...], pra ela não criar esse porto aqui, pra acabar de matar com a gente pesqueiro. Entendeu?” (conferir a entrevista no Anexo I).

grupos, “de se tornarem valor, porém”, se em um período anterior a tendência do processo era expropriá-los da terra, hoje “a atual forma como capital e Estado se reproduzem, em realidade, realoca os sujeitos na terra.”

Nessa formulação sintética, ficam faltando as lutas das comunidades por suas terras e as expropriações contemporâneas que, em outros contextos, não cessaram. Mas a “promessa de se tornarem valor”, formulação da qual não desdobraremos aqui todas as implicações³⁹⁴, corrobora uma afirmação que fizemos no fim do capítulo 3, de que as manifestações culturais e identitárias dos quilombola, caboclos e indígenas teriam sido incorporadas à reprodução do capital e à gestão estatal enquanto *mercadorias culturais*, que até certo ponto se institucionalizam como “patrimônios culturais”: o *congo capixaba* será abordado na seção 4.5.2, na qual buscaremos observar por um lado seus aspectos locais, muito antigos no cotidiano e na memória das pessoas de Regência, Povoação, Degredo e outras comunidades do litoral norte capixaba, mas por outro lado observaremos o processo de institucionalização daquelas manifestações locais – que em certos contextos podiam ter outros nomes e características, como “tambor de São Benedito” – enquanto congo capixaba, considerado relativamente homogêneo na escala estadual, a ponto de ser declarado o primeiro “patrimônio imaterial” do estado do Espírito Santo em 2014. O governo do estado e as prefeituras têm buscado “valorizar”³⁹⁵ esse “patrimônio imaterial” tradicional em seus editais, não sem relações com o “valor” turístico e outros aspectos econômicos dessas culturas e festas tradicionais. Mas antes de abordarmos a institucionalização do congo, a quinta e última parte deste capítulo se inicia com uma breve lista das *populações tradicionais* do litoral norte capixaba, que, ressaltamos, só se constituíram com esse nome e forma nas últimas décadas, embora os conhecimentos e práticas tradicionais sejam muito anteriores. Além de descrições breves sobre essas comunidades, apontaremos algumas evidências de mobilização e mobilidade de sujeitos que, apesar disso, voltariam depois a ser membros de uma comunidade tradicional, o que complexifica as formulações dualistas em que os *tradicionais* e os *modernos* pareceriam habitar dois universos separados.

³⁹⁴ Baseada na crítica da dissociação-valor de Roswitha Scholz, Vecina formula que, antes dessa “promessa de se tornarem valor”, aquelas comunidades formavam o polo dissociado de relações de valor-dissociação, relação dialética entre dois co-constituintes. Para tematizarmos essas mudanças contemporâneas, ao mesmo tempo que a relação geral de valor-dissociação não foi abolida, os anteriormente “avessos ao trabalho” tornam-se “promessa” de valor, seria necessária uma longa discussão sobre como Scholz e Vecina tematizam capital fictício, reprodução social, crise, etc.

³⁹⁵ A palavra aqui é usada ao mesmo tempo conceitualmente e coloquialmente, pois se encontra em editais das Secretarias de Cultura voltados para a “valorização das culturas tradicionais do Espírito Santo”.

4.5. As populações tradicionais e os processos modernizadores mais recentes

4.5.1. As populações tradicionais

André Vargas, em sua pesquisa intitulada *território e alimentação* na comunidade indígena de Area e Santa Maria³⁹⁶, entende que o território dessa comunidade se localiza na *região da foz do rio Doce*. Essa região estudada por Vargas, embora conceituada a partir de critérios não exatamente iguais aos utilizados em nossa pesquisa, corresponde em termos territoriais praticamente ao que temos conceituado como *litoral norte capixaba*: a diferença é que a “nossa região” inclui um trecho mais ao sul do litoral do município de Aracruz, com a foz do Piraquê-Açu, a vila de Santa Cruz e outras localidades que estavam inseridas na sesmaria indígena de 1759. Dada a similaridade, reproduzimos abaixo o mapa elaborado por Vargas (Figura 16) para situar uma série de comunidades tradicionais. Sobre essas comunidades, ele afirma:

A região da foz do Rio Doce envolve uma pluralidade de Povos Originários e Comunidades Tradicionais, sobretudo, dos povos indígenas que ali se territorializavam desde tempos anteriores ao processo colonial e de povos de outras origens, de matriz africana e europeia.

Dentre os povos indígenas presentes na região, destacam-se os chamados Botocudos, que compreendiam diversas etnias do tronco linguístico Macro-Jê e territorializavam-se ao longo das bacias do rio Doce (ES), Pardo (MG), Jequitinhonha (MG) e Mucuri (BA); os Tupinikim, com características territoriais mais relacionadas com a faixa costeira litorânea; e os Guarani Mbya, vindos do sul do Brasil para o Espírito Santo já na segunda metade do século XX.

Muitas comunidades tradicionais da foz do rio Doce derivam desse processo histórico de fricção interétnica, entre eles: indígenas, povos de matriz europeia e africana. Entre os povos e comunidades tradicionais presentes na região, encontram-se ribeirinhos, pescadores artesanais, camponeses, comunidades indígenas e quilombolas. (VARGAS, 2021, p.169-170)

³⁹⁶ Em outros trechos dessa dissertação, usaremos a denominação menor, “Areal”, que também é comum.

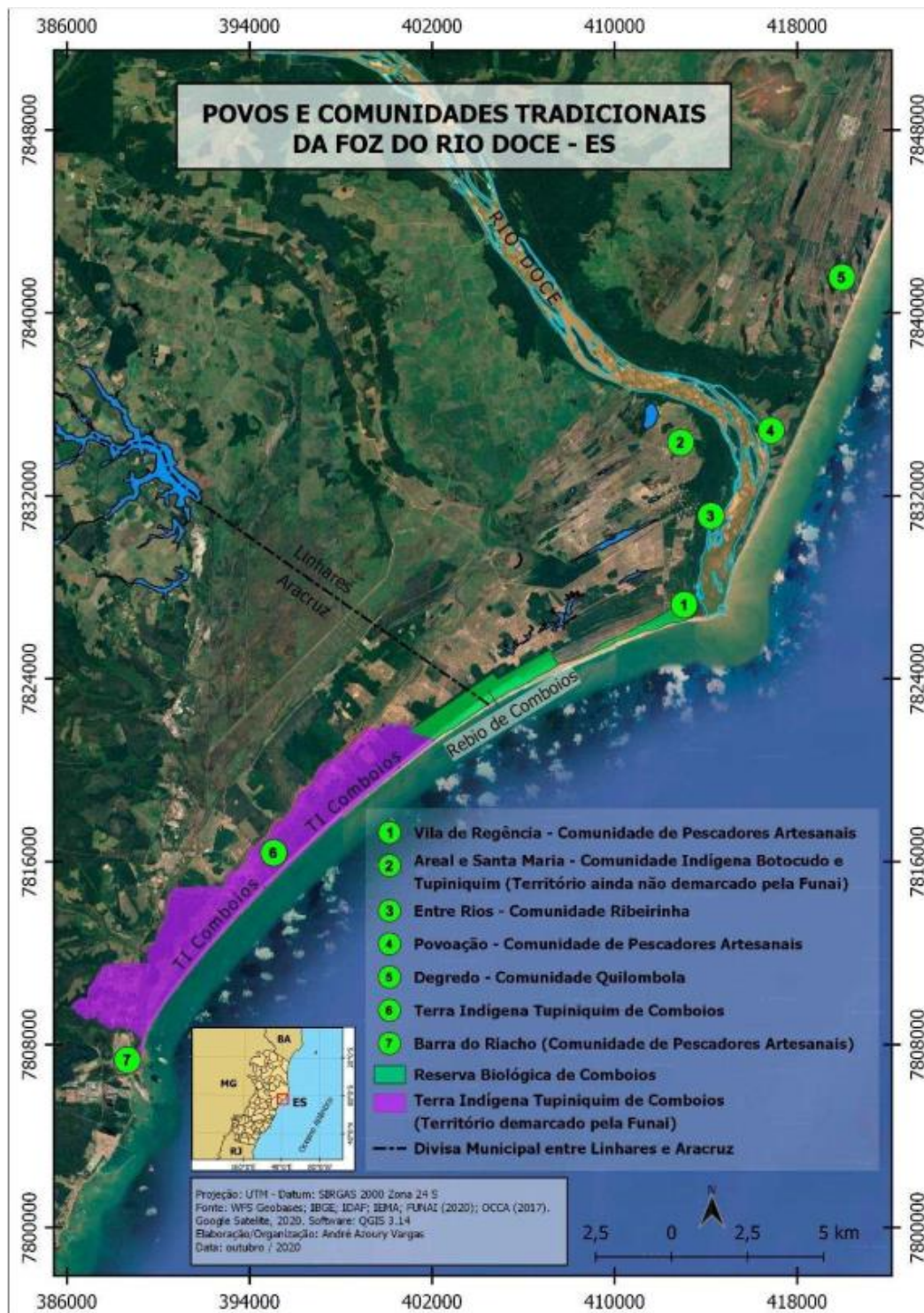


Figura 16: Comunidades tradicionais da foz do rio Doce – ES. Fonte: André Vargas, 2021, p.172.

Passemos, portanto, à lista das *populações tradicionais* do litoral, no sentido norte-sul. A discussão sobre algumas dessas comunidades será mais longa, por termos realizado trabalho de campo e de pesquisa documental mais detalhada. Porém, como já afirmado na introdução do capítulo, o objetivo aqui não é de uma revisão exaustiva sobre

essas populações e seus territórios, mas apenas uma contextualização geral. Nesta seção, alguns dados levantados evidenciam a modernização em processo³⁹⁷ naqueles contextos, o que não significa que estejamos negando o caráter tradicional: importante recordar que nossa pesquisa busca evidenciar as relações sociais em processo no contexto territorial de nosso interesse, não como um estudo de um caso isolado, mas evidenciando as mediações entre um processo geral de modernização do mundo e as particularidades da modernização do Brasil e do litoral norte do Espírito Santo.

A comunidade do **Degredo**, segundo suas lideranças mais antigas, teve origem por volta da década de 1920, com populações negras, antigos escravizados, que vieram do extremo norte do Espírito Santo e encontraram aquelas terras litorâneas livres, apenas com poucos habitantes caboclos ou indígenas. Seriam provavelmente terras “inaproveitáveis” na linguagem oficial, pela grande quantidade de lagoas, brejos e nativos, expressão local que segundo Claudinea Teixeira (2010), designava terras com as quais, ao mesmo tempo, “ninguém” (leia-se, a sociedade produtora de mercadorias) se importava³⁹⁸, e ao mesmo tempo podia ser o “lugar da fartura” para muitos moradores:

Segundo o Sr Ivo Martins (75 anos), as terras de nativo não tinham dono e ninguém separava terras com cerca. Ninguém ligava pra terra de brejo, afirma Dona Benta (100 anos, moradora de Ranchinho, apud TEIXEIRA, 2010, p.52)

[Ao mesmo tempo, era] o lugar da fartura. A gente enchia de robalo uma canoa grande, num lance só de rede. Se queria comer carne, tinha capivara, porco do mato, jacaré; quem preferisse aves tinha irerê, pato do mato, mas tinha era ave... e tinha uma ave grandona, moço, que dava uns dois perus juntos. [...] Era o pantanal capixaba, mundo de uma fauna e flora especiais (Relato do Sr. Aprígio dos Santos, que ali viveu 78 dos seus 89 anos, apud TEIXEIRA, 2010, p.113)

Esses relatos são de antigos moradores do litoral de São Mateus. Mas assim como no Degredo, aquelas terras alagadas e alagáveis foram drenadas pelas obras de “saneamento” do DNOS (LOPES, 2022). Também vimos na seção 4.2 que, décadas atrás, os moradores do Degredo viajavam até São Mateus, Linhares e Povoação. Com exceção dessa última comunidade que é mais próxima, as duas sedes municipais ficavam a três dias de viagem (ida e volta) do Degredo, mas mesmo assim realizavam comércio com alguma regularidade.

³⁹⁷ *Modernização em processo* significa que, ao menos aparentemente, a *autonomização* entre terra, trabalho e capital está em processo naquele contexto territorial. Mas seria possível isso quando, na escala mundial, atingiu-se o *colapso da modernização*? São questões também em processo, sem uma resposta simples.

³⁹⁸ Esse “ninguém” aqui parece ser mais uma expressão fetichista como a “marcha do café”: aqui, o “ninguém” corresponde a dizer que “nenhuma mercadoria” se importava.

Como outras comunidades do Espírito Santo, a do Degredo teve seu reconhecimento como população tradicional há poucos anos. O reconhecimento como remanescente de quilombo ocorreu por Portaria da Fundação Cultural Palmares no dia 20 de maio de 2016. O procedimento para tal reconhecimento é regulado pelo Decreto N° 4.887/ 2003, que assim define:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003).

Este Decreto de 2003 revogou o Decreto N° 3.912/ 2001, que somente reconhecia a propriedade sobre terras que eram ocupadas por quilombos em 1888 (ano da abolição da escravidão) e permaneciam ocupadas em 1988 (ano da Constituição Federal).³⁹⁹

Esse reconhecimento como quilombola, segundo entrevistas realizadas em nosso trabalho de campo, ocorreu a partir da década de 2000 a partir do contato com outras comunidades quilombolas do Espírito Santo. A Associação de Pescadores do Degredo, poucos anos depois, mudou de nome para ASPERQD - Associação de Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo, atualmente uma das associações mais atuantes no litoral norte do Espírito Santo (Figura 17).



³⁹⁹ Como discutimos no capítulo 3, os quilombos costumavam se proteger em sertões distantes, tornando raros os casos de documentação comprovando ocupação em 1888. Um representante quilombola entrevistado por Simone Ferreira (2009, p.474) questionou esse marco temporal com as seguintes perguntas: “Quilombo, pelo que todo mundo sabe, é um local escondido, pra onde os negros fugiam, né [...]. Quem é que ia se esconder na beira de uma estrada? Quem é que ia se esconder em um local de fácil acesso? Ninguém.”



Figura 17: Sede e membros da ASPERQD. Fonte: site da associação: <www.asperqd.org.br>.

No relato de uma moradora de Degredo, nos últimos anos algumas pessoas têm voltado para aquela comunidade, após passarem certo tempo em cidades grandes. No relato de Dona Cleia também aparece a “fartura” que já discutimos no capítulo 3:

“**Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde**”. Uma frase nostálgica e simples, que resume o que representa a presença da Petrobras, há meio século, na comunidade quilombola de Degredo, em Linhares, litoral norte do Espírito Santo.

Quem nos conta é a pescadora profissional Cleia da Silva Costa, de 57 anos, que visitamos há um ano, em seu "Bar do Mel" [...]

“Qualquer pedacinho de terra produzia feijão, fava, melancia (estragava na roça), abóbora, mandioca. Cresci fazendo farinhada com meu pai. A gente criava galinha e porco, tinha peixe do rio e peixe do mar”, descreve.

[...]

O recente reconhecimento da comunidade como quilombola, em 2016, trouxe um novo ânimo para os moradores remanescentes, até atraindo de volta à comunidade alguns que haviam saído para tentar a sorte na cidade.

Cleia percebe que todos **entenderem que morar na favela, passando dificuldade, não vale a pena. “Vai viver de quê? Muitos fizeram isso e hoje voltaram** e moram em propriedades dos outros, porque perderam as suas, vendendo muito barato no passado”, relata. (Entrevista por SÉCULO DIÁRIO, 2019, grifos nossos)

Não precisamos concordar que necessariamente a vida de todos em Degredo é excelente – ou que fosse, antes da chegada da “lama da Samarco” –, mas subentende-se, na fala acima, o constrangimento que viviam, em favelas de Linhares ou da Grande Vitória, os conhecidos da Sra. Cleia. Especialmente em um período de crise do trabalho: “Vai viver de quê?” A crise é vivida de maneiras diferentes no cotidiano de cada sujeito e de seus próximos, mas na mediação com uma escala mais ampla, podemos constatar que essa fala de Dona Cleia se deu em uma entrevista em 2019, quando o Brasil passava por um período econômico de alto desemprego após um período anterior, até cerca de

2015, quando, por diversos fatores, o país parecia estar próximo do “pleno emprego”, contrariando os diagnósticos de crise na “sociedade do trabalho” (KURZ, 1992).

As comunidades de **Povoação**, **Entre Rios** e **Areal** são as que menos abordamos nessa dissertação: não tivemos oportunidade de fazer trabalho de campo ali, entre outros motivos, devido à pandemia de Covid-19. Povoação, situada na margem norte da foz do rio Doce, é a maior entre elas, tendo tido um grande crescimento na primeira metade do século XX com a introdução das fazendas produtoras de cacau, que ainda existem ao longo do rio Doce entre Povoação e a sede do município de Linhares. Além dessa mobilização do trabalho ligada ao cacau, também há uma grande quantidade de pescadores em Povoação, com uma associação atuante desde 2004, a *Associação de Pescadores e Assemelhados de Povoação*. Em Entre Rios, segundo Ladislau Sanders (2019), uma comunidade passou a se reconhecer como de ribeirinhos, num conflito por terra contra uma empresa que havia adquirido o espólio de uma outra que os havia empregado. Nessas terras, anteriormente havia sido cultivado cacau, com algumas dessas pessoas tendo um histórico familiar de trabalho no plantio e colheita do cacau sombreado, ou de “cabruca” na linguagem local. Em Areal, segundo André Vargas (2021), as famílias estão há muito mais tempo ali, tendo tido parte de seus territórios de uso comum – terras, brejos, lagoas – expropriadas com as drenagens do DNOS. A partir da década de 2010, como relata Vargas (2021, p.207), os moradores de Areal e Santa Maria têm se autoidentificado como indígenas⁴⁰⁰: “em 10 de agosto de 2018, a comunidade entrou com um pedido formal de registro junto à Funai, requisitando uma visita técnica para início dos trabalhos de reconhecimento e demarcação territorial.” Até onde sabemos, o processo segue em andamento na Funai.

Sobre esse autorreconhecimento como indígenas, não temos mais informações além daquelas publicadas por André Vargas e de um relato, em entrevista informal em outra localidade, de que aquelas pessoas talvez fossem “falsos indígenas”. Se essa questão gerou polêmicas em conversas coloquiais, menos polêmica, por ser familiar aos sujeitos com quem conversamos nos trabalhos de campo, é a constatação de que muitos dos

⁴⁰⁰ “Areal e Santa Maria atualmente busca se ressignificar enquanto sujeito de direitos a partir da etnogênese e o fortalecimento da identidade étnica Botocuda (Borum) e Tupinikim, colocando-se de maneira ativa no diálogo com a sociedade, na busca por direitos e por reconhecimento político e territorial junto ao Estado. O processo de fortalecimento da identidade indígena pela comunidade foi fundamental para que a mesma estabelecesse redes de relações com atores de diferentes núcleos organizacionais, seja com o Ministério Público, órgãos institucionais como a Funai, grupos de pesquisa como o OCCA, coletivos e ativistas como o Regenera rio Doce e Aliança rio Doce, movimentos sociais como o MAB e MPA, bem como o contato e a aproximações política, afetiva e organizacional com outras comunidades tradicionais e povos originários [...]” (VARGAS, 2021, p.391)

caboclos, quilombolas e indígenas do litoral norte capixaba não passaram suas existências inteiras dedicados à “produção camponesa”, à pesca para subsistência com a eventual “comercialização de excedentes” (PORTUGUEZ, 2019, p.84).

Estamos nos referindo aqui novamente à mobilização do trabalho daqueles indivíduos, que pode ter ocorrido em diversas modalidades, desde os “índios canoieiros” do século XIX citados por Saint-Hilaire e D. Pedro II no nosso capítulo 3 até casos de trabalho assalariado no século XX. Os “índios canoieiros” talvez exercessem essa atividade de “canoieiros” para viajantes de fora muito raramente, o que não muda o fato de que eles estavam ali disponíveis na região – com suas canoas que deviam usar para pescar, e com seus amplos conhecimentos sobre os rios, lagoas a mares – a como uma “reserva de mão de obra” a ser mobilizada⁴⁰¹ em caso de necessidade. E relações de trabalho mais provavelmente assemelhadas à agregação ou ao assalariamento, por exemplo nas fazendas de cacau ou nos vapores que faziam a navegação do rio Doce, conforme o relato a seguir, sobre a comunidade de Areal na segunda metade do século XX:

Inicialmente, prevaleciam as fazendas de cacau, cujos plantios eram feitos sob as áreas de floresta – a denominada Cabruca. Segundo relatos de Seu Zé Barcelos, as mudas vinham de fora, chegavam no vapor – navio que fazia a rota pelo rio Doce entre a cidade de Colatina e o município de Linhares, transportando mercadorias, dentre elas, o cacau. Seu pai, Talma, teria trabalhado no vapor, enquanto Seu Zé trabalhou até os seus 20 anos com plantações de cacau na Fazenda Petrópolis, localizada na beira do rio Doce, ao norte da comunidade. Posteriormente, a partir dos anos 1960, chegaram os fazendeiros de gado, causando um impacto ainda maior na expropriação territorial da comunidade. (OCCA, 2017)

O relato acima, lido em conjunto com a pesquisa de André Vargas, mostra que certas pessoas de Areal, talvez a maioria delas, tiveram seu trabalho abstrato mobilizado até os 20 anos de Seu Zé, ou seja, até meados dos anos 1970; posteriormente, ele e sua família se voltaram para pescar e plantar feijão, milho e arroz. Aliás, tanto antes – quando uma parte considerável da comunidade trabalhou nos navios a vapor ou no cacau – como no período mais recente, nunca deixou de existir a produção de farinha de mandioca, com

⁴⁰¹ Quase nada sabemos sobre as “relações de trabalho” dos indígenas que, com suas canoas, transportavam viajantes ou mercadorias por pequenas distâncias: talvez eles fizessem aquela atividade como um *favor*, pressuposto em relações sociais onde outros também lhes deveriam favores. Desse favor mais próximo da amizade até o favor entre um coronel e uma pessoa sob sua influência, inúmeras são as variações possíveis. Como afirma Schwarz (2000 [1977], p.16), o agregado é a caricatura dessas relações de favor.

tecnologias tradicionais (“obsoletas”, diriam certos planejadores) e com trabalho familiar, em parte para consumo interno, em parte externo.⁴⁰²

“[Para comer, tinha] feijão, tinha arroz, tinha tudo, mas se não fosse a farinha pra nós, não tava bom.”

“O quitungo era de roda, não tinha motor, não, fazia farinhada de roda ou de molinete. Tinha dois quitungos, um lá em cima no Talma [que trabalhou “no vapor” na citação acima] e outro aqui no Manoel Nobre. Era de todo mundo, todo mundo fazia farinha, não tinha dono, antigamente ninguém ligava para isso, não, plantava mandioca, fazia farinha para vender, para se manter. [...] Vendia em Regência, por quanto que eu não sei, acho que era mixaria, pra poder comprar o sabão e o pó de café. Tinha uns que vendia em Povoação, uns levavam de canoa para Povoação e outros levavam de lombo de animal para Regência, era assim que fazia antigamente.” (Entrevistas com moradoras idosas de Areal realizadas em 2015. In: VARGAS, 2021, p. 347-348).

É importante constatar aqui que, quando a pessoa torna-se um trabalhador com carteira assinada, não necessariamente ela deixou de pescar, não necessariamente sua esposa deixou de manter uma roça de mandioca e criar galinhas, etc. Nesse sentido, ao observar brevemente alguns relatos do cotidiano dessas *populações tradicionais*, que não estiveram em um universo à parte da *sociedade do trabalho* (KURZ, 1992), buscamos superar uma visão etapista de “mobilização do trabalho” em que se formaria, de uma vez por todas, o trabalhador e, logo em seguida, ele precisará vender sua força de trabalho ou morrerá de fome. É o contexto territorial, somado às relações sociais que incluem aquelas com familiares, vizinhos, comerciantes, latifundiários etc., que vai determinar se o sujeito do trabalho abstrato, uma vez sem trabalho, passará fome ou realizará aquilo que Celso Furtado ([1959] 1987), do alto de sua racionalidade esclarecida de especialista em desenvolvimento econômico, formulou em termos evolucionistas como “regressão para a subsistência”.

A vila de **Regência**, provavelmente a comunidade mais antiga entre essas próximas da foz do rio Doce, teve origem por volta de 1800 com o “Quartel de Regência Augusta, em homenagem a Dom João VI, Príncipe Regente de Portugal” (ibid., p.190). Como já vimos nas descrições do século XIX, inicialmente se tratou de um quartel com poucos soldados, normalmente “índios civilizados”. Com a função inicial de “fortalecer militarmente o controle do acesso de embarcações no rio Doce e marcar posição estratégica de defesa em relação aos indígenas Botocudos” (ibid.), o porto de Regência teve uma maior importância comercial no fim do século XIX, com mercadorias como

⁴⁰² Este parece um caso de “troca de excedentes” se olharmos individualmente para essa produção e comércio, embora, como já argumentamos, essas “trocas simples” envolvam pressupostos históricos e relações sociais bastante complexas.

madeira e café descendo pelo rio Doce e sendo embarcadas ali para a navegação de cabotagem até Vitória, Rio de Janeiro e outras cidades. Isso até a década de 1900 quando, como vimos, a Estrada de Ferro Vitória a Minas – subsidiada pelo Estado nacional, enquanto os subsídios à navegação reduziam – representou uma mudança nos eixos de comércio e produção de mercadorias no norte do Espírito Santo. Desde então, Regência tem sido conhecida como uma *vila de pescadores*, o que não significa que toda sua população tenha a pesca como atividade principal.

Apesar de ser relativamente isolada, Regência está mais próxima da capital do estado do que outras comunidades como Povoação ou Degredo. Assim, não são tão raros os casos de indivíduos que transitam entre Regência e a Grande Vitória, como aliás já havia sido o caso do Coronel Deoclecio, como vimos no capítulo 3. Nas duas entrevistas a seguir, realizadas por Cau (2019), aparecem dois indivíduos que, embora não tenham passado suas vidas inteiras em Regência, hoje são considerados pescadores tradicionais, participando ativamente na Banda de Congo e na Associação de Pescadores.

Meu nome é Guimaldo, eu sou de Regência, sou de 1944. Eu sobre a minha vida, eu vivo da pescaria e morei muitos tempos fora de Regência, viajando pescando, tirado meu sustento do fundo do mar que Deus me deu. Depois de muitos anos, eu voltei pra Regência de novo, agora me encontro por aqui, a minha vida é essa: pescar. Então, agora, vamos um pouquinho do começo da minha vida e um pouquinho do que significa o Congo pra mim. Faço parte do Congo, aliás, desde a época que eram dois tamborzinhos era cinco pessoas, desde a idade de dez anos de idade eu acompanho o Congo. Como eu disse, vivi muito tempo fora, me afastei, mas mesmo afastado quando eu chegava de viagem eu procurava Congo em Vitória. Como eu morava em Vitória, e lá tem né, o Congo de Goiabeiras, das paneleiras, eu ia pra lá ensaiar com eles quando chegava de viagem, em Santa Marta, o Congo do Amores da Lua, eu ia ensaiar com Amores da Lua, ia também na Serra, ensaiava com o Congo da Serra.

[...] eu tava morando em Vitória, mas minha família ficou aqui em Regência, eu tava morando lá e minha família tava aqui. (Guimaldo Firmino, entrevistado por NOVAES, 2020, p.120).

Em seguida, Guimaldo relata que, após sua volta a Regência em 2004, logo “me botaram como um componente do Congo” e, anos depois, quando o capitão da banda de Congo “não se sentia mais em condições de brincar, de ficar de frente com a responsabilidade que era dele, ele passou a responsabilidade pra mim” (ibid.). O fato de ter passado mais de vinte anos longe não fez com que ele deixasse de ser considerado um “nativo”, categoria usada localmente para os nascidos em Regência. E nem impediu que, com mais de 70 anos de idade e com muitos conhecimentos sobre o congo, ele se tornasse Capitão ou Mestre da Banda de Congo de São Benedito de Regência.

Vejam os relatos de um outro morador de Regência que, como Guimaldo, também é pescador. Marcos não é nativo, mas a sua avó é. Ele foi criado “lá [em Vitória e Vila Velha], mas porém com um pezinho pra cá [em Regência] e, em 2007, se casou com uma mulher nativa e se mudou para Regência:

Eu sou nascido e criado em Vila Velha/ES e vim pra cá desde 2007 desde então eu já tinha laços aqui, parentes aqui, a minha vó é nativa, era nativa ela é falecida. Mas aí eu vinha frequentemente visitar chegava aqui me sentia bem no meio da pesca sempre acompanhava amigos que pescavam de longas data enfim até alguns acontecimentos em torno 10 anos atrás **em 2007 conheci minha esposa que também é nativa e acabei vindo pra [cá]**, e escolhi a pesca como meio de sustento para minha família e a minha relação com rio e mar é tudo que eu tenho e dou a minha família provém deles e então ligação muito próxima e de cumplicidade eu sou muito grato e tenho maior respeito pelas águas que me cercam eles que me dão o sustento durante esses últimos 10 anos.

Minha avó é filha de pescador e casou com meu avô que era maquinista da Vale enfim, por ele ser maquinista da Vale teve que ir para Vitória porque a estação de Porto Velho era em São Torquato ficava na Baía de Vitória, [...] ferrovia de Vitória a Minas e acabou que meu pai foi criado lá, mas depois quando meu avô se aposentou ele veio pra cá, mas só que aí meu pai tinha adquirido a mesma profissão e acabou criando a gente lá também, **mas por um motivo do trabalho do meu avô e do meu pai nós fomos criado lá, mas porém com um pezinho pra cá e foi assim.** A rotina de pesca é acorda-se de manhã agradece a Deus antes de embarcar e pede que ele guie, porque toda vez que um pescador sai do porto ele não sabe se vai voltar. [...]

Meu filho pescava comigo no rio né, no mar não. A gente pesca de rede. Costumo levar ele comigo em pescaria no rio, no mar ainda não levo não porque ele é de menor e é perigoso [...] (Marcos Odio Martins de Assis, entrevistado por CAU, 2019, p.97-99).

Apesar de não termos conhecido pessoalmente o senhor Marcos, podemos considerar algumas hipóteses aqui: o sujeito diz que “escolheu a pesca como meio de sustento”, que “se sentia bem aqui [Regência]”, e não diz, por exemplo, que saiu de Vila Velha porque estava desempregado ou por outros motivos diversos que tornavam sua vida ruim. Mas podemos supor, por hipótese, que se saiu de Vila Velha, talvez não estivesse bem ali. Como no caso relatado em Degredo por Dona Cleia, sobre pessoas que voltaram a residir na comunidade tradicional após “entenderem que morar na favela, passando dificuldade, não vale a pena. ‘Vai viver de quê? Muitos fizeram isso e hoje voltaram’” (SÉCULO DIÁRIO, 2019).

Sigamos com a breve descrição das comunidades tradicionais. Nas **Terras Indígenas de Comboios e de Caieiras Velhas**, também não pudemos fazer trabalho de campo. Nosso conhecimento sobre eles se deu, portanto, por revisão bibliográfica e por relatos em entrevistas com terceiros, não com os próprios indígenas. Sobre o tema das migrações de sujeitos que, por terem passado parte de suas vidas distantes, não deixaram

de ser considerados membros daquela *população tradicional*, vejamos o relato sobre o período de demarcação de terras, sobretudo na década de 1980, de um indígena do povo Tupinikim, entrevistado por Diogo Rocha (2017, p.145; p.174):

[...] quando demarcou, nós viemos para ocupar as nossas antigas aldeias [...], nessa época houve muitas perguntas para nós, quando começamos a demarcar as terras para o nosso povo, para os nossos índios que já estavam desaldeado, eles perguntavam assim: “por que vocês querem mais terra? Já demarcaram 500 hectares, por que quer mais terra?”. A gente, eu mesmo, fui um que falei muito nessas entrevistas quando mandava representante desse povo: “nós estamos retificando a nossa terra, demarcação de terra porque nosso povo não é só esses índios que estão na aldeia não, e os outros que foram invadidos, que saíram das áreas, foram embora para a cidade, que uns moram em algum lugar hoje, moram junto, amontoado porque não tem onde morar, nós estamos lutando para um dia que eles precisarem de procurar a gente, a gente acolhe esses índios desaldeado, é para isso [...].

Aí chegou a demanda dos índios desaldeados que também estava querendo voltar para os seus territórios, [...], fomos acolhendo esse povo.

Já vimos no capítulo 3 uma entrevista, também realizada por Rocha (2017), em que aparecem alguns dos motivos para a mudança de indígenas: ameaças, tiros, incêndios de casa. Esses relatos evidenciam a dificuldade de se demarcar os territórios tradicionais e suas populações: não só não são necessariamente fixos e bem delimitados – como no caso dos territórios usados para a pesca, que incluem mangue, rios, lagoas, mar, a depender das diferentes artes de pesca –, mas também são resultado de processos violentos, como já vimos, quase sempre mediados por *ameaças externas* (DIEGUES, 2001). Nesse sentido, e como já abordado para o caso da comunidade do Degredo, as propostas de *marco temporal* para as terras indígenas ou quilombolas, frequentemente discutidas por legisladores e juristas, a depender dos critérios utilizados, podem contribuir decisivamente para a não demarcação de territórios que em certo período foram perdidos e depois foram reconquistados por populações tradicionais.

As lutas das populações indígenas do litoral norte capixaba, tanto contra a expropriação das terras reconhecidas pelo Estado em 1759 como pela reivindicação da identidade indígena em oposição à suposta integração e dispersão “na massa da população civilizada” (BRASIL, 1850b) são processos que abordamos nos capítulos anteriores para o período aproximadamente até 1950. Como vimos, a relação é profunda entre os dois processos: do ponto de vista da lógica das relações de capital em expansão, para expropriar as terras, era necessário que os indígenas estivessem “dispersos”, assim como, para transformá-los em sujeitos obrigados a vender sua “força de trabalho”, era necessário dificultar ou impedir seu acesso direto aos meios de subsistência.

Para mais informações sobre essas populações indígenas do atual município de Aracruz e suas *lutas* nas últimas décadas, recomendamos a consulta das seguintes referências: *Tempo e espaço entre os Tupiniquim* (SILVA, 2000); *Os Tupinikim e Guarani Contam...* (MUGRABI, 2005); *Desterritorialização e R-Existência Tupinikim: Mulheres Indígenas e o Complexo Agroindustrial da Aracruz Celulose* (BARCELLOS, 2008); *As lutas indígenas em contextos de injustiças e conflitos ambientais: vida, saúde e mobilizações dos povos Tupinikim e Guarani Mbyá no Norte do Espírito Santo* (ROCHA, 2017), além do detalhado estudo da Fundação Getúlio Vargas sobre os *Danos Socioeconômicos [causados pelo Desastre da Samarco aos] Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES)* (FGV, 2020).

A comunidade de pescadores de **Barra do Riacho** é, desde a década de 1970, aquela que vive um confinamento mais intenso devido à implantação, na vizinhança daquela vila, da fábrica da Aracruz Celulose (atual Suzano) e do Portocel, porto especializado em celulose. Veremos esse processo em mais detalhes no capítulo 5. Segundo Cruz (1997), em 1930, a vila de Barra do Riacho contava com 150 habitantes. Nos anos 1970 eram menos de mil, até a chegada repentina de mais de 10 mil “peões” de obra que se instalaram temporariamente ali e na vila do Riacho – antiga sede do município de Riacho, extinto em 1931 como vimos no capítulo 3. A vila do Riacho não está marcada no mapa de André Vargas acima (Figura 16), mas se situa poucos quilômetros ao norte do ponto 6, que marca a Terra Indígena de Comboios. Assim, a partir dos anos 1970, as populações tanto da vila do Riacho como da Barra do Riacho tiveram sua vida cotidiana transformada pelo grande empreendimento. Tivemos a oportunidade de conversar com pescadores da Barra do Riacho em trabalho de campo realizado em 2022. Em uma longa entrevista semiestruturada, foi relatada a difícil relação da comunidade com as empresas que a cercam, além da redução da vazão do rio Riacho após as obras do DNOS décadas de 1960 a 1980 e a construção do Canal Caboclo Bernardo pela Aracruz Celulose por volta do ano 2000. Para mais informações, tanto sobre os canais do DNOS quanto sobre este mais recente, consultar a dissertação de Rebello (2012).⁴⁰³

Além desses relatos, dois detalhes nas falas daqueles sujeitos nos chamaram a atenção. O primeiro deles foi a diferença entre a Associação de Pescadores e a Colônia de Pesca. Como vimos mais acima, as Colônias de Pesca foram instituídas pelo governo

⁴⁰³ Um exemplo extremo do absurdo da racionalidade que informa esses projetos modernizadores é o “prêmio CNI de Ecologia”, dado pela Confederação Nacional das Indústrias ao projeto do Canal Caboclo Bernardo, como “um exemplo ambiental em nível nacional” (REBELLO, 2012, p.110).

federal nos anos 1930 e, apesar de algumas mudanças, seguem existindo até hoje. Já as Associações são resultado da organização coletiva dos pescadores, sobretudo após a Constituição de 1988 que deu maior liberdade para organizações desse tipo. Segundo o pescador A.⁴⁰⁴, a Associação é voltada só para a comunidade da Barra, enquanto a Colônia de Pescadores Z-7, apesar de localizada em Barra do Riacho, tem uma extensão mais ampla e é mais burocrática: “Eu gosto de transparência. A Colônia de Pesca, pra mim não tem transparência. O representante da colônia se reúne com empresas, com governo, só ele sem mais ninguém...”

A segunda fala que chamou atenção, na verdade um diálogo entre dois entrevistados, diz respeito à relação entre o peixe pescado para consumo e o peixe como mercadoria. A discussão se iniciou a partir da dificuldade em se determinar com precisão os atingidos pela “lama da Samarco” desde 2015.

H.: Pra responder isso aí, isso aí até a gente tem uma discussão muito forte em cima do crime da Samarco. [...] E aqui, na comunidade, a gente sempre consumiu peixe. Você com dinheiro ou sem dinheiro. Aqui o peixe sempre foi contínuo em todos os dias, dias de consumo. Então é um dos posicionamentos que a gente briga com esse crime da Samarco, né? Que é o consumo de pescado, entendeu? Então, essa comunidade é normal, se você tem dinheiro ou não, porque daqui a pouco a gente, hoje quase não tá vendo mas era normal passar aqui o camarada com 3, 4 peixes andando aqui pela comunidade. Isso é normal, entendeu? Hoje, tá se tornando um pouco mais difícil, mas isso era normal.

Evandro: Sim, dava pro vizinho?

H.: É, pro vizinho nós levamos, entendeu, ou que alguém ajudou a botar o barco pra dentro... Ou seja, e aí, com dinheiro ou sem dinheiro, tá, aí daqui a pouco você não tem o dinheiro mas você é primo, você é irmão dum pescador, você é sobrinho, não tem jeito, o peixe vai chegar. (Entrevista realizada no dia 4 de junho de 2022).

Até esse ponto, a conversa não trazia grandes surpresas, mas em seguida o senhor A., que estava próximo, complementou a fala do outro entrevistado comparando a pesca com outras atividades:

A.: Ó, falar a verdade pra você, o que eu vejo na pesca acontecer, eu nunca vi em lugar nenhum, nenhum criador de gado, nenhum aviário, nenhum criador de suíno, nunca vi, que o pescador dá peixe demais... Ele não dá quando não tem. Mas quando tem fartura, todo pescador dá peixe na beira do rio, todo pescador.

H.: Então sem dinheiro ou com dinheiro, você come peixe.

A.: Eu mesmo já cansei de chegar, quando tem muito, e oferecer, porque eu até sinto essa, essa vontade de fazer isso, de compartilhar. Você pega 200, 300 kg de peixe, que que custa tirar 10 kg, dar pra um? Dois quilos pra cada um,

⁴⁰⁴ Os nomes dos entrevistados em Barra do Riacho, Regência e Degredo foram substituídos por letras para evitar eventual exposição e constrangimento.

você já deixa umas cinco pessoas contentão ali com dois quilos de peixe. (Entrevista realizada no dia 4 de junho de 2022).

Fazendo o papel de “advogado do diabo”, há sempre a possibilidade de que os sujeitos estejam fazendo um autoelogio sem grande relação com a realidade. O senhor A., nosso entrevistado, declarou ser pescador desde os 13 anos⁴⁰⁵, pode estar apenas sendo corporativista com sua categoria profissional, como aliás vimos Leo Waibel ser em relação aos geógrafos no capítulo 3. Mas na hipótese, também bastante razoável, em que aquele indivíduo tem algum conhecimento prático sobre criadores de gado e de suínos, e constatou que, comparado a estes, “o pescador dá peixe demais”, essa diferença exige algumas considerações sobre o peixe como mercadoria e como não-mercadoria.

Provavelmente a aquaponia, criação de peixes em espaços fechados, esteja mais próxima da agropecuária em termos relação entre (I) o tempo abstrato do trabalhador, (II) os insumos de produção, como a ração, e (III) a produção. A pesca lida com incertezas da ordem do imprevisível, sendo difícil estabelecer uma relação entre o tempo dispendido e a quantidade de peixe ou camarão que será pescada. Nesse sentido, ela se aproxima do garimpo, estudado por Carlos Toledo (2008)⁴⁰⁶, atividade que também depende da sorte, sem uma proporção fixa entre tempo de trabalho e mercadoria produzida. Mas, ao contrário dos diamantes ou do ouro, que do ponto de vista do garimpeiro só servem para serem trocados por dinheiro, o peixe pode ser consumido pela família do pescador ou por seus amigos e pessoas a quem ele deve favores, como vimos na entrevista acima.

No trecho mais ao sul do *litoral norte capixaba*, existem ainda as comunidades de pescadores artesanais de **Barra do Sahy** e de **Santa Cruz**. Esta última, como vimos no capítulo 3, deixou de ser sede municipal em meados do século XX e hoje é mencionada em algumas falas como uma “vila de pescadores” Ali, como em Regência, houve um período de maior atividade comercial, mas há muitas décadas os “pioneiros” já se mudaram para outros lugares e os pescadores, que quase certamente nunca deixaram de existir, acabaram sendo responsáveis pelo *caráter* da vila para quem chega de fora e logo

⁴⁰⁵ “Sempre fui ruim de bola e bom com linha e rede”, disse A. em outro momento da entrevista, fala que associa a pesca e o futebol como as duas diversões de sua juventude. Este relato é similar à entrevista com o senhor P., de Degredo, que se considera pescador “desde que me entendo por gente”.

⁴⁰⁶ Toledo (2008, p.126) relata: “como ouvi certa vez o garimpeiro Jacó comentar, o garimpo é desincerto, ou seja, a relação entre trabalho e remuneração não é dada por uma proporção fixa.” E conclui (p.174) que o “elemento de incerteza que caracteriza o trabalho do garimpeiro, a inexistência de uma proporcionalidade entre tempo de trabalho e preço do produto, faz com que a atividade seja comparável a um jogo de azar. A sorte e o azar aparecem como atributos subjetivos do garimpeiro [...]”.

vê os barcos de pesca. Outras atividades, como aquelas exercidas por mulheres ou homens dentro de casa, acabam tendo menor visibilidade do que a pesca. Também como em Regência, em Povoação ou na Barra do Riacho – mais ainda nesta última, devido ao confinamento pelas atividades industriais e portuárias –, essa denominação “vila de pescadores” não significa que toda a população atue na pesca, nem que tenha como única atividade a pesca. Há ali pessoas exercendo atividades relacionadas ao comércio, à agropecuária, ao turismo. Uma festa turística será o assunto da próxima seção, que faz um contraponto entre a Festa do Caboclo Bernardo, em Regência, que se tornou um dos maiores encontros de bandas de congo capixaba a partir da década de 1990, e a “expulsão” das tradições e costumes locais na Barra do Riacho aproximadamente no mesmo período, segundo o relato de um morador antigo.

4.5.2. A Festa do Caboclo Bernardo, o Congo como cultura tradicional institucionalizada e a perda de tradições em Barra do Riacho

Atualmente, um dos maiores encontros anuais de bandas de congo do Espírito Santo é realizado em Regência, durante a festa do Caboclo Bernardo, no mês de junho. Em 2022, com um grupo de dez alunos e pesquisadores do LATERRA⁴⁰⁷, pudemos participar da primeira festa do Caboclo Bernardo realizada após o período de isolamento social causado pela pandemia de covid-19. Além disso, foi o primeiro trabalho de campo de muitos de nós em muito tempo. Considerada uma importante experiência de aprendizado, esse campo incluiu também a passagem por Barra do Riacho, em Aracruz, onde foi possível um diálogo com pescadores já citado na última seção.

Aqui, será abordado o *congo capixaba*, que nos dias de hoje é considerado uma das principais tradições do Espírito Santo, com destaque nos calendários festivos, na mídia, etc. Partimos da hipótese de que nem sempre foi assim, que essa *tradição*, se por um lado remete a práticas, costumes e crenças muito mais antigas, foi também *modernizada* em certos sentidos no século XX. O que havia antes – muitas vezes com nomes diferentes como “batuque”, “bandas de tambor”, “dois tambores e dois ganzás” e aspectos diferentes em cada expressão local – foi institucionalizado, deixou de estar “fora do mapa”, passou por uma certa homogeneização até se tornar o “congo capixaba”, embora as bandas de congo guardem ainda diferenças significativas entre si. Outro aspecto moderno que será evidenciado é a presença do Estado, seja por meio do fomento

⁴⁰⁷ Laboratório de Estudos Territoriais – LATERRA, vinculado ao Departamento de Geografia da UFES.

à cultura com recursos estaduais ou municipais, seja por meio da educação escolar que atualmente é uma das formas de transmissão dessa tradição às crianças.⁴⁰⁸

A descrição e a análise aqui seguirão um percurso cronológico: assim, voltaremos brevemente a um período pré-congo para em seguida verificarmos evidências da institucionalização dessa manifestação cultural que, aliás, também tem um importante aspecto religioso, que parece ser mesmo anterior a uma autonomização entre *manifestação cultural* e *manifestação religiosa*. Como vimos na seção 3.10, o relato publicado por Auguste Biard em 1862 mostrava a indissociabilidade entre a “festa de São Benedito”, a música – com tambor e casaca – e as bebidas tradicionais.

Patrícia Cau (2019), em sua dissertação sobre a *Memória coletiva das práticas culturais em Regência Augusta*, resume assim a história do congo:

As bandas de Congo têm origem indígena. É o que diz Lins no livro “O Congo do Espírito Santo: Uma panorâmica musicológica das bandas de Congo”, trazendo relatos de Guilherme Santos Neves, Padre Antunes de Sequeira e Auguste-François Biard [que] comprovam que práticas semelhantes foram vistas no início do século XIX na região capixaba. Os primeiros viajantes que passaram por essas terras fizeram descrições gerais dessas atividades, sem muito interesse nos detalhes, pouco se sabe o que era cantado, o motivo dos arranjos e a disposição dos elementos nas performances.

No livro citado por Cau, o músico e compositor Jaceguay Lins (2016, p. 42) explica que esses registros do século XIX são bastante incompletos:

Infelizmente, os primeiros documentaristas de nossas bandas de Congo não registraram o que era cantado pelos conjuntos de então. Padre Antunes de Sequeira⁴⁰⁹, citado por Guilherme Santos Neves afirma que, “acocoram-se todos em círculo, batendo com as palmas das mãos no peito e coxas, e soltando guinchos horríveis. Fazem caretas e trejeitos, acompanhados de uma música infernal. Auguste-François Biard [em 1862] opina que os índios de Santa Cruz “não cantavam, gritavam” (...)

Os registros escritos por Biard, Padre Sequeira e outros do século XIX são bastante incompletos, silenciando sobre aspectos que lhes pareciam irrelevantes, como as letras cantadas, ou ainda, como no caso do francês Biard, afirmando que “não cantavam,

⁴⁰⁸ Em nenhum momento nos posicionaremos contrários às leis e editais de fomento à cultura ou ao ensino do congo nas escolas. Pelo contrário, tendo em vista a existência do Estado moderno, entendemos que essas são relevantes funções sociais, porém, buscaremos evidenciar as mediações disso tudo com um processo maior, que é o de modernização das relações sociais no Espírito Santo e no Brasil. Conforme abordado em nosso capítulo 1, o historiador Eric Hobsbawm (2008) propõe que os períodos de acelerada modernização também são períodos de “produção em massa de tradições”.

⁴⁰⁹ Trata-se do Padre Francisco Antunes de Siqueira (ou Sequeira). Filho de outro padre, o Padre Siqueira (1832-1897), além de professor e escritor nos jornais da época, foi deputado na Assembleia Provincial em 1862-63. Ele publicou as “Memórias do passado” no jornal A Província do Espírito Santo, em 1885.

gritavam”. É apenas a partir da década de 1940 que estudiosos como Guilherme Santos Neves vão se preocupar em anotar as letras e, em alguns casos, as melodias cantadas. Curiosamente, é também no período de atuação de Santos Neves que se consolida a denominação *congo capixaba*, em detrimento de outras que talvez fossem mais usadas em alguns contextos e localidades.

Parece ter sido durante o tempo de vida de Guilherme dos Santos Neves⁴¹⁰, homem da elite capixaba e da mesma geração de outros estudiosos⁴¹¹ preocupados com o *folclore*, que a denominação *congo capixaba* se consolida como tal: em 1980, quando Santos Neves publica a cartilha *Bandas de Congos*, na coleção “Cadernos de Folclore do Ministério da Cultura”, parece já ter se consolidado esse processo de consolidação do congo como uma manifestação cultural de âmbito estadual, embora não ocorrendo em todo o território capixaba e embora com variações locais.

Em Regência, o surgimento da *banda de congo* com este nome é relativamente recente, mas se insere na continuidade de práticas muito mais antigas. Entre essas práticas, não só aquelas estritamente musicais, mas a celebração de São Benedito, inseparável do congo de Regência. Em uma camisa utilizada pela banda de Regência, podemos ler: “São Benedito é o nosso padroeiro. Festeja-se o ano inteiro.” A mudança de “dois tambores e dois ganzás⁴¹²” para a “Banda de Congo” está na memória das pessoas mais velhas.

Moradores mais antigos da vila contam que, antigamente, a banda de Congo São Benedito de Regência Augusta era chamada de dois Tambores e dois Ganzás e apenas estes instrumentos eram usados. Os tambores eram confeccionados de troncos de árvores ocas e revestidos com couro e os ganzás, pedaço de madeira com cabeça esculpida, barriga oca, revestida com taquara que só existe no Espírito Santo, conhecido também como casaca ou reco-reco. [...] “Antes era dois tambores e dois ganzás, depois outros instrumentos foram sendo colocados”.

Em 1976 quando a banda de Congo Vila do Riacho, que já usava vários tambores e casacas, veio a Regência, a Banda de Congo São Benedito de Regência passou a utilizar também, mais tambores, ganzás, triângulos e chocalho, conseqüentemente incluindo um maior número de integrantes segundo Leônidas Carlos (CAU, 2019, p.61-62).

⁴¹⁰ Guilherme Santos Neves (1906-1989) era membro de uma família que teve políticos como os governadores Jones dos Santos Neves (seu irmão) e Graciano Neves (seu tio-avô). Também genro do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (abordado em nosso capítulo 3), Guilherme foi bacharel em Direito, professor de português no ensino secundário de Vitória e de literatura portuguesa na UFES. Além disso, foi pesquisador do folclore capixaba desde a década de 1940. Foi fundador e primeiro presidente da Comissão Estadual de Folclore, em 1946. Fonte dos dados biográficos: < <https://secult.es.gov.br/vida-e-obra-de-guilherme-santos-neves-e-tema>>. Acesso em 12/12/2022.

⁴¹¹ O mais célebre deles provavelmente foi Câmara Cascudo (1898-1986) que, como vimos no capítulo 3, prefaciou o livro do sogro de Guilherme Santos Neves e provavelmente também conhecia bem este último.

⁴¹² Ganzá é um outro nome para a casaca, um tipo de reco-reco com um rosto esculpido na extremidade.

Outra pessoa entrevistada por Patrícia Cau foi Guimaldo Firmino. Atual mestre da banda de congo São Benedito de Regência, ele também viveu esse período de “invenção da tradição” (HOBSBAWM, 2008) a partir de tradições anteriores:

Eu sou nascido aqui mesmo, porém vivi uns anos fora de Regência, mas aí quando foi em 2004 eu voltei e fui ficando por aqui. Sou de 1944, voltei pra cá e fui ficando e sobre o Congo eu frequento desde criança, não era o Congo eram dois tambores só. Os componentes eram cinco pessoas: o capitão, dois no tambor e duas casaca. Era o que tinha. Quando foi um belo dia, estamos de brincadeira na rua principal. Deve ter sido na década de 1970. Aí eu peguei e a gente naquela brincadeira. “Vamos fazer um Congo pra gente e quando a gente fizer festa não precisa trazer Congo de fora.” Não havia o Congo, só os dois tambores, o Congo vinha de Vila do Riacho, Aracruz. (Mestre Guimaldo, entrevistado por CAU, 2019, p.110).

As festas de São Benedito, Santa Catarina e São Sebastião, porém, parecem ser mais antigas em Regência, pois já existiam desde quando Mestre Guimaldo “se entendeu por gente”:

A festa que todo ano tem é São Benedito e Santa Catarina. [...] A festa de Santa Catarina é o que você vê aí, é a fincada do mastro e o Congo. A gente deixa ele em pé com a bandeira e depois só tiramos no dia 20 de janeiro, em São Sebastião. Já é a tradição do lugar, vem de geração para geração, quando eu me entendi como gente, já tinha isso e a gente vai levando (ibid., p.111)

Dona Conceição, de 70 anos, moradora de Regência e “conguista” entrevistada por Cau (2019, p.108), afirma: “O Congo e a igreja [católica] estão unidos. Faz parte da cultura e da religião.” Também na comunidade remanescente de quilombo do Degredo, segundo o estudo realizado por Herkenhoff & Prates (2019, p.185), os rituais de devoção a São Benedito são bastante antigos e, nos relatos locais, o “Tambor de São Benedito, chamado também de ‘Tambor de Congo’, seria a variante mais tradicional das ‘Bandas de Congo’” (HERKENHOFF & PRATES, 2019, p.185).

Cleber Maciel ([1994] 2016, p.152; p.161) ressalta a importância da cultura afrodescendente no congo e na devoção a São Benedito:

[...] a presença da devoção a São Benedito tem sido traço marcante nas diversas manifestações culturais negras. Contudo, essa é também uma evidência do massacre cultural, perseguição e marginalização da religiosidade original africana, tentando substituí-la por aquela trazida pelo colonizador, impondo seus deuses, credos, mitos e ritos.

[Nas bandas de congo,] uma ou mais mulheres vão à frente conduzindo uma ou mais bandeiras que identificam a Banda e/ou sua procedência e/ou o seu Santo Protetor. Entretanto, todas as Bandas têm devoção a São Benedito.

No início do século XX, segundo Cau (2019, p.60), o “Tambor de Congo” ou “Tambor de São Benedito” era prática descrita com recorrência no Espírito Santo. Em

nossa pesquisa documental, encontramos uma descrição em jornal de 1910, relatando uma festa na cidade de Santa Cruz, na qual os “índios de Caieira Velha” aproveitaram a ocasião para festejarem São Benedito: “às 4 horas da tarde, canoas embandeiradas chegavam de Caieira Velha trazendo em uma delas o Santo e a música do costume – o tambor” (O Estado do Espírito Santo, 28 jan 1910, p.2). É importante ressaltar que, na descrição de 1910 (Figura 18), não aparece a palavra “congo”, então não temos como saber se esta denominação era usada ou não no cotidiano em Santa Cruz ou em Caieiras Velhas àquela época. Por outro lado, sabemos que o tambor estava presente.

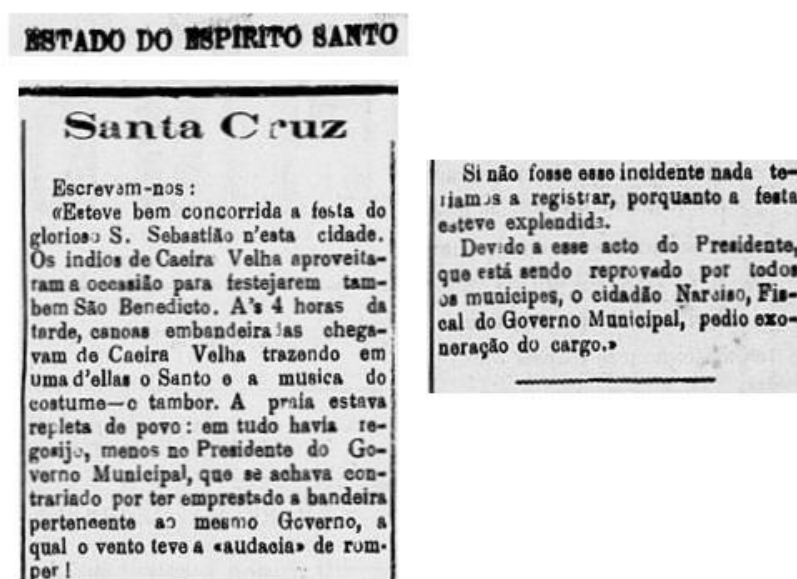


Figura 18: “Os índios de Caieira Velha aproveitaram a ocasião para festejarem também São Benedito.” Fonte: O Estado do Espírito Santo, 28 jan 1910, p.2.

Jaceguay Lins⁴¹³ (2016, p.42) também entende que a denominação “bandas de Congo” não é a mais antiga: “Originadas de índios e mescladas posteriormente de elementos europeus e africanos, as outrora ‘bandas de índios’, depois ‘bandas de tambor’, passaram a ser denominadas ‘bandas de Congos’.”

Cau (2019, p.60) descreve outro aspecto dessa institucionalização do congo em meados do século XX:

apenas em 1951, por ocasião dos festejos comemorativos do IV Centenário da fundação de Vitória, que o ritmo do Congo entrou oficialmente nos festejos culturais no Espírito Santo, acontecendo nesta data a primeira concentração de Bandas de Congo.

⁴¹³ Jaceguay Monteiro Lins (Canhotinho-PE, 1947 – Vitória-ES, 2004) foi um compositor e maestro que viveu no Espírito Santo desde a década de 1980. Posterior à geração de Guilherme Santos Neves, Jaceguay escreveu em seus últimos anos de vida um livro sobre o congo de uma perspectiva musicológica, abordando os instrumentos utilizados além de questões melódicas e rítmicas.

É também das décadas de 1940 e 1950 que Guilherme Santos Neves – já citado acima como um dos primeiros pesquisadores a se interessar pelo congo capixaba – publicou nos jornais de Vitória inúmeros artigos sobre folclore, ajudando a registrar e a tornar mais conhecidas entre aqueles que liam jornais as manifestações da cultura oral como o congo e a devoção a São Benedito. Não que essa devoção fosse desconhecida de seus leitores, como mostra o início de texto intitulado “São Benedito na cantiga do povo”, de 1950:

Com certeza jamais passou despercebido aos capixabas o fato, perfeitamente comprovável, do alto e constante prestígio que tem, entre nós, o santo preto de Palermo, o glorioso São Benedito. [...] Qualquer que seja o dia da festa – São Sebastião, São Mateus, São Brás ou qualquer outro – lá estará nas cantigas [...] o nome de Bino Santo (NEVES, [1950] 2008, p.247)

Corroborando a afirmação de Santos Neves, no artigo de jornal acima citado, durante a festa de São Sebastião em janeiro de 1910 em Santa Cruz, os “índios de Caeira Velha” festejavam também São Benedito (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 28 jan 1910, p.2).

Portanto, o congo parece ter tido uma origem que misturava seu aspecto cultural e religioso: até hoje ambos se entrelaçam, mas já há uma institucionalização do congo capixaba também como uma manifestação cultural inserida em uma sociedade laica e tornada “patrimônio imaterial” de um estado laico: em 20 de novembro de 2014, no Dia da Consciência Negra, em cerimônia no Palácio Anchieta (palácio do governo estadual), o “congo do Espírito Santo foi oficializado como o primeiro patrimônio imaterial do estado”⁴¹⁴

No caso particular de Regência, como vimos, o “tambor de São Benedito” ocorre há muito tempo, desde quando os mais velhos “se entendem por gente”. Se a denominação “banda de congo” parece ter se consolidado naquela vila por volta dos anos 1970, a institucionalização do encontro anual de bandas de congo durante a Festa do Caboclo Bernardo, com apoio de prefeitura e governo do estado, ocorreu no início da década de 1990. Nesse período recente, surge também o “congo mirim”, por meio da escola municipal, ensinando às crianças desde cedo sobre aquela tradição local:

Não é possível saber ao certo quando se originou a Festa de Caboclo Bernardo, somente que sua versão institucionalizada está na 19ª edição [em 2008]. No entanto, as narrativas remontam a origem da festa ao momento que Bernardo

⁴¹⁴ Conferir a reportagem no site G1, 20/11/2014: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/musica/noticia/2014/11/congo-e-oficializado-como-patrimônio-imaterial-do-es.html>>. Acesso em 26/12/2022.

chegou da capital do império, após ter sido homenageado por Princesa Isabel. Seu Miúdo [...] conta que ao chegar, Bernardo foi recepcionado pela população da vila com uma grande homenagem, tocada pelos tambores de congo. [...]

Na Vila de Regência, a desvinculação do congo em relação à macumba e à cachaça, estigma recorrentemente usado para se referir à manifestação das bandas de congo, é atribuído ao processo de reconhecimento da prática pelo cenário político. Este movimento “eleva” a prática ao status de cultura popular, que, neste sentido, é reconhecida e apreciada pelos turistas, pelo povo da cidade, o que significa reconhecimento e, por conseguinte, apoio junto às secretarias de turismo e cultura.

É nas escolas públicas, portanto, que as novas gerações de determinadas populações do Estado do Espírito Santo entram em contato com as bandas de congo, assistindo aos documentários sobre a tradição e formando as bandas mirins de crianças do ensino fundamental.

É no contexto da efervescência cultural promovida por estas políticas de identidade que a Festa de Caboclo Bernardo vai se institucionalizando e tomando maiores proporções. (VALIM, 2008, p.58-59; p.128).

Outros moradores de Regência entrevistados por Patricia Cau afirmam que a “festa de Caboclo Bernardo acontece desde 1930”, mas só na década de 1990 a festa, que “era só futebol e tal”, passou a ter o encontro de bandas de congo, um evento institucionalizado, com apoios financeiros externos:

A gente tava lá em Vitória ajudando o Congo de lá, aí dona Mariquinha e Claudio Lins apareceram por lá, e disse: “estamos querendo levar mais Congo lá na festa Caboclo Bernardo porque a festa é só futebol e tal.” E como a gente tinha muito contato lá em Vitória a gente conseguiu o apoio da UFES, convidamos várias Bandas do Estado, a gente tinha muito contato. Por causa do apoio da UFES, precisamos colocar no cartaz do evento como o segundo encontro da Banda de Congo, mas era o primeiro, tinha que ser evento que já havia começado, aí a gente falou “esse aqui já começou já” (rindo). Aí organizamos o encontro de Bandas de Congo em Regência Augusta na festa do Caboclo Bernardo. (Carlos Sangalia, entrevistado por CAU, 2019, p.133).

Aí o Sangalia fez um documento e inscreveu no edital público e ganhamos. (Dona Conceição, entrevistada por CAU, 2019, p.108).

Cau relata ainda que o “congo mirim” se iniciou dentro da escola, mas depois passou a ocorrer fora do ambiente escolar, com algumas adaptações como a retirada da “bebida”, que costumava acompanhar as festas do congo e de São Benedito:

Algumas crianças começaram a entrar. Aí começa a fortalecer o Congo Mirim dentro da escola. Mas, infelizmente, tem um tempo que a Glória saiu da direção da escola e a professora Luciana também, o Congo Mirim ficou todo parado, mas mestre Guimaldo quis continuar com o projeto, aí o Congo saiu da escola. [...] A escola não conseguiu se manter ligada à vida da comunidade. “[...] agora o Congo Mirim está dentro do Congo Adulto. Eles abraçaram o Congo Mirim.”

A bebida foi um problema também para o Congo mirim, porque antigamente bebiam muito no Congo, aí os pais ficavam com medo de mandar as crianças para onde havia bebida (CAU, p.87; p.130).

Sobre a institucionalização do congo como um “espetáculo” ou “mercadoria cultural”, com apoio da Prefeitura Municipal, em oposição a um período em que o “tambor de São Benedito” e outras práticas de origem indígena e/ou africana em Regência eram silenciadas pela sociedade de Linhares⁴¹⁵, Juliana Novaes, em sua dissertação sobre a *memória coletiva da Vila de Regência*, faz um relato bastante claro desse processo:

No passado, por meio dos processos de silenciamento e apagamento através da incorporação dos povos indígenas à organização social vigente e hegemônica, os “caboclos”, não eram reconhecidos como indígenas, sem direitos a reconhecimento e demarcação em seus próprios territórios de origem.

Além do não reconhecimento, quando denominados “índios”, eram assim chamados de forma racista e, preconceituosa, categorizados enquanto inferiores, e não enquadrados aos modelos sociais desejados no município de Linhares:

“Antigamente, uns trinta anos atrás ou até mais, quando os moradores de Regência iam ao centro da cidade, em Linhares, as pessoas de lá de forma hostil e preconceituosa diziam: Lá vem esses índios de Regência” (Relato pessoal de morador da Vila de Regência. Diário de campo da pesquisadora. 2019). (NOVAES, 2020, p.43)

Finalizando essas observações sobre o congo capixaba e suas particularidades em Regência, observaremos um exemplo de protagonismo das populações tradicionais demandando a participação do Estado na festa do Caboclo Bernardo e em seguida constataremos que em uma das comunidades de pescadores do litoral norte capixaba as tradições relacionadas ao congo parecem ter se perdido com o tempo, não sem relação com a modernização.

Em reportagem da revista *Século Diário* relatando a Festa de Caboclo Bernardo de 2016, uma das anciãs mais respeitadas do congo capixaba “conduzia” a banda de congo da Vila do Riacho, enquanto sua filha cobrava a participação de prefeitos e do governador:

Dona Astrogilda, uma das figuras mais antigas e lendárias do congo capixaba, tomou a palavra em frente à imagem de São Benedito pousada no altar. Congueiros e turistas escutaram com atenção palavras piedosas de devoção ao santo de uma das celebridades da cultura popular capixaba que há 50 anos conduz a banda de congo de São Benedito do Rosário de Vila do Riacho, em Aracruz.

[...] Suntuosamente paramentada, a coroa dourada de Rainha do Congo lhe cingindo a cabeça, foi presença das mais festejadas na 26º Encontro de Bandas de Congos em Regência, realizada domingo (5), na bucólica vila de Linhares, no norte do Espírito Santo, dentro da Festa de Caboclo Bernardo.

As ausências provocaram críticas. [...] ao microfone, a filha de Dona Astrogilda fez um manifesto dos grupos folclóricos. Fez críticas ao prefeito de

⁴¹⁵ A sede de Linhares, situada distante do litoral, tem características culturais bastante diferentes de Regência, Povoação ou Degredo: as famílias, pelo menos as de classe média e alta, se consideram muito mais herdeiras dos “pioneiros” brancos do que dos “caboclos”.

Aracruz, Marcelo Coelho (PDT), e às prefeituras de Fundão e Linhares por falta de apoio ao transporte das bandas. “Poderíamos ter o dobro de grupos, que não puderam vir por falta de apoio municipal”. Também não poupou o governo do Estado, cobrando a presença da Secretaria de Turismo e do governador. “Cadê o nosso governador?” (SÉCULO DIÁRIO, 2016).

Enquanto na vila do Riacho existe uma das bandas de congo mais antigas do Espírito Santo, com figuras respeitadas como Dona Astrogilda,⁴¹⁶ na Barra do Riacho, comunidade próxima, há anos não existe mais congo, segundo o relato do senhor H., que entrevistamos. Naquela comunidade confinada entre a fábrica da Suzano, o Portocel, o porto da Imetame em construção e outras empresas que prestam serviços para as citadas, veremos no próximo capítulo que na década de 1970 a população cresceu aceleradamente, com a chegada de cerca de 13 mil “peões” de obra. Com o tempo, a banda de congo local, que tinha como padroeiro São Sebastião, foi deixando de existir:

H.: Eu fico feliz, dentro da minha ignorância, de dar valor a essas coisas, o congo... Cheguei a pegar o congo, né? E vi aquela simplicidade [como uma] riqueza, que nós tínhamos na praça de São Sebastião as festas né, que a gente cercava toda a rua e a praça de São Sebastião e fazia aquela atividade, três dias de festa, então assim...

- Essa festa não tem mais?

H.: E hoje não existe mais, a navegação de São Pedro, [também] perdemos isso.

- Por causa do porto?

H.: Aí, surgiu a fábrica e surgiu o porto. Aí depois que surgiu a necessidade de ter um agregado... que fornece como matéria-prima o peróxido de hidrogênio. Aí foi aglomerando essas grandes empresas em volta, e cada vez mais expulsando a nossa cultura e o nosso costume ... E aí eu não tô nem entrando no campo de outras agressões, a questão hídrica que é mais ridícula ainda. (Entrevista em junho de 2022).

Argumentamos na seção 4.4.2 que a conceituação de *modo de vida* por Simone Ferreira (2002; 2009) poderia ter certos elementos mais desdobrados criticamente. Contudo, nesse contexto da Barra do Riacho, comunidade onde se instalaram milhares de trabalhadores migrantes para atuarem na fábrica de celulose, no Portocel ou em empresas agregadas, faz sentido a sua argumentação de que o “principal fator para a transformação do *modo de vida*” das populações tradicionais seria a sua “proletarização” (FERREIRA, 2009, p.151). Embora ela se refira sobretudo à expropriação da terra que impossibilita a reprodução camponesa, o processo de proletarização de uma vila de pescadores, feitas as devidas ressalvas, tem essa característica de integrar aqueles trabalhadores ao mesmo

⁴¹⁶ Falecida em 2021 aos 87 anos. Em sua dissertação, Hauley Valim (2008) descreve uma longa conversa com Dona Astrogilda e seu filho.

tempo que “expropria” a comunidade de “nossa cultura e o nosso costume”, nas palavras do Sr. H. De fato, temos observado em nossa pesquisa que não só a terra pode ser expropriada, mas também o tempo de vida dos indivíduos – transformado em tempo abstrato do trabalhador, como na expressão: “tempo é dinheiro” – assim como os conhecimentos, memórias e práticas tradicionais também podem ser – numa extensão do conceito – expropriados.

4.5.3. Programa Luz para todos

Abordaremos nesta seção um outro processo modernizador que ocorreu no território de algumas populações do litoral norte capixaba, justamente aquelas até então mais (aparentemente) isoladas da “civilização”: a chegada da energia elétrica na década de 2000 com o *Programa Luz para Todos*, do governo federal. Uma observação deve ser feita desde já: ao contrário dos canais do DNOS e de outros projetos e programas que, ao ouvirmos os sujeitos envolvidos, geram muitas controvérsias, nunca vimos, em trabalho de campo ou em dados de terceiros, um morador das áreas contempladas no Luz para Todos reclamar da chegada da eletricidade. Apesar de entendermos que os processos modernizadores podem operar por lógicas fetichistas e com impactos negativos dos processos se desdobrando às costas dos sujeitos, não é irrelevante, do nosso ponto de vista, essa observação. Seria relevante uma pesquisa comparando, por exemplo, o que os supostos “principais interessados” – os cidadãos apresentados como beneficiados⁴¹⁷ – pensam sobre as políticas públicas do DNOA, sobre a política de “desenvolvimento sustentável da pesca” e sobre o Luz para Todos.

Tendo feito essa observação de que, até onde pudemos notar, o Luz para Todos foi um programa extremamente popular entre as populações beneficiadas, caba observarmos o que essa política pública significou do ponto de vista da modernização das práticas sociais. Vejamos primeiro o que publicou o jornal capixaba *A Gazeta* no dia 24 de julho de 2005, na matéria intitulada *Luz acesa e novos hábitos para uma pequena vila em Linhares*:

Eles não dormem mais com as galinhas e agora os negócios prosperam

Linhares. Cento e vinte e seis anos depois da invenção da lâmpada, finalmente, uma antiga comunidade da localidade do Degredo, no litoral de Linhares, passa a conhecer os benefícios da energia elétrica. O município é no Estado aquele

⁴¹⁷ Estamos falando aqui em tese, pois não ignoramos o quanto as políticas públicas são movidas por interesses diversos desse suposto interesse público. O caráter construído e repressivo do “interesse nacional” durante o regime militar aparecerá no capítulo 5.

que mais tem propriedades a serem atendidas pelo programa “Luz para Todos”, com 723 famílias cadastradas para receber energia.

Em Degredo, a novidade tem cerca de 10 meses e vem promovendo uma verdadeira revolução nos costumes e no cotidiano dos moradores (A Gazeta, 24 jul 2005, grifo no original).

As mudanças no cotidiano são relatadas pelo senhor Reis Anchieta Leite, identificado na reportagem como “nascido na vila” e um dos principais beneficiados pelas mudanças, por ser “dono de uma vendinha node até há alguns dias só vendia doses de cachaça.” “Agora”, relata a reportagem de 2005, as pessoas não dormem mais às seis horas e passaram a comprar no seu comércio “refrigerantes e cervejas”. Antes, ele só vendia doses de cachaça. Desde que ele “comprou uma geladeira usada” e passou a vender outras bebidas, o “faturamento melhorou”, com o movimento nos sábados se estendendo até uma ou duas horas da manhã. Já o lavrador Pedro Leite Costa conta que “comprou até um liquidificador, onde prepara sucos e vitaminas com frutas que colhe na região, como o caju. Mas nada atrai tanto quanto a televisão, [...] mantida em um espaço privilegiado da casa.” (Ibid.).

O programa Luz para Todos, lançado em 2003, levou eletricidade a milhões de famílias no meio rural em todo o Brasil. O programa anterior, “Luz no Campo”, tinha por objetivo levar energia elétrica a um milhão de domicílios rurais, com os beneficiados devendo arcar com o ônus da rede elétrica e da instalação residencial. O programa financiava esse custo e o devedor dispunha de um prazo para quitar a dívida. Já no Luz para Todos, com um orçamento de cerca de R\$ 20 bilhões, dos quais R\$14,3 bilhões do governo federal e o restante vindo de governos estaduais e concessionárias de energia, as ligações de energia foram gratuitas – isto é, o programa Luz para Todos arcou com os custos –, com os usuários devendo apenas pagar a conta mensal de energia (MME, sem data).

Do ponto de vista do balanço de contas da concessionária de energia, o que se arrecada com os novos consumidores em domicílios rurais afastados dos grandes centros não é suficiente para pagar os investimentos nas novas redes, as quais demandam altos custos de operação e manutenção. Portanto, tratou-se, como em qualquer política pública, de uma prioridade estabelecida pelo governo: o *fundo público* (OLIVEIRA, 1988) naquele momento arcou com os custos da eletrificação rural, bem como em outros períodos, como vimos, os governos entenderam ser necessário utilizar o fundo público para realizar as obras do DNOS que beneficiaram fazendeiros do setor da pecuária, para

implementar frotas pesqueiras maiores, com tecnologias mais modernas e com gestão empresarial ao invés de relações “arcaicas” de trabalho como as familiares – ambos os processos, canais do DNOS e industrialização da pesca, se deram nos anos 1960-80 – e, muito antes, para subsidiar a construção e operação privada da ferrovia Vitória a Minas – anos 1900 a 1930, seguida da sua incorporação à estatal Vale do Rio Doce nos anos 1940.

Francisco de Oliveira (1988), em seu artigo *O surgimento do antivalor*, discute sobre o *fundo público*, que em meados do século XX teria passado a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital e também do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais. Para Oliveira, com o Estado pensado como a condensação de um balanço de forças, a disputa pelo fundo público faz parte da reprodução de todos os capitais desde esse período, tanto do ponto de vista da produção como da reprodução da força de trabalho e da população consumidora de bens e serviços. Ao mesmo tempo, Oliveira (1988, p.9) faz uma distinção com a qual concordamos apenas em parte:

uma tese [deste ensaio é que] o fundo público é agora [desde meados dos anos 1950] um *ex-ante* [antes do fato, em latim] das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post* [após o fato, em latim] típico do capitalismo concorrencial. Ele é a referência pressuposta principal, que no jargão de hoje sinaliza as possibilidades da reprodução. [...] A per-equação da formação da taxa de lucro passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível.

Abordamos no capítulo 3 o caso da *Estrada de Ferro Vitória a Minas*, que operou em regime de déficit de 1904 a 1938 – com exceção de 1921, todos os outros anos tiveram despesas maiores que as receitas – com os riscos assumidos pelo governo federal – “garantia de juros de 6%”, como apontam os economistas Faleiro e Vargas (2012, p.20). A ferrovia era justificada por todos os governos federais e estaduais da época como de grande importância para a interiorização da economia, o “desbravamento das selvas do rio Doce” (ALMEIDA, 1959), para “a mobilidade e a circulação das populações” e o surgimento de cidades (ARARIPE, 1954; DEFFONTAINES, 1944). Pouco importava, portanto, se ela dava ou não dava lucro, fato que, aliás, os historiadores Borgo et al (1996), ao dedicarem mais de dez páginas de seu livro sobre a ferrovia, não mencionam.

Este é apenas um exemplo do Estado como uma forma de ser do capital em processo, entre tantos outros na colonização e modernização brasileira, com raros casos de processos “concorrenciais” no sentido da economia política clássica. Embora concordemos com a intensificação da presença do *fundo público* desde meados do século

XX, como apontado por Oliveira, sobretudo como um pressuposto não só da produção de mercadorias mas também da reprodução social mediada crescentemente pelo consumo de mercadorias, como vimos no caso de Degredo, onde – ao menos segundo a reportagem da Gazeta de 2005 – o “faturamento melhorou” no comércio local com os novos hábitos de consumo, sobretudo nos sábados à noite.

No discurso dos economistas, essa melhora do faturamento comporia um ciclo virtuoso de ampliação do consumo. Do ponto de vista da crítica categorial, não nos cabe afirmar se aquele sujeito deveria ou não deveria desejar ter uma geladeira, beber cerveja ou refrigerante, cabe constatar que se trata de novas necessidades de consumo de mercadorias, o que aumenta a necessidade de obtenção de dinheiro, afinal ninguém vai trocar farinha de mandioca por uma televisão ou uma geladeira. Mesmo o suco de “frutas que colhe na região, como o caju”, o senhor Pedro agora [desde 2005] faz no liquidificador. Com essa chegada da eletricidade naquele contexto, surgiram de repente necessidades de mercadorias: “[a] natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa.” (MARX, [1867] 1996, Cap.1, p.165).

Veremos a seguir que o programa *Luz para Todos* também teve entre seus beneficiários populações indígenas de Aracruz, com o relato abaixo mostrando – na nossa interpretação – a importância do fundo público para mediar uma reprodução social em tempos de desregulação dos “ciclos naturais”⁴¹⁸ como os de chuvas e secas:

Luz para Todos chega em aldeias de Aracruz – ES

[...] sete aldeias indígenas do município de Aracruz foram beneficiadas pelo Programa Luz para Todos.

Ao todo, 227 famílias, o que corresponde a 1.135 pessoas, passaram a ter energia elétrica em suas casas. Antes da chegada do Programa, das quatro aldeias da etnia Tupiniquim (Comboios, Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil) e as três da etnia Guarani (3 Palmeiras, Boa Esperança e Piraquê-açu), somente as famílias que moravam mais próximas das estradas ou do centro do município contavam com energia em suas casas.

Para o cacique da aldeia Caieiras Velhas, José Sezenando, a eletrificação traz conforto e é importante para manter a sustentabilidade dos indígenas: “**A natureza mudou muito. Antigamente podíamos planejar a época de plantio conforme as luas, porque sabíamos quando chovia. Hoje temos que fazer como qualquer pequeno agricultor, ou seja, usar o sistema de irrigação.** Com a energia em toda a aldeia o trabalho ficará mais fácil e teremos a certeza da produção dos alimentos para sustentar cada família indígena”, afirmou (MME, 2008, p.2, grifo nosso).

⁴¹⁸ Esse caos climático no nosso entendimento é um dos aspectos particulares do colapso da modernização. Segundo Philippe Descola (2001), a distinção entre “natureza” e “cultura” é instituída como ontologia universal apenas na epistemologia ocidental moderna. Essa problemática aparecerá no próximo capítulo.

Uma última observação sobre o programa *Luz para Todos* que também se aplica a outros fenômenos como a institucionalização do *congo capixaba* ou os desdobramentos catastróficos do rompimento da barragem da Samarco: a chegada da eletricidade a essas comunidades como Degredo e Caieiras Velhas ocorreu por meio de programa do governo federal, bem como o congo de Regência e de várias outras localidades tem tido apoio financeiro de governos nas diferentes esferas: municipal, estadual ou federal.⁴¹⁹ Nesse processo, portanto, não é possível afirmar que as populações tradicionais se reproduzem com absoluta autonomia. Não desdobraremos as discussões sobre isso, remetendo apenas à leitura da tese de Erick Kluck (2016), que vai apontar o planejamento territorial – em oposição ao regional de um período anterior – como um conjunto de ações do Estado que simulam autonomia territorial daquelas populações, ao mesmo tempo que o confinamento, a supressão de terras de uso comum, entre outros processos modernizadores, vão reduzir bastante a autonomia real daquelas pessoas. Em um sentido similar, Vecina (2018, p.128; p.136), como vimos acima, entende que as políticas estatais voltadas para aquelas populações – que antes se viam sobretudo “esquecidas” (FERREIRA, 2009), “fora do mapa” ou, para Vecina, “dissociada[s] em relação com as outras produções e propriedades” – representam também uma “ampliação das dependências reificadas”.

Essa ampliação das dependências precisa ser considerada, para não aderirmos a um discurso de otimismo superficial sobre o protagonismo e a autonomia dos sujeitos em suas lutas e em seus territórios. Se não desdobramos esse debate aqui, foi pela falta de tempo da pesquisa de mestrado. Mas entendemos que este capítulo não teve uma visão excessivamente otimista sobre a autonomia territorial das populações tradicionais: como aparece nesta última fala do cacique de Caieiras Velhas se referindo aos ciclos de períodos de chuvas e de secas, “A natureza mudou muito” (MME, 2008). Ele se refere, é claro, às mudanças causadas pelos humanos. No *Antropoceno* ou *Plantationoceno* (HARAWAY, 2016), os impactos das ações humanas não se limitam àquilo que geógrafos franceses há 100 anos entendiam como escala regional. Mesmo os impactos não intencionais, como veremos na última seção deste capítulo, voltada para compreender também o Desastre Socioambiental da Samarco como um processo modernizador, devido às suas consequências sobre centenas de milhares ou milhões de pessoas atingidas.

⁴¹⁹ Não estamos aqui nos posicionando contrários aos editais de cultura e outros instrumentos de política pública. Apenas constatando sua existência como uma característica do período atual.

4.5.4. Modernização como catástrofe, catástrofe como modernização: a “lama da Samarco” e a monetarização da vida cotidiana

Na última seção deste capítulo, abordaremos um processo recente e ainda em andamento: o rompimento da barragem da Samarco e seus impactos às populações na bacia do rio Doce e no litoral. Analisaremos brevemente esses impactos como o mais recente processo de modernização do litoral norte capixaba. Inicialmente apontamos uma série de documentos mais detalhados sobre os impactos dessa catástrofe socioambiental sobre as populações e o meio ambiente da foz do rio Doce e do litoral.

Os dados de contaminação da água, do pescado, da restinga, etc. constam nos relatórios elaborados pela *Rede Rio Doce-Mar*, rede de universidades – custeada pela Samarco – que foi formada após muitas tentativas da empresa de contratar consultorias selecionadas pela própria empresa.⁴²⁰ As consequências sociais do desastre foram estudadas em diversas pesquisas inseridas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre outras instituições, além de terem motivado livros como *Rejeitos, vidas marcadas pela lama*, de Luana Brasil e Victor Pires (2017). Neste livro, constam diversas informações e relatos sobre o “Cartão da Samarco”, auxílio financeiro emergencial cujo contexto de implementação será abordado mais abaixo; antes, observaremos o “cartão” pelo ponto de vista de quatro pessoas impactadas. Dois moradores de Degredo entrevistados por Brasil e Pires (2017, p.77) relatavam que estavam “atrás do cartão”, ligando para o 0800 da Samarco, fazendo e refazendo o cadastro, mas ainda não haviam conseguido o cartão de auxílio mensal. “Quando eu ligo pra Samarco, manda eu esperar até final de outubro”, contava um deles, de 60 anos, em setembro. O segundo pescador, de 37 anos, relatava as dificuldades em conseguir alimento para a filha de oito meses. Ao mesmo tempo, mostrava-se grato aos

⁴²⁰ Foge do nosso escopo mas precisa ser mencionada a discussão sobre as consultorias contratadas pela Samarco, que utilizaram o *método científico* para gerar dados que representantes dos órgãos ambientais e professores de universidades consideraram pouco convincentes ou mesmo realizados de má fé. Em sua dissertação intitulada *A lama que rolou de cima*, Bianca Silva (2018, p.78) entrevistou a Profa. Valeria Quaresma, da Oceanografia da UFES: “perguntei sobre o relatório realizado pela Golder, que reafirmava, por exemplo, que a APA [Costa das Algas, no litoral de Aracruz e Fundão] estava fora da área [impactada pela ‘lama’].” A oceanógrafa respondeu: “Eu sei qual o relatório que você ta falando, é o relatório que mostra nada de nada. Mas não é que não existe informação ali, a informação ta ali, a forma como a informação foi colocada é pra não mostrar mesmo. Quando eu vi os gráficos eu comecei a rir, porque eu pensei ‘os caras não quer que ninguém veja nada’, porque por exemplo, na parte de sedimento, você não pode pegar sedimento de rio, sedimento de plataforma e colocar tudo em um gráfico só, ele não vai te mostrar nada, porque os padrões de comportamento são diferenciados.”

vizinhos que o ajudavam⁴²¹, com quem ele pescava antes da chegada dos rejeitos. Um deles era José Leite Costa, pescador e Presidente da Associação de Pescadores de Degredo. Este último foi contemplado com o cartão e narrou como conseguiu o subsídio:

“Eu tava em casa um final de semana, sexta-feira se eu não me engano, e chegou um rapaz e uma moça. Esse rapaz chegou de tardezinha e fez meu cadastro”. Seu Zé tentou garantir que os vizinhos tivessem a mesma sorte. “Eu ainda falei: ‘Olha, tem a Cleia ali e tem os meninos tudo ali. Todos eles pescam. Você chega lá e vê se faz o cartão dela’. ‘Não, senhor, nós vamos voltar aqui’. E até hoje nunca mais voltou ninguém. Nunca mais ninguém passou aqui”, diz. (José Leite Costa, entrevistado por BRASIL e PIREs, 2017, p.77)

Apesar de ser uma liderança comunitária, fundador da Associação de Pescadores local, José não falava sobre a pesca como um operário relataria o seu tempo na fábrica, pois o trabalho de José não estava estritamente separado das suas horas de lazer:

A pesca, para ele, ia muito além do trabalho: “É renda e divertimento, porque é ótimo! Você pegar um litrão de cachaça conservada, vai pra praia. Além de você estar desenvolvendo uma coisa boa, não tá falando mal de ninguém, tá divertindo. Pega um bagre lá, bota um sal nele e assa lá numa brasa. Cara, não tem melhor que aquilo! É a vida da gente. Proibiu a vida da gente...” (José Leite Costa, entrevistado por BRASIL e PIREs, 2017, p.77)

Em entrevista realizada em nossa pesquisa com outro morador do Degredo, ele relata que, mesmo trabalhando com apicultura há anos, sempre se considerou pescador, atividade que aprendeu em família desde pequeno: “toda a vida eu fui pescador, desde quando eu me entendi por gente eu sou pescador...” Em seguida, ao perguntarmos se quem produz mel e quem planta também “tem dia que vai pescar?”, imaginávamos que ele falaria algo sobre a pesca nos fins de semana ou feriados, mas a resposta fez referência aos ciclos da “natureza” e não ao calendário humano que separa dias de trabalho e de lazer. “É, às vezes, quando o tempo oferecia, como esse ano, deu bastante calma, a gente deixava tudo pra ir pra pesca, né, porque era outra fonte de renda” (P., entrevista em maio de 2021, cf. Anexo I). A menção à pesca como uma “fonte de renda”, no nosso entendimento, mostra que o senhor P., em conversas com pessoas de fora, sabe que

⁴²¹ A solidariedade dos vizinhos, relatada por Fred, não é constante em todas as comunidades impactadas: “O subsídio pago pela mineradora Samarco é, ao mesmo tempo, o principal motor de brigas nas comunidades [...]” “Em um grupo, dá para dois, são dez. Se deu para dois, então automaticamente classificou com cartão e sem cartão. O com cartão está privilegiado e o sem cartão está na tensão. Esse tipo de tensão aconteceu ao longo da calha inteira do Rio Doce. A Samarco contrata várias empresas para fazer o cadastramento das famílias impactadas. No meu ponto de vista, esse cadastramento foi uma ferramenta fundamental para desarticulação das comunidades. Não há um critério [bem definido] para dizer quem vai receber o cartão”. De acordo com resposta da Samarco, “ao todo, só no Espírito Santo, 3.516 famílias recebem o cartão de auxílio financeiro emergencial. Quanto à determinação de quem tem direito ao cartão, a mineradora afirma que ‘os critérios para a destinação do cartão auxílio foram definidos em conjunto com o Ministério Público’ e que um recadastramento já está em curso” (PIRES e BRASIL, 2017, p.85-86).

convém “valorizar” a pesca como uma “outra fonte de renda”, ressaltando que não se trata apenas de uma atividade casual de lazer, embora a fala do seu vizinho José, mais acima, afirme que a pesca é “renda e divertimento”.

Além disso, em Degredo não parece haver uma diferença estrita entre pessoas que pescam para vender a *mercadoria* peixe “para fora” e pessoas que pescam para subsistência, como mostram os dados coletados por Herkenhoff & Prates resumidos na Tabela 2. Na mesma tabela, fica evidenciado que aquela comunidade não tinha um comprador único para o pescado, situação descrita por economistas como oligopsônio.

Tabela 2: Dados sobre a pesca em Degredo antes do desastre da Samarco. Fonte: adaptado de Herkenhoff & Prates (2019, p.259-260).

Pergunta	Resposta	Nº	%
Finalidade da pesca antes de novembro de 2015:	Consumo Próprio/Subsistência	132	94%
	Venda/Comércio	117	84%
	Doações	7	5%
	Total de pessoas que responderam	140	100%
Como eram vendidos estes pescados naquela época?	Porta-a-porta na própria comunidade	25	23%
	Comércios locais (Pontal/Povoação/Degredo/Regência)	66	60%
	Comércios no município (Linhares)	11	10%
	Comércios em outros municípios (São Mateus/Aracruz)	2	2%
	Intermediários (atravessadores)	4	4%
	Outros	5	5%
	Total de pessoas que responderam	110	100%

Assim, ao impedir as atividades de pesca “para fora”, de pesca “para subsistência” e de lazer – não necessariamente autonomizadas uma das outras na cabeça dos sujeitos pescadores – e compensar esse impacto com uma quantia mensal em dinheiro para garantir a subsistência dos impactados, podemos entender o desastre ambiental como

mais uma camada de modernização adicionada às outras. É importante notarmos que neste caso não se trata de um processo planejado, ao menos não foi planejada a sua origem catastrófica ocorrida em 2015. Existem, contudo, inúmeras instituições fazendo o “planejamento” da mitigação do desastre ou, para usarmos um conceito mais adequado, a *gestão* pós-desastre. Várias dessas instituições já foram citadas: universidades, órgãos ambientais estaduais e federais, Ministério Público estadual e federal, além da Fundação Renova, criada em 2016 pela Samarco com o objetivo de “recuperar, mitigar, remediar, reparar [e] compensar os impactos nos âmbitos socioambiental e socioeconômicos” decorrentes do rompimento da barragem da Samarco em Mariana (TTAC, 2016).

O Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta – TTAC, assinado por representantes do governo federal (Ministra do Meio Ambiente e Advogado-Geral da União), pelos governadores de Minas Gerais e Espírito Santo e pelos representantes da Samarco e suas controladoras Vale e BHP, previa que “a gestão das ações acima mencionadas”, de recuperação, mitigação etc., “serão feitas de forma centralizada em uma fundação privada, sem fins lucrativos, com estrutura própria de governança, fiscalização e controle, visando a tornar mais eficiente⁴²² a reparação e compensação” (TTAC, 2016).

Qualquer discussão sobre as comunidades atingidas pelo maior rompimento de barragem de minério no planeta⁴²³ passa eventualmente pelo “cartão da Samarco”⁴²⁴, nome popular para o cartão fornecido pela Renova/Samarco com um “Auxílio Financeiro Emergencial”, pagando um salário-mínimo, com um acréscimo para cada dependente, para as famílias atingidas pelo desastre ambiental. Inúmeras são as reclamações e controvérsias surgidas, como pessoas que não receberam cartão por não conseguirem comprovar os impactos sofridos, bem como outras que receberam o cartão e supostamente não seriam atingidos. Não temos em nossa pesquisa o objetivo de avaliar a *gestão* do desastre pela Fundação Renova e pelas instituições governamentais que, organizadas em Câmaras Técnicas, acompanham, auxiliam e fiscalizam aquela Fundação. Porém, com

⁴²² É importante ressaltar aqui a premissa de que, por ser uma fundação privada, sem fins lucrativos, com estrutura de fiscalização e controle, a Fundação Renova realizaria com mais eficiência as ações de reparação e compensação. Não argumentaremos aqui que a Renova é mais ou menos eficiente que uma eventual reparação diretamente pelo Estado com recursos de multa das empresas. Apontamos apenas que essa é uma longa discussão que outras pesquisas vêm fazendo.

⁴²³ Com dezenas de milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração lançados na Bacia do Rio Doce e em seguida no mar, trata-se do maior desastre em barragem de mineração “em termos de quantidade de material lançado no meio ambiente e de extensão territorial dos danos” (FREITAS et al., 2016).

⁴²⁴ Em uma busca no Google em 2022, encontram-se 35 resultados para “Barra do Riacho” + “cartão da Samarco”; 47 resultados para “Degredo” + “cartão da Samarco”; 194 resultados para “Regência” + “cartão da Samarco”; 232 resultados para “Indígenas” + “cartão da Samarco”.

base em nossas pesquisas documentais e de campo, cabe aqui chamar atenção para a dificuldade dessa função de delimitar os *atingidos*, ou ainda, em um dos grupos de atingidos, estabelecer de uma vez por todas quem eram os pescadores que tiveram suas atividades econômicas e de subsistência comprometidas.

Em vários trechos deste capítulo apareceu a dificuldade em determinar quem de fato pescava ou, entre estes, quem tinha a pesca como principal atividade e quem exercia outras atividades regularmente. Para quem olha de longe esse processo, observando a criação das colônias de pesca na primeira metade do século XX ou a legislação mais recente sobre a pesca artesanal, garantindo direitos como o seguro-defeso, poderia parecer que os questionamentos do Capitão Villar em 1945 – “quem jamais os contou?” – pertenceriam a um passado muito diferente dos dias de hoje. E de fato muita coisa mudou após inúmeros processos modernizadores, mas o número de pescadores continua de difícil determinação.

Assim como a mobilidade do trabalho, para Gaudemar (1977) aponta que a mobilidade do trabalho é discutida pela maioria economistas como “evidente, [...]” conduzida sem condições prévias”, como uma propriedade naturalizada do “homem”, a separação entre pescadores, agricultores, aposentados, etc. também costuma ser naturalizada sem questionamentos. Vimos no recenseamento de 1843 realizado em Santa Cruz que há apenas um pescador e três parteiras, como se aquelas parteiras trabalhassem cinco ou seis dias por semana realizando partos. Isso não foi questionado pela historiadora Tatiana Oliveira (2020). Nesse caso das parteiras – como se naquela vila de duas mil pessoas nascessem bebês todo dia – é mais explícito o quanto a ontologia do trabalho autonomizado leva a formulações que pressupõem um(a) trabalhador(a) assalariada que “bate carteira”. Consideramos igualmente mistificadora a hipótese de que em nossos tempos todos os pescadores artesanais, ou todos os camponeses, seriam trabalhadores que exercem sua função 8 horas por dia, sem exercer outros trabalhos remunerados ou para subsistência.

Essas últimas considerações ajudam a entender um dos motivos da dificuldade em se determinar os atingidos, para além da eventual incompetência da Samarco/Renova: na vida cotidiana prévia à catástrofe, não necessariamente eram autonomizados, para todos os sujeitos, o tempo de trabalho e o tempo de lazer; o tempo de trabalho para produção

de mercadorias (“excedentes”) e o tempo de “trabalho”⁴²⁵ para subsistência. Esses tempos não necessariamente pertenciam a esferas distintas, não necessariamente o sujeito tinha dois dias por semana no rio para produzir peixe para consumo próprio e três dias por semana no mar para produzir peixe para vender.

Nessa breve formulação da *gestão do desastre* como um processo modernizador, a água consumida passou a ser água mineral fornecida pela Samarco/Renova (Figura 19), o lazer no rio ou no mar foi substituído, por exemplo, pelo tempo em frente à tela da televisão ou do celular.⁴²⁶



Figura 19: Fornecimento de água mineral em Degredo pela Fundação Renova, devido à contaminação pela “lama da Samarco”. Sem data. Fonte: *site* da associação: <www.asperqd.org.br>.

Portanto o mais importante aspecto modernizador da “lama da Samarco”, em termos de processo histórico das categorias do capital (KURZ, 2014), pode ser resumido como a acelerada monetarização da vida cotidiana com o “cartão da Samarco”, associada à relativa impossibilidade, por anos, de se utilizar o rio e o mar para pesca, banho, lazer e outras atividades cotidianas. Embora certos relatos sobre o contexto territorial do litoral norte capixaba antes da “lama” sejam exagerados, afirmando por exemplo que “Regência, ela há 1 ano e pouco atrás, era considerada o paraíso. Era uma vila bem bucólica só de

⁴²⁵ O “trabalho” para subsistência seria um não-trabalho, se fosse inteiramente separado do tempo em que se pesca para produzir mercadorias. Na prática da pesca, como vimos, o trabalho, em tese submetido a uma “lógica de poupar tempo” (SCHOLZ, 2019), pode se misturar com o tempo do lazer entre amigos.

⁴²⁶ “[...] a família se distanciou um pouco. Deixamos de nos reunir com a família e amigos na praia e no rio” (indígena atingido pelo desastre, in: FGV, 2020, p.664). “O pessoal, você não encontrava ninguém nas casa. Hoje o pessoal tá tudo acomodado. Tirou a autonomia do índio, a liberdade da caça, do pescar” (indígena atingido pelo desastre, in: BRASIL e PIRES, 2017, p.88).

pescadores [...]” (entrevista em SILVA, 2018, p.11)⁴²⁷, tudo indica que aumentou a presença do dinheiro mediando inúmeras situações, dinheiro gasto nas farmácias após os crescentes casos de depressão (BRASIL e PIRES, 2017) e outras doenças⁴²⁸ após a lama. Dinheiro também gasto nos supermercados, já que mesmo o peixe passou a ser comprado ali. André Vargas (2021, p.382) aponta que, com o aumento da compra de alimentos nos supermercados da cidade de Linhares, os moradores de Areal vão sendo incorporados a “uma lógica de consumo urbanizada, com maior dependência do capital para a reprodução da vida”. Essa incorporação a uma lógica de consumo urbanizada já se desdobrava antes, mas foi bastante acentuada após 2015, devido à redução das possibilidades de acesso direto aos alimentos, água, “remédios do mato”, etc., mas ao mesmo tempo devido à “catequização” pelo dinheiro, processo relatado a Vargas por um entrevistado que entende que mesmo aquelas atividades possíveis de serem realizadas após a “lama” vão sendo abandonadas por algumas famílias:

[...] depois que veio esse auxílio emergencial e cartão da Samarco, [ninguém passa fome]. E por um lado, deu um fator negativo, porque muitas pessoas acabaram se acomodando com uma quantidade de dinheiro, que dá pra eles se alimentarem bem, então eu me arrisco até a dizer que as pessoas estão perdendo a cultura de cultivo, porque meio que “catequiza”, não tem?! , uma certa comunidade... (Morador de Areal entrevistado por VARGAS, 2012, p.381).

Essa monetarização é imposta aos sujeitos mas, ao mesmo tempo, eles reproduzem essa lógica como estratégia de sobrevivência. Como relata um pescador de Regência entrevistado por Patrícia Cau (2019, p.100), se o atingido pela “lama da Samarco” disser que o dano é incalculável, o “juiz simplesmente vai dizer para ele que se é incalculável eu não posso fazer nada por você, a verdade é essa.”

⁴²⁷ Em nossa primeira experiência em Regência, meses antes da chegada da “lama”, não vimos esse “paraíso”. E vimos pessoas que não eram pescadores ou ao menos não eram somente pescadores. Esses exageros nos relatos não invalidam a importância das pesquisas sobre a “memória coletiva” e a “fartura” da qual essa memória se lembra, mas os exageros apontam que também a fartura deve ser pensada criticamente, o que não ocorre nas pesquisas em que o relato dos “atores hegemônicos” é intocável.

⁴²⁸ Segundo André Vargas (2021, p.352) os moradores de Areal “observam que houve aumento no uso de medicamentos alopáticos na comunidade para tratamento de doenças crônicas como diabetes, hipertensão, complicações cardiovasculares. Os remédios comprados em farmácia foram sendo adotados com maior frequência [...]. Porém, ainda é comum o uso de chás, xaropes e banhos de ervas entre os moradores.”

Capítulo 5. Os Portos no Litoral Norte Capixaba – Do Estado planejador ao Estado gestor de conflitos

5.1. Abordagens iniciais: Estado planejador, Estado das controvérsias, falta de autonomia entre Estado e mercado

Nos capítulos anteriores, “o Estado” aparecia frequentemente como um agregado único, com eventuais controvérsias e disputas internas sendo em parte abstraídas das análises. Se, por um lado, alertar algumas vezes para a importância da visão de processo que buscou pensar o Estado Nacional, o Estado planejador como algo em formação⁴²⁹; por outro lado, esse Estado brasileiro em formação apareceu em certas formulações como uma unidade, quase um “sujeito” único, ainda que às vezes recebendo cobranças dos indivíduos. Foi o caso, por exemplo, no capítulo 3 quando trouxemos o “roceiro prejudicado” que, em 1855, reclamava ações mais ágeis da província do Espírito Santo para a “captura de escravos fugidos, [...] esses inumeráveis povoadores das nossas florestas” (Correio da Victoria, 1855), o que dá a entender que essa função “tipicamente” estatal (poder de polícia) estava sendo cumprida com pouca eficiência, motivando reclamações e pressões dos proprietários de escravos. Neste capítulo, porém, abordaremos um Estado muito mais recente – a partir dos anos 1960/70 – e será impossível naturalizar esse pensamento do Estado em bloco, por exemplo na definição um tanto panfletária do Estado como “comitê executivo da burguesia”, proposta por Marx e Engels ([1848] 2005). É possível conceituar o Estado em termos mais complexos e que, como veremos, dão algumas pistas para se tentar compreender os diversos e contraditórios papéis exercidos pelas instituições públicas brasileiras no processo de modernização do litoral norte do Espírito Santo nas últimas décadas.

Neste capítulo, buscaremos trazer alguns elementos para discutirmos as transformações do Estado das últimas décadas, em que uma complexa legislação se consolidou com o objetivo, resumidamente, de mitigar impactos sociais e ambientais das atividades econômicas. Para tal, no início do percurso dessa pesquisa, em diálogos com o orientador e colegas, foi mencionada a importância de uma certa “Teoria Geral do Estado”, de forma a nortear as discussões. Em seguida, foi se tornando claro que a principal questão não era achar a melhor definição do Estado, mas pensar o Estado em processo de transformação, não como algo que esteve sempre igual a si mesmo.

⁴²⁹ Conferir, a esse respeito, a tese de Erick Kluck (2016): “Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico”.

Seja pela complexidade teórica da temática tratada neste capítulo – um Estado autonomizado buscando fazer gestão de uma crise mais ampla que pode ser apreendida como crise da totalidade concreta apenas em termos teóricos, mas se manifesta em aspectos particulares muito evidentes como desemprego ou contaminação das águas que as pessoas bebem e dos peixes que as pessoas comem – ou pela impossibilidade de dar conta de tal temática no curto período de uma pesquisa de mestrado, a ideia de “uma teoria do Estado” foi sendo substituída por um olhar teórico sobre a multiplicação de controvérsias.⁴³⁰

Pretendemos discutir os diversos papéis desempenhados pelo Estado brasileiro na modernização do litoral norte capixaba, papéis que correspondem a complexas correlações de forças na sociedade. Há diferenças notáveis entre este Estado que hoje se estrutura tendo como principal marco legal a Constituição de 1988, e o Estado em sua estruturação anterior, no período do regime militar, mas essas duas formas de ser do Estado tiveram um papel essencial na modernização do litoral norte capixaba.

No referencial teórico do início da pesquisa, era importante a definição feita por Francisco de Oliveira (1988) do Estado como condensação de um balanço de forças, em uma esfera pública onde a lógica do mercado e do capital não tem dominação exclusiva. No contexto abordado por Francisco de Oliveira na segunda metade da década de 1980, parecia relevante para esse autor investigar uma esfera pública caracterizada por regras universais e pactadas, ainda que às vezes universais mais na teoria do que na prática, dada a influência de *ideias fora do lugar*⁴³¹.

A outra formulação importante de Oliveira no mesmo artigo de 1988 é sobre o *fundo público*, que teria passado a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital e também do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais, que incluem a saúde pública, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego,

⁴³⁰ Os singulares e plurais aqui são intencionais: uma teoria do Estado *versus* multiplicação de controvérsias. Importante também relatar que a expressão “Teoria Geral do Estado” foi tomada de empréstimo do Direito, ramo do conhecimento no qual ela está ligada ao Direito Público ao Direito Constitucional.

⁴³¹ Formulação de Roberto Schwarz vista acima, retomada aqui pela importância de se pensar que ainda que ideias europeias sobre o Estado fossem praticadas no Brasil de forma distorcida, se repondo “sempre em sentido impróprio”, pouco importa insistir na sua falsidade ou lamentar sua prática incompleta ou atrasada. “Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira” (SCHWARZ, ([1977] 2000, pp.26,29)]. Ainda que os “pactos” da esfera pública que Francisco de Oliveira observava nos anos 1980 envolvessem violência, e ainda que uns sujeitos fossem mais iguais que outros, ainda assim, ignorar os “balanços de forças”, os pactos e as controvérsias, levaria a uma interpretação simplista do desenrolar dos processos nos casos reais estudados no presente capítulo.

os subsídios para transporte, os benefícios familiares (atualmente o bolsa-família, entre outros). A descrição das formas de financiamento público que se tornaram essenciais do ponto de vista do capital, segundo o autor, deve incluir também os investimentos em ciência e tecnologia, os diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, passando pelos juros subsidiados para setores de ponta, além de, em muitos países, esse fundo público se manifestar em vastos e poderosos setores estatais produtivos, além de sustentar a agricultura e o mercado financeiro (OLIVEIRA, 1988, p.8-9).

Mais adiante, Oliveira argumenta que essa esfera pública é indissociável da democracia no sentido em que esta era pensada no fim do século XX:

Mais que uma coincidência, a construção de uma esfera pública, que é igual à "economia de mercado socialmente regulada" (termo cunhado pela social-democracia alemã de antes da ascensão do nazismo) identificou-se ou se ergueu sobre as bases da regulação keynesiana. Esta esfera pública é, nos países capitalistas, sinônimo da democracia, simultânea ou concomitante, e ao longo do tempo os avanços sociais que mapeavam o acesso e a utilização do fundo público entraram num processo de interação com a consolidação de instituições políticas democráticas. Para todos os efeitos, pode-se considerar a construção da esfera pública e a democracia representativa como irmãos siameses (OLIVEIRA, 1988, p.20).

Consideramos relevante a forma como Francisco de Oliveira desenvolve seu argumento sobre o que seriam a democracia, a esfera pública, a existência de disputas e pactos entre diferentes correlações de forças. Tudo isso influencia a forma como abordaremos a política ambiental no Brasil, inclusive porque essa política ambiental teve sua formação na forma de Leis, artigos da Constituição, normativas de Ministérios e de Autarquias, etc., a partir dos anos 1970. A relativa aderência das ideias de Oliveira ao histórico de como se formou a governança ambiental no Brasil, portanto, tem também um aspecto de época: queremos dizer que a formulação de Oliveira é relativa a um certo período histórico, e não universal. É também o que veremos a seguir, com as formulações de outros autores sobre um período histórico mais recente, ainda que Francisco de Oliveira (1988, p.26) já falasse em “crise do *Welfare State*”.

Em seu livro *Colapso da modernização*, já abordado no capítulo 1, Roberto Kurz vai argumentar que aquilo que se manifestou no Primeiro Mundo como essa “crise do *Welfare State*”, bem como o colapso da economia socialista do então Segundo Mundo entre 1989 e 1991, são manifestações de uma crise mais ampla, ligada aos próprios fundamentos da sociedade do trabalho, tendo em vista a progressiva expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos. Na formulação de Kurz, no Terceiro Mundo, essa crise

estrutural do capitalismo se manifesta de forma diferente: dado o carácter retardatário da modernização que, para ele, só chegou a esses países em meados do século XX⁴³², nesses países a “maior parte da sociedade foi apenas modernizada em sentido negativo”, ou seja, com impactos sobre as formas sociais anteriores, sem que a maior parte de população fosse integrada na “moderna máquina de exploração em empresas” (KURZ, 1992, p. 194).

As formas de manifestação desse *colapso da modernização* aparecerão neste capítulo, quando passarmos à descrição dos portos mais recentes que sempre prometem a criação de milhares de empregos e, na prática, empregam poucas centenas de pessoas enquanto geram impactos socioambientais sobre todas as populações locais. Nesse sentido, também argumentou Kurz, sobre a realidade empírica de países da África também *modernizados em sentido negativo*:

Os navios de containers, que transportam às regiões de fome africanas os bens procedentes de doações caritativas, levam de volta para casa, dessas regiões, produtos de luxo e das monoculturas das agroindústrias com os quais já não tem nada a ver a maioria da população desses países, nem como produtores, nem como consumidores. [...] (KURZ, 1992, p.232).

Após esse livro, Kurz publicou nas décadas de 1990 e 2000 uma série de outros textos nos quais – sempre tendo como pressuposto que aquele tipo de sociedade e de lógica tinham chegado aos seus limites – abordou as funções econômicas do Estado contemporâneo. Para ele, ao contrário do que muitas vezes diz o senso comum, a economia regida pelas “leis do mercado” e a economia planejada pelo Estado não são alternativas opostas e excludentes para o desenvolvimento econômico. Em seu artigo sobre a *falta de autonomia do Estado e os limites da política*, Kurz propõe Estado e mercado como polos de um mesmo campo, que se condicionam reciprocamente e se complementam, inseridos no “campo” histórico da modernidade, equivalente ao moderno sistema produtor de mercadorias. Para ele,

quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se o modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida. Estamos, portanto, diante de uma relação ineludivelmente recíproca (KURZ, 1995, p.193).

⁴³² Discordamos desse aspecto específico, o que nos levou a tematizar nesta dissertação os aspectos modernizadores de diversos processos em períodos históricos anteriores. Não custa lembrar que parte da historiografia hegemônica estudou o Espírito Santo tematizando sempre o “atraso”, como se fosse, até recentemente, uma sociedade pré-capitalista. Por exemplo na citação de Nara Saletto (1996, p.91) que já comentamos no capítulo 1: “no Espírito Santo do período investigado [1888-1930], o desenvolvimento do capitalismo iniciava-se apenas [...]”. Não obstante, concordamos que a *modernização mais acelerada* do Espírito Santo se deu na segunda metade do século XX.

Desta forma, para Kurz os custos crescentes de financiamento do Estado “não são o resultado de um mau gerenciamento do mesmo, mas representam o nível civilizatório da modernidade.” (Ibid.). Os “gastos excessivamente elevados do Estado”, para ele, não podem ser resolvidos com uma simples aumento na eficiência da gestão: os custos com infraestrutura, educação e ciência, saúde pública, eliminação do lixo e de esgotos são uma necessidade do sistema.

Kurz aponta cinco níveis principais ou setores principais de atuação do Estado moderno, resultados do próprio processo de expansão da economia de mercado pelos processos de modernização que vão abrangendo, além da produção de mercadorias, também a reprodução social. O primeiro nível por ele listado é o jurídico: o processo de “juridificação” crescente conforme a economia de mercado se expande. Em outras palavras, as relações entre os sujeitos moderno vão cada vez mais se tornando “relações contratuais com forma de mercadoria” (KURZ, 1995, p.193). Assim, torna-se necessário um número crescente de leis e regulamentos, bem como um aparelho administrativo para controlar e executar a “juridificação”.

O segundo nível da atividade crescente do Estado listado por Kurz (1995, p.194) é a gestão dos problemas sociais e ecológicos decorrentes da economia de mercado. Conforme a modernização enfraquece vínculos tradicionais sociais e familiares, a atividade estatal precisa participar da reprodução das “fases da infância, da doença e da velhice”, nas atividades de educação, de amparo das pessoas doentes e garantia do sustento na velhice. Com o crescimento do problema social do desemprego, o Estado também precisa atuar na qualificação de trabalhadores para atender a novos setores, de trabalhadores “liberados” por setores da economia que vão sendo “racionalizados” ou desativados. Portanto, além de outros ramos da reprodução social, especialmente a qualificação dos trabalhadores, tanto os jovens como aqueles que precisam mudar de setor, depende de intervenções do Estado. Nas últimas décadas, aos problemas sociais se somaram problemas ambientais como a poluição das águas e do ar. Conforme Kurz ressalta, a racionalidade empresarial da minimização dos custos “não somente “externaliza” os custos sociais, mas também os custos ecológicos”, além disso os processos de destruição do meio ambiente são processos de longo prazo e estendem-se por várias gerações, enquanto o horizonte temporal do mercado sempre visa ganhos de curto prazo. (Ibid., p.195). Deste modo, o Estado precisou criar – no caso brasileiro, a partir das décadas de 1970-80 – instituições especializadas na gestão ambiental, o que fez

com que a sua esfera de competência, assim como a demanda de financiamento do Estado, se expandissem mais.

O terceiro nível de atividade estatal crescente apontado por Kurz é a infraestrutura necessária para a moderna produção e comercialização de mercadorias. Tanto a construção de ferrovias, rodovias, portos, como o abastecimento energético e o saneamento, entre outras áreas infraestruturais, tornaram-se pressupostos de uma produção industrial científicizada de mercadorias.

Trata-se de *inputs* gerais, relativos à sociedade como um todo, que entram na produção ao nível da empresa, sem que eles mesmos possam ser representados em medida suficiente pela racionalidade da administração empresarial [...]. Por isso, não é por acaso que os agregados infra-estruturais são operados (ou subsidiados), na sua maior parte, pelo Estado em todos os lugares, e, com isso, abre-se mais um campo gigantesco da reprodução social, que faz inchar a atividade estatal e as finanças públicas (KURZ, 1995, p.195).

Conforme visto nos capítulos anteriores desta dissertação, a *ferrovia Vitória a Minas*, bem como a navegação no litoral do Espírito Santo e no Rio Doce, foram operadas e/ou subsidiadas pelo Estado, com mudanças nas formas de financiamento a cada período e contexto, e o mesmo ocorrerá no caso da implantação da fábrica da Aracruz Celulose e Portocel – Porto especializado em celulose, como veremos a seguir.

Para Kurz (1995, p.196), o Estado como empresário – quarto nível de atuação – aparece sobretudo nas sociedades de *modernização retardatária* ou *recuperadora*, ou seja, entre os países relativamente atrasados na moderna produção de mercadorias. Em muitos desses países, somente a máquina estatal podia alavancar certos setores e torná-los competitivos em relação aos países desenvolvidos. Com a predominante ideologia de privatização, a partir da década de 1980, algumas empresas estatais foram privatizadas, mas não todas elas. “Aqui vale, via de regra, o princípio, ‘socialização (estatização) das perdas, privatização dos lucros’. Assim são privatizadas, via de regra, somente as poucas empresas estatais que dão lucro, ao passo que o Estado assume as estatais não rentáveis” (ibid.).

O quinto nível de atuação do Estado apontado por Kurz (1995) seria a política de protecionismo e subsídios. Mesmo não aparecendo como produtor direto de mercadorias, o Estado pode influenciar de maneira indireta os mercados concorrenciais, ao garantir a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios, podendo ainda limitar a concorrência estrangeira por meio de medidas de cunho protecionista.

Com cortes nos gastos do Estado, o financiamento da acumulação de capital e o financiamento da reprodução da força de trabalho ficam prejudicados nesses cinco níveis, o que traz “efeitos retroativos” à acumulação de capital. A produção científicizada e interligada do capitalismo moderno, Kurz destaca, não pode ter sucesso de longo prazo em “um oceano de analfabetismo, de miséria, de violência, de lixo, de doenças e de abandono” (ibid.).

Kurz aponta que a crise estrutural do financiamento do Estado e da regulação estatal é causada pelo aumento da produtividade a partir da década de 1970, com tecnologias poupadoras de mão de obra, de modo que a sociedade produtora de mercadorias vai minimizando cada vez mais o trabalho necessário para a produção de mercadorias⁴³³.

Com essa redução do trabalho socialmente necessário, cresce o desemprego, sendo importante ressaltar que, assim como o trabalho abstrato é uma categoria moderna (conferir o capítulo 1 desta dissertação), também o desemprego só existe dessa forma na modernidade, e sua manifestação como desemprego estrutural é um problema enfrentado hoje por todo o planeta. Se a sociedade moderna se estrutura a partir da mobilização de trabalhadores, é razoável pensar que uma “sociedade do trabalho” (KURZ, 1992) em crise, porém ainda mediada pelo dinheiro e pela forma-mercadoria, parece fazer parte de uma “contradição em processo que aponta para seu fim” (SCHOLZ, 2019, p.121). Esse fim, porém, não é necessariamente positivo, podendo se expressar como o abandono do Estado de Bem-Estar por setores dispostos a manter uma produção altamente tecnológica em “ilhas de produtividade” em meio a um oceano de miséria, de violência, de lixo, deixando as “massas humanas já não mais rentáveis” entregues à sua própria sorte (KURZ, 1995, p.203).

Em paralelo a essa crise da sociedade do trabalho, ocorre também a manifestação muito concreta da chamada crise ambiental. Essas duas crises se desdobram em paralelo apenas nas abordagens teóricas, pois não podemos conceber que essa separação seja um dado da realidade, tendo em vista que a própria separação entre cultura e natureza, ou entre sociedade e meio ambiente, é típica do pensamento moderno ocidental, e não um dado ontológico desde os primórdios da humanidade. Em ambas as abordagens – crise estrutural da sociedade que tem suas relações sociais mediadas por trabalho e

⁴³³ A “teoria da crise” de Kurz foi desdobrada nos anos 2010 muito além dessa explicação sucinta. Conferir SCHOLZ, 2019; KURZ, 2014.

mercadorias, ou crise ambiental a partir dos desequilíbrios no “metabolismo entre o homem e a natureza” – a contradição não pode durar para sempre, pois tem limites lógicos, ainda que o momento em que tais limites são atingidos seja menos evidente. Em todo caso, é importante buscar entender um pouco o que seriam esses limites.

Os Limites do Crescimento é o nome de um livro escrito em 1972, comissionado pelo Clube de Roma⁴³⁴, com milhões de cópias vendidas. Os autores utilizaram um modelo computacional para estimar as consequências da interação entre os sistemas do planeta Terra com o sistema produtivo dos seres humanos, caracterizado naquela época por crescimento da população, da industrialização, da poluição, da produção de alimentos e esgotamento de recursos naturais. O resultado da modelagem foi um colapso socioambiental em algum momento do século XXI.

Porém, se o livro vendeu milhões de exemplares e ganhou fama, não significa que a ideia de haver limites ao crescimento da industrialização ou da produção de lixo tenha entrado de fato para o senso comum em qualquer país. O crescimento “infinito” da produção e do consumo em um planeta finito é uma ideia tão disseminada que é difícil percebê-la como um problema ou imaginar um modelo econômico alternativo que não seja baseado na expansão quantitativa sem limites (MACLELLAN, 2015). No relatório “Limites do Crescimento” isso foi tematizado assim:

A ideia de limites para o crescimento é para muitas pessoas impossível de imaginar. Limites são politicamente impronunciáveis e economicamente impensáveis. A cultura [dominante] tende a negar a possibilidade de limites depositando uma profunda fé nos poderes da tecnologia, no livre mercado, e no livre mercado como a solução para todos os problemas, mesmo os problemas criados pelo crescimento (Meadows et al., 1973, apud MACLELLAN, 2015, p.56).

Quando a ciência e a tecnologia não conseguem resolver os problemas – como poluição e esgotamento de recursos – causados pelo progresso, podemos pensar também em “limites do esclarecimento”, como veremos a seguir na formulação de Guy Debord, também elaborada na década de 1970. Hoje, cinquenta anos após o relatório ter tido milhões de cópias vendidas, o crescimento “infinito” dos PIBs das economias nacionais segue sendo a forma usual como se mede o “sucesso” das economias nacionais, com argumentos que associam os processos de produção e consumo de mercadorias ao

⁴³⁴ Grupo internacional formado por cientistas, empresários e políticos, fundado em 1968 para debater um vasto conjunto de assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o futuro de longo prazo da humanidade e do planeta. Para mais detalhes, conferir a página da organização em: < <https://www.clubofrome.org/history/>>.

aumento do bem-estar das populações. Porém, do ponto de vista da crítica do valor, o que move as sociedades contemporâneas não é a satisfação das necessidades humanas, mas o movimento de valorização do capital, reacoplado a si próprio enquanto fim-em-si (KURZ, 2002). No mesmo sentido, o pensador francês Guy Debord aponta:

A função última, confessada, essencial, da economia desenvolvida hoje, no mundo inteiro em que reina o trabalho-mercadoria, que assegura todo o poder a seus patrões, é a produção dos empregos. Está-se bem longe das ideias “progressistas” do século anterior [século XIX, quando] se supunha assegurar cada vez mais facilmente a satisfação das necessidades anteriormente reconhecidas por todos como reais [...] (DEBORD, [1971] 2011, p.5).

Guy Debord já apontava em 1971, um ano antes do relatório “Os Limites do Crescimento”, que o desenvolvimento separado⁴³⁵ da ciência leva à situação em que os cientistas constatam a degradação progressiva das condições de vida, mas podem apenas observar a marcha rumo ao abismo:

A época que tem todos os meios técnicos de alterar as condições de vida na Terra é igualmente a época que, pelo mesmo desenvolvimento técnico e científico separado, dispõe de todos os meios de controle e de previsão matematicamente indubitável para medir com exatidão antecipada para onde conduz — e em que data — o crescimento automático das forças produtivas alienadas da sociedade de classes: isto é, para medir a degradação rápida das condições de sobrevivência, no sentido o mais geral e o mais trivial do termo. (DEBORD, [1971] 2011, p.3)

Debord alertava não se tratar de uma crítica estética da modernidade, mas do

próprio problema da possibilidade material de existência do mundo que persegue tal movimento. A impossibilidade está de fato já perfeitamente demonstrada por todo o conhecimento científico separado, que discute somente sua data de vencimento; e os paliativos que, se fossem aplicados firmemente, a poderiam regular superficialmente. [...] Mede-se e se extrapola com uma precisão excelente o aumento rápido da poluição química da atmosfera respirável, da água dos rios, dos lagos e até mesmo dos oceanos [...] (Ibid., p.4)

Essa ciência cada vez mais autonomizada e com cientistas cada vez mais concentrados em suas especializações, para Debord, teria em nossa sociedade apenas o

⁴³⁵ A crítica da separação é um tema central para Guy Debord e os Situacionistas. No “sistema econômico da separação” (DEBORD, [1967] 2019, § 26), as relações entre pessoas seriam mediadas por espetáculos. Também Robert Kurz, em sua 10ª “tese contra o iluminismo”, ou contra o esclarecimento (*Aufklärung* em alemão), chama atenção para uma separação, na modernidade, entre *pragmáticos* e *teóricos contemplativos*: “de um lado surgem os ‘pragmáticos’ (econômicos e políticos), representando as elites funcionais em larga medida isentas de reflexão [...]; do outro, os teóricos sociais, em grande medida contemplativos, que não atuam a nível social de forma imediata e os quais [...] têm de comportar-se como observadores meramente ‘exteriores’ ” (KURZ, 2002, tese 10). Não teremos espaço para destrinchar aqui as semelhanças e as diferenças entre a crítica da separação em Debord e a crítica da autonomização em Kurz. Sobre a autonomização da Geografia como ciência com aparência de autonomia e de neutralidade em relação a seus objetos de estudo, conferir Toledo (2008) e Boechat (2013).

papel de medir e prever a destruição das condições de existência da humanidade em um “planeta doente”.

A partir da crítica radical de Kurz e Debord, podemos entender que a Crise do *Welfare State* (Oliveira) ou Crise da regulação estatal-política (Kurz, 1995) se insere nesse contexto histórico específico, não sendo apenas um debate de ideias, no vazio, entre liberais e intervencionistas. Como propõe Kurz, fazendo referência às mudanças na teoria da história no fim do século XX:

Não se trata aqui apenas de uma polaridade estrutural do discurso moderno da teoria da história, mas também do seu tratamento em ligação com o desenvolvimento da sociedade, isto é, com a ascensão e crise do moderno patriarcado produtor de mercadorias. Estamos portanto perante uma “história da teoria da história” (ou da filosofia da história) que é mediada com a história interna do capitalismo e com os “interesses condutores do conhecimento” a ela associados [...]

Desde os anos 60 e 70 pode falar-se até certo ponto de uma segunda onda da pós-história no contexto da pós-modernidade. A fórmula cativante de Lyotard sobre o “fim das grandes narrativas”, tornada rifão do pensamento pós-moderno na reflexão sobre a teoria da história; [...] (KURZ, 2007, p.7).

A partir dessa contextualização histórica feita por Kurz, podemos abordar brevemente o chamado “pensamento pós-moderno” inserido no contexto no qual este último surgiu. Convém tomar cuidado com a atribuição de tal ou tal ideia ou autor ao “pós-modernismo” pois, ao contrário dos autores considerados liberais ou marxistas, a maioria daqueles considerados (por outros) como pós-modernos não se entendem como tal. À exceção do filósofo francês Jean-François Lyotard e talvez mais alguns poucos, que conscientemente discutiram de forma apologética uma certa condição pós-moderna, o resto do dito pós-modernismo acaba sendo definido de forma imprecisa.

Na nossa dificuldade em encontrar uma “Teoria Geral do Estado” que pudesse ser apropriada nesta dissertação, acabamos por fazer um percurso que passa pelo Estado como condensação de um balanço de forças, em uma esfera pública onde a lógica do mercado e do capital não tem dominação exclusiva (OLIVEIRA, 1988), passa pelas abordagens de Kurz e Debord sobre crise sistêmica, e tem como ponto de chegada a descrição das controvérsias sociais em tempos de crise. Para lidar com tais controvérsias, nos aproximaremos do pensamento de dois antropólogos que abordam alguns temas considerados pós-modernos, como multiplicação de pequenas narrativas ao invés de uma grande narrativa, porém, ambos tendo como premissa quase autoevidente a situação de crise sem precedentes, de ruínas mesmo de um modelo anterior. Anna Tsing e Bruno Latour estão muito longe, portanto, de uma apologia da “condição pós-moderna”.

A antrópologa norte-americana Anna Tsing, ao falar sobre as “possibilidades de vida nas ruínas do capitalismo”, descreve uma cena muito comum na geografia do século XX, aquela que Monteiro Lobato chamou de Cidades Mortas, temática abordada por nós no capítulos 2 e 3. Porém ao contrário de Pierre Deffontaines ou de Leo Waibel, ela não vê uma fronteira aberta de terras virgens como difusão da civilização e do esclarecimento pelo planeta. Na formulação de Tsing, a monocultura e a expropriação levam a mudanças na paisagem em que apenas um ativo (no inglês: *asset*, mas poderíamos também pensar em mercadoria) importa; todo o resto se torna erva-daninha ou lixo. Quando aquela mercadoria não pode mais ser produzida, o lugar pode ser abandonado. “A madeira já foi cortada; o petróleo já acabou; o solo da *plantation* já não aguenta mais cultivos. A busca por ativos continua em outro lugar. [...] As paisagens globais de hoje estão repletas desse tipo de ruína.” Entretanto, ela aponta que

esses lugares podem ter vida, apesar dos anúncios de sua morte; em campos de ativos abandonados às vezes nascem novas espécies de vida. Em um estado global de precariedade, não temos opções além de procurar por vida nesta ruína.” (TSING, 2015, p.6).

Em seu livro sobre pessoas e cogumelos vivendo em meio a ruínas, Tsing observa um mundo onde o clima está descontrolado, onde o progresso industrial provou-se letal para a vida na Terra, onde não há mais um “corrimão de histórias que contam para onde todos estão indo e por quê.” (Ibid., p.2). Ela explica que seu objetivo não é realizar uma

crítica dos sonhos da modernização e do progresso, que ofereceram uma visão de estabilidade no século vinte; muitos analistas antes de mim já dissecaram esses sonhos. Em vez disso, eu abordo o desafio imaginativo de viver sem esses corrimões, que nos faziam achar que sabíamos, coletivamente, para onde estávamos indo (TSING, 2015, p.2).⁴³⁶

A partir de observações em diversos países, ela aborda a dificuldade da tomada de decisões coletivas sem as noções que orientavam a vida em sociedade. Sem progresso, o que fazer? Ela chama atenção para a importância de se ouvir os mais diversos setores da população, etapa necessária para se “detectar os traços de agendas comuns ainda não articuladas” (ibid., p.154).

⁴³⁶ Aqui, além de abordar o fim das “grandes narrativas”, Tsing aparentemente adere ao pós-modernismo também ao afirmar que seu objetivo não é fazer crítica. Cf. Kurz, 2007, que acusa o pensamento pós-moderno de declarar “fundamentalmente obsoleto” o pensamento crítico, de uma forma que esconde a “crise fundamental do contexto da forma social”. Esta última acusação, de esconder uma crise fundamental, não pode ser estendida a Tsing. Talvez ela não busque os fundamentos da forma social, mas é difícil supor que um livro sobre “ruínas do capitalismo” tenha sido escrito para esconder uma crise.

De forma similar, o antropólogo francês Bruno Latour argumenta que o planeta está em transição para um *novo regime climático*. Clima, nessa expressão, é um conceito amplo que inclui também a extinção generalizada de espécies e a desertificação de paisagens. Ele ressalta que, em uma situação de crise sem precedentes, a passagem das simples reclamações – que podem ser genéricas: contra a corrupção, contra o machismo – às controvérsias pressupõe a descrição das injustiças percebidas pelos cidadãos, assim como a descrição minuciosa dos meios de subsistência destes: “não se trata de perguntar às pessoas do que elas gostariam, mas de refletir com elas sobre o que lhes permite sobreviver” (LATOURE, 2018, p.20). O processo de tomada de consciência das dependências materiais, que Latour também nomeia *retorno ao território*, evidentemente não é simples:

Sabemos que é preciso ancorar todas as práticas em um solo, que as condições materiais devem ser “sustentáveis”, que a economia deve ser “circular”, mas sabemos também que cada um desses objetivos *entra em conflito* com todas as decisões tomadas anteriormente sobre as cidades, as escolhas energéticas, as relações internacionais, o direito de propriedade, as formas de agricultura, etc. Reorientar rumo ao terrestre é, por definição, *multiplicar as controvérsias* sobre todos os assuntos possíveis da existência cotidiana e nacional, sem que o Estado possua as respostas. (LATOURE, 2019, p.2, *itálicos no original*).

Em seu diagnóstico sobre a crise climática e ambiental planetária, Latour entende que os “movimentos ecológicos” conseguiram

transformar tudo em vigorosas controvérsias – desde a carne de vaca até o clima, passando pelas cercas-vivas, pelas zonas úmidas, pelo milho, pelos pesticidas, pelo diesel, pelo urbanismo ou mesmo pelos aeroportos [...]. Não há mais um projeto de desenvolvimento que não suscite protesto, não há mais proposta que não suscite sua oposição. Os números não mentem: os atores políticos mais assassinados hoje em dia são os ambientalistas (LATOURE, 2020, p.45).

A partir dessa formulação de que nos nossos tempos, não há mais um projeto de desenvolvimento que não suscite protesto, nos parece importante destacar também que Latour, implicitamente, entende que em algum momento no passado havia “projeto(s) de desenvolvimento” capazes de alcançar algum tipo de unanimidade social, no mínimo uma unanimidade em aparência, na qual os eventuais descontentes não eram ouvidos. Esse consenso modernizador foi abordado por nós nos capítulos anteriores. Também abordamos um certo consenso que havia sobre o futuro desaparecimento dos povos indígenas ao serem integrados à sociedade moderna. Um destino lógico e trágico, aponta o antropólogo Pacheco de Oliveira (2021), diferente do suposto destino dos sujeitos esclarecidos que escreviam aqueles textos. Aílton Krenak (2019, p.39) comenta com

sarcasmo aquelas previsões ao afirmar que os indígenas no Brasil, grupo no qual ele se inclui, “[...] entramos no século XXI, quando a maior parte das previsões apostava que as populações indígenas não sobreviveriam”.

A crise ambiental global tem interessado Latour nas últimas décadas, por se tratar de um caso extremo de *controvérsia* que põe em xeque o próprio papel da ciência e dos cientistas, temática esta que está no centro das preocupações de Latour desde suas primeiras pesquisas nos anos 1970. Em seu livro *Onde Aterrar?*, Latour (2020, p.26) considera que, “ao longo dos últimos trinta ou quarenta anos”, as “classes dirigentes” teriam concluído que “a ideia de levar a cabo a modernização do planeta *com* todo mundo [...] era impossível, precisamente por falta de planeta vasto o suficiente para estender a todos seus sonhos de crescimento.”

Em suas formulações, Latour utiliza bases teóricas bastante diferentes daquelas de Kurz (1992): enquanto o alemão entende que o modo de produção capitalista, baseado na geração de valor por meio do trabalho, chegou a seus limites de expansão na década de 1970 devido às mudanças tecnológicas que reduziram a quantidade total de trabalho e de valor do “sistema produtor de mercadorias”, para o francês, também no fim do século XX torna-se inviável a ideia de modernização de todo o planeta com a inclusão de toda a população mundial no “sonho do *American way of life*” (p.15, em inglês no original). Para Latour (2020, p.8-9),

tudo ocorre como se uma parte importante das classes dirigentes (que hoje, de modo um tanto vago, chamamos de “elites”) tivesse chegado à conclusão de que não há mais lugar suficiente na terra para elas e para o resto de seus habitantes. Em consequência, decidiram que era inútil fingir que a história continuaria conduzindo a um horizonte comum, em que “todos os homens” poderiam prosperar igualmente. [...]

A hipótese [que Latour utiliza em seu livro] é que não entenderemos nada dos posicionamentos políticos dos últimos cinquenta anos, se não reservarmos um lugar central à questão do clima e à sua denegação.

As formulações de Kurz e de Latour, portanto, são bastante diferentes, não apenas em detalhes, mas nos fundamentos que cada um deles utiliza para explicar aquilo que entendem como crise. No entanto, os dois autores se aproximam ao entender essa crise como manifestação de limites lógicos de um modelo de modernização – conceito utilizado por ambos –, limites que apontam para um “colapso” (KURZ, 1992) ou para um “novo regime climático”⁴³⁷ (LATOUR, 2020). Para Kurz, trata-se de limites internos à

⁴³⁷ A expressão Antigo Regime (em francês Ancien Régime), que se consagrou no verão de 1789 (CHRISTIN, 2008), imediatamente após a queda da Bastilha, resume o modo de organização social e a forma de governo anteriores à Revolução Francesa. Essa expressão “antigo regime” só pode surgir, segundo

lógica de acumulação do capitalismo. Ao lermos Latour, podemos entender que ele aborda limites de certa forma “externos” à sociedade, porém está no centro de suas preocupações a própria formulação moderna sobre “sociedade” e “natureza”: “a exterioridade atribuída aos objetos não provém de um dado da experiência: ela é, mais propriamente, o resultado de uma história político-científica muito particular” (LATOURE, 2020, p.62).⁴³⁸

Sem nos alongarmos excessivamente nessa discussão sobre as aproximações e diferenças entre Kurz e Latour, importa aqui colocarmos em primeiro lugar a constatação de que a ideia de limites “internos” ou “externos” à modernização parece ser uma distinção mais ligada à própria formulação geral de uma lógica que considera alguns elementos como “internos” e abstrai outros elementos da realidade. Em segundo lugar, podemos constatar que Kurz e Latour observam um mesmo fenômeno geral – os limites da modernização a partir da segunda metade do século XX, que se manifestam como diversas crises particulares – e as diferenças de suas formulações não impede, no nosso entendimento, que ambos possam estar certos em suas explicações: talvez apenas “agarrem” o fenômeno por lados diferentes.

Buscaremos observar essa multiplicação das controvérsias, de que fala Latour, no Brasil desde os anos 1970. Trata-se do desafio de olhar essa mudança entre um Estado planejador e um Estado gestor de conflitos, em que o primeiro conseguia gerar uma aparência de unanimidade em relação a seus projetos supostamente de “interesse nacional”, mesmo que para isso devesse recorrer à censura, enquanto o segundo Estado não consegue gerar nem a aparência de unanimidade dos sujeitos-trabalhadores em um contexto de *crise do trabalho* e de aparecimento de *populações tradicionais* e outros grupos cujos interesses não necessariamente convergem.. Em relação ao Brasil dos anos 1970, que será abordado na próxima seção, a formulação do historiador Carlos Fico (2004) resume o projeto geral do regime militar de 1964 como uma “utopia autoritária”,

Christin, em situações muito específicas em que a sociedade tem a consciência de assistir a uma ruptura com o passado. Conclui-se que a expressão “novo regime climático”, assim como “antigo regime climático”, que Latour também usa, dizem respeito, para o sociólogo, a uma ruptura radical. Clima, nessa expressão utilizada por Latour, é um conceito amplo que inclui também fenômenos ecológicos como a extinção generalizada de espécies.

⁴³⁸ Essa divisão moderna entre cultura e natureza já havia sido abordada por Latour em seu livro de 1991, *Jamais fomos modernos*. Até sua morte em 2022, ele seguiu investigando esse tema, preocupado também com a questão climática: para Latour, a concepção iluminista da “natureza” tornou o mundo inabitável. Como aponta ainda o antropólogo Pierre Descola (2001, p.13), a distinção entre natureza e cultura, que aparece tardiamente na epistemologia ocidental, “uma vez instituída como ontologia universal, condenou todos os povos que não a utilizaram a apresentar apenas prefigurações desajeitadas ou imagens falaciosas da organização real da realidade tal como os modernos teriam estabelecido os cânones.”

isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso na sociedade. Carlos Fico resume esse projeto de eliminação de dissensos na alternância entre dois *slogans*: “Brasil potência” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”. O primeiro fazendo referência à propaganda positiva, o segundo ligado à censura e a uma “guerra psicológica” (ibid.). Na década de 2010, como veremos, o Estado tem outras características, de modo que podemos formular desde já a hipótese de um Estado Planejador que foi se tornando aos poucos um Estado gestor de crises, conflitos e controvérsias.

5.2. Os Grandes Projetos portuários no norte do Espírito Santo

A tabela abaixo resume os principais terminais portuários alvo de nossa investigação, sendo que iremos nos deter com mais atenção sobre os três primeiros, visto que os processos envolvidos com os dois últimos portos ainda parecem estar no início, com maior dificuldade de se compreender a situação geral do que no caso dos três primeiros.

Tabela 3: Principais projetos de portos voltados para exportação de *commodities* no litoral norte capixaba. Obs: os portos da Petrocity e da Imetame são mais recentes, os dados estão menos disponíveis e não serão analisados em detalhes neste capítulo. Fonte: Elaboração própria com dados de A Gazeta, 2010; Ferreira et al., 2014; Petrocity, 2018; Portocel, 2017.

Porto	Marcos temporais	Município	Localidade	Principais mercadorias
Portocel	1978: Início das operações 1996: Duplicação 2019: Novo pátio para granito	Aracruz	Barra do Riacho	Celulose. Desde 2019: rochas ornamentais (granito)
Nutripetro	2015: Licença Ambiental negada	Aracruz	Barra do Riacho/ Terra indígena de Comboios	Rochas ornamentais em blocos; <i>supply</i> (equipamentos de apoio a plataformas de petróleo) e outros
Porto Norte Capixaba (Manabi)	2016: Licença Ambiental negada	Linhares	Cacimbas/ Degredo	Minério de ferro
Imetame	2018: Licença Ambiental emitida 2021: Início das obras	Aracruz	Barra do Riacho	Containers / Grãos (soja) / Cargas gerais
Petrocity	2019: Em licenciamento pelo IEMA-ES	São Mateus	Urussuquara/ Campo Grande	“Complexo Multimodal”: contêineres, <i>supply</i> ,

	2022: Em licenciamento pelo IBAMA			rochas ornamentais, celulose
--	-----------------------------------	--	--	------------------------------

Nas seções a seguir, mantendo a mesma estrutura para facilitar o entendimento e explicitar alguns paralelos entre diferentes processos ocorridos entre os anos 1970 e 2010, abordaremos cada projeto de porto a partir de três questões a serem respondidas. A primeira questão, mais descritiva, é: *qual era a função/objetivo do porto?* Ou seja, quais mercadorias ele se propunha transportar em seu projeto.

A segunda questão é mais complexa: *o que o projeto de porto prometia, como se justificava?* Isto é, como os empreendedores justificavam que aquele empreendimento era benéfico para a população da região, bem como de forma mais ampla, quais seriam seus benefícios para a economia estadual e nacional? Na resposta a essa pergunta, buscaremos identificar como cada projeto portuário se apresentava como gerador de impactos positivos para as populações locais, fomentando o desenvolvimento regional/local e também em alguns casos, apelando para os *interesses nacionais* de forma bem mais ampla.

A terceira questão diz respeito não apenas aos projetos portuários em si, mas aos desdobramentos mais amplos junto a setores da sociedade: *quais controvérsias surgiram?* Evidentemente essa questão será respondida de forma muito incompleta, pois os impactos de cada empreendimento portuário são os mais diversos. Ainda assim, nos interessará neste capítulo fazer um levantamento de algumas das controvérsias e discussões que envolveram, entre outras temáticas, as populações locais – em alguns casos se identificando como população tradicional, em outros casos não –, a mobilização de trabalhadores no período de construção dos portos, os impactos que os portos e a infraestrutura que os acompanhou causaram ao meio ambiente, ou que em tese causariam, no caso dos projetos portuários que não saíram do papel.

5.3. Aracruz Celulose e Porto especializado em Celulose - Portocel

5.3.1. O Estado planejador e o regime militar nos anos 1970

A partir daqui a abordagem dos grandes projetos portuários seguirá em ordem cronológica, portanto o primeiro empreendimento analisado neste capítulo será o Portocel – Porto Especializado em Celulose, construído no município de Aracruz/ES na década de 1970. Porém, considerando que este porto se insere em um grande complexo voltado para

a produção e exportação de celulose a partir do eucalipto, será necessário abordarmos brevemente o histórico da empresa Aracruz Celulose e de suas imbricações com o Estado brasileiro.

Antes, é necessário aqui colocarmos desde já uma questão sobre o sentido e direção da modernização capixaba: se, como vimos nos capítulos anteriores, a territorialização do capital no norte do Espírito Santo se moveu do litoral em direção ao interior, por que motivos a partir da década de 1970 o litoral torna-se novamente um território a ser valorizado com grandes investimentos e mobilização de trabalhadores na construção de imensos complexos voltados para a exportação de mercadorias?

Para iniciarmos o debate sobre essa questão, é importante observarmos que essa mudança não se deu em um contexto de predominância da ideologia do “laissez-faire” com intervenção estatal mínima: pelo contrário trata-se um processo planejado, a partir da década de 1960, por um Estado nacional centralizado, que buscava acelerar o desenvolvimento em um processo de “modernização recuperadora” ou “retardatária” (KURZ, 1992), isto é, a intervenção do Estado era considerada necessária para a superação do subdesenvolvimento, a redução das “desequilíbrios regionais” (OLIVEIRA, 1977). Um Estado, portanto, com características diferentes dos processos do início do século XX ou do século XIX: em todos esses momentos a territorialização do capital e a movimentação fetichista das mercadorias – “marcha do café” (Bittencourt apud ANDRADE, 2020), “colonização pelo cacau” (DEFFONTAINES, 1938), “ciclo madeireiro e povoamento” (BORGO et al., 1996), etc. – teve como pressuposto uma série de ações do Estado, porém, esse Estado não foi sempre idêntico a si mesmo nos diferentes períodos históricos.

Nesta seção, portanto, buscaremos entender as características do Estado planejador que, na década de 1960 e sobretudo na de 1970, período dos 1º e do 2º PND,⁴³⁹ planejou e executou “grandes projetos de impacto”⁴⁴⁰ para acelerar a modernização do Espírito Santo, incluindo o projeto que integrava a monocultura de eucalipto com a

⁴³⁹ Sobre o contexto do 2º PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), que tinha entre suas metas a ampliação do consumo e da exportação de celulose e papel, conferir Simone Ferreira (2009).

⁴⁴⁰ Expressão consagrada na literatura econômica capixaba, bem como “Grandes Projetos”, em letras maiúsculas (LOPES, 2022). O ex-governador Arthur C. G. Santos (2004, p.53) relata que a expressão teria sido criada por Lélío Rodrigues, então Diretor Técnico do Banco de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo – BANDES, e autor do documento *Perspectiva de desenvolvimento integrado do Espírito Santo, no próximo decênio, a partir do crescimento econômico assegurado pelos Grandes Projetos* (Vitória, BANDES: 1973). Segundo Ueber Oliveira (2013, 233), Lélío Rodrigues foi “o grande elaborador da política desenvolvimentista do Espírito Santo, a partir de 1966. [...] sua participação se fez presente especialmente nos estudos, nas análises e nas projeções relativas à implantação dos Grandes Projetos.”

produção e exportação de celulose. Não se trata aqui de uma ampla revisão sobre este setor da celulose: mais detalhes sobre o setor agroindustrial do eucalipto no Espírito Santo podem ser conferidos na tese de doutorado de Simone Ferreira (2009, p.95-101) e na dissertação de mestrado de Sonia Dalcomuni (1990). O objetivo central aqui é desdobrar a observação realizada por Ferreira sobre o tipo de planejamento realizado naquele período militar e com desdobramentos pelas décadas seguintes:

Nascida como projeto do governo militar e desde então, receptora de uma gama de investimentos públicos, esta empresa [Aracruz Celulose] é considerada, pelo Estado brasileiro, como fundamental ao des-envolvimento da economia nacional. [...]

A coerção e o amedrontamento são práticas repressivas utilizadas em diversos momentos políticos quando determinado poder quer ser imposto e/ou se encontra ameaçado – como ocorreu constantemente durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), quando a força dos quartéis se impôs para garantir a implantação de uma nova fase do sistema do capital e massacrar qualquer sombra de crítica [...] (FERREIRA, 2009, p.6; p.470).

Em sua dissertação de mestrado, Simone Ferreira (2002, p.161) já apontava que os objetivos de sua pesquisa incluíam retratar “um processo ainda em curso” e “acenar com possibilidades de questionamento dos modelos de desenvolvimento – não só celulósicos – do período militar.” Nesse sentido, buscaremos nesta seção compreender o Estado planejador que possibilitou a implantação da Aracruz Celulose e explicitar que um dos principais aspectos daquela forma de ser do Estado era exatamente o planejamento racional e técnico, que se apresentava como diametralmente diferente de governos populistas. Ou seja, observaremos a seguir um tipo de planejamento autoritário, que legitimou suas escolhas a partir de referências ao *interesse nacional*, em oposição ao “favorecimento político” de elites locais. Nesse sentido, o planejamento estatal aqui observado se relaciona não apenas com a formulação de Francisco de Oliveira (1977) sobre “abertura da região”, já abordada no capítulo 3, mas também com a ideia mais geral de esclarecimento formulada por Adorno e Horkheimer ([1947] 1985). Para esses autores já abordados em nosso capítulo 1, a racionalidade esclarecida não é incompatível com regimes autoritários, ao contrário de outros autores que associaram o esclarecimento/iluminismo à emancipação democrática dos povos.

Para os governantes, [...] os homens tornam-se uma espécie de material, como o é a natureza inteira para a sociedade. [...] A razão é o órgão do cálculo, do plano, ela é neutra com respeito a objetivos, seu elemento é a coordenação (ADORNO e HORKHEIMER, 1985 p.85-86).

Assim como a dominação da natureza seria, em tese, o destino do “homem” civilizado – formulação bastante influente no pensamento geográfico brasileiro de meados do século XX, conforme abordamos no capítulo 3 –, para Adorno e Horkheimer, a dominação e coordenação dos indivíduos pelo governante esclarecido seria um processo similar. É esse tipo de planejamento racional e autoritário que encontraremos a seguir, descrito em tom elogioso por um ex-governador e por editoriais do principal jornal impresso do Espírito Santo na década de 1970.

Neste contexto, as terras próximas ao litoral, de baixa declividade e em muitos casos juridicamente “devolutas”, tornaram-se economicamente interessantes para as atividades da Aracruz Celulose. Além disso, um grande terminal portuário foi construído, especializado em celulose. Não se trata, portanto, de um porto público, utilizado por embarcações de diversos setores, e nem de um porto pesqueiro como vários no litoral capixaba, por exemplo os portos de Santa Cruz e Regência nas fozes dos rios Piraquê-Açu e Doce, respectivamente. Enquanto estes portos pesqueiros são utilizados por pequenos barcos de pescadores artesanais, no Portocel desde 1978 as mercadorias são embarcadas e desembarcadas em imensos navios que, aliás, pelo seu calado⁴⁴¹, sequer conseguiriam entrar nos antigos portos de Santa Cruz e Regência.

No dia em que Geisel chegava ao Espírito Santo para inaugurar o porto de Tubarão e a fábrica da Aracruz Celulose, o editorial principal do jornal A Gazeta (31/10/1978) fazia o elogio do ditador Geisel, defensor dos “mais legítimos interesses de todos os brasileiros”, dos “vibrantes interesses nacionais” em detrimento de “temas de repercussão inferior” que os governadores estaduais discutiam antes da “Revolução” de 1964.

Na quarta visita que o presidente Geisel faz ao Espírito Santo, consolida-se o prestígio que o Estado desfruta junto às mais altas esferas de decisão nacional. Não se trata de uma visita de mera cortesia, mas está intimamente ligada às mais autênticas motivações capixabas e aos mais legítimos interesses de todos os brasileiros.

De fato, a Revolução de 64 escoimou dos encontros entre os mandatários supremos da Nação e os governadores estaduais o sentido do favorecimento político que era a tônica de reuniões palacianas em que se discutiam eventualmente temas de repercussão inferior, em detrimento dos assuntos em que estavam em jogo vibrantes interesses nacionais. (A Gazeta, 1978, p.4).

⁴⁴¹ O calado é a medida da parte submersa do navio. Nas últimas décadas os grandes navios de *containers* têm tido calado cada vez maior, o que demanda que os portos realizem dragagens para aumentar a profundidade do canal de navegação. O Portocel tem passado por dragagens, bem como outras obras e alterações que permitem o acesso de navios cada vez maiores, como veremos mais abaixo.

Trata-se de uma peça argumentativa em defesa explícita do Estado Nacional contra as regiões: no período anterior a 1964, segundo o editorial, outros estados mais poderosos impediam a “desconcentração industrial [...]. Ninguém, em sã consciência, concorda com privilégios sócio-econômicos que fazem reunir riquezas, em grande volume, em determinadas regiões geográficas, e minimizam esse acúmulo em outras” (ibid.). No período anterior, os estados de “mais peso econômico [...] jamais se conformaram” com essa desconcentração industrial que, finalmente, o presidente Geisel promovia. (ibid).

Em um momento posterior, quando era possível afirmar em público que na década de 1970 não se vivia em um regime de “democracia plena”, o ex-governador Arthur Gerhardt Santos⁴⁴² argumentou no memo sentido em sua palestra *O nascimento dos grandes projetos*, depois publicada no livro *Memórias do Desenvolvimento*⁴⁴³:

Certas coisas que a gente quis para o estado, quando eu fui governador, só foram conseguidas porque o regime era de exceção. Se o regime fosse de democracia plena, nós não conseguiríamos.

Eu duvido que a Companhia Siderúrgica de Tubarão tivesse sido construída no Espírito Santo se a gente não estivesse no regime de exceção, porque as razões para se construir aqui existiam muito antes. Christiano [ex-governador] fez referência ao primeiro estudo de 1929, que demonstrava que o melhor lugar para construir uma siderúrgica no Brasil era aqui. (SANTOS, 2004, p.53)

5.3.2. A construção da fábrica de Aracruz Celulose e do Portocel

Após essa breve contextualização, podemos passar às três perguntas principais sobre o Portocel, relativas à função do porto, às promessas mobilizadas para justificá-lo e às controvérsias surgidas. A função do porto, como já visto, se relacionava com o grande complexo de produção de celulose voltada para consumo interno no Brasil, mas sobretudo para exportação. Para entendermos melhor esse objetivo central do porto, bem como as promessas gerais sobre os benefícios que ele traria para a sociedade, utilizamos como fonte as reportagens do jornal A Gazeta em 1978, ano de inauguração da fábrica e do Portocel em Aracruz.

A justificativa da escolha da área é justificada (I) a partir da sua “vocaçãõ” natural, (II) porque “não havia qualquer atividade econômica na região”. Tratava-se, portanto, de um vazio demográfico e econômico:

⁴⁴² Governou de 1971 a 1975, nomeado pelo presidente Médici.

⁴⁴³ Livro organizado por professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFES.

E Aracruz foi escolhido. Situado no litoral do Espírito Santo, a 76 quilômetros de Vitória (capital), o município era o mais indicado para o projeto, dentre todos os outros percorridos em todo o Brasil. O que ele tinha melhor? Leopoldo Brandão explica: “Ali havia sido uma floresta sem qualquer ajuda do homem, logo haveria condições para uma nova floresta, com a participação do homem”. As possibilidades de reflorestamento, assim, com o plantio do eucalipto, eram as mais alentadoras possíveis. Além do mais, desde o início do século se plantava essa árvore na região, com excelente adaptação.

Outros aspectos também influíram na escolha: “**Não havia qualquer atividade econômica na região**”, diz Leopoldo Brandão. Segundo ele, o máximo que se encontrava no lugar era culturas como a de mandioca, mas extremamente rudimentares, apenas de subsistência. Além disso, a topografia plana do município permitiria a mecanização necessária para o complexo industrial, que iria começar exatamente com o plantio das árvores.

Junto a esses aspectos positivos, Aracruz apresentava privilegiada localização quanto ao sistema viário e com referência a Vitória [...]. O município também estava próximo ao mar, o que permitiria a futura construção de um porto para exportação da celulose. (A Gazeta, 1978, suplemento, p.14, grifo nosso)

Na página principal do jornal – com a manchete *Geisel preside assinatura dos contratos de Tubarão*, referência a outro *grande projeto*, siderúrgico e portuário, na grande Vitória – a inauguração da fábrica da Aracruz Celulose pelo presidente era anunciada, com destaque para a produção anual “prevista para 400 mil toneladas de celulose branqueada de eucalipto (fibra curta)”, os investimentos de bilhões de cruzeiros e o seguintes detalhes sobre o mercado mundial de celulose e a participação do BNDE:

A indústria entra em fase de produção em plena crise do mercado mundial de celulose, embora contratos celebrados assegurem a venda de 60 por cento da produção na Europa e oito por cento no Brasil.

A Aracruz Celulose S/A. é um empreendimento privado, com participação majoritária de grupos nacionais, segundo informações da empresa. De seu capital realizado [...], 66,95% é nacional e o restante 33,05% é estrangeiro. Seu principal acionista, de um total de 398, é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com 25,9% das ações (A Gazeta, 1978, p.1).

PORTOCEL

Distante da fábrica de celulose apenas 1,5 quilômetro, o Portocel é o primeiro que se construiu no Brasil com especialização na exportação de celulose. Destina-se também à exportação de outros produtos, menos os que possam contaminar a brancura da celulose. Com projeto já aprovado pelo Ministério dos Transportes, a Vale do Rio Doce deverá construir um ramal ferroviário, ligando o Portocel à Estrada de Ferro Vitória a Minas na altura de Aricanga, às margens da BR-101. Esse ramal visa atender às exportações da Cenibra, de Belo Oriente, Minas Gerais, até agora feitas por Vitória.

[...] O porto é uma iniciativa do Porto Especializado Barra do Riacho e conta com a seguinte composição acionária: Portobrás⁴⁴⁴, 60%, Aracruz Celulose, 30% e Vale do Rio Doce, 10%. (A Gazeta, 1978, suplemento, p.9)

⁴⁴⁴ A Empresa de Portos do Brasil S.A. - PORTOBRÁS – era uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes. Foi criada pelo Decreto Nº 76.925, de 29 de dezembro de 1975, assinado por Ernesto

Apesar da censura e da repressão sobre grande parte dos impactos sociais e ambientais da implantação do complexo de celulose no Espírito Santo⁴⁴⁵, não foi possível censurar e abafar um tipo específico de controvérsia no litoral de Aracruz: o enorme crescimento da prostituição, associada ainda a outras violências sexuais. Na construção da fábrica da então Aracruz Celulose e do Portocel, milhares de trabalhadores majoritariamente masculinos que chegaram em localidades onde habitavam apenas algumas centenas de famílias, alterando assim o cotidiano de todos os habitantes e de forma especial o das mulheres. Com a chegada de 13 mil “peões” em localidades com menos de mil habitantes, o número de prostitutas era estimado em 300, na maioria, supõe-se, trabalhadoras migrantes mobilizadas para aquele contexto, mas não sabemos quem organizou essa mobilização, se foram agentes privados independentes ou se tinham alguma ligação com a Aracruz Celulose.

A implantação da Aracruz Celulose S/A e o enorme contingente de “peões” movimentado, especialmente a partir de 1976, quando chegaram a ser 13 mil, ligados às empreiteiras responsáveis pela construção do complexo industrial, transformaram a pacata Barra do Riacho, mais importante distrito do município, no maior antro de prostituição do Espírito Santo.

Hoje, o número de prostitutas no distrito e na vizinha Vila do Riacho é estimado em 300, distribuídas por 11 boates, todas funcionando ilegalmente. [...] No dia 11 de agosto último, um abaixo-assinado por mais de 200 famílias da Barra do Riacho foi encaminhado ao juiz de Aracruz, Sebastião Homero. O documento dizia: “[...] vimos por meio deste requerer de V.S. a proibição de abertura de tal comércio às nossas portas, o que tanto avilta e fere a dignidade e moral de nossas famílias e desrespeita a formação sadia de nossos filhos e filhas”.

[...] a fábrica (Aracruz Celulose) pensa em deslocar as 200 famílias de Barra do Riacho para outras localidades. (A Gazeta, 31 out 1978, suplemento, p.15)

Ao mesmo tempo em que a prostituição incomodava as “famílias da Barra do Riacho”, segundo a reportagem os “moradores locais”, apesar de “constrangidos com a presença das mulheres de ‘vida fácil’ em seu meio,” estavam “temerosos também dos ‘peões’, pois de suas memórias ainda não se apagou a violentação e assassinato de uma menina de 10 anos, ocorrido em 1977.” Sobre esse assassinato, o jornal não traz mais notícias, mas traz a fala do juiz local, afirmando que aquele era o seu maior problema:

Geisel. Em 1990, a Portobras teve sua dissolução determinada pelo Decreto Nº 99.226, assinado por Fernando Collor após autorização pelo Congresso na Lei nº 8.029/1990.

⁴⁴⁵ Sobre outros conflitos e controvérsias causados mais pela monocultura do eucalipto do que pelo complexo fabril-portuário, conferir Barcellos (2008) e Ferreira (2009)

“como posso tirar essas mulheres desses 10 mil homens? [...] Há a possibilidade de a comunidade de Aracruz sofrer as consequências disso, pois, com o funcionamento do porto de embarque de celulose da Aracruz e futuramente também da Cenibra, além da força de trabalho para o funcionamento do ramal ferroviário, a população masculina aumentará consideravelmente, comprometendo a segurança das famílias do município e dos distritos”. Em síntese, ele teme o perigo que a retirada das mulheres fará surgir, pois com isso os casos de violência, especialmente de menores, poderão crescer (A Gazeta, 31 out 1978, suplemento, p.15).

A prostituição e a violência sexual são temas recorrentes nos estudos sobre grandes obras que mobilizam milhares de trabalhadores. Como relata Milena Fernandes Barroso (2017), durante a construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau⁴⁴⁶ foram recorrentes os casos de violência contra mulheres e meninas, como pedofilia, exploração sexual, com a quantidade de estupros crescendo 208% entre 2007 e 2010. Além disso, segundo Barroso (2017, p.96, *itálicos no original*), o crescimento da prostituição costuma ser naturalizado nesses contextos:

os *serviços sexuais* realizados pelas mulheres [prostitutas] fazem parte da *engrenagem* da manutenção indireta (indispensável) dessas grandes obras, que, apesar de não serem considerados no processo de trabalho, são utilizados como estratégia de controle dos trabalhadores. Trata-se de uma pretensa *natureza* da necessidade sexual masculina [...].

5.4. A crise ambiental e o Estado a partir dos anos 1980

A partir da década de 1970, em parte por influência internacional, uma série de políticas ambientais se fortaleceu, aos poucos, no Estado brasileiro, ao mesmo tempo que este Estado e as empresas por ele beneficiadas reprimiam povos tradicionais que se contrapunham ao projeto econômico dominante. A criação da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA se deveram a uma série de atores nacionais e internacionais, incluindo instituições como o Banco Mundial. O CONAMA, com a participação de representantes de povos indígenas, de ONGs entre outros setores da sociedade, passou a normatizar temas como licenciamento ambiental, controle de poluição e outros que contribuíram para a formação no Brasil do que Oliveira (1988) define como “economia de mercado socialmente regulada”.

A Resolução CONAMA nº 1/1986 estabelece o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como ferrovias; portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos; aeroportos; complexos industriais, entre outras atividades

⁴⁴⁶ Hidrelétricas construídas em Rondônia a partir de 2009.

listadas na resolução. O licenciamento ambiental é realizado por um órgão público que pode ser federal (IBAMA⁴⁴⁷) em caso de empreendimentos que impactem mais de um estado, estadual para empreendimentos que impactem mais de um município, ou municipal para empreendimentos de impacto restrito a apenas um município. Além do órgão licenciador competente em cada caso, outras instituições são ouvidas durante o licenciamento ambiental, incluindo o ICMBio⁴⁴⁸ em caso de impacto a unidades de conservação federais e espécies ameaçadas, e a Funai⁴⁴⁹ em caso de impacto a terras indígenas. O órgão ambiental concede – ou nega, se for o caso – a Licença de Instalação, com uma série de condicionantes a serem seguidas pelo empreendedor.

Na academia, o licenciamento ambiental e outros instrumentos de política ambiental têm sido estudados e criticados a partir dos mais diversos pontos de vista. O sociólogo Luis Garzon (2008) tem estudado os processos de licenciamento ambiental na Amazônia há mais de 10 anos. Para ele, apesar de suas limitações e assimetrias, o licenciamento ambiental é extremamente relevante. Outros pesquisadores, diferentemente de Garzon, veem o licenciamento ambiental como um procedimento burocrático no qual as assimetrias favorecem sempre aquilo que Oliveira (1988) chama de lógica do mercado.

Diogo Rocha, em seu doutorado em Saúde Pública, estudou conflitos entre povos indígenas e grandes empreendimentos industriais em Aracruz, no norte do Espírito Santo. A fala a seguir, de uma liderança indígena, exemplifica o sentimento dos povos Tupinikim e Guarani em relação ao processo de licenciamento ambiental:

[...] eu não sei de que jeito que eles conseguem esse licenciamento. Porque, na verdade, hoje o que fala é o dinheiro. Eles conseguem lá porque deve ter um projeto de alto domínio de recurso, acho que é por isso que eles conseguem. Mas nós não temos muito contato, e que era para estar junto da gente, não é? (ROCHA, 2017, p.168)

De fato, não só os povos indígenas, como inúmeros setores da sociedade têm questionado a efetividade dos processos de licenciamento ambiental em curso no País. Tais críticas em muitos casos se alinham à concepção do Estado como “comitê executivo da burguesia”, ideia refutada por Oliveira (1988). Por exemplo, Rocha (2017) lista o

⁴⁴⁷ O IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado em 1989, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

⁴⁴⁸ O ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, criado em 2007, é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

⁴⁴⁹ Fundação Nacional do Índio, atualmente vinculada ao Ministério da Justiça, criada em 1967 inicialmente visando à “incorporação dos silvícolas à comunhão nacional” (BRASIL, 1967) e com novos objetivos especialmente após a Constituição de 1988.

terminal portuário da empresa Nutripetro entre os empreendimentos – em operação, em construção ou em planejamento – recorrentemente citados pelas lideranças indígenas como fonte de preocupações. Porém a tese, de 2017, não cita o indeferimento da licença de instalação deste terminal em 2015 pelo IBAMA, que de acordo com a citação acima poderia parecer um órgão com a função protocolar de carimbar um projeto pré-aprovado.

Cabe ainda uma observação: o “geógrafo que trabalha em EIA-Rima” é um tipo de vaga de trabalho que existe nos nossos tempos e não existia há 50 anos. Podemos fazer a ligação entre esse tipo de profissional e uma multiplicação das controvérsias dentro da sociedade que demandou a realização de estudos prevendo os impactos socioambientais de grandes empreendimentos poluidores. Ao mesmo tempo, podemos notar uma maior divisão do trabalho entre aqueles que atuam no setor privado prestando consultoria especializada para empresas que estão na linha de frente da modernização e os geógrafos das universidades que estudam a modernização de um ponto de vista mais autonomizado em relação às empresas. Não só geógrafos se especializam em EIA-Rima mas também biólogos, oceanógrafos, arqueólogos, engenheiros ambientais, etc. O que pressupõe um mercado de trabalho do EIA-Rima e de estudos similares, composto por uma população de profissionais com esses diplomas. Alguns desses empregos pagam salários relativamente baixos, mas os chefes e proprietários das maiores empresas de consultoria têm salários bem mais altos do que os de professores universitários.

5.5. Ampliação do Portocel (anos 1990 a 2010)

Posteriormente à inauguração do Portocel e da fábrica da Aracruz Celulose, ambos em 1978, houve ampliações do terminal portuário, além da sua privatização, em 1985, com a Aracruz Celulose S.A. concentrando 51% da participação acionária e a Cenibra (Celulose Nipo-Brasileira S.A), 49%. Em 1994, o *terminal de uso privado*⁴⁵⁰ Portocel havia embarcado, desde sua inauguração em 1978, uma carga total de 10 milhões de toneladas de celulose; com a duplicação do terminal concluída em 1996, o total 20 milhões de toneladas de celulose foi alcançado já no ano 2000 (LABTRANS/UFSC, 2015).⁴⁵¹

⁴⁵⁰ Expressão técnica utilizada no setor portuário e que consta na Lei federal nº 12.815 de 2013, em oposição aos portos organizados, que são públicos.

⁴⁵¹ Essas quantidades totais de celulose embarcada desde a inauguração do Portocel são anunciadas e celebradas como grandes marcos no *site* da empresa (<<https://www.portocel.com.br/a-portocel/linha-do-tempo/>>) e também aparecem no relatório elaborado pelo Laboratório de Transportes e Logística

Em 2017, foi elaborado novo Estudo de Impacto Ambiental referente a uma nova ampliação do Portocel, denominada Portocel II,⁴⁵² que será aqui abordada em mais detalhes. Buscaremos observar sobretudo aspectos relativos à oferta de empregos, que o porto divulga fortemente como a principal justificativa social de sua existência.

Segundo o EIA, a celulose continua sendo o principal produto movimentado pelo terminal, com recepção nos modais rodoviário, ferroviário ou marítimo (cabotagem), armazenagem no local e carregamento nos navios. A média anual prevista no EIA é de exportação de 6,94 milhões de toneladas de celulose (PORTOCEL, 2017, p.151). Além disso, nos últimos anos outros produtos se somaram na operação atual do Portocel:

- Rochas, com recepção rodoviária e carregamento nos navios (435 mil ton/ano) (PORTOCEL, 2017, p.151-152);
- Sal, que “já é importado pelo terminal”, e utilizado na unidade industrial da Fibria, atual Suzano (130 mil ton/ano) (PORTOCEL, 2017, p.152-153);
- “Produtos siderúrgicos”, não detalhados, também constam no EIA, com recepção rodoviária e ferroviária e média de 500 mil ton/ano (PORTOCEL, 2017, p.153);
- “Outros produtos”, descritos como carga geral, também são previstos no EIA para serem exportados e também importados no Portocel, com uma média na primeira etapa de 300 ton/ano de “carga geral” exportada e 300 ton/ano importada. Na segunda etapa, posterior, a previsão é de 1,3 milhão de ton/ano de carga exportada e mesmo peso de carga exportada (PORTOCEL, 2017, p.154-155).
- Madeira (cabotagem): o EIA explica que “a madeira proveniente das florestas⁴⁵³ da Fibria Aracruz já é hoje recebida pela Portocel, em berço próprio para esta operação, que será reformulado para aumentar a capacidade.” (PORTOCEL, 2017, p.155, grifo nosso). A madeira é

(LabTrans) da UFSC, que usamos de fonte neste parágrafo. Porém, nos parágrafos seguintes, os dados quantitativos serão sempre por ano, e não o acumulado total da operação do terminal.

⁴⁵² O investimento previsto para as obras no empreendimento Portocel II foi estimado em R\$ 1,657 bilhões de reais (PORTOCEL, 2017, p.99).

⁴⁵³ Diversos autores criticam o uso da palavra floresta para se referir aos plantios de eucalipto. Por exemplo o advogado Sebastião Ribeiro Filho (2011, p.171): “Registro aqui a discordância quanto ao conceito de “florestas homogêneas” quando se fala de plantios de eucalipto ou outra qualquer monocultura de árvores, por entender que o termo floresta só deveria se aplicar para as áreas onde há biodiversidade de espécies florestais, notadamente de Mata Atlântica [...]”

transferida para a unidade industrial próxima ao porto, e a carga anual prevista é de 3 milhões de ton/ano (Ibid.).

Para atender ao fluxo de embarcações maiores – de maior calado, que é a parte submersa do navio – na segunda etapa, é prevista a dragagem do canal de acesso, aumentando a profundidade atual, de 12,5 a 13,5 metros, para 16,0 metros. (PORTOCEL, 2017, p.156).

Em relação à mão-de-obra, o EIA descreve em detalhes a quantidade de trabalhadores nas duas Etapas, divididos em três grupos: (I) os de vínculo direto com o Portocel, com cargos incluindo Superintendente, Segurança do Trabalho, Assistente Operacional, Vigilante, entre diversos outros que incluem também Menor Aprendiz; (II) os “colaboradores terceirizados”, descritos apenas como de “serviços diversos” sem qualquer outro detalhe; (III) os “trabalhadores portuários autônomos”, que incluem sobretudo profissionais que trabalham a bordo dos navios com cargos descritos como “Contramestre, Conferente, Capatazia, Guindasteiro, etc.” (PORTOCEL, 2017, p.157).

A implantação do empreendimento, segundo o EIA, demandará uma quantidade maior de trabalhadores durante a Etapa I, de cerca 28 meses, do que na Etapa II, de cerca de 16 meses. No pico das obras da Etapa I são estimadas 720 pessoas, enquanto nas obras da Etapa II, na maior parte do período, é prevista a contratação de menos de 200 trabalhadores, com 340 nos dois meses de maior atividade (ibid., 2017, p.114-115).

Para a operação do Portocel II, o EIA prevê a seguinte quantidade total de “colaboradores” divididos entre esses três grupos de trabalhadores:

Tabela 4: Total de trabalhadores na operação do Portocel e Portocel II. Fonte: Elaboração própria, com dados de EIA (PORTOCEL, 2017, p.157) e do *site* da empresa (<https://www.portocel.com.br/a-portocel/nossa-gente/>)

Vínculo	Portocel atual (Dados do site da empresa, 2022)	Portocel II, Etapa I (Dados do EIA)	Portocel II, Etapa II (Dados do EIA)
Próprio	249	317	348
Terceirizado	125	245	260
Trabalhadores Portuários Autônomos	400	214	257
Total de “Colaboradores” do “Portocel	774	776	865

No jornal A Tribuna, porém, em reportagem que chamava atenção para os novos portos que dariam “novo fôlego à logística capixaba” e na qual os portos eram listados sempre acompanhados do quantitativo de vagas de emprego, a ampliação do Portocel (nome fantasia “Portocel II”) era assim descrita:

O Portocel, em Aracruz, tem um projeto de construção de um novo terminal (Portocel II), com aumento do atual calado e do número de berços de atracação, para embarque de celulose e outras cargas.

A previsão é de três anos de construção, a partir da autorização. A expectativa é de que sejam criadas cerca de 860 vagas de emprego (A Tribuna, 2013, p.17).

Ao contrário do que dá a entender a notícia acima, o novo terminal Portocel II consiste em uma expansão do Portocel atualmente existente, com uma série de alterações, e não na criação de um novo terminal que se somaria ao atual. Assim, não se trataria da criação de 860 vagas de emprego: trata-se de um pequeno aumento em relação ao número atual de funcionários que já está entre os 700 e 800, isso se o número de trabalhadores portuários autônomos no site da empresa não estiver inflado, tendo em vista a diferença nesse grupo de trabalhadores em relação ao que foi informado no EIA.

A Etapa I inclui obras localizadas na parte terrestre do porto: melhorias na infraestrutura viária e ferroviária; construção de armazém de celulose e expansão de áreas de estocagem para rochas e siderúrgicos; instalação de carregadores fixos; além de dragagem da bacia de evolução, onde os navios manobram, e bacias dos berços, onde os navios atracam.

Já a Etapa II da expansão prevê a construção de novos molhes externos e novo berço de atracação, para proteção e abrigo da área de atracação de navios de calado de 16 metros, de maior capacidade do que os utilizados atualmente no Portocel. Se executada conforme previsto no EIA, esta etapa II significará a perda de parte da praia situada ao norte do Portocel, conforme evidenciado nas Figuras 20 e 21 abaixo.

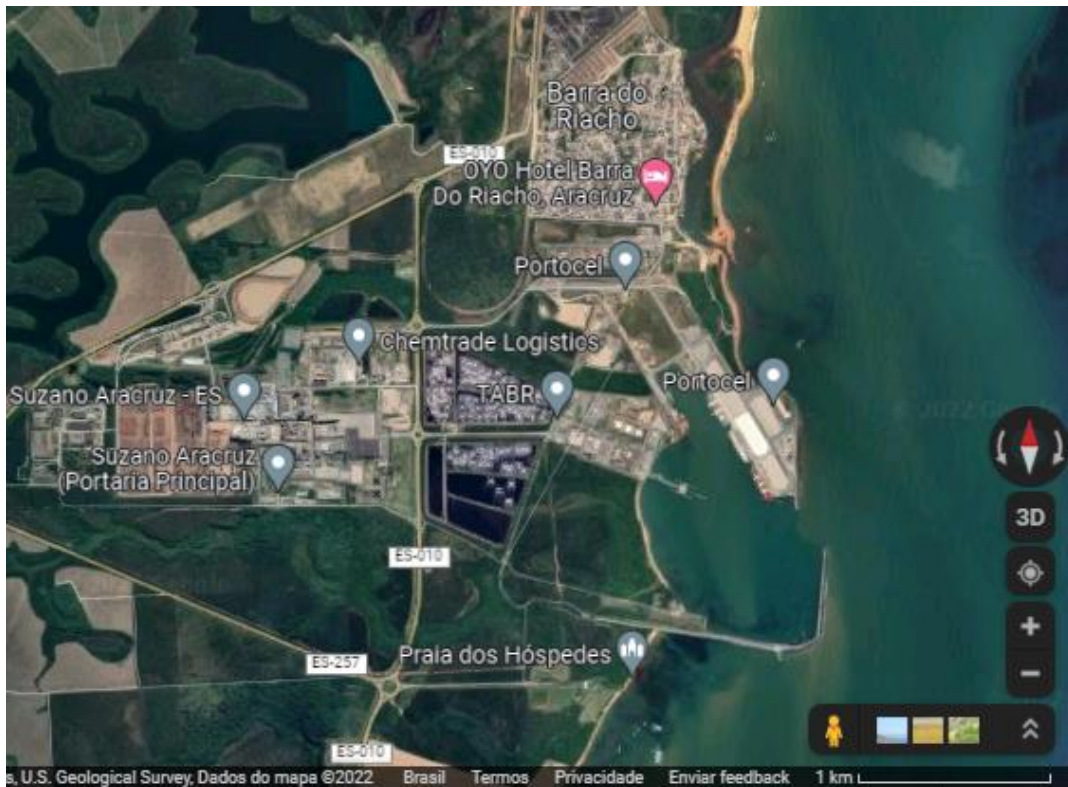


Figura 20: Situação do Portocel em 2022, a pouco mais de 1km da área industrial da Suzano e a menos de 1km da comunidade de Barra do Riacho. Fonte: Google Maps (Imagem de satélite).



Figura 21: Em amarelo as estruturas projetadas para o Portocel II sobrepostas a imagem de satélite. Fonte: EIA (PORTOCEL, 2017, p.46).

5.6. O boom das commodities e o boom no planejamento dos portos dos anos 2010

Por volta de 2010, diversos empreendimentos portuários começaram a ser planejados para o litoral do Espírito Santo (FERREIRA et al., 2014), incluindo o litoral norte capixaba que é a particularidade por nós estudada. Esse boom de projetos portuários

voltados para a exportação de *commodities* está ligado a um período de rápida expansão do PIB brasileiro e dos investimentos, que por sua vez estavam associados ao *boom* internacional das *commodities*.

Esse *boom* das *commodities* não será tematizado em detalhes aqui, mas é importante resumir o fenômeno de forma geral. A exponencial subida nos preços dos mercados internacionais de *commodities*, como descreveu Fabio Pitta (2020), se iniciou por volta de 2002, com um comércio mundial muito receptivo na década de 2000 para meia dúzia de *commodities*: soja, milho, açúcar-álcool, carnes e celulose de madeira, que, juntamente com os produtos minerais, passaram a dominar a pauta das exportações brasileiras no período.⁴⁵⁴ No caso do Espírito Santo, além das *commodities* já citadas, com destaque para o minério de ferro proveniente de Minas Gerais, uma outra mercadoria com grande relevância para as exportações são as rochas ornamentais, sobretudo granito, utilizado na construção civil em diversos países:

Líder nacional nas exportações brasileiras com quase 82%, o Espírito Santo envia mármore, granitos e outras rochas naturais para os cinco continentes. [...] Os principais destinos das rochas brasileiras em 2019 foram Estados Unidos, China, Itália, México e Reino Unido (FINDES, 2020).

Após essa breve contextualização, podemos passar à investigação de dois projetos portuários, um para o litoral de Aracruz e o outro no litoral de Linhares. Em ambos os casos, se tratava de portos distantes dos grandes centros urbanos, voltados para a movimentação de grandes navios de containers, com pouca integração com a vida da maior parte da população do município, mas com impactos consideráveis sobre algumas populações, como veremos.

⁴⁵⁴ Para Pitta, tratou-se de uma bolha financeira ligada à negociação de *commodities* nos mercados de futuros. Ele argumenta que predominam nesta bolha os “motivos financeiros”, isto é, com pouca ou nenhuma ligação com a importância das mercadorias físicas – grãos, celulose ou minério de ferro – para a satisfação de necessidades humanas: “por motivos financeiros, em busca de ‘balancear’ investimentos em um momento de crise econômica, as maiores poupanças do capitalismo mundial conduziram o mercado de derivativos de *commodities* a uma bolha financeira. [...] Conforme a demanda por contratos de *commodities* aumentava, fazendo seus preços subirem, tanto no que diz respeito a preços futuros quanto a preços presentes [...], tal processo retroalimentava a busca por tais títulos de propriedades, o que promovia novos aumentos” (PITTA, 2020, p.108-109). Assim, fica difícil explicar tais fenômenos a partir de formulações sobre o “valor de troca” x “valor de uso” das *commodities*, ou sobre a reprimarização da economia brasileira, uma vez que se trata em última análise de “capital fictício e de sua circulação, inclusive se realizando fantasmagoricamente pela corporeidade das mercadorias produzidas.” (ibid.).

5.6.1. Nutripetro, em Aracruz/ES

Em 2010, o jornal A Gazeta noticiava um novo porto de R\$ 850 milhões em Aracruz, da empresa Nutripetro que, apesar do nome, pretendia atender a diversos tipos de cargas: rochas ornamentais em blocos; *supply* (equipamentos de apoio a plataformas de petróleo) e outros.

O subtítulo trazia um dado que será constante nas reportagens sobre portos, a promessa de geração de empregos: “Serão 2,5 mil trabalhadores diretos e indiretos.” (A GAZETA, 2010). O jornal detalhava que o terminal

começa a operar em 2014, ficará numa área de 1 milhão de metros quadrados, atenderá exportadores, importadores e dará suprimento a plataformas de petróleo. [...] Um hotel com 120 quartos e um shopping com 60 lojas, praça de alimentação e cinema, também farão parte do complexo. O lançamento dos imóveis será em outubro de 2010.

De toda a área, 250 mil metros quadrados já estão licenciados e com obras andando. O restante da área, incluindo a dos empreendimentos imobiliários, ainda não foi liberado, já que os projetos ainda estão sob análise dos órgãos ambientais. (Ibid.)

O licenciamento parcelado, ou seja, com um processo de licenciamento ambiental para o porto – realizado pelo Ibama – e outro para a porção continental do empreendimento – licenciadas pela secretaria municipal de meio ambiente – é uma estratégia de gerar um fato consumado, pois, com obras andando, como o órgão ambiental poderia negar a licença? Também os tempos verbais utilizados pela Gazeta (“começa a operar”, “serão 2,5 mil trabalhadores”) buscam gerar o fato consumado.

Porém, a pressão e da mídia e do empreendedor, inclusive com obras já realizadas na porção em terra do empreendimento, não foram suficientes para gerar o fato consumado. A área de influência do porto incluía três unidades de conservação federais, uma terra indígena e importantes áreas marinhas utilizadas pela tartaruga-de-couro, espécie considerada criticamente ameaçada de extinção no Brasil, o último estágio antes da espécie ser considerada extinta na natureza.

Após um longo e complexo processo de licenciamento, que envolveu pareceres técnicos da Funai sobre os impactos à Terra Indígena de Comboios⁴⁵⁵ e do ICMBio⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ A manifestação da Funai é obrigatória para empreendimentos que impactam terras indígenas, porém trata-se de manifestação não vinculante, isto é, pode ser seguida ou não pelo órgão licenciador, no caso, o IBAMA.

⁴⁵⁶ A manifestação de Unidades de Conservação potencialmente impactadas é obrigatória e vinculante (Lei 9.985/2000) e a do Centro TAMAR/ICMBio também é obrigatória, para empreendimentos costeiros situados entre o Portocel e a divisa com a Bahia (Resolução CONAMA nº 10/1996), ainda que não vinculante.

sobre os impactos às unidades de conservação e às tartarugas marinhas, o IBAMA entendeu que a localização escolhida pelo empreendedor para construção do terminal portuário não era apropriada por dois motivos:

O empreendimento ocupa parte da Terra Indígena Comboios e a FUNAI se manifestou contrária à continuidade do processo de licenciamento por 'divergir da legislação e pelos impactos socioambientais irreparáveis que poderia causar às comunidades indígenas da região', conforme descrito no Ofício nº 813/2013-DPDS-FUNAI-MJ.

O local é caracterizado como de “extrema relevância para a reprodução e desenvolvimento de tartarugas marinhas”... , conforme manifestação do ICMBio, em acordo com a Resolução CONAMA nº 10/96.

[...]

Diante do exposto, esta equipe recomenda que um novo estudo de impacto ambiental seja elaborado contemplando as recomendações deste parecer. **Sugere-se que sejam estudadas outras alternativas locais**, incluindo a utilização da própria Portocel e a construção do terminal portuário a sul da Portocel. (IBAMA, 2014 apud MP-ES, 2017, grifo no original).

Podemos considerar, nos termos de Oliveira (1988), que a esfera pública, no Brasil da década de 2010, se estruturava de forma mais complexa do que na década de 1970, de forma que as correlações de forças condensadas no Estado não permitiram que a empresa em questão, apesar de seu poder financeiro e apoio da mídia, dominasse exclusivamente o planejamento da região. Evidentemente, no polo contrário ao empreendimento, não se tratava apenas dos povos indígenas e das tartarugas marinhas, mas de amplos setores da sociedade brasileira e também internacional que defendiam os direitos dos indígenas ao seu território e o direito difuso ao meio ambiente equilibrado.

Todavia, nos anos seguintes, a Nutripetro ainda parece ter pressionado fortemente setores do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal para desconsiderar o Parecer negativo do IBAMA, como veremos a seguir.

No dia 07/08/2015, o Ministro dos Portos esteve no Espírito Santo e, pela manhã, o G1, portal de notícias do Grupo Globo, noticiava uma suposta reviravolta no caso, em reportagem com os respectivos título e subtítulo: “**Ministro dos Portos diz que vai autorizar terminal privado no ES**. Em 2014, parecer do Ibama não autorizou obra no local.” (G1, 2015, grifo no original).

Porém, no mesmo dia à noite, a Rádio CBN Vitória, também parte do grupo Globo, trouxe a seguinte chamada: “Ministro recua em assinatura de porto barrado pelo Ibama no Espírito Santo.” (CBN, 2015). Na página da CBN na internet, o subtítulo usava, apesar de tudo, o verbo no futuro do presente: “Investimento do empreendimento, segundo a Secretaria dos Portos, será de R\$ 279 milhões” (Ibid.)

Menos de um ano depois, já com outra pessoa ocupando o cargo de Ministro dos Portos, ocorreu a mesma sucessão de notícia e desmentido. No dia 25/03/2016, o G1 anunciava: **“Ministro dos Portos vem ao ES anunciar porto barrado pelo Ibama.** Helder Barbalho chega em vitória, nesta segunda-feira (28). Ministro vai autorizar a construção do empreendimento em Aracruz.” (G1, 2016a, grifo no original, corresponde à manchete). Mas no dia 28/03/2016, também no G1: “Ministro dos Portos cancela visita em que ia anunciar porto no ES” (G1, 2016b). O motivo alegado para a desistência seria uma convocação de última hora da Presidência da República, mas mais abaixo, a reportagem detalhava as controvérsias:

O anúncio que seria feito nesta segunda pelo chefe da pasta dos portos é recheado de dúvidas, já que o projeto do terminal da Nutripetro teve o seu local barrado pelo Ibama. De acordo com o órgão ambiental, o empreendimento – se construído na região de Barra do Riacho e realizado nos moldes apresentados no EIA/Rima – vai trazer impactos às comunidades indígenas, além de ameaçar a reprodução e o desenvolvimento das tartarugas marinhas. [...] Até a tarde de domingo, a agenda estava mantida e era previsto que participassem da solenidade o governador Paulo Hartung, o secretário-executivo da SEP, Luiz Otávio Campos, representantes da Nutripetro e do governo do estado, além da senadora Rose de Freitas (Ibid.).

Salta aos olhos, nessa sucessão de idas e vindas, a disputa interna no Estado brasileiro, nas esferas federal e estadual, e entre setores “desenvolvimentistas” e “ambientalistas”. Esses setores são influenciados pela sociedade, em processos como as eleições, o lobby empresarial, a influência da mídia, entre outros. Parece evidente, nos trechos citados acima, a influência que o Grupo Globo busca exercer a favor do empreendimento portuário. Porém, como propõe Oliveira (1988), ainda que o Estado seja um instrumento para a dominação de classe, o capital que tem seus interesses vocalizados pela mídia não exerce dominação exclusiva do Estado.

No caso em questão é possível afirmar que, além do papel relevante da FUNAI e dos órgãos ambientais (IBAMA e ICMBio), o Ministério Público exerceu seu papel constitucional de defensor dos interesses e direitos coletivos e difusos.

Em Notificação Recomendatória emitida em 2017, o Ministério Público Estadual do Espírito Santo reafirma que não houve a aprovação do EIA/RIMA referente ao Terminal da Nutripetro e, em seguida, comenta a Lei Municipal aprovada em Aracruz em 2014, que alterou o zoneamento municipal de forma a criar uma nova zona portuária:

Considerando que a modificação do zoneamento promovida pela Lei Municipal nº 3.866/2014 foi realizada sem o devido e prévio amparo técnico ambiental e urbanístico, tanto que promoveu à condição de Zona Portuária localidade incompatível com esta categoria, dada sua extremíssima relevância

ambiental, cujas medidas mitigadoras/reparadoras apresentadas pelo empreendedor foram consideradas inapropriadas, principalmente em virtude da reconhecida **inviabilidade locacional** do empreendimento;

[...]

Notifica, em caráter recomendatório e premonitório, com vistas a prevenir responsabilidades que possam advir do não atendimento às disposições aqui tratadas, o Prefeito do Município de Aracruz, [o Procurador-Geral do Município, o Presidente da Câmara Municipal, os Secretários Municipais de Planejamento e de Meio Ambiente, e o Conselho do Plano Diretor Municipal,] para que, dentro de suas respectivas atribuições, no prazo de 15 dias:

I) adotem as providências legais e administrativas necessárias à revogação da Lei Municipal nº 3.866/2014, mediante restabelecimento do zoneamento urbanístico anterior referente à localidade onde se encontra o imóvel objeto do pretense empreendimento (Terminal Portuário NUTRIPETRO);

II) se abstenham de fomentar, promover, estimular, seja por intermédio de Termos de Compromisso ou outros atos formais e informais, a realização de empreendimentos sem o devido amparo em estudos técnicos ambientais e urbanísticos e em descompasso/desconformidade com as conclusões técnicas do órgão técnico ambiental licenciador externo à municipalidade (MP-ES, 2017, grifo no original)

É importante ressaltar que o órgão ambiental, neste processo de licenciamento, constatou a *inviabilidade locacional* do empreendimento, ou seja, o Estado brasileiro não aprovou ou proibiu aquele empreendimento em si, mas recusou apenas aquela localização proposta pela empresa. A Resolução CONAMA nº 1/86, que criou o licenciamento ambiental, exige que os estudos ambientais comparem diferentes alternativas locais, mas no caso da Nutripetro, como na maioria dos licenciamentos, o terreno já tinha sido comprado pela empresa antes de qualquer estudo ambiental. Assim como os representantes da Aracruz Celulose S.A. falavam em 1978 sobre a vocação da área e a ausência de atividades econômicas, as empresas até hoje criam um discurso posterior para justificar a escolha locacional, discurso que pode ser considerado um espetáculo, em um dos sentidos usados por Debord ([1967] 2019): afirmação da escolha *já feita*. Atualmente, porém, esse espetáculo é mais complexo, atendendo a exigências legais e reclamações de movimentos sociais que não existiam na década de 1970.

Após o Parecer negativo do IBAMA em 2014, o ICMBio também recebeu novos questionamentos da Nutripetro, que foram respondidos pelo Centro Tamar e pelas três Unidades de Conservação federais situadas na área de influência do porto, todas elas, assim como o Tamar, vinculadas ao ICMBio. Considerando os potenciais impactos à biodiversidade, o Tamar e as Unidades de Conservação novamente recomendaram a não autorização da implantação do Terminal da Nutripetro. Apenas em 2017 o processo foi encerrado pelo ICMBio.

5.6.2. Porto Norte Capixaba, da empresa Manabi, em Linhares/ES

Com o objetivo de exportar minério de ferro da mina de Morro do Pilar, em Minas Gerais, a empresa Manabi foi criada em 2011, com planos de construir o Porto Norte Capixaba em Linhares, na praia de Cacimbas, próxima à comunidade de Degredo. Muitas são as semelhanças com a Nutripetro: a empresa já havia comprado o terreno e prometia milhares de empregos, vendendo localmente o fato consumado, como se o porto já tivesse sido aprovado em todas as instâncias. Houve uma grande mobilização contrária ao empreendimento, incluindo órgãos governamentais e também populações locais, surfistas e turistas com ligação de longa data com as praias da foz do Rio Doce. Serão abordadas a seguir as controvérsias que levaram, finalmente, ao indeferimento da licença da Manabi, em um processo que durou anos.

O objetivo do Porto Norte Capixaba, de acordo com o EIA – Estudo de Impacto ambiental – elaborado em 2013, era a exportação de 25 Mtpa (milhões de toneladas por ano) de minério de ferro lavrado e beneficiado em Morro do Pilar/MG. Em um só processo, a empresa Manabi deu entrada no Licenciamento Ambiental para o Porto e para o mineroduto Morro do Pilar/MG – Linhares/ES. O EIA afirmava, em relação ao “meio socioeconômico” daquele município:

Linhares encontra-se em um momento excepcionalmente favorável ao seu desenvolvimento, pois dispõe de: arrecadação municipal crescente, devido às transferências de ICMS e de royalties de petróleo e gás, localização privilegiada, incentivos da SUDENE, grandes áreas para expansão industrial, cidade relativamente planejada, entre outras vantagens (MANABI, 2013, vol.9, p.126).

De fato, a Lei nº 9.690 de 1998 havia incluído na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE – o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, e 27 município da “região norte do Espírito Santo”, situados ao norte do rio Doce. A empresa Manabi, nas reuniões e materiais de divulgação, enfatizava que o Espírito Santo ainda não tinha nenhum grande porto localizado na área da SUDENE, portanto o Porto Norte Capixaba teria investimentos garantidos, ao menos era o que a empresa argumentava.

Segundo o EIA, as instalações portuárias, localizadas na praia de Cacimbas, no litoral de Linhares-ES, seriam implantadas em terreno com 596,69 ha (5,97 km²) e a extensão de 2,9 km de praias ao longo da linha de costa de Linhares. O EIA resumia assim o porto:

O empreendimento a ser implantado consistirá de um terminal portuário especializado na exportação de minério de ferro, sendo composto por infraestrutura marítima (ponte de acesso, quebra-mar e píer de embarque) e uma retroárea dotada de planta de filtragem, estações de tratamento de efluentes, pátios de armazenagem de minério, bem como estruturas administrativas e de apoio à operação. (MANABI, 2013, vol.5, p.5)

Portanto, o Porto Norte Capixaba seria especializado na exportação de minério de ferro, diferentemente de outros portos recentes que se apresentaram como “multimodal” ou de “carga geral”, incluindo as alterações recentes no Portocel para permitir o embarque de rochas ornamentais.

Já o mineroduto teria a extensão de 511,77 km (MANABI, 2013), conforme a Figura 22.

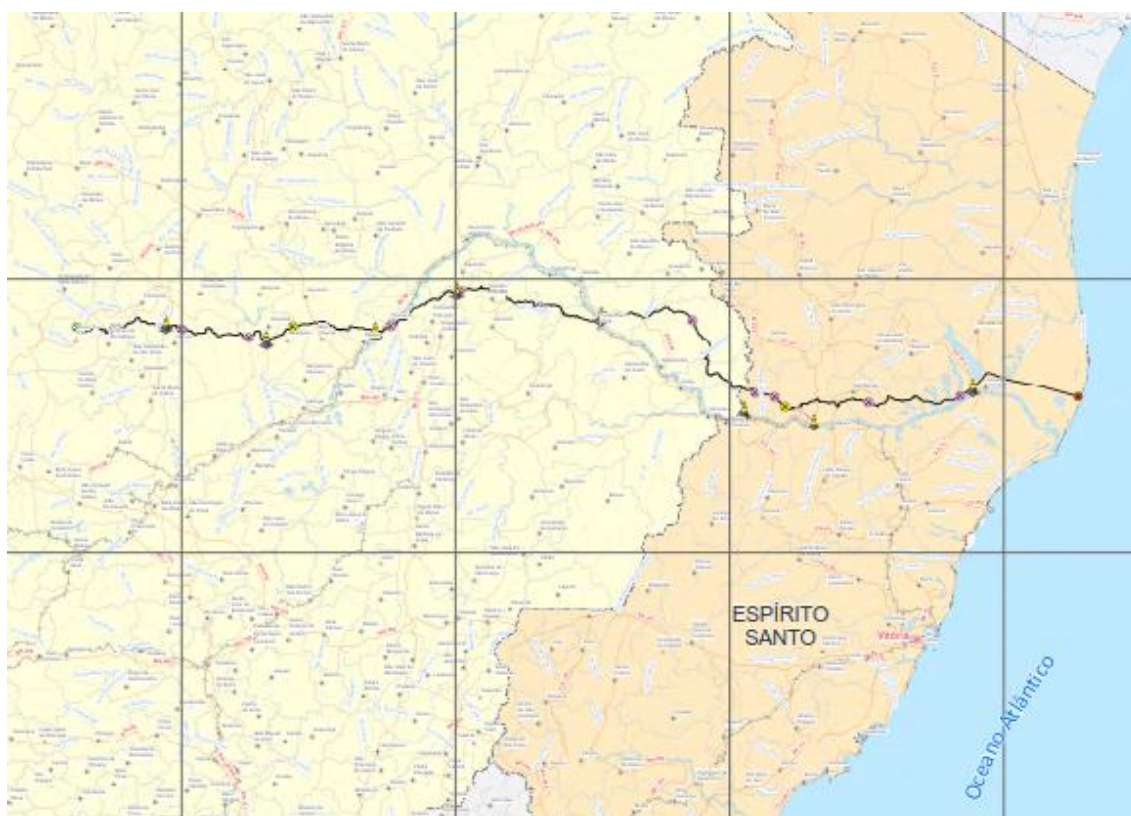


Figura 22: Mineroduto Morro do Pilar/MG – Linhares/ES e Porto Norte Capixaba, projetado pela Manabi. Fonte: EIA (MANABI, 2013).

A Manabi S.A. era uma empresa de capital aberto com sede no Rio de Janeiro, fundada em 2011. Em dezembro de 2014, em documento dirigido aos acionistas, a empresa era descrita como pré-operacional, e os investimentos já realizados (*Capex - capital expenditure*) eram assim descritos: total de R\$ 198 milhões (46 milhões em 2014) de custos relativos à mina de Morro do Pilar, em Minas Gerais, incluindo perfurações,

licenciamento ambiental, aquisição de terras, estudos de engenharia e "investimentos nos municípios afetados"; R\$ 28 milhões (18 milhões em 2014) no projeto de mineroduto, incluindo estudos de engenharia e negociação de direitos; R\$ 53 milhões (incluindo R\$12 milhões em 2014) gastos com o Porto Norte Capixaba, incluindo estudos de engenharia e custos do processo de licenciamento ambiental. (MANABI, 2014a [MDA]). Os proprietários de ações (*shareholders*) da empresa com mais de 9% das ações eram os seguintes (MANABI, 2014b):

- Fábrica Holding S.A., empresa brasileira, com 14,74%
- Ontario Teachers' Pension Plan, canadense, com 17,78%
- Korea Investment Corporation, coreano, com 17,31%
- EIG - Global Energy Partners, norte-americano, com 11,54%
- Southeastern Asset Management, norte-americano, com 9,69%

Em outro documento da empresa, de 2016, quando já tinha adotado seu nome atual – Mlog, como veremos mais abaixo – consta uma informação importante, e ausente no EIA: a empresa “possui um terreno de aproximadamente 3 mil acres [unidade do sistema norte-americano] no litoral norte do Espírito Santo, em Linhares” (MLog, 2016, p.10). Convertendo, esse terreno corresponde a cerca de 12 km² ou 1200 ha, ou seja, o dobro da área onde, segundo o EIA, estava prevista a instalação do Porto Norte Capixaba. Possivelmente a empresa tinha planos de expandir suas atividades após a primeira licença ambiental, seguindo uma lógica popularmente conhecida como “passar a boiada” depois que a porteira abre.

A segunda temática que nos interessa é, novamente, *o que o projeto de porto prometia, como se justificava?* Mais uma vez, a geração de empregos aparecia com destaque. Em dezembro de 2014, por exemplo, foi noticiado que o gerente geral de pré-operação do porto se reuniu com representantes da comunidade de Regência para apresentar o projeto que, segundo ele, gerariam 1500 empregos na construção do porto e 750 na fase de operação. (SITE DE LINHARES, 2014).

O mesmo *Site de Linhares* - que, apesar do nome, não pertence à Prefeitura Municipal - informa que a reunião havia sido convocada pelo presidente da Associação de Moradores de Regência (Amor), que explica o motivo:

A comunidade queria mais informações sobre a forma como o empreendimento será desenvolvido e de que forma será favorável para as comunidades costeiras. Por isso, convocamos a reunião que foi muito produtiva e esclarecedora. Sempre que houver necessidade vamos convocar a Manabi, que prontamente atendeu nossa solicitação. (Fábio Gama, IN: SITE DE LINHARES, 2014)

E na mesma reportagem aparece também a fala do presidente da Associação dos Pescadores de Regência (Asper), Leônidas Carlos: "O porto tem tudo para dar certo e o incentivo à pesca precisa caminhar com o desenvolvimento do projeto. A reunião foi muito boa e deu para esclarecer muitas dúvidas." (Ibid.)

A partir dessas falas de moradores de Regência, podemos vislumbrar os conflitos que aparecerão logo a seguir: notamos desde já que a população de Regência, como as de outras localidades do entorno do porto, solicitou à empresa informações sobre os impactos e benefícios às comunidades costeiras. E as falas dos sujeitos, aqui como em outros momentos, se adaptam às circunstâncias: se naquele momento o porto parecia um fato consumado, muitas pessoas pareciam querer se adaptar a ele, e hoje, quando o porto projetado não se concretizou, talvez suas falas sejam bem diferentes.

Dois meses depois, o mesmo Site de Linhares informava:

A Manabi, um dos maiores projetos de mineração e logística do país, com investimentos de R\$ 1,5 bilhão e a geração de 1.500 empregos na construção e 750 na operação do Porto Norte Capixaba, em Degredo, Linhares, começa a veicular nesta semana uma campanha de comunicação nos veículos de Linhares e Grande Vitória, além das redes sociais.

Provavelmente devido às controvérsias que se acirravam no mesmo período, a empresa julgou necessário realizar essa campanha com textos como os seguintes:

Com Responsabilidade. É assim que a Manabi escolheu escrever a sua história.

O Porto Norte Capixaba da Manabi se transformará em garantia de futuro para muitas gerações. A empresa está investindo em inovação, empreendedorismo e tecnologia a serviço do desenvolvimento sustentável de toda a região de Degredo, em Linhares, onde o porto será instalado, assim como de seu entorno. Com o apoio de especialistas nacionais e internacionais, foram projetadas as mais modernas instalações e equipamentos, sempre com foco na conservação ambiental.

Com Transparência. É assim que a Manabi escolheu escrever a sua história.

Desde sua chegada em Linhares, a Manabi mantém diálogo constante com seus públicos. Foi por meio de oficinas participativas com as comunidades de pesca de Degredo, Povoação, Regência, Pontal do Ipiranga e Barra Seca que surgiram os cursos de capacitação para os pescadores. [...]

Com Desenvolvimento. É assim que a Manabi escolheu escrever a sua história.

O Porto Norte Capixaba é mais um impulsionador estratégico para Linhares e região. Ele vai gerar oportunidades de emprego, alavancar a economia local e abrir boas perspectivas para atração de novos investimentos. (SITE DE LINHARES, 2015) [Figura 23]

Entre palavras-chave usadas já há muito tempo como *desenvolvimento e atração de investimentos* e outras mais recentemente em voga como *inovação e empreendedorismo*, nota-se que a empresa promete, sem grandes detalhes, alavancar a economia local tanto pela geração direta de emprego e renda como também pela atração de outras iniciativas desenvolvimentistas para o entorno do terminal portuário, bem como capacitação para os pescadores. Tudo descrito de forma vaga. Também chama atenção no material publicitário da empresa a referência às “comunidades de pesca” do litoral norte, citadas nominalmente, mostrando que teve algum tipo de interlocução com cada uma delas. É verdade que atualmente esses estudos sobre os impactos às comunidades do entorno são uma obrigação legal da empresa durante o processo de licenciamento ambiental, mas ainda assim, fica claro que não estamos mais no momento histórico em que a Aracruz Celulose e o Portocel chegavam a uma região onde supostamente não havia atividade econômica e grande parte das terras eram devolutas, aguardando o momento em que seriam “povoadas”.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'Site de LINHARES'. The header is blue with the site logo and navigation links: HOME, NOTÍCIAS, VLOGS, CLASSIFICADOS, GUIA COMERCIAL, BLOGS, and CONTATO. The main headline is in bold black text: 'Manabi lança campanha de relacionamento com as comunidades. Licença prévia deve sair em março'. Below the headline, the text reads: 'O projeto tem aporte de investimentos de R\$ 1,5 bilhão e prevê a geração de 1.500 empregos na construção e 750 na operação do Porto Norte Capixaba, em Degredo, Linhares.' At the bottom of the article snippet, it says 'Thursday, 26 de February de 2015'.

Figura 23: Reportagem sobre Porto Norte Capixaba / Manabi em portal de notícias (Fonte: Site de Linhares, 2015)

Os empregos prometidos nas reportagens acima não são detalhados. Mas na leitura do Estudo de Impacto Ambiental - EIA, é possível conferir dados mais precisos sobre as vagas de emprego previstas, bem como inconsistências com o que foi divulgado. Cabe ressaltar que o Estudo de Impacto Ambiental é um documento protocolado junto ao órgão ambiental licenciador, documento assinado por diversos profissionais, que podem responder por eventuais informações falsas, de modo que as informações no EIA serão

aqui consideradas mais confiáveis do que as informações apresentadas pelas empresas em notícias jornalísticas ou material publicitário.

Em relação à implantação do empreendimento, é dito no EIA que as obras deveriam durar cerca de 2 anos e meio e, no pico das obras, seriam necessários em torno de 1.500 trabalhadores. Também é dito que durante toda a fase de implantação, “medidas serão tomadas no sentido de evitar que os trabalhadores desmobilizados permaneçam na região de forma a minimizar os eventuais impactos negativos que possam vir a se manifestar.” (MANABI, 2013, p.144)

Na fase operacional do projeto, segundo o EIA, estava prevista a contratação de 191 funcionários diretos, sem qualquer previsão de outros funcionários “indiretos” ou terceirizados. Ainda constava no EIA:

Quanto ao emprego de mão de obra temporária, não está prevista a contratação deste tipo de serviço, salvo em casos especiais quando da realização de manutenção dos equipamentos operacionais e em que a equipe de manutenção interna não seja especializada e/ou capacitada para tal. Abaixo, estimativa da qualificação dos trabalhadores do processo operacional para o empreendimento, quando operar com 25 Mtpa. [milhões de toneladas por ano] (MANABI, 2013, vol.5, p.186).

Na descrição dos cargos (“qualificação dos trabalhadores”) para a operação do empreendimento a plena capacidade, aparece o mesmo total de 191 trabalhadores, com maior número de pessoas nas seguintes vagas: técnicos (40), mecânicos soldadores (27), operadores de equipamentos (24), eletricitas (20). Entre os cargos de chefia e supervisão, o EIA previa um gerente, cinco coordenadores, oito supervisores de manutenção, quatro supervisores de operação e três engenheiros. (Ibid.)

É notável a diferença entre essas 191 pessoas contratadas no documento oficial e as 750 vagas de emprego que, conforme anunciado na mídia, seriam geradas durante a operação do empreendimento. Enquanto as 1500 vagas durante o pico das atividades de instalação do porto, anunciadas no EIA (Ibid., p.94), correspondem ao mesmo número informado na notícia de jornal.

Em outra notícia de jornal, em A Tribuna, dia 3 de junho de 2013, foi informado que o Porto Norte Capixaba “prevê criar cerca de 320 empregos.” (A TRIBUNA, 2013, p.17). A discrepância entre as informações leva a crer mais uma vez que o número de empregos é pouco mais do que um simples dado publicitário, mas um dado nada inocente ou irrelevante, tendo em vista as expectativas que busca gerar.

Seriam consideráveis os impactos do porto da Manabi à biodiversidade local e às comunidades que utilizam essa biodiversidade, principalmente os recursos pesqueiros. Essas comunidades de pescadores artesanais já foram abordadas no capítulo 4: Degredo, Povoação, Regência e, mais raramente, as comunidades situadas mais ao sul: Barra do Riacho, Barra do Sahy, Santa Cruz.

Em Degredo, pudemos entrevistar um morador local, que não será identificado. Ele informou que, mais ao sul da área da Manabi, já há uma área utilizada pela Petrobras, com a *Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas* e uma área onde já não é possível a pesca devido ao uso industrial. Assim, o porto da Manabi iria se somar ao *confinamento* (KLUCK, 2016) da comunidade remanescente de quilombo do Degredo:

Nós, com o problema da pesca, a primeira coisa que a gente fez, nós aqui, a comunidade, foi botar obstáculo, porque, se a Petrobras já tinha tomado um pedaço da nossa área de pesca no oceano, a Manabi ia criar esse porto aí e ia acabar de estragar a nossa pescaria. Por um lado, a gente conseguimos, mas na outra não teve jeito porque essa barragem, quando rompeu lá, estragou tudo aqui. Aí a Justiça Federal proibiu nossa pesca, e eles estão certos, não estão errados, e a gente tá aí se batendo, nadando num lugar seco, sem ter água. Ficou difícil a sobrevivência da gente, que a gente tinha fonte de renda, de pesca, e agora a fonte de renda, tamos aguardando aí o que vai acontecer com a gente, vem vários projetos pra cá, pra compensar, porque fazer 100% eles não vão mais mesmo, vai ver se a gente consegue, pelo menos o mínimo, né? [...]

A Manabi ia ser permanente, ia ficar aí pra sempre, aquela coisa, “abriu a porteira”, ela entra, né? E talvez esse problema aí [lama], daqui uns 8, 10 anos, pode ser sanado né? Pode o mar aí hoje, amanhã, ir se decantando até uma época isso acabar. Agora, até chegar lá, quem tá aí sofrendo vai sofrer mais, né? Nós aqui tamos com uma perca mais ou menos de 2.500 m de rede estragando, rede de malha 7 até malha 16.

- Porque não dá pra usar, né?

É, não pode usar, fazer o que? (Morador de Degredo, entrevista em maio de 2021)

O entrevistado se refere à proibição da pesca no mar pela Justiça Federal desde 2016, devido à contaminação de peixes e camarão constatada em estudos de três universidades: UFES, FURG e UERJ. Também é interessante notar na fala do morador do Degredo que a pesca é “fonte de renda” – podemos imaginar como surgiu entre eles essa formulação, que não é nada arbitrária e revela, no nosso entendimento, um aprendizado de como reivindicar seus direitos em uma sociedade em que pouco importa aquilo que não for – em termos genéricos, não categoriais – “fonte de renda”.⁴⁵⁷

⁴⁵⁷ Comparar com a fala de um pescador de Regência impactado pela “lama” da Samarco: “É aquela velha história, quando chega na frente do Juiz né o rapaz diz para juiz que meu dano é incalculável [...]. O juiz simplesmente vai dizer para ele que se é incalculável eu não posso fazer nada por você, a verdade é essa.” (CAU, 2019, p.100).

Por outro lado, conforme já debatido no capítulo 4, a um nível mais categorial pode ser feita a pergunta sobre a pesca dos moradores do Degredo, se ela é “fonte de renda” ou “subsistência”, ou ainda “de subsistência com venda de excedentes”. Entendemos que essas definições e distinções parecem estar mais na cabeça do pesquisador do que na dos pescadores, mas ao mesmo tempo os sujeitos atingidos precisam lidar com essas abstrações quando reivindicam reparações e compensações da empresa Samarco ou quando se posicionaram contrários à instalação da Manabi no processo de licenciamento ambiental.

Assim como no caso da Nutripetro acima relatado, também o Porte Norte Capixaba teve a Licença Ambiental indeferida pelo IBAMA. Mais exatamente, o Parecer do IBAMA de 2015 afirmou que, considerando a relevância ambiental da área proposta para o porto, e que a avaliação de alternativas locais para o terminal portuário foi realizada de forma insatisfatória, deveria ser estudada nova localização para o porto.

Aqui voltamos à questão sobre o terreno comprado pela Manabi, mencionado acima. Invertendo a ordem, a empresa parece ter comprado o terreno não apenas antes da obtenção da licença ambiental, mas mesmo antes da realização do EIA-Rima pela empresa de consultoria Econservation. Assim, os consultores avaliaram três alternativas locais, conforme exigido pela legislação (CONAMA, 1986), porém essa avaliação era fictícia, já que a localização havia sido escolhida previamente. Mais uma vez, o Estudo de Impacto Ambiental aparece como um espetáculo: afirmação da “escolha já feita” (DEBORD, 2019, § 6). Se outros capítulos dos EIA-Rimas por nós analisados apresentam dados mais robustos e metodologias de análise de impactos e estudos sobre as populações e a biodiversidade do entorno do empreendimento – ainda que a conclusão seja sempre a recomendação da implantação, com medidas mitigadoras e/ou compensatórias em relação aos impactos – a seção de análise de alternativas locais, comparando normalmente três possíveis localizações, é a mais irrelevante das análises: a empresa de consultoria não tem mesmo qualquer aparência de autonomia quando o terreno já foi selecionado pelo empreendedor por motivos que não vêm ao caso.

Após não conseguir a Licença Ambiental do IBAMA, em 2015, a empresa Manabi S.A. mudou de nome para MLog S.A. e, por algum tempo, parece ter tido a pretensão de iniciar o licenciamento, agora junto ao órgão estadual de meio ambiente do Espírito Santo. Para tal, bastava licenciar o terminal portuário separado do mineroduto, pois nesse caso

o empreendimento se localizaria apenas em um estado⁴⁵⁸. O protocolo de intenções para a execução do projeto foi assinado em 2016 no Palácio Anchieta, em Vitória, entre o governo do estado, a Prefeitura de Linhares e a empresa MLog. Conforme noticiou o *site* do próprio governo estadual:

Estado terá polo empresarial em Linhares

[...] O documento estabelece as atribuições de cada parceiro no projeto de criação de um polo empresarial e logístico de 12 milhões de metros quadrados no município. O distrito terá nove unidades, que incluirá: polo de distribuição, zona de processamento de exportação, polo moveleiro, zona de armazenamento e silos, condomínio de serviços, concretaria, zona de processamento (aço e granito), condomínio industrial e polo gás/químico.

“Hoje estamos dando um passo importante na caminhada deste projeto com a assinatura do protocolo de intenções. Historicamente sofremos com a burocracia, porém esperamos avançar para conseguirmos viabilizar a modernização de nossos moldais logísticos e, conseqüentemente, dar mais competitividade ao Estado. Se conseguirmos avançar neste projeto, vamos desenvolver a região Norte do Espírito Santo e beneficiar os estados vizinhos no escoamento de seus produtos”, analisou o governador Paulo Hartung. (ESPÍRITO SANTO, 2016).

Em muitas falas de políticos e empresários sobre a “lentidão” do licenciamento ambiental e da burocracia, fica implícito que, do seu ponto de vista, seria preferível a rapidez do Estado naquele período anterior em que, em nome dos *interesses nacionais*, não era necessário consultar *populações tradicionais*, analisar os impactos da poluição, etc.⁴⁵⁹

Porém, apesar das palavras do governador em que a gestão dos conflitos sociais e ambientais é resumida como “burocracia”, o projeto não avançou. É curioso que, enquanto a área mencionada no EIA era de 2013 (5,97 ha), o protocolo de intenções mencionado em 2016 fizesse referência a um “polo empresarial e logístico de 12 milhões de metros quadrados”, correspondente a 1200 ha, mesma área do terreno que a MLog possui em Linhares segundo comunicado aos acionistas (MLog, 2016, p.10). Mas quando a notícia do governo do estado menciona o polo empresarial previsto no Protocolo de Intenções, fala em diversas atividades como “polo moveleiro”, “polo gás/químico”, dando a entender que se trataria de um distrito industrial, mas jamais informando que o

⁴⁵⁸ O IBAMA era o órgão competente para o licenciamento conjunto do Porto com Mineroduto, conforme previsto na Resolução CONAMA nº 237, de 1997: “Art. 4º - Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, [...] o licenciamento ambiental, a que se refere o artigo 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, de empreendimentos e atividades [...] localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados”

⁴⁵⁹ Conferir o artigo de Garzon (2008, p.2) que comenta um “estudo do Banco Mundial sobre o ‘obstáculo’ do licenciamento ambiental no Brasil, a ‘demora’ de seu processamento e os custos ‘significativos’ envolvidos nele.”

terreno já é todo pertencente à MLog. Omissão nada casual. Mas o “polo empresarial” não foi para a frente, possivelmente devido à crise de toda a economia brasileira naqueles anos, além da queda nos preços do minério de ferro.⁴⁶⁰

É importante relatar também que em 2016 a MLog (ex-Manabi) comprou a CNA – Companhia de Navegação da Amazônia, empresa de Navegação Fluvial fundada em Manaus há mais de 70 anos. A MLog afirma em seus relatórios para acionistas que sua subsidiária no setor de navegação fluvial no norte do Brasil é operacional, enquanto a subsidiária Companhia de Desenvolvimento Norte Capixaba está “em estágio pré-operacional”, “sendo proprietária de um terreno no município de Linhares, no Espírito Santo” (MLog, 2021, p.31; p.62). Em comunicação pessoal com moradores de Regência e do Degredo, fomos informados que o terreno parece estar ocioso, aguardando desdobramentos futuros.

5.7. Breve crítica de uma formulação sobre conflitos entre “grandes projetos” e populações tradicionais

Como já foi abordado no capítulo 4 desta dissertação, uma série de comunidades passaram a ser classificadas como *populações tradicionais* na segunda metade do século XX, classificação que se insere em processos históricos desse período recente e pode ser compreendida sob diferentes aspectos. Retomando um debate dos capítulos anteriores, podemos sugerir que, enquanto nas “formas coloniais de classificação social e governança” havia direitos e deveres diferentes para “índios selvagens”, “índios civilizados”, “escravos”, “brancos” (MOREIRA, 2017), ao longo do século XIX, com a predominância das ideias liberais – ainda que “fora do lugar”, com as relações pessoais de “favor” mantendo-se na prática (SCHWARZ, 2000) – o Brasil torna-se aos poucos uma sociedade de cidadãos, em tese, iguais perante a lei, igualação dos sujeitos sobretudo enquanto trabalhadores; finalmente, em um período mais recente, o “movimento de exploração abstrata da força de trabalho” (KURZ, 1992) vai alcançando seus limites, deixando de integrar grande parte das populações na “moderna máquina de exploração” (Ibid.). Ao mesmo tempo a classificação de diversas populações tradicionais ganha força, também devido à luta e protagonismo político das populações envolvidas.⁴⁶¹

⁴⁶⁰ Sobre o estouro da bolha financeira mundial, que se desdobrou na queda dos preços das *commodities* em 2008 e sobretudo após 2011, conferir Pitta (2020).

⁴⁶¹ Sobre “protagonismo indígena”, conferir Almeida (2017), J. Apolinário e V. Moreira (2021) e o debate que fazemos com essas autoras no capítulo 2. Em nossa pesquisa também pudemos constatar em diversos momentos o protagonismo de populações como os quilombolas de Degredo e os pescadores de Regência e

Ao analisarmos documentos da época do planejamento e inauguração do Portocel e fábrica da Aracruz Celulose, vemos que a região era considerada um grande vazio, supostamente com vocação para a silvicultura justamente pela ausência de atividades econômicas e de pessoas. Nos últimos anos, em parte devido à luta de comunidades que vêm garantindo seu reconhecimento como tradicionais, não é mais possível que uma grande empresa se instale no litoral norte capixaba sem levar em consideração as populações locais. Nesta seção, desdobramos essa discussão ao observar as controvérsias que podem se instalar também no interior dessas comunidades.

Em artigo do Observatório de Conflitos do Campo – OCCA, coordenado pela Professora da UFES Simone Ferreira, foi abordado o conflito territorial entre comunidades tradicionais e “projetos desenvolvimentistas de ampliação da infraestrutura portuária”, incluindo entre estes o projeto da empresa Manabi:

[...] as comunidades tradicionais ribeirinha e campesina localizadas às margens da foz do rio Doce encontram-se atualmente em conflito territorial com o projeto desenvolvimentista de implantação portuária ligada à atividade da mineração, acompanhado de outras empresas subsidiárias [...] (FERREIRA et al., 2014, p.2)

Neste capítulo, estamos tendo evitado afirmar que “o Estado” brasileiro atualmente está agindo neste ou naquele sentido, tendo em vista as várias instituições como Ministério Público, IBAMA, ICMBio, FUNAI, cujos servidores têm algum grau de autonomia, ainda que essa autonomia seja, sem dúvida, limitada. No mesmo sentido, preocupa-nos na citação acima a ideia de que uma comunidade inteira esteja “em conflito territorial” com o porto em questão. Por isso, neste capítulo buscou-se muitas vezes falar em *controvérsias*, mais plurais do que um *conflito*, conceito que muitas vezes é entendido no sentido de conflito estritamente fundiário, mesmo que seu sentido possa ser mais amplo. Conforme visto acima, a empresa Manabi realizou uma série de reuniões com as populações locais, além de propaganda na mídia, enfatizando os empregos a serem gerados sobretudo nas obras e também, em menor número, na operação do porto. Assim, é difícil afirmar quantos desses pescadores tradicionais, ribeirinhos e quilombolas em determinado momento estavam a favor ou contrários à instalação daquele porto. Para

Barra do Riacho, entre outros, na luta por direitos que não “caem do céu”. Seria ingênuo, portanto, entender que essas populações foram classificadas como tradicionais apenas devido a um movimento amplo da totalidade concreta do capitalismo global, movimento que passa pelas suas costas. Não obstante, os processos ocorrem no mesmo período histórico: também seria ingênuo enxergar apenas o protagonismo dos sujeitos sem observarmos ao mesmo tempo as mediações que os envolvem.

afirmarmos algo nesse sentido, seria necessária toda uma outra pesquisa, com dezenas ou centenas de entrevistas.

Também em relação ao Portocel e à fábrica da Suzano, é possível, em uma análise inicial, afirmar que toda a comunidade tradicional de pescadores artesanais da Barra do Riacho estaria em “conflito territorial com o projeto desenvolvimentista”. Mas para além dessa constatação, é importante observar a atuação das empresas junto às comunidades, que podem convencer algumas lideranças locais, mas não todas, gerando desconfianças como a que expressou um pescador em nosso trabalho de campo na Barra do Riacho: “A Colônia de Pesca⁴⁶², pra mim, não tem transparência. O representante da colônia se reúne com empresas, com governo, só ele sem mais ninguém” (Sr. A., pescador).

A notícia de jornal abaixo, referente ao porto que a empresa Petrocity pretende construir no sul de São Mateus, e que ainda não tem licença ambiental, fornece mais elementos para nos questionarmos sobre as controvérsias internas às populações do litoral capixaba:

Pastores de São Mateus e Linhares unidos em oração pelo porto da Petrocity nesta quinta (27), às 9h, em Urussuquara

O presidente do Copesm, pastor Robson Aurélio, salienta que muitos negócios e serviços poderão vir para a região como bênçãos, e gerar muitos empregos.

Segundo a organização, o encontro no Farol de Urussuquara terá a participação de representantes da Associação de Moradores e Comerciantes de Urussuquara e de outras adjacentes (Censura Zero, 25/02/2020).

Não podemos afirmar, com base em tal notícia, que a comunidade de Urussuquara, no litoral sul de São Mateus, estava inteiramente a favor do porto da Petrocity, nem afirmar que não havia qualquer conflito territorial. Mas é possível que esses pastores convençam parte da população local. E quais são as relações e as “bênçãos” dos pastores com as empresas? Também aqui, seria necessário todo um estudo de campo detalhado.

Devido às limitações da pandemia de covid-19, apenas parte desse estudo em campo pôde ser realizado em nossa pesquisa. Em entrevista em Regência com um morador que reside na vila há mais de 30 anos, ele nos afirmou que, pela sua experiência,

C.: [...] todo porto, não só porto, todo grande empreendimento, o discurso das empresas é o mesmo: vai gerar empregos. Qualquer empreendimento, qualquer

⁴⁶² “Colônia de Pescadores Z-7”, localizada na Barra do Riacho. Conforme abordado no capítulo 4, essas instituições foram criadas por Decreto em 1934, com objetivos de controle social similares aos dos sindicatos também criados pelo governo Vargas nos anos 1930. Não obstante, ainda hoje muitas pessoas pescam sem estarem cadastradas nas Colônias de Pesca.

lugar do Brasil, mesmo que seja pra gerar 100 empregos e temporariamente, mas chega com esse discurso, “vou gerar tantos empregos” [...]

Evandro: A Petrobras gerou emprego aqui até quando?

C.: Até 2010, mais ou menos. [...] Aí a Manabi começou a conversar com algumas lideranças [...]. Lá em Povoação o Simeão, mas como ele tava muito envolvido no movimento de pescadores artesanais e povos tradicionais, ele não entrou muito na proposta da Manabi. E aí pegaram outros pescadores lá que eram contra o Simeão (entrevista em agosto de 2022. Cf. Anexo I).

Ainda segundo ele, entre as comunidades, a do Degredo foi a mais reticente à implantação do porto devido a experiências passadas:

eles já tinham uma experiência ruim da UTGC, Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas [da Petrobras]: é um grande empreendimento, uma unidade de tratamento de gás enorme e tal, e aí gerou alguns poucos empregos bem precários no início, e depois gerou nada, então eles já tinham uma experiência ruim com a UTGC e falaram: “Pô, tão prometendo o mesmo que a UTGC prometeu e depois...”

Então aí, ficou a polarização - como sempre acontece, né? (Ibid.).

Assim, consideramos relevante, nos estudos futuros sobre estes *grandes projetos*, que sejam investigadas as controvérsias, tanto externas como internas às comunidades de pescadores: pensar uma *população tradicional* como um grupo homogêneo equivaleria a pensá-los também como isolados, sem mediação com uma totalidade em processo na qual as contradições vão se acirrando conforme a crise fundamental da sociedade do trabalho vai se manifestando em crises empíricas.

5.8. Conclusões sobre as diferenças entre a década de 1970 e a de 2010

Em paralelo à análise do planejamento de grandes projetos portuários no litoral norte capixaba, em termos de discussão teórica o objetivo deste capítulo foi investigar as diferenças entre a modernização e o papel modernizador do Estado em dois momentos: o *Estado planejador* dos anos 1970 e o *Estado gestor* de conflitos, controvérsias e crises em um período mais recente. O primeiro conseguia gerar uma aparência de unanimidade em relação aos *grandes projetos* desenvolvimentistas, mesmo que para isso precisasse recorrer à censura e à repressão; já em um segundo período – que observamos aqui na década de 2010, mas não se limita àqueles anos – o Estado parece ter mais dificuldade para gerar a aparência de unanimidade dos sujeitos-trabalhadores.

Em resumo, na década de 1970 o porto chegava em um “vazio geográfico”, sem “qualquer atividade econômica na região” (A GAZETA, 1978), promovia a urbanização, assalariava a população local e mobilizava ainda milhares de trabalhadores migrantes,

população que seguia os “grandes projetos” no Espírito Santo como o complexo do eucalipto em Aracruz e o porto de Tubarão em Vitória, e ainda em outros estados, como as grandes hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, que mobilizaram dezenas de milhares de trabalhadores no pico das obras. Apesar de todos os impactos considerados negativos, a exemplo da poluição e do *boom* de prostituição (também centenas de trabalhadoras mobilizadas), era possível, mediante censura e repressão, gerar uma aparência de unanimidade sobre a importância daqueles empreendimentos para o “interesse nacional”, correspondente aos “mais legítimos interesses de todos os brasileiros” (A GAZETA, 1978). Conforme afirma o historiador Carlos Fico (2004), o governo militar tinha entre seus fundamentos a crença de que seria possível eliminar “quaisquer formas de dissenso na sociedade”.

Na década de 2010, após a legislação ambiental, a Constituição de 1988 e outras mudanças legais que refletem mudanças na sociedade, os portos passam por um longo processo de Licenciamento Ambiental. Caso obtenham as devidas licenças, instalam-se em um território vizinho de pescadores, quilombolas, indígenas etc., populações reconhecidas pelo Estado, com uma juridificação dos direitos ao seu “modo de vida tradicional”. O horizonte de “integração” e igualação de todos estes como trabalhadores e cidadãos homogêneos parece ter ficado para trás: além de poucos empregos – em comparação com a população do entorno e também em proporção com os milhões ou bilhões de reais investidos nos complexos portuários – as empresas “oferecem” às populações impactadas cursos de “qualificação profissional” e apoiam alguns projetos sociais locais. “[A empresa] vai causar os danos mas compensar com outro. É como ‘tome lá e me dê cá’”, afirma o Sr. P., morador do Degredo que entrevistamos (cf. Anexo I). Na Festa do Caboclo Bernardo de 2022, alguns integrantes da banda de congo da Vila do Riacho no município de Aracruz, vestiam uma camisa (Figura 24) que, atrás, mencionava entre os “patrocinadores” da banda o Instituto Votorantim e a Fibria.⁴⁶³

⁴⁶³ Fibria foi o nome da Aracruz Celulose S.A. após sua compra pelo Grupo Votorantim em 2009, com apoio do BNDES. Em 2018 a Suzano adquiriu a Fibria. Segundo a Reuters (2018), após a fusão a Suzano tornou-se a maior produtora de celulose do mundo e a “quinta maior empresa do país em valor de mercado (83 bilhões de reais)”, embora com uma “dívida líquida combinada [de] cerca de 50 bilhões de reais”



Figura 24: Banda de Congo São Benedito do Rosário de Vila do Riacho. Na camisa à direita, Fibria e Instituto Votorantim. Foto por Lucas Gomes, 5/6/2022.

Apesar dessas mudanças consideráveis, o trabalho permanece como centro da forma social, ao menos no seu sentido fetichista de relações entre pessoas mediadas por *expectativas* de postos de trabalho: as vagas de emprego são noticiadas (e infladas) nas manchetes dos jornais (Figuras 25 a 27). Mas na realidade esses portos mobilizam cada vez menos as populações locais como trabalhadores.

Como explica Alacir Nadai para o caso da ex-Aracruz Celulose, esta empresa afirmava, em material publicitário de 2004, gerar quatro empregos diretos para cada hectare de eucalipto, indicando a “importância econômica e social destas plantações”. Em um dos capítulos do livro *Aracruz Credo*, Nadai (2011, p.107) calcula que, com base nessa afirmação, a Aracruz Celulose, com 247.000 hectares de eucalipto em 2004, estaria gerando 988.000 empregos diretos, mas na realidade gerava apenas 2.031. Nadai (2011, p.110) compara ainda diferentes fontes sobre os empregos gerados:

Vejamos alguns exemplos:

- Segundo José Carlos Mendes, gerente florestal da empresa Klabin, em palestra proferida na Alemanha, em setembro de 2004, contando com 5 milhões de hectares de plantações, o setor “florestal” gera no Brasil 1,5 milhão de empregos diretos e 5,2 milhões de empregos indiretos.
- O deputado federal Renato Casagrande, em artigo no jornal A Gazeta, de 2003, afirmou que a geração de empregos [do setor “florestal”] é de 2 milhões de empregos diretos.

- Para Antônio Claret, presidente da Associação Mineira de Silvicultura, o setor “florestal” cria 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos, conforme entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em 7 de outubro de 2004.

O site da Sociedade Brasileira de Silvicultura (www.sbs.org.br), informa apenas a geração de 31.004 empregos na “atividade florestal” no Brasil. [...]

Conclui-se, portanto, que os dados divulgados não estão baseados em fontes seguras. Quando as fontes das informações são questionadas, [...] não se obtém respostas com exatidão.

Vimos no capítulo 2 que a mobilização do trabalho no litoral norte capixaba teve como pressuposto um longo processo de disciplinamento de corpos e mentes como “corpos dóceis” (GAUDEMAR, 1977) para o trabalho abstrato. Neste capítulo 5, abordamos primeiro um empreendimento de grande porte, um complexo agro-industrial-portuário, que mobilizou cerca de 13 mil migrantes nas obras no litoral de Aracruz onde antes, segundo os empresários, “não havia qualquer atividade econômica na região” (A Gazeta, 31/10/1978, p.14). E mais recentemente, vemos projetos de portos apresentando em primeiro lugar para a população o número de empregos gerados, via TV, rádio, jornais e *sites* de notícias que geralmente fazem reportagens sem críticas ou apurações, apenas publicam os “*releases de imprensa*” (Figuras 25 a 27). A população já parece ter internalizado a moral do trabalho, não é mais preciso convencê-la a trabalhar por violência direta: pelo contrário, em um contexto no qual já foi formada uma superpopulação relativa (MARX, [1867] 1996) de trabalhadores precisando vender sua força de trabalho, a disputa por vagas cada vez mais escassas é como se manifesta no cotidiano o processo de modernização que buscamos estudar desde o século XIX. É preciso reconhecer, porém, que não são só as vagas de trabalho nos portos que movem os sujeitos contemporâneos no litoral norte do Espírito Santo: também a pesca – como trabalho produtor de mercadorias, como atividade subsistência e ainda lazer, frequentemente os três misturados – e também os cultivos do cacau sombreado e da mandioca podem ser encontrados. Quem buscar encontrar elementos *tradicionais*, sem dúvida, poderá encontrá-los.

26/04/2010 - 00h00 - Atualizado em 26/04/2010 - 00h00

Ambitec vai construir porto de R\$ 850 milhões em Aracruz

Serão 2,5 mil trabalhadores diretos e indiretos

A GAZETA

Figura 25: Reportagem sobre Porto Nutripetro (A Gazeta, 2010)

CBN Vitória Buscar

COM FERROVIA

Projeto de R\$ 3,1 bi em porto vai abrir 2,5 mil vagas em São Mateus

O número de vagas é para a fase de obras, de acordo com anúncio durante assinatura do memorando, no Palácio Anchieta

Publicado em 17/01/2019 às 21h11
Atualizado em 20/05/2021 às 07h31

Figura 26: Reportagem sobre Petrocity (CBN, 2019)

Investimento bilionário

Governo dá autorização final e Imetame inicia obras de porto no ES

Contrato que libera movimentação de vários tipos de carga no local foi assinado nesta quarta-feira (7) pelo ministro Tarcísio Freitas. Construção em Aracruz já foi iniciada e deve gerar 650 empregos no pico de obras

Natalia Bourguignon | Repórter de Economia
nbourguignon@redgazeta.com.br

Vitória / Rede Gazeta
Publicado em 07/07/2021 às 20h23

Figura 27: Reportagem sobre Porto da Imetame (A Gazeta, 2021)

Assim, se os portos analisados – e ainda os mais recentes, apenas mencionados: Imetame e Petrocity – têm semelhanças entre si, como o fato de se instalarem em territórios previamente pouco urbanizados e distantes das sedes dos municípios, outra semelhança é a permanência do papel de destaque da criação de empregos, quase sempre exagerados, como justificativa do papel social dos portos, da sua contribuição para o *desenvolvimento regional*. Poderíamos alegar que não faz mais sentido falar em desenvolvimento regional, aliás, não faltariam argumentos nesse sentido já que estamos entendendo que o Estado planejador – aquele que, em tese, colocava os “interesses nacionais” acima das regiões – deu lugar a um Estado gestor de conflitos e de crises. Mas assim como as *expectativas de emprego* já movem processos antes mesmo da contratação do primeiro empregado, também o *desenvolvimento regional* segue institucionalizado, basta recordar que, na década de 2010, o Porto Norte Capixaba, da Manabi, era anunciado

como o primeiro grande porto capixaba localizado na área da SUDENE, o que significaria *incentivos fiscais* para aquele porto.⁴⁶⁴ Assim, não basta insistir na falsidade do *desenvolvimento da região*, é importante investigá-lo enquanto falso e real ao mesmo tempo: como um ideia presente ainda que fora do seu tempo e lugar (SCHWARZ, 2000).

Esse conjunto de discussões sobre desenvolvimento e modernização norteou nossa pesquisa, tanto nos estudos sobre um período normalmente considerado anterior ao desenvolvimentismo – período no qual argumentamos que diversos processos modernizadores já se desdobravam – como no período propriamente desenvolvimentista e ainda no período mais recente. Neste último período, a racionalidade quantificadora dos sujeitos esclarecidos, parece mostrar cada vez mais os fundamentos fetichistas de um processo cujo *sujeito é automático*. Assim, não obstante as lutas das *populações tradicionais* – em parte também lutas para se tornarem sujeitos consumidores numa sociedade onde a *mercadoria* é a ilusão real –, não obstante a *crise do trabalho*, não obstante essa racionalidade ter dado origem a desastres socioambientais como o da Samarco, os “grandes projetos” portuários exportadores de minério, granito e celulose seguem sendo projetados por empresas e consultorias que se especializaram nessas atividades. Os “grandes projetos” seguem sendo apresentados às populações como a garantia de milhares de empregos, de “desenvolvimento regional” e perspectiva de futuro dos filhos dos pescadores que vivenciam dificuldades na pesca, não mais tão abundante como antes, devido aos desdobramentos catastróficos das modernizações anteriores.⁴⁶⁵ Assim, já que “o progresso é natural” (BRAGA, [1953] 1984), fica naturalizado que a modernização siga⁴⁶⁶, ou ao menos tente seguir, o movimento para frente da locomotiva do progresso rumo a novas catástrofes, cada vez mais amplas, sem que qualquer ator racional consiga descobrir como puxar os freios de emergência.⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ “O empreendimento da MLog [ex-Manabi] poderá contar com incentivos fiscais da Sudene, que inclui a região de Linhares (ES), e também de programas do governo do Espírito Santo” (Site De Linhares, 2016).

⁴⁶⁵ “[...] tinha o pessoal da UFES fazendo um trabalho [e dizendo]: “tal pescador tá defendendo Manabi”. Pois é, por que que o cara mudou de ideia? Ele tá vendo que a pesca não tá dando pra ele manter nem os filhos dele. Ele tá vendo os filhos, netos crescerem sem perspectiva de renda, de trabalho e tal. Então ele tá vendo o porto como o futuro dos filhos.” (C., entrevistado em Regência em 2022, cf. Anexo I).

⁴⁶⁶ A modernização não anda sozinha: é empurrada por pessoas, especialistas em modernização e na “posse das coisas – que, por isso, são eles mesmos possuídos pelas coisas” (DEBORD, 2019, § 143).

⁴⁶⁷ Fazemos referência nesta última frase ao comentário de Michael Löwy (2005, p.90-93) sobre Walter Benjamin, que Löwy cita textualmente: “Marx havia dito que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato, pela humanidade que viaja nesse trem, de puxar os freios de emergência.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Adilson Avansi. A Colonização italo-gemânica no Espírito Santo e seus problemas. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 44, p. 85-102, 1967.

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1944] 1985.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. *O desbravamento das selvas do rio Doce (Memórias)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, nº 75, 2017.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

ANDRADE, Julia Cossermelli de. Pierre Monbeig, um francês diante da geografia do movimento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v.52, p.43-68, 2011.

ANDRADE, Luiz Evangelista. Esboço de uma crítica à compreensão fetichista da formação do Espírito Santo como “formação econômica”. *Revista Geografares*, n.30, Vitória, jan-jun 2020.

APEES – Arquivo público do Estado do Espírito Santo. Livro Tombo da Vila de Nova Almeida. Imprensa Oficial do Espírito Santo, Vitória, 1945. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/Livro_Tombo_da%20Vila_de_Nova%20Almeida_APEES_1945%201111.pdf>. Acesso em: 10/06/2022.

APOLINÁRIO, J. R.; MOREIRA, V. M. L. Diretório dos Índios entre recepções, traduções e novas operações historiográficas. *Saeculum – Revista de História*, [S. l.], v. 26, n. 44, p. 281–289, 2021.

ARARIPE, Eng.º D. de Alencar. *História da Estrada de Ferro Vitória a Minas - 1904-1954*. Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1954

ÁVIDOS, Florentino. *Mensagem final apresentada pelo Snr. Presidente do estado do Espírito Santo. Serviços realizados no quadriênio 1924-1928*. Vitória, 15 de junho de 1928. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/GrupodeArquivos/mensagens-2>>. Acesso em: 10/06/2022.

BARCELLOS, Gilsa Helena. *Desterritorialização e R-Existência Tupinikim: Mulheres Indígenas e o Complexo Agroindustrial da Aracruz Celulose*. Tese de doutorado em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. *Argum.*, Vitória, v. 9, n. 1, 2017.

BIARD, Auguste. *Dois Anos no Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, [1862] 2004.

BECKER, Bertha Koiffmann. O Norte do Espírito Santo, Região Periférica em Integração. Parte 2. *Revista Brasileira de Geografia*, v.35, n.4, out-dez 1973.

- BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o Conceito de História. In: LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, [1940] 2005.
- BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BOECHAT, Cássio Arruda. *O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista*. 2013. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BOECHAT, Cássio Arruda (org.). *Os sentidos da modernização: ensaios críticos sobre formação nacional e crise*. Vitória: EDUFES ; Rio de Janeiro : MC&G, 2022.
- BONATO, Tiago. *O olhar, a descrição: a construção do sertão do nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783-1822)*. Dissertação de Mestrado em História. UFPR, Curitiba, 2010.
- BORGIO, Ivan; BRÍGIDA, Léa; PACHECO, Renato. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)*. Vitória: EDUFES, 1996.
- BRAGA, Rubem. *Crônicas do Espírito Santo*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1984.
- BRASIL Luana Melody; PIRES, Victor. *Rejeitos: vidas marcadas pela lama*. Brasília: FAC-UnB, 2017.
- CALMON JÚNIOR, Lastênio. *Vultos, Fatos & Lendas Linharenses*. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1975.
- CAMPOS, A. P.; RODRIGUES, Jaime. Memórias do Rio Doce. *Revista de Fontes*, v. 2, p. 51-69, 2015.
- CANCELA, Francisco. *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares, [1946] 1984.
- CAU, Patrícia. *Entre contos e cantos: a construção da memória coletiva das práticas culturais em Regência Augusta*. Dissertação de Mestrado em Ensino na Educação Básica. Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus/ES, 2019.
- CAZAL, Manuel Aires de. *Corografia Brazilica ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817.
- CELIN, José Lazaro. Imigração italiana no Espírito Santo: aspectos históricos e sinais contemporâneos. *Revista Geonordeste*, v. 3, p. 56-75, 2019.
- COUTINHO, Bispo D. José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípio do século XIX. Apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural–ES, 2002.
- CRUZ, Maurilen Paulo. *Faça-se Aracruz!* Serra, ES: Edições Tempo Novo, 1997.

- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. 20a edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alvez, [1901] 1946.
- CUNHA, Maria José dos Santos. *Os Jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos confrontos e encontros*. Tese de Doutorado em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais. Universidade de Évora, Portugal, 2015.
- CYRINO, Caroline de Oliveira e Silva. *Aos pescadores, a modernidade!* Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.
- DAMIANI, Amélia Luísa. *Observações de Método - Elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia - Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da Metrópole de São Paulo*. Tese de Livre Docência. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DANTAS, Mariana Albuquerque. Do discurso sobre o desaparecimento à participação política de indígenas na Confederação do Equador (Pernambuco e Alagoas, 1824). In: Fábio Feltrin de Souza; Luisa Tombini Wittman. (Org.). *Protagonismo indígena na História*. 1ªed.Tubarão: Copiart; UFFS, 2016, p. 143-172.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1967] 2019.
- DEFFONTAINES, Pierre. L'état d'Espírito Santo (Brésil). *Annales de Géographie*, Paris, t. 47, n°266, março de 1938. p. 155-178. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1938_num_47_266_11831>. Acesso em: 10/06/2022.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das Cidades. *Boletim Geográfico*, ano II, n. 14 e 15, maio e junho, 1944 [ed. fr. dez. 1938]. p. 141-148 e p. 299-308. Disponível em: <<https://realitas.joaosecarmona.com/2015/10/deffontaines-pierre-como-se-constituiu.html>>.
- DEFFONTAINES, Pierre. Os indivíduos-tipos do Brasil. *Boletim Geográfico*, ano V, n. 50, p.140-146, maio de 1947 [ed. fr. 1936].
- DEFFONTAINES, Pierre. As Nossas Responsabilidades Geográficas nas Zonas Tropicais. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, Ano VII, n.75, 1949, p.229-233. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n75_jun.pdf>. Acesso em: 14/06/2022.
- DEFFONTAINES, Pierre. Posições da geografia humana. Por que geografia humana? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.32, 1959, p.3-16. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1242>>. Acesso em: 16/06/2022.
- DESCOLA, Pierre. *Anthropologie de la nature. Leçon inaugurale*. Paris: Collège de France, 2001. Disponível em: < <https://books.openedition.org/cdf/1330>>. Acesso em 14/02/2021.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2000.

- DIEGUES, Antonio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: André de Castro Cotti Moreira. (Org.). *Espaços e recursos Naturais de uso Comum*. 1ed. São Paulo: NUPAUB, 2001, v. 1, p. 97-124.
- FALEIROS, Rogério; VARGAS, Neide. A formação Econômica do Espírito Santo: Complexo cafeeiro, elites e extraterritorialidade na periferia agroexportadora. In: Armando João Dalla Costa; Eduardo Gelinski Júnior; Marco Antônio Ribas Cavalieri. (Org.). *História Econômica do Brasil República*. 1ed. Curitiba-PR: CRV, 2012, p. 97-130.
- FERNANDEZ, Fernando A.S.; ARAÚJO, Bernardo B. As primeiras fronteiras: impactos ecológicos da expansão humana pelo mundo. p.97-118. In: FRANCO, José Luiz de A. et al. (org.). *História Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2ªed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- FERREIRA, Simone. *Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FERREIRA, Simone. *Donos do lugar: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte-ES*. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- FERREIRA, Simone; OLIVEIRA, J.; SALDANHA, M.C.; ALMEIDA, P.K. Conflitos territoriais entre projetos desenvolvimentistas de ampliação da infraestrutura portuária e comunidades tradicionais no Espírito Santo. *Boletim Dataluta*, v. 79, p. 2-8, 2014.
- FERRETTI, F. Pierre Deffontaines e as missões universitárias francesas no Brasil: geopolítica do conhecimento, circulação dos saberes e ensino da geografia (1934-1938). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v.36, n.1, p. 4-26, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/40362/21064>>. Acesso em: 25/07/2022.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas. *Parâmetros e Subsídios para a Reparação dos Danos Socioeconômicos dos Povos Tupiniquim e Guarani em Aracruz (ES)*. Rio de Janeiro, São Paulo: FGV, 2020. Disponível em: <<https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv>>. Acesso em: 12/12/2022.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.
- FILGUEIRAS, Juliana. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2006.
- FISCHER, Georg. Imigrantes de língua alemã e as visões do paraíso da elite capixaba (1847-1862). *Espaço Plural*, ano 9, nº 19, pp.59-66. Marechal Cândido Rondon, Paraná, jul-dez 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944361007.pdf>>. Acesso em 27/12/2022.
- FLORENCIO, Carlos Manuel. *As margens do Piraquê-Açu: etnogênese e território; uma abordagem geográfica*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, 2010.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

- FREITAS, Carlos *et al.* O desastre na barragem de mineração da Samarco - fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. *Ciência e Cultura*. vol.68 no.3 São Paulo, 2016.
- FREITAS NETTO, Ricardo de; DI BENEDITTO, Ana Paula Madeira. Diversidade de artefatos da pesca artesanal marinha do Espírito Santo. *Biotemas*, 20 (2), junho de 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Editora Nacional, [1959] 1987.
- GALEANO, Eduardo. *Dias e noites de amor e guerra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GARZON, Luis F.N. Bird 'sugere' licenciamento submetido aos investidores. *O Eco*, [s.l.] 2008. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/16818-oeco-26918/>>. Acesso em: 13/12/2022.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GOMES, Paulo C. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GOMES, Paulo C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.49-76, 2000.
- GOULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 409-434, nov. 2011
- GROSGOUEL, Ramón. 2010. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, nº 80, Março 2008, p.115-147.
- GUIMARÃES, Eduardo A. M. Ciência, técnica e tecnologia: Vassoura de Bruxa, Cacau Cabruca e a ideia de progresso no Sul da Bahia. *14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Anais Eletrônicos, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <http://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1688>. Acesso em: 08/08/2022.
- GUIMARÃES ROSA, João. *Grande sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- HAESBAERT, Rogerio; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008.
- HARAWAY. Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom*, Campinas, ano 3, n. 5, 2016. Disponível em: <<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>>. Acesso em 13/12/2022.
- HARAWAY, Donna; TSING, Anna. *Reflect on the Plantationocene: a conversation*. Junho de 2019. Disponível em: <<https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationocene/>>. Acesso em 30/09/2021.
- HARVEY, David. "O ajuste espacial: Hegel, Von Thünen e Marx". In: *A produção capitalista do espaço*. Annablume, São Paulo, 2005.

- HERKENHOFF & PRATES. *Estudo do Componente Quilombola da Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo*. Belo Horizonte, 2019.
- HOBSBAWM, Eric. A Produção em Massa de Tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBSBAWM, E. e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- IHG-ES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo. *Revista do IHG-ES*, anno 1, nº1. Vitória, 1917
- IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Perfil da Cidade de Linhares*. Vitória, outubro de 1980.
- IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. *Programa de Desenvolvimento Regional Integrado. Região Programa IV – Linhares*. Diagnóstico em convênio com o Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES). Vitória, setembro de 1983.
- JAPPE, Anselm. *A Sociedade Autofágica*. Lisboa: Antígona, 2019.
- JESUS, Marilena C. F. *Levantamento das espécies de restinga utilizadas nas comunidades de Pontal do Ipiranga e Degredo, Linhares, ES*. Dissertação de Mestrado em Biodiversidade Tropical, UFES, São Mateus/ES, 2012.
- KLUCK, Erick G. J. *Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2016.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KURZ, Robert. A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 23, n. 1, p. 190-206, 1995.
- KURZ, Robert. *Ler Marx lesen. Os textos mais importantes para o século XXI*. Frankfurt: Eichborn, AG, 2000. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz417.htm>>. Acesso em: 13/12/2022.
- KURZ, Robert. Razão sangrenta – 20 Teses contra o chamado Iluminismo e os "Valores Ocidentais". *Krisis*, Nuremberg, n.25, 2002. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm>>. Acesso em: 11/10/2020.
- KURZ, Robert. A História como Aporia. *Exit*, 2007. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/robertkurz.htm>>. Acesso em: 11/10/2020.
- KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. Geografia geral. Os gêneros de vida na geografia humana. *Geographia* (UFF), Niterói, n.13, p. 113-130, [1911] 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13504/8704>> Acesso em: 03/07/2022.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *As características próprias da geografia*. 1913. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/nugea/files/2010/09/as-caracteristicas-proprias-da-geografia-La-Blache1.pdf>> Acesso em: 12/05/2022.

LATOUR, Bruno. Grand entretien. *Horizons publics*, nº 4, ed. Berger-Levrault, Boulogne-Billancourt. Jul.-ago. 2018(a). Disponível em: <tinyurl.com/y3utm9co>. Acesso em: 26 jan. 2019.

LATOUR, Bruno. *Du bon usage de la consultation nationale*. AOC - Analyse Opinion Critique, Paris, 14 jan. 2019. Disponível em: <<https://aoc.media/analyse/2019/01/14/usage-de-consultation-nationale>>. Acesso em: 26 jan. 2019.

LATOUR, Bruno. *Onde aterrar?* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, Letícia. *As narrativas geográficas de viagem de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais no início do século XIX*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia - Licenciatura), Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2019.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil. *Cuadernos de Geografía*, v. 1, p. 75-92, 2014.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LINS, Jaceguay. *O Congo do Espírito Santo: uma panorâmica musicológica das bandas de Congo*. Vitória: Faculdade de Música do Espírito Santo, 2016.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

MACLELLAN, Matthew. Tragedy of Limitless Growth. In: *Environmental Humanities*, vol. 7, 2015, pp. 41-58, 2015.

MANABI S.A. *EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Mineroduto Morro do Pilar/MG a Linhares/ES e Porto Norte Capixaba*. Realização: Ecology Brasil/ Econservation Estudos e Projetos Ambientais Ltda. [s.l]. Outubro de 2013.

MANABI S.A. *Management's Discussion and Analysis of Financial Condition and Results of Operations For the Year Ended. December 31, 2014(a)*. Disponível em: <<https://www.ir.mlog.com.br/financial-information>>

MANABI S.A. *Financial Statements. December 31, 2014(b)*. Disponível em: <<https://www.ir.mlog.com.br/financial-information>>

MARQUES, Cezar Augusto. *Diccionario Historico, Geographico e Estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MARQUES, Julio; DALVI, Rafaela. *Augusto Ruschi*. S.d. Disponível em: <<https://www.augustoruschi.com.br/augustoruschi-2.html>>. Acesso em 12/12/2022.

MARTINS, Agnaldo et al. A pesca de camarão em Conceição da Barra, Espírito Santo, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro. In: HAIMOVICI,

- M.; FILHO, J.M.A.; SUNYE, P.S. (org.). *A pesca marina e estuarina no Brasil - estudos de caso multidisciplinares*. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. pp. 125-133.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARX, Karl. *O capital – crítica da Economia Política. Livro 1. Tomos 1 e 2*. São Paulo: Nova Cultural, [1867] 1996.
- MARX, Karl. Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, IN: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, [1857] 2008.
- MATTOS, Sonia Missagia de. Resistência e Ação Política: os índios "mansos" da Aldeia de Iiritiba. *Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*, v. 1, p. 24-42, 2017.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, [1970] 2016.
- MLOG. *Management Report – 2016 (Q4)*. Disponível em: <<https://www.ir.mlog.com.br/financial-information>>. Acesso em: 11/08/2022.
- MME – Ministério de Minas e Energia. *Informativo Luz para Todos nº 18*. Brasília, maio de 2009. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/Informativo%2018_CDR.pdf>. Acesso em 13/12/2022.
- MME – Ministério de Minas e Energia. *Luz para Todos. Um marco histórico: 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão*. Brasília, sem data. Disponível em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/downloads/Livro_LPT_portugues.pdf> Acesso em 13/12/2022.
- MONTEIRO LOBATO, José. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, [1919] 1956.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Vazios demográficos ou territórios indígenas? *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, ES, v. 11, p. 137-144, 2000.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX. *Dimensões: Revista de História da UFES*, Vitória, ES, v. 14, n.14, p. 151-168, 2002(a).
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras Indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, nº 43, p. 153-169, 2002(b).
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Caboclisto, vadiagem e recrutamento militar entre as populações indígenas do Espírito Santo (1822-1875). *Diálogos Latinoamericanos*, n. 11, 2005.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Poder local e “voz do povo”: territorialidade e política dos índios nas repúblicas de maioria indígena do Espírito Santo, 1760-1822. *Tempo*, Niterói, v. 22, 2016(a). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tem/a/9FYxChhRpfVyb5KSWCzbbLm>>. Acesso em 13/12/2022.

- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Colonialismo, policiamento dos costumes e protagonismo indígena (Espírito Santo, 1750-1822). IN: Souza et al. *Protagonismo indígena na história*. Tubarão, SC: Copiart/UFFS, 2016(b).
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.
- MUGRABI, Edivanda (org.). *Os Tupinikim e Guarani Contam...* Vitória: Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2ª ed., 2005.
- MP-ES - Ministério Público do ES. *Notificação Recomendatória*. Inquérito Civil nº 2014.0040.3124-93. Promotoria de Justiça Cumulativa de Aracruz, 30/11/2017.
- NADAI, Alacir De; SOARES, Luiz Alberto; OVERBEEK, Winnie. Promessas de emprego e destruição de trabalho. In: Helder GOMES e Winnie OVERBEEK (org.). *Aracruz Credo – 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde, 2011, p.107-130.
- NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- NEVES, Guilherme Santos. *Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba: 1944-1982*. Vol. 1. Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 2008.
- NOGUEIRA, Carlo Eugênio. Expedições geográficas e formação territorial no Espírito Santo (c. 1943). *Terra Brasilis* (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, v. 13, p. 6, 2020.
- NOVAES, Juliana N. *De Watu ao mar: navegando na memória coletiva da Vila de Regência nos anos iniciais da educação básica*. Dissertação de Mestrado em Ensino de Humanidades. Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, Vitória, 2020.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, [1979] 1995.
- OCCA – Observatório dos Conflitos no Campo. *Estudo Territorial da Comunidade de Areal e Santa Maria, Rio Doce - Linhares (ES)*. Relatório Final [não publicado]. Vitória, outubro de 2017.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classe*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. O surgimento do antivalor. *Novos Estudos* nº 22, São Paulo, out. 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão Dualista*. São Paulo: Boitempo, [1975] 2003.
- OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de. *Terra, trabalho e relações interétnicas nas vilas e aldeamentos indígenas da Província do Espírito Santo (1845-1889)*. Tese de Doutorado em História, UFRRJ, Seropédica, 2020.
- OLIVEIRA, Ueber J. *Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, UFSCar, São Carlos, 2013.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 61-84, out. 1997.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Entrevista. *Acervo*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 1–17, 2021. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1754>>. Acesso em: 13/12/2022.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. & ALMEIDA M.C. Prefácio. In: Fábio Feltrin de Souza; Luisa Tombini Wittman. (Org.). *Protagonismo indígena na História*. 1ªed.Tubarão: Copiart; UFFS, 2016, p.7-14.

PICCOLI, Bianca. *Rio Doce, lugar de memória: trajetórias dos pescadores de Itapina e rejeitos de mineração da Samarco*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2020.

PITTA, Fábio. O Crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho. Bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação. *Revista Sinal de Menos*. Ano 11, no14, vol.1, 2020.

PORTOCEL. *EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Projeto Portocel II*. Realização: Econservation Estudos e Projetos Ambientais Ltda. [s.l]. Agosto de 2017.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Comunidades de pescadores tradicionais e os vetores do desenvolvimento na planície costeira do rio Doce (ES) entre 1980-2015. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, v.10, n.1, 2019.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, [1942] 1961.

REBELLO, Wanderson dos Santos. *O papel dos canais do DNOS nas várzeas do Riacho (ES): estudo de caso sobre a constituição técnico-científica da configuração territorial capixaba*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO FILHO, Sebastião. Fraudes e ilegalidades. IN: Helder Gomes e Winnie Overbeek (Org.) *Aracruz Credo – 40 anos de violações e resistência no ES*. Vitória, Rede Alerta contra o Deserto Verde, 2011, p.151-171.

ROCHA, Diego Ferreira da. *As lutas indígenas em contextos de injustiças e conflitos ambientais: vida, saúde e mobilizações dos povos Tupinikim e Guarani Mbyá no Norte do Espírito Santo*. Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3a ed. Vitória, APEES, 2008.

RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. *Revista Brasileira de História*, vol. 37, n. 75, 2017.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Garnier, [1833] 2020.
- SALETTI, Nara. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.
- SANDERS, Ladislau. *De ribeirão à atingido: a luta pela terra da comunidade de Entre Rios, no contexto do Desastre da Samarco*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. O nascimento dos grandes projetos. In: João Gualberto Vasconcellos (org.). *Memórias do Desenvolvimento*. Vitória: Multiplicidade, 2004.
- SANTOS, Kátia Hale dos. Josué de Castro: Fome e Repercussões Sociais. *Revista Serviço Social & Saúde*. Campinas, v. X, n. 11, Jul. 2011.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo: EdUSP, [1975] 2002.
- SANTOS, Milton et al. *O papel ativo da Geografia: um manifesto*. Florianópolis: XII Encontro Nacional de Geógrafos, 2000.
- SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. *Krisis*, Nuremberg, 1992. Disponível em: < <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>>. Acesso em: 05/05/2021.
- SCHOLZ, Roswitha. *Não digo nada sem a minha Alltours*. EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria, nº 7, Nuremberg, 2010. Disponível em: < http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz14.htm>. Acesso em: 05/05/2021.
- SCHOLZ, Roswitha. Cristóvão Colombo forever? - para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “colapso da modernização”. *Geografares*, n. 28, p.116–169, 2019. DOI: 10.7147/GEO28.24390. Acesso em: 05/05/2021.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Editora 34, [1977] 2000.
- SILVA, Bianca J. *A lama que rolou de cima*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- SILVA, Edson Hely. Xukuru: Memórias e História dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. Tese de Doutorado em História. UNICAMP, Campinas, 2008.
- SILVA, Sandro José da. *Tempo e espaço entre os Tupiniquim*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, 2000.
- SIMAS, Luiz Antonio. Sabenças Encantadas. Entrevista a Cristiane Nascimento. *Revista Comunicação e Memória*, nº 4, Dezembro de 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/sabencasencantadas>>. Acesso em 13/12/2022.
- SIMAS, Luiz Antonio e RUFINO, Luiz. *Fogo no mato*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- SIQUEIRA, Padre Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século*. In: A Província do Espírito Santo, Vitória, 22 de março a 7 de maio de 1885. Disponível em: <<https://estacaocapixaba.blogspot.com/2016/01/artigo-30.html>>. Acesso em 16/12/2022.

- SLENES, Robert. *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas, Editora da Unicamp, 2011.
- SOARES de SOUZA, Paulino José. *Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1870.
- SOUZA, Candice Vidal e. A noção de fronteira e o espaço nacional no pensamento social brasileiro. *Textos de História*, v. 4, n.2, p. 94-129. UnB, Brasília, 1996.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2015.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Quando o trunfo se revela um fardo*: Reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *GEOUSP: espaço e tempo*, v. 22, p. 274-308, 2018.
- TEIXEIRA, Claudinea da Cunha. *(Re)organização da beira-mar: diferentes modos de uso e ocupação no norte do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- TEIXEIRA DE OLIVEIRA, José. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª ed. Vitória: APEES/SECULT, [1951] 2008.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. *A Região das Lavras Baianas*. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. A fronteira da territorialização do capital. In: *A necessidade da geografia*. (Org. CARLOS, Ana Fani e CRUZ, Rita). São Paulo: Contexto, 2019.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. Territorialização do capital e colapso da modernização: pode-se fazer crítica radical na pesquisa acadêmica? In *Seminário Um Colapso Anunciado*. [s.l.], 2020. Disponível em: <<https://umcolapsoanunciado.files.wordpress.com/2020/08/territorializacao-do-capital-e-colapso-da-modernizacao.pdf>>. Acesso em 11/08/2022.
- TOLEDO, Victor M. & BARRERA-BASSOLS, Narciso. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- TSING, Anna L. *The Mushroom at the End of the World*. New Jersey, EUA: Princeton University Press, 2015.
- VAINER, Carlos A. *Trabalho, Espaço e Estado: questionando a questão migratória*. Mimeo. Rio de Janeiro: IPPUR, 1984.
- VALIM, Hauley. *Herói Caboclo Bernardo e a construção da identidade étnica na vila de Regência*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Metodista de São Paulo, 2008.
- VARGAS, André Azoury. *Território e alimentação: estudo de caso da comunidade indígena de Areal e Santa Maria – Rio Doce (Linhares-ES)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil. vol.VIII. Ferro, Carvão, Petróleo*. 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

VECINA, Cecília. *As comunidades quilombolas em Eldorado (Vale do Ribeira/SP) e a mobilização do trabalho imposta pelo PRONAF: a relação entre a expropriação e a autonomização das categorias sociais capitalistas*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VERISSIMO COSTA, Capitão de Corveia. *Viagem ao Rio Doce. Revista do IHG-ES n°7*, Vitória, 1934.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & naify, 2002.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v.17, n.4, 1955.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. *Panorama Histórico de Linhares*. Linhares: Prefeitura Municipal de Linhares, 1982.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. Esclarecendo dúvidas – o cacau em Linhares. *Jornal O Pioneiro*, Linhares, 24 de setembro de 2017.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, país do futuro*. Porto Alegre: L&PM Pocket, [1941] 2006.

LEIS, DECRETOS E SIMILARES

BRASIL. *Carta Régia de 13 de maio de 1808* [assinada pelo Príncipe D. João VI]. Assunto: “Manda fazer guerra aos índios Botocudos.” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-40169-13-maio-1808-572129-publicacaooriginal-95256-pe.html>. Acesso em 12/12/2022.

BRASIL. *Lei de Terras. Lei N°. 601 de 18 de setembro de 1850* (a).

BRASIL. *Resolução n° 172 de 21 de Outubro de 1850* (b). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18364/collecao_leis_1850_par te3.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. pp. 215-217.

BRASIL. *Decreto n° 1.318, de 30 de janeiro de 1854*. Manda executar a Lei n° 601, de 18 de Setembro de 1850.

BRASIL. *Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente. *Resolução n° 001*, de 23 de janeiro de 1986.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto entregou a Presidência da Província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade Almeida Monjardim*. Vitória, 1849. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/GrupodeArquivos/relatorios-3>>. Acesso em: 13/12/2022.

ESPÍRITO SANTO. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo Presidente, José Fernandes da Costa Pereira Junior*. Vitória, 1861. Disponível em: <<https://ape.es.gov.br/GrupodeArquivos/relatorios-3>>. Acesso em: 13/12/2022.

LINHARES. *Código de Posturas do Município de Linhares. Decreto n. 23 de 20 de Outubro de 1906*. Disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (código ES 352.02681522 - L735c).

SANTA CRUZ. *Decreto n. 10 de 28 de setembro de 1896*. [Código de Posturas]. Disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (código ES 352.02681522 - S231d).

TTAC. *Termo de transação e de ajustamento de conduta, assinado entre a União, Minas Gerais, Espírito Santo e a Samarco e suas controladoras*. Brasília, 2 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2016/07/ttac-final-assinado-para-encaminhamento-e-uso-geral.pdf>>. Acesso em 12/12/2022.

SITES DE NOTÍCIAS, JORNAIS E REVISTAS DESDE 1978

Obs: Os jornais anteriores a 1978 foram consultados no portal Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>) e são referenciados ao longo do texto.

A GAZETA, Vitória, 31/10/1978. *Jornal inteiro e Caderno especial “Complexo Paraquímico” de Aracruz*. Microfilmado. Disponível na Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (Praia do Suá, Vitória).

A GAZETA. *Os Botocudos foram os primeiros habitantes*. In: A Gazeta. Vitória, 22/08/1985. Disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A GAZETA. *Luz acesa e novos hábitos para uma pequena vila em Linhares*. In: A Gazeta. Vitória, 24/07/2005, p.25. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160708_aj02992_energiaeletrica_es_01.pdf>.

A GAZETA. *Ambitec vai construir porto de R\$ 850 milhões em Aracruz*. 26/04/2010. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2010/04/629728-ambitec+vai+construir+porto+de+r+850+milhoes+em+aracruz.html>.

A GAZETA. *A empresa: História*. 2019. Disponível em: <<https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/>>.

A TRIBUNA. *Estado vai ter mais nove portos*. Vitória, 3 de junho de 2013, p.17. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160712_aj05158_portos_pdf.pdf>.

CENSURA ZERO. *Pastores de São Mateus e Linhares unidos em oração pelo porto da Petrocity nesta quinta (27), às 9h, em Urussuquara*. São Mateus/ES, 25 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://censurazero.com.br/pastores-de-sao-mateus-e-linhares-unidos-em-oracao-pelo-porto-da-petrocity-nesta-quinta-27-as-9h-em-urussuquara/>>.

ESPÍRITO SANTO. *Estado terá polo empresarial em Linhares*. Vitória, 4 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estado-tera-polo-empresarial-em-linhares>>.

FINDES. *Federação das Indústrias do Espírito Santo. Espírito Santo é o líder no país em exportação de rochas ornamentais*. Vitória, 14 jan. 2020. Disponível em: <<https://findes.com.br/news/espírito-santo-e-o-lider-no-pais-em-exportacao-de-rochas-ornamentais>>.

G1. *Ministro dos Portos vem ao ES anunciar porto barrado pelo Ibama*. 28 de março de 2016(a). Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/ministro-dos-portos-vem-ao-es-anunciar-porto-barrado-pelo-ibama.html>>.

G1. *Ministro dos Portos cancela visita em que ia anunciar porto no ES*. 28 de março de 2016(b). Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/03/ministro-dos-portos-cancela-visita-em-que-ia-anunciar-porto-no-es.html>>.

G1. *Odebrecht assina contrato de R\$2,1 bi para porto privado no Espírito Santo*. 03/07/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/odebrecht-assina-contrato-de-r21-bi-para-porto-privado-no-espírito-santo.ghtml>>.

REUTERS. *Suzano faz acordo e criará com Fibria maior produtora de celulose do mundo*. 16/03/2018. Disponível em: <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1GS2SP-OBRTTP>>.

SÉCULO DIÁRIO. *Ainda sob o fantasma da lama da Samarco, Regência festeja cultura popular com encontro de bandas de congo*. Vitória, 2016. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/cultura/ainda-sob-o-fantasma-da-lama-da-samarco-regencia-festeja-cultura-popular-com-encontro-de-bandas-de-congo>>.

SÉCULO DIÁRIO. *Não tinha dinheiro, mas tinha fartura e saúde*. Vitória, 2019. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/nao-tinha-dinheiro-mas-tinha-fartura-e-saude>>.

SITE DE LINHARES. *Ex-Manabi anuncia porto multicargas em Degredo com investimentos de R\$ 800 mi*. Linhares, 03/05/2016. <<https://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/mlog-ex-manabi-anuncia-construcao-de-porto-multicargas-em-degredo-com-investimentos-de-r-800-mi>>.

TRIBUNA ONLINE. *Portocel passará a movimentar rochas ornamentais*. 14/06/2019. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/portocel-passara-a-movimentar-rochas-ornamentais>>.

ANEXO I – LISTA DE ENTREVISTADOS CITADOS E TRECHOS DAS ENTREVISTAS⁴⁶⁸

1) P. – Produtor de mel, agricultor e pescador em Degredo

(Conversa por telefone: maio de 2021 durante isolamento social devido à pandemia)

[Perguntado sobre o Porto da Manabi]

P.: Mas nós, com o problema da pesca, a 1ª coisa que a gente fez, nós aqui, a comunidade, foi botar obstáculo. Se a Petrobras já tinha tomado um espaço da nossa área de pesca no oceano, a Manabi ia criar esse porto aí e ia acabar de estragar a nossa pescaria. Por um lado a gente conseguiu, mas [depois] essa barragem [da Samarco] quando rompeu lá, estragou tudo aqui.

Mas veio essa lama aí. A Justiça Federal proibiu a nossa pesca, eles tão certos, não estão errados [porque o peixe e camarão estão contaminados]. Ficou difícil a sobrevivência da gente. [...]

Evandro: A Manabi ia ser um negócio permanente, aquela coisa, “abriu a porteira...”

P.: É... E talvez esse problema aí [lama da Samarco], daqui uns 8, 10 anos, pode ser sanado né? Pode o mar aí hoje, amanhã, ir se decantando até uma época isso acabar. Agora, até chegar lá, quem tá aí sofrendo vai sofrer mais, né? Nós aqui tamos com uma perca mais ou menos de 2.500 m de rede estragando, rede de malha 7 até malha 16.

Evandro: Porque não dá pra usar, né?

P.: É, não pode usar, fazer o que?

Evandro: E o senhor pescava também, assim, a maioria das pessoas aí devia pescar um pouco antigamente, né?

P.: Toda a vida eu fui pescador, é, toda a vida eu fui pescador, desde quando eu me entendi por gente eu sou pescador...

Evandro: E mesmo o senhor com mel, enfim, quem planta, quem faz outras coisas, tem dia que vai pescar né?

P.: É, às vezes, quando o tempo oferecia, como esse ano, deu bastante calma, a gente deixava tudo pra ir pra pesca, né, porque era outra fonte de renda.

Evandro: Sim.

P.: Mas aí acabou, fazer o que? Nossas atividade agora é... procurar meios por tarefa, como: a gente tem algumas pessoas fazendo plantio de côco, aí tem limpeza das planta, a gente tem trabalhado nessas coisa, senão... o cara vai ficar parado dentro de casa, não pode.

[...] [Sobre o Licenciamento Ambiental]

Quando a Petrobras cria um projeto, ou qualquer empresa grande, a primeira coisa que o IBAMA faz, olhar o projeto e diz: olha, você vai ampliar isso lá, mas você tem que fazer isso e isso lá pra aquele setor, pra comunidade, enfim, que possa beneficiar, você vai causar os danos mas compensar com outro. É como "tome lá e me dê cá".

(Conversa por telefone: abril de 2022)

⁴⁶⁸ Os nomes foram omitidos e substituídos por letras, conforme combinado com os entrevistados, para evitar possíveis constrangimentos. Outras entrevistas mais curtas foram realizadas e, mesmo não citadas na dissertação, fizeram parte da pesquisa.

[Perguntado sobre o terreno da Manabi]

P.: Meu amigo, esse terreno que a Manabi comprou, foi na mão de terceiros, só que eu não sei como é que anda lá os documentos, mas esse terreno era de uma mulher que era uma prima minha, também. [...] Tudo isso era de povos tradicionais, entendeu? [...] era de uma prima minha e hoje, se estivesse na mão deles, do pessoal dela, que eu conheço, eles não venderiam mais. Isso porque quando a lei ambiental chegou, fez muita gente vender. Por quê? É uma boa lei? É. Só que ela foi criada de lá pra cá [de cima pra baixo]. Ela tinha que ser pesquisada primeiro, pra saber as culturas locais, os manuseios e a sobrevivência, pra ela depois atacar. [referência sobretudo à proibição do plantio de mandioca, côco e outras culturas na restinga] [...]

E por causa da Manabi que a gente fez essa peste virar território, pra ela não criar esse porto aqui, pra acabar de matar com a gente pesqueiro. Entendeu? É isso.

2) A. e H. - Pescadores em Barra do Riacho (junho de 2022)

[O grupo de alunos da UFES disse que estava passando ali e depois iria para a festa do Caboclo Bernardo em Regência]

H.: Eu fico feliz, dentro da minha ignorância, de dar valor a essas coisas, o congo... Cheguei a pegar o congo, né? E vi aquela simplicidade [como uma] riqueza, que nós tínhamos na praça de São Sebastião as festas né, que a gente cercava toda a rua e a praça de São Sebastião e fazia aquela atividade, três dias de festa, então assim...

- Essa festa não tem mais?

H.: E hoje não existe mais, a navegação de São Pedro, [também] perdemos isso.

- Por causa do porto?

H.: Aí, surgiu a fábrica e surgiu o porto. Aí depois que surgiu a necessidade de ter um agregado... que fornece como matéria-prima o peróxido de hidrogênio. Aí foi aglomerando essas grandes empresas em volta, e cada vez mais expulsando a nossa cultura e o nosso costume ... E aí eu não tô nem entrando no campo de outras agressões, a questão hídrica que é mais ridícula ainda.

[Explicou em detalhes a apropriação das águas da bacia do rio Riacho pela Suzano. Sobre isso, conferir Wanderson Rebelo (2012)]

[...] [Sobre as mudanças no Portocel, com expansões ao longo dos anos]

H.: O 3º berço do Portocel foi feito nos anos 90. Cada berço = 1 navio atracado. O Portocel depois começou a receber as toras de eucalipto por barcaças. Uma barcaça de eucalipto corresponde a 72 carretas fora da estrada. [Falou dos prós e contras: estradas menos congestionadas... Menos empregos para os motoristas de caminhão]

Fábrica C, em 98, foi uma aberração ambiental e social

Por volta de 98, a fábrica tinha 8 mil trabalhadores, pouco depois mandou embora 5 mil. [...]

H.: Anteontem, fizemos uma reunião da Associação Comunitária com 4 empresas: Imetame, Jurong, Suzano e Portocel. Foi produtiva a reunião.

[Perguntado sobre o que a associação demandou na reunião e quais foram os encaminhamentos]

H.: O Estado cada vez mais está sendo menos Estado. E deixa coisas públicas a cargo das empresas... joga pra associação que peça o assistencialismo pras empresas.

Tratamos da questão fundamental que é a questão dos empregos. Porque nós temos uma dificuldade imensa dos empregos, porque você faz curso [fornecido pelas empresas], e aí? O primeiro emprego, como é que fica? Aí quer dizer, os jovens, as mulheres... você tem um monte de procura que não consegue ter oferta, e isso é constrangedor pra nós. [...]

[Perguntado sobre os impactos da “lama da Samarco” e da proibição da pesca pela Justiça Federal]

H.: Pra responder isso aí, isso aí até a gente tem uma discussão muito forte em cima do crime da Samarco. Se você for olhar dentro da comunidade de Barra do Riacho, todas as residências de mais de 10 anos, constituídas aqui, você vai encontrar em todas as casas uma panela de barro. A panela de barro não é pra enfeitar. E aqui, na comunidade, a gente sempre consumiu peixe. Você com dinheiro ou sem dinheiro. Aqui o peixe sempre foi contínuo em todos os dias, dias de consumo. Então é um dos posicionamentos que a gente briga com esse crime da Samarco, né? Que é o consumo de pescado, entendeu? Então, essa comunidade é normal, se você tem dinheiro ou não, porque daqui a pouco a gente, hoje quase não tá vendo mas era normal passar aqui o camarada com 3, 4 peixes andando aqui pela comunidade. Isso é normal, entendeu? Hoje, tá se tornando um pouco mais difícil, mas isso era normal.

Evandro: Sim, dava pro vizinho...

H.: É, pro vizinho nós levamos, entendeu, ou que alguém ajudou a botar o barco pra dentro... Ou seja, e aí, com dinheiro ou sem dinheiro, tá, aí daqui a pouco você não tem o dinheiro, mas você é primo, você é irmão dum pescador, você é sobrinho, não tem jeito, o peixe vai chegar.

A.: Ó, falar a verdade pra você, o que eu vejo na pesca acontecer, eu nunca vi em lugar nenhum, nenhum criador de gado, nenhum aviário, nenhum criador de suíno, nunca vi, que o pescador dá peixe demais... Ele não dá quando não tem. Mas quando tem fartura, todo pescador dá peixe na beira do rio, todo pescador.

H.: Então sem dinheiro ou com dinheiro, você come peixe.

A.: Eu mesmo já cansei de chegar, quando tem muito, e oferecer, porque eu até sinto essa, essa vontade de fazer isso, de compartilhar. Você pega 200, 300 kg de peixe, que que custa tirar 10 kg, dar pra um? Dois quilos pra cada um, você já deixa umas cinco pessoas contentão ali com dois quilos de peixe.

3) C. – Educador em Regência (agosto de 2022)⁴⁶⁹

[Sobre o Porto da Manabi]

C.: Na verdade, como todo porto, não só porto, todo grande empreendimento, o discurso das empresas é o mesmo: vai gerar empregos. Qualquer empreendimento, qualquer lugar do Brasil, mesmo que seja pra gerar 100 empregos e temporariamente, mas chega com esse discurso, “vou gerar tantos empregos” e aí todo mundo abraça a ideia, entendeu? Então... A pesca tava meio decadente na época. Petrobras tava praticamente se afastando de Regência. Povoação, uma carência de emprego danada.

Evandro: A Petrobras gerou emprego aqui até quando?

C.: Até 2010, mais ou menos. Pontal, turismo também tava decadente tudo. Então, as matrizes econômicas dessas comunidades que eram turismo e pesca e empregos gerados pelo petróleo, tavam decadentes. Então, falta de perspectivas econômicas, então chegaram e isso aconteceu também ao longo dos municípios. Esses municípios aí do médio Rio Doce, rapaz, é uma miséria total, Regência é muito mais rica, tem municípios em que a sede do município não tem um posto de saúde igual tem aqui, a sede do município!

Evandro: Isso Espírito Santo e Minas?

C.: Principalmente Minas, o médio Rio Doce, tem município que não tem, tem uma ambulância... E aí, os municípios todos também tinha aquela coisa toda, é... de ter: “ah vai passar um mineroduto, então isso pode trazer na construção divisas econômicas”, e aqui na região também: “vai ter o porto, então vai gerar empregos no porto, né, pra Linhares, São Mateus, Aracruz, né? Porque acaba envolvendo toda a região, né, então vai gerar empregos diretos, indiretos, e depois tantos empregos no funcionamento. Vai destacar o município e a região por ter um porto...” Entendeu?

[...]

C.: Aí a Manabi começou a conversar com algumas lideranças, aqui em Regência [...]. Lá em Povoação o Simeão [líder da Associação de Pescadores, falecido em 2022] mas como ele tava muito envolvido no movimento de pescadores artesanais e povos tradicionais, ele não entrou muito na proposta da Manabi. E aí pegaram outros pescadores lá que eram contra o Simeão. E aí, lá em Pontal, pegaram todas as lideranças lá, entendeu: “a gente tá com o projeto, a gente dá 'não sei o que' pra vocês e tal” [...]. O município, a gestão da Prefeitura na época, [...] não comprou muito a ideia, tanto que o município de Linhares não deu a anuência. Depois, quando entrou a outra gestão de Nozinho⁴⁷⁰ eles até mudaram a Unidade de Conservação, a ARIE [Área de Relevante Interesse Ecológico] do Degredo de lugar. Mudaram a configuração da ARIE do Degredo pra poder tirar o porto da Unidade, pra ficar mais fácil. Foi na gestão de Nozinho, aí deram a anuência, porque inclusive mudaram a lei pra poder beneficiar o projeto do porto da Manabi.

Então aí, ficou a polarização - como sempre acontece, né? - a polarização entre parcelas das comunidades que almejavam por oportunidades de empregos né? promessas de melhoria econômica da região como um tudo, e do outro lado o movimento do surf principalmente, pessoas ligadas à questão ambiental e pesquisadores de universidades, e alguma parcela das comunidades

⁴⁶⁹ Nesta entrevista que aponta “polarização entre parcelas das comunidades”, os nomes das pessoas citadas foram suprimidos, exceto aquelas já falecidas.

⁴⁷⁰ Pecuarista, prefeito de Linhares de 2013 a 2016, Nozinho Corrêa declarou R\$25 milhões em bens à Justiça Eleitoral em 2012. Faleceu em 2020.

com visão mais ambiental. O Degredo, embora [o porto] fosse no Degredo, o Degredo foi o mais reticente, mais resistente à implantação do porto. E aí teve essa polarização entre esses atores.

Evandro: Mas aí eles foram mais contra, tavam mais perto do porto né?

C.: É, e por ter mais significação com o território, a importância da paisagem, porque assim, as pessoas quanto menos noção elas têm de paisagem, a parte sensorial de espaço, é mais fácil grandes matrizes industriais entrarem nos territórios, entendeu?

[...]

Então o Degredo ele tinha mais pertencimento dessa noção de espaço e paisagem, entendeu? Então eles tinham mais pertencimento do espaço, o quê que o espaço, dentro do ambiente que eles vivem, o quê que aquilo significava pra eles, entendeu? E eles já tinham uma experiência ruim da UTGC, Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas: “é um grande empreendimento, uma unidade de tratamento de gás enorme e tal”, e aí gerou alguns poucos empregos bem precários no início, e depois gerou nada, então eles já tinham uma experiência ruim com a UTGC e falaram: “Pô, tão prometendo o mesmo que a UTGC prometeu e depois...”

Evandro: Essa UTGC ainda é Petrobras ou ela já vendeu? Que ela já vendeu tanta coisa aqui né?

C.: Acho que é Petrobras ainda.

Evandro: No Degredo...

C.: É Cacimbas, eles falam Cacimbas mas é Degredo. [...] Então Degredo já tinha essa experiência ruim, tinha a questão do pertencimento, sendo do espaço, e aí então eles foram mais reticentes lá com a implantação do porto.

[...]

Evandro: Aí a gente esteve lá em Barra do Riacho com alunos da UFES... viu como que é um lugar que teve esse desenvolvimento acelerado, desenvolvimento no sentido bom e ruim. Vc acha que se tivesse uma Manabi ia ficar igual a Barra do Riacho?

C.: Pior, até. Barra do Riacho é o grande exemplo disso, tem outros lá no nordeste e tal, mas Barra do Riacho era uma comunidade tradicional, tinha turismo, hoje é uma das áreas com pior índice de desenvolvimento econômico e social. Tem muito dinheiro que gera lá, mas pra comunidade mesmo gera pouco. Gera muita doença, muita prostituição, que é o que aumentou lá, ao mesmo tempo cria bolsões de miséria, bolsões de pobreza, com pessoas que vêm de fora às vezes pra trabalhar ou que vêm de fora com perspectiva, e acabam criando assentamentos humanos, favelas em volta da região, com condições de vida bem precárias então, índice de pobreza, de miséria mesmo. Esses grandes empreendimentos sempre atraem e criam bolsões de miséria.

[...]

Evandro: E a gente conversou e eles falam que, além de não ter emprego e tudo, algumas festas tradicionais lá, não tem mais, porque o pessoal novo nem sabe o que é...

C.: É isso, acabou a identidade do lugar, identidade, cultura, aquela coisa [...]

Uma vez a gente tava lá, há uns 10 anos, fazendo um trabalho lá [na Barra do Riacho] com a escola e tivemos as expedições, a gente colocou expedição ao rio, ao mar e ao mangue. E aí quando nós fomos ao mangue, fomos até a foz do rio Riacho, que algumas crianças, quase todas, não conheciam, embora estejam perto, e alguns professores não conheciam. E aí chegamos e o pessoal: “Olha lá, quê que é aquilo lá?” Era o Portocel, e eles não conheciam o Portocel do lado, aí eles viram a dimensão do impacto.

[Sobre as promessas de geração de empregos pelos portos]

C.: Então, uma vez até, tinha o pessoal da UFES fazendo um trabalho sobre os impactos disso: “ah porque tal pescador tá defendendo Manabi”. Pois é, por que que o cara mudou de ideia? Ele tá vendo que a pesca não tá dando pra ele manter nem os filhos dele. Ele tá vendo os filhos, netos crescerem sem perspectiva de renda, de trabalho e tal. Entao ele tá vendo o porto como o futuro dos filhos...

Evandro: Tá vendo que tem menos peixe do que tinha 30 anos atrás...

C.: O cara tá vendo oportunidades, “o que que meus filhos vão fazer? Ah é esse projeto econômico, é porto? Beleza, vai gerar trabalho pros meus filhos, pros meus netos? Ótimo.” E o cara não tá errado do ponto de vista do provedor da família. É muito contrassenso, é difícil de julgar, né? [...]

Evandro: E aí nessa pesquisa pelos EIA-Rima e notícias de jornal vi que as promessas de emprego muitas vezes variam. Eu vi a Manabi falar que ia gerar 1500 empregos na obra e 750 na operação. Mas no EIA-Rima falava que seriam 190 na operação...

C.: A operação de porto, pode pesquisar em qualquer lugar, não gera muito emprego, principalmente agora muito automatizado, então a operação não gera, gera cento e pouco... Entendeu?

Evandro: Mas na hora que sai no jornal eles multiplicam.

C.: E não são empregos locais de um grande *staff*. São empregos de serviços gerais, no máximo caldeireiro, alguma coisa assim. Na operação mais estivador, entendeu? Porque os outros cargos que se exige pra movimentação de porto são cargos de grande qualificação. Então são empregos baratos e não é tanto.

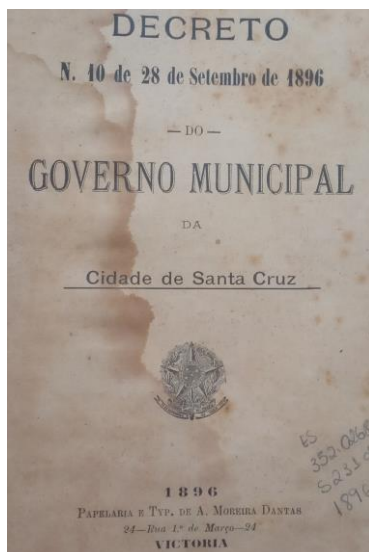
[...]

C.: Então acontece muito [o seguinte]: em São Mateus ali, “atraímos empresa e a Prefeitura deu terreno, isenção de 5 anos”, e aí 100 empregos ia gerar. E tinha empresa do município que anos e anos não teve isenção de IPTU, de nada. E a empresa veio, ganhou até terreno pra se instalar...

Evandro: No EIA da Manabi a área [declarada] era de 6 mil m² e a área que a Manabi tem é o dobro, 12 mil.

C.: Na época [eu dizia] “Pô, [funcionário da Manabi], e se não rolar o porto?” [O funcionário respondeu.] “Rapaz, essa área daqui a uns dias, ela vai estar o dobro do que ela comprou, a empresa vende.” E aí os caras já compram prevendo ampliação, prevendo a área de amortecimento do porto, entendeu? Já preveem tudo.

ANEXO II – “Código de Posturas” de Santa Cruz (1896)⁴⁷¹ - Trechos Seleccionados



Decreto nº 10 de 28 de Setembro de 1896
do
GOVERNO MUNICIPAL
da
Cidade de Santa Cruz

1896
Papellaria e Typ. de A. Moreira Dantas
24 - Rua 1º de Março - 24
Vitória

O povo do Município de Santa Cruz por seus representantes

Decreta

CAPÍTULO I

Segurança Pública

Art. 1º É expressamente proibido o uso de armas dentro da cidade e povoações; ao infrator multa de 20\$000 e apreensão das armas.

Parágrafo 1º Excetuam-se as pessoas de reconhecida capacidade, os estafetas, os oficiais de justiça e os empregados da linha telegráfica em serviço.

[...]

Art. 4º É proibido batucar, reunirem-se pessoas sem garantia social, salvo com licença da autoridade competente, sob pena de 10\$000 de multa.

⁴⁷¹ O documento se encontra no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo – APEES, Rua Sete de Setembro, Vitória (código: ES 352.02681522 - S231d). A ortografia foi atualizada.

[...]

CAPÍTULO II

Das Lavouras

Art. 1º Ninguém poderá plantar perto de nativos ou de cercados para animais, e como tais conhecidos sem que cerque suas lavouras.

Art. 2º Todas as cercas terão pelo menos 2m de altura, quer sejam de varas quer de pau a pique, não tendo aquelas menos de cinco varas horizontais e convenientemente distanciadas.

Art. 3º Todos os animais vulgarmente chamados ladrões, que possam prejudicar as lavouras ou pastos dos vizinhos, serão conservados por seus donos em cercados seguros, sob pena de 30\$ de multa ao contraventor.

[...]

CAPÍTULO III

Alinhamento das Ruas da Cidade, Povoações e seu Asseio

[...]

Art. 7º As ruas serão denominadas e as casas numeradas.

Art. 8º Os proprietários de casas e cercas são obrigados a calçar as frentes das mesmas dentro do prazo de um ano, sob pena de 20\$000 de multa.

Art. 9º É expressamente proibido a construção e reconstrução de casas de palha dentro do perímetro da cidade; multa de 50\$000 salvo se forem cobertas de zinco.

[...]

CAPÍTULO XIII

Dízimo do Pescado

Art. 1º Fica todo indivíduo com profissão de pescador sujeito ao imposto do dízimo do vendido conforme a praxe seguida:

Parágrafo 1º Ficam exemptos deste imposto o pescador que não expuser à venda o produto de sua pescaria.

Parágrafo 2º Os pescadores de outro Município ou mesmo negociante de peixe salgado que vierem mercadejar neste Município ficam sujeitos da mesma forma ao dízimo do vendido embora apresentem talão de ter pago o dízimo no Município de sua residência.

Art. 2º O dízimo será arrematado em hasta pública em 1º de Janeiro de cada ano.

Art. 3º Ao arrematante do dízimo incumbe fiscalizar esse serviço auxiliado quando for preciso pelo Fiscal do Governo Municipal que imporá aos contraventores a multa de 10\$000.

Art. 4º O dízimo será cobrado no ato da venda.

[...]

CAPÍTULO XVII

Registro das Embarcações

Art. 1º Este imposto é devido a todas as embarcações que navegarem dentro do município.

Art. 2º O Fiscal fará no mês de Janeiro um lançamento geral de todas as canoas e lanchas que fazem as vezes de veículos marítimos, constando o nome do dono e o lugar de sua residência.

Art. 3º No mês de Fevereiro procederá o Procurador a cobrança deste imposto mediante 2\$000 por cada embarcação declarando no talão: O nome do dono da embarcação, a qualidade da madeira (sendo canoa) e o número do registro, que será colocado na popa da mesma exteriormente.

Parágrafo 1º Estão isentos do imposto, mas não do Registro a embarcação da passagem e o práctico da barra.

Art. 4º Sucedendo extraviar-se qualquer embarcação registrada, o seu dono recorrerá ao Procurador do Governo Municipal exibindo o respectivo talão a fim de que ele providencie na busca da mesma embarcação.

Art. 5º Ao que se negar ao Registro será imposta a multa de 10\$000 e na reincidência se fará apreensão da embarcação que será depositada até final resolução.